ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 212
Brasília - DF, segunda-feira, 6 de novembro de 2017

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 52
Ministério da Cultura 60
Ministério da Educação 66
Ministério da Fazenda 69
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 81
Ministério da Integração Nacional 85
Ministério da Justiça e Segurança Pública 86
Ministério da Saúde 90
Ministério das Cidades 103
Ministério das Relações Exteriores 111
Ministério de Minas e Energia 112
Ministério do Desenvolvimento Social 119
Ministério do Meio Ambiente 120
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 124
Ministério do Trabalho 131
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 132
Ministério Público da União 136
Tribunal de Contas da União 136
Poder Judiciário 149
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 155

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

ADMITIR,

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Oficial, YOHEI SASAKAWA, Embaixador da Boa Vontade da Organização Mundial da Saúde.

Brasília, 3 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-04 Nº 52, de 28 de agosto de 2007, publicada no DOU nº 176, Seção 1, pág. 63, de 12/09/2007 que criou o Projeto de Assentamento PADRE NILO, nos municípios de AMORINÓPOLIS e IPORÁ/GO, Cód. SIPRA GO0354000, **onde se lê** "...localizado nos municípios de AMORINÓPOLIS e IPORÁ...", **leia-se:** "...localizado no município de IPORÁ...".

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

Entidade: AR INTERCERT COMÉRCIO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS
Processo nº : 99990.000675/2017-67
INDEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR INTERCERT COMÉRCIO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS vinculada à AC LINK RFB, na cadeia da AC RFB, com instalação técnica localizada na Rua São Luiz, 346, 1º andar, Sala 02, Centro, Juazeiro Do Norte/CE, por não atender as exigências do item 2.2.3.2.1 do DOC-ICP-03.

Entidade: AR DIGITAL KEY
Processo nº : 99990.000291/2017-44
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR DIGITAL KEY, vinculada às AC DIGITALSIGN, AC DIGITALSIGN RFB e AC DIGITALSIGN SSL, na cadeia das AC DIGITALSIGN ACP e AC RFB, com instalação técnica localizada na Rua Cianorte, Nº 99, Centro, Pinhais/PR, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CERTSEGURO
Processo nº : 99990.001005/2017-68
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTSEGURO vinculada à AC OAB, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 2.349, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial n.o 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o dispositivo na Instrução Normativa SDA n.o 66, de 27 de novembro de 2006, e o que consta do processo nº 21024.009028/2017-61, resolve:

Art. 1ª Credenciar sob o número BR MT 598, a empresa CRISTIANO LEANDRO DE SOUSA - MEI, CNPJ n.o 17.943.463/0001-90, localizada na Rua Pastor Alfredo Nogueira, n.o 973, Bairro Cidade Alta, CEP: 78.325-000, em Aripuanã - MT, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar o seguinte tratamento: TRATAMENTO TÉRMICO (HT).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro credenciamento da empresa, conforme a Portaria n.o 1502, de 02 de setembro de 2016, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso.

Art. 3ª Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA N° 309, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU de 20/06/2005, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo nº 21042.012248/2017-53, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento, sob número BR RS 078, da empresa Antinsect Desinsetizadora e Produtos Químicos Ltda., CNPJ nº 87.545.489/0001-65 e Inscrição Estadual nº 024/0089405, localizada na Rua Antônio Frederico Ozanan, 555 - Depósito 3 - Bloco A - Canoas, para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação com fosfina em contêineres (FEC), b) Fumigação com brometo de metila em contêineres (FEC), c) Fumigação com fosfina em câmara de lona, d) Fumigação com brometo de metila em câmara de lona, e) Fumigação com fosfina em porões de navios (FPN) e f) Fumigação com fosfina em silos herméticos - silo pulmão (FSH).

Art. 2º A renovação do credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO TODESCHINI
Substituto

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÕES DE 1ª DE NOVEMBRO DE 2017

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, RESOLVE tornar pública:

Nº 80 - EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa OR Melhoramento de Sementes Ltda., do Brasil, das cultivares de trigo (Triticum aestivum L.), denominadas ORS 1601, Certificado Provisório nº 20170113, ORS 1602, Certificado Provisório nº 20170205 e ORS Vintesete, Certificado Provisório nº 20170171, com base no disposto no inciso II do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 81 - EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Agrico U.A., da Holanda, das cultivares de batata (Solanum tuberosum L.), denominadas AMBITION, Certificado de Proteção nº 20130058, MUSTANG, Certificado de Proteção nº 20130066 e SAVIOLA, Certificado de Proteção nº 20140040, com base no disposto no inciso II do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 212, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d)Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9853, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150, AD189 e AD105;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B587PW, 2B433PW, 2B587RR, 2B210PW, 2A401PW, 2B346PW, MG300PW, MG580PW, DB 2B339PW, CD3410PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A77PW, CD384RR, MG600PW, MG699RR, CD3775PW, MG744PW, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2A521PW, MG711PW e 2B640PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30K73YHR, 30K73H, 30F53VYHR, 30F53VYH, 30K73, P3456, P3431, BG7330, BG7330H, P3431H, P3431YHR, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F35HR, P3456H, P3456VYH, 30F35H, 30F53R, P3431YH, 30F35, P2830H, P3250, P1630YH, P2830VYH, 30F53YH, BG7432H, 30F53YHR, 30F53EH, 30F53HR, 30F53, BG7318YH, 30F53H, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P2830, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340H, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3340YHR, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1055, BRS 2223, BRS 1060, BRS 3040 e BRS Gorutuba;

GENERAL MILLS BRASIL ALIMENTOS LTDA: XAP4511, AP6005 e AP 8203;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 905, BM 502, BM 955, BM 3063, BM 207, SHS 4090, BM 810, SHS 4070, BM 820, BM 709, SHS 4080, SHS 5080, SHS 5560, SHS 7090, SHS 5550, SHS 5070, SHS 5090, SHS 3031, SHS 5050, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MARCIO DEMEIS: TR167;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4002, AM 4003, AM 606, AM 997 e AX 727;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB330PRO, DKB340PRO2, AG9030PROX, GNZ 9505PRO, AG9030PRO2, AS 1551PRO, DKB250PRO2, DKB285PRO2, GNZ 9505YG, DKB330PRO2, AG9030RR2, DKB310PRO3, AG9045PRO2, AG9080PRO, AG 9080PRO2, DKB 310, DKB 330RR2, AS 1633, LG 3055PRO3, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS 1660PRO2, DKB 330, DKB 315, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, DKB 275PRO, AS 1633PRO2, AS 1660PRO, AS 1665PRO, AS1660PROX, AS 1660, AS1656RR2, AS1633PRO3, AS1633PRO, AS1590PRO, AS1656PRO3, AG 9010, AG9080RR2, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, RB9110PRO, AG 9010PRO, AG 9030, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9434, AS1660PRO3, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 5055PRO, AG 7000, LG 3055PRO2, BALU 280PRO, BM 650, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AG 8544, AG 8544PRO, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, DKB 340PRO, DKB 350, DKB 240PRO2, ADV 9434PRO2, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, SHS7910PRO3, NS 56PRO2, AG8580PROX, AG 8061, AG8061PROX, NS 90PRO, NS 56RR2, NS 90PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, LG 6036RR2, DKB315PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8544PRO3, AG8580PRO2, AG8580PRO3, AG 9040, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, AG 7098PRO, AG 8580PRO, AG 8676PRO2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, LG6050PRO2, AG8677PRO2, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780PRO, AG8780PRO3, AS 1575, AS 1575PRO, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO2, NS 50PRO, DKB275PRO3, GNZ 9505RR2, GNZ 9626PRO, DKB 350PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, AG 7098, LG 3055PRO, AS 1581PRO, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, GNZ 9690RR2, GNZ 9690PRO2, RB 9006PRO, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, RB 9004PRO, NS 92PRO2, NS92PRO, NS 90RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9505PRO3, RB 9108, RB 9108PRO, AS1656PRO, AS 1656PRO2, AS 1661PRO, DKB245PRO2, DKB250PRO3, DKB290, DKB290PRO, AS 1598PRO2, AS 1642, AS 1642 PRO2, AS1551PRO2, LG 3055, AS1555PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO3, AS1555PRO3, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, AS1555RR2, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9308, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9210, RB 9110, AS1596PRO3, RB 9108PRO2, AS1642PRO, CD 3715, CD324PRO, CD 3715PRO2, ADV 9434PRO, DKB 310PRO2, DKB330PRO3, DKB340PROX, DKB390PRO3, DKB390PROX, CD 3715RR2, CD 397PRO, AG9025PRO3, RB 9108PROX, RB 9108PRO3, AS1573PRO, RB 9077PRO, RB 9006RR2, RB 9006PRO2, ADV 9275PRO, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, GNZ9501PRO, GNZ 9505PRO2, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 840RR2, DKB290PRO3, 2300RR2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, BM 915PRO, BM780RR2, CD 3715PRO, BALU 480PROX, BALU 480PRO2, BALU 480PRO, AS1677PRO3, AS1666PRO, DKB177PROX, DKB177PRO, DKB 390YG, DKB 310PRO, DKB 245RR2, DKB 240YGRR2, DKB 177RR2, DKB 177, DKB 175RR2, DKB 175PRO2, DKB 175PRO, DKB 175, CD 397YG, AG9045PRO3, BALU 480RR2, DKB177PRO3, NS 50PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, DKB 177PRO2, AS1777PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS30, NS88, NS88PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO e LG 6036;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204, PZ 316 e PZ 240;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445, Balu787 e Balu787PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, GNZ 9506, SM 511, SM 966, K9220PRO2, ATL 110, ATL 200, ATL 310, ATL 400, Balu 188, DG 213, DG 601, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8010 Bt, XB 8010, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8018, 60XB14 Bt, 90XB06 Bt, 90XB06, XB 8018 Bt e 60XB14;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22S18 TP3, PRE 22D11, PRE 22T10 TP, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22T10, SX1093, PRE 22S18 TP, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 14SS18, 14SS17, 15ST33, 15ST45 e 16GSS43;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331 Viptera, SY6222 VIP3, SYN7205 VIP2, SX7331 TG, 3040VIP3, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, Cargo TL, Maximus TLTG Viptera, Formula VIP2, SX8332 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, GSS41242, SYN7205 TL, SYN4306 TL, SYN4306, Somma Viptera, Penta TLTG Viptera, Impacto TLTG Viptera, Impacto TG, Impacto, Garra Viptera, Formula Viptera, Fórmula TL, Formula, Celeron TL, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6003 VIP3, SX6552 VIP3, SX6663 VIP3, SX7331, SX7341 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8394 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SX8934 VIP3, SYN5T78 TLTG Viptera, SZ7634 VIP3 e SZ7684 VIP3.

GRUPO II

AVANTI SEEDS: AV 4142;

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316 e CD 316Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe e Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2A620PW, 2B655PW, 2B688RR, 2B610PW, 2B512PW, 2B710PW, 2B633PW, 2B877PW, 2B810PW, 2B688PW, 30A95PW, MG652PW, MG699PW, CD 384PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 20A55PW, 30A91PW e 2B647PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F90H, BG7032YH, BG7032YHR, 30F35R, BG7032H, BG7032HR e BG7032;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 451, BRS 3025, BR 106, BRS 1010, BRS 2022, BRS 2020, BRS 4104, BR 206, BR 205, BR 473, BRS 4103, BRS 3035, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ7280PRO2, GNZ7280, GNZ7210, GNZ7210PRO2

IAC: IAC 3330, IAC 8046, IAC 8077 e IAC 8390;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 811, BALU 7690, MS 2010 e MS 2013;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI;

NIDERA: NS82;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242 e PZ 677;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9800PRO2, K9600PRO2, R9080, GNZ 9510, K9100, R9080PRO2, R9330PRO2, RK3014, RK3115, FTH 510, SG 6010, SG 6011, SG 6302, K9200, ATL 100, DG 501, DG 627 e ATL 300S;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30 e RVM 40;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7253, XB 6012 Bt, XB 6012, XB 4013, XB 7116 Bt, XB 7116, XB 8030 Bt, XB 8030 e XB 7253 Bt;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044 e MS3022;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076, SX1086 e PRE2601;

SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 14ST07, 14ST01 e 14SV28;

SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308 e SG 6418;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340.

GRUPO III

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR

AVANTI SEEDS: SW 5130, SW 5156, SW 5560, SW 5198

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 393, CD 393Hx

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA, DSS 1001

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 03, RG 02A

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, AL Avaré, AL 34, CATIVERDE 02, Al Bianco

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI-104

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acorizal	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			7
Água Boa	1	1 a 2	1 a 3	2 a 3	3	4		4	5
Alta Floresta	1 a 6	1 a 6	1 a 8		7		7		
Alto Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			7
Alto Boa Vista	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Alto Garças	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Alto Paraguai	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			
Alto Taquari	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5				7
Apiacás	1 a 7	1 a 8	1 a 8				8		
Araguaiana	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Araguainha	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5 a 6		5	
Araputanga	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6 a 7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Arenápolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Aripuanã	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7 a 8	6	7 a 8	
Barão de Melgaço	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			
Barra do Bugres	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Barra do Garças	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Bom Jesus do Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4	5	5 a 6	5		
Brasnorte	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4	5	5 a 6	5		
Cáceres	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	6 a 7
Campinápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Campo Novo do Parecis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		6
Campo Verde	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Campos de Júlio	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	7
Canabrava do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Canarana	1	1 a 2	1 a 3	2 a 3	3 a 4	4	4		5
Carlinda	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7		
Castanheira	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5 a 6	6	7
Chapada dos Guimarães	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Cláudia	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6		
Cocalinho	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Colíder	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6				7	8
Colniza	1 a 6	1 a 7	1 a 8		8		7		
Comodoro	1 a 4	1 a 5	1 a 6			7	5 a 6	6 a 7	
Confresa	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7
Conquista d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Cotriguaçu	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7	8	
Cuiabá	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6		6	7
Curvelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Denise	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Diamantino	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			
Dom Aquino	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Feliz Natal	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Figueirópolis d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Gaúcha do Norte	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4 a 5	5	5	6	6
General Carneiro	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4	5		5	6
Glória d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6 a 7
Guarantã do Norte	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7		
Guiratinga	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Indiavaí	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Ipiranga do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4 a 5	5	6		6	7
Itanhangá	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5		5		6
Itaúba	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6	7	
Itiquira	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Jaciara	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Jangada	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Jauru	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Juara	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7 a 8
Juína	1 a 4	1 a 4	1 a 5		5	6	5	6	7 a 8
Juruena	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6		8
Juscimeira	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Lambari d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Lucas do Rio Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Luciara	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
Vila Bela da Santíssima Trindade	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6 a 7	5	6 a 7	8
Marcelândia	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6	7	8
Matupá	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7	8	7		
Mirassol d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		6
Nobres	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Nortelândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			
Nossa Senhora do Livramento	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Nova Bandeirantes	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7	8	
Nova Brasilândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Nova Canaã do Norte	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6				7	8
Nova Guarita	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7	8			
Nova Lacerda	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6 a 7	5	6	8
Nova Marilândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Nova Maringá	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Nova Monte Verde	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7		
Nova Mutum	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Nova Nazaré	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Nova Olímpia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Nova Santa Helena	1 a 5	1 a 6	1 a 6	6		7		7	8
Nova Ubiratã	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Nova Xavantina	1	1 a 2	1 a 3	2 a 3	3	4		4	5
Novo Mundo	1 a 6	1 a 6	1 a 8		7		7		
Novo Horizonte do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 5			6	5	6	7
Novo São Joaquim	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	
Paranaíta	1 a 6	1 a 7	1 a 8	7				8	
Paranatinga	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Novo Santo Antônio	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Pedra Preta	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Peixoto de Azevedo	1 a 5	1 a 6	1 a 6	6		7		7	8
Planalto da Serra	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Poconé	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			
Pontal do Araguaia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Ponte Branca	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Pontes E Lacerda	1 a 2	1 a 4	1 a 5	3	5	6	4 a 5	6 a 7	7 a 8
Porto Alegre do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
Porto dos Gaúchos	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Porto Esperidião	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4 a 5	6	4 a 5	6	7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Porto Estrela	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Poxoréo	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Primavera do Leste	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Querência	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
São José dos Quatro Marcos	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6 a 7
Reserva do Cabaçal	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Ribeirão Cascalheira	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4	5		5	6
Ribeirãozinho	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		6
Rio Branco	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		6
Santa Carmem	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4 a 5	5	6		6	7
Santo Afonso	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5 a 6	4	5	
São José do Povo	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
São José do Rio Claro	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
São José do Xingu	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
São Pedro da Cipa	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Rondolândia	1 a 5	1 a 5	1 a 6		6	7 a 8	6	7 a 8	
Rondonópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Rosário Oeste	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Santa Cruz do Xingu	1 a 4	1 a 6	1 a 6	5		7	6	7	8
Salto do Céu	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Santa Rita do Trivelato	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Santa Terezinha	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7 a 8
Santo Antônio do Leste	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4	5		5	6
Santo Antônio do Leverger	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
São Félix do Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Sapezal	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Serra Nova Dourada	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Sinop	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5				6	7
Sorriso	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		7
Tabaporã	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6		
Tangará da Serra	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Tapurah	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Terra Nova do Norte	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6				7	8
Tesouro	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Torixoréu	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
União do Sul	1 a 4	1 a 5	1 a 5	5		6		6	7
Vale de São Domingos	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Várzea Grande	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Vera	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Vila Rica	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7 a 8

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acorizal	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Água Boa		1	1 a 2	1	2	3	2		
Alta Floresta	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5				6	7
Alto Araguaia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Alto Boa Vista	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Alto Garças	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Alto Paraguai	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Alto Taquari	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5
Apiacás	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7		7		8
Araguaiana		1	1 a 2	1	2		2		3
Araguainha	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Araputanga		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Arenápolis	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Aripuanã	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	7
Barão de Melgaço		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Barra do Bugres	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Barra do Garças	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Bom Jesus do Araguaia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
Brasnorte	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3		3	4	4 a 5
Cáceres		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4 a 5
Campinápolis	1	1	1 a 2	2	2	3		3	4
Campo Novo do Parecis		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Campo Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5
Campos de Júlio	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4		4	5
Canabrava do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5
Canarana		1	1 a 2	1 a 2	2	3		3	4
Carlinda	1 a 4	1 a 5	1 a 5			6	5		
Castanheira	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Chapada dos Guimarães	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Cláudia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Cocalinho	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Colíder	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Colniza	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5		7	6	6 a 7	8
Comodoro	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6	4	5	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Confresa	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Conquista d"Oeste	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4 a 5
Cotriguaçu	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5 a 6	6	7
Cuiabá	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5
Curvelândia		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Denise	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Diamantino	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Dom Aquino	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3	4	5
Feliz Natal	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Figueirópolis D"Oeste		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4			5
Gaúcha do Norte	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
General Carneiro	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		
Glória d"Oeste		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4 a 5
Guarantã do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 6				5	6	7
Guiratinga	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Indiavaí		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3				4 a 5
Ipiranga do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4			5
Itanhangá	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Itaúba	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Itiquira	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Jaciara	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Jangada	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Jauru		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4			5
Juara	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Juína	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4	4	4	5 a 6
Juruena	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Juscimeira	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Lambari d"Oeste		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Lucas do Rio Verde	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Luciara	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	
Vila Bela da Santíssima Trindade	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4 a 5	3	4 a 5	6
Marcelândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Matupá	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5		
Mirassol d"Oeste		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Nobres	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5
Nortelândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Nossa Senhora do Livramento	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Nova Bandeirantes	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5 a 6	6	7
Nova Brasilândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Nova Canaã do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Nova Guarita	1 a 4	1 a 4	1 a 5		5	6	5		
Nova Lacerda	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3	4	5 a 6
Nova Marilândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Nova Maringá	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Nova Monte Verde	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5		
Nova Mutum	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
Nova Nazaré		1	1 a 2	1	2		2		3
Nova Olímpia	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Nova Santa Helena	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Nova Ubiratã	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4	4	4	5
Nova Xavantina		1	1 a 2	1	2	3	2		
Novo Mundo	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5				6	7
Novo Horizonte do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Novo São Joaquim	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Paranaíta	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
Paranatinga	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Novo Santo Antônio	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Pedra Preta	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Peixoto De Azevedo	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Planalto da Serra	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5
Poconé		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Pontal do Araguaia	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Ponte Branca	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Pontes d Lacerda	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4 a 5	3	4 a 5	6
Porto Alegre do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	
Porto dos Gaúchos	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Porto Esperidião		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5 a 6
Porto Estrela	1	1 a 2	1 a 3				2	3	4
Poxoréo	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		5
Primavera do Leste	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Querência	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
São José dos Quatro Marcos		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4 a 5
Reserva do Cabaçal		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Ribeirão Cascalheira	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		
Ribeirãozinho	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Rio Branco		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Santa Carmem	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Santo Afonso	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
São José Do Povo	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
São José do Rio Claro	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
São José do Xingu	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Pedro da Cipa	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		5
Rondolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6	5	5	7
Rondonópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3				4
Rosário Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5	4	4	
Santa Cruz do Xingu	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Salto do Céu		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Santa Rita do Trivelato	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4	4	4	5
Santa Terezinha	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Santo Antônio do Leste	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		
Santo Antônio do Leverger	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
São Félix do Araguaia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5
Sapezal	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Serra Nova Dourada	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Sinop	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Sorriso	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Tabaporã	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Tangará da Serra	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Tapurah	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Terra Nova do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Tesouro	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Torixoréu	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
União do Sul	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Vale de São Domingos	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4 a 5
Várzea Grande	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Vera	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4		4	5
Vila Rica	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acorizal		1	1 a 2	1	2	3			
Água Boa						1		1	
Alta Floresta	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Alto Araguaia		1	1 a 2	1	2	3			
Alto Boa Vista		1	1 a 2	1	2		2		3
Alto Garças		1	1 a 2	1				2	3
Alto Paraguai		1	1 a 2	1	2				3
Alto Taquari	1	1	1 a 2		2	3			
Apiacás	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5	6	
Araguaiana						1		1	
Araguainha		1	1	1		2		2	3
Araputanga			1		1	2	1	2	3
Arenápolis		1	1 a 2	1	2				3
Aripuanã	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3	4	
Barão de Melgaço			1		1	2			
Barra do Bugres		1	1			2	1	2	3
Barra do Garças			1		1				2
Bom Jesus do Araguaia		1	1	1		2	2	2	3
Brasnorte		1	1 a 2	1	2		2		3
Cáceres			1		1	2	1	2	3
Campinápolis			1		1		1		2
Campo Novo do Parecis			1		1	2	1		
Campo Verde		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Campos de Júlio		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Canabrava do Norte		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Canarana					1	1	1		2
Carlinda	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		
Castanheira	1	1	1 a 2	2	2	3		3	
Chapada dos Guimarães	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Cláudia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Cocalinho			1		1	2	1	2	
Colíder	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4		4	
Colniza	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Comodoro	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Confresa	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Conquista d"Oeste			1		1	2	1	2	3
Cotriguaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 3		4	4 a 5	4		6
Cuiabá		1	1 a 2	1	2	3	2		
Curvelândia			1		1	2	1	2	3
Denise		1	1 a 2	1				2	3
Diamantino		1	1 a 2	1	2				3
Dom Aquino		1	1 a 2	1	2	3	2		
Feliz Natal	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Figueirópolis d"Oeste			1		1	2	1	2	3
Gaúcha do Norte		1	1	1		2	2	2	3
General Carneiro		1	1	1		2		2	3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Glória d"Oeste			1		1	2	1	2	3
Guarantã do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Guiratinga		1	1 a 2	1				2	3
Indiavaí			1		1	2	1	2	3
Ipiranga do Norte	1	1	1 a 2		2	3	2	3	
Itanhangá		1	1 a 2	1	2		2		3
Itaúba	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Itiquira		1	1 a 2	1				2	3
Jaciara		1	1 a 2	1	2	3	2		
Jangada		1	1 a 2	1	2				3
Jauru			1 a 2		1		1	2	3
Juara	1	1 a 2	1 a 2	2		3	3	3	4
Juína	1	1	1 a 2		2		2	3	3 a 4
Juruena	1	1 a 2	1 a 2	2	3	3	3		4 a 5
Juscimeira		1	1 a 2	1				2	3
Lambari d"Oeste			1		1	2	1	2	
Lucas do Rio Verde			1		1	2	1	2	
Luciara	1	1 a 2	1 a 2	2		3	3	3	4
Vila Bela da Santíssima Trindade		1	1 a 2	1	2		2	3	3 a 5
Marcelândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Matupá	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	
Mirassol d"Oeste			1		1	2	1	2	3
Nobres	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Nortelândia		1	1 a 2	1	2				3
Nossa Senhora do Livramento		1	1			2	1	2	3
Nova Bandeirantes	1 a 3	1 a 3	1 a 3		4	4 a 5	4		6
Nova Brasilândia	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Nova Canaã do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3	4	
Nova Guarita	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	
Nova Lacerda		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Nova Marilândia		1	1 a 2				1	2	3
Nova Maringá		1	1 a 2	1				2	3
Nova Monte Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Nova Mutum		1	1 a 2	1	2				3
Nova Nazaré						1		1	
Nova Santa Helena	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Nova Olímpia		1	1			2	1	2	3
Nova Ubiratã		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Nova Xavantina						1		1	
Novo Mundo	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Novo Horizonte do Norte	1	1	1 a 2		2	3	2	3	
Novo São Joaquim			1		1	2	1	2	
Paranaíta	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4		4	5	5 a 6
Paranatinga		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Novo Santo Antônio		1	1 a 2	1	2		2		3
Pedra Preta		1	1 a 2	1				2	3
Peixoto De Azevedo	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	
Planalto da Serra		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Poconé			1		1	2			
Pontal do Araguaia			1		1		1		2
Ponte Branca		1	1	1		2		2	
Pontes E Lacerda		1	1 a 2		2		1 a 2	3	3 a 5
Porto Alegre do Norte	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Porto dos Gaúchos	1	1	1 a 2		2	3	2	3	
Porto Esperidião			1 a 2		1 a 2		1	3	3 a 4
Porto Estrela			1		1	2	1	2	
Poxoréo		1	1 a 2	1	2				3
Primavera do Leste		1	1 a 2	1	2	3	2		
Querência		1	1	1	2	2	2		3
São José dos Quatro Marcos			1		1	2	1	2	3
Reserva do Cabaçal			1		1	2	1	2	3
Ribeirão Cascalheira			1	1	1	2		2	3
Ribeirãozinho		1	1			2	1		
Rio Branco			1		1	2	1	2	3
Santa Carmem	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Santo Afonso		1	1 a 2				1	2	3
São José do Povo		1	1 a 2	1				2	
São José do Rio Claro			1		1	2	1	2	
São José do Xingu	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3	4
São Pedro da Cipa		1	1 a 2	1	2				3
Rondolândia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Rondonópolis		1	1 a 2	1				2	
Rosário Oeste	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Cruz do Xingu	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3	4	4
Salto do Céu			1		1	2	1		
Santa Rita do Trivelato		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Santa Terezinha	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3 a 4	4
Santo Antônio do Leste		1	1	1		2		2	3
Santo Antônio do Leverger		1	1 a 2	1				2	3
São Félix do Araguaia	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Sapezal		1	1 a 2	1	2		2		3
Serra Nova Dourada		1	1 a 2	1	2		2		3
Sinop	1	1	1 a 2	2	2	3		3	4
Sorriso	1	1	1 a 2		2		2		3
Tabaporã	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3	4
Tangará da Serra			1		1	2	1	2	3
Tapurah		1	1 a 2	1				2	
Terra Nova do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	
Tesouro		1	1	1		2		2	3
Torixoréu		1	1			2	1		
União do Sul	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Vale de São Domingos			1 a 2		1		1	2	3
Várzea Grande		1	1 a 2	1	2				3
Vera	1	1	1 a 2		2		2		3
Vila Rica	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3 a 4	4

PORTARIA Nº 213, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado do Pará, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2B710PW, 2B587RR, 2B688RR, 20A55PW, 2B433PW, 2B512PW, 2B655PW, 2B688PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, 2B587PW, 2B810PW, 2B610PW, 2B877PW, 2A620PW, MG300PW, MG652PW, NEX 5617PW, 2B633PW, CD 384PW, 20A78PW, MG699PW, 2B210PW, DB 2B339PW, 2B647PW, 2A401PW, MG580PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3765PW, CD3410PW, MG600PW, CD3775PW, MG744PW, CD384RR, MG699RR, 2B640PW, MG711PW, 2A521PW

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35H, 30F35HR, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F53, 30F53EH, 30F53H, 30F53HR, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30F53YH, 30F53YHR, 30K73H, 30K73YHR, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037VYH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7318YH, BG7330VYH, BG7432H, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7720VYHR, P1630YH, P2830, P2830H, P2830VYH, P3161H, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3340YHR, P3380HR, P3431, P3431H, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844VYH, P3862H, P3862VYH, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285YH, P4285YHR, P3707VYH

HELIX SEMENTES LTDA: BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939 e SHS7939PRO2;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG6310 e LG36701PRO2;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 3700RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO2, AG 1051, AG 5055PRO, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG 8088PRO2, AG9000PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6304PRO, LG6050PRO2, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 50PRO3, NS 50RR2, NS 90PRO, AG 9010PRO, AG7098PRO2, AG 8061, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, AG9025PRO3, AS 1581PRO, AS 1596PRO2, AS 1598, AS1555PRO2, AS1555PRO3, AS1596PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, BM780PRO, BM 840PRO, BM 915PRO, NS 90PRO2, NS 90RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, DKB 177PRO2, DKB177PRO3, NS 92RR2, DKB 390, RB 9004PRO2, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB230PRO3, DKB290, DKB290PRO, LG6036PRO3, DKB290PRO3, DKB310PRO3, DKB390PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6036PRO, LG 6036PRO2, LG 6036RR2, RB 9005PRO2, RB 9110PRO2, SHS7910PRO3, SHS 7915PRO, SHS7915PRO3, SHS 7920PRO, ADV 9434PRO, SHS 7920PRO3, LG 3055, LG 3055PRO, LG 3055PRO2, ADV9345PRO3, NS 92PRO3, RB 9005PRO3, RB 9006PRO3, AG8061PRO3, AG9030PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950PRO3, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, LG 6036, LG 3055PRO3 e LG 6038PRO;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3, ATL 110, ATL 200, ATL 310, Balu 188, FTH 510, FTH 960, RK3014, RK3115, SM 511, SM 966, SM 505 e ATL 300S;

SEMPRE SEMENTES: SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1093 TP3, PRE 22D11, PRE 22S18 TP, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE22S18, SX1093;

SYNGENTA SEEDS LTDA: 3040VIP3, BALU 761, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6003 VIP3, SX6552 VIP3, SX6663 VIP3, SX7331, SX7341 VIP3, SX7772 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SX8394 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SX8934 VIP3, SY6222 VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, SZ7050 VIP3, SZ7634 VIP3 e SZ7684 VIP3.

GRUPO II

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35R e 30F90H;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 02A e RG 03;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: ATL 100, ATL 400, DG 213, DG 501, DG 601, DG 627, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2, R9330PRO2, SG 6010, SG 6011 e SG 6302;

SEMPRE SEMENTES: SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076 e SX1086.

GRUPO III

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340 e AGRI-104.

Notas:

Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaetetuba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Abel Figueiredo	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	10
Acará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Água Azul do Norte	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Alenquer	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Almeirim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Altamira	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12			13
Ananindeua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Anapu	4 a 11	4 a 11	4 a 13	12	12 a 13		13		
Augusto Corrêa	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Aurora do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Aveiro	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Bagre	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Baião	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Bannach	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Barcarena	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belterra	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Benevides	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bom Jesus do Tocantins	4 a 7	4 a 8	4 a 8	8		9		9	10
Bonito	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bragança	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Brasil Novo	4 a 10	4 a 11	4 a 13	11 a 12	12 a 13		13		
Brejo Grande do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Breu Branco	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Bujaru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cachoeira do Piriá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cametá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Canaã dos Carajás	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Capanema	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Capitão Poço	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Castanhal	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Colares	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Conceição do Araguaia	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Concórdia do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cumaru do Norte	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Curionópolis	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Curuá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Curuçá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Dom Eliseu	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Eldorado do Carajás	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8				9
Faro	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Floresta do Araguaia	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Garrafão do Norte	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Goianésia do Pará	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Gurupá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Açu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Miri	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Inhangapi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ipixuna do Pará	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12 a 13	13	
Irituia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Itaituba	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Itupiranga	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	
Jacareacanga	4 a 8	4 a 8	4 a 10	9	9 a 10	11	10	11	12
Jacundá	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Juruti	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Limoeiro do Ajuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mãe do Rio	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Magalhães Barata	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marabá	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		10
Maracanã	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marapanim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marituba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Medicilândia	4 a 10	4 a 11	4 a 13	11	12		12 a 13	13	
Melgaço	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mocajuba	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Moju	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mojuí dos Campos	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Monte Alegre	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Nova Esperança do Piriá	4 a 11	4 a 13	4 a 13	12 a 13					
Nova Ipixuna	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				10
Nova Timboteua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Novo Progresso	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9		
Novo Repartimento	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12
Óbidos	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Oeiras do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Oriximiná	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ourém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ourilândia do Norte	4 a 7	4 a 8	4 a 8			9	8	9	
Pacajá	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11		13	12	12 a 13	
Palestina do Pará	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Paragominas	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Parauapebas	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	10
Pau D"Arco	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Peixe-Boi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Piçarra	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Placas	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Portel	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Porto de Moz	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Prainha	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Primavera	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Quatipuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Redenção	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Rio Maria	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Rondon do Pará	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Rurópolis	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Salinópolis	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Bárbara do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Izabel do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Luzia do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Maria das Barreiras	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Santa Maria do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santana do Araguaia	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6		7	7	7	8
Santarém	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Santarém Novo	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santo Antônio do Tauá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Caetano de Odivelas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Domingos do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9
São Domingos do Capim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Félix do Xingu	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		10
São Francisco do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Geraldo do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
São João da Ponta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João de Pirabas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
São Miguel do Guamá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Sapucaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Senador José Porfírio	4 a 11	4 a 11	4 a 13	12	12 a 13		13		
Tailândia	4 a 11	4 a 12	4 a 13		13		12 a 13		
Terra Alta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Terra Santa	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Tomé-Açu	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Tracuateua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Trairão	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13			
Tucumã	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	10
Tucuruí	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Ulianópolis	4 a 7	4 a 8	4 a 10	8	9		9	10	11
Uruará	4 a 10	4 a 11	4 a 12				11	12	13
Vigia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Viseu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Vitória do Xingu	4 a 10	4 a 11	4 a 13	11 a 12	12 a 13		13		
Xinguara	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaetetuba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Abel Figueiredo	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6		7		7	8
Acará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Água Azul do Norte	4 a 5	4 a 5	4 a 6	6	6	7		7	8
Alenquer	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Almeirim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Altamira	4 a 7	4 a 8	4 a 10	8	9		9	10	11
Ananindeua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Anapu	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Augusto Corrêa	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Aurora do Pará	4 a 11	4 a 11	4 a 12		12	13	12	13	
Aveiro	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Bagre	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Baião	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12		12	13
Bannach	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Barcarena	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belterra	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12		12		13
Benevides	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bom Jesus do Tocantins	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Bonito	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bragança	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Brasil Novo	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Brejo Grande do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Breu Branco	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9		10 a 11		10	
Bujaru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cachoeira do Piriá	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Cametá	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Canaã dos Carajás	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	8
Capanema	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Capitão Poço	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Castanhal	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Colares	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Conceição do Araguaia	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Concórdia do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Cumaru do Norte	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Curionópolis	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6		7		7	8
Curuá	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Curuçá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Dom Eliseu	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Eldorado do Carajás	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	
Faro	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Floresta do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Garrafão do Norte	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Goianésia do Pará	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9	10	10 a 11
Gurupá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Açu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Miri	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Inhangapi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ipixuna do Pará	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11		11		12
Irituia	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Itaituba	4 a 9	4 a 10	4 a 10	10		11 a 12	11	11	
Itupiranga	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Jacareacanga	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7 a 8	8 a 9	9	9		10
Jacundá	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9
Juruti	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12				13	
Limoeiro do Ajuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mãe do Rio	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Magalhães Barata	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marabá	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Maracanã	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marapanim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marituba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Medicilândia	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Melgaço	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Mocajuba	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11 a 12	12	13		13	
Moju	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Mojuí dos Campos	4 a 9	4 a 10	4 a 12	10	11		11	12	13
Monte Alegre	4 a 11	4 a 13	4 a 13	12			13		
Nova Esperança do Piriá	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12		12		13
Nova Ipixuna	4 a 6	4 a 6	4 a 7		7	8	7	8	9
Nova Timboteua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Novo Progresso	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Novo Repartimento	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		10 a 11
Óbidos	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Oeiras do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Oriximiná	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Ourém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ourilândia do Norte	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7		7		8
Pacajá	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Palestina do Pará	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Paragominas	4 a 8	4 a 8	4 a 9	9	9 a 10	10 a 11	10		
Parauapebas	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Pau D"Arco	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Peixe-Boi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Piçarra	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Placas	4 a 9	4 a 10	4 a 10	10		11 a 12	11	11	13
Portel	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13				
Porto de Moz	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Prainha	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Primavera	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Quatipuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Redenção	4	4 a 5	4 a 6		6		5		7
Rio Maria	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Rondon do Pará	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Rurópolis	4 a 9	4 a 10	4 a 10	10	11	11 a 12	11		13
Salinópolis	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Bárbara do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Izabel do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Luzia do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Maria das Barreiras	4	4 a 5	4 a 6				5	6	7
Santa Maria do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santana do Araguaia		4	4 a 5	4	5		5	6	6
Santarém	4 a 11	4 a 12	4 a 12			13	12	13	
Santarém Novo	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santo Antônio do Tauá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Caetano de Odivelas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Domingos do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	
São Domingos do Capim	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
São Félix do Xingu	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
São Francisco do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Geraldo do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
São João da Ponta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João de Pirabas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João do Araguaia	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	8
São Miguel do Guamá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Sapucaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Senador José Porfírio	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Tailândia	4 a 10	4 a 10	4 a 11		11	12	11	12	
Terra Alta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Terra Santa	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Tomé-Açu	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12	12	12	13
Tracuateua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Trairão	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12
Tucumã	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Tucuruí	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9		10		10	11
Ulianópolis	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Uruará	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Vigia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Viseu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Vitória do Xingu	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Xinguara	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaetetuba	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Abel Figueiredo		4	4	4	5	5 a 6	5	6	
Acará	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	
Água Azul do Norte		4	4	4		5	5	5	6
Alenquer	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Almeirim	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Altamira	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Ananindeua	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Anapu	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9	10	10 a 11			
Augusto Corrêa	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Aurora do Pará	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	
Aveiro	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12
Bagre	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10				11	12
Baião	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10		
Bannach		4	4	4		5		5	
Barcarena	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Belém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belterra	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10 a 11	11	12
Benevides	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bom Jesus do Tocantins	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Bonito	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Bragança	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Brasil Novo	4 a 8	4 a 8	4 a 9	9	9 a 10	10	10		11
Brejo Grande do Araguaia			4		4	5	4	5	
Breu Branco	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Bujaru	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Cachoeira do Piriá	4 a 11	4 a 11	4 a 12	12	12	13		13	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cametá	4 a 11	4 a 11	4 a 13		12 a 13		12		
Canaã dos Carajás		4	4	4		5	5	5	6
Capanema	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Capitão Poço	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Castanhal	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Colares	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Conceição do Araguaia			4		4		4		5
Concórdia do Pará	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	
Cumaru do Norte			4		4	5	4	5	
Curionópolis		4	4	4		5	5	5	6
Curuá	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11			12	12	13
Curuçá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Dom Eliseu	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Eldorado do Carajás		4	4	4		5		5	6
Faro	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Floresta do Araguaia			4		4	5	4		
Garrafão do Norte	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12	12	12	13
Goianésia do Pará	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Gurupá	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Igarapé-Açu	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Igarapé-Miri	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13				
Inhangapi	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Ipixuna do Pará	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Irituia	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	
Itaituba	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Itupiranga	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	
Jacareacanga	4	4 a 6	4 a 6	5 a 6	7 a 8	7	7		8
Jacundá	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Juruti	4 a 10	4 a 10	4 a 11		11	12	11	12	13
Limoeiro do Ajuru	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Mãe do Rio	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12		12	13	13
Magalhães Barata	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marabá	4	4 a 5	4 a 5	5		6		6	7
Maracanã	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marapanim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marituba	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Medicilândia	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Melgaço	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Mocajuba	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11		13
Moju	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Mojuí dos Campos	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10		10	11	11
Monte Alegre	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11				12	13
Nova Esperança do Piriá	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Nova Ipixuna	4	4 a 5	4 a 5	5		6		6	7
Nova Timboteua	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Novo Progresso	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Novo Repartimento	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Óbidos	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Oeiras do Pará	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Oriximiná	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Ourém	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Ourilândia do Norte		4	4 a 5	4	5	6	5	6	
Pacajá	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8			9	9	10
Palestina do Pará			4		4	5	4		
Paragominas	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Parauapebas	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Pau D"Arco			4		4	5	4	5	
Peixe-Boi	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Piçarra			4		4	5	4	5	
Placas	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Portel	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11		
Porto De Moz	4 a 11	4 a 11	4 a 12		12	13			
Prainha	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12		12	13
Primavera	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Quatipuru	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Redenção			4		4	5	4		
Rio Maria			4		4	5	4	5	
Rondon Do Pará	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	
Rurópolis	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Salinópolis	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Bárbara do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Izabel do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Santa Luzia do Pará	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Santa Maria das Barreiras			4		4		4		5
Santa Maria do Pará	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Santana do Araguaia						4		4	5
Santarém	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11		
Santarém Novo	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santo Antônio do Tauá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Caetano de Odivelas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Domingos do Araguaia		4	4			5	4	5	6
São Domingos do Capim	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	
São Félix do Xingu	4	4 a 5	4 a 6	5			6	6	7
São Francisco do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
São Geraldo do Araguaia			4		4	5	4	5	
São João da Ponta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João de Pirabas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João do Araguaia		4	4	4		5		5	6
São Miguel do Guamá	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sapucaia			4		4	5	4	5	
Senador José Porfírio	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9	10	10 a 11	10		
Tailândia	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9		10		10	11
Terra Alta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Terra Santa	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Tomé-Açu	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Tracuateua	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Trairão	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10			
Tucumã	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Tucuruí	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Ulianópolis	4	4 a 6	4 a 6	5		7	6	7	8
Uruará	4 a 7	4 a 8	4 a 8	8		9		9	10
Vigia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Viseu	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Vitória do Xingu	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9	10	10	10		11
Xinguara			4		4	5	4	5	

(*)N. da Coejo: Republicadas por terem saído no DOU de 23-10-2017, Seção 1, páginas 82 a 100, com incorreção.

PORTARIA Nº 225, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Cancelar a Portaria Nº 62, de 27 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, na Seção I, páginas 75 a 80.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado do Maranhão, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 2º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

e) Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,55 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9105 PRO, PAC 105, ADV9860 e ADV9860 PRO;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe, Copacabana e IPANEMA;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B433PW, 2B512PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B655Hx, 2B655PW, 2B688PW, 2B688RR, 2B710PW, 2B810PW, 2B877PW, 2A401PW, 2B210PW, 2B346PW, CD 384, CD 384HR, CD 384PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 2B647PW, 929V, DB 2B339PW, NEX 5617Hx, NEX 5617PW, MG600PW, MG744PW, CD3410PW, CD3775PW, MG699RR, 2A521PW, 2B640PW, MG711PW e CD384RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35R, 30F35VYHR, 30F53, 30F53E, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30R50YH, 30S31VYH, 30S31VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646YHR, P3844H, P3862H, P4285, P4285YH e P4285YHR;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 5033 (Asa Branca), BRS 1055, BRS 1060, BRS 3040, BRS Assum Preto, BRS Caatingueiro e BRS Gorutuba;

GENESEEDS: BM 3061;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 3063PRO2, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, SHS 4070, SHS 4090, SHS 4050, SHS 5050, SHS 3031, SHS 5070, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS 7080, SHS 7090, SHS 7770, BM 207, BM 502, SHS 4080, BM810PRO2, BM812, BM270 e ExtendaxRR2;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e ANHEMBI;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG9030PRO, AG 9040YG, AS1555RR2, AG9030PRO2, GNZ 9626PRO, AS1555PRO2, AS1555PRO, AG 8676PRO2, AS 1625PRO2, GNZ 9688PRO, GNZ 9505YG, AG 8676PRO, DKB330PRO, GNZ9501PRO, AG 9010, AS 1665PRO, AG 9010PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AG 8088PRO, AG 8580PRO, AS1596PROX, AS1573PRO, DKB 350PRO, AS1575PRO3, DKB 390PRO2, AS 1596, DKB390PROX, DKB 390PRO, AS 1581PRO, DKB 390, AS 1598PRO2, AS 1598PRO, AS 1598, AG8088PROX, AG 8088PRO2, AG 8061PRO, DKB 175PRO, AG 7088PRO2, AS 1633PRO2, DKB 330RR2, AS 1656PRO2, DKB330PRO2, DKB 310PRO2, DKB 330, AG 8544PRO, DKB315PRO, DKB 310PRO, AG 5055PRO, AG 5011YG, AG 5011, AG 7088, AG 1051, AG8025PRO2, AG7088PROX, AG 7088RR2, AG 7098PRO, DKB340PRO2, DKB 340PRO, AG 8041PRO, DKB 177, AG9030RR2, DKB 177PRO2, DKB 390RR2, AG 7088PRO, DKB 250PRO, DKB 177RR2, AG 8061PRO2, DKB177PRO, AG7098PRO2, AG 8544PRO2, DKB245PRO2, AS 1575PRO, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 90PRO, AG9000PRO3, NS 90PRO2, AG9025PRO3, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, RB9110PRO, RB 9308PRO, LG 6036RR2, RB 9004PRO, RB 9005PRO, RB 9005PRO2, 2300RR2, RB 9006PRO, SHS7915PRO3, BM950PRO3, DKB290PRO, 3700RR2, AS1596PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, SHS 7915PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9077PRO, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3 e AS1735PRO3;

NIDERA: BX970;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, ATL 200, SM 511, ATL 110, SM 966, ATL 310, RK3014, RK3115 e Balu 188;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030 e XB 8010;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Balu 184, Balu 580, BALU 761, Cargo TL, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, GSS 3969, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, RB 6324, SG 6015, SG 6418, SX7331 Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 Viptera, Thunder, Tropical Plus, SOMMA VIP3, Somma, Somma TL, Somma Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, Formula VIP2, SX7331 TG, Formula TG e 3040VIP3.

GRUPO II

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B633PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BR 5011 (Sertanejo), BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 2223, BRS 3025, BRS 3035, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104 e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ 2005 e GNZ7280;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 810, BM 709, BM 709PRO2 e BM904;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 2M80, 2M77, 3M51, 4M50, 4M02, 2M88 e 3M40;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9690PRO, BM 915PRO, BM780PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, RB 9210PRO, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, RB 9005PRO3, NS 50RR2 e LG 6036PRO2;

NIDERA: BX1200;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: SM 505, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2 e R9330PRO2;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20 e RVM 40;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL 34;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1076 e SX1086.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Açailândia	34 a 3	32 a 3	32 a 3	32 a 33			31	31	31
Afonso Cunha	1 a 5	36 a 5	36 a 5	36				35	35
Água Doce do Maranhão	3 a 5	2 a 5	2 a 5	2		1	1	1	
Alcântara	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Aldeias Altas	36 a 5	36 a 5	36 a 5		35	35	35	34	34
Altamira do Maranhão	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Alto Alegre do Maranhão	36 a 5	36 a 5	36 a 5	35	35	35	34	34	34
Alto Alegre do Pindaré	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34	33	33	33
Alto Parnaíba	31 a 36	31 a 36	31 a 36	30	30	30			
Amapá do Maranhão	2 a 3	2 a 3	1 a 3	1	1		36	36	36
Amarante do Maranhão	34 a 3	33 a 3	32 a 3	32 a 33	32		31	31	31
Anajatuba	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Anapurus	1 a 5	1 a 5	1 a 5		36	36	36		
Apicum-Açu	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Araguanã	1 a 3	1 a 3	36 a 3	36	35 a 36			34	34 a 35
Araioses	3 a 5	2 a 5	2 a 5	2			1	1	1
Arame	35 a 3	34 a 3	33 a 3	33 a 34	32 a 33	32	32		
Arari	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36			35	34 a 35	34 a 35
Axixá	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1		36	36
Bacabal	36 a 3	36 a 3	35 a 3	35	34 a 35	34	34	33	33
Bacabeira	2 a 3	2 a 3	1 a 3	1	1		36	36	36
Bacuri	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Bacurituba	2 a 3	2 a 3	1 a 3	1	1			36	36
Balsas	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30					
Barão de Grajaú	1 a 4	35 a 5	33 a 5	5 + 35 a 36	33 a 34	32	33 a 34	32	31
Barra do Corda	35 a 3	34 a 3	33 a 3	33 a 34	32 a 33	32	32	31	31
Barreirinhas	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Belágua	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1			36	36	36
Bela Vista do Maranhão	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Benedito Leite		32 a 36	32 a 36	33 a 36	31	31	32		
Bequimão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1		36	36
Bernardo do Mearim	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34		33	33
Boa Vista do Gurupi	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Bom Jardim	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	32 a 33	32	32
Bom Jesus das Selvas	34 a 3	34 a 3	34 a 3	33	32 a 33	32 a 33	32		
Bom Lugar	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Brejo	1 a 5	1 a 5	1 a 5				36	36	36
Brejo de Areia	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
Buriti	1 a 5	1 a 5	1 a 5	36	36	36			
Buriti Bravo	36 a 5	34 a 5	34 a 5	34 a 35	33	33	33	32	32
Buriticupu	35 a 3	34 a 3	34 a 3	33 a 34	33	33	32	32	32
Buritirana	34 a 3	32 a 3	32 a 3	32 a 33	31	31	31		
Cachoeira Grande	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cajapió	2 a 3	2 a 3	1 a 3	1	1		36	36	36
Cajari	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Campestre do Maranhão	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31	30	30	30		
Cândido Mendes	2 a 3	2 a 3	1 a 3	1	1		36	36	36
Cantanhede	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				35	35
Capinzal do Norte	36 a 5	35 a 5	35 a 5	34 a 35	34	34		33	33
Carolina	30 a 36	30 a 36	30 a 36						
Carutapera	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Caxias	36 a 5	36 a 5	36 a 5		34 a 35	34 a 35	34 a 35		
Cedral	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Central do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Centro do Guilherme	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Centro Novo do Maranhão	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	32 a 33	32 a 33
Chapadinha	1 a 5	36 a 5	36 a 5	36				35	35
Cidelândia	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		
Codó	36 a 5	35 a 5	35 a 5	35	34	34	34	33	33
Coelho Neto	1 a 5	1 a 5	36 a 5	36	36			35	35
Colinas	35 a 5	33 a 5	33 a 5	33 a 34	32	32	32	31	31
Conceição do Lago-Açu	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Coroatá	36 a 5	36 a 5	36 a 5		35	35	35	34	34
Cururupu	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Davinópolis	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		
Dom Pedro	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Duque Bacelar	1 a 5	1 a 5	1 a 5	36	36	36			
Esperantinópolis	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Estreito	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30					
Feira Nova do Maranhão	32 a 36	31 a 36	31 a 36	30 a 31	30	30			
Fernando Falcão	35 a 3	33 a 3	32 a 3	33 a 34	31 a 32	31	32		
Formosa da Serra Negra	35 a 3	31 a 3	31 a 3	32 a 34			31	30	30
Fortaleza dos Nogueiras	35 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 34	30	30	30		
Fortuna	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Godofredo Viana	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Gonçalves Dias	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Governador Archer	35 a 3	35 a 3	34 a 3	34	34		33	33	33
Governador Edison Lobão	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31	30	30
Governador Eugênio Barros	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Governador Luiz Rocha	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Governador Newton Bello	36 a 3	36 a 3	36 a 3	35	35	35	34	34	34
Governador Nunes Freire	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Graça Aranha	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Grajaú	35 a 3	34 a 3	32 a 3	34	31 a 33	31	31 a 33		
Guimarães	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Humberto de Campos	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Icatu	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Igarapé do Meio	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Igarapé Grande	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
Imperatriz	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		
Itaipava do Grajaú	35 a 3	34 a 3	33 a 3	33 a 34	32 a 33	32	32	31	31
Itapecuru Mirim	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			35
Itinga do Maranhão	34 a 3	33 a 3	33 a 3	32 a 33	32	32		31	31
Jatobá	35 a 5	33 a 5	33 a 5	33 a 34		32	32	31 a 32	31
Jenipapo dos Vieiras	35 a 3	34 a 3	33 a 3	33 a 34	32 a 33	32	32	31	31
João Lisboa	34 a 3	32 a 3	32 a 3	32 a 33		31	31	31	
Joselândia	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Junco do Maranhão	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Lago da Pedra	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	33 a 34	33 a 34	33	32	32
Lago do Junco	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
Lago Verde	36 a 3	36 a 3	36 a 3	35	35	35	34	34	34
Lagoa do Mato	36 a 5	34 a 5	33 a 5	35	33		33 a 34	32	32
Lago dos Rodrigues	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
Lagoa Grande do Maranhão	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	32 a 33	32	32
Lajeado Novo	34 a 3	31 a 3	31 a 3	31 a 33				30	30
Lima Campos	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Loreto	36	31 a 36	31 a 36	32 a 35			31	30	30
Luís Domingues	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Magalhães de Almeida	2 a 5	2 a 5	2 a 5	1	1	1			
Maracaçumé	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Marajá do Sena	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	32 a 33	32	32
Maranhãozinho	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Mata Roma	1 a 5	1 a 5	1 a 5	36	36	36			
Matinha	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Matões	36 a 5	35 a 5	35 a 5	34 a 35	34	34		33	33
Matões do Norte	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Milagres do Maranhão	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1				36	36
Mirador	35 a 5	33 a 5	32 a 5	33 a 34	31 a 32	31	32	30	30
Miranda do Norte	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				35	35
Mirinzal	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Monção	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35		35	34	34 a 35
Montes Altos	34 a 3	32 a 3	32 a 3	32 a 33	31	31	31		30
Morros	2 a 3	2 a 3	1 a 3	1	1			36	36
Nina Rodrigues	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Nova Colinas	35 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 34	30	30	30		
Nova Iorque	2 a 4	33 a 5	32 a 5	5 + 33 a 1	32	31	32	31	
Nova Olinda do Maranhão	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35	35	35	34	34
Olho D"Água das Cunhãs	36 a 3	36 a 3	36 a 3	35	34 a 35	34 a 35	34	33	33
Olinda Nova do Maranhão	1 a 3	1 a 3	1 a 3			36	36	36	
Paço do Lumiar	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Palmeirândia	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Paraibano	36 a 4	33 a 5	33 a 5	5 + 35	32	32	32 a 34	31	31

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parnarama	36 a 5	35 a 5	34 a 5	34 a 35	33 a 34	33	33		
Passagem Franca	36 a 5	34 a 5	33 a 5	34 a 35	32 a 33	32	32 a 33		31
Pastos Bons	1 a 4	33 a 5	32 a 5	5 + 33 a 36	32	31	32	31	
Paulino Neves	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Paulo Ramos	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	32 a 33	32 a 33
Pedreiras	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34		33	33
Pedro do Rosário	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Penalva	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Peri Mirim	2 a 3	2 a 3	1 a 3	1	1			36	36
Peritoró	36 a 5	35 a 5	35 a 5	35	34	34	34		
Pindaré-Mirim	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Pinheiro	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Pio XII	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	34 a 35	34	34
Pirapemas	36 a 3	36 a 3	36 a 3				35	34 a 35	34 a 35
Poção de Pedras	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	32 a 33	32 a 33
Porto Franco	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31	30	30	30		
Porto Rico do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Presidente Dutra	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Presidente Juscelino	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Presidente Médici	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Presidente Sarney	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Presidente Vargas	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Primeira Cruz	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Raposa	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Riachão	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30					
Ribamar Fiquene	32 a 3	31 a 3	31 a 3	31				30	30
Rosário	2 a 3	2 a 3	1 a 3	1	1		36	36	36
Sambaíba	35 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 34	30	30	30		
Santa Filomena do Maranhão	35 a 3	34 a 3	34 a 3	33 a 34	33	33	32	31 a 32	31 a 32
Santa Helena	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Santa Inês	36 a 3	36 a 3	36 a 3	35	35	35	34	34	34
Santa Luzia	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Santa Luzia do Paruá	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Santa Quitéria do Maranhão	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1				36	36
Santa Rita	1 a 3	1 a 3	1 a 3			36	36	36	
Santana do Maranhão	2 a 5	2 a 5	2 a 5	1	1	1			
Santo Amaro do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Santo Antônio dos Lopes	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
São Benedito do Rio Preto	1 a 5	1 a 5	1 a 5		36	36	36		
São Bento	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
São Bernardo	2 a 5	2 a 5	2 a 5	1	1	1			
São Domingos do Azeitão	33 a 36	32 a 36	33 a 36	32	31	32	31		
São Domingos do Maranhão	35 a 3	34 a 3	34 a 3	33 a 34	33	33		32	32
São Félix de Balsas		32 a 36	31 a 36	33 a 36	31		31 a 32	30	30
São Francisco do Brejão	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32			31	31	31
São Francisco do Maranhão	1 a 5	35 a 5	34 a 5	35 a 36	33 a 34	33	33 a 34	32	32
São João Batista	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
São João do Carú	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
São João do Paraíso	33 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 32	30	30	30		
São João do Soter	36 a 5	35 a 5	35 a 5	34 a 35	34	34		33	33
São João dos Patos	1 a 4	34 a 5	33 a 5	5 + 35 a 36	32 a 33	32	33 a 34		31
São José de Ribamar	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
São José dos Basílios	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
São Luís	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			36
São Luís Gonzaga do Maranhão	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
São Mateus do Maranhão	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	34 a 35	34	34
São Pedro da Água Branca	32 a 3	31 a 3	31 a 3	31				30	30
São Pedro dos Crentes	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31	30	30	30		
São Raimundo das Mangabeiras	35 a 36	31 a 36	31 a 36	32 a 34			31	30	30
São Raimundo do Doca Bezerra	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
São Roberto	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
São Vicente Ferrer	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Satubinha	36 a 3	36 a 3	36 a 3	35	34 a 35	35	34		34
Senador Alexandre Costa	35 a 3	35 a 3	34 a 3	34	33 a 34	33	33		
Senador La Rocque	34 a 3	32 a 3	32 a 3	32 a 33	31	31	31		
Serrano do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Sítio Novo	35 a 3	31 a 3	31 a 3	31 a 34				30	30
Sucupira do Norte	36 a 4	33 a 5	32 a 5	5 + 33 a 35	32	31	32	31	
Sucupira do Riachão	1 a 4	34 a 5	33 a 5	5 + 35 a 36	32 a 33	32	33 a 34		31
Tasso Fragoso	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30		
Timbiras	36 a 5	36 a 5	36 a 5		35	35	35	34	34
Timon	36 a 5	36 a 5	36 a 5		34 a 35	34 a 35	34 a 35		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Trizidela do Vale	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Tufilândia	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	34 a 35	34	34
Tuntum	35 a 3	33 a 3	33 a 3	33 a 34	32	32	32	31	31
Turiaçu	2 a 3	2 a 3	1 a 3	1	1			36	36
Turilândia	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Tutóia	2 a 3	2 a 3	2 a 3		1	1	1		
Urbano Santos	1 a 5	1 a 5	1 a 5			36	36	36	
Vargem Grande	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				35	35
Viana	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Vila Nova Dos Martírios	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		30
Vitória do Mearim	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35		35	34	34 a 35
Vitorino Freire	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34		33	33
Zé Doca	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Açailândia	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32			31	31	31
Afonso Cunha	1 a 5	36 a 5	36 a 5	36				35	35
Água Doce do Maranhão	3 a 5	2 a 5	2 a 5	2		1	1	1	
Alcântara	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Aldeias Altas	36 a 5	36 a 5	36 a 5		35	35	35	34	34
Altamira do Maranhão	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Alto Alegre do Maranhão	36 a 5	36 a 5	36 a 5	35	35	35	34	34	34
Alto Alegre do Pindaré	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34	33	33	33
Alto Parnaíba	31 a 36	31 a 36	31 a 36	30	30	30			
Amapá do Maranhão	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Amarante do Maranhão	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32			31	31	31
Anajatuba	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Anapurus	1 a 5	1 a 5	1 a 5		36	36	36		
Apicum-Açu	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Araguanã	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36		35		34 a 35	34
Araioses	3 a 5	2 a 5	2 a 5	2			1	1	1
Arame	34 a 3	34 a 3	33 a 3	33	32 a 33	32	32		
Arari	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36			35	34 a 35	34 a 35
Axixá	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1		36	36
Bacabal	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Bacabeira	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
Bacuri	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Bacurituba	2 a 3	1 a 3	2 a 3	1		1		36	36
Balsas	31 a 36	30 a 36	31 a 36	30		30			
Barão de Grajaú	36 a 3	33 a 3	33 a 4	34 a 35	4 + 32	5 + 32	4 + 32 a 33	5 + 31	31
Barra do Corda	34 a 3	33 a 3	33 a 3	33	32	32	32	31	31
Barreirinhas	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Belágua	1 a 5	1 a 5	1 a 5				36	36	36
Bela Vista do Maranhão	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Benedito Leite	36	32 a 36	32 a 36	31 a 35	31	31			
Bequimão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1		36	36
Bernardo do Mearim	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34		33	33
Boa Vista do Gurupi	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Bom Jardim	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	32 a 33	32	32
Bom Jesus das Selvas	34 a 3	34 a 3	34 a 3	33	32 a 33	32 a 33	32		
Bom Lugar	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Brejo	1 a 5	1 a 5	1 a 5				36	36	36
Brejo de Areia	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
Buriti	1 a 5	1 a 5	1 a 5	36	36	36			
Buriti Bravo	35 a 4	34 a 5	34 a 5	5 + 33 a 34	33	33		32	32
Buriticupu	35 a 3	34 a 3	34 a 3	33 a 34	33	33	32	32	32
Buritirana	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32	31	31	31		
Cachoeira Grande	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Cajapió	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
Cajari	1 a 3	1 a 3	36 a 3	36	36			35	35
Campestre do Maranhão	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31	30	30	30		
Cândido Mendes	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Cantanhede	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				35	35
Capinzal do Norte	36 a 5	35 a 5	35 a 5	35	34	34	34	33	33
Carolina	30 a 36	30 a 36	30 a 36						
Carutapera	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Caxias	36 a 5	36 a 5	36 a 5		34 a 35	34 a 35	34 a 35		
Cedral	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Central do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Centro do Guilherme	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Centro Novo do Maranhão	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34	33	32 a 33	32 a 33

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Chapadinha	1 a 5	36 a 5	36 a 5	36				35	35
Cidelândia	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32	31	31	31		
Codó	36 a 5	35 a 5	35 a 5	35	34	34	34	33	33
Coelho Neto	1 a 5	36 a 5	1 a 5	36		36		35	35
Colinas	34 a 4	33 a 4	33 a 5	33	5 + 32	32	5 + 32	31	31
Conceição do Lago-Açu	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Coroatá	36 a 5	36 a 5	36 a 5		35	35	35	34	34
Cururupu	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Davinópolis	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		
Dom Pedro	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34		33	33	32 a 33	32
Duque Bacelar	1 a 5	1 a 5	1 a 5	36	36	36			
Esperantinópolis	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34		33	33	32 a 33	32
Estreito	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30					
Feira Nova do Maranhão	31 a 36	31 a 36	31 a 36	30	30	30			
Fernando Falcão	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32	31	31	31		
Formosa da Serra Negra	33 a 3	31 a 3	31 a 3	31 a 32				30	30
Fortaleza dos Nogueiras	33 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 32	30	30	30		
Fortuna	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Godofredo Viana	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Gonçalves Dias	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33		32
Governador Archer	35 a 3	35 a 3	34 a 3	34	34		33	33	33
Governador Edison Lobão	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31	30	30
Governador Eugênio Barros	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Governador Luiz Rocha	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Governador Newton Bello	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	34 a 35	34 a 35	34	33
Governador Nunes Freire	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Graça Aranha	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Grajaú	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32	31	31	31		
Guimarães	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Humberto de Campos	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Icatu	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Igarapé do Meio	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35	35	35	34	34
Igarapé Grande	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34	33	33	33
Imperatriz	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		
Itaipava do Grajaú	34 a 3	33 a 3	33 a 3	33	32	32	32	31	31
Itapecuru Mirim	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			35
Itinga do Maranhão	34 a 3	33 a 3	33 a 3	32 a 33	32	32		31	31
Jatobá	34 a 4	34 a 5	33 a 5	33	32 a 33	32	5 + 32	31	31
Jenipapo dos Vieiras	34 a 3	33 a 3	33 a 3	33	32	32	32	31	31
João Lisboa	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32	31	31	31		
Joselândia	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Junco do Maranhão	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Lago da Pedra	35 a 3	35 a 3	34 a 3	34	34	33	33	32 a 33	32
Lago do Junco	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
Lago Verde	36 a 3	36 a 3	36 a 3	35	35	35	34	34	34
Lagoa do Mato	35 a 4	34 a 4	34 a 5	33 a 34	5 + 33	33	5	32	32
Lago dos Rodrigues	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34	33	33	33
Lagoa Grande do Maranhão	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	32 a 33	32	32
Lajeado Novo	32 a 3	31 a 3	31 a 3	31				30	30
Lima Campos	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Loreto	35 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 34				30	30
Luís Domingues	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Magalhães De Almeida	2 a 5	2 a 5	2 a 5	1	1	1			
Maracaçumé	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Marajá do Sena	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	32 a 33	32	32
Maranhãozinho	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Mata Roma	1 a 5	1 a 5	1 a 5	36	36	36			
Matinha	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Matões	36 a 5	35 a 5	35 a 5	34 a 35	34	34		33	33
Matões do Norte	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Milagres do Maranhão	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1				36	36
Mirador	34 a 3	32 a 4	32 a 5	4 + 32 a 33	5 + 31	31	31	30	30
Miranda do Norte	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				35	35
Mirinzal	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Monção	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36		35	35	34 a 35	34
Montes Altos	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		30
Morros	2 a 3	1 a 3	2 a 3	1		1		36	36
Nina Rodrigues	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Nova Colinas	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31	30	30	30		
Nova Iorque	36 a 3	32 a 3	32 a 4	32 a 35	4 + 31	5 + 31	4 + 31		
Nova Olinda do Maranhão	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36		35	35	34 a 35	34
Olho D"Água das Cunhãs	36 a 3	36 a 3	35 a 3	35	34 a 35	34	34	33	33
Olinda Nova do Maranhão	1 a 3	1 a 3	1 a 3			36	36	36	
Paço do Lumiar	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Palmeirândia	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
Paraibano	35 a 3	33 a 4	33 a 5	4 + 33 a 34	32	32	31 a 32	5 + 31	31
Parnarama	36 a 4	34 a 5	34 a 5	5 + 34 a 35	33	33	33		32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Passagem Franca	35 a 3	33 a 4	33 a 5	4 + 33 a 34	5 + 32	32	5 + 32	31	31
Pastos Bons	35 a 3	32 a 4	32 a 5	32 a 34	31	31	4 + 31	5	
Paulino Neves	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Paulo Ramos	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	32 a 33	32 a 33
Pedreiras	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34		33	33
Pedro do Rosário	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Penalva	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Peri Mirim	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Peritoró	36 a 5	35 a 5	35 a 5	35	34	34	34		
Pindaré-Mirim	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Pinheiro	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Pio XII	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Pirapemas	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36		35	35	34 a 35	34
Poção de Pedras	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	32 a 33	32 a 33
Porto Franco	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30		
Porto Rico do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Presidente Dutra	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Presidente Juscelino	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
Presidente Médici	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Presidente Sarney	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Presidente Vargas	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Primeira Cruz	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Raposa	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Riachão	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30					
Ribamar Fiquene	32 a 3	31 a 3	31 a 3	31				30	30
Rosário	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
Sambaíba	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31	30	30	30		
Santa Filomena do Maranhão	34 a 3	34 a 3	34 a 3	33	33	33	32	31 a 32	31 a 32
Santa Helena	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Santa Inês	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	34 a 35	34 a 35	34	
Santa Luzia	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Santa Luzia do Paruá	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Santa Quitéria do Maranhão	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1				36	36
Santa Rita	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Santana do Maranhão	2 a 5	2 a 5	2 a 5	1	1	1			
Santo Amaro do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Santo Antônio dos Lopes	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
São Benedito do Rio Preto	1 a 5	1 a 5	1 a 5		36	36	36		
São Bento	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
São Bernardo	2 a 5	2 a 5	2 a 5	1	1	1			
São Domingos do Azeitão	35 a 36	32 a 36	32 a 36	32 a 34	31	31	31		
São Domingos do Maranhão	35 a 3	34 a 3	34 a 3	33 a 34	33	33		32	32
São Félix de Balsas	35 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 34				30	30
São Francisco do Brejão	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32		31	31	31	
São Francisco do Maranhão	36 a 3	34 a 4	34 a 5	4 + 33 a 35	5 + 33	33	5	32	32
São João Batista	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
São João do Carú	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
São João do Paraíso	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31	30	30	30		
São João do Soter	36 a 5	35 a 5	35 a 5	34 a 35	34	34		33	33
São João dos Patos	35 a 3	33 a 4	33 a 5	33 a 34	32	32	4 + 32	5 + 31	31
São José de Ribamar	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
São José dos Basílios	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
São Luís	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			36
São Luís Gonzaga Do Maranhão	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
São Mateus do Maranhão	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
São Pedro da Água Branca	32 a 3	31 a 3	31 a 3	31				30	30
São Pedro dos Crentes	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30		
São Raimundo das Mangabeiras	33 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 32			30	30	30
São Raimundo do Doca Bezerra	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
São Roberto	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
São Vicente Ferrer	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Satubinha	36 a 3	36 a 3	36 a 3	35	34 a 35	34 a 35	34		
Senador Alexandre Costa	36 a 3	34 a 3	34 a 3	34 a 35		33	33	33	
Senador La Rocque	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32	31	31	31		
Serrano do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Sítio Novo	33 a 3	31 a 3	31 a 3	31 a 32			30	30	30
Sucupira do Norte	35 a 3	32 a 4	32 a 5	32 a 34	31	31	4 + 31	5	
Sucupira do Riachão	35 a 3	33 a 4	33 a 5	4 + 33 a 34	32	32	32	5 + 31	31
Tasso Fragoso	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30		
Timbiras	36 a 5	36 a 5	36 a 5		35	35	35	34	34
Timon	36 a 5	36 a 5	36 a 5		34 a 35	34 a 35	34 a 35		
Trizidela do Vale	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Tufilândia	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Tuntum	34 a 3	33 a 3	33 a 3	33	32	32	32	31	31
Turiaçu	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1		36	36
Turilândia	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Tutóia	2 a 3	2 a 3	2 a 3		1	1	1		
Urbano Santos	1 a 5	1 a 5	1 a 5				36	36	36
Vargem Grande	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				35	35
Viana	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Vila Nova dos Martírios	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		
Vitória do Mearim	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36		35	35	34 a 35	34
Vitorino Freire	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34		33	33
Zé Doca	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	34 a 35	34	34

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Açailândia	34 a 3	33 a 3	32 a 3	32 a 33	32		31	31	31
Afonso Cunha	1 a 5	36 a 5	36 a 5	36				35	35
Água Doce do Maranhão	3 a 5	2 a 5	2 a 5	2	1	1	1		
Alcântara	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Aldeias Altas	36 a 4	36 a 5	36 a 5	5	35	35	35	34	34
Altamira do Maranhão	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Alto Alegre do Maranhão	36 a 5	36 a 5	36 a 5	35	35	35	34	34	34
Alto Alegre do Pindaré	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34	33	33	33
Alto Parnaíba	31 a 36	31 a 36	31 a 36	30	30	30			
Amapá do Maranhão	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Amarante do Maranhão	33 a 3	33 a 3	32 a 3	32	32		31	31	31
Anajatuba	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Anapurus	1 a 5	1 a 5	1 a 5		36	36	36		
Apicum-Açu	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Araguanã	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36		35		34 a 35	34
Araioses	3 a 5	2 a 5	2 a 5	2			1	1	1
Arame	34 a 3	34 a 3	34 a 3	33	32 a 33	32 a 33	32		
Arari	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36			35	34 a 35	34 a 35
Axixá	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1		36	36
Bacabal	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Bacabeira	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
Bacuri	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Bacurituba	2 a 3	1 a 3	2 a 3	1		1		36	36
Balsas	31 a 36	31 a 36	31 a 36	30	30	30			
Barão de Grajaú	34 a 1	33 a 2	33 a 3	2 + 33	3 + 32	32	32	31	4 + 31
Barra do Corda	34 a 3	33 a 3	33 a 3	33	32	32	32	31	31
Barreirinhas	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Belágua	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1			36	36	36
Bela Vista do Maranhão	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Benedito Leite	34 a 36	32 a 36	32 a 36	31 a 33	31	31			
Bequimão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1		36	36
Bernardo do Mearim	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34		33	33
Boa Vista do Gurupi	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Bom Jardim	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	32 a 33	32	32
Bom Jesus das Selvas	34 a 3	34 a 3	34 a 3	33	32 a 33	32 a 33	32		
Bom Lugar	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Brejo	1 a 5	1 a 5	1 a 5				36	36	36
Brejo de Areia	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
Buriti	1 a 5	1 a 5	1 a 5	36	36	36			
Buriti Bravo	35 a 3	34 a 3	34 a 4	33 a 34	4 + 33	5 + 33	4	5 + 32	32
Buriticupu	34 a 3	34 a 3	34 a 3	33	33	33	32	32	32
Buritirana	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32	31	31	31		
Cachoeira Grande	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1		36	36	36	
Cajapió	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
Cajari	1 a 3	1 a 3	36 a 3	36	36			35	35
Campestre do Maranhão	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31		30	30	30	
Cândido Mendes	2 a 3	1 a 3	2 a 3	1		1		36	36
Cantanhede	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				35	35
Capinzal do Norte	36 a 4	35 a 5	35 a 5	5 + 35	34	34	34	33	33
Carolina	30 a 36	30 a 36	30 a 36						
Carutapera	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	
Caxias	36 a 4	36 a 5	36 a 5	5	34 a 35	34 a 35	34 a 35		
Cedral	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Central do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Centro do Guilherme	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Centro Novo do Maranhão	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	32 a 33	32 a 33
Chapadinha	1 a 5	36 a 5	36 a 5	36				35	35
Cidelândia	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32	31	31	31		
Codó	36 a 4	35 a 5	35 a 5	5 + 35	34	34	34	33	33
Coelho Neto	1 a 5	36 a 5	36 a 5	36				35	35
Colinas	34 a 2	33 a 3	33 a 4	3 + 33	32	32	32	4 + 31	5 + 31
Conceição do Lago-Açu	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Coroatá	36 a 5	36 a 5	36 a 5		35	35	35	34	34
Cururupu	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Davinópolis	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		
Dom Pedro	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Duque Bacelar	1 a 5	1 a 5	1 a 5	36	36	36			
Esperantinópolis	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Estreito	31 a 36	31 a 36	30 a 36	30	30				
Feira Nova do Maranhão	31 a 36	31 a 36	31 a 36	30	30	30			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fernando Falcão	33 a 2	32 a 3	32 a 3	3 + 32	31	31	31		
Formosa da Serra Negra	32 a 2	31 a 3	31 a 3	31			3	30	30
Fortaleza dos Nogueiras	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30		
Fortuna	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Godofredo Viana	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Gonçalves Dias	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Governador Archer	35 a 3	35 a 3	34 a 3	34	34		33	33	33
Governador Edison Lobão	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31	30	30
Governador Eugênio Barros	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Governador Luiz Rocha	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Governador Newton Bello	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	34 a 35	34	34
Governador Nunes Freire	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Graça Aranha	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Grajaú	33 a 2	32 a 3	32 a 3	3 + 32	31	31	31		
Guimarães	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Humberto de Campos	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Icatu	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Igarapé do Meio	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35	35	35	34	34
Igarapé Grande	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34	33	33	33
Imperatriz	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		
Itaipava do Grajaú	34 a 3	33 a 3	33 a 3	33	32	32	32	31	31
Itapecuru Mirim	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			35
Itinga do Maranhão	34 a 3	34 a 3	33 a 3	32 a 33	32 a 33	32		31	31
Jatobá	34 a 2	33 a 3	33 a 4	3 + 33	4	5 + 32	32	31 a 32	31
Jenipapo dos Vieiras	34 a 3	33 a 3	33 a 3	33	32	32	32	31	31
João Lisboa	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32		31	31	31	
Joselândia	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Junco do Maranhão	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Lago da Pedra	35 a 3	35 a 3	34 a 3	34	33 a 34	33	33	32	32
Lago do Junco	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
Lago Verde	36 a 3	36 a 3	36 a 3	35	35	35	34	34	34
Lagoa Do Mato	35 a 2	34 a 3	33 a 4	3 + 33 a 34	33			4 + 32	5 + 32
Lago dos Rodrigues	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
Lagoa Grande do Maranhão	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	32 a 33	32	32
Lajeado Novo	32 a 2	31 a 3	31 a 3	3 + 31				30	30
Lima Campos	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Loreto	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31				30	30
Luís Domingues	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Magalhães de Almeida	2 a 5	2 a 5	2 a 5	1	1	1			
Maracaçumé	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Marajá do Sena	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	32 a 33	32	32
Maranhãozinho	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			35
Mata Roma	1 a 5	1 a 5	1 a 5	36	36	36			
Matinha	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Matões	36 a 3	35 a 4	35 a 5	4 + 34 a 35	5 + 34	34		33	33
Matões do Norte	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Milagres do Maranhão	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1				36	36
Mirador	32 a 2	32 a 3	32 a 3	31	31	4 + 31	3	4 + 30	5 + 30
Miranda do Norte	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				35	35
Mirinzal	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Monção	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36		35	35	34 a 35	34
Montes Altos	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		30
Morros	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Nina Rodrigues	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Nova Colinas	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30		
Nova Iorque	34 a 1	32 a 2	32 a 3	2 + 32 a 33	3 + 31	31	31		4
Nova Olinda do Maranhão	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36		35	35	34 a 35	34
Olho D"Água Das Cunhãs	36 a 3	36 a 3	35 a 3	35	34 a 35	34	34	33	33
Olinda Nova do Maranhão	1 a 3	1 a 3	1 a 3			36	36	36	
Paço do Lumiar	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Palmeirândia	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
Paraibano	33 a 2	33 a 2	33 a 3	32	3 + 32	4 + 32	3 + 31	31	31
Parnarama	36 a 3	35 a 4	34 a 5	34 a 35	33 a 34	33	4 + 33	5	
Passagem Franca	34 a 2	33 a 3	33 a 3	3 + 33	32	4 + 32	32	4 + 31	5 + 31
Pastos Bons	33 a 1	32 a 2	32 a 3	2 + 32	3 + 31	31	3 + 31		4
Paulino Neves	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Paulo Ramos	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	32 a 33	32 a 33
Pedreiras	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34		33	33
Pedro do Rosário	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Penalva	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Peri Mirim	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Peritoró	36 a 4	35 a 5	35 a 5	5 + 35	34	34	34		
Pindaré-Mirim	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Pinheiro	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Pio XII	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	34 a 35	34	34
Pirapemas	36 a 3	36 a 3	36 a 3			35	35	34 a 35	34
Poção de Pedras	35 a 3	35 a 3	34 a 3	34	34		33	32 a 33	32 a 33
Porto Franco	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Porto Rico do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Presidente Dutra	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Presidente Juscelino	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
Presidente Médici	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Presidente Sarney	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Presidente Vargas	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Primeira Cruz	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Raposa	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Riachão	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30					
Ribamar Fiquene	32 a 3	31 a 3	31 a 3	31				30	30
Rosário	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
Sambaíba	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30		
Santa Filomena do Maranhão	34 a 3	34 a 3	34 a 3	33	33	33	32	31 a 32	31 a 32
Santa Helena	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Santa Inês	36 a 3	36 a 3	36 a 3	35	35	34 a 35	34	34	
Santa Luzia	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
Santa Luzia do Paruá	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			35
Santa Quitéria Do Maranhão	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1				36	36
Santa Rita	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Santana do Maranhão	2 a 5	2 a 5	2 a 5	1	1	1			
Santo Amaro do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Santo Antônio dos Lopes	35 a 3	35 a 3	35 a 3	34	34	34	33	33	33
São Benedito do Rio Preto	1 a 5	1 a 5	1 a 5		36	36	36		
São Bento	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
São Bernardo	2 a 5	2 a 5	2 a 5	1	1	1			
São Domingos do Azeitão	34 a 36	32 a 36	32 a 36	31 a 33	31	31			
São Domingos do Maranhão	35 a 3	34 a 3	34 a 3	33 a 34	33	33		32	32
São Félix de Balsas	34 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 33				30	30
São Francisco do Brejão	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32		31	31	31	
São Francisco do Maranhão	35 a 2	34 a 3	34 a 3	3 + 33 a 34	33	4 + 33		4 + 32	5 + 32
São João Batista	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1			36	36	36
São João do Carú	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
São João do Paraíso	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30		
São João do Soter	36 a 3	35 a 4	35 a 5	4 + 34 a 35	5 + 34	34	5	33	33
São João dos Patos	34 a 1	33 a 2	33 a 3	2 + 33	3 + 32	32	3 + 32	31	4 + 31
São José de Ribamar	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
São José dos Basílios	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
São Luís	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1		36	36
São Luís Gonzaga do Maranhão	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
São Mateus do Maranhão	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	34 a 35	34	34
São Pedro da Água Branca	32 a 3	31 a 3	31 a 3	31				30	30
São Pedro dos Crentes	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30		
São Raimundo das Mangabeiras	31 a 36	31 a 36	31 a 36				30	30	30
São Raimundo do Doca Bezerra	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
São Roberto	35 a 3	34 a 3	34 a 3	34	33	33	33	32	32
São Vicente Ferrer	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Satubinha	36 a 3	36 a 3	36 a 3	35	35	34 a 35	34	34	
Senador Alexandre Costa	36 a 3	35 a 3	34 a 3	34 a 35	33 a 34	33	33		
Senador La Rocque	33 a 3	32 a 3	32 a 3	32	31	31	31		
Serrano do Maranhão	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Sítio Novo	32 a 2	31 a 3	31 a 3	3 + 31			30	30	30
Sucupira do Norte	33 a 2	32 a 2	32 a 3	32	3 + 31	31	3 + 31		4
Sucupira do Riachão	34 a 1	33 a 2	33 a 3	2 + 33	3 + 32	32	3 + 32	31	4 + 31
Tasso Fragoso	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30		
Timbiras	36 a 5	36 a 5	36 a 5		35	35	35	34	34
Timon	36 a 3	36 a 4	36 a 5	4	5 + 34 a 35	34 a 35	5 + 34 a 35		
Trizidela do Vale	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	34	33	33
Tufilândia	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34
Tuntum	34 a 3	33 a 3	33 a 3	33	32	32	32	31	31
Turiaçu	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1		36	36
Turilândia	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Tutóia	2 a 3	2 a 3	2 a 3		1	1	1		
Urbano Santos	1 a 5	1 a 5	1 a 5		36	36	36		
Vargem Grande	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				35	35
Viana	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Vila Nova dos Martírios	32 a 3	32 a 3	32 a 3		31	31	31		30
Vitória do Mearim	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36		35	35	34 a 35	34
Vitorino Freire	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	34	34		33	33
Zé Doca	36 a 3	36 a 3	36 a 3		35	35	35	34	34

PORTARIA Nº 226, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Cancelar a Portaria Nº 67, de 27 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, na Seção I, páginas 108 a 112.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado do Piauí, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 2º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

e) Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,55 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9105 PRO, PAC 105, ADV9860 PRO e ADV9860;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B433PW, 2B512PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B688PW, 2B688RR, 2B710PW, 2B810PW, 2B877PW, 2A401PW, 2B210PW, 2B346PW, CD 384, CD 384HR, CD 384PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 2B647PW, 929V, DB 2B339PW, NEX 5617Hx, NEX 5617PW, MG600PW, MG744PW, CD3410PW, CD3775PW, MG699RR, 2A521PW, 2B640PW, MG711PW e CD384RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35R, 30F35VYHR, 30F53, 30F53E, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30R50YH, 30S31VYH, 30S31VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646YHR, P3844H, P3862H, P4285, P4285YH e P4285YHR;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 5033 (Asa Branca), BRS 1055, BRS 1060, BRS 3040, BRS Assum Preto, BRS Caatingueiro e BRS Gorutuba;

GENESEEDS: BM 3061;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 3063PRO2, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, SHS 5050, SHS 4070, SHS 4090, SHS 4050, SHS 3031, SHS 7080, SHS 7090, SHS 4080, BM 502, BM 207, SHS 7770, SHS 5560, SHS 5090, SHS 5070, BM810PRO2, BM904, BM812, BM270 e ExtendaxRR2;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI, PR 27D28 e PR 3350;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG9030PRO, AG 9040YG, AS1555RR2, AG9030PRO2, GNZ 9626PRO, AS1555PRO2, AS1555PRO, AG 8676PRO2, AS 1625PRO2, GNZ 9688PRO, GNZ 9505YG, AG 8676PRO, AS 1665PRO, AG 9010PRO, GNZ9501PRO, AS1596PROX, AG 8580PRO, AS 1596RR2, AS 1596PRO2, AG 8088PRO, AS1573PRO, DKB 350PRO, DKB 390PRO, AS1575PRO3, DKB390PROX, AS 1581PRO, AS 1596, AG 8041PRO, DKB 390, DKB 175PRO, AG 7088PRO2, AS 1633PRO2, AS 1598PRO2, AS 1598PRO, AG 8088PRO2, AG 8061PRO, AS 1598, AG8088PROX, AG 8544PRO, DKB 330RR2, DKB 310PRO2, DKB 310PRO, DKB330PRO2, DKB315PRO, AS 1656PRO2, AG 7088, AG 5055PRO, AG8025PRO2, AG 5011YG, AG 5011, AG 7088RR2, DKB340PRO2, AG 7098PRO, AG7088PROX, DKB 340PRO, DKB 177PRO2, AG 7088PRO, DKB 390PRO2, DKB330PRO, DKB 390RR2, AG9030RR2, DKB 177, AG 8061PRO2, AG7098PRO2, DKB177PRO, DKB 177RR2, AG 8544PRO2, DKB245PRO2, DKB 250PRO, AS 1575PRO, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 90PRO, AG9000PRO3, AG9025PRO3, NS 90PRO2, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, RB9110PRO, RB 9308PRO, LG 6036RR2, RB 9004PRO, RB 9005PRO, RB 9005PRO2, RB 9006PRO, SHS7915PRO3, BM950PRO3, 3700RR2, AS1596PRO3, DKB330PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, RB 9005PRO3, SHS 7915PRO, LG 6030PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9077PRO, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3 e AS1735PRO3;

NIDERA: BX970;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, ATL 200, ATL 110, ATL 310, RK3014, RK3115 e Balu 188;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030 e XB 8010;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Balu 184, Balu 580, BALU 761, Cargo TL, CD 308, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, GSS 3969, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, RB 6324, SX7331 Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 Viptera, Thunder, Tropical Plus, SOMMA VIP3, Somma, Somma TL, Somma Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, Formula VIP2, SX7331 TG, Formula TG e 3040VIP3.

GRUPO II

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Copacabana, DSS 1001, Mucuripe e IPANEMA;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B633PW.

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BR 5011 (Sertanejo), BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 2223, BRS 3025, BRS 3035, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã e BRS 4104;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7280, GNZ 2005 YG e GNZ 2005;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 810, BM 709 e BM 709PRO2;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 2M80, 2M77, 3M51, 4M50, 4M02, 2M88 e 3M40;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9690PRO, BM 915PRO, BM780PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, RB 9210PRO, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50RR2 e LG 6036PRO2;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NIDERA: BX1200;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: SM 505, SM 511, SM 966, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2 e R9330PRO2;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 40 e RVM 20;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL 34;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7116;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1076 e SX1086;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SG 6015 e SG 6418.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acauã									2 a 3
Agricolândia	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Água Branca	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Alagoinha do Piauí			3		3	2	3	1 a 2	1
Alegrete do Piauí			3		3	2	3	2	1
Alto Longá	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Altos	1 a 3	1 a 3	36 a 3	36	36			35	35
Alvorada do Gurguéia			32 a 36		32 a 36	31	32 + 36	31	
Amarante	1 a 3	36 a 3	34 a 3	36	33 a 35	33	34 a 35	32	32
Angical do Piauí	1 a 3	36 a 3	35 a 3	36	34 a 35	33 a 34	34 a 35	33	
Anísio de Abreu									35 a 36
Antônio Almeida		33 a 36	32 a 36	33 a 36	32	31	32	31	
Aroazes	3	2 a 3	1 a 3	1 a 2	36 a 1	36	36		
Aroeiras do Itaim			3		3	1 a 2	3	36 a 2	35 a 36
Arraial	3	1 a 3	35 a 3	36 a 2	35 a 36	33 a 34	35	33 a 34	
Assunção do Piauí			3	3	2 a 3	2	2	1	1
Avelino Lopes						32			31 + 33 a 36
Baixa Grande do Ribeiro		31 a 36	31 a 36	31 a 36				30	30
Barra D"Alcântara	3	2 a 3	36 a 3	1 a 2	36 a 1	35	36	34 a 35	34
Barras	1 a 3	1 a 3	1 a 3			36	36	36	
Barreiras do Piauí		31 a 36	31 a 36	31 a 36			30	30	30
Barro Duro	2 a 3	36 a 3	36 a 3	36 a 1	35	35		33 a 34	33 a 34
Batalha	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					36
Bela Vista do Piauí						2 a 3		2 a 3	35 a 1
Belém do Piauí					3	3		2	36 a 2
Beneditinos	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				34 a 35	34 a 35
Bertolínia			32 a 36		32 a 36	31	32 a 36	31	
Betânia do Piauí									2 a 3
Boa Hora	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Bocaina			3	3	3	1 a 2	2	1 a 2	36
Bom Jesus			31 a 36		31 a 36		31 a 36		
Bom Princípio do Piauí	3	3	3	2	2	2		1	1
Bonfim do Piauí									36
Boqueirão do Piauí	1 a 3	1 a 3	1 a 3					36	36
Brasileira	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Brejo do Piauí						36		36	32 a 35
Buriti dos Lopes	3	3	2 a 3	2	2		1	1	1
Buriti dos Montes		3	3	3	2	2	2		
Cabeceiras do Piauí	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Cajazeiras do Piauí	3	1 a 3	35 a 3	1 a 2	35 a 36	33 a 34	36	33 a 34	
Cajueiro da Praia		3	3	3			2	2	2
Caldeirão Grande do Piauí			3		3	2	3	2	1
Campinas do Piauí			3		3	1 a 2		1 a 2	35 a 36
Campo Alegre do Fidalgo						3		3	1 a 2
Campo Grande do Piauí			3		3	2	3	1 a 2	36 a 1
Campo Largo do Piauí	1 a 3	1 a 3	1 a 3					36	36
Campo Maior	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Canavieira			33 a 36		33 a 36	32	36	32	31
Canto do Buriti						32 a 36		32 a 36	31
Capitão de Campos	2 a 3	2 a 3	1 a 3	1	1				
Capitão Gervásio Oliveira						3			1 a 2
Caracol						36			32 a 35
Caraúbas do Piauí	3	2 a 3	2 a 3	2	1	1	1		
Caridade do Piauí						3		3	1 a 2
Castelo do Piauí	3	2 a 3	2 a 3	2	1	1	1		
Caxingó	3	2 a 3	2 a 3	2		1	1	1	
Cocal	3	3	3	2	2	2	1	1	1
Cocal de Telha	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Cocal dos Alves	3	3	3	2	2	2		1	1
Coivaras	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Colônia do Gurguéia			33 a 36		36	32		32 a 35	31
Colônia do Piauí		3	2 a 3	3	1 a 2	35 a 1	1 a 2	35 a 36	33 a 34
Conceição do Canindé						3		2 a 3	36 a 2
Corrente			31 a 32 + 36		31 a 32 + 36	33 a 35	31 + 36	33 a 35	30
Cristalândia do Piauí			31 a 32 + 36		31 + 36	33 a 35	36	32 a 35	
Cristino Castro			32 + 36		36	31 + 33 a 35		31 a 35	
Curimatá						31 a 32 + 36		31 a 32 + 36	33 a 35
Currais		32	31 a 36		31 + 33 a 36		31 a 36		
Curralinhos	36 a 3	36 a 3	36 a 3		34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Curral Novo do Piauí						3		3	1 a 2
Demerval Lobão	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35	35		34	34
Dom Expedito Lopes		3	2 a 3	3	1 a 2	36 a 1	1 a 2	36	35
Domingos Mourão	3	3	3	2	2	2	1	1	1
Elesbão Veloso	3	36 a 3	36 a 3	36 a 2	35	35		34	34
Eliseu Martins			33 a 36		33 a 36	32	36	32	31

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esperantina	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					36
Flores do Piauí						33 a 36		34 a 36	32
Floresta do Piauí			3		3	1 a 2	3	36 a 2	35 a 36
Floriano		36	33 a 36	36	33 a 35	32	35	32	31
Francinópolis	3	1 a 3	36 a 3	1 a 2	35 a 36	34 a 35	36	33 a 34	33
Francisco Ayres	3	36 a 3	34 a 3	36 a 2	34 a 35	33	35	33	32
Francisco Macedo					3	3		2	1 a 2
Francisco Santos			3		3	1 a 2	3	1 a 2	36
Fronteiras			3		3	2	3	2	1
Geminiano			3		3	1 a 2	3	1 a 2	36
Gilbués		32 a 36	31 a 36	32 + 36	31		30 a 31 + 33 a 35	30	30
Guadalupe		36	33 a 36	36	32 a 35	32	33 a 35	31	31
Guaribas						32 + 36		32 + 36	31 + 33 a 35
Hugo Napoleão	2 a 3	36 a 3	36 a 3	36 a 1	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Ilha Grande	3	3	3		2	2	2		
Inhuma		3	2 a 3	2 a 3	1 a 2	36 a 1	1	36	35
Ipiranga do Piauí		3	2 a 3	2 a 3	1 a 2	36 a 1	1	36	34 a 35
Isaías Coelho			3		3	2		1 a 2	35 a 1
Itainópolis			3		3	1 a 2	3	1 a 2	35 a 36
Itaueira			35 a 36		35 a 36	32 a 34	36	32 a 34	31
Jacobina do Piauí						3		3	1 a 2
Jaicós					3	2 a 3		1 a 2	36 a 1
Jardim do Mulato	2 a 3	36 a 3	36 a 3	36 a 1	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Jatobá do Piauí	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					36
Jerumenha		36	33 a 36	36	33 a 35	32	33 a 35	32	31
João Costa						2 a 3		2 a 3	35 a 1
Joaquim Pires	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Joca Marques	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
José de Freitas	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			35
Juazeiro do Piauí	3	2 a 3	2 a 3	2			1	1	1
Júlio Borges						31 a 32			33 a 36
Jurema									32 a 36
Lagoinha do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Lagoa Alegre	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Lagoa do Barro do Piauí									1 a 3
Lagoa de São Francisco	3	2 a 3	2 a 3	2			1	1	1
Lagoa do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35	35		34	34
Lagoa do Sítio		3	2 a 3	3	1 a 2	1	1 a 2	36	36
Landri Sales		33	32 a 36	36	32 + 34 a 36	31	32 a 35	31	
Luís Correia	3	3	3		2	2	2		
Luzilândia	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Madeiro	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					36
Manoel Emídio			32 a 36		32 a 36	31	32 a 36	31	
Marcolândia						3		2 a 3	1 a 2
Marcos Parente		36	32 a 36	36	32 a 35	31	32 a 35	31	
Massapê do Piauí						3		2 a 3	36 a 2
Matias Olímpio	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Miguel Alves	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Miguel Leão	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Milton Brandão	3	3	2 a 3	2	2		1	1	1
Monsenhor Gil	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35	35	35	34	33 a 34
Monsenhor Hipólito			3		3	1 a 2	3	1 a 2	
Monte Alegre Do Piauí			31 a 36		31 a 36		31 a 36	30	30
Morro Cabeça No Tempo						32 + 36		32	31 + 33 a 35
Morro do Chapéu do Piauí	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Murici dos Portelas	3	2 a 3	2 a 3	2	1	1	1		
Nazaré do Piauí			35 a 36		35 a 36	33 a 34	36	32 a 34	32
Nazária	36 a 5	36 a 5	36 a 5		34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Nossa Senhora de Nazaré	1 a 3	1 a 3	1 a 3			36	36	36	
Nossa Senhora dos Remédios	1 a 3	1 a 3	1 a 3			36	36	36	
Novo Oriente do Piauí		2 a 3	36 a 3	1 a 3	36 a 1		36	34 a 35	34 a 35
Novo Santo Antônio	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2				36	36
Oeiras		2 a 3	36 a 3	2 a 3	36 a 1	34 a 35	36 a 1	34 a 35	33
Olho D"Água do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	34 a 35	34 a 35	35	33	33
Padre Marcos					3	3		2	36 a 2
Paes Landim			3			1 a 2		36 a 3	34 a 36
Pajeú do Piauí						35 a 36		35 a 36	32 a 34
Palmeira do Piauí		32 a 33	32 a 36	32	31 + 34 a 36	31	31 + 33 a 36		
Palmeirais	1 a 3	35 a 3	35 a 3	35 a 36	33 a 34	33 a 34	33 a 34		
Paquetá			2 a 3	3	2 a 3	36 a 1	1 a 2	36 a 1	35
Parnaguá						31 a 32 + 36		31 a 32 + 36	33 a 35
Parnaíba	3	3	3	2	2	2			
Passagem Franca do Piauí	2 a 3	36 a 3	36 a 3	36 a 1	35	35		34	33 a 34
Patos do Piauí						3		2 a 3	36 a 2
Pau D"Arco do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				34 a 35	34 a 35
Paulistana									1 a 3
Pavussu			36		36	32 a 35		32 a 35	31
Pedro II	3	3	3	2	2	2	1	1	1
Pedro Laurentino						1 a 3		1 a 3	35 a 36
Nova Santa Rita						2 a 3		2 a 3	35 a 1
Picos			3	3	2 a 3	1 a 2	2	36 a 1	36
Pimenteiras		3	2 a 3	3	1 a 2	1	1 a 2		
Pio IX			3		3	2	3	1 a 2	1
Piracuruca	3	2 a 3	2 a 3	1 a 2	1	1			
Piripiri	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Porto	1 a 3	1 a 3	1 a 3			36	36	36	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Porto Alegre do Piauí		33 a 36	32 a 36	33 a 36	32	31	32	31	
Prata do Piauí	3	1 a 3	36 a 3	36 a 2	36			34 a 35	34 a 35
Queimada Nova									2 a 3
Redenção do Gurguéia			32 + 36		32 + 36	31 + 33 a 35	32	31 + 33 a 35	
Regeneração	3	36 a 3	36 a 3	36 a 2	34 a 35	34 a 35	35	33	33
Riacho Frio			31 a 32 + 36		31 a 32 + 36	33 a 35	32 + 36	33 a 35	
Ribeira do Piauí			2 a 3		2 a 3	35 a 1		35 a 1	32 a 34
Ribeiro Gonçalves	32 + 36	31 a 36	31 a 36	31 + 33 a 35			30	30	30
Rio Grande do Piauí			36		36	33 a 35		32 a 35	32
Santa Cruz do Piauí			2 a 3	3	2 a 3	36 a 1	1 a 2	36 a 1	35
Santa Cruz dos Milagres	3	2 a 3	1 a 3	1 a 2	36 a 1	36	36		
Santa Filomena	31 a 32 + 36	31 a 36	31 a 36	33 a 35		30	30	30	
Santa Luz			32			31 + 33 a 36		31 a 36	
Santana do Piauí			3	3	2 a 3	1 a 2	2	36 a 1	36
Santa Rosa do Piauí		2 a 3	36 a 3	1 a 3	36 a 1	34 a 35	36	33 a 35	33
Santo Antônio De Lisboa			3		3	1 a 2	3	1 a 2	36
Santo Antônio Dos Milagres	1 a 3	36 a 3	35 a 3	36	34 a 35	34	34 a 35	33	33
Santo Inácio do Piauí			3		2 a 3	36 a 2	2 a 3	36 a 1	34 a 35
São Braz do Piauí									32 a 36
São Félix do Piauí	3	1 a 3	36 a 3	36 a 2	36			34 a 35	34 a 35
São Francisco de Assis do Piauí						3		3	1 a 2
São Francisco do Piauí									
São Gonçalo do Gurguéia			31 a 36	36	31 a 36		31 a 35	30	30
São Gonçalo do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
São João da Canabrava			2 a 3	3	2 a 3	1	1 a 2	36 a 1	36
São João da Fronteira	3	3	3	2	2	2		1	1
São João da Serra	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2				36	36
São João da Varjota		3	2 a 3	2 a 3	1 a 2	36 a 1	1	36	34 a 35
São João do Arraial	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
São João do Piauí						2 a 3		2 a 3	35 a 1
São José do Divino	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
São José do Peixe					36	33 a 36		34 a 35	
São José do Piauí			2 a 3	3	2 a 3	1	1 a 2	36 a 1	36
São Julião			3		3	2	3	2	1
São Luis Do Piauí			3	3	3	1 a 2	2	1 a 2	
São Miguel Da Baixa Grande	3	36 a 3	36 a 3	36 a 2				34 a 35	34 a 35
São Miguel Do Fidalgo						35 a 36		36	34
São Miguel Do Tapuio		3	2 a 3	2 a 3	1 a 2	1	1		
São Pedro Do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
São Raimundo Nonato									35 a 36
Sebastião Barros			32			31 + 36		31 a 32 + 36	33 a 35
Sebastião Leal		33	32 a 36		32 + 34 a 36	31	32 a 36	31	
Sigefredo Pacheco	3	2 a 3	2 a 3	1 a 2	1	1			
Simões						3		3	1 a 2
Simplício Mendes			3			1 a 2		1 a 3	35 a 36
Socorro Do Piauí			3		2 a 3	35 a 2		36 a 1	34
Sussuapara			3		3	1 a 2	3	36 a 2	36
Tamboril Do Piauí						36		36	32 a 35
Tanque Do Piauí	3	2 a 3	36 a 3	1 a 2	35 a 1	34 a 35	36	33 a 34	33
Teresina	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				34 a 35	34 a 35
União	1 a 3	1 a 3	36 a 3	36	36			35	35
Uruçuí		32 a 36	32 a 36	32 a 36	31	31	31		30
Valença Do Piauí		2 a 3	1 a 3	1 a 3	36 a 1	36	36		35
Várzea Branca									36
Várzea Grande	3	2 a 3	36 a 3	1 a 2	35 a 1	34 a 35	36	33 a 34	33
Vera Mendes						2 a 3		1 a 3	35 a 1
Vila Nova Do Piauí			3		3	2	3	2	1

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acauã									1
Agricolândia	36 a 3	36 a 3	36 a 3		34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Água Branca	36 a 3	36 a 3	36 a 3		34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Alagoinha do Piauí			2		1 a 2	1 + 3		3	
Alegrete do Piauí						1 a 3		1 a 3	
Alto Longá	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Altos	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35	35
Alvorada Do Gurguéia			32 a 36		31 a 36	31	36		
Amarante	36 a 3	34 a 3	34 a 3	34 a 35	33	33	33	32	32
Angical Do Piauí	36 a 3	35 a 3	35 a 3	35	34	34	33 a 34	33	33
Anísio De Abreu									35 a 36
Antônio Almeida	36	32 a 36	32 a 36	35	31	31	31 a 34		
Aroazes	1	1 a 3	1 a 3	2 a 3	36	36	36		
Aroeiras Do Itaim			1		1 a 2	2 a 3 + 36		3 + 36	35
Arraial	1 a 2	35 a 3	35 a 3	3 + 35 a 36	33 a 34	33 a 34	33 a 34		
Assunção Do Piauí			3		2 a 3	2	2 a 3	1	1
Avelino Lopes									31 a 36
Baixa Grande Do Ribeiro	36	31 a 36	31 a 36	31 a 35				30	30
Barra D"Alcântara		36 a 3	36 a 3	36 a 3	35	35		34	34

Barras	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Barreiras Do Piauí		31 a 36	31 a 36	31 a 36			30	30	30
Barro Duro	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	34 a 35	34 a 35		33	33
Batalha	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Bela Vista Do Piauí						1 a 2		1	3 + 35 a 36
Belém Do Piauí						1 a 3		36 a 3	36
Beneditinos	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				34 a 35	34 a 35
Bertolínia		36	32 a 36		31 a 35	31	33 a 36		
Betânia Do Piauí									1 a 2
Boa Hora	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Bocaina			1 a 3		1 a 2		1 a 2	3 + 36	36
Bom Jesus		36	31 a 36	36	31 a 35		31 a 35		
Bom Princípio Do Piauí	3	3	3	2	2	2		1	1
Bonfim Do Piauí									35 a 36
Boqueirão Do Piauí	1 a 3	1 a 3	1 a 3					36	36
Brasileira	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Brejo Do Piauí						35 a 36		36	32 a 34
Buriti Dos Lopes	3	3	3	2	2	2	1	1	1
Buriti Dos Montes		3	3	3	2	2	2		
Cabeceiras Do Piauí	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Cajazeiras Do Piauí		36 a 3	35 a 3	36 a 2	33 a 35	33 a 34	3 + 34 a 35		
Cajueiro Da Praia		3	3	3			2	2	2
Caldeirão Grande Do Piauí			2 a 3			1		1 a 3	
Campinas Do Piauí			1			2 a 3 + 36		36 a 2	33 a 35
Campo Alegre Do Fidalgo									36 a 3
Campo Grande Do Piauí						1 a 3		36 a 3	36
Campo Largo Do Piauí	1 a 3	1 a 3	1 a 3					36	36
Campo Maior	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Canavieira		36	33 a 36	36	32 a 35	32	33 a 35	31	31
Canto Do Buriti						32 a 36		32 a 36	31
Capitão De Campos	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Capitão Gervásio Oliveira									36 a 3
Caracol						36		36	31 a 35
Caraúbas Do Piauí	3	2 a 3	2 a 3	2	1	1	1		
Caridade Do Piauí									36 a 3
Castelo Do Piauí	3	2 a 3	2 a 3	2	1	1	1		
Caxingó	3	2 a 3	2 a 3	2		1	1	1	
Cocal	3	3	3	2	2	2	1	1	1
Cocal De Telha	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Cocal Dos Alves	3	3	3	2	2	2		1	1
Coivaras	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Colônia Do Gurguéia			33 a 36		36	32	36	31 a 35	31
Colônia Do Piauí			36 a 3		36 a 2	34 a 35	36 a 2	3 + 34 a 35	33
Conceição Do Canindé						1 a 2		1	3 + 35 a 36
Coronel José Dias									36
Corrente			34 a 36		34 a 36	31 a 33		30 a 33	30
Cristalândia Do Piauí			35			31 a 34 + 36		31 a 36	
Cristino Castro			35 a 36		36	31 a 34	36	31 a 35	
Curimatá						31 + 35 a 36		31 a 36	32 a 34
Currais		36	31 a 36	36	31 a 35		31 a 35		
Curralinhos	36 a 3	36 a 3	36 a 3		34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Curral Novo Do Piauí									36 a 3
Demerval Lobão	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35	35		34	34
Dom Expedito Lopes			1 a 3		36 a 2	36	36 a 2	3 + 35	35
Domingos Mourão	3	3	3	2	2	2	1	1	1
Elesbão Veloso	1 a 2	36 a 3	36 a 3	3 + 36	35	35		34	34
Eliseu Martins			33 a 36		32 a 36	32	36	31	31
Esperantina	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Fartura Do Piauí									36
Flores Do Piauí			36		36	33 a 35	36	33 a 35	32
Floresta Do Piauí			1		1 a 2	2 a 3 + 36		3 + 36	34 a 35
Floriano	36	35 a 36	33 a 36	35	32 a 34	32	33 a 34		31
Francinópolis	1 a 2	36 a 3	36 a 3	3 + 36	35	34 a 35	35	33 a 34	33
Francisco Ayres	36 a 2	35 a 3	34 a 3	3 + 35	33 a 34	33	33 a 34		32
Francisco Macedo						1 a 3		1 a 3	
Francisco Santos			2		1 a 2	1 + 3	1 a 2	3 + 36	36
Fronteiras			2 a 3			1		1 a 3	
Geminiano			1		1 a 2	2 a 3		3 + 36	36
Gilbués		31 a 36	31 a 36	31 a 36			30	30	30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Guadalupe	36	33 a 36	33 a 36	34 a 35	32	32	31 a 33	31	31
Guaribas						32 a 36		36	31
Hugo Napoleão	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Ilha Grande	3	3	3		2	2	2		
Inhuma		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3 + 36	36	3 + 36		
Ipiranga Do Piauí		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3 + 36	36	3 + 36	34 a 35	34 a 35
Isaías Coelho						36 a 3		36 a 2	34 a 35
Itainópolis						36 a 3		36 a 3	35
Itaueira			33 a 36		33 a 36	32	35 a 36	32	31
Jacobina Do Piauí									36 a 3
Jaicós						1 a 3		36 a 3	36
Jardim Do Mulato	36 a 3	36 a 3	36 a 3		34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Jatobá Do Piauí	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Jerumenha	36	35 a 36	33 a 36	35	32 a 34	32	33 a 34	31	31
João Costa						1 a 2		1	3 + 33 a 36
Joaquim Pires	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Joca Marques	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
José De Freitas	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			35
Juazeiro Do Piauí	3	2 a 3	2 a 3	2			1	1	1
Júlio Borges									31 a 36
Jurema						36		36	32 a 35
Lagoinha Do Piauí	36 a 3	36 a 3	36 a 3		34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Lagoa Alegre	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Lagoa Do Barro Do Piauí									1 a 2
Lagoa De São Francisco	3	2 a 3	2 a 3	2			1	1	1
Lagoa Do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35	35		34	34
Lagoa Do Sítio		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3		3	36	36
Landri Sales		32 a 36	32 a 36	36	31	31	31 a 35		
Luís Correia	3	3	3		2	2	2		
Luzilândia	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Madeiro	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					36
Manoel Emídio			32 a 36		31 a 36	31	36		
Marcolândia						1 a 3		1 a 3	
Marcos Parente	36	32 a 36	32 a 36	35	31	31	31 a 34		
Massapê Do Piauí						1 a 3		1 a 2	36
Matias Olímpio	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Miguel Alves	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Miguel Leão	36 a 3	36 a 3	36 a 3		34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Milton Brandão	3	3	2 a 3	2	2		1	1	1
Monsenhor Gil	36 a 3	36 a 3	36 a 3		34 a 35	34 a 35	35	33	33
Monsenhor Hipólito			2		1 a 2	1 + 3	1 a 2	3	
Monte Alegre Do Piauí		36	31 a 36	36	31 a 35		31 a 35	30	30
Morro Cabeça No Tempo						36			31 a 35
Morro Do Chapéu Do Piauí	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Murici Dos Portelas	3	2 a 3	2 a 3	2	1	1	1		
Nazaré Do Piauí		36	34 a 36	36	33 a 35	33	34 a 35	32	32
Nazária	36 a 4	36 a 5	36 a 5	5	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Nossa Senhora De Nazaré	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Nossa Senhora Dos Remédios	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Novo Oriente Do Piauí		1 a 3	36 a 3	36 a 3	36			34 a 35	34 a 35
Novo Santo Antônio	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Oeiras		36 a 2	36 a 3	36 a 2	3 + 35	34 a 35	3 + 35	33 a 34	33
Olho D"Água Do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Padre Marcos						1 a 3		1 a 3	36
Paes Landim			1		1	2 a 3 + 35 a 36		2 + 36	33 a 34
Pajeú Do Piauí						33 a 36		35 a 36	32
Palmeira Do Piauí		32 + 36	32 a 36	36	31 + 33 a 35	31	31 a 35		
Palmeirais	36 a 3	35 a 3	35 a 3	34 a 35	33 a 34	33 a 34	33		
Paquetá			1 a 3		36 a 2	36	36 a 2	3 + 35	34 a 35
Parnaguá						31 a 36		31 + 35 a 36	
Parnaíba	3	3	3	2	2	2			1
Passagem Franca Do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35	34 a 35		34	33
Patos Do Piauí						1 a 2		1	3 + 35 a 36
Pau D"Arco Do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				34 a 35	34 a 35
Paulistana									36 a 3
Pavussu			33 a 36		35 a 36	32	36	32 a 34	31
Pedro II	3	3	2 a 3	2	2		1	1	1
Pedro Laurentino						36 a 2		36 a 2	3 + 33 a 35
Nova Santa Rita						1 a 2		1	3 + 34 a 36
Picos			1 a 3		1 a 2	36	36 a 2	3 + 36	
Pimenteiras			2 a 3	2	1 a 3	1	1 + 3		
Pio IX			2		2	1 + 3		1 + 3	
Piracuruca	3	2 a 3	2 a 3	1 a 2	1	1			
Piripiri	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Porto	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Porto Alegre Do Piauí	36	32 a 36	32 a 36	33 a 35	31	31	31 a 32		
Prata Do Piauí	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		34 a 35	34 a 35
Queimada Nova									1
Redenção Do Gurguéia			35 a 36		36	31 a 34		31 a 35	
Regeneração	36 a 3	36 a 3	35 a 3		34 a 35	34	34 a 35	33	33
Riacho Frio			35 a 36		36	31 a 34		31 a 35	
Ribeira Do Piauí			1 a 2		36 a 2	3 + 33 a 36		3 + 35	32
Ribeiro Gonçalves	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31			30	30	30
Rio Grande Do Piauí			33 a 36		35 a 36	32	36	32 a 34	
Santa Cruz Do Piauí			1 a 3		36 a 2	36	36 a 2	3 + 35	34 a 35
Santa Cruz Dos Milagres	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	36	36	36		
Santa Filomena	31 a 36	31 a 36	31 a 36			30	30	30	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Luz			35 a 36		36	31 a 34	36	31 a 35	
Santana Do Piauí			1 a 3		1 a 2	36	36 a 2	3 + 36	
Santa Rosa Do Piauí		36 a 2	36 a 3	36 a 2	3 + 34 a 35	34 a 35	3 + 35	33	33
Santo Antônio De Lisboa			2 a 3		1 a 2	1	1 a 2	3	36
Santo Antônio Dos Milagres	36 a 3	36 a 3	35 a 3		34 a 35	34	34 a 35	33	33
Santo Inácio Do Piauí			1 a 2		1 a 2	3 + 35 a 36	36 a 1	3 + 35 a 36	33 a 34
São Braz Do Piauí									33 a 36
São Félix Do Piauí	1 a 3	1 a 3	36 a 3	36	36			34 a 35	34 a 35
São Francisco De Assis Do Piauí									36 a 3
São Francisco Do Piauí		36	34 a 36	36	35	33	35	33 a 34	
São Gonçalo Do Gurguéia			31 a 36		31 a 36		31 a 36	30	30
São Gonçalo Do Piauí	36 a 3	36 a 3	36 a 3		34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
São João Da Canabrava			1 a 3	2	1 a 3		1 + 3	36	36
São João Da Fronteira	3	3	3	2	2	2		1	1
São João Da Serra	1 a 3	1 a 3	1 a 3					36	36
São João Da Varjota		1	36 a 3	1 a 2	2 a 3 + 36		3 + 36	34 a 35	34 a 35
São João Do Arraial	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
São João Do Piauí						36 a 2		1	3 + 33 a 35
São José Do Divino	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
São José Do Peixe			35 a 36		35 a 36	33 a 34	36	33 a 34	
São José Do Piauí			1 a 3		1 a 3		1 a 3	36	36
São Julião						1 a 3		1 a 3	
São Lourenço Do Piauí									36
São Luis Do Piauí			2 a 3		1 a 2	1	1 a 3	3	
São Miguel Da Baixa Grande	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				34 a 35	34 a 35
São Miguel Do Fidalgo					36	33 a 36	36	35	
São Miguel Do Tapuio		2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1		
São Pedro Do Piauí	36 a 3	36 a 3	36 a 3		34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
São Raimundo Nonato									35 a 36
Sebastião Barros						31 a 36		31 a 36	
Sebastião Leal		32 a 36	32 a 36	36	31	31	31 a 35		
Sigefredo Pacheco	3	2 a 3	2 a 3	1 a 2	1	1			
Simões						1 a 2		1 a 2	3 + 36
Simplício Mendes			1		1	2 + 35 a 36		2 + 36	3 + 33 a 34
Socorro Do Piauí			1		1	2 a 3 + 35 a 36		2 + 36	33 a 34
Sussuapara			1 a 3		1 a 2		1 a 2	3 + 36	36
Tamboril Do Piauí						35 a 36		36	32 a 34
Tanque Do Piauí		36 a 3	36 a 3	36 a 2	34 a 35	34 a 35	3 + 34 a 35	33	33
Teresina	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36		35		34 a 35	34
União	1 a 3	36 a 3	1 a 3	36		36		35	35
Uruçuí	36	32 a 36	32 a 36	31 a 35	31	31			30
Valença Do Piauí		1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36		35
Várzea Branca									35 a 36
Várzea Grande	1 a 2	36 a 3	36 a 3	3 + 36	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Vera Mendes						1 a 2		36 a 2	3 + 34 a 36
Vila Nova Do Piauí						1 a 3		1 a 3	36
Wall Ferraz			1 a 2		36 a 2	3 + 35 a 36	36 a 2	3 + 35	34

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acauã									36
Agricolândia	36 a 2	36 a 3	36 a 3	3	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Água Branca	36 a 2	36 a 3	36 a 3	3	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Alagoinha Do Piauí						1 a 2		1 a 2	3
Alegrete Do Piauí						1 a 2		1	3
Alto Longá	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3 + 36	36	36			
Altos	1 a 3	1 a 3	36 a 3	36	36			35	35
Alvorada Do Gurguéia		35	32 a 36	35	31 a 34 + 36	31	34 + 36		
Amarante	36 a 1	34 a 2	34 a 3	2 + 34 a 35	3 + 33	33	3 + 33	32	32
Angical Do Piauí	36 a 2	35 a 2	35 a 3	35	3 + 34	33 a 34	3 + 33 a 34	33	
Anísio De Abreu						36			34 a 35
Antônio Almeida	35 a 36	32 a 36	32 a 36	32 a 34	31	31	31		
Aroazes		1	1 a 3	1 a 2	2 a 3 + 36	36	3 + 36		
Aroeiras Do Itaim					36	36 a 1		1	2 + 35
Arraial		35 a 1	35 a 2	34 a 1	2 + 33 a 34	3 + 33 a 34	2 + 33	3	
Assunção Do Piauí					2	2 a 3	2	1 + 3	1
Avelino Lopes						35			32 a 34 + 36
Baixa Grande Do Ribeiro	34 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 33				30	30
Barra D"Alcântara		36 a 1	36 a 2	36 a 1	2 + 35	3 + 35	2	3 + 34	34
Barras	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36

Barreiras Do Piauí		31 a 36	31 a 36	31 a 36			30	30	30
Barro Duro	1 a 2	36 a 3	36 a 3	3 + 36	35	35		34	33 a 34
Batalha	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Bela Vista Do Piauí						35 a 36		35	1 + 33 a 34
Belém Do Piauí						1		36 a 1	2 + 36
Beneditinos	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				34 a 35	34 a 35
Bertolínia		35 a 36	32 a 36	35	31 a 34	31	31 a 34 + 36		
Betânia Do Piauí									36
Boa Hora	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Bocaina			1			2		36 a 2	3 + 36
Bom Jesus		34 a 36	31 a 36	34 a 35	31 a 33		31 a 33 + 36		
Bom Princípio Do Piauí	3	3	3	2	2	2		1	1
Bonfim Do Piauí						36			34 a 35
Boqueirão Do Piauí	1 a 3	1 a 3	1 a 3					36	36
Brasileira	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Brejo Do Piauí						34 a 36		35 a 36	32 a 33
Buriti Dos Lopes	3	3	2 a 3	2	2		1	1	1
Buriti Dos Montes		3	3	3	2	2	2		
Cabeceiras Do Piauí	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Cajazeiras Do Piauí		35 a 1	35 a 2	35 a 1	2 + 33 a 34	3 + 33 a 34	2 + 33 a 34		
Cajueiro Da Praia		3	3	3			2	2	2
Caldeirão Grande Do Piauí						1 a 2		1	3
Campinas Do Piauí						34 a 1		35 a 1	2 + 33
Campo Alegre Do Fidalgo									33 a 1
Campo Grande Do Piauí						1 a 2		36 a 1	36
Campo Largo Do Piauí	1 a 3	1 a 3	1 a 3					36	36
Campo Maior	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Canavieira		34 a 36	33 a 36	35 a 36	32 a 33	32	32 a 34	31	31
Canto Do Buriti			35 a 36		35	32 a 34		31 a 34 + 36	31
Capitão De Campos	2 a 3	2 a 3	1 a 3	1	1				
Capitão Gervásio Oliveira									35 a 1
Caracol						34 a 36		35 a 36	31 a 33
Caraúbas Do Piauí	3	2 a 3	2 a 3	2	1	1	1		
Caridade Do Piauí									36 a 1
Castelo Do Piauí		2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1		
Caxingó	3	2 a 3	2 a 3	2	1	1	1		
Cocal	3	3	2 a 3	2	2		1	1	1
Cocal De Telha	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Cocal Dos Alves	3	3	3	2	2	2		1	1
Coivaras	1 a 3	1 a 3	1 a 3		36	36	36		
Colônia Do Gurguéia			33 a 36		35 a 36	32	35	31 a 34	31
Colônia Do Piauí			36 a 1		34 a 1	2 + 34 a 35	35 a 36	2 + 33	33
Conceição Do Canindé						36			1 + 34 a 35
Coronel José Dias									35 a 36
Corrente			33 a 35		33 a 35	31 a 32 + 36		30 a 32 + 36	30
Cristalândia Do Piauí			34			31 a 33 + 35 a 36		31 a 36	
Cristino Castro			34 a 36		35 a 36	31 a 33	35	31 a 34	
Curimatá						33 a 36		34 a 36	31 a 32
Currais		32 a 36	31 a 36	34 a 36	31		31 a 33		
Curralinhos	36 a 3	36 a 3	36 a 3		34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Curral Novo Do Piauí									36 a 1
Demerval Lobão	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35	35		34	34
Dirceu Arcoverde									36
Dom Expedito Lopes			1		36 a 1	2 + 36	36	2 + 35	3 + 35
Domingos Mourão	3	3	3	2	2	2	1	1	1
Dom Inocêncio									35 a 36
Elesbão Veloso		36 a 2	36 a 3	36 a 2	3 + 35	35	3	34	34
Eliseu Martins		35	33 a 36		32 a 34 + 36	32	35 a 36	31	31
Esperantina	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Fartura Do Piauí									35 a 36
Flores Do Piauí			34 a 36		34 a 36	33	35 a 36	32 a 33	32
Floresta Do Piauí			36			1		34 a 1	2 + 34 a 35
Floriano	35	33 a 36	33 a 36	33 a 34 + 36	32	32	32		31
Francinópolis		36 a 1	36 a 2	36 a 1	2 + 35	3 + 35	2 + 35	3 + 33 a 34	33 a 34
Francisco Ayres		34 a 1	34 a 2	34 a 1	2 + 33	3 + 33	2 + 33	3 + 32	32
Francisco Macedo						1 a 2		1	
Francisco Santos						1 a 2		36 a 2	3 + 36
Fronteiras						1 a 3		1 a 2	
Geminiano						1		36 a 1	2 + 36
Gilbués	35	31 a 36	31 a 36	31 a 34 + 36			30	30	30
Guadalupe	34 a 36	33 a 36	33 a 36	32 a 33	32	32	31	31	31
Guaribas			35		35	32 a 34 + 36		34 + 36	31
Hugo Napoleão	1	36 a 2	36 a 3	2 + 36	3 + 34 a 35	34 a 35	3 + 34 a 35	33	33
Ilha Grande	3	3	3		2	2	2		
Inhuma			1 a 2		36 a 1	3 + 36	36 a 1	2	35
Ipiranga Do Piauí			1 a 2		36 a 1	36	36 a 1	2 + 34 a 35	3 + 34 a 35
Isaías Coelho						36 a 1		35 a 36	2 + 34 a 35
Itainópolis						36 a 1		35 a 1	2 + 35
Itaueira		35 a 36	33 a 36	35 a 36	32 a 34	32	34		31
Jacobina Do Piauí									35 a 1
Jaicós						1		36 a 1	2 + 36
Jardim Do Mulato	36 a 1	36 a 2	36 a 3	2	3 + 34 a 35	34 a 35	3 + 34 a 35	33	33
Jatobá Do Piauí	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Jerumenha	35	33 a 36	33 a 36	34 + 36	32	32	31 a 33	31	31
João Costa						35 a 36		35	1 + 33 a 34
Joaquim Pires	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Joca Marques	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
José De Freitas	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			35
Juazeiro Do Piauí		2 a 3	2 a 3	2 a 3			1	1	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Júlio Borges						35			31 a 34 + 36
Jurema						35 a 36		35 a 36	32 a 34
Lagoinha Do Piauí	36 a 2	36 a 3	36 a 3	3	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Lagoa Alegre	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Lagoa Do Barro Do Piauí									35 a 36
Lagoa De São Francisco	3	2 a 3	2 a 3	2			1	1	1
Lagoa Do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36	35	35		34	34
Lagoa Do Sítio			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3 + 36	36
Landri Sales	35	32 a 36	32 a 36	34 + 36	31	31	31 a 33		
Luís Correia	3	3	3		2	2	2		
Luzilândia	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Madeiro	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					36
Manoel Emídio		35	32 a 36	35	31 a 34 + 36	31	34 + 36		
Marcolândia						1		1	2
Marcos Parente	35	32 a 36	32 a 36	32 a 34 + 36	31	31	31		
Massapê Do Piauí									36 a 2
Matias Olímpio	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
Miguel Alves	1 a 3	1 a 3	1 a 3	36	36	36			
Miguel Leão	36 a 2	36 a 3	36 a 3	3	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Milton Brandão	3	3	2 a 3	2	2		1	1	1
Monsenhor Gil	36 a 2	36 a 3	36 a 3	3	35	35	35	33 a 34	33 a 34
Monsenhor Hipólito						1 a 2		1 a 2	3
Monte Alegre Do Piauí		35	31 a 36	35	31 a 34 + 36		31 a 34	30	30
Morro Cabeça No Tempo						35 a 36		35	31 a 34
Morro Do Chapéu Do Piauí	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Murici Dos Portelas	3	2 a 3	2 a 3	2	1	1	1		
Nazaré Do Piauí		34 a 36	34 a 36	34 a 36	33	33	33	32	32
Nazária	36 a 3	36 a 3	36 a 4		4 + 34 a 35	5 + 34 a 35	4 + 34 a 35	5 + 33	33
Nossa Senhora De Nazaré	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Nossa Senhora Dos Remédios	1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36	36
Novo Oriente Do Piauí		1	36 a 2	36 a 1	2 + 36	3	2	3 + 34 a 35	34 a 35
Novo Santo Antônio	2	1 a 3	1 a 3	1 + 3				36	36
Oeiras		36	36 a 2	36	1 + 34 a 35	34 a 35	1 + 34 a 35	2 + 33	3 + 33
Olho D"Água Do Piauí	1 a 2	36 a 3	36 a 3	3 + 36	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
Padre Marcos						1		36 a 1	2 + 36
Paes Landim			35		35	34 + 36 a 1		34 + 36	2 + 33
Pajeú Do Piauí			35 a 36		35 a 36	33 a 34		33 a 34	32
Palmeira Do Piauí		32 a 36	32 a 36	34 a 36	31	31	31 a 33		
Palmeirais	36 a 2	35 a 3	35 a 3	3 + 34 a 35	33 a 34	33 a 34	33		
Paquetá			1		36 a 1	2 + 36	36	2 + 34 a 35	34 a 35
Parnaguá						33 a 36		34 a 35	31 a 32
Parnaíba	3	3	3	2	2	2			1
Passagem Franca Do Piauí	1 a 2	36 a 3	36 a 3	3 + 36	35	35		34	33 a 34
Patos Do Piauí						36			1 + 35
Pau D"Arco Do Piauí	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				34 a 35	34 a 35
Paulistana									35 a 36
Pavussu			33 a 36		34 a 36	32	35	31 a 33	31
Pedro II	3	3	3	2	2	2	1	1	1
Pedro Laurentino						35 a 36		35 a 36	1 + 33 a 34
Nova Santa Rita						35 a 36		35	1 + 33 a 34
Picos			1		36	2 + 36	36	1 a 2	3
Pimenteiras			2		1 a 2	1 + 3	1 a 2	3	
Pio IX						1 a 3		1 a 2	
Piracuruca	3	2 a 3	2 a 3	2	1	1	1		
Piripiri	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
Porto	1 a 3	1 a 3	1 a 3			36	36	36	
Porto Alegre Do Piauí	34 a 36	32 a 36	32 a 36	32 a 33	31	31	31		
Prata Do Piauí	1	1 a 2	36 a 3	2 a 3 + 36	3 + 36			34 a 35	34 a 35
Queimada Nova									36
Redenção Do Gurguéia			33 a 36		35 a 36	31 a 32	35	31 a 34	
Regeneração	36 a 1	36 a 2	35 a 3	2	3 + 34 a 35	34	3 + 34 a 35	33	33
Riacho Frio			33 a 36		35	31 a 32		31 a 34 + 36	
Ribeira Do Piauí			35 a 36		35 a 36	1 + 33 a 34		1 + 33 a 34	2 + 32
Ribeiro Gonçalves	31 a 36	31 a 36	31 a 36				30	30	30
Rio Grande Do Piauí			33 a 36		34 a 36	32	35 a 36	32 a 33	
Santa Cruz Do Piauí			36 a 1		36 a 1	2	36	2 + 34 a 35	34 a 35
Santa Cruz Dos Milagres		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3 + 36	36	3 + 36		
Santa Filomena	31 a 36	31 a 36	31 a 36			30	30	30	
Santa Luz			34 a 36		35 a 36	31 a 33	35	31 a 34	
Santana Do Piauí			1		1	2 + 36	36	2 + 36	3
Santa Rosa Do Piauí		36 a 1	36 a 2	36	2 + 34 a 35	34 a 35	1 + 34 a 35	33	3 + 33
Santo Antônio De Lisboa						1 a 2		1 a 2	3 + 36
Santo Antônio Dos Milagres	36 a 2	35 a 2	35 a 3		3 + 34	34	3 + 34 a 35	33	33
Santo Inácio Do Piauí			36		35 a 36	1 + 34 a 35	35	1 + 34	2 + 33
São Braz Do Piauí						35 a 36		35 a 36	33 a 34
São Félix Do Piauí		1 a 2	36 a 3	36 a 2	3 + 36		3	34 a 35	34 a 35
São Francisco De Assis Do Piauí									35 a 1
São Francisco Do Piauí		35 a 36	34 a 36	35 a 36	33 a 34	33	34		
São Gonçalo Do Gurguéia			31 a 36		31 a 36		31 a 35	30	30
São Gonçalo Do Piauí	36 a 2	36 a 3	36 a 3	3	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São João Da Canabrava									
São João Da Fronteira	3	3	3	2	2	2		1	1
São João Da Serra		1 a 3	1 a 3	1 a 3				36	36
São João Da Varjota			36 a 1		36 a 1	2	36 a 1	2 + 34 a 35	3 + 34 a 35
São João Do Arraial	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1				36	36
São João Do Piauí						35 a 36		35	1 + 33 a 34
São José Do Divino	2 a 3	2 a 3	2 a 3	1	1	1			
São José Do Peixe			34 a 36	35	34 a 36	33	34 + 36	33	
São José Do Piauí			1		1	2	1	2 + 36	3 + 36
São Julião						1 a 2		1	3
São Lourenço Do Piauí									35 a 36
São Luis Do Piauí					1	1 a 2	1	2 + 36	3
São Miguel Da Baixa Grande	1	36 a 3	36 a 3	2 a 3 + 36				34 a 35	34 a 35
São Miguel Do Fidalgo			35 a 36		35 a 36	33 a 34	35	33 a 34	
São Miguel Do Tapuio			2 a 3	2	1 a 3	1	1 + 3		
São Pedro Do Piauí	36 a 2	36 a 3	36 a 3	3	34 a 35	34 a 35	34 a 35	33	33
São Raimundo Nonato						35 a 36		35	33 a 34
Sebastião Barros						33 a 36		31 a 35	31 a 32
Sebastião Leal		32 a 36	32 a 36	35 a 36	31	31	31 a 34		
Sigefredo Pacheco	3	2 a 3	2 a 3	1 a 2	1	1			
Simões									36 a 2
Simplício Mendes						34 a 1		34 a 36	2 + 33
Socorro Do Piauí			35		35	33 a 34 + 36 a 1		34 + 36	2
Sussuapara						1 a 2		36 a 2	3 + 36
Tamboril Do Piauí						33 a 36		34 a 36	32
Tanque Do Piauí		36 a 1	36 a 2	36 a 1	2 + 34 a 35	3 + 34 a 35	2 + 34 a 35	3 + 33	33
Teresina	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				34 a 35	34 a 35
União	1 a 3	36 a 3	36 a 3	36				35	35
Uruçuí	35 a 36	32 a 36	32 a 36	31 a 34	31	31			30
Valença Do Piauí		1	1 a 2	1	2 + 36	3 + 36	2 + 36	3	35
Várzea Branca									34 a 36
Várzea Grande		36 a 1	36 a 2	36 a 1	2 + 35	3 + 34 a 35	2 + 34 a 35	3 + 33 a 34	33
Vera Mendes						36 a 1		35	2 + 34 a 35
Vila Nova Do Piauí						1 a 2		1	36
Wall Ferraz			36		35 a 36	1 a 2 + 35	35	1 + 34	34

PORTARIA Nº 227, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado do Maranhão, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

c) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

d)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9534 , ADV9534 PRO, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2B710PW, 2B587RR, 2B688RR, 20A55PW, 2B433PW, 2B512PW, 2B655PW, 2B688PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, 2B587PW, 2B810PW, 2B610PW, 30A37RR, 2B877PW, 2A620PW, MG300PW, MG652PW, NEX 5617PW, 2B633PW, CD 384PW, 20A78PW, MG699PW, 2B210PW, DB 2B339PW, 2B647PW, 2A401PW, MG580PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3765PW, CD3410PW, MG600PW, CD3775PW, MG744PW, CD384RR, MG699RR, 2B640PW, MG711PW e 2A521PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35H, 30F35HR, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F53, 30F53EH, 30F53H, 30F53HR, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30F53YH, 30F53YHR, 30K73, 30K73H, 30K73YHR, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7032YHR, BG7037H, BG7037VYH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7318YH, BG7330VYH, BG7432H, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7720VYHR, P1630YH, P2830, P2830H, P2830VYH, P3161H, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3380HR, P3431, P3431H, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844VYH, P3862H, P3862VYH, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

HELIX SEMENTES LTDA: BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939 e SHS7939PRO2;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG6310 e LG36701PRO2;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 3700RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO2, AG 1051, AG 5055PRO, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG 8088PRO2, AG9000PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6304PRO, LG6050PRO2, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 50PRO3, NS 50RR2, NS 90PRO, AG 9010PRO, AG7098PRO2, AG 8061, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, AG9025PRO3, AS 1581PRO, AS 1596PRO2, AS 1598, AS1555PRO2, AS1555PRO3, AS1596PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, BM780PRO, BM 840PRO, BM 915PRO, NS 90PRO2, NS 90RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, DKB 177PRO2, DKB177PRO3, NS 92RR2, DKB 390, RB 9004PRO2, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB230PRO3, DKB290, DKB290PRO, LG6036PRO3, DKB290PRO3, DKB310PRO3, DKB390PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6036PRO, LG 6036PRO2, LG 6036RR2, RB 9005PRO2, RB 9110PRO2, SHS7910PRO3, SHS 7915PRO, SHS7915PRO3, SHS 7920PRO, ADV 9434PRO, SHS 7920PRO3, LG 3055, LG 3055PRO, LG 3055PRO2, ADV9345PRO3, NS 92PRO3, RB 9005PRO3, RB 9006PRO3, AG8061PRO3, AG9030PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950PRO3, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, LG 6036, LG 3055PRO3 e LG 6038PRO;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3, ATL 110, ATL 200, ATL 310, Balu 188, DG 213, FTH 510, FTH 960, RK3014, RK3115, SM 511, SM 966 e ATL 300S;

SEMPRE SEMENTES: SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1093 TP3, PRE 22D11, PRE 22S18 TP, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE22S18 e SX1093;

SYNGENTA SEEDS LTDA: 3040VIP3, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6003 VIP3, SX6552 VIP3, SX6663 VIP3, SX7331, SX7341 VIP3, SX7772 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8394 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SX8934 VIP3, SY6222 VIP3, SYN5T78 TLTG Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, SZ7050 VIP3, SZ7634 VIP3 e SZ7684 VIP3.

GRUPO II

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35R, 30F90H, BG7032H, BG7032HR e BG7032YH;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: ATL 100, ATL 400, DG 501, DG 601, DG 627, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2, R9330PRO2, SG 6010, SG 6011, SG 6302 e SM 505;

SEMPRE SEMENTES: SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076 e SX1086.

GRUPO III

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 02A, RG 03 e RG 01;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340 e AGRI-104.

Notas:

Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Açailândia	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Afonso Cunha	6 a 8	6 a 9	6 a 10	9	10	11			
Água Doce Do Maranhão	6 a 9	6 a 9	6 a 11		10		10	11 a 12	12
Alcântara	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Aldeias Altas	6 a 8	6 a 9	6 a 10				9	10	11
Altamira Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Alto Alegre Do Maranhão	6 a 8	6 a 9	6 a 10	9	10	11			
Alto Alegre Do Pindaré	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Alto Parnaíba	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6	7	8
Amapá Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Amarante Do Maranhão	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
Anajatuba	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Anapurus	6 a 9	6 a 10	6 a 11	10	11	12	11	12	13
Apicum-Açu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Araguanã	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Araioses	6 a 8	6 a 9	6 a 11	9	10		10	11	12
Arame	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Arari	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Axixá	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bacabal	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bacabeira	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bacuri	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bacurituba	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Balsas	1 a 5	1 a 6	1 a 7				6	7	8
Barão De Grajaú			6		6	7	6	7	
Barra Do Corda	4 a 7	4 a 7	4 a 9		8		8	9	
Barreirinhas	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Belágua	6 a 10	6 a 11	6 a 12	11	12	13	12	13	14
Bela Vista Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Benedito Leite	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7		7	
Bequimão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bernardo Do Mearim	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Boa Vista Do Gurupi	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bom Jardim	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bom Jesus Das Selvas	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Bom Lugar	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Brejo	6 a 9	6 a 10	6 a 11				10	11	12
Brejo De Areia	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Buriti	6 a 9	6 a 9	6 a 11		10		10	11	12
Buriti Bravo	6	6 a 7	6 a 8	7	8	9			
Buriticupu	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Buritirana	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Cachoeira Grande	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Cajapió	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Cajari	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Campestre Do Maranhão	1 a 6	1 a 7	1 a 8	7	8				9
Cândido Mendes	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Cantanhede	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Capinzal Do Norte	6 a 8	6 a 8	6 a 9		9	10	9		11
Carolina	1 a 6	1 a 7	1 a 8				7	8	
Carutapera	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Caxias	6 a 8	6 a 8	6 a 9		9	10	9		
Cedral	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Central Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Centro Do Guilherme	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Centro Novo Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Chapadinha	6 a 9	6 a 10	6 a 11	10	11				12
Cidelândia	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Codó	6 a 8	6 a 9	6 a 10	9				10	11
Coelho Neto	6 a 8	6 a 9	6 a 10	9	10	11			
Colinas		6 a 7	6 a 7	6		8	7	8	9
Conceição Do Lago-Açu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Coroatá	6 a 8	6 a 9	6 a 10	9	10	11	10	11	12
Cururupu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Davinópolis	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Dom Pedro	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Duque Bacelar	6 a 8	6 a 9	6 a 10	9	10	11			
Esperantinópolis	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Estreito	1 a 6	1 a 7	1 a 8				7	8	9
Feira Nova Do Maranhão	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7	8	7		
Fernando Falcão	4 a 5	4 a 7	4 a 7	6		8	7	8	9
Formosa Da Serra Negra	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Fortaleza Dos Nogueiras	1 a 5	1 a 5	1 a 7		6 a 7		6		8
Fortuna	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Godofredo Viana	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Gonçalves Dias	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	
Governador Archer	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Governador Edison Lobão	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Governador Eugênio Barros	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8		
Governador Luiz Rocha	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8		
Governador Newton Bello	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Governador Nunes Freire	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Graça Aranha	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8		
Grajaú	4 a 6	4 a 7	4 a 8		8	9	7		
Guimarães	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Humberto De Campos	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Icatu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Igarapé Do Meio	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Igarapé Grande	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Imperatriz	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
Itaipava Do Grajaú	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
Itapecuru Mirim	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Itinga Do Maranhão	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Jatobá	6	6 a 7	6 a 8	7				8	9
Jenipapo Dos Vieiras	4 a 7	4 a 7	4 a 9		8		8	9	
João Lisboa	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
Joselândia	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Junco Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Lago Da Pedra	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Lago Do Junco	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Lago Verde	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Lagoa Do Mato		6	6 a 7	6 a 7	7	8		8	9
Lago Dos Rodrigues	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Lagoa Grande Do Maranhão	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Lajeado Novo	4 a 6	4 a 7	4 a 8				7	8	9
Lima Campos	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Loreto	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7		7	8
Luís Domingues	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Magalhães De Almeida	6 a 8	6 a 9	6 a 11	9	10		10	11	12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Maracaçumé	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Marajá Do Sena	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Maranhãozinho	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Mata Roma	6 a 9	6 a 10	6 a 11	10	11	12	11	12	
Matinha	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Matões	6 a 7	6 a 7	6 a 8	8	8	9		9	
Matões Do Norte	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Milagres Do Maranhão	6 a 9	6 a 10	6 a 11	10	11		11	12	12
Mirador		6	6 a 7	6	7		7		8
Miranda Do Norte	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Mirinzal	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Monção	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Montes Altos	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Morros	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Nina Rodrigues	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Nova Colinas	1 a 4	1 a 5	1 a 7	5	6		6	7	8
Nova Iorque			6		6	7	6	7	
Nova Olinda Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Olho D"Água Das Cunhãs	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Olinda Nova Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Paço Do Lumiar	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Palmeirândia	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Paraibano		6	6 a 7	6	7				8
Parnarama	6 a 7	6 a 7	6 a 8		8	9	8		
Passagem Franca		6	6 a 7	6	7	8	7		
Pastos Bons			6		6	7	6	7	8
Paulino Neves	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Paulo Ramos	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Pedreiras	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Pedro Do Rosário	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Penalva	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Peri Mirim	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Peritoró	6 a 8	6 a 9	6 a 10	9		11		10	
Pindaré-Mirim	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Pinheiro	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Pio Xii	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Pirapemas	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Poção De Pedras	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Porto Franco	1 a 6	1 a 7	1 a 8	7				8	9
Porto Rico Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Presidente Dutra	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	
Presidente Juscelino	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Presidente Médici	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Presidente Sarney	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Presidente Vargas	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Primeira Cruz	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Raposa	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Riachão	1 a 5	1 a 6	1 a 7			8	6	7	
Ribamar Fiquene	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Rosário	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Sambaíba	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7		7	8
Santa Filomena Do Maranhão	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Santa Helena	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santa Inês	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santa Luzia	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santa Luzia Do Paruá	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santa Quitéria Do Maranhão	6 a 9	6 a 10	6 a 11	10	11	12	11	12	13
Santa Rita	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santana Do Maranhão	6 a 9	6 a 10	6 a 11	10	11	12	11	12	13
Santo Amaro Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santo Antônio Dos Lopes	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
São Benedito Do Rio Preto	6 a 9	6 a 11	6 a 11	10 a 11	12	12 a 13		13	
São Bento	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São Bernardo	6 a 9	6 a 10	6 a 11				10	11	12
São Domingos Do Azeitão	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6	7	8
São Domingos Do Maranhão	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
São Félix De Balsas	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6	7	
São Francisco Do Brejão	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	
São Francisco Do Maranhão	6	6 a 7	6 a 7	7	8				
São João Batista	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São João Do Carú	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São João Do Paraíso	1 a 6	1 a 7	1 a 7			8	7	8	9
São João Do Soter	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8	9				10
São João Dos Patos	6	6			7	6	7	8	
São José De Ribamar	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São José Dos Basílios	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
São Luís	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São Luís Gonzaga Do Maranhão	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
São Mateus Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Pedro Da Água Branca	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
São Pedro Dos Crentes	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7	8	7		
São Raimundo Das Mangabeiras	1 a 4	1 a 5	1 a 7	5	6		6	7	8
São Raimundo Do Doca Bezerra	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
São Roberto	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
São Vicente Ferrer	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Satubinha	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Senador Alexandre Costa	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	
Senador La Rocque	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8		
Serrano Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Sítio Novo	4 a 5	4 a 7	4 a 7	6		8	7	8	9
Sucupira Do Norte		6	6 a 7	6	7				8
Sucupira Do Riachão	6	6			7	6 a 7	7	8	
Tasso Fragoso	1 a 4	1 a 5	1 a 7	5	6		6	7	8
Timbiras	6 a 8	6 a 9	6 a 10	9	10	11	10	11	12
Timon	6 a 7	6 a 8	6 a 8	8		9		9	10
Trizidela Do Vale	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Tufilândia	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Tuntum	4 a 7	4 a 7	4 a 9		8		8		
Turiaçu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Turilândia	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Tutóia	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Urbano Santos	6 a 9	6 a 10	6 a 11	10 a 11	11 a 12	12 a 13	12	13	
Vargem Grande	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Viana	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Vila Nova Dos Martírios	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Vitória Do Mearim	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Vitorino Freire	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Zé Doca	4 a 9	4 a 9	4 a 9						

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Açailândia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Afonso Cunha	6 a 7	6 a 8	6 a 8			9	8	9	10
Água Doce Do Maranhão	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8	9	10	9	10	11
Alcântara	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Aldeias Altas	6 a 7	6 a 7	6 a 8		8	9	8		
Altamira Do Maranhão	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	
Alto Alegre Do Maranhão	6 a 7	6 a 8	6 a 9				8	9	10
Alto Alegre Do Pindaré	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Alto Parnaíba	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Amapá Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Amarante Do Maranhão	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8			
Anajatuba	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Anapurus	6 a 8	6 a 9	6 a 9	9		10 a 11		10	
Apicum-Açu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Araguanã	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Araioses	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8	9	10	9	10	11
Arame	4 a 5	4 a 7	4 a 7	6		8	7	8	
Arari	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Axixá	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bacabal	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	
Bacabeira	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bacuri	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bacurituba	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Balsas	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			
Barão De Grajaú									6
Barra Do Corda	4 a 5	4 a 5	4 a 7		6 a 7		6		8
Barreirinhas	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Belágua	6 a 9	6 a 9	6 a 11	10	10 a 11	12	11	12	
Bela Vista Do Maranhão	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Benedito Leite	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Bequimão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bernardo Do Mearim	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9
Boa Vista Do Gurupi	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bom Jardim	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Bom Jesus Das Selvas	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Bom Lugar	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8		
Brejo	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8	9	10	9	10	11
Brejo De Areia	4 a 7	4 a 8	4 a 8			9	8		
Buriti	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8	9	10			
Buriti Bravo			6		6	7	6	7	
Buriticupu	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8		
Buritirana	4 a 5	4 a 6	4 a 7				6	7	8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cachoeira Grande	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Cajapió	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Cajari	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Campestre Do Maranhão	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6		
Cândido Mendes	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Cantanhede	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Capinzal Do Norte	6	6 a 7	6 a 8	7	8				9
Carolina	1 a 4	1 a 5	1 a 5	5		6		6	7
Carutapera	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Caxias	6	6 a 7	6 a 8	7				8	9
Cedral	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Central Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Centro Do Guilherme	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Centro Novo Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Chapadinha	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8	9	10	9	10	11
Cidelândia	4 a 6	4 a 7	4 a 8				7	8	
Codó	6 a 7	6 a 7	6 a 8		8	9	8		
Coelho Neto	6 a 7	6 a 8	6 a 8			9	8	9	10
Colinas			6					6	7
Conceição Do Lago-Açu	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Coroatá	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8	9	10			
Cururupu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Davinópolis	4 a 5	4 a 6	4 a 7				6	7	8
Dom Pedro	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Duque Bacelar	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8				9	10
Esperantinópolis	4 a 5	4 a 7	4 a 7	6 a 7		8		8	
Estreito	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7			
Feira Nova Do Maranhão	1 a 4	1 a 4	1 a 5		5	6	5		7
Fernando Falcão	4	4 a 5	4 a 6	5				6	7
Formosa Da Serra Negra	4	4 a 5	4 a 6				5	6	7
Fortaleza Dos Nogueiras	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			
Fortuna	4 a 5	4 a 5	4 a 7		6		6	7	8
Godofredo Viana	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Gonçalves Dias	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Governador Archer	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Governador Edison Lobão	4 a 5	4 a 5	4 a 7		6		6	7	8
Governador Eugênio Barros	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7				8
Governador Luiz Rocha	4 a 5	4 a 5	4 a 7		6		6	7	8
Governador Newton Bello	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Governador Nunes Freire	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Graça Aranha	4 a 5	4 a 6	4 a 7		7		6		8
Grajaú	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7		7	
Guimarães	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Humberto De Campos	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Icatu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Igarapé Do Meio	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Igarapé Grande	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			

Imperatriz	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8			
Itaipava Do Grajaú	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Itapecuru Mirim	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Itinga Do Maranhão	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Jatobá			6		6	7			
Jenipapo Dos Vieiras	4 a 5	4 a 6	4 a 7		7		6		8
João Lisboa	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8			
Joselândia	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Junco Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Lago Da Pedra	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9
Lago Do Junco	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9			
Lago Verde	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Lagoa Do Mato			6					6	7
Lago Dos Rodrigues	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Lagoa Grande Do Maranhão	4 a 5	4 a 7	4 a 7	6		8	7	8	
Lajeado Novo	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7			
Lima Campos	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Loreto	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4		4	5	6
Luís Domingues	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Magalhães De Almeida	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8	9	10	9	10	11
Maracaçumé	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Marajá Do Sena	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9
Maranhãozinho	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Mata Roma	6 a 8	6 a 8	6 a 9		9	10	9	10	11
Matinha	4 a 9	4 a 9	4 a 9						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Matões		6	6 a 7	6	7				8
Matões Do Norte	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Milagres Do Maranhão	6 a 8	6 a 8	6 a 9		9	10	9	10	11
Mirador						6			7
Miranda Do Norte	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Mirinzal	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Monção	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Montes Altos	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7		7	8
Morros	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Nina Rodrigues	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Nova Colinas	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Nova Iorque									6
Nova Olinda Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Olho D"Água Das Cunhãs	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Olinda Nova Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Paço Do Lumiar	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Palmeirândia	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Paraibano						6			
Parnarama			6 a 7		6		6	7	8
Passagem Franca			6					6	7
Pastos Bons									6
Paulino Neves	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Paulo Ramos	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9			
Pedreiras	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9
Pedro Do Rosário	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Penalva	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Peri Mirim	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Peritoró	6 a 7	6 a 7	6 a 8		8	9	8		
Pindaré-Mirim	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Pinheiro	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Pio Xii	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Pirapemas	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Poção De Pedras	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Porto Franco	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7			
Porto Rico Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Presidente Dutra	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Presidente Juscelino	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Presidente Médici	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Presidente Sarney	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Presidente Vargas	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Primeira Cruz	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Raposa	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Riachão	1 a 4	1 a 4	1 a 5		5	6	5		
Ribamar Fiquene	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Rosário	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Sambaíba	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	
Santa Filomena Do Maranhão	4 a 5	4 a 5	4 a 7		6		6	7	8
Santa Helena	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santa Inês	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Santa Luzia	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	
Santa Luzia Do Paruá	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santa Quitéria Do Maranhão	6 a 8	6 a 9	6 a 9	9		10 a 11		10 a 11	
Santa Rita	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santana Do Maranhão	6 a 8	6 a 9	6 a 9			10 a 11	9	10	
Santo Amaro Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santo Antônio Dos Lopes	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
São Benedito Do Rio Preto	6 a 8	6 a 9	6 a 10	9	10	11	10	11	12
São Bento	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São Bernardo	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8	9	10	9	10	11
São Domingos Do Azeitão	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
São Domingos Do Maranhão	4 a 5	4 a 5	4 a 7		6		6	7	8
São Félix De Balsas	1 a 3	1 a 4	1 a 5		5		4		6
São Francisco Do Brejão	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8			
São Francisco Do Maranhão						6		6	7
São João Batista	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São João Do Carú	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
São João Do Paraíso	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5		7		6	
São João Do Soter		6 a 7	6 a 7	6 a 7		8		8	
São João Dos Patos									6
São José De Ribamar	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São José Dos Basílios	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
São Luís	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São Luís Gonzaga Do Maranhão	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8		
São Mateus Do Maranhão	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
São Pedro Da Água Branca	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
São Pedro Dos Crentes	1 a 4	1 a 5	1 a 5			6	5	6	7
São Raimundo Das Mangabeiras	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
São Raimundo Do Doca Bezerra	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
São Roberto	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
São Vicente Ferrer	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Satubinha	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Senador Alexandre Costa	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Senador La Rocque	4 a 5	4 a 6	4 a 7				6	7	8
Serrano Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Sítio Novo	4	4 a 5	4 a 6	5		7		6	
Sucupira Do Norte						6			
Sucupira Do Riachão						6			
Tasso Fragoso	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Timbiras	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8				9	10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Timon		6	6 a 7	6	7	8	7			
Trizidela Do Vale	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9				
Tufilândia	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9			
Tuntum	4 a 5	4 a 5	4 a 7		6 a 7		6			8
Turiaçu	4 a 9	4 a 9	4 a 9							
Turilândia	4 a 9	4 a 9	4 a 9							
Tutóia	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9			
Urbano Santos	6 a 8	6 a 9	6 a 10	9	10	11	10	11		12
Vargem Grande	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9						
Viana	4 a 9	4 a 9	4 a 9							
Vila Nova Dos Martírios	4 a 6	4 a 7	4 a 8				7	8		9
Vitória Do Mearim	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9						
Vitorino Freire	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9		
Zé Doca	4 a 9	4 a 9	4 a 9							

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Açailândia	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7			
Afonso Cunha		6	6 a 7	6	7				8
Água Doce Do Maranhão	6	6 a 7	6 a 8	7	8				9
Alcântara	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Aldeias Altas		6	6	6		7		7	8
Altamira Do Maranhão	4 a 6	4 a 7	4 a 7			8	7	8	9
Alto Alegre Do Maranhão		6	6 a 7	6	7	8	7		
Alto Alegre Do Pindaré	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Alto Parnaíba	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Amapá Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Amarante Do Maranhão	4	4 a 5	4 a 5			6	5		
Anajatuba	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Anapurus	6	6 a 7	6 a 8	7	8	9	8	9	
Apicum-Açu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Araguanã	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Araioses	6	6 a 7	6 a 8	7				8	9
Arame	4	4 a 5	4 a 6	5				6	7
Arari	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Axixá	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bacabal	4 a 6	4 a 6	4 a 7		7	8	7	8	9
Bacabeira	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bacuri	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bacurituba	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Balsas	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4		4	
Barra Do Corda		4	4 a 5	4	5	6	5		
Barreirinhas	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8 a 9	9				
Belágua	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8 a 9	9	10		10	
Bela Vista Do Maranhão	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Benedito Leite	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Bequimão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bernardo Do Mearim	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	
Boa Vista Do Gurupi	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Bom Jardim	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Bom Jesus Das Selvas	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6		
Bom Lugar	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7				8
Brejo	6	6 a 7	6 a 8	7				8	9
Brejo De Areia	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6				7	8
Buriti	6	6 a 7	6 a 7	7		8		8	9
Buriti Bravo									6
Buriticupu	4 a 5	4 a 6	4 a 7				6	7	8
Buritirana		4	4 a 5				4	5	6
Cachoeira Grande	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Cajapió	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Cajari	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Campestre Do Maranhão	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Cândido Mendes	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Cantanhede	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Capinzal Do Norte			6		6	7	6	7	
Carolina	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5			
Carutapera	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Caxias			6		6	7	6		
Cedral	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Central Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Centro Do Guilherme	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Centro Novo Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Chapadinha	6	6 a 7	6 a 8	7	8	9			
Cidelândia	4	4 a 5	4 a 6	5				6	7
Codó		6	6	6		7		7	8
Coelho Neto		6	6 a 7	6	7				8
Conceição Do Lago-Açu	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	

Coroatá	6	6	6 a 7		7	8	7	8	9
Cururupu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Davinópolis		4	4 a 5	4	5	6			
Dom Pedro	4	4 a 5	4 a 6	5				6	7
Duque Bacelar		6	6 a 7	6	7	8	7		
Esperantinópolis	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Estreito	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Feira Nova Do Maranhão	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4		4	5
Fernando Falcão			4		4	5			
Formosa Da Serra Negra			4					4	5
Fortaleza Dos Nogueiras	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3		5
Fortuna		4	4 a 5	4	5				6
Godofredo Viana	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Gonçalves Dias	4	4 a 5	4 a 5	5		6		6	
Governador Archer	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Governador Edison Lobão		4	4 a 5				4	5	6
Governador Eugênio Barros		4	4 a 5	4	5	6	5		
Governador Luiz Rocha		4	4 a 5	4	5	6			
Governador Newton Bello	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Governador Nunes Freire	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Graça Aranha		4	4 a 5	4	5	6	5		
Grajaú		4	4 a 5				4	5	6
Guimarães	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Humberto De Campos	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Icatu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Igarapé Do Meio	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Igarapé Grande	4 a 5	4 a 6	4 a 6			7	6	7	
Imperatriz	4	4 a 5	4 a 5			6	5		
Itaipava Do Grajaú	4	4	4 a 5		5	6	5	6	
Itapecuru Mirim	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Itinga Do Maranhão	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8			
Jatobá									6
Jenipapo Dos Vieiras		4	4 a 5	4	5	6	5		
João Lisboa		4	4 a 5	4	5	6	5		
Joselândia	4	4 a 5	4 a 6	5				6	7
Junco Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Lago Da Pedra	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6		
Lago Do Junco	4 a 5	4 a 6	4 a 6			7	6	7	
Lago Verde	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7		9		8	
Lago Dos Rodrigues	4 a 5	4 a 6	4 a 6			7	6	7	
Lagoa Grande Do Maranhão	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Lajeado Novo		4	4			5	4	5	6
Lima Campos	4 a 5	4 a 6	4 a 6			7	6	7	
Loreto	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		
Luís Domingues	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Magalhães De Almeida	6	6 a 7	6 a 7			8	7	8	9
Maracaçumé	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Marajá Do Sena	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6		
Maranhãozinho	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Mata Roma	6	6 a 7	6 a 8	7	8	9	8	9	
Matinha	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Matões						6		6	
Matões Do Norte	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Milagres Do Maranhão	6	6 a 7	6 a 8	7	8	9	8	9	
Miranda Do Norte	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Mirinzal	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Monção	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Montes Altos		4	4 a 5				4	5	6
Morros	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Nina Rodrigues	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Nova Colinas	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3		5
Nova Olinda Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Olho D"Água Das Cunhãs	4 a 6	4 a 7	4 a 7			8	7	8	9
Olinda Nova Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Paço Do Lumiar	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Palmeirândia	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Parnarama						6			
Paulino Neves	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8 a 9	9	
Paulo Ramos	4 a 5	4 a 6	4 a 6			7	6	7	
Pedreiras	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	
Pedro Do Rosário	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Penalva	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Peri Mirim	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Peritoró		6	6 a 7	6	7				8
Pindaré-Mirim	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Pinheiro	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Pio XII	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Pirapemas	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Poção De Pedras	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Porto Franco	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	
Porto Rico Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Presidente Dutra		4	4 a 5	4	5	6	5	6	
Presidente Juscelino	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Presidente Médici	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Presidente Sarney	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Presidente Vargas	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Primeira Cruz	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Raposa	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Riachão	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5

Ribamar Fiquene		4	4 a 5				4	5	6
Rosário	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Sambaíba	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Santa Filomena Do Maranhão	4	4 a 5	4	5	6				
Santa Helena	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santa Inês	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Santa Luzia	4 a 6	4 a 6	4 a 7		7	8	7		
Santa Luzia Do Paruá	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Santa Quitéria Do Maranhão	6	6 a 7	6 a 8	7	8	9	8	9	10
Santa Rita	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Santana Do Maranhão	6	6 a 7	6 a 8	7	8	9	8	9	10
Santo Amaro Do Maranhão	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Santo Antônio Dos Lopes	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
São Benedito Do Rio Preto	6 a 7	6 a 8	6 a 9	8	9		9		10
São Bento	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São Bernardo	6	6 a 7	6 a 8	7	8				9
São Domingos Do Azeitão	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
São Domingos Do Maranhão	4	4 a 5	4	5					6
São Félix De Balsas	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		
São Francisco Do Brejão	4	4 a 5	4 a 5			6	5		7
São João Batista	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São João Do Carú	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
São João Do Paraíso	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5			
São João Do Soter			6					6	7
São José De Ribamar	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São José Dos Basílios	4	4 a 5	4 a 6	5				6	7
São Luís	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
São Luís Gonzaga Do Maranhão	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7				8
São Mateus Do Maranhão	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
São Pedro Da Água Branca	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7			
São Pedro Dos Crentes	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
São Raimundo Das Mangabeiras	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
São Raimundo Do Doca Bezerra	4	4 a 5	4 a 6				5	6	
São Roberto	4	4 a 5	4 a 6	5				6	7
São Vicente Ferrer	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Satubinha	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Senador Alexandre Costa	4	4	4 a 5		5	6	5	6	
Senador La Rocque		4	4 a 5	4	5	6			
Serrano Do Maranhão	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Sítio Novo			4		4	5			6
Tasso Fragoso	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3		
Timbiras		6	6 a 7	6	7	8	7	8	9
Timon						6		6	7
Trizidela Do Vale	4 a 5	4 a 6	4 a 6			7	6	7	
Tufilândia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Tuntum		4	4 a 5	4	5	6	5		
Turiaçu	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Turilândia	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Tutóia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Urbano Santos	6 a 7	6 a 8	6 a 8	8	9	9	9		10
Vargem Grande	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Viana	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Vila Nova Dos Martírios	4 a 5	4 a 5	4 a 6			7		6	
Vitória Do Mearim	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Vitorino Freire	4 a 6	4 a 6	4 a 7		7	8	7		
Zé Doca	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					

PORTARIA Nº 228, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, e 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado do Piauí, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

c) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

d)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9534 , ADV9534 PRO, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2B710PW, 2B587RR, 2B688RR, 20A55PW, 2B433PW, 2B512PW, 2B688PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, 2B587PW, 2B810PW, 2B610PW, 30A37RR, 2B877PW, 2A620PW, MG300PW, MG652PW, NEX 5617PW, 2B633PW, CD 384PW, 20A78PW, MG699PW, 2B210PW, DB 2B339PW, 2B647PW, 2A401PW, MG580PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3765PW, CD3410PW, MG600PW, CD3775PW, MG744PW, CD384RR, MG699RR, 2B640PW, MG711PW e 2A521PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35H, 30F35HR, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F53, 30F53EH, 30F53H, 30F53HR, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30F53YH, 30F53YHR, 30K73, 30K73H, 30K73YHR, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7032YHR, BG7037H, BG7037VYH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7318YH, BG7330VYH, BG7432H, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7720VYHR, P1630YH, P2830, P2830H, P2830VYH, P3161H, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431H, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844VYH, P3862H, P3862VYH, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG6310 e LG36701PRO2;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 3700RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO2, AG 1051, AG 5055PRO, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG 8088PRO2, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6304PRO, LG6050PRO2, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 50PRO3, NS 50RR2, AG9000PRO3, AG 9010PRO, AG7098PRO2, AG 8061, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, AG9025PRO3, AS 1581PRO, AS 1596PRO2, AS 1598, AS1555PRO2, AS1555PRO3, AS1596PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, BM780PRO, BM 840PRO, NS 90PRO, NS 90PRO2, NS 90RR2, NS92PRO, BM 915PRO, NS 92PRO2, DKB 177PRO2, DKB177PRO3, NS 92RR2, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, RB 9004PRO2, DKB230PRO3, DKB290, DKB290PRO, LG6036PRO3, DKB290PRO3, DKB310PRO3, DKB390PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6036PRO, LG 6036PRO2, LG 6036RR2, RB 9005PRO2, RB 9110PRO2, SHS7910PRO3, SHS 7915PRO, SHS7915PRO3, SHS 7920PRO, ADV 9434PRO, SHS 7920PRO3, LG 3055PRO, LG 3055PRO2, ADV9345PRO3, NS 92PRO3, RB 9005PRO3, RB 9006PRO3, AG8061PRO3, AG9030PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950PRO3, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, LG 6036, LG 3055PRO3, LG 3055 e LG 6038PRO;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3, ATL 110, ATL 200, ATL 310, Balu 188, DG 213, FTH 510, RK3014, RK3115, SM 511, SM 966 e ATL 300S;

SEMPRE SEMENTES: SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1093 TP3, PRE 22S18 TP, PRE 22D11, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE22S18 e SX1093;

SYNGENTA SEEDS LTDA: 3040VIP3, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6003 VIP3, SX6552 VIP3, SX6663 VIP3, SX7331, SX7341 VIP3, SX7772 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8394 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SX8934 VIP3, SY6222 VIP3, SYN5T78 TLTG Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, SZ7050 VIP3, SZ7634 VIP3 e SZ7684 VIP3.

GRUPO II

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35R, 30F90H, BG7032H, BG7032HR e BG7032YH;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 03;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: ATL 100, ATL 400, DG 501, DG 601, DG 627, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2, R9330PRO2, SG 6010, SG 6011, SG 6302 e SM 505;

SEMPRE SEMENTES: SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076 e SX1086.

GRUPO III

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 02A e RG 01;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340 e AGRI-104.

Notas:

Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acauã									4
Agricolândia	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6 a 7	7	8		8	9
Água Branca	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Alagoinha Do Piauí			4 a 5		4 a 5	6	4	6	7
Alegrete Do Piauí			4 a 5		4	6	4	5	
Alto Longá	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Altos	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Alvorada Do Gurguéia		2 a 4	1 a 5	2 a 4	1 + 5	6	1		
Amarante	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6 a 7	7	8
Angical Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7		7		8
Anísio De Abreu					3	1 a 4		1 a 2 + 4	5
Antônio Almeida	2 a 4	1 a 5	1 a 6	1		7	5	6	
Aroazes	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Aroeiras Do Itaim			4		4	5	4	5	6
Arraial	4	4 a 5	4 a 6	5		7		6	
Assunção Do Piauí		4	4 a 6	4 a 5	5 a 6	7	6	7	8
Avelino Lopes						1 a 4	2 a 3	1 a 4	5
Baixa Grande Do Ribeiro	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7			
Barra D"Alcântara	4	4 a 5	4 a 6	5				6	7
Barras	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Barreiras Do Piauí		1 a 4	1 a 5	1 a 4	5	6			7
Barro Duro	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6 a 7	7	8		8	
Batalha	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Bela Vista Do Piauí						4		4	5
Belém Do Piauí			4		4	5	4	5	6
Beneditinos	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7 a 8	8	8		9
Bertolínia		1 a 4	1 a 5	1 a 4		6		5	
Betânia Do Piauí						4		4	5
Boa Hora	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Bocaina			4 a 5	4	4	6		5	
Bom Jesus		1 a 4	1 a 5	1 a 4	5	6			
Bom Princípio Do Piauí	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Bonfim Do Piauí						1 a 4		2 a 4	5
Boqueirão Do Piauí	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Brasileira	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Brejo Do Piauí			2 a 4		2 a 3	1 + 5	3	1 + 4	
Buriti Dos Lopes	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Buriti Dos Montes	4 a 5	4 a 7	4 a 8	6 a 7				8	9
Cabeceiras Do Piauí	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Cajazeiras Do Piauí	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Cajueiro Da Praia	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Caldeirão Grande Do Piauí			4 a 5		4 a 5	6	4		7
Campinas Do Piauí			4		4	5			
Campo Alegre Do Fidalgo						4		4	5
Campo Grande Do Piauí			4 a 5		4		4	5	6
Campo Largo Do Piauí	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Campo Maior	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Canavieira	2 a 3	1 a 4	1 a 5	1 + 4	5	6			
Canto Do Buriti		3	1 a 4		1 a 2 + 4	5	1 a 4	5	
Capitão De Campos	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Capitão Gervásio Oliveira						4		4	5
Caracol					2 a 3	1 a 5	2 a 3	1 + 4	
Caraúbas Do Piauí	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Caridade Do Piauí						4 a 5		4	
Castelo Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6 a 7	7	8		8	9
Caxingó	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Cocal	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Cocal De Telha	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
Cocal Dos Alves	4 a 8	4 a 9	4 a 9				9		
Coivaras	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Colônia Do Gurguéia		2 a 3	1 a 5	2 a 3	1 + 4		1 + 4	5	6
Colônia Do Piauí		4	4 a 5	4				5	6
Conceição Do Canindé						4		4	5
Coronel José Dias					3	2 a 4		2 + 4	1 + 5
Corrente			1 a 3		1 a 4	4 a 5	1 a 4	5	6
Cristalândia Do Piauí			1 a 3		1 a 2	4 a 5	1 a 3	3 a 4	
Cristino Castro		2 a 3	1 a 5	2 a 4	1 + 4		1	5	6
Curimatá			1 a 2		1 a 3	3 a 5	1 a 3	4	6
Currais	2 a 3	1 a 5	1 a 5	1 + 4		6	5	6	7
Curralinhos	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9
Curral Novo Do Piauí						4		4	5
Demerval Lobão	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Dirceu Arcoverde						2 a 3		2 a 3	1 + 4 a 5
Dom Expedito Lopes		4	4 a 5	4				5	6
Domingos Mourão	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Dom Inocêncio						2 a 4		2 a 3	1 + 5
Elesbão Veloso	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	8
Eliseu Martins		2 a 4	1 a 5	2 a 4	1		1	5	6
Esperantina	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Fartura Do Piauí						2 a 4		2 a 3	1 + 5
Flores Do Piauí		2 a 3	1 a 5	2 a 3	1 + 4		1 + 4	5	6
Floresta Do Piauí			4		4	5	4		6
Floriano	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5	6	7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Francinópolis	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Francisco Ayres	4	4	4 a 6	5	5 a 6	7			
Francisco Macedo			4 a 5		4		4	5	6
Francisco Santos			4 a 5		4	6	4	5	
Fronteiras			4 a 5		4 a 5	6	4	6	7
Geminiano			4		4	5	4	5	6
Gilbués	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		7
Guadalupe	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7			
Guaribas			1 a 4		1 a 4	5	1 a 3		
Hugo Napoleão	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Ilha Grande	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Inhuma		4	4 a 5	4	5	6	5	6	7
Ipiranga Do Piauí		4	4 a 5	4	5	6	5		
Isaías Coelho			4		4	5			
Itainópolis			4		4	5	4	5	6
Itaueira	3	1 a 4	1 a 5	1 a 2 + 4	5				6
Jacobina Do Piauí						4		4	5
Jaicós			4		4	5		5	6
Jardim Do Mulato	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6	7	7	7		8
Jatobá Do Piauí	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Jerumenha	2 a 4	1 a 4	1 a 6	1	5		5	6	7
João Costa						4		4	5
Joaquim Pires	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Joca Marques	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
José De Freitas	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Juazeiro Do Piauí	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Júlio Borges						1 a 4	3	1 a 4	5
Jurema					2 a 3	1 a 4	2 a 3	1 + 4	5
Lagoinha Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6 a 7	7	8		8	
Lagoa Alegre	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Lagoa Do Barro Do Piauí						4		4	
Lagoa De São Francisco	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Lagoa Do Piauí	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8		8		9
Lagoa Do Sítio		4	4 a 5	4	5	6	5	6	7
Landri Sales	2 a 3	1 a 4	1 a 6	1 + 4	5		5	6	7
Luís Correia	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Luzilândia	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Madeiro	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Manoel Emídio		2 a 4	1 a 5	1 a 4	1 + 5	6			
Marcolândia			4		4	5	4	5	6
Marcos Parente	1 a 4	1 a 5	1 a 6				5	6	7
Massapê Do Piauí			4		4	5			6
Matias Olímpio	4 a 9	4 a 9	4 a 9						
Miguel Alves	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Miguel Leão	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Milton Brandão	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Monsenhor Gil	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Monsenhor Hipólito			4 a 5		4 a 5	6	4	6	7
Monte Alegre Do Piauí		1 a 3	1 a 5	1 a 4	4			5	6
Morro Cabeça No Tempo					2	1 a 5	2 a 3	1 + 3 a 4	
Morro Do Chapéu Do Piauí	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Murici Dos Portelas	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Nazaré Do Piauí	2 a 4	1 a 4	1 a 5	1	5	6	5		
Nazária	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Nossa Senhora De Nazaré	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Nossa Senhora Dos Remédios	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Novo Oriente Do Piauí	4	4 a 5	4 a 6	5			6	6	7
Novo Santo Antônio	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6 a 7	7	8		8	9

Oeiras	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Olho D"Água Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6 a 7	7	8		8	
Padre Marcos			4 a 5		4		4	5	6
Paes Landim			4			5		4	
Pajeú Do Piauí		3	1 a 4		1 a 2 + 4	5	1 a 4		
Palmeira Do Piauí	2 a 3	1 a 5	1 a 6	1 + 4			5	6	7
Palmeirais	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Paquetá		4	4			5	4	5	6
Parnaguá			1			2 a 5	1 a 3	1 a 4	6
Parnaíba	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Passagem Franca Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6 a 7	7	8		8	9
Patos Do Piauí						4		4	5
Pau D"Arco Do Piauí	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Paulistana						4		4	5
Pavussu		2 a 3	1 a 5	2 a 3	1 + 4		1 + 4	5	6
Pedro II	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
Pedro Laurentino						4		4	5
Nova Santa Rita						4		4	5
Picos		4	4 a 5				4	5	6
Pimenteiras		4	4 a 6	4	5	7	5 a 6	6 a 7	8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pio IX			4 a 5		4 a 5	6	4	6	7
Piracuruca	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Piripiri	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Porto	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
Porto Alegre Do Piauí	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7			
Prata Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Queimada Nova									4
Redenção Do Gurguéia			1 a 4	2	1 a 4	5	1 + 3 a 4	5	6
Regeneração	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	8
Riacho Frio			1 a 3		1 a 4	4 a 5	1 a 4	5	6
Ribeira Do Piauí			4		4	5	4	5	
Ribeiro Gonçalves	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7		7	
Rio Grande Do Piauí		2 a 3	1 a 5	2 a 3	1 + 4		1 + 4	5	6
Santa Cruz Do Piauí		4	4			5	4	5	6
Santa Cruz Dos Milagres	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6 a 7	7	8
Santa Filomena	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7			8
Santa Luz		2	1 a 5	2 a 3	1 + 3 a 4		1 + 4	5	6
Santana Do Piauí		4	4 a 5	4				5	6
Santa Rosa Do Piauí	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Santo Antônio De Lisboa			4 a 5	4	4 a 5	6		6	7
Santo Antônio Dos Milagres	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7		7		8
Santo Inácio Do Piauí			4		4	5	4	5	6
São Braz Do Piauí					2 a 3	1 a 4	3	1 + 4	5
São Félix Do Piauí	4 a 5	4 a 5	4 a 6	6	6 a 7	7 a 8	7		
São Francisco De Assis Do Piauí						4		4	5
São Francisco Do Piauí	2 a 3	1 a 4	1 a 5	1 + 4	5	6			
São Gonçalo Do Gurguéia		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3 a 4	5	3 a 4	5	6
São Gonçalo Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
São João Da Canabrava		4	4 a 5	4	5	6	5	6	7
São João Da Fronteira	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
São João Da Serra	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
São João Da Varjota		4	4 a 5	4	5	6			
São João Do Arraial	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
São João Do Piauí						4		4	5
São José Do Divino	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9					
São José Do Peixe		2 a 4	1 a 5	1 a 4	1 + 5				6
São José Do Piauí		4	4 a 5	4	5	6		6	
São Julião			4 a 5		4	6	4	5	7
São Lourenço Do Piauí						2 a 4		2 a 3	1 + 5
São Luis Do Piauí		4	4 a 5	4	5	6	5	6	7
São Miguel Da Baixa Grande	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
São Miguel Do Fidalgo		3	1 a 4	2 a 3	1 a 2 + 4	5	1 + 4	5	6
São Miguel Do Tapuio	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7 a 8	6	7	
São Pedro Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6 a 7	7	8		8	9
São Raimundo Nonato					3	1 a 4		1 a 2 + 4	5
Sebastião Barros			1			2 a 4		1 a 4	5
Sebastião Leal	2 a 3	1 a 5	1 a 6	1 + 4			5		7
Sigefredo Pacheco	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Simões			4		4	5			6
Simplício Mendes			4		4	5			
Socorro Do Piauí			4		4	5			
Sussuapara			4 a 5		4		4	5	6
Tamboril Do Piauí			2 a 4		2 a 3	1 + 5	2 a 3	1 + 4	
Tanque Do Piauí	4	4 a 5	4 a 6				5	6	7
Teresina	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7 a 8	8	9		9	
União	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9		9		
Uruçuí	2 a 4	1 a 5	1 a 6	1 + 5		7		6	
Valença Do Piauí	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6	7	7 a 8
Várzea Branca						2 a 4		2 a 4	1 + 5
Várzea Grande	4	4 a 5	4 a 6	5				6	7
Vera Mendes			4		4	5			
Vila Nova Do Piauí			4 a 5		4		4	5	6
Wall Ferraz			4		4	5	4	5	6

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Agricolândia	4	4 a 5	4 a 5	5		6		6	7
Água Branca	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Alagoinha Do Piauí						4		4	5
Alegrete Do Piauí						4		4	5
Alto Longá	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Altos	4 a 5	4 a 5	4 a 6	6	6 a 7	7 a 8			
Alvorada Do Gurguéia		1 a 3	1 a 3	1 a 2		4	3		
Amarante		4	4 a 5	4	5		5		6
Angical Do Piauí	4	4	4 a 5		5	6	5	6	
Anísio De Abreu					1	1 a 3		2	
Antônio Almeida	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Aroazes		4	4	4	5	5 a 6	5		
Aroeiras Do Itaim						4			
Arraial			4		4	5	4	5	6
Assunção Do Piauí			4		4	5	4	5	6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Avelino Lopes						1 a 3	1	1 a 2	
Baixa Grande Do Ribeiro	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	
Barra D"Alcântara			4		4	5	4	5	6
Barras	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Barreiras Do Piauí	1	1 a 3	1 a 3	2		4	3	4	5
Barro Duro	4	4	4 a 5	5	5	6		6	7
Batalha	4 a 7	4 a 7	4 a 9		8		8	9	
Belém Do Piauí						4			
Beneditinos	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Bertolínia		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4		4	5
Boa Hora	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7		9		8	
Bocaina						4		4	5
Bom Jesus	1	1 a 3	1 a 3	2		4	3	4	
Bom Princípio Do Piauí	4 a 7	4 a 7	4 a 9		8		8	9	
Bonfim Do Piauí						1 a 2		1 a 2	3
Boqueirão Do Piauí	4 a 6	4 a 6	4 a 7		7	8	7	8	9
Brasileira	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Brejo Do Piauí			1 a 2		1 a 2	3		3	
Buriti Dos Lopes	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	
Buriti Dos Montes	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		8
Cabeceiras Do Piauí	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Cajazeiras Do Piauí			4		4	5	4		
Cajueiro Da Praia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Caldeirão Grande Do Piauí						4		4	5
Campinas Do Piauí									4
Campo Grande Do Piauí						4			5
Campo Largo Do Piauí	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Campo Maior	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6	7	7 a 8			
Canavieira		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4		4	
Canto Do Buriti			1 a 3		1 a 3		1 a 2		4
Capitão De Campos	4 a 6	4 a 6	4 a 7		7	8	7	8	9
Caracol			1		1 a 2	2 a 3	1	3	
Caraúbas Do Piauí	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
Caridade Do Piauí									4
Castelo Do Piauí	4	4 a 5	4 a 5	5	6	6 a 7			
Caxingó	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
Cocal	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Cocal De Telha	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		9
Cocal Dos Alves	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Coivaras	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Colônia Do Gurguéia		1 a 2	1 a 3	1	3	4	2		
Colônia Do Piauí						4			
Coronel José Dias						1 a 2		1 a 2	3
Corrente			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3	4
Cristalândia Do Piauí			1		1	2 a 3	1	2 a 3	
Cristino Castro		1	1 a 3	1 a 2	2 a 3	4	3		
Curimatá			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3	
Currais	1	1 a 3	1 a 4	2 a 3				4	5
Curralinhos	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Demerval Lobão	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Dirceu Arcoverde						1 a 2		1 a 2	3
Dom Expedito Lopes						4		4	5
Domingos Mourão	4 a 5	4 a 6	4 a 8	6	7		7	8	9
Dom Inocêncio						1 a 2		1	3
Elesbão Veloso		4	4 a 5	4	5	6	5		
Eliseu Martins		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		
Esperantina	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	
Fartura Do Piauí						1 a 2		1 a 2	3
Flores Do Piauí		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		
Floresta Do Piauí									4
Floriano	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			
Francinópolis			4		4	5	4	5	6
Francisco Ayres			4		4	5	4	5	6
Francisco Macedo						4			5
Francisco Santos						4		4	5
Fronteiras			4			5		4	
Geminiano						4			
Gilbués	1	1 a 3	1 a 3	2 a 3		4		4	5
Guadalupe	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Guaribas			1 a 3		1 a 2		1 a 2	3	4
Hugo Napoleão	4	4	4 a 5		5	6	5	6	
Ilha Grande	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
Inhuma			4		4				5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ipiranga Do Piauí			4					4	5
Isaías Coelho									4
Itainópolis									4
Itaueira		1 a 3	1 a 3	1 a 2		4	3		
Jaicós						4			
Jardim Do Mulato	4	4	4 a 5		5	6	5	6	
Jatobá Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6		7		7	8
Jerumenha	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			
Joaquim Pires	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Joca Marques	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
José De Freitas	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Juazeiro Do Piauí	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Júlio Borges						1 a 3		1 a 2	
Jurema			1		1 a 2	2 a 3		3	
Lagoinha Do Piauí	4	4 a 5	4 a 5	5		6		6	7
Lagoa Alegre	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Lagoa De São Francisco	4 a 5	4 a 6	4 a 8	6	7		7	8	9
Lagoa Do Piauí	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	
Lagoa Do Sítio			4		4	5	4	5	6
Landri Sales	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	
Luís Correia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Luzilândia	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Madeiro	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Manoel Emídio		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4			
Marcolândia						4			5
Marcos Parente	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			
Massapê Do Piauí									4
Matias Olímpio	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		
Miguel Alves	4 a 7	4 a 8	4 a 8			9	8	9	
Miguel Leão	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Milton Brandão	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8			
Monsenhor Gil	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Monsenhor Hipólito						4		4	5
Monte Alegre Do Piauí		1	1 a 3	1	2 a 3		2 a 3		4
Morro Cabeça No Tempo			1		1 a 2	2 a 3	1	3	
Morro Do Chapéu Do Piauí	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Murici Dos Portelas	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Nazaré Do Piauí	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Nazária	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	8
Nossa Senhora De Nazaré	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Nossa Senhora Dos Remédios	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	
Novo Oriente Do Piauí			4		4	5	4	5	6
Novo Santo Antônio	4	4 a 5	4 a 5	5	6	6 a 7	6		
Oeiras			4					4	5
Olho D"Água Do Piauí	4	4 a 5	4 a 5	5		6		6	7
Padre Marcos						4			5
Paes Landim									4
Pajeú Do Piauí			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4
Palmeira Do Piauí	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Palmeirais	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Paquetá						4			
Parnaguá			1		1 a 2	2 a 3	1	3	
Parnaíba	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
Passagem Franca Do Piauí	4	4	4 a 5	5	5	6		6	7
Pau D"Arco Do Piauí	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Pavussu		1 a 2	1 a 3	1	3		2		4
Pedro II	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Picos						4			5
Pimenteiras			4		4	5	4	5	6
Pio IX			4			5		4	
Piracuruca	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Piripiri	4 a 6	4 a 7	4 a 8			9	7	8	
Porto	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
Porto Alegre Do Piauí	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4		4	5	
Prata Do Piauí	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Redenção Do Gurguéia		1	1 a 3	1	2 a 3		2		4
Regeneração		4	4 a 5	4			5	5	6
Riacho Frio			1 a 2		1 a 3	3	1 a 2		
Ribeira Do Piauí									4
Ribeiro Gonçalves	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rio Grande Do Piauí		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4			
Santa Cruz Do Piauí						4			
Santa Cruz Dos Milagres		4	4	4	5	5 a 6	5	6	
Santa Filomena	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4		4	5	
Santa Luz		1	1 a 3	1 a 2	2 a 3	4	3		
Santana Do Piauí						4		4	5
Santa Rosa Do Piauí			4		4				5
Santo Antônio De Lisboa			4					4	5
Santo Antônio Dos Milagres	4	4	4 a 5		5	6	5	6	
Santo Inácio Do Piauí									4
Santo Inácio Do Piauí									4
São Braz Do Piauí			1		1	2 a 3		2 a 3	
São Félix Do Piauí		4	4 a 5	4	5	6	5	6	
São Francisco Do Piauí	1	1 a 3	1 a 3	2		4	3	4	5
São Gonçalo Do Gurguéia		1	1 a 3	1	2 a 3		2		4
São Gonçalo Do Piauí	4	4	4 a 5		5	6	5	6	
São João Da Canabrava			4		4				5
São João Da Fronteira	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
São João Da Serra	4	4	4 a 5	5	5	6		6	7
São João Da Varjota						4		4	5
São João Do Arraial	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				
São José Do Divino	4 a 7	4 a 8	4 a 9				8	9	
São José Do Peixe		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		
São José Do Piauí			4					4	5
São Julião						4		4	5
São Lourenço Do Piauí						1 a 2		1 a 2	3
São Luis Do Piauí			4					4	5
São Miguel Da Baixa Grande	4	4	4 a 5	5	5	6		6	7
São Miguel Do Fidalgo		1	1 a 3	1	2		2	3	4
São Miguel Do Tapuio		4	4 a 5	4	5	6	5	6	7
São Pedro Do Piauí	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
São Raimundo Nonato					1	1 a 3		2	
Sebastião Barros						1 a 3		1 a 3	
Sebastião Leal	1	1 a 3	1 a 4	2 a 3				4	5
Sigefredo Pacheco	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	8
Simões									4
Simplício Mendes									4
Socorro Do Piauí									4
Sussuapara						4		4	5
Tamboril Do Piauí			1 a 2		1 a 2	3	1	3	
Tanque Do Piauí			4		4	5	4		
Teresina	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
União	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Uruçuí	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	
Valença Do Piauí			4		4	5	4	5	6
Várzea Branca						1 a 2		1 a 2	3
Várzea Grande			4		4	5	4	5	
Vera Mendes									4
Vila Nova Do Piauí						4			5
Wall Ferraz						4			

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Agricolândia			4		4	5	4	5	
Água Branca			4			5	4	4	
Alagoinha Do Piauí									4
Alto Longá			4		4	5	4	5	6
Altos		4	4 a 5	4	5	6	5	6	7
Alvorada Do Gurguéia		1	1 a 2		2		1		3
Amarante						4		4	5
Angical Do Piauí						4		4	5
Anísio De Abreu						1			2
Antônio Almeida	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Aroazes						4		4	5
Arraial									4
Assunção Do Piauí						4		4	5
Avelino Lopes						1			2
Baixa Grande Do Ribeiro	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Barra D"Alcântara									4
Barras	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7				8
Barreiras Do Piauí		1	1 a 2	1	2				3
Barro Duro			4		4	5	4		
Batalha	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Beneditinos			4		4	5	4	5	6
Bertolínia		1	1 a 2	1	2				3
Boa Hora	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Bom Jesus		1	1 a 2		2		1		3
Bom Princípio Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Bonfim Do Piauí						1			2
Boqueirão Do Piauí	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Brasileira	4	4 a 5	4 a 7	5	6		6	7	8
Brejo Do Piauí						1		1	2
Buriti Dos Lopes	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Buriti Dos Montes			4		4	5	4	5	6
Cabeceiras Do Piauí	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Cajueiro Da Praia	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7				8
Campo Largo Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Campo Maior		4	4 a 5	4	5	6	5	6	7
Canavieira		1	1 a 2	1	2				3
Canto Do Buriti					1	1 a 2			
Capitão De Campos	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Caracol						1		1	2
Caraúbas Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Castelo Do Piauí			4		4	5	4	5	6
Caxingó	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Cocal	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Cocal De Telha	4	4 a 5	4 a 6	5				6	7
Cocal Dos Alves	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8			
Coivaras		4	4 a 5	4	5	6	5		
Colônia Do Gurguéia			1		1	2	1	2	
Coronel José Dias						1			
Corrente						1 a 2		1	
Cristalândia Do Piauí						1		1	2
Cristino Castro			1		1	2	1	2	3
Curimatá						1		1	2
Currais		1	1 a 2	1	2	3	2		
Curralinhos		4	4	4		5		5	6
Demerval Lobão		4	4 a 5	4		6	5	5	
Dirceu Arcoverde									1
Domingos Mourão	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Dom Inocêncio									1
Elesbão Veloso						4		4	5
Eliseu Martins			1 a 2		1		1	2	3
Esperantina	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Fartura Do Piauí									1
Flores Do Piauí			1		1	2	1	2	3
Floriano	1	1 a 2	1 a 2			3	2	3	
Francinópolis									4
Francisco Ayres									4
Fronteiras									4
Gilbués		1	1 a 2	1	2	3	2		
Guadalupe	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Guaribas						1 a 2		1	
Hugo Napoleão						4		4	5
Ilha Grande	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Inhuma									4
Itaueira		1	1 a 2	1	2				3
Jardim Do Mulato						4		4	5
Jatobá Do Piauí		4	4 a 5	4	5	6	5	6	7
Jerumenha	1	1 a 2	1 a 2			3	2	3	
Joaquim Pires	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Joca Marques	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
José De Freitas	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Juazeiro Do Piauí		4	4 a 5	4	5	6			
Júlio Borges						1			2
Jurema						1		1	2
Lagoinha Do Piauí			4		4	5	4		
Lagoa Alegre	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Lagoa De São Francisco	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		8
Lagoa Do Piauí		4	4	4		5		5	6
Lagoa Do Sítio									4
Landri Sales		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	
Luís Correia	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Luzilândia	4 a 6	4 a 7	4 a 7			8	7	8	9
Madeiro	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Manoel Emídio		1	1 a 2	1	2				3
Marcos Parente	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Matias Olímpio	4 a 6	4 a 7	4 a 7			8	7	8	9
Miguel Alves	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7				8
Miguel Leão			4		4	5	4	5	
Milton Brandão		4	4 a 5	4	5	6	5	6	7
Monsenhor Gil			4		4	5	4	5	6
Monsenhor Hipólito									4
Monte Alegre Do Piauí			1		1	2	1	2	3
Morro Cabeça No Tempo						1		1	2
Morro Do Chapéu Do Piauí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Murici Dos Portelas	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Nazaré Do Piauí		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Nazária		4	4 a 5	4	5				6
Nossa Senhora De Nazaré	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Nossa Senhora Dos Remédios	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Novo Oriente Do Piauí									4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Novo Santo Antônio			4		4	5	4	5	6
Olho D"Água Do Piauí			4		4	5	4		
Pajeú Do Piauí			1		1	2			
Palmeira Do Piauí		1 a 2	1 a 2	1 a 2		3		3	
Palmeirais			4		4	5	4	5	
Parnaguá						1		1	2
Parnaíba	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Passagem Franca Do Piauí			4		4	5	4		
Pau D"Arco Do Piauí		4	4	4		5 a 6	5	5	
Pavussu			1		1	2	1	2	
Pedro II	4	4 a 5	4 a 6	5		7	6	6	
Pimenteiras									4
Pio IX									4
Piracuruca	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Piripiri	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Porto	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Porto Alegre Do Piauí	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Prata Do Piauí			4		4	5	4		
Redenção Do Gurguéia			1		1	2		2	
Regeneração						4		4	5
Riacho Frio						1 a 2		1	
Ribeiro Gonçalves	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3				4
Rio Grande Do Piauí			1		1	2	1	2	
Santa Cruz Dos Milagres						4		4	5
Santa Filomena	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3				4
Santa Luz			1		1	2	1	2	3
Santo Antônio De Lisboa									4
Santo Antônio Dos Milagres						4		4	5
São Braz Do Piauí						1		1	2
São Félix Do Piauí						4		4	5
São Francisco Do Piauí		1	1 a 2	1	2	3	2		
São Gonçalo Do Gurguéia			1		1	2	1	2	3
São Gonçalo Do Piauí						4		4	5
São João Da Canabrava									4
São João Da Fronteira	4 a 5	4 a 5	4 a 7		6		6	7	8
São João Da Serra			4		4	5	4		6
São João Do Arraial	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
São José Do Divino	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
São José Do Peixe		1	1 a 2				1	2	3
São Lourenço Do Piauí									1
São Luis Do Piauí									4
São Miguel Da Baixa Grande			4		4	5	4		
São Miguel Do Fidalgo			1		1	2		2	
São Miguel Do Tapuio						4		4	5
São Pedro Do Piauí			4		4	5	4	5	
São Raimundo Nonato						1		1	2
Sebastião Barros						1		1	2
Sebastião Leal		1 a 2	1 a 2	1		3	2		
Sigefredo Pacheco		4	4 a 5	4	5	6	5		
Tamboril Do Piauí						1		1	2
Tanque Do Piauí									4
Teresina		4	4 a 5	4	5	6	5	6	7
União	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	8
Uruçuí	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Valença Do Piauí									4
Várzea Branca						1			
Várzea Grande									4

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 751/SEI, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSÃO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de PINDARÉ-MIRIM, Estado do MARANHÃO, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.029778/2016-99 e da Nota Técnica nº 21474/2016/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 742/SEI, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSÃO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de MIRANDA DO NORTE, Estado do MARANHÃO, por meio do canal 19 (dezenove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.029749/2016-27 e da Nota Técnica nº 21457/2016/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 6.377, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Parágrafo Único do Inciso XI do art. 1º, do Capítulo I, do Anexo II, da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no art. 4º da Portaria STN nº 481, de 18 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Delegar competência à Agência Nacional de Telecomunicações, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para atuar como Órgão Seccional do Sistema de Contabilidade Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 508, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.016443/2016-13
Recorrente/Interessado: CLARO S.A., BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 251/2017/SEI/AD (SEI nº 2002851), integrante deste acórdão: a) aprovar a Revisão Tarifária que represente uma redução de 0,51% (cinquenta e um décimos porcento) sobre os valores tarifários máximos dos Planos Básicos do Serviço Telefônico Fixo Comutado da Concessionária CLARO S.A., modalidade Longa Distância Nacional, para chamadas que envolvem acessos do Serviço Móvel Pessoal (VC-2 e VC-3), líquidos de impostos e contribuições sociais, conforme tabela constante da minuta de Ato (SEI nº 2028218) anexa a referida Análise; b) determinar que a presente Revisão deve ter vigência a partir de 8 de novembro de 2017; e, c) determinar à CLARO S.A. que dê ampla publicidade à presente Revisão Tarifária concedida pela Anatel por meio de, ao menos, documentos de cobrança e divulgação em seu sítio na internet.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO Nº 13.565, DE 3 NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.016443/2016-13.

Revoga, parcialmente, o Anexo II do Ato nº 895, de 14 de fevereiro de 2017, somente no que diz respeito às tarifas homologadas para a Concessionária CLARO S.A., prestadora do Serviço Telefônico Fixo Comutado, modalidade Longa Distância Nacional. Homologa, na forma do Anexo I a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos da Concessionária CLARO S.A., modalidade de Serviço Longa Distância Nacional, para chamadas que envolvem acessos do Serviço Móvel Pessoal (VC-2 e VC-3), líquidos de impostos e contribuições sociais. Estabelecer que os valores constantes do Anexo I deste Ato entram em vigor a partir de 08 de novembro de 2017.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ANEXO I

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DO PLANO BÁSICO DE SERVIÇO DO STFC - CLARO S.A.
MODALIDADE DE SERVIÇO LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - CHAMADAS SMP
(VALOR DO MINUTO EM REAIS, LÍQUIDO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS)

Área de Concessão	Setores de Atuação	VC-2		VC-3	
		Tarifa Normal	Tarifa Reduzida	Tarifa Normal	Tarifa Reduzida
Claro S.A.	1 a 33	0,54853	0,38396	0,67087	0,46960

PORTARIA Nº 1.523, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Divulga o resultado consolidado dos indicadores institucionais relativos ao 8º ciclo avaliativo.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 46 do Regulamento da Anatel, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo nº 186, de 27 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.011506/2016-45, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado consolidado dos indicadores institucionais, correspondente a 98,10%, relativo ao 8º ciclo avaliativo, que compreende o período de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017, para efeito de cálculo do pagamento da parcela institucional da Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras - GDPCAR,

Art. 2º Divulgar, de acordo com o Anexo a esta Portaria, os resultados individuais dos indicadores institucionais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2017.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ANEXO

Indicador	Meta	Peso (%)	Acumulado (%)	Realização da Meta (%)
Percentual de Realização do Plano Operacional de Fiscalização (POF)	Concluir no ciclo, no mínimo, 70% (setenta por cento) das ações de fiscalização previstas no POF com vencimento no ciclo	11,10%	85,04%	121,49%
Taxa de Solicitações dos Usuários Registradas e Respondidas no Prazo	90% das solicitações dos usuários respondidas no prazo	11,10%	94,97%	105,52%
Execução das Fases da Elaboração de Regulamentos	Execução de 100% das fases para os temas propostos	11,10%	92,86%	92,86%
Notificações de Débito Expedidas	85% do quantitativo de débitos apurados e passíveis de notificação	11,20%	85,31%	100,36%
Análise de Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura	Analisar 100% da soma de 80% dos contratos de compartilhamento de infraestrutura submetidos à Anatel dentro do ciclo avaliativos, com a quantidade total de eventual passivo remanescente do ciclo anterior	11,10%	117,33%	117,33%
Monitoramento do Tratamento e Acompanhamento de Solicitações de Consumidores	Emissão de 100% dos produtos (Boletins e Relatório anual)	11,10%	90,00%	90,00%
Atendimento de Pedidos de Homologação	80% das homologações atendidas em até 45 dias.	11,10%	92,83%	116,04%
Atendimento de Pedidos de Outorga	Analisar 80% dos pedidos iniciais de autorização de SCM em até 15 dias	11,10%	99,71%	124,64%
Instrução de Pados no Prazo Regimental	Instruir no prazo regimental 80% dos Pados com prazo vencendo no ciclo	11,10%	82,78%	103,48%

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

GERÊNCIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 1.493, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 162, Inciso I, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a necessidade de alteração do endereço da Gerência Regional da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - MG;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53524.019146/2017-32, resolve:

Art. 1º Alterar o endereço da Gerência Regional da Agência Nacional de Telecomunicações no Estado de Minas Gerais-MG (GR04), constante da Portaria nº 925, de 07 de Novembro de 2012, publicada no DOU, Seção 1, nº 216, pág. 46, de 08 de novembro de 2012, para a Rua Maranhão nº 166, andar 1100 - Edifício Comercial Ulysses Bayão, bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, CEP 30150-330.

MOISÉS GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COORDENAÇÃO DE OUTORGA

ATO Nº 13.523, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequências à VAMTEC VITORIA S/A, CNPJ nº 02.284.444/0001-21 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 13.421 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à SATELITE ALARM EIRELI - EPP, CNPJ nº 02.166.091/0001-65 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.424 - Expede autorização à D FERNANDES VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 27367795000127, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.425 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) POCOS DE CALDAS PREFEITURA, CNPJ nº 18.629.840/0001-83 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.426 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SCALON & CERCHI LTDA, CNPJ nº 24.333.411/0001-67 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.427 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a EDUARDO ARAUJO AZEVEDO BOTELHO, CPF nº 055.706.296-96, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.428 - Expede autorização a ALARMATIC SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA - ME, CNPJ nº 01.326.253/0001-12, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.430 - Expede autorização a FUSSAE HIDAI SHIMADA, CPF nº 029.637.866-62, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.432 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a METALSIDER LTDA, CNPJ nº 17.635.277/0001-93, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.435 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ nº 25.631.672/0001-26 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.436 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a THIAGO LOMBARDI DE MOURA SANTIAGO, CPF nº 274.881.518-10 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.437 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a BRASCAN EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA, CNPJ nº 08.840.956/0001-03 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.440 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à WD AGROINDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 01.105.558/0001-02 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.441 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à TEKSID DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 16.694.812/0001-14 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.443 - Outorga autorização para uso de radiofrequências ao CONDOMINIO DO BOULEVARD SHOPING BH, CNPJ nº 12.770.422/0001-25 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.444 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à MINERAL DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 17.246.638/0001-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.450 - Outorga autorização para uso de radiofrequências ao CONDOMINIO RETIRO DAS PEDRAS, CNPJ nº 17.326.885/0001-16 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.461 - Expede autorização à ANA EUDOXIA VILELA, CNPJ nº 36703796734, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.462 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à CSN MINERAÇÃO S.A., CNPJ nº 08.902.291/0001-15 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.465 - Outorga autorização para uso de radiofrequência à RADIO CULTURA DE POCOS DE CALDAS LTDA, CNPJ nº 23.644.578/0001-86 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas.

Nº 13.470 - Outorga autorização para uso de radiofrequência à RÁDIO DIFUSORA DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, CNPJ nº 24.801.367/0001-72 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 13.366 - CONDOMÍNIO CONJUNTO NACIONAL, CNPJ nº 54.201.041/0001-75;

Nº 13.385 - ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE SABARA, CNPJ nº 54.160.726/0001-10;

Nº 13.387 - BRANCO PERES ACUCAR E ALCOOL S/A, CNPJ nº 43.619.832/0017-60;

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 13.354 - GEORGES BALECH JUNIOR, CPF nº 150.377.308-64;

Nº 13.359 - TUNA EMPREENDIMENTOS PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 01.561.370/0001-60;

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 13.477 - USINA AÇUCAREIRA S. MANOEL S/A., CNPJ nº 60.329.174/0001-24;

Nº 13.504 - SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 46.665.188/0001-98;

Nº 13.511 - AKZO NOBEL LTDA, CNPJ nº 60.561.719/0095-03;

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 13.527, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Expede autorização à FERNANDA KESROUANI LEMOS, CPF nº 321.954.648-01 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 13.446, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização de uso de radiofrequência a MANOEL TOMÉ FERREIRA FILHO, CPF: 231.932.474-72, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 13.530 - Processo nº 53578.000679/2017-15. Outorga autorização para uso de radiofrequências à AGROPECUARIA ITAUNA LTDA, CNPJ nº 01.084.440/0002-18, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 13.533 - Processo nº 53578.001927/2015-83. Expede autorização à LACERDA & MORAES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ nº 19.268.632/0001-69, para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 13.540 - Processo nº 53581.000451/2016-95. Expede autorização à J. J. CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA, CNPJ nº 11.411.952/0001-14, para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBAS
Gerente

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n.º 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados.

A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos) 53578.000286/2017-10; 53578.000546/2017-49; 53578.000346/2017-96.

CELSO HENRIQUE HERÉDIAS RIBAS

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 230, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

Processo nº 53500.001200/2017-61.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 02.327.622/0001-54, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Paraisópolis/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 929, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Processo nº 53500.045804/2017-10.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO LITORAL LTDA, CNPJ 90.918.343/0001-22, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Osório/RS.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 8.334, DE 1º DE MAIO DE 2017

Processo nº 53500.055629/2017-79.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE PASSOS LTDA, CNPJ 18.242.578/0001-10, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Passos/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 8.684, DE 15 DE MAIO DE 2017

Processo nº 53500.057203/2017-50.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FRONTEIRA LTDA, CNPJ 64.379.829/0001-20, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Fronteira/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 8 DE AGOSTO DE 2017

Nº 11.058 - Processo nº 53500.067469/2017-19.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO DIAMANTE LTDA, CNPJ 01.770.707/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Itabaiana/SE.

Nº 11.062 - Processo nº 53500.067473/2017-79.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO DIAMANTE LTDA, CNPJ 01.770.707/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Pombal/PB.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 12.877, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53500.075947/2017-56.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO-PATOS LTDA, CNPJ 23.195.399/0001-09, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Patos de Minas/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 12.906 - Processo nº 53500.076057/2017-61.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Socorro/SP.

Nº 12.907 - Processo nº 53500.076059/2017-51.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Araras/SP.

Nº 12.909 - Processo nº 53500.076088/2017-12.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BRASIL LTDA, CNPJ 03.944.185/0001-80, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José dos Campos/SP.

Nº 12.912 - Processo nº 53500.076137/2017-17.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO S/A, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Gabriel Monteiro/SP.

Nº 12.913 - Processo nº 53500.076138/2017-61.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO S/A, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Guaraci/SP.

Nº 12.914 - Processo nº 53500.076139/2017-14.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO S/A, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Palmares Paulista/SP.

Nº 12.915 - Processo nº 53500.076140/2017-31.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO S/A, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rubiácea/SP.

Nº 12.916 - Processo nº 53500.076141/2017-85.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO S/A, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santa Adélia/SP.

Nº 12.917 - Processo nº 53500.076142/2017-20.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO S/A, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Tabapuã/SP.

Nº 12.918 - Processo nº 53500.076143/2017-74.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV BAURU S/A, CNPJ 45.033.859/0001-35, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santa Cruz do Rio Pardo/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 12.922 - Processo nº 53500.076220/2017-96.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sabará/MG.

Nº 12.924 - Processo nº 53500.076230/2017-21.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Serra do Salitre/MG.

Nº 12.925 - Processo nº 53500.076232/2017-11.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Nova Lima/MG.

Nº 12.926 - Processo nº 53500.076233/2017-65.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mateus Leme/MG.

Nº 12.928 - Processo nº 53500.076234/2017-18.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Vespasiano/MG.

Nº 12.932 - Processo nº 53500.076269/2017-49.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à DIFUSORA OURO VERDE LTDA, CNPJ 76.491.471/0001-01, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Curitiba/PR.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 12.933 - Processo nº 53500.076270/2017-73.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à DIFUSORA OURO VERDE LTDA, CNPJ 76.491.471/0001-01, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Curitiba/PR.

Nº 12.935 - Processo nº 53500.076280/2017-17.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CANYON LTDA, CNPJ 14.202.033/0001-29, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ortigueira/PR.

Nº 12.948 - Processo nº 53500.076351/2017-73.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV SUCESSO LTDA, CNPJ 02.393.101/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santa Juliana/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 12.954 - Processo nº 53500.076467/2017-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Tanabi/SP.

Nº 12.955 - Processo nº 53500.076468/2017-57.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Buritizal/SP.

Nº 12.956 - Processo nº 53500.076470/2017-26.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Votorantim/SP.

Nº 12.958 - Processo nº 53500.076472/2017-15.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Salesópolis/SP.

Nº 12.959 - Processo nº 53500.076474/2017-12.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itatiba/SP.

Nº 12.960 - Processo nº 53500.076475/2017-59.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Franca/SP.

Nº 12.961 - Processo nº 53500.076476/2017-01.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Águas de São Pedro/SP.

Nº 12.962 - Processo nº 53500.076477/2017-48.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Votorantim/SP.

Nº 12.963 - Processo nº 53500.076478/2017-92.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Serra Negra/SP.

Nº 12.970 - Processo nº 53500.076488/2017-28.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CHOPINZINHO LTDA, CNPJ 77.139.152/0001-02, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Chopinzinho/PR.

Nº 12.971 - Processo nº 53500.076489/2017-72.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIFUSORA DO PARANA LTDA, CNPJ 81.562.126/0001-51, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Marechal Cândido Rondon/PR.

Nº 12.972 - Processo nº 53500.076490/2017-05.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIFUSORA DO PARANA LTDA, CNPJ 81.562.126/0001-51, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Marechal Cândido Rondon/PR.

Nº 12.984 - Processo nº 53500.076514/2017-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA, CNPJ 79.875.902/0001-21, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Florianópolis/SC.

Nº 12.986 - Processo nº 53500.076528/2017-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SPRING TELEVISAO S.A., CNPJ 16.936.928/0001-12, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Paulo/SP.

Nº 12.988 - Processo nº 53500.076559/2017-92.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Catalão/GO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 13.142, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53548.000746/2017-59.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à DINAMICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 23.066.256/0001-05, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.647/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião Ordinária, ocorrida em 5 de outubro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo: 01250.052179/2017-58
Requerente: GDM Genética do Brasil S.A.
CQB: 0367/13
Endereço: Rua Antônio Rasteiro Filho, 2700, Parque Industrial José Garcia Gimenes, Cambé-PR
Unidade Operativa: Porto Nacional/TO (Sede e Chácara Nossa Senhora Aparecida)
Assunto: Extensão e revisão do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB)
Extrato Prévio: 5761/2017, publicado em 14/9/17
Decisão: DEFERIDO
A CTNBio, após apreciação do pedido de extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO. A GDM Genética do Brasil S.A. solicitou à CTNBio extensão do CQB 0367/13 para inclusão de um telado, ampliação das áreas de descarte na sede e na Chácara Nossa Senhora Aparecida, e alterações em locais já credenciados na Unidade Operativa de Porto Nacional/TO. Serão realizadas atividades de pesquisa em regime de contenção, transporte, avaliação de produto e descarte de OGM (plantas de soja GM) da Classe de Risco 1, para finalidade agrícola. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que os OGMs e derivados devem ser utilizados na unidade operativa apenas para os fins propostos. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana e animal. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.650/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 05 de outubro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo SEI nº: 01250.048500/2017-08
Requerente: Universidade Federal do Ceará
CQB: 102/99
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 5757/17
Decisão: DEFERIDO
A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Moléculas Biologicamente Ativas (Sala de Biologia Molecular), de NB-1, para finalidade de pesquisa em regime de contenção e ensino. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.
No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.651/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 05 de outubro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo SEI nº: 01200.706233/2016-00
Requerente: Instituto Butantan
CQB: 039/98
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 5375/16
Decisão: DEFERIDO
A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Avaliação da proteína PotD na formação de biofilme em Streptococcus pneumoniae". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.
No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.652/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 05 de outubro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo SEI nº: 01200.707968/2016-42
Requerente: Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
CQB: 054/98
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 5408/2016
Decisão: DEFERIDO
A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Habilidade microbicida de macrófagos e suas correlações com a carga parasitária na leishmaniose". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.
No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.653/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 05 de outubro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01200.707980/2016-57

Requerente: Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

CQB: 054/98

Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2

Extrato Prévio: 5410/2016

Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Modulação do sistema imune por Leishmania". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.654/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 05 de outubro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.026789/2017-04

Requerente: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP

CQB: 297/10

Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2

Extrato Prévio: 5632/2017

Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP, Dra. Simone Kashima Haddad, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança parecer técnico para execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos da classe II de risco biológico. Os organismos a serem manipulados são: camundongos geneticamente modificados transformados com vetores Lentivirais com gene da luciferase. O projeto a ser executado denomina-se: "Comparação do nicho hematopoético heterotópico gerado a partir de organóides contendo células tronco mesenquimais humanas derivadas da medula óssea e do osso esponjoso metafisário".

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.655/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 205ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 14 de setembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.037075/2017-13

Requerente: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo - USP

CQB: 090/98

Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1

Extrato Prévio: 5702/17

Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Biotecnologia Microalgal, NB-1, para finalidade de Pesquisa em regime de contenção, transporte, descarte, ensino e armazenamento. O laboratório está situado no segundo andar do Semi-Industrial, que pertence ao Conjunto das Químicas da Universidade de São Paulo.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.656/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 205ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 14 de setembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.037180/2017-52

Requerente: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo - USP

CQB: 090/98

Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1

Extrato Prévio: 5703/17

Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Imunopatologia Celular e Molecular da Malária, credenciado em nível de Biossegurança NB 1 em 2016, foi transferido da sala 04 bloco 17 para a sala l8 do bloco 17 da Faculdade Ciências farmaceuticas, USP, para finalidade de pesquisa em regime de contenção.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.659/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 205ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 14 de setembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004130/1998-32

Requerente: Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz/Fiocruz

CQB: 111/99

Próton: 700300/2016-74

Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2

Extrato Prévio: 4990/16 publicado em 29/02/16

Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Produção de proteínas de membrana de Plasmodium falciparum em Escherichia coli". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.660/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 205ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 14 de setembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001001/1997-01

Requerente: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo-FMRP/USP.

CQB: 030/97

Processo SEI: 707432/2016-27

Endereço: Comissão de Pesquisa - 1º Andar - Anexo A da FMRP-USP. Av. Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - SP, CEP: 14049-900.

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para áreas com nível de biossegurança NB-2 para trabalhos com OGM da classe de risco 1.

Extrato Prévio nº 5397/2016, publicado no DOU em 20 de janeiro de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Dr. Luiz Ricardo Orsini Tosi, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para áreas com nível de biossegurança NB-2. A área a ser credenciada denomina-se: Biotério do Departamento de Biologia Celular e Molecular e Bioagentes Patogênicos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto- USP. A atividade a ser desenvolvida será pesquisa em regime de contenção. A responsável pela área será a Dra. Katiuchia Uzzun Sales e está declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.661/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 205ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 14 de setembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.007356/2017-41

Requerente: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo- FCMSCSP

CQB: 252/08

Endereço: Rua Dr. Cesário Motta Junior, 61, 11° andar. Vila Buarque, São Paulo, SP, CEP 01221-020

Assunto: Solicitação de parecer para extensão do CQB da instituição para áreas.

Extrato Prévio: 5538/2017 publicado no DOU em 08 de maio de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de Parecer para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) da instituição com nível de biossegurança NB-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Dra. Tatiana Rosado Rosenstock, solicita à CTNBio parecer técnico para extensão Certificado de Qualidade em Biossegurança para áreas do novo Biotério e para o novo Departamento de Ciências Fisiológicas para execução de atividades de ensino, pesquisa em regime de contenção, detecção e identificação de OGM da classe de risco 1. As áreas para as quais se solicita a extensão de CQB são denominadas Novo Biotério e Novo Departamento de Ciências Fisiológicas da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, situ a: Rua Dr. Cesário Motta Junior, 112, Hospital Central da ISCMSP, CEP 01221-020, Vila Buarque, São Paulo, SP. O responsável pelo Laboratório será o Dr. Hudson de Sousa Buck e este declara que possui as condições de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir os riscos associados às atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.662/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 205ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 14 de setembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.007356/2017-41

Requerente: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo- FCMSCSP

CQB: 252/08

Endereço: Rua Dr. Cesário Motta Junior, 61, 11° andar. Vila Buarque, São Paulo, SP, CEP 01221-020

Assunto: Solicitação de parecer para extensão do CQB da instituição para áreas.

Extrato Prévio: 5538/2017 publicado no DOU em 08 de maio de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de Parecer para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) da instituição com nível de biossegurança NB-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Dra. Tatiana Rosado Rosenstock, solicita à CTNBio parecer técnico para extensão Certificado de Qualidade em Biossegurança para áreas do novo Biotério e para o novo Departamento de Ciências Fisiológicas para execução de atividades de ensino, pesquisa em regime de contenção, detecção e identificação de OGM da classe de risco 1. As áreas para as quais se solicita a extensão de CQB são denominadas Novo Biotério e Novo Departamento de Ciências Fisiológicas da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, situ a: Rua Dr. Cesário Motta Junior, 112, Hospital Central da ISCMSP, CEP 01221-020, Vila Buarque, São Paulo, SP. O responsável pelo Laboratório será o Dr. Hudson de Sousa Buck e este declara que possui as condições de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir os riscos associados às atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.663/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 205ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 14 de setembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.007354/2017-52

Requerente: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo- FCMSCSP

CQB: 252/08

Assunto: Solicitação de Parecer para exclusão de área do CQB.

Extrato Prévio: 5478/2017 publicado no DOU em 01 de março de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de Parecer para descredenciamento de área do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Presidente da CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para exclusão das áreas do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia das Doenças do Papilomavírus - INCT-HPV do Certificado de Qualidade em Biossegurança. A área está classificada pelo requerente com Nível de Biossegurança 1 para fins de pesquisa em regime de contenção com vírus geneticamente modificados. A área foi credenciada pela CTNBio através do parecer 3589/2013, publicado no DOU em 26 de março de 2013. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

RETIFICAÇÕES

No Extrato de Parecer Técnico 5497/17, publicado no DOU 157 de 16/08/2017 - Seção 1, pág. 7, onde se lê: "será detentora do CQB 426/17", leia-se: "será detentora do CQB 441/17".

No Extrato de Parecer Técnico nº 5515/2017, publicado no DOU Nº 158, Seção 1, pág. 145, de 17/08/17, onde se lê: "Estados Unidos da América", leia-se "sementes produzidas localmente".

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR

EM 3 de novembro de 2017

468.ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB	900.1265/2017	18.560.547/0001-07

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Substituto

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 6.324, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso da competência que lhe confere o inciso XVII, art. 76, Anexo III da Portaria nº. 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Conhecer e negar provimento ao recurso administrativo da entidade abaixo relacionada, bem como alterar o valor da multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal Reconsideração/Recurso	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53542.004381/2011	Associação Cultural Santa Luzia	RTV	Rio Verde	GO	Multa	2.052,47	Portaria MC nº 112, de 22 de abril de 2013.	Portaria n° 6324, de 31/10/2017	Portaria nº 112/2013 Portaria nº 858/2008

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 4.376, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 26 da Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23 de abril de 2013, tendo em vista o que consta no processo nº 53524.004605/2013-50, com fulcro na Nota Técnica nº 17703/2017/SEI-MCTIC, na forma prevista no artigo 50, § 1°, da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Reconsiderar a decisão exarada pela Portaria nº 4705/2016/SEI-MCTIC, de 2 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 2017, acatando o recurso administrativo interposto pela UMAC - UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE CURVELO, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Curvelo, estado de Minas Gerais, ficando revogada a citada portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO CRUZ GEBRIM

PORTARIAS DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de advertência, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53584.000349/2014	Fundação Assistencial e Educacional Betel	RACOM	Sena Madureira	AC	Advertência	Art. 40, inciso XII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 6210, de 31/10/2017	Portaria MC n° 112/2013

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.013154/2014	TV Independente de São José do Rio Preto Ltda	RTV	Campo Maior	PI	Advertência	*Caput* do art. 30 do Decreto nº 5.371/2005.	Portaria DECEF n° 6286, de 31/10/2017	Portaria MC n° 112/2013
53900.004736/2014	TV Independente de São José do Rio Preto Ltda	RTV	Ceres	GO	Advertência	*Caput* do art. 30 do Decreto nº 5.371/2005.	Portaria DECEF n° 6313, de 31/10/2017	Portaria MC n° 112/2013
53900.024336/2014	Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos	RTV	Marcelino Ramos	RS	Advertência	*Caput* do art. 30 do Decreto nº 5.371/2005.	Portaria DECEF n° 6334, de 31/10/2017	Portaria MC n° 112/2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa e advertência, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.019337/2013	Alpha FM Ltda	FM	Osasco	SP	Multa	17.765,49	Art. 38, alínea "e", da Lei n° 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 6265, de 31/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.012536/2013	Fundação de Educação e Telecomunicação de Barretos	FME	Barretos	SP	Multa e Advertência	1.336,52	Art. 71, *caput*, da Lei nº 4.117/1962 e art. 28, item 12, alínea "i", do Decreto nº 52.795/1963.	Portaria DECEF n° 6340, de 31/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.023592/2014	TV Jangadeiro Ltda	RTV	Sobral	CE	Multa	1.088,43	Inciso I do art. 46 do Decreto nº 5.371/2005.	Portaria DECEF n° 6266, de 31/10/2017	Portaria MC n° 112/2013

RODRIGO CRUZ GEBRIM

PORTARIA Nº 6.374, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.000678/2014	FM Ituberá Ltda	FM	Ituberá	BA	Multa	6.269,10	Art. 38, alínea "h" da Lei n° 4.117/1962	Portaria DECEF n° 6374, de 30/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

RODRIGO CRUZ GEBRIM

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 6.382/SEI, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.031928/2017-11, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE 21 COMUNICAÇÕES S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Pedro Leopoldo/MG, o canal 48 (quarenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 674 a 680 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 5.882/SEI, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.032037/2017-74, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Sete Lagoas/MG, o canal 20 (vinte), correspondente à faixa de frequência de 506 a 512 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 21 de setembro de 2017

Nº 1.567/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.043643/2017-15, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de NOVA IGUAÇU, estado do Rio de Janeiro, com possibilidade de utilização imediata do canal digital nº 23 (vinte e três), nos termos da Nota Técnica nº 21095/2017/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

Em 25 de outubro de 2017

Nº 1.695/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.035920/2017-16, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de ITUAÇU, estado de GOIÁS, utilizando o canal digital nº 41 (quarenta e um), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 22998/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em 27 de outubro de 2017

Nº 1.825/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.031864/2017-41, resolve autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de ITAÚNA, estado de Minas Gerais, utilizando o canal nº 22 (vinte e dois), nos termos da Nota Técnica nº 24841/2017/SEI-MCTIC.

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL

Em 26 de outubro de 2017

Nº 1.777/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.015563/2017-70, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Itapuranga-GO, utilizando o canal n.º 263 (duzentos e sessenta e três), classe B1, nos termos da Nota Técnica n.º 24028/2017/SEI-MCTIC.

LIDIANE COLOUNA DE OLIVEIRA

Em 30 de outubro de 2017

Nº 1.818/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.064989/2017-57, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO NOVA DRACENA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de DRACENA/SP, utilizando o canal n.º 248 (duzentos e quarenta e oito), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 24636/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.821/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.065954/2017-35, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CLUBE DE TANABI LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de TANABI/SP, utilizando o canal n.º 293 (duzentos e noventa e três), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 24767/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA



Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DA MINISTRA
Em 1º de novembro de 2017

Nº 112 - Processo/MinC nº 01400.033480/2011-14
PRONAC nº 11-9219

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pelo proponente Bruno Vaz Amorim, CPF 692.734.991-04, nos autos do Processo nº 01400.033480/2011-14 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 590/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU, no Despacho do Consultor Jurídico nº 386/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Despacho nº 0395199/2017, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

Nº 113 - Processo/MinC nº 01400.026322/2009-85
PRONAC nº 09-7362

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pelo proponente Bloco Carnavalesco Harém Ltda., CNPJ 10.447.104/0001-00, nos autos do Processo nº 01400.026322/2009-85 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 595/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Despacho nº 0403725/2017, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Interina

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

DECISÃO EXECUTIVA Nº 40, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto Nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2014 e pela Portaria nº 98 de 17 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2017, seção 2, fls. 7, decide:

Art. 1º. Tornar público os finalistas do Prêmio Literário da Biblioteca Nacional de 2017 (em ordem alfabética), conforme o Edital publicado no DOU de 23/06/2017, seção 3, fls.13, de acordo resolução das comissões instituídas para julgar as nove categorias:

1.A comissão de Conto, composta por Beatriz Jaguaribe, Flávia Schlee Eyler e Rogério Pereira, deliberou que são finalistas:

a.Giovana Madalosso, com a obra "A teta racional", Editora Grua.

b.Marcelo Moutinho, com a obra " Ferrugem", Editora Record.

c.Marcilio França Castro, com a obra "Histórias Naturais", Editora Companhia das Letras.

2.A comissão de Ensaio Literário, composta por Ivan Marques, Luiz Costa Lima e Maria Lúcia Faria, deliberou que são finalistas:

a.Cláudia Maria de Vasconcelos, com a obra "Samuel Beckett e seus duplos: espelhos, abismos e outras vertigens literárias", Editora Iluminuras.

b.Fabio Cesar Alves, com a obra "Armas de papel: Graciliano Ramos, as "Memórias do cárcere" e o Partido Comunista Brasileiro", Editora 34.

c.Thiago Mio Salla, com a obra "Graciliano Ramos e a "Cultura política": mediação editorial e construção do sentido", Editora EDUSP.

3.A comissão de Ensaio Social, composta por Antonio Paulo Rezende, Marcos Veneu e Ronaldo Vainfas, deliberou que são finalistas:

a.Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen, com a obra "Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política", Editora Civilização Brasileira.

b.Leneide Duarte-Plon com a obra " A tortura como arma de guerra", Editora Civilização Brasileira.

c.Rafael Marquese e Ricardo Salles com a obra "Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos", Editora Civilização Brasileira.

4.A comissão de Literatura Infantil, composta por Carolina Sanches, Roger Mello e Rona Hanning, deliberou que são finalistas:

a.Eucanaã Ferraz, com a obra "Cada coisa", Editora Companhia das Letrinhas.

b.Eva Furnari, com a obra "Drufs", Editora Moderna.

c.Leo Cunha e André Neves, com a obra " Um dia, um rio", Editora Pulo do Gato.

5.A comissão de Literatura Juvenil, composta por Gabriela Gibrail, Henrique Rodrigues e Patrícia Lacerda, deliberou que são finalistas:

a.Ivan Jaf, com a obra " A sobrancelha é o bigode do olho", Editora Melhoramentos.

b.João Anzanello Carrascoza, com a obra "Tempo justo", Editora SM.

c.Tiago de Melo Andrade, com a obra " Nandi, o boi da Índia", Editora Melhoramentos.

6.A comissão de Poesia, composta por Manoel Ricardo de Lima, Ricardo Aleixo e Sérgio Martagão Gesteira, deliberou que são finalistas:

a.Ana Estaregui, com a obra "Coração de boi", Editora 7 Letras.

b.Fábio Weintraub, com a obra " Falso trajeto", Editora Patuá.

c.Sérgio Medeiros, com a obra "A idolatria poética ou a febre de imagens", Editora Iluminuras.

7.A comissão de Projeto Gráfico, composta por Evelyn Grumach, Francisco Homem de Melo e Washington Lessa, deliberou que são finalistas:

a.Elaine Ramos, com a obra " Mauro Restiffe", Editora Cobogó.

b.Gabriela Marques de Castro, Paulo André Chagas e Gustavo Marcheti (Bloco Gráfico), com a obra " Espírito de tudo" de Rosangela Rennó, Editora Cobogó.

c.Gabriela Marques de Castro, Paulo André Chagas e Gustavo Marcheti (Bloco Gráfico) com a obra "O momento presente", de Anri Sala, Editora IMS.

8.A comissão de Romance, composta por Beatriz Resende, José Luis Jobim e Márcio Souza, deliberou que são finalistas:

a.Alberto Mussa, com a obra "A hipótese humana", Editora Record.

b.J. P. Cuenca, com a obra "Descobri que estava morto", Tusquets Editores.

c.Ricardo Lísias, com a obra " A vista particular", Editora Alfaguara.

9.A comissão de Tradução, composta por Heloisa Jahn, Lawrence Flores Pereira e Paulo Werneck, deliberou que são finalistas:

a.Cecília Rosas, com a obra " A guerra não tem rosto de mulher", de Svetlana Aleksiévitch, Editora Companhia das Letras.

b.José Cavalcante de Souza, com a obra "Fedro", de Platão, Editora 34.

c.Rogério Bettoni, com a obra "Jaqueta Branca ou O mundo em um navio de guerra", de Herman Melville, Editora Carambaia.

Art. 3º. Os vencedores serão conhecidos na Cerimônia de entrega do Prêmio, na sede da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro no dia 27 de novembro de 2017.

Art. 4º. Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura.

HELENA SEVERO

RETIFICAÇÕES

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto Nº 7.748, de 06 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 08/06/2012, decide:

Retificar o Artigo 4 da Decisão Executiva nº 36, de 11 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 16 de outubro de 2017, fls. 12, Seção 1, de modo a adotar a seguinte redação:

Onde se lê:

4. Caberá à FBN arcar com os custos integrais dos projetos de nº 1 a 6 e, ao MRE, de 7 a 27.

Leia-se:

4. Caberá à FBN arcar com os custos integrais dos projetos de n 1º a 5, e nº 17, e ao MRE, de nº6 a 16 e de nº18 a 27.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto Nº 7.748, de 06 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 08/06/2012, decide:

Retificar o Artigo 1º da Decisão Executiva nº 38, de 24 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 25 de outubro de 2017, fls. 12, Seção 1, de modo a adotar a seguinte redação:

Onde se lê:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Decisão Executiva Nº36 (...).

Leia-se:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Decisão Executiva Nº37 (...).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 62, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 475, de 30/11/2016, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02

III - expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V- As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI- As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII- Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELI HELENCO

ANEXO I

01-Processo n. º 01514.001865/2012-16

Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica - Complexo Minerário Usiminas Serra Asul - Mina Leste

Arqueóloga Coordenadora: Sofia Magali Civitella

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

Área de Abrangência: Municípios de Itatiaiuçu, Mateus Leme e Igarapé, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02- Processo n°01510.000817/2017-47

Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área da construção da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) São Miguel

Arqueóloga Coordenadora: Isaac Amorim dos Santos

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí- Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí

Área de Abrangência: Município de Corupá, Estado de Santa Catarina

Prazo de Validade: 03 (três) meses

03- Processo n°01421.000607/2015-96

Projeto: Prospecção Arqueológica Complementar na Área de Influência de Relocação dos Aerogeradores do Parque Eólico São Bento do Norte III

Arqueólogo Coordenador: Divaldo Rocha Sampaio,

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Departamento de História - Larq/CCHLA- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Área de Abrangência: Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte

Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

04-Processo n. º 01450.007694/2017-27

Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Subaquático (Diagnóstico Interventivo e Educação Patrimonial) das Obras de Melhorias do Sistema de Mobilidade Urbana

Arqueólogo Coordenador: Manoel Mateus Bueno Gonzalez

Apoio Institucional: Núcleo de Pesquisa e Estudo em Chondrichthyes - NUPEC - Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas (CERPA)

Área de Abrangência: Município de Santos, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO II

01- Processo n. º 01514.003296/2011-54

Projeto: Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação da Capacidade e Modernização da BR-381

Arqueóloga Coordenadora: Isadora Gillian Teles de Melo Gallas

Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire - CAALE-Prefeitura de Lagoa Santa

Área de Abrangência: Belo Horizonte, Sabará, Santa Luzia, Nova União, Caeté, Itabira, Bom Jesus do Amparo, Barão de Cocais, São Gonçalo do Rio Abaixo, Rio Piracicaba, João Monlevade, Bela Vista de Minas, Nova Era, Antônio Dias, Jaguaraçu, Coronel Fabriciano, Timóteo, Ipatinga, Santana do Paraíso, Belo Oriente, Naque, Periquito e Governador Valadares, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO III
01- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.
Empreendimento: Condomínio Jockey Club
Processo n. º 01512.000007/2016-90
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Condomínio Jockey Club
Arqueólogo Coordenador: Klaus Peter Kristian Hilbert
Arqueólogo de Campo: Klaus Peter Kristian Hilbert
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências e Tecnologia (LA-MCT) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)
Área de Abrangência: Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 03 (três) meses
ANEXO IV
01-Enquadramento: IN: Nível II
Empreendedor: CONFER- Construtora Fernandes Ltda.
Empreendimento: Reservatórios Artificiais para Agricultura Familiar e Áreas de Empréstimo do Complexo Eólico Sequóia I e II
Processo nº 01502.001936/2017-16
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Reservatórios Artificiais para Agricultura Familiar e Áreas de Empréstimo do Complexo Eólico Sequóia I e II
Arqueólogo Coordenador: Walter Fagundes Morales
Arqueólogos de campo: Izabella Cristina Melo de Gois e Bruna Oliveira Vasconcelos
Apoio Institucional: Núcleo de Pesquisas em Arqueologia - NEPAB-Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Municípios de Pindaí, Caitité e Guanambi, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 10 (dez) meses
02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cito Energia e Participações S.A.
Empreendimento: Central Geradora Hidrelétrica Piedade
Processo n. º 01508.001076/2017-61
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de abrangência da Central Geradora Hidrelétrica Piedade
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Lilia Benevides Guedes Lins
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História-Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Cerro Azul e Rio Branco do Sul, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Roberto Bravo Marques Pinheiro
Empreendimento: R5 Granitos Ltda
Processo nº 01409.000341/2017-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento R5
Arqueólogo Coordenador: Ennyo Lurrik Sousa da Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico de Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Baixo Guandu, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
04- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ultramar Concreto LTDA-ME.
Empreendimento: Mina Fazenda Colher
Processo nº 01409.000224/2017-48
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Mina Fazenda Colher
Arqueólogo Coordenador: Francisco João Lopes Silva
Arqueólogo de Campo: Ennyo Lurrik Sousa da Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Itapemirim, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
05- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sport Clube Internacional
Empreendimento: Cidade do Inter
Processo n. º 01512.001835/2016-45
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Cidade do Inter
Arqueólogo Coordenador: Fabrício José Nazzari Vicroski
Arqueóloga de Campo: Cristine Mallmann Vicroski
Apoio Institucional: Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NuPHA) Universidade de Passo Fundo - UPF
Área de Abrangência: Município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
06- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Santo André Alimentos, indústria, comércio, importação e exportação
Empreendimento: Loteamento Residencial Villaggio di Capri
Processo n. º 01506.006511/2016-82
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Villaggio di Capri
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Lilia Benevides Guedes Lins
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Itapetininga, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 04 (quatro) meses
07- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Goldcreek Investiments S/A
Empreendimento: Terminal Retroportuário Ouro Branco
Processo n. º 01510.000532/2017-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Terminal Retroportuário Ouro Branco
Arqueóloga Coordenadora: Daniela da Costa Claudino
Arqueólogo de Campo: Alessandro de Bona Mello
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
08- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Moto Honda da Amazônia LTDA
Empreendimento: Ampliação da Moto Honda da Amazônia
Processo n. º 01490.900053/2017-77
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras de Ampliação da Moto Honda da Amazônia
Arqueóloga Coordenadora: Margaret Cerqueira de Souza
Arqueólogos Coordenadores de Campo: Jane Pessoa Coelho, João Queiroz Rebouças e Suzanne Lima Fernandes
Área de Abrangência: Município de Manaus, Estado do Amazonas
Prazo de validade: 13 (treze) meses
09- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/DNOCS
Empreendimento: Barragem Fronteiras
Processo n. º 01496.900041/2017-92
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Barragem Fronteiras
Arqueólogo Coordenador: Agnelo Fernandes de Queirós
Arqueólogo de Campo: Everaldo Gomes Dourado
Apoio Institucional: Fundação Casa Grande Memorial do Homem do Kariri-Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri
Área de Abrangência: Município de Crateús, Estado do Ceará
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Espaço Gaia Empreendimentos Imobiliários SPE
Empreendimento: Loteamento Centro empresarial Espaço Gaia Théia
Processo n. º 01506.006975/2016-99
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Centro empresarial Espaço Gaia Théia
Arqueóloga Coordenadora: Gabriela Ferreira de Soares
Arqueólogo de Campo: Freddy Bager Junior
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Jarinu, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Suzano Papel e Celulose Ltda
Empreendimento: Silvicultura Franqueza
Processo n. º 01494.000037/2017-42
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de influência do Projeto de Silvicultura Franqueza
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Arqueóloga de Campo: Márcia Rodrigues Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia - LARQ - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Área de Abrangência: Município de São Pedro da Água Branca, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 06(seis) meses
12- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Valencia III - Spe Ltda
Empreendimento: Residencial Valência III
Processo n. º 01506.005917/2016-48
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Residencial Valência III
Arqueólogo Coordenador: Diego Barrocá
Arqueólogo de Campo: Diego Barrocá
Apoio Institucional: Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu" - Prefeitura Municipal de Jacareí
Área de Abrangência: Município de Álvares Machado, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
13-Enquadramento: Nível III
Empreendedor: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
Empreendimento: Ampliação do Hospital Cristo Redentor (Anexo XIV)
Processo nº 01512.001407/2017-01
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas Obras de Ampliação do Hospital Cristo Redentor (Anexo XIV)
Arqueóloga Coordenadora: Zeli Teresinha Company
Apoio Institucional: Museu de Porto Alegre José Joaquim Felizardo-Prefeitura de Porto Alegre
Área de Abrangência: Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 05(cinco) meses

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 670, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177067 - 17º EDICAO DO PROJETO TEATRO EM MOVIMENTO - 2018
RUBIM PRODUCOES CULTURAIS E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.823.360/0001-44
Processo: 01400028980201711
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 2.954.473,75
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: - Realizar em 2018, a 17ª Edição do projeto Teatro em Movimento que tem por objetivo a circulação, em curta temporada, de espetáculos de artes cênicas, de reconhecida qualidade artística.
177023 - CUIABÁ 300 ANOS
ASSOCIAÇÃO CULTURAL CENA ONZE
CNPJ/CPF: 09.457.341/0001-65
Processo: 01400028651201771
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 824.057,50
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Em homenagem aos 300 anos da capital de Mato Grosso, Cuiabá, realizaremos a montagem e apresentação durante 5 dias seguidos do espetáculo Cuiabá 300, que contará com a participação de 300 atores regionais,e, vai contar um pouco da história desta calorosa cidade e seus persogens: índios, bandeirantes, Paschoal Moreira Cabral, Barão de Melgaço, Dom Aquino Corrêia, entre muitos outros. Este projeto contará com a participação de pessoas de projetos sociais, (haitianos, indigenas, catadores de lixo, reeducandos, jovens que se encontra em comunidades terapêuticas para tratamento da dependencia química, meninas que se encontram em casas de apoios, entre outras..) como figurantes e equipe de apoio (montagem de cenário, figurino, maquiagem, entre outros). Tendo como objetivo gerar renda e inclusão social das mesmas.
177069 - Desfile das Escolas de Samba de Santa Cruz do Sul - Carnaval 2018
DOWNLOAD PRODUTORA DE EVENTOS E MARKETING LTDA. EEP
CNPJ/CPF: 17.603.449/0001-47
Processo: 01400028982201719
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 339.240,00
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto visa a realização e a estruturação do Desfile das Escolas de Samba de Santa Cruz do Sul, junto ao Carnaval 2018.
163330 - Os Embalos de Sábado à Noite
Só de Sapato Produções e Promoções Artistica Ltda ME
CNPJ/CPF: 00.993.247/0001-56
Processo: 01400214089201615
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 10.000.000,00
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa a realização da montagem e temporada do espetáculo musical Os Embalos de Sábado à Noite, para estreia na cidade do Rio de Janeiro para temporada de 03 meses, seguindo de temporada também de 03 meses na cidade de São Paulo realizando 36 apresentações em cada cidade, totalizando 72 apresentações, com estreia prevista para o segundo semestre de 2017.
176725 - Plano Anual Eixo Arte e Cultura - Redes da Maré 2018
Associação Redes de Desenvolvimento da Maré
CNPJ/CPF: 08.934.089/0001-75
Processo: 01400028021201704
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.995.606,22
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar o Plano Anual de atividades da Redes de Desenvolvimento da Maré - Redes da Maré em 2018, contemplando festivais, cursos, oficinas, residências artísticas, exposições, exibições de cinema, além de manutenção de biblioteca e de espaço cultural.
177083 - Sucatas & Caraminholas
FRIDA PRODUCOES E SERVICOS CULTURAIS E ARTISTICOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 12.667.530/0001-77

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 01400029051201720
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.437,50
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe a montagem do espetáculo cênico musical "Sucatas & Caraminholas", baseado em contos populares brasileiros de autoria desconhecida. Após a montagem, serão realizadas apresentações direcionadas ao público infantil, integrando diferentes linguagens das artes cênicas - mímica, canto, circo (palhaço), bonecos e contação de histórias.

177090 - VII Cena Brasil Internacional
Associação Cena Brasil Internacional
CNPJ/CPF: 17.670.348/0001-99
Processo: 01400029127201717
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 705.847,50
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto de continuidade: VII Cena Brasil Internacional. O festival Cena Brasil Internacional propõe uma mostra de espetáculos de teatro de pesquisa nacionais e internacionais, a produção de encontros estimulados pela proposta de residência, que já caracteriza o festival, durante a qual as companhias convidadas ministram oficinas e palestras abertas ao publico em geral.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
177089 - CONCERTO ERUDITO
JOSE DANIEL LIVISKI 32012250963
CNPJ/CPF: 14.187.969/0001-28
Processo: 01400029126201772
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 354.250,00
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de um concerto de música erudita na cidade de Curitiba/PR. Farão parte do espetáculo uma orquestra filarmônica com 60 figurantes, 8 cantores solistas, coro com 10 cantores, coral adulto e infantil e um casal de artistas de renome nacional. Serão 2 apresentações no Grande Auditório do Teatro Positivo, na cidade de Curitiba em dezembro de 2017, com um público estimado em cinco mil espectadores. Também haverá um ensaio aberto para escolas carentes.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
177066 - Semana Cultural
CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS M"BORORÉ
CNPJ/CPF: 93.849.354/0001-96
Processo: 01400028979201797
Cidade: Campo Bom - RS;
Valor Aprovado: R$ 734.967,34
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Semana Cultural de Campo Bom é realizada com foco na criação de poemas e músicas campeiras e nativas do nosso folclore com suas declamações por meio da realização do principal concurso de poesia do Estado do Rio Grande do Sul, o Bivaque, o Bivaque Piá, o Acampamentinho e o famoso Acampamento, ambos concursos já projetaram ícones da cultura gauchesca e tem vagas ilimitadas abertas para todo o estado. Junto a estes concursos, concomitantemente, será realizada a Feira do Livro de Campo Bom fomentando a literatura, a música e a poesia. Teremos palestras, a presença dos músicos nos shows com atrações folclóricas e nacionais da música gauchesca e brasileira, espetáculos teatrais abrangendo todas as faixas etárias. É um evento possibilita trocas e oportunidades para a comunidade da cidade e regiões.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
177074 - AFRICA MUNDI
ARCOIRIS ENTRETENIMENTOS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 13.219.469/0001-68
Processo: 01400029018201708
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.865.738,20
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 20/11/2017
Resumo do Projeto: "AFRICA MUNDI" evento de grande porte que acontecerá em comemoração ao dia da consciência negra, em seis pontos significativos da história e da herança africana na cidade do Rio de Janeiro. As atrações são calculadas para serem em locais de fácil acesso a pé, interesse cultural, viabilidade de produção e comodidade do público. O evento além de shows com artistas consagrados, terá espaços destinados à palestras, debates, "stands", mostras de empreendedorismo, exibições de filmes, workshops, exposições fotográficas, rodas de samba e de choro e outras danças de influência africana.

177097 - DESCONSTRUÇÃO - Turnê Paulistana
ANA LUISA RAMOS SILVA ESCUDEIRO
CNPJ/CPF: 230.751.658-16
Processo: 01400029181201762
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 259.135,50
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: RESUMO DO PROJETO Este projeto visa a circulação da turnê "DESCONSTRUÇÃO" da cantora Ana Luísa Ramos. O show fará a divulgação do álbum autoral "UM", recém-lançado em 2016, além de um repertório pop e jazz, acompanhada de uma banda de músicos renomados e experientes no mercado, promovendo a pluralidade cultural da música popular brasileira.

165072 - Tributo a Mileto - Hamleto Stamato e convidados
BURBURINHO CULTURAL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. – ME
CNPJ/CPF: 08.422.837/0001-30
Processo: 01400225268201688
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 440.792,00
Prazo de Captação: 06/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de dois produtos de música instrumental popular: uma série de cinco concertos de Hamleto Stamato e convidados no Rio de Janeiro e por cidades brasileiras, junto ao registro em DVD da apresentação na cidade carioca, com repertório inédito.

PORTARIA Nº 671, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 1411259 - Via e-mail - Encontro com 40 artistas brasileiros, publicado na portaria nº 0772/14 de 20/11/2014, no D.O.U. em 21/11/2014, para Via e-mail - Encontro com artistas brasileiros.

Art. 2.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 154476 - Projeto Orquestra Experimental Uberlândia, publicado na portaria nº 0011/16 de 08/01/2016, publicada no D.O.U. em 11/01/2016.

Onde se lê:
Realização de 10 Concertos gratuitos de música erudita, para um público estimado de 4500 pessoas, aliados a realização de seis ensaios com 130 alunos de Violino, Viola, Violoncello e Contrabaixo advindos de quatro pólos musicais sociais de projetos de Uberlândia/MG. Os concertos irão ocorrer nas cidades do interior de Minas Gerais: Araxá, Patos de Minas, Patrocínio e Uberlândia e na cidade de Góias: Itumbiara. Estes concertos terão com finalidade difundir a música para diferentes classes sociais e influenciar os participantes, sendo que seis serão realizados na própria cidade de Uberlândia/MG, dos quais dois contarão com a participação, se possível for, de todos os 130 alunos e todos os outros 08 concertos propostos contarão com 60 participantes, em média, cada um.

Leia-se: Realização de 10 Concertos gratuitos de música erudita, para um público estimado de 4500 pessoas, aliados a realização de seis ensaios com 130 alunos de Violino, Viola, Violoncello e Contrabaixo advindos de dois pólos musicais sociais de projetos de Uberlândia/MG. Os concertos irão ocorrer nas cidades do interior de Minas Gerais: Araxá, Patos de Minas, Patrocínio e Uberlândia e na cidade de Góias: Itumbiara. Estes concertos terão com finalidade difundir a música para diferentes classes sociais e influenciar os participantes, sendo que seis serão realizados na própria cidade de Uberlândia/MG, dos quais dois contarão com a participação, se possível for, de todos os 130 alunos e todos os outros 08 concertos propostos contarão com 60 participantes, em média, cada um.

PRONAC: 164180 - Fotógrafos focam o Brasil, publicado na portaria nº 0765/16 de 05/12/2016, publicada no D.O.U. em 06/12/2016.

Onde se lê: Produção de um livro de arte bilíngue (português/inglês) de 260 páginas com registro de 100 imagens de fotógrafos Chineses e Brasileiros, que tem como objetivo a reflexão sobre a cultura e o povo brasileiro com foco nas ricas paisagens brasileiras. O projeto fará parte da série "China Daily"s Focus", e prevê o intercâmbio de fotógrafos chineses no Brasil. Este modelo de projeto já foi realizado em outros países como Rússia, Taiwan e Macau, onde fotógrafos chineses documentam o país em foco sob seu ponto de vista e posteriormente produzem um livro bilíngue com registro das fotos dos fotógrafos da China e de cada país.

Leia-se: Produção de um livro de arte bilíngue (português/chinês) de 260 páginas com registro de até 280 imagens de fotógrafos Chineses e Brasileiros, que tem como objetivo a reflexão sobre a cultura e o povo brasileiro com foco nas ricas paisagens brasileiras. O projeto fará parte da série "China Daily"s Focus", e prevê o intercâmbio de fotógrafos chineses no Brasil. Este modelo de projeto já foi realizado em outros países como Rússia, Taiwan e Macau, onde fotógrafos chineses documentam o país em foco sob seu ponto de vista e posteriormente produzem um livro bilíngue com registro das fotos dos fotógrafos da China e de cada país.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 0678 de 31/10/2016, publicada no D.O.U. n.º 210 de 01/11/2016, Seção 1, página 60, referente ao projeto A música da Gente! (3ª edição) - Pronac: 16 3382:
Onde se lê: Valor Aprovado: R$ 461.847,50
Leia-se: Valor Aprovado: R$ 549.817,50

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 140, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 05, de 05 de julho de 2017 - APOIO A FESTIVAIS E MOSTRAS AUDIOVISUAIS, resolve:

Art. 1º - Tornar público o resultado do recurso interposto:

Pronac	Nome da proposta	Proponente	UF	Decisão do Recurso
172800	7º FECIN - Festival de TV e Cinema do Interior do Espírito Santo, Muqui (ES)	CAJU PRODUÇÕES LTDA	ES	Deferido parcialmente no que diz respeito aos subitens 7.7 a 7.9 do Edital

Art. 2° - Tornar pública a retificação, com base no deferimento parcial de que trata o art. 1º, do resultado preliminar das fases de seleção e habilitação do referido Edital conforme Anexo I (projetos selecionados e habilitados em caráter preliminar, por grupo, conforme subitens 7.7. e 8.1.), Anexo II (projetos em lista de reserva conforme subitem 7.10.), Anexo III (projetos inabilitados conforme subitem 8.2.), Anexo IV (projetos não selecionados conforme subitem 7.7) e Anexo V (projetos desclassificados conforme subitem 7.4.).

Art. 3º - Reabrir prazo de recurso a ser enviado nos 04 (quatro) dias úteis seguintes à data da publicação desta portaria, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de formulário específico para o endereço eletrônico: concurso.sav@cultura.gov.br.

Art. 4º - Informar que na fase de recurso não será aceita documentação complementar, saneamento de pendências nem retificação da documentação apresentada na inscrição. Somente serão considerados aqueles documentos anexados no sistema SALICWEB no ato da inscrição.

Art. 5º - Informar que as notas divulgadas abaixo foram reduzidas para duas casas decimais, por isso há um arredondamento da pontuação na nota geral de cada projeto.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

Anexo I

Projetos selecionados e habilitados em caráter preliminar por grupo conforme subitens 7.7. e 8.1.:
I) Grupo 1: Unidades Federativas da Região Norte:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final	Valor do Apoio (R$)
175264	AMAZONIA DOC 5ª EDIÇÃO - FESTIVAL PAN AMAZONICO DE CINEMA	M.Z.CARAMÊZ DE CASTRO - ME	PA	1.1.1	19,67	80.000,00
175655	13a edição do FESTIVAL CHICO de Cinema e Video do Tocantins	Juliane Almeida Gomes - ME	TO	1.1.2	19,67	120.000,00

II) Grupo 2: Unidades Federativas da Região Centro-Oeste:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final	Valor do Apoio (R$)
175317	IV PirenópoilsDoc - Festival de Documentário Brasileiro	Violeta Filmes LTDA	GO	1.1.1	20,00	80.000,00

173220	VI Tudo Sobre Mulheres - Festival de Cinema Feminino de Chapada dos Guimarães	Cumbaru Produções Artísticas	MT	1.1.2	19,67	120.000,00
175411	18ª Goiânia Mostra Curtas	ICUMAM CULTURAL EIRELI ME	GO	1.1.3	20,00	200.000,00

III) Grupo 3: Unidades Federativas da Região Nordeste:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final	Valor do Apoio (R$)
175106	Parada de Cinema_5 | Mostra de Cinema Brasileiro Contemporâneo	INSTITUTO PUNARE	PI	1.1.1	19,67	80.000,00
175238	17° NOIA - Festival do Audiovisual Universitário	PROPONO CONSULTORIA EXECUTIVA	CE	1.1.1	19,00	80.000,00
174375	13º Festival Aruanda do Audiovisual	Associação Porta Cênica	PB	1.1.2	20,00	120.000,00
173547	Festival Goiamun nona edição	Olhares	RN	1.1.2	20,00	120.000,00
173514	28º Festival Ibero-Americano de Cinema - Cine Ceará	ASSOCIAÇÃO CULTURAL CINE CEARÁ	CE	1.1.3	19,33	200.000,00

IV) Grupo 4: Unidades Federativas da Região Sul, do Espírito Santo e de Minas Gerais:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final	Valor do Apoio (R$)
174954	Circuito FAM de Cinema	Associação Cultural Panvision	SC	1.1.1	18,67	80.000,00
173093	4º Cine.Ema - Festival de Cinema Ambiental e Sustentável do Espírito Santo.	ASSOCIACAO ULTIMOS REFUGIOS	ES	1.1.1	18,33	80.000,00
174274	Festival Kinoarte de Cinema	KINOARTE - INSTITUTO DE CINEMA E VÍDEO DE LONDRINA	PR	1.1.2	19,00	120.000,00
174699	17ª Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis	Lume Produções Culturais	SC	1.1.2	18,33	120.000,00
175242	21ª Mostra de Cinema de Tiradentes	UNIVERSO PRODUÇÃO LTDA	MG	1.1.3	20,00	200.000,00

V) Grupo 5: Unidades Federativas de São Paulo e do Rio de Janeiro:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final	Valor do Apoio (R$)
174588	Rio Webfest 2018	CHARLOTTE PESQUISA PRODUÇÃO CULTURAL E INFORMÁTICA LTDA ME	RJ	1.1.1	18,00	80.000,00
174626	5ª MOSTRA LIVRE DE CINEMA	Roberto Oliveira 19205550809	SP	1.1.1	17,67	80.000,00
173359	Encontro de Cinema Negro Zózimo Bulbul - Brasil, África e Caribe/11 anos	Centro Afro Carioca de Cinema	RJ	1.1.2	20,00	120.000,00
175392	COMKIDS 2018 - Interativo e acessível	CENTRO BRASILEIRO DE MÍDIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	SP	1.1.2	18,67	120.000,00
174297	Festival Anima Mundi 2018	Instituto de Desenvolvimento Estudo e Integração pela Animação-IDEIA	RJ	1.1.3	20,00	200.000,00

Anexo II

Projetos em lista de reserva, em ordem decrescente de pontuação, conforme subitem 7.10.:

I)Categoria 1.1.1:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
175427	IV FRONTEIRA - FESTIVAL INTERNACIONAL DO FILME DOCUMENTARIO E EXPERIMENTAL	Barroca Produções Artísticas e Cinematográficas	GO	19,00
174093	III Mostra Tela Indígena	Patio Vazio Produções	RS	18,00
174589	Iguacine - Festival de Cinema da Cidade de Nova Iguaçu (6ª edição)	Culturas Híbridas Produções Artísticas LTDA	RJ	18,00

II)Categoria 1.1.2:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
174857	Dia Internacional da Animação	ABCA - Associação Brasileira de Cinema de Animação	RJ	19,00
173122	Cine Esquema Novo 2018	ASSOCIACAO CINEESQUEMANOVO DE DESENVOLVIMENTO DA IMAGEM-ACENDI	RS	18,33
173997	Festival Internacional de Cinema da Fronteira	Anti Filmes	RS	18,00

III)Categoria 1.1.3:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
173938	16o Festival Internacional de Cinema Infantil	Elimar Produções Artísticas Ltda	RJ	19,33
174428	41º FESTIVAL GUARNICÊ DE CINEMA	FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO DESENVOL DA UFMA	MA	19,00
175293	XXII Festival do Filme Documentário e Etnográfico - forumdoc.bh.2018	Associação Filmes de Quintal	MG	19,00

Anexo III

Projetos inabilitados conforme subitem 8.2.:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final	Motivo
173527	11o Janela Internacional de Cinema do Recife	Cinemascópi Produções Cinematográficas e Artísticas	PE	1.1.2	19,33	Projeto inabilitado por não atender ao disposto nas alíneas "d" e "e" do subitem 4.5.

Anexo IV

Projetos não selecionados conforme subitem 7.7.:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
172498	Cinema Volante Luar do Sertão nas Comunidades Quilombolas	AC CAVALCANTE SERVIÇOS LTDA.	PE	1.1.1	17,67
175027	IV MOV - Festival Internacional de Cinema Universitário de Pernambuco	PONTE PRODUTORAS ASSOCIADAS LTDA - ME	PE	1.1.1	16,00
175200	4ª Mostra Anima Cinemão	Maranduva Filmes	RJ	1.1.1	15,67
174535	13ª Mostra Produção Independente - Novos Rumos	Associação Brasileira de Documentaristas e Curta Metragistas do Espírito Santo	ES	1.1.1	15,67
174795	Mostra CineAfroBH 2018: 3ª Edição - Quilombos urbanos: fé e resistência cultural	ATOS Central de Imagens Ltda	MG	1.1.1	15,67

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

172524	V VerOuvindo: Festival de filmes com acessibilidade comunicacional do Recife	Com Acessibilidade Comunicacional LTDA ME	PE	1.1.1	15,57
175550	CINECÃO = MOSTRA DE CINEMA EXPERIMENTAL	CINEMAT FILMES LTDA - EPP	PE	1.1.1	15,33
175660	Festival Diálogo de Cinema 2018	Sofá Verde Filmes LTDA	RS	1.1.1	15,33
173344	3 FESTIVAL CINE INCLUSÃO	MUK PRODUÇÕES S/S LTDA. ME	SP	1.1.1	15,00
174624	5ª Mostra de Cinema de Gostoso	Heco Produções Ltda	SP	1.1.1	15,00
175003	Mostra Quadro a Quadro	ROCAMBOLE PRODUCOES AUDIOVISUAIS LTDA - ME	SP	1.1.1	14,67
173584	TRASH - Mostra Internacional de Cinema Fantástico 2018	MMarte Produções Ltda	GO	1.1.1	14,67
172782	V Mostra Curta Vazantes: Cinema em Comunidade	Pontilhado Cinematográfico e Produções Culturais e Artísticas LTDA - ME	PE	1.1.1	14,00
173376	V ANIMAÍ - ENCONTRO BAIANO DE ANIMAÇÃO	FINISHER ESTUDIO LTDA	BA	1.1.1	14,00
173948	III CINEFESTIVAL - Festival Internacional de Cinema do Vale do Jaguaribe	DEBERTON FILMES E PRODUÇÕES LTDA ME	CE	1.1.1	14,00
174619	V Festival O Cubo de Cinema 2018	INSTITUTO CULTURAL KREATORI LTDA ME	RJ	1.1.1	14,00
175304	Mostra Cinema Conquista	INSTITUTO MANDACARU DE INCLUSAO SOCIOCULTURAL	BA	1.1.2	17,67
175190	Curta-Se 18 Festival Iberoamericano de Cinema de Sergipe	AVBR PRODUÇÕES LTDA - ME	SE	1.1.2	17,67
175090	VER CINE 2018 - 6º Festival de Cinema Brasileiro da Baixada Fluminense	CENTRO DE PESQUISAS TEATRAIS DE DUQUE DE CAXIAS	RJ	1.1.2	17,33
173664	9.CINEFOOT-FESTIVAL DE CINEMA DE FUTEBOL	Instituto Brasileiro de Estudos de Festivais Audiovisuais - IBEFEST	RJ	1.1.2	17,33
172559	13 Encontro Nacional de Cinema e Vídeo dos Sertões	Escalet Produções Cinematográficas	PI	1.1.2	17,00
175389	Mostra Internacional do Filme Etnográfico 25 anos	INTERIOR PRODUCOES LTDA. - ME	RJ	1.1.2	16,67
175008	MacacuCine 2018	RAPSODIA EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA - ME	RJ	1.1.2	16,67
175148	13º Festival de Cinema de Ribeirão Preto	Sao Paulo Film Commission	SP	1.1.2	16,67
172759	Filmambiente 2017 - itinerância	Amado arte&produção Ltda	RJ	1.1.2	16,67
174286	VII FESTIVAL CINEMUNDO_Juventude e Novas Mídias.	Cinema Nosso	RJ	1.1.2	16,33
172800	7º FECIN - Festival de TV e Cinema do Interior do Espírito Santo, Muqui (ES)	CAJU PRODUÇÕES LTDA	ES	1.1.2	16,33
174979	RIO FESTIVAL DE GÊNERO & SEXUALIDADE NO CINEMA 2018	CROMAKEY PRODUÇÃO DE EVENTOS E FILMES LIMITADA	RJ	1.1.2	16,00
173607	7º Olhar de Cinema - Festival Internacional de Curitiba	Grafo Audiovisual Ltda.-ME	PR	1.1.2	16,00
173654	12º For Rainbow - Festival de Cinema e Cultura da Diversidade Sexual	CENAPOP - Centro Popular de Cultura e Ecocidadania	CE	1.1.2	16,00
173679	ANIMAGE - FESTIVAL INTERNACIONAL DE ANIMAÇÃO DE PERNAMBUCO	REC-BEAT DISCOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME	PE	1.1.2	16,00
174301	X Mostra Outros Cinemas	Sereia Distribuição de Filmes Ltda.	CE	1.1.2	16,00
174800	11º Curta Taquary-Festival Internacional de Curta Metragem	Taquary Filmes	PE	1.1.2	16,00
172596	FECIBA.7 - Festival de Cinema Baiano	VOO AUDIOVISUAL PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME	BA	1.1.2	15,33
173064	10a. SEMANA DOS REALIZADORES	JURUBEBA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME	RJ	1.1.2	15,00
172910	Arraial Cine Fest 9ª edição	Instituto Roque Araújo de Cinema e Audiovisual	BA	1.1.2	15,00
175428	Mostra Acauã do Audiovisual Paraibano	Instituto InCartaz de Cultura, Educação e Inclusão Social	CE	1.1.2	15,00
172990	10ª - Locomotiva Festival de Cinema de Animação	Luciano Balen ME	RS	1.1.2	14,67
174263	Strangloscope - Mostra internacional de áudio, vídeo/filme e performance experimental.	Associação Cultural Cinemateca Catarinense	SC	1.1.2	14,67
173425	XIV Cinefest Gato Preto	Fundação Olga de Sá	SP	1.1.2	14,00
174650	12 Mostra Curta Audiovisual	MARIANA ATAURI MAURER - ME	SP	1.1.2	14,00
174790	10º Festival CineMúsica - Conservatória 2018	Associação Cultural CineMúsica	RJ	1.1.2	14,00
173587	Festival de Cinema da Bienal de Curitiba 2018	Instituto Paranaense de Arte	PR	1.1.2	14,00
174433	8º Cinecipó - Festival de Cinema Ambiental	Cardes Monção Amâncio - 047.459.976-04	MG	1.1.2	14,00
172690	25º Festival de Cinema de Vitória	Galpao Produções Artisticas e Culturais ltda	ES	1.1.3	19,00
173267	21º FESTIVAL BRASILEIRO DE CINEMA UNIVERSITÁRIO	Andaluz Audiovisual LTDA.	RJ	1.1.3	18,67
173594	29 Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo - Curta e Mercado	Associação Cultural Kinoforum	SP	1.1.3	18,67
173762	12° Femina - Festival Internacional de Cinema Feminino	Instituto de Cultura e Cidadania Femina	RJ	1.1.3	18,67
174167	17ª Mostra de Audiovisual Universitário América Latina UFMT (MAUAL)	Santos Araujo e Zoti Ltda - ME Movimento Production	MT	1.1.3	18,67
173173	Festival Visões Periféricas 2018	Marcio Blanco Chavez	RJ	1.1.3	18,00
175177	20º Cinemato - Festival de Cinema e Vídeo de Cuiabá	Instituto Cultural América - INCA	MT	1.1.3	17,33
174644	Primeiro Plano 2018 - Festival de Cinema de Juiz de Fora e Mercocidades	Luzes da Cidade - Grupo de Cinéfilos e Produtores Cultura	RJ	1.1.3	17,00
173693	XIV Fantaspoa - Festival Internacional de Cinema Fantástico de Porto Alegre	Fantaspoa Produções Artísticas e Culturais LTDA.	RS	1.1.3	16,67
174613	Projeto Cinema no Rio 13ª Edição	CINEAR PRODUÇÕES E EXIBIÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA	MG	1.1.3	16,67
172970	Festival Internacional de Curtas do Rio de Janeiro - Curta Cinema 2018	ASSOCIAÇÃO FRANCO CULTURAL	RJ	1.1.3	16,67
174407	17a. Mostra do Filme Livre - Itinerância SUL (3 estados)	WSET PRODUCOES E SERVICOS LTDA.	RJ	1.1.3	16,00
174377	CURTA NO ALMOÇO (13a. edição // 5 regiões) USAR ESTA PROPOSTA	CURTA O CURTA DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO DE FILMES LTDA	RJ	1.1.3	15,33
173822	IMAGEM DOS POVOS - MULHERES	T\"AI Criação e Produção Ltda	MG	1.1.3	14,67
175327	12ª MOSCA - Mostra Audiovisual de Cambuquira	Associação Comunitária Educacional e Cultural Sinhá Prado Guimarães	MG	1.1.3	14,33
175234	11º CineFest	Totem Empreendimentos Culturais e Artísticos Ltda -ME	SP	1.1.3	14,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo V

Projetos desclassificados conforme subitem 7.4.:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
172799	OITAVO FESTIVAL DE MICROMETRAGENS CELUCINE	ASSOCIAÇÃO REVISTA DO CINEMA BRASILEIRO	RJ	13,67
174266	VII Mostra Internacional Audiovisual Curta o Gênero	Fábrica de Imagens - ações educativas em cidadania e gênero	CE	13,67
173580	FIDÉ Brasil - Festival Internacional do Documentário Estudantil	Motim Comunicação e Art Ltda - ME	PR	13,67
173850	MOSTRA ELA NA TELA - 4ª Edição	Bactéria Filmes	RS	13,67
173888	4º Faróis do Cinema - Novos Horizontes	Mariana Bezerra Cavalcanti	RJ	13,67
174884	Vitanima - IV Mostra Livre de Animação Contemporânea	Le Toon Studio Ltda	RJ	13,67
172961	10º CINE FEST BRASIL CANUDOS	Inffinito Entretenimento e Comunicações Ltda. Me.	RJ	13,33
173571	10 ª edição do Festival Internacional de Filmes Curtíssimos - Lobo Fest	Tábata Films, Entertainment e Culture	DF	13,33
173418	5ª MOSTRA VERTIGENS - ES CINECLUBE DIVERSIDADE	SAML de Morais Correia de Sá Produções Culturais -ME	ES	13,33
173537	3ª MOSTRA DE CINEMA DE PITANGUI	Sarasvati Produtora Cultural LTDA	MG	13,00
174083	IN-EDIT BRASIL 2018 - 10º Festival Internacional do Documentário Musical	In Brasil Produção Cultural Ltda	SP	13,00
174032	V Mostra Ciranda de Filmes	Aiuê Produtora e Editora Ltda. ME	SP	13,00
173826	VI FRAPA - Festival de Roteiro Audiovisual de Porto Alegre	LEONARDO GARCIA E CIA LTDA	RS	13,00
174561	Mostra A Imagem Reencontrada	VAI E VEM PRODUÇÕES	SP	13,00
174851	MOSTRA BA - IN-EDIT BRASIL FESTIVAL INTERNACIONAL DO DOCUMENTÁRIO MUSICAL	LUNA INICIATIVAS CULTURAIS LTDA ME	BA	13,00
173634	CINEAMAZONIA - FESTIVAL LATINO AMERICANO DE CINEMA AMBIENTAL - DÉCIMA SEXTA EDIÇÃO E ITINERÂNCIA 2018	Associação Mapinguari	RO	13,00
175566	V FAVERA - Festival Audiovisual Vera Cruz	Raphael Gustavo da Silva - ME	GO	13,00
173568	Festival Transarte - 3ª edição	Suma Filmes Produções Cinematográficas Ltda.	RJ	12,67
173874	3° Mostra Noite de Cinema - O Audiovisual na educação	Marcelo José Ferreira Gomes	MG	12,67
175632	3ª Festival MoveMundo	Rio Bonito Filmes	SP	12,67
173121	Video Ataq Novos Cinemas	INOVA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME	RJ	12,33
173557	6ª Mostra Itinerante de Cinema de Língua Portuguesa	SOCIEDADE ARTISTICA	CE	12,33
174385	LUMIAR - Festival Interamericano de Cinema Universitário	Daniel de Lima Veloso	MG	12,33
173632	EntreAtos Mostra de videoensaio	bomba criativa produções ltda me	RJ	12,00
174105	8ª MOSTRA DE FILMES CURTAS-METRAGENS DE SUZANO/SP - Inclusão no audiovisual	D.S.DE MATOS - EPP (Sr.Comunicação))	SP	12,00
173848	SELEÇÃO DE FILMES	DANIELA GOUVEIA MENEGOTTO M.E	RS	12,00
173646	10º Festival Internacional de Cinema de Salvador	Giro Produções Culturais Ltda ME	BA	12,00
175159	MOSTRA PLAY THE MOVIE 2018	Coda Produções Artística LTDA	PE	12,00
172619	12ª MOSTRA E FESTIVAL REGIONAL DE CINEMA MEU PRIMEIRO FILME	R DE OMOTE CARDOSO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS ME	SP	11,67
172749	Festival VFX Rio 2017	Circo Cultural Eventos LTDA ME	RJ	11,67
175382	Búzios Cine Festival	CIMA - Centro de Cultura, Informação e Meio-Ambiente	RJ	11,67
173588	MOSTRA PLANETA.DOC SANTA CATARINA	Monica Linhares de Oliveira - ME	SC	11,33
174987	IV FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E TRANSCENDÊNCIA	ATMAN FILMES E CRIAÇÕES EIRELI - ME	DF	11,33
172483	Cinedocumenta - Mostra de Cinema Documentário	MC PRODUÇÃO LTDA	MG	11,00
173458	Mostra de Cinema Desobediente - Mostra o Seu que Eu Mostro o Meu	Eduardo De Stefano Menin ME	SP	11,00
175334	Mostra Youssef Chahine	Oriente-se Produções Ltda	DF	11,00
174285	8 1/2 - FESTA DO CINEMA ITALIANO - BRASIL - 2018	Tommaso Mottironi 85621072049	RS	10,67
174242	Mostra Coletivo Catarse: não estamos sós na margem	Cooperativa Catarse - Coletivo de Comunicação	RS	10,33
174373	XIII Festival Internacional do Audiovisual	INSTITUTO DE ESTUDOS DE TELEVISÃO	RJ	10,33
175333	CINEMA & POLÍTICA: MOSTRA E SEMINÁRIO	André Santos da Conceição	RJ	10,33
175125	MOSTRA RAIZES DA MANTIQUEIRA	MARIA DA GLORIA SOUZA DA SILVEIRA	MG	10,00
175150	III Mostra Cine Literário	Ponto das Artes de Anchieta Ltda.	RJ	10,00
174509	8º Festival Internacional de Cinema em Balneário Camboriú	Cineramabc Filmes e Produções Artísticas LTDA	SC	9,67
172634	V.S.A.S. Live Sessions - Síntese Acústica Sensorial	Multitude Arte e Comunicação LTDA - ME	SP	9,33
172911	Encontro de Cinema Negro Zózimo Bulbul - Brasil, África e Caribe/11 anos	Maria Luiza Ferreira Vianna	RJ	9,33
175087	IV 72HORAS RIO Festival de Filmes 2018	Nicole Ruth Freeman	RJ	9,00
172841	CURTA NO ALMOÇO (13a. edição // 5 regiões)	Júlia Vilhena Rodrigues	RJ	6,00
175203	IV Mostra Cultural Campograndense	Tassia Kelly de Jesus Oliveira	PI	5,00
175343	37º FESTIVAL INTERNACIONAL DE PESCA ESPORTIVA DE CÁCERES - MATO GROSSO	Cáceres	MT	5,00
172513	EXPO CULTURA E FESTIVAL REGIONAL CANTA SUDOESTE 2017	Planalto	PR	4,00
172514	Projeto "Curso de Violão" "Uma parceria entre Escola, CENIBRA e Comunidade de Cubas"	Escola Estadual Ponciano Pereira da Costa	MG	4,00
172525	Apoio para custos para viajem - Santiago Chile	Lucas Maia Gomes	MG	4,00
172538	TRIP Paulista selecionado para PROYECTOR - 10° Festival Internacional em Madrid (Espanha) De 07 a 17 de setembro de 2017	Marcia Beatriz Granero	SP	4,00
172650	Reptilia Squad Multiplayer	Cleber Fernandes Oliveira da Silva	RJ	4,00
172750	Festival cultural do Abacaxi	cooperativa de Trabalho Agrícola Assistência Técnica e Serviços-COOATES	PE	4,00
174052	FESTIVAL VER E FAZER FILMES	Instituto Fábrica do Futuro	MG	4,00
174320	O cão Rúfus	cláudio henrique dos santos	MG	4,00
174370	[FEMP-B - Festival de Música Popular - Brumado	Associação Cultural Projeto FEMP-B	BA	4,00
175262	11º FESTIVAL HERCULE FLORENCE DE FOTOGRAFIA	SYN CRIATIVA - COMUNICACAO E PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME	SP	4,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 5, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os prazos-limite para empenho e reforço de dotações orçamentárias referentes ao exercício de 2017, no âmbito do Ministério da Educação, e dá outras providências.

A SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei nº 10.180/2001, na Lei nº 13.408/2016, na Lei nº 13.414/2017, na Lei nº 9.504/1997, no Decreto nº 93.872/1986, no Decreto nº 6.170/2007, no Decreto nº 7.654/2011, no Decreto nº 8.961/2017, nos Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 2.731/2008-P e nº 272/2017-P, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 7ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22/12/2016 - Aprova a Parte I - PCO e Portaria STN nº 840/2016, de 21/12/2016 - Aprova as Partes II, III, IV e V), e no Manual SIAFI, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 3, de 7 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Os órgãos e as unidades orçamentárias - UOs vinculadas ao Ministério da Educação poderão empenhar/reforçar dotações orçamentárias, observados os seguintes prazos-limite:

I - Até 24 de novembro de 2017 para as dotações orçamentárias recebidas por Destaque (Termo de Execução Descentralizada - TED) das unidades orçamentárias 26101 - Ministério da Educação - MEC, 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 26291 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH;

II - Até 30 de novembro de 2017 para as dotações das unidades orçamentárias dos órgãos vinculados ao Ministério da Educação, excetuando-se as listadas no inciso III deste artigo;

III - Até 1º de dezembro de 2017 para as dotações das unidades orçamentárias dos órgãos 26000 (MEC-Adm. Direta), 26290 (INEP), 26291 (CAPES), 26298 (FNDE) e 26443 (EBSERH), executadas pelo próprio órgão;

IV - Até 08 de dezembro de 2017 para as dotações orçamentárias referentes aos créditos provenientes de descentralizações (Termo de Execução Descentralizada), de órgãos não vinculados ao Ministério da Educação.

§ 1º Os prazos-limite previstos neste artigo, constantes do Anexo I, não se aplicam às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas no Anexo II desta portaria, em conformidade com a Seção I do Anexo III da Lei nº 13.408/2016, e às decorrentes da abertura de créditos extraordinários.

§ 2º As dotações oriundas de Destaques recebidos das unidades orçamentárias 26101 (MEC), 26290 (INEP), 26291 (CAPES), 26298 (FNDE) e 26443 (EBSERH) não empenhadas até a data estabelecida no inciso I deverão ser devolvidas à unidade concedente até o dia 27 de novembro de 2017.

§ 3º As dotações orçamentárias de cada unidade orçamentária movimentadas por meio de Provisão às unidades gestoras subordinadas que não puderem ser empenhadas até a data estabelecida no inciso II deverão ser estornadas/devolvidas à Setorial Orçamentária do respectivo órgão até o dia 01 de dezembro de 2017.

§ 4º Os pré-empenhos que não puderem ser empenhados até as datas estabelecidas nos incisos I, II e III deverão ser anulados e as respectivas dotações orçamentárias restituídas às unidades concedentes nos termos dos §§ 2º e 3º."

Art. 2º O Anexo I da Portaria nº 3, de 7 de agosto de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IARA FERREIRA PINHEIRO

ANEXO I

PRAZOS-LIMITE PARA EMPENHO NO EXERCÍCIO DE 2017

DATA LIMITE	PROVIDÊNCIAS
24/11/2017	Emissão/Reforço de Empenho dos créditos orçamentários recebidos por *Destaque* (Termo de Execução Descentralizada) das unidades orçamentárias 26101 (MEC), 26290 (INEP), 26291 (CAPES), 26298 (FNDE) e 26443 (EBSERH);
27/11/2017	Devolução, pelas Unidades Gestoras Executoras vinculadas ao órgão superior 26000 (MEC), dos saldos de créditos recebidos por *Destaque* (Termo de Execução Descentralizada), não utilizados, pertencentes às unidades orçamentárias 26101 (MEC), 26290 (INEP), 26291 (CAPES), 26298 (FNDE) e 26443 (EBSERH);
30/11/2017	Emissão/Reforço de Empenho para as dotações das unidades orçamentárias dos órgãos vinculados ao Ministério da Educação, excetuando-se as UO"s: 26101 (MEC-Adm. Direta), 26290 (INEP), 26291 (CAPES), 26298 (FNDE) e 26443 (EBSERH);
01/12/2017	Estorno/Devolução à Setorial Orçamentária do respectivo órgão das descentralizações internas *(Provisões)* que não puderem ser empenhadas até o dia 30/11/2017;
01/12/2017	Emissão/Reforço de empenho para as dotações das unidades orçamentárias dos órgãos 26000 (MEC-Adm. Direta), 26290 (INEP), 26291 (CAPES), 26298 (FNDE) e 26443 (EBSERH), e executadas pelo próprio órgão;
04/12/2017	Estorno dos Limites de Empenho não utilizados pelas Unidades Orçamentárias, a ser realizado pela Coordenação-Geral de Orçamento - SPO/SE/MEC;
04/12/2017	Estorno do Limite Orçamentário não utilizado nas unidades orçamentárias dos órgãos 26000 (MEC - Adm. Direta), 26290 (INEP), 26291 (CAPES), 26298 (FNDE) e 26443 (EBSERH), a ser realizado pela Coordenação-Geral de Orçamento - SPO/SE/MEC;
08/12/2017	Emissão/Reforço de empenho de dotações orçamentárias dos créditos oriundos de *Destaque* (Termo de Execução Descentralizada) provenientes de órgãos não vinculados ao Ministério da Educação (26000);
31/12/2017	Emissão/Reforço de Empenho de despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União e das decorrentes de abertura de créditos extraordinários.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATOS DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 1.734 - Ratificar a Homologação do Concurso Público de provas e títulos, objeto do Edital n°02/2013 - UFPI, para provimento de cargo na carreira do Magistério Superior, em regime de Dedicação Exclusiva, publicada no DOU n°. 128, de 05.07.2013, pag. 24, Seção 1, com retificação, da área de Ciências da Computação, publicada no DOU n° 152, de 08.08.2013, pag. 23, seção 1. (considerando a Sentença Exarada no Processo n° 0016197-39.2013.4.01.4000, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Seção Judiciária do Estado do Piauí; o Processo nº. 23111.031358/2017-89).

Nº 1.739 - Tornar sem efeito o Ato da Reitoria 1598/17, de 02.10.2017, publicado no DOU n°. 191, de 04.10.2017, Seção 1, pag. 21, referente a homologação do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos, objeto do Edital n°. 11/2017 - UFPI.(considerando o Processo n°. 23111.028490/2017-11).

Nº 1.740 - Homologar o resultado final dos candidatos aprovados e classificados no Concurso Público de Provas e Provas e Títulos para o provimento de cargos da Carreira de Técnico-Administrativos em Educação, para os Campi "Amílcar Ferreira Sobral", na cidade de Floriano/PI; "Professora Cinobelina Elvas", na cidade de Bom Jesus-PI; "Ministro Petrônio Portella", na cidade de Teresina-PI, da forma como segue:
1 ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS) - NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TERESINA

Ordem	Nome do candidato
1.	JOELSON SOUSA DE OLIVEIRA
2.	MARCOS RANIERE DE SOUSA SILVA
3.	LUIZ FERNANDO MENDES OSORIO
4.	SERGIO SOARES DOS REIS
5.	RICARDO TELES FREITAS
6.	LAIARA CRISTINA DA SILVA
7.	JOSE FRANCISCO BRANDAO DE SOUSA
8.	SAMUEL BRUNO DE JESUS DA SILVA
9.	MARCUS VINÍCIUS BATISTA MEIRELLES

2 MÉDICO OBSTETRA - TERESINA

Ordem	Nome do candidato
1.	ROSYANE MOURA DA ROCHA
2.	ANA CAROLINE BRITO TAVARES OLIVEIRA
3.	SUELE SANTOS ROCHA
4.	SILVIA REGINA RODRIGUES BORGES BEZERRA
5.	DANIELA DE SOUSA COSTA
6.	ANA MARIA CARREIRO DE MELO
7.	KELIANY CARLA DUARTE DE ARAÚJO
8.	PEDRO ROSA DA SILVA FILHO
9.	MARINA REGO DE OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3 MÉDICO-VETERINÁRIO/CIRURGIA DE CÃES E GATOS - BOM JESUS

Ordem	Nome do candidato
1.	MARCELA MARIA DE ALMEIDA AMORIM
2.	CAROLINE RIBEIRO DE ANDRADE
3.	RAFAEL MANZINI DREIBI
4.	AÍLA ALVES ROCHA VIEIRA
5.	LAÍS MEIRELES COSTA SILVA

4 MÉDICO-VETERINÁRIO/ com ênfase em Biotério - PICOS

CARGO CANCELADO POR DECISÃO JUDICIAL - PROCESSO Nº 0002870-56.2015.4.01.4000 - 5ª VARA FEDERAL

5 ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO - BOM JESUS

Ordem	Nome do candidato
1.	MÁRCIO SANTOS SILVA
2.	RICARDO DE PÁDUA CÍCERO ALVES DE ALENCAR
3.	KELIANA DE SOUSA CARVALHO
4.	JESSYCA CAVALCANTE DA COSTA
5.	SILVANA RODRIGUES LIMA
6.	AMARILDO DE ARAUJO FEITOSA
7.	ANA RAVENA DE SOUSA
8.	ANA GABRIELA SANTOS DE MOURA PACHECO
9.	FRANCISCO DHONIS ALVES DE SOUZA

6 ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO - TERESINA

Ordem	Nome do candidato	Concorrência
1.	ALBERTO DIAS FIGUEIRÊDO FILHO	AC
2.	ALEX RIBEIRO CORREIA LIMA	AC
3.	LIANA NAYARA DE CASTRO SARAIVA	CN
4.	JENNA EMANUELA SOARES DE LEMOS	AC
5.	LEONARDO OLIVEIRA DE MIRANDA	PCD
6.	FELIPE DAVILON ALVES BARROS	AC
7.	FRANCISCO GASPAR DE LIMA JUNIOR	AC
8.	KEILA EMANUELLE CARVALHO E SILVA MENDES	CN
9.	FERNANDA MARIA DA SILVA CARVALHO	AC
10.	PAULO VICTOR LEONCIO CHAVES	AC
11	SANCHES WENDYL IBIAPINA ARAUJO	AC
12.	ALEXANDRE JOSÉ DE ALMEIDA ALVES	AC
13.	GEDAÍAS RODRIGUES VIANA	CN
14.	PAULO ROBERTO FERREIRA DE SOUSA	AC
15.	MURILO SILVA MONTEIRO	AC
16.	FRANCISCA MURILAIA ALMEIDA DE BRITO	AC
17.	IANCA EMANUELLE DA SILVA ABREU	AC
18.	AMALIA PEREIRA DA CUNHA	CN
19.	LUANA MINEIRO ALVES	AC
20.	NICOLE FERNANDA ROCHA SILVA	AC
21.	JEAN CARLOS DA SILVA SOUSA	AC
22	TASSIA DE CARVALHO COELHO SERVIO	AC
23	NATALIA SHERMANN SOARES BRITO	CN
24.	MARIA LUCIELMA DA SILVA SANTOS	AC
25.	ELIANE RAQUEL RESENDE SOARES	PCD
26.	GIL PAULO ALVES MACHADO	AC
27.	LUIS EDUARDO SOARES LOPES	AC
28.	MARIA DE JESUS ARAUJO RAMOS	CN
29.	LANNA WANESSA MACEDO FARIAS	AC
30.	MARCOS LEANDRO PIRES DE OLIVEIRA	AC
31.	PRISCILA MONTEIRO FORTES	AC
32.	TANIA MARIA FONTES DE SOUSA	AC
33.	BRUNO FENYKS KERON DE CARVALHO NASCIMENTO	CN
34.	VALERIA PINHEIRO PAVAO	AC
35.	RICARDO MELO DE CARVALHO	AC
36.	INGRID RODRIGUES DE AGUIAR	AC
37.	ANA LUISA BEZERRA ASSUNÇÃO	AC
38.	JOSÉ CARLOS MACHADO DA SILVA	CN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AC - Vagas para candidatos da Ampla Concorrência
CN - Vagas específicas para candidatos autodeclarados negros (Lei n°. 12.990/2014, de 09 de junho de 2014.
PCD - Vagas reservadas para pessoas com deficiência (Decreto n°. 3.298, de 20/12/1999).

7 TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ANÁLISES CLÍNICAS - BOM JESUS

Ordem	Nome do candidato
1.	JOÃO ANTÕNIO LEAL DE MIRANDA
2.	IARA ALDA DE FONTES GÓIS
3.	TASSIO HENRIQUE SOUSA SILVA
4.	MÁRCIA LUANA GOMES PERFEITO
5.	FRANCISCO MARTINS DE OLIVEIRA

8 TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ANÁLISES CLÍNICAS - TERESINA

Ordem	Nome do candidato
1.	MAISA DE SOUSA DOS SANTOS
2.	KÁSSIA KAROLINE LEAL BARROS GOMES
3.	GABRIELLA PACHECO
4.	SÂMIA LEITE PINHEIRO
5.	GARDIANE OLIVEIRA E SILVA

9 TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA - TERESINA

Ordem	Nome do candidato
1.	RENAN SANTOS DE SÁ CARVALHO
2.	ARCEMÁRIO DA SILVA NASCIMENTO

10 TÉCNICO EM MÚSICA/VIOLINO - TERESINA

Ordem	Nome do candidato
1.	CARLOS GILBERTO OLIVEIRA DA SILVA
2.	JUAN CARLOS CAVALCANTE SILVA

11 TÉCNICO EM MÚSICA/VIOLONCELO - TERESINA

Ordem	Nome do candidato
1.	MARCELO MORENO DA SILVA

12 TÉCNICO EM MÚSICA/VIOLA - TERESINA

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

13 TÉCNICO EM MÚSICA/CONTRABAIXO - TERESINA

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

14 TRADUTOR E INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - FLORIANO

Ordem	Nome do candidato
1.	CLAUDIO ALVES SILVA
2.	TERESA CRISTIELE DE JESUS PINHEIRO

(Considerando Edital nº. 11 /2017 - UFPI, publicado no D.O.U. de 24/05/2017; o Processo nº. 23111.028490/2017-11).

JOSÉ ARIMATÉIA DANTAS LOPES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

PORTARIA Nº 12, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº1.089, de 04 de abril de 2005, publicada no DOU de 06.04.2005, seção 2, pág. 9, e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 6.093, de 24 de abril de 2007, no art. 7º, § 2º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nos artigos 6º e 7º da Resolução CD/FNDE n.º 8, de 24 de setembro de 2015, publicada no DOU de 25 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º - Divulgar a relação dos entes executores que tiveram seus Planos Plurianuais de Alfabetização validados pela SECADI/MEC, considerados aptos a receber recursos para execução de ações no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, no exercício de 2015, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ADRIANO ALMEIDA DANI
Substituto

ANEXO

UF	ENTIDADE	CNPJ	VALOR CUSTEIO(R$)	DESEMBOLSO	PARCELA	VALOR PARCELA(R$)	EXERCICIO
MG	PREF MUN DE SAO SEBASTIAO DA BELA VI	17935370000113	4109.12	01/2016	1	4109.12	2015
GO	PREF MUN DE TRINDADE	01217538000115	14348.17	01/2016	1	14348.17	2015
AL	PREF MUN DE CAMPESTRE	01631604000107	26364.24	01/2016	1	26364.24	2015
PE	PREF MUN DE TUPANATINGA	10106250000164	175952.88	01/2016	1	175952.88	2015
PA	PREF MUN DE PRIMAVERA	05149141000194	14192.36	01/2016	1	14192.36	2015
RN	PREF MUN DE MONTE DAS GAMELEIRAS	08196941000154	25195.04	01/2016	1	25195.04	2015
ES	PREF MUN DE AGUA DOCE DO NORTE	31796626000180	9752.46	01/2016	1	9752.46	2015
AC	PREF MUN DE TARAUACA	34693564000179	4497.07	01/2016	1	4497.07	2015
PB	PREF MUN DE LAGOA SECA	08997611000168	69922.41	01/2016	1	69922.41	2015
RN	PREF MUN DE AREIA BRANCA	08077265000108	14348.42	01/2016	1	14348.42	2015
CE	PREF MUN DE PALHANO	07488679000159	28859.79	01/2016	1	28859.79	2015
RN	PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS	08077273000146	10969.57	01/2016	1	10969.57	2015
MA	PREF MUN DE PRESIDENTE DUTRA	06138366000108	91192.46	01/2016	1	91192.46	2015
PE	PREF MUN DE CUSTODIA	11358165000156	125372.55	01/2016	1	125372.55	2015
AL	PREF MUN DE MESSIAS	12200283000102	28779.84	01/2016	1	28779.84	2015
MA	PREF MUN DE BURITI	06117071000155	13634.15	01/2016	1	13634.15	2015
PE	PREF MUN DE TACAIMBO	10091601000100	164000.00	01/2016	1	164000.00	2015
SP	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE EMBU	46523114000117	36548.69	03/2016	1	36548.69	2015
RN	PREF MUN DE RAFAEL GODEIRO	08349037000131	65199.04	01/2016	1	65199.04	2015
PE	PREF MUN DE SERTANIA	11358116000113	188330.41	01/2016	1	188330.41	2015
CE	PREF MUN DE PARAMOTI	07711963000142	25425.93	01/2016	1	25425.93	2015
RN	PREF MUN DE CEARA-MIRIM	08004061000139	78239.29	01/2016	1	78239.29	2015
MG	PREF MUN DE OLIVEIRA FORTES	17747957000107	5600.00	01/2016	1	5600.00	2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.614, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 30/11/2017, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1630, DOU de 30/11/2016.

FACULDADE DE ODONTOLOGIA

Departamento: PROPEDÊUTICA E CLÍNICA INTEGRADA

Área de Conhecimento: Pacientes Especiais/Clínica de Dentística

Classe: ADJUNTO A

Regime de Trabalho: 40 Horas

LORENE LOUISE DA SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 792, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.062559/2017-32 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado da Coordenadoria Especial de Biociências e Saúde Única - BSU do Campus de Curutibanos, instituído pelo Edital nº 76/DDP/PRODEGESP/2017, de 10 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 196, Seção 3, de 11/10/2017.

Área/Subárea de conhecimento: Medicina Veterinária/ Clínica Cirúrgica Animal/ Clínica Cirúrgica de Grandes Animais.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 485, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10951.000146/2016-54, da Comissão de Valores Mobiliários, do Parecer PGFN/CCP/Nº 1256/2017, bem como das considerações constantes no Parecer nº 00083/2017/GJU-1/PFE-CVM/PGF/AGU e do Ofício CVM/SAD/Nº 17/2017, resolve:

Reabilitar as empresas GRUPOJAM COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, CNPJ nº 10.762.976/0001-55, EMBRASERV SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ nº 81.479.719/0001-59 e IDEALE SOLUÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 10.496.850/0001-86, nos termos do art. 87, IV, da Lei Nº 8.666/93.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 1.333, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e observado o disposto no inciso X do art. 41, e no inciso XV e parágrafo único do art. 42 da Medida Provisória n° 782, de 31 de maio de 2017, torna público que em sua 242ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de setembro de 2017, resolveu:

Art. 1º Recomendar ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos da competência definida nos incisos II e VI do art. 58 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008:

I - a redução do teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário para dois inteiros e oito centésimos por cento (2,08%) e para as operações realizadas por meio de cartão de crédito para três inteiros por cento (3,00%);

II - a redução do limite da reserva de margem consignável para o pagamento de amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito e para a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito, para 1,40 vezes o valor do benefício previdenciário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Conselho

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS

CARTA CIRCULAR Nº 3.843, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

Esclarece procedimentos estabelecidos pela Circular nº 3.854, de 26 de outubro de 2017, que trata da implantação da compensação e da liquidação centralizada para os arranjos sujeitos a essa sistemática.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS (DEBAN), no uso da atribuição que lhe confere o art. 111, inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em conta o disposto na Circular nº 3.682, de 4 de novembro de 2013, e na Circular nº 3.854, de 26 de outubro de 2017, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Os instituidores de arranjos de pagamento (IAP), as instituições liquidantes e os participantes - emissores, credenciadores e instituições domicílio (ID)- dos arranjos de pagamento sujeitos à sistemática de compensação e de liquidação centralizada devem participar dos testes integrados de que trata o art. 2º da Circular nº 3.854, de 26 de outubro de 2017, na forma definida no plano de testes elaborado pela câmara ou o prestador de serviço de compensação e de liquidação (Câmara) que opere o sistema de que trata art. 26, inciso I, do Regulamento Anexo à Circular nº 3.682, de 4 de novembro de 2013.

Art. 2º Para efeito do disposto no art. 2º, § 2º, da Circular nº 3.854, de 2017, a Câmara deverá preparar documento único, a ser firmado por seu representante legal, contemplando informações conclusivas sobre a aptidão (ou inaptidão) individual de cada participante dos testes integrados, enviando-o ao Banco Central do Brasil (BCB), em Brasília, até o dia 10 de novembro de 2017, por correspondência endereçada ao Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban), com cópia digitalizada encaminhada para o endereço eletrônico dipag.deban@bcb.gov.br.

§ 1º Para a formulação do juízo quanto à aptidão (ou inaptidão) individual de cada participante, credenciador ou instituição domicílio, a Câmara deverá:

I - avaliar cada um dos processos por ela observáveis durante o período de testes funcionais e de qualidade, de que são exemplos o envio, o recebimento, o tratamento e a devolução de todos os arquivos e mensagens previstos no âmbito da sistemática de compensação e de liquidação centralizada, inclusive no que respeita à observação das grades horárias estabelecidas nessa sistemática; e

II - avaliar a capacidade de processamento de cada participante durante os testes de volumetria, que deverá ser compatível com a sua participação de mercado e, ainda, levar em consideração a capacidade de processamento do ambiente de homologação em relação ao ambiente de produção.

§ 2º A Câmara deverá considerar apto aquele participante que cumprir o plano de testes, assim entendido como o atingimento ou superação, pelo participante em questão, das métricas estabelecidas tanto para os testes funcionais e de qualidade quanto para os testes de volumetria.

Art. 3º Para efeito do disposto no art. 3º, inciso II, da Circular nº 3.854, de 2017, as instituições domicílio e os credenciadores devem elaborar declaração sobre sua aptidão (ou inaptidão) para atuar com segurança na sistemática de compensação e de liquidação centralizada, no que se refere aos seus processos internos relacionados a essa sistemática.

§ 1º A declaração de que trata o caput deverá ser firmada pelo Diretor responsável por assuntos relacionados ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) ou equivalente, e ser enviada ao BCB, em Brasília, até o dia 10 de novembro de 2017, por correspondência endereçada ao Deban, com cópia digitalizada encaminhada para o endereço eletrônico dipag.deban@bcb.gov.br.

§ 2º Para a formulação do juízo em relação a sua aptidão (ou inaptidão), de que trata o caput, as instituições domicílio e os credenciadores devem avaliar sua capacidade para, por meio de procedimentos automatizados:

I - se instituição domicílio, efetivar tempestivamente os créditos nas contas dos usuários recebedores, bem como para identificar os créditos não realizados (com os respectivos motivos);

II - se credenciador, conciliar os valores a pagar com as informações de efetivação ou rejeição dos créditos nas contas dos usuários recebedores.

§ 3º A avaliação da aptidão de que trata o caput deve considerar, ainda, a existência de procedimentos de contingência, compatíveis com o perfil e porte operacional da instituição, para a execução dos seus processos internos relacionados à sistemática de compensação e de liquidação centralizada, em conformidade com o disposto no art. 20 da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e no art. 4º da Circular nº 3.681, de 4 de novembro de 2013, aplicáveis, respectivamente, às instituições financeiras e às instituições de pagamento.

§ 4º Os procedimentos de contingência de que trata o § 3º devem ser documentados e testados, sendo que tanto a documentação desses procedimentos quanto o resultado de seus testes devem ser mantidos à disposição do BCB, por pelo menos 5 anos.

Art. 4º As instituições domicílio e os credenciadores devem manter à disposição do BCB, por no mínimo 5 anos, as evidências da adequada execução de seus processos internos relacionados à sistemática de compensação e de liquidação centralizada, de que são exemplo:

I - se instituição domicílio, os extratos das contas utilizadas nos testes integrados;

II - se credenciador, aquelas informações bastantes para demonstrar o tratamento adequado das informações de retorno providas pelas instituições domicílio, com a baixa das transações liquidadas e o acompanhamento das transações rejeitadas.

Art. 5º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO TÚLIO VILELA
Chefe

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DO DIRETOR
Em 1º de novembro de 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2015/2027
Reg. Col. nº 9972/2015

Acusados	Advogados
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A	Nelson Eizirik - OAB/RJ nº 38.730
José Carlos Lopes Xavier De Oliveira	Luiz Hermano Caldeira Spalding - OAB/RJ nº 34.185
Fabricio Dulcetti Neves	Luiz Alfredo Paulin - OAB/SP nº 68.646
André Barbieri Perpétuo	Luiza Rangel de Moraes - OAB/RJ nº 21.509
Cristiano Giorgi Muller Carioba Arndt	Gisele Gonçalves de Menezes Emídio - OAB/SP nº 179.657
Leandro Ecker	Gloria Maria Cunha de Macedo Soares - OAB/SP - nº 88.352-B Luiza Rangel de Moraes - OAB/RJ nº 21.509
Alexej Predtechensky	Luiz Otávio Piclum Villela - OAB/RJ nº 95.478 João Carlos de Andrade Uzêda Accioly - OAB/RJ nº 152.983

Acusados: BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.
JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA
FABRICIO DULCETTI NEVES
ANDRÉ BARBIERI PERPÉTUO
CRISTIANO GIORGI MULLER CARIOBA ARNDT
LEANDRO ECKER
ALEXEJ PREDTECHENSKY
Assunto: Pedido de produção de provas
Diretor-Relator: Gustavo Machado Gonzalez

1. Trata-se de processo administrativo sancionador instaurado pela Superintendência de Relações com Investidores Institucionais ("SIN") em face de FABRIZIO DULCETTI NEVES, ANDRE BARBIERI PERPÉTUO, CRISTIANO GIORGI MULLER CARIOBA ARNDT, LEANDRO ECKER E ALEXEJ PREDTECHENSKY, BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A e JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA. Os cinco primeiros defendentes são acusados de terem realizado operações fraudulentas no mercado de valores mobiliários, prática definida no item II, letra "c", da Instrução CVM n° 8/1979 e vedada pelo item I daquela mesma instrução. Os defendentes BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A e JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA, por sua vez, são acusados de ter infringido o art. 65, inciso VI, c/c o art. 71, inciso II, "b", ambos da Instrução CVM n° 409/2004, e os itens 1.2.1.1 e 1.2.1.3 do Plano Contábil dos Fundos de Investimento (COFI), instituído pela Instrução CVM n° 438/2006.

2. Em sua defesa (fls. 1859/1869), ALEXEJ PREDTECHENSKY solicita a produção de diversas provas. O pedido já foi parcialmente analisado pelo então Diretor-Relator em despacho de 28.03.2016 (fls. 2770/2773), que naquela oportunidade deferiu a solicitação para a CVM entrasse em contato com entidades internacionais.

3. Dando prosseguimento ao exame dos pedidos de produção de prova, passo a analisar os requerimentos restantes.

4. Em relação ao pedido de "traslado de peças de processo judicial no exterior devidamente traduzido para o vernáculo ou mesmo de peças da ação proposta pelo Postalis em face da BNY MELLON DTVM", tenho que as provas propostas não são relevantes para o presente processo.

5. No que se refere a processos que tramitaram em jurisdição alienígena, o próprio acusado salientou em sua defesa que as autoridades norte-americanas não o indiciaram ou denunciaram, sendo certo que as respectivas decisões, já publicadas e constantes dos autos, não analisaram a conduta imputada ao requerente.

6. Em relação à alegada ação movida por POSTALIS em face de BNY MELLON DTVM, entendo que se trata de exercício de pretensão reparatória que não contará com provas relacionadas à suposta conduta ilícita do acusado.

7. Não obstante, e tendo em vista que o presente processo administrativo tem natureza punitiva, é certo que o requerente tem a faculdade de apresentar as mencionadas provas, desde que o faça com celeridade.

8. Com efeito, os artigos 36 e 37 da Lei nº 9.784/1999, que rege o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, determinam ser dever do interessado a produção de prova documental sobre os fatos que tenha alegado, salvo aqueles existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, caso em que o dever recai sobre o órgão competente para a instrução.

9. Desta feita, cabe ao acusado providenciar as cópias dos processos mencionados e trazê-las aos autos. Esclareço, desde já, que, caso isso ocorra, a CVM irá tratá-las com o sigilo legal devido.

10. Em relação ao pedido de realização de perícia grafotécnica, noto que, em 23.02.2016, o próprio acusado anexou aos autos (i) parecer técnico com exame grafotécnico de perito datado de 16.02.2016 e (ii) parecer pericial documentoscópico datado de 28.01.2016 (fls. 2656/2761). Dessa forma, não mais subsiste o fundamento que suporta o pedido.

11. No que se refere ao pedido para que seja oficiada a AMICORP (B.V.I.) LTD. e intimada, na pessoa de seus representantes no Brasil, a fim de "esclarecer a utilização indevida do Spectra Trust e se o Sr. Alexej Predtechensky autorizou qualquer operação (...)", entendo que a medida se mostra desnecessária e impertinente. Em primeiro lugar, o acusado em sua defesa, já demonstrou ter realizado o questionamento à mencionada pessoa jurídica por meio de advogados estrangeiros e obtido, inclusive, documentos da requisitada. Em segundo lugar, não vejo como os representantes da empresa no Brasil poderiam prestar informações sobre relação mantida entre o acusado e a sociedade estrangeira.

12. Já JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA protesta em sua defesa (fls. 2411/2449) por todo tipo de prova admitido em Direito, e eventual oitiva de testemunhas, cujo rol se necessário, será apresentado posteriormente.

13. Indefiro a produção das provas solicitadas. Em primeiro lugar, porque, conforme se verifica na jurisprudência da CVM, do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional e do Superior Tribunal de Justiça, o acusado deve indicar de forma específica e fundamentada, as provas que pretende produzir já em sua defesa. Por conseguinte, os pedidos de genéricos de produção de prova podem ser prontamente indeferidos sem configurar cerceamento de defesa. Em segundo lugar, entendo que os autos já contam com elementos suficientes para esclarecer os fatos e verifico que até o momento o acusado não especificou que provas pretendia produzir.

14. Encaminho os autos à CCP para que proceda com a intimação do requerente e de seus advogados por meio de publicação no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 40 da Deliberação CVM nº 538/2008, e divulgação do presente despacho na rede mundial de computadores.

GUSTAVO MACHADO GONZALEZ

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº 26/2010 - AGRA Empreendimentos Imobiliários S.A.
Data: 21.11.2017 - terça-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Gustavo Borba
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: apurar a eventual utilização de informações privilegiadas em negócios realizados com ações da Agra Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Agra, ou "Companhia"), antes da divulgação dos fatos relevantes de 22.06.2008 e de 05.10.2008

Acusado	Advogado
Antonio Grisi Neto	Gloria Maria Cunha de Macedo Soares Porchat OAB/SP 88.325
Didier Maurice Klotz Astério Vaz Safatle	Raphael Nehin Corrêa OAB/SP 122.585
Diego Soares de Arruda	Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto OAB/SP 154.169
Carlos Augusto Curiati Bueno Marcelo Macedo Tavora de Castro	Jean Marcel Arakawa OAB/SP 156.869

Rio de Janeiro, 1º de novembro de 2017.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

PORTARIA Nº 10, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito do COAF.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF), no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do art. 6º do Regimento Interno do COAF, aprovado pela Portaria nº 330, de 18 de dezembro de 1998, considerando:

O Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

A Portaria MF nº 396, de 5 de setembro de 2017, que institui o Sistema Eletrônico de Informações no Ministério da Fazenda, resolve:

Art. 1º Adotar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como um dos sistemas de gestão de documentos e processos do COAF.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A implantação do SEI visa a atender os seguintes objetivos:

I - aprimorar a gestão documental e facilitar o acesso de servidores e cidadãos a informações;

II - propiciar celeridade, segurança e economicidade aos procedimentos;

III - permitir a integração com sistemas de processo eletrônico de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

IV - promover a integridade e a confiabilidade dos dados e das informações disponíveis;

V - favorecer a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e

VI - promover a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e comunicação.

Art. 3º Caberá à Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional (CODES) a gestão do SEI no âmbito do COAF.

Art. 4º O SEI deverá ser utilizado para produzir, editar, assinar, tramitar, receber e concluir documentos e processos, ressalvado o disposto no artigo 10.

CAPÍTULO II

DO ACESSO E CADASTRAMENTO

Art. 5º Qualquer pessoa poderá ter acesso aos processos e aos documentos no SEI, bem como acompanhar o trâmite dos processos, independentemente de cadastramento prévio, ressalvadas as hipóteses legais de restrição de acesso.

Parágrafo único. O acesso a processos públicos será disponibilizado no Portal do COAF na internet, sem necessidade de cadastramento.

Art. 6º O usuário externo poderá:

I. visualizar o processo a que tenha sido autorizado o acesso; e

II. assinar eletronicamente contrato, convênio, acordo e outros instrumentos autorizados;

III. inserir documentos permitidos pelo sistema.

§1º Considera-se usuário externo a pessoa autorizada, mediante cadastramento prévio, a acessar ou atuar em processos eletrônicos do SEI de que seja parte interessada ou seu representante.

§ 2º O cadastramento de acesso ao sistema é responsabilidade da COGRL/SPOA, nos termos das suas normas.

§ 3º O cadastramento de usuário externo no sistema dar-se-á a partir do preenchimento e envio de solicitação em formulário eletrônico disponibilizado no Portal do Ministério da Fazenda na Internet, bem como do encaminhamento da documentação pertinente à COGRL/SPOA.

§ 4º Os documentos de cadastramento serão juntados no processo a que se refiram.

§ 5º O acesso a processo administrativo será concedido pelo COAF.

§ 6º O COAF poderá solicitar a qualquer tempo o comparecimento do usuário externo às dependências do órgão, munido do original de seu documento de identidade oficial, ou o encaminhamento de solicitação assinada digitalmente com certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ELETRÔNICO

Art. 7º Todos os documentos no âmbito do SEI integrarão processos eletrônicos.

§ 1º Os documentos produzidos originariamente no SEI e juntados aos processos eletrônicos serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 2º Os documentos digitalizados juntados aos processos eletrônicos no SEI terão a mesma força probante do documento físico apresentado.

Art. 8º Os documentos recebidos a partir da implantação do SEI no COAF, independentemente da sua forma de envio, deverão ser registrados eletronicamente.

§ 1º Os documentos internos e externos necessários à instrução dos processos administrativos punitivos serão digitalizados e inseridos no SEI, em sua integralidade.

§ 2º Os processos administrativos punitivos serão registrados com o nível de acesso restrito.

§ 3º Os documentos que contenham informações sigilosas ou de acesso restrito deverão ser registrados no SEI com a sinalização do adequado nível de acesso.

Art. 9º Em caso de impossibilidade técnica de produção dos documentos no SEI, para questões urgentes que não possam esperar o restabelecimento do sistema, estes poderão ser produzidos em suporte físico e assinados de próprio punho, podendo receber numeração manual sequencial provisória e, quando do retorno da disponibilidade do sistema, devem ser imediatamente digitalizados e inseridos no SEI.

Art. 10. Não serão digitalizados ou inseridos no SEI:

I - documentos e processos protegidos por sigilo legal, ressalvados os processos administrativos punitivos;

II - documentos e processos classificados em grau de sigilo, conforme os arts. 23 e 24 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - requisições e trocas de informações com autoridades competentes e pessoas obrigadas de que trata a Lei nº 9.613/1998;

IV - denúncias relacionadas à suspeição ou prática de infrações penais.

V - jornais, revistas, livros, propagandas e demais materiais que não se caracterizam como documento arquivístico;

VI - correspondências particulares.

Parágrafo único. O disposto nos incisos V e VI não se aplica a documentos que sejam submetidos ou relacionados ao propósito de instrução de processos administrativos.

CAPÍTULO IV

DA ASSINATURA ELETRÔNICA

Art. 11. Os documentos eletrônicos produzidos no SEI têm garantia de autoria, autenticidade e integridade asseguradas, mediante utilização de assinatura eletrônica.

§ 1º A assinatura eletrônica no SEI será realizada por nome de usuário e senha ou por certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e importará aceitação das normas sobre o assunto.

§ 2º O nome de usuário e senha, bem como o certificado digital, são de uso pessoal e intransferível, sendo o titular responsável por sua guarda e sigilo e utilização de sua assinatura eletrônica.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. A autenticidade de documentos gerados no SEI poderá ser conferida em endereço na Internet indicado no próprio documento, com uso dos códigos de verificação informados na tarja de assinatura.

Art. 13. Os atos processuais praticados no SEI serão considerados realizados no dia e hora da respectiva assinatura eletrônica.

Art. 14. Documentos e processos recebidos ou já existentes, em suporte físico, deverão ser convertidos para meio digital, conforme orientações da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (COGRL/SPOA), disponibilizadas no endereço eletrônico http://fazenda.gov.br/sei.

§ 1º A Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional (CODES) será responsável por definir os procedimentos de conversão dos documentos e sua inserção nos processos no âmbito do COAF.

§ 2º Os processos abertos ou instaurados a partir da entrada em vigor desta Portaria tramitarão exclusivamente no SEI.

§ 3º A inserção no SEI dos processos administrativos punitivos em suporte físico em andamento será condicionada à comunicação das partes.

Art. 15. O encerramento do processo em suporte físico e a abertura do correspondente processo eletrônico devem ser realizados por meio do Termo de Encerramento de Trâmite Físico de Processo, de acordo com modelo disponível no SEI.

Parágrafo único. O termo a que se refere o caput deve ser produzido e assinado eletronicamente no SEI e inserido após o processo digitalizado, bem como impresso e inserido como último documento do processo em suporte físico.

Art. 16. Os originais dos documentos e processos digitalizados devem ser mantidos na CODES até o prazo definido em cronograma de transferência para o Arquivo Geral.

Art. 17. Os casos omissos e excepcionais serão apresentados pelo Secretário-Executivo à decisão do Presidente do COAF.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GUSTAVO RODRIGUES

SECRETARIA-EXECUTIVA

DECISÃO Nº 88, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000163/2016-77

INTERESSADA: SAFEWAY MOTOS LTDA. CNPJ: 32.224.651/0001-51

PROCURADOR: ROBERTO DÓRIA JUNIOR

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017

RELATOR: CONSELHEIRO GERSON D"AGORD SCHAAN

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 88, de 18/10/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Safeway Motos Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o artigo 12, inciso II, alínea "c", e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 do março de 1998, pela infração ao inciso IV do artigo 10, da mesma Lei, combinado com o art. 8º da Resolução Coaf nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram ponderadas a efetivação do cadastro da empresa no COAF, o porte, e o pouco comprometimento demonstrado com a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 89, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000086/2014-93

INTERESSADOS: AUTOMIAMI COMERCIAL LTDA. - EPP, CNPJ 04.001.669/0001-59; SILVIO ROBERTO ANSPACH JÚNIOR CPF 082.058.888-17; RENATO JOSÉ CHAMLIAN CPF 254.852.948-71; e JOÃO JORGE CHAMLIAN CPF 257.572.008-71.

PROCURADOR: ALBERTO TICHAUER - OAB/SP 194.909

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017

RELATOR DO VOTO DIVERGENTE: CONSELHEIRO GERSON D"AGORD SCHAAN

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 89, de 18/10/2017, e intimar as partes do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não comunicação de operação passível de comunicação ao COAF (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, nos termos do voto divergente do Conselheiro Gerson D"Agord Schaan, decidiu, por maioria, pela responsabilidade administrativa dos interessados Automiami Comercial Ltda. - EPP, Silvio Roberto Anspach Júnior, Renato José Chamlian e João Jorge Chamlian, aplicando-lhes as penalidades a seguir individualizadas:

a) para Automiami Comercial Ltda. - EPP: multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso IV, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), equivalente a 10% do valor da parcela em espécie da operação não comunicada, pela infração ao disposto no artigo 11, inciso II, alínea "a", da mesma Lei, combinado com o artigo 4º, inciso I da Resolução COAF nº 25de 16 de Janeiro de 2013.

b) para Silvio Roberto Anspach Júnior: multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso IV, da Lei nº 9.613 de 1998, no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), equivalente a 5% do valor da parcela em espécie da operação não comunicada, pela infração ao disposto no artigo 11, inciso II, alínea "a", da mesma Lei, combinado com o artigo 4º, inciso I da Resolução COAF nº 25 de 2013.

c) para Renato José Chamlian: multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso IV, da Lei nº 9.613 de 1998, no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), equivalente a 2,5% do valor da parcela em espécie da operação não comunicada, pela infração ao disposto no artigo 11, inciso II, alínea "a", da mesma Lei, combinado com o artigo 4º, inciso I da Resolução COAF nº 25 de 2013.

d) para João Jorge Chamlian: multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso IV, da Lei nº 9.613 de 1998, no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), equivalente a 2,5% do valor da parcela em espécie da operação não comunicada, pela infração ao disposto no artigo 11, inciso II, alínea "a", da mesma Lei, combinado com o artigo 4º, inciso I da Resolução COAF nº 25 de 2013.

Em seu voto, o Conselheiro Gerson D"Agord Schaan concordou com o voto do Relator, o Conselheiro Gustavo da Silva Dias, quanto:

i) à caracterização da infração ao artigo 11, inciso II, alínea "a" da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, combinado com o artigo 4º, inciso I da Resolução COAF nº 25, de 2013;

ii) à responsabilidade administrativa dos interessados;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

iii) à dosimetria das penalidades aplicadas para Automiami Comercial Ltda. - EPP e para Silvio Roberto Anspach Júnior; e

iv) ao prazo de 90 (noventa) dias para saneamento da infração apontada.

Porém, divergiu especificamente, no que respeita à dosimetria das penas aplicadas aos interessados Renato José Chamlian e João Jorge Chamlian, por entender que deveria ser também sopesada, ao arbitrar-se o valor das multas aplicadas, a participação no capital social de cada um desses sócios administradores à época dos fatos em exame, conforme julgados anteriores do Conselho. Registrou ainda que tal quinhão era de 25% para cada um.

Acompanharam o voto divergente, além do Presidente do Conselho, os Conselheiros André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna. O Conselheiro Relator, bem como os Conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, Flávia Maria Valente Carneiro, Gabriel Boff Moreira e Luiz Roberto Ungaretti de Godoy restaram vencidos.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, os interessados: (a) deverão efetuar o recolhimento das multas, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderão interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação dos intimados e encontra-se à disposição das partes ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 90, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.00009/2016-03

INTERESSADA: S.A.S COMÉRCIO DE JOIAS E RELÓGIOS EIRELI - EPP - CNPJ 12.432.919/0001-33

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017

RELATOR: CONSELHEIRO GUSTAVO DA SILVA DIAS

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 90, de 18/10/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de S.A.S Comércio de Joias e Relógios Eireli - EPP, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o artigo 12, inciso II, alínea "c", e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 do março de 1998, pela infração ao inciso IV do artigo 10, da mesma Lei, combinado com o art. 16 da Resolução COAF nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade, o porte da empresa, a efetivação do cadastro no COAF, ainda que tardiamente, e a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, Gerson D"Agord Schaan, André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 91, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000019/2017-11

INTERESSADOS: ANDREIA RODRIGUES SANTOS - ME, CNPJ Nº 03.092.607/0001-37; E ANDREIA RODRIGUES SANTOS, CPF Nº 922.094.599-15.

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017

RELATOR: CONSELHEIRO GUSTAVO DA SILVA DIAS

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 91, de 18/10/2017, e intimar as partes do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Andreia Rodrigues Santos - Me e de Andreia Rodrigues Santos, aplicando-lhes o total em multas pecuniárias de R$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo R$ 1.000,00 (hum mil reais) à empresa Andreia Rodrigues Santos - Me e R$ 1.000,00 (hum mil reais) à sócia administradora Andreia Rodrigues Santos, de acordo com o artigo 12, inciso II, alínea "c", e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613/1998, pela infração ao inciso IV do art. 10, da mesma Lei, combinado com o art. 16 da Resolução COAF nº 23/2012.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade, o porte da empresa, a efetivação do cadastro no COAF, ainda que tardiamente, e a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, Gerson D"Agord Schaan, André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, os interessados: (a) deverão efetuar o recolhimento das multas, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderão interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação dos intimados e encontra-se à disposição das partes ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 92, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000017/2017-22

INTERESSADOS: CARMEM JOIAS LTDA. - ME, CNPJ Nº 11.398.350/0001-74; CARMEM LUCIANA MOREIRA LAMPERT, CPF Nº 819.344.329-20.

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017

RELATOR: CONSELHEIRO GUSTAVO DA SILVA DIAS

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 92, de 18/10/2017, e intimar as partes do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Carmem Joias Ltda. - Me e de Carmem Luciana Moreira Lampert, aplicando-lhes o total em multas pecuniárias de R$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo R$ 1.000,00 (hum mil reais) à empresa Carmem Joias Ltda. - Me e R$ 1.000,00 (hum mil reais) à sócia administradora Carmem Luciana Moreira Lampert, de acordo com o artigo 12, inciso II, alínea "c", e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613/1998, pela infração ao inciso IV do art. 10, da mesma Lei, combinado com o art. 16 da Resolução COAF nº 23/2012.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade, o porte da empresa, a efetivação do cadastro no COAF, ainda que tardiamente, e a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, Gerson D"Agord Schaan, André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, os interessados: (a) deverão efetuar o recolhimento das multas, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderão interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação dos intimados e encontra-se à disposição das partes ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 96, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000159/2016-17

INTERESSADA: T P MOTOS E PEÇAS LTDA., CNPJ 46.061.263/0001-01

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017

RELATOR: CONSELHEIRO GERSON D"AGORD SCHAAN

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 96, de 18/10/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de T P Motos e Peças Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o artigo 12, inciso II, alínea "c", e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 do março de 1998, pela infração ao inciso IV do artigo 10, da mesma Lei, combinado com o art. 8º da Resolução Coaf nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram ponderadas a efetivação do cadastro da empresa no COAF, o porte, e o pouco comprometimento demonstrado com a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo e os julgados anteriores.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 97, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000165/2016-66

INTERESSADA: VITÓRIA CAMINHÕES LTDA., CNPJ 23.668.907/0001-29

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017

RELATOR: CONSELHEIRO GERSON D"AGORD SCHAAN

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 97, de 18/10/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Vitória Caminhões Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o artigo 12, inciso II, alínea "c", e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 do março de 1998, pela infração ao inciso IV do artigo 10, da mesma Lei, combinado com o art. 8º da Resolução Coaf nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram ponderadas a efetivação do cadastro da empresa no COAF, o porte, e o pouco comprometimento demonstrado com a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECISÃO Nº 99, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000126/2016-69

INTERESSADA: PARIS MASTER COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE BIJUTERIAS & PRESENTES LTDA. - ME, CNPJ 07.725.523/0001-44

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017.

RELATOR: CONSELHEIRO GUSTAVO DA SILVA DIAS

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 99, de 18/10/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Paris Master Comércio e Importação de Bijuterias & Presentes Ltda. - Me, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), equivalente a 0,01% do valor da multa estabelecida no art. 12, inciso II, alínea "c"e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 do março de 1998, pela infração ao inciso IV do artigo 10, da mesma Lei, combinado com o art. 16 da Resolução Coaf nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Para a decisão, foi ponderado o setor de atividade da empresa, a efetivação de seu cadastro no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo e a dosimetria aplicada pelo Plenário.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, Gerson D"AgordSchaan, André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 100, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000127/2016-11

INTERESSADA: PARIS PÁTIO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE BIJUTERIAS & PRESENTES LTDA. - ME, CNPJ 16.699.343/0001-26

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017.

RELATOR: CONSELHEIRO GUSTAVO DA SILVA DIAS

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 100, de 18/10/2017, e intimar aparte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Paris Pátio Comércio e Importação de Bijuterias & Presentes Ltda. - Me, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), equivalente a 0,01% do valor da multa estabelecida no art. 12, inciso II, alínea "c"e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 do março de 1998, pela infração ao inciso IV do artigo 10, da mesma Lei, combinado com o art. 16 da Resolução Coaf nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Para a decisão, foi ponderado o setor de atividade da empresa, a efetivação de seu cadastro no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo e a dosimetria aplicada pelo Plenário.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, Gerson D"AgordSchaan, André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 101, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000024/2015-62

INTERESSADA: SAN MARCO COMÉRCIO DE RELÓGIOS, JOIAS E ARTIGOS PARA PRESENTE LTDA., CNPJ 18.928.281/0001-02

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017

RELATOR: CONSELHEIRO GUSTAVO DA SILVA DIAS

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 101, de 18/10/2017, e intimar a parte o processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de San Marco Comércio de Relógios, Joias e Artigos para Presente Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o artigo 12, inciso II, alínea "c", e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 do março de 1998, pela infração ao inciso IV do artigo 10, da mesma Lei, combinado com o art. 16 da Resolução COAF nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade, o porte da empresa, a efetivação do cadastro no COAF, ainda que tardiamente, e a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, Gerson D"Agord Schaan, André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 106, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000109/2016-21

INTERESSADA: J L SOLUÇÕES FOMENTO COMERCIAL FACTORING LTDA. - ME, CNPJ 20.657.337/0001-83

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017

RELATOR: CONSELHEIRO GERSON D"AGORD SCHAAN

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 106, de 18/10/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Fomento Comercial (Factoring) - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração não caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pelo arquivamento do Processo Administrativo Punitivo, sem aplicação de sanção à J L Soluções Fomento Comercial Factoring Ltda., considerando o encerramento das atividades da empresa.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 107, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000065/2016-30

INTERESSADA: SV PRIMO EIRELI - ME, CNPJ Nº 10.310.965/0001-34

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017

RELATOR: CONSELHEIRO GUSTAVO DA SILVA DIAS

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 107, de 18/10/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de SV Primo Eireli - Me, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), de acordo com o artigo 12, inciso II, alínea "c", e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 do março de 1998, pela infração ao inciso IV do artigo 10, da mesma Lei, combinado com o art. 16 da Resolução COAF nº 23, de 20 de dezembro de 2012.

Para a decisão, foram ponderadas a inércia em não se cadastrar, apesar de alertada, e a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Votou, também, pelo estabelecimento do prazo de 30 (trinta) dias para saneamento das infrações apontadas.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, Gerson D"Agord Schaan, André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação do intimado e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

DECISÃO Nº 109, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000099/2016-24

INTERESSADA: VIACAR VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 08.316.976/0001-80

SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017

RELATOR: CONSELHEIRO GUSTAVO DA SILVA DIAS

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 109, de 18/10/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Viacar Veículos Peças e Serviços Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram ponderadas a efetivação do cadastro da empresa no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo, o porte da empresa e a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Votou, também, pelo estabelecimento do prazo de 30 (trinta) dias para saneamento da infração apontada.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, Gerson D"Agord Schaan, André Luiz Carneiro Ortegal, Marcus Vinicius de Carvalho, Gabriel Boff Moreira, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário-Executivo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

PORTARIA Nº 167, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA (ESAF), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 23 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 106, de 3 de junho de 2008, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto- Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Diretores para assinar contratos relativos às atividades inerentes às suas respectivas diretorias, bem como declarar situações de inexigibilidade ou dispensa de licitação.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.756, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, que dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no caput e no § 4º do art. 70 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nos arts. 44 e 50 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, nos arts. 1.583 a 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, no § 4º do art. 9º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, no art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, no art. 4º da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no inciso II do § 2º do art. 4º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, nos arts. 2º e 3º da Lei nº 13.315, de 20 de julho de 2016, e no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei nº 13.428, de 30 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Os arts. 6º, 7º, 10, 11, 19, 22, 24, 30, 49, 53 e o título que o antecede, 54, 55 e o título que o antecede, 56, 60, 62, 65 e o título que o antecede, a Seção II do Capítulo XIV, e os arts. 67, 68 e o título que o antecede, 69, 74, 80, 90, 94, 95, 97, 104 e 107 da Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º .....

.....

II - proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos por pessoas físicas com moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados de doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida (Aids), e fibrose cística (mucoviscidose), comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, devendo ser fixado o prazo de validade do laudo pericial no caso de moléstias passíveis de controle, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma, observado o disposto no § 4º;

III - valores recebidos a título de pensão, quando o beneficiário desse rendimento estiver acometido de doença relacionada no inciso II do caput, exceto a decorrente de moléstia profissional, comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, devendo ser fixado o prazo de validade do laudo pericial no caso de moléstias passíveis de controle, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da concessão da pensão, observado o disposto no § 4º;

.....

VI - pensão especial recebida por pessoa física com deficiência física conhecida como "Síndrome da Talidomida", quando dela decorrente;

.....

XI - rendimentos percebidos pelas pessoas físicas decorrentes de seguro-desemprego, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-acidente, pagos pela previdência oficial da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e pelas entidades de previdência complementar, observado o disposto no § 7º; e

.....

§ 4º .....

.....

II - aos rendimentos recebidos acumuladamente por pessoa física com moléstia grave, desde que correspondam a proventos de aposentadoria, reforma ou pensão, ainda que se refiram a período anterior à data em que foi contraída a moléstia grave; e

III - à complementação de aposentadoria, reforma ou pensão recebida por pessoa física com moléstia grave.

.....

§ 5º .....

.....

II - a qualificação da pessoa física com moléstia grave;

III - o diagnóstico da moléstia (descrição; CID-10; elementos que o fundamentaram; a data em que a pessoa física é considerada com moléstia grave, nos casos de constatação da existência da doença em período anterior à emissão do laudo);

IV - caso a moléstia seja passível de controle, o prazo de validade do laudo pericial ao fim do qual a pessoa física com moléstia grave provavelmente esteja assintomática; e

.....

§ 7º Para fins do disposto no inciso XI do caput, o rendimento decorrente de auxílio-doença, de natureza previdenciária, não se confunde com o decorrente de licença para tratamento de saúde, de natureza salarial, sobre o qual incide o IRPF." (NR)

"Art. 7º .....

.....

IX - valores recebidos por pessoa física com deficiência física conhecida como "Síndrome da Talidomida", quando dela decorrente; e

..... (NR)"

"Art. 10. .....

.....

II - ganho de capital auferido na alienação do único imóvel que o titular possua, cujo valor de alienação seja de até R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), desde que não tenha sido realizada qualquer outra alienação nos últimos 5 (cinco) anos, observado o disposto no inciso I do § 1º e nos §§ 3º e 6º;

III - ganho de capital auferido por pessoa física residente no País na venda de imóveis residenciais, desde que o alienante, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da celebração do contrato, aplique o produto da venda na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, observado o disposto no § 4º;

.....

§ 4º A inobservância das condições previstas no inciso III do caput implicará exigência do imposto com base no ganho de capital acrescido de:

I - juros de mora, calculados a partir do 2º (segundo) mês subsequente ao do recebimento do valor ou de parcela de valor do imóvel vendido; e

II - multa, de mora ou de ofício, calculada a partir do 2º (segundo) mês seguinte ao do recebimento do valor ou de parcela do valor do imóvel vendido, se o imposto não for pago no prazo de até 210 (duzentos e dez) dias, contado da data da celebração do contrato.

§ 5º Para efeitos da apuração do limite de que trata o inciso VIII do caput, a conversão para dólares dos Estados Unidos da América será feita na data de cada alienação.

§ 6º Para fins do disposto no inciso II do caput, na hipótese de o bem ter sido adquirido por cônjuges casados obrigatoriamente sob o regime de separação de bens, esses requisitos devem ser verificados individualmente, por cônjuge, observada a parcela do preço que lhe couber." (NR)

"Art. 11. .....

.....

X - as remessas destinadas ao exterior para fins educacionais, científicos ou culturais, inclusive para pagamento de taxas escolares, de taxas de inscrição em congressos, conclaves, seminários ou assemelhados e de taxas de exame de proficiência, bem como as remessas efetuadas por pessoas físicas residentes no País para cobertura de despesas médico-hospitalares com tratamento de saúde, no exterior, do remetente ou de seus dependentes;

.....

XIV - os rendimentos recebidos pelos condomínios residenciais constituídos nos termos da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, limitado a R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por ano-calendário, e desde que sejam revertidos em benefício do condomínio para cobertura de despesas de custeio e de despesas extraordinárias, estejam previstos e autorizados na convenção condominial, não sejam distribuídos aos condôminos e decorram:

a) de uso, aluguel ou locação de partes comuns do condomínio;

b) de multas e penalidades aplicadas em decorrência de inobservância das regras previstas na convenção condominial; ou

c) de alienação de ativos detidos pelo condomínio.

.....

§ 5º A bolsa de estímulo à inovação concedida nos termos do art. 9º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, caracteriza-se como doação, não configura vínculo empregatício, não caracteriza contraprestação de serviços nem vantagem para o doador." (NR)

"Art. 22. .....

.....

XII - multas e quaisquer outras vantagens pagas ou creditadas por pessoa jurídica em virtude de infração a cláusula de contrato, sem gerar a sua rescisão, observado o disposto no art. 22-A;

....." (NR)

"Art. 24. .....

.....

§ 4º As importâncias descontadas em folha a título de pensão alimentícia em face das normas do direito de família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, não estão sujeitas à retenção na fonte, devendo o beneficiário da pensão efetuar o recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), se for o caso.

....." (NR)

"Art. 30. Para determinação da base de cálculo sujeita ao recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão) de que trata o Capítulo IX, no caso de rendimentos de aluguéis de imóveis pagos por pessoa física, devem ser observadas as mesmas disposições previstas nos arts. 31 a 35.

....." (NR)

"Art. 49. .....

.....

§ 4º Em relação aos RRA a título complementar, a opção de que trata o art. 41:

....." (NR)

"CAPÍTULO IX

DO RECOLHIMENTO MENSAL OBRIGATÓRIO ("CARNÊ-LEÃO")

Seção I

Da Sujeição ao Recolhimento Mensal Obrigatório

Art. 53. .....

.....

§ 2º Os rendimentos sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão) recebidos por pessoas consideradas dependentes do contribuinte são submetidos à tributação como rendimentos próprios.

....." (NR)

"Art. 54. Os rendimentos sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão) devem integrar a base de cálculo do imposto na DAA, sendo o imposto pago considerado antecipação do apurado nessa declaração." (NR)

"Seção II

Da Base de Cálculo do Recolhimento Mensal Obrigatório

Art. 55. O recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), relativo aos rendimentos recebidos no ano-calendário de pessoas físicas ou de fontes situadas no exterior, será calculado com base nos valores das tabelas progressivas mensais constantes do Anexo II desta Instrução Normativa." (NR)

"Art. 56. Para a determinação da base de cálculo do recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), pode-se deduzir do rendimento tributável:

....." (NR)

"Art. 60. O reembolso total ou parcial, efetuado pela fonte pagadora em folha de salários, de parcelas mensais referentes a pagamentos feitos por pessoas físicas a empresas domiciliadas no País, destinados a coberturas de despesas médicas, odontológicas ou de hospitalização, e a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza, não constitui rendimento tributável, para fins de cálculo do IRPF, devendo ser, entretanto, observado o disposto no inciso II do § 3º do art. 94." (NR)

"Art. 62. .....

.....

XV - verbas recebidas a título de reembolso-babá (Ato Declaratório PGFN nº 1, de 2 de janeiro de 2014);

XVI - verbas recebidas a título de dano moral (Ato Declaratório PGFN nº 9, de 2011; Parecer PGFN/CRJ/Nº 2.123, de 2011); e

XVII - valores recebidos a título de aposentadoria, reforma ou pensão, quando o beneficiário for portador do gênero patológico "cegueira", seja ela binocular ou monocular, desde que devidamente caracterizada por definição médica (Ato Declaratório Executivo PGFN nº 3, de 30 de março de 2016).

.....

§ 3º .....

.....

II - .....

a) em atraso de verbas trabalhistas, independentemente da natureza destas (se remuneratórias ou indenizatórias), pagas no contexto da rescisão do contrato de trabalho, em reclamatória trabalhista ou não, observado o disposto no § 8º; e

b) de verbas que não acarretam acréscimo patrimonial ou que são isentas ou não tributadas (em razão da regra de que o acessório segue o principal); e

III - às verbas auferidas a título de indenização advinda por desapropriação, seja por utilidade pública ou por interesse social (Nota PGFN nº 1.114, de 14 de junho de 2012, item 69 de seu anexo).

.....

§ 6º O valor pago a título de auxílio-creche de que trata o inciso XIV do caput não pode ser deduzido da base de cálculo do imposto na DAA.

§ 7º O disposto no caput aplica-se sobre os proventos de aposentadoria, pensão ou reforma percebidos por pessoa física com moléstia grave, nos termos dos incisos II e III do art. 6º, independentemente da comprovação da contemporaneidade dos sintomas ou da recidiva da enfermidade (Parecer PGFN/CRJ nº 701, de 2016, e Ato Declaratório PGFN nº 5, de 3 de maio de 2016).

§ 8º O disposto na alínea "a" do inciso II do § 3º está direcionado apenas ao contexto da perda de emprego, não se destinando à extinção do contrato de trabalho decorrente de pedidos de demissão por iniciativa unilateral do empregado e abrange os juros referentes às verbas rescisórias em sentido amplo, desde que devidas por imposição prevista em lei, convenção ou acordo coletivo, abarcando, assim, além dos juros referentes às verbas rescisórias em sentido estrito, também as demais verbas trabalhistas devidas ao trabalhador, não adimplidas no curso do contrato do trabalho, e que deveriam ser quitadas no momento da homologação da rescisão do contrato de trabalho." (NR)

"Seção I

Do Cálculo do Imposto na Fonte e do Recolhimento Mensal Obrigatório

Art. 65. .....

.....

§ 2º O contribuinte que houver recebido rendimentos de fonte situada no exterior, incluídos na base de cálculo do recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), pode compensar o imposto pago nos países com os quais o Brasil possui acordos, convenções ou tratados internacionais ou naqueles em que haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos produzidos no Brasil, desde que não sujeitos à restituição ou compensação no país de origem, observado o seguinte:

....." (NR)

"Seção II

Do Prazo para o Recolhimento Mensal Obrigatório

....." (NR)

"Art. 67. .....

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

.....

§ 2º O imposto complementar pode ser retido, mensalmente, por uma das fontes pagadoras, pessoa jurídica, desde que haja concordância da pessoa física beneficiária." (NR)

"Seção I

Da Base de Cálculo

Art. 68. .....

.....

II - das deduções utilizadas na base de cálculo mensal ou pagas até o mês do recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), correspondentes às:

....." (NR)

"Art. 69. .....

§ 1º O recolhimento complementar a ser pago em determinado mês é a diferença entre o valor do imposto calculado na forma prevista neste artigo e a soma dos valores do imposto retido na fonte ou pago pelo contribuinte a título de recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), ou do recolhimento complementar efetuado em meses anteriores, se for o caso, e do imposto pago no exterior, incidentes sobre os rendimentos computados na base de cálculo, deduzidos os incentivos de que tratam os incisos I a VIII do caput do art. 80, observados os limites previstos nos §§ 1º a 3º desse mesmo artigo.

....." (NR)

"Art. 74.....

.....

§ 10. Na hipótese de adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de que trata a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, também deverão ser informados na DAA relativa ao ano-calendário de 2014 e posteriores, os recursos, bens e direitos de qualquer natureza constantes na declaração única para adesão ao referido regime.

§ 11. Os rendimentos, frutos e acessórios do aproveitamento, no exterior ou no País, dos recursos, bens ou direitos de qualquer natureza regularizados por meio do RERCT, obtidos no ano-calendário de 2015, deverão ser incluídos na DAA referentes ao ano-calendário de adesão e posteriores, aplicando-se o disposto no art. 138 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), se as retificações necessárias forem feitas até o último dia do prazo para adesão ao RERCT.

§ 12. Em função da reabertura do prazo para adesão ao RERCT, conforme previsto no art. 2º da Lei nº 13.428, de 30 de março de 2017, a pessoa física optante deverá apresentar à RFB a DAA do exercício de 2017, ano-calendário de 2016, em cuja ficha Bens e Direitos deverão constar as informações sobre os recursos, bens e direitos declarados na Dercat, observadas as regras previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.704, de 31 de março de 2017." (NR)

"Art. 80.....

.....

IV - as quantias referentes:

a) a investimentos feitos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre as referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os projetos de produção tenham sido aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), até o exercício de 2018, ano-calendário de 2017;

b) ao patrocínio à produção de obras cinematográficas brasileiras de produção independente cujos projetos tenham sido previamente aprovados pela Ancine, até o exercício de 2018, ano-calendário de 2017; e

c) à aquisição de cotas dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines), até o exercício de 2018, ano-calendário de 2017;

V - os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (ME), até o exercício de 2023, ano-calendário de 2022;

.....

VII - os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços relativos ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), até o exercício de 2021, ano-calendário de 2020;

VIII - os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços relativos ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD), até o exercício de 2021, ano-calendário de 2020;

IX - o imposto retido na fonte ou o pago (recolhimento mensal obrigatório e recolhimento complementar) correspondente aos rendimentos incluídos na base de cálculo;

....." (NR)

"Art. 90.....

.....

§ 3º No caso de filhos de pais separados:

I - o contribuinte pode considerar, como dependentes, os que ficarem sob sua guarda em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente; e

II - havendo guarda compartilhada, cada filho(a) pode ser considerado como dependente de apenas um dos pais.

....." (NR)

"Art. 94.....

.....

§ 3º.....

.....

II - fonte pagadora em folha de salários, referentes a pagamentos efetuados por pessoas físicas a entidades de que trata o § 1º.

.....

§ 14. São indedutíveis as despesas médicas pagas em determinado ano-calendário quando incorridas em ano-calendário anterior e referentes a dependente tributário relacionado apenas na DAA do ano-calendário em que se deu a despesa.

§ 15. Os pagamentos efetuados a médicos e a hospitais, assim como as despesas com exames laboratoriais, realizados no âmbito de procedimento de reprodução assistida por fertilização in vitro, devidamente comprovados, são dedutíveis somente na DAA do paciente que recebeu o tratamento médico." (NR)

"Art. 95. Consideram-se despesas médicas ou de hospitalização as despesas com instrução de pessoa física com deficiência física ou mental, condicionadas cumulativamente à:

....." (NR)

"Art. 97.....

.....

§ 4º A ausência de endereço em recibo médico é razão para ensejar a não aceitação desse documento como meio de prova de despesa médica, porém não impede que outras provas sejam utilizadas, a exemplo da consulta aos sistemas informatizados da RFB." (NR)

"Art. 104.....

.....

III - as despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora; e

IV - as importâncias pagas, devidas aos empregados em decorrência das relações de trabalho, ainda que não integrem a remuneração destes, caso configurem despesas necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora, observado o disposto no § 5º.

.....

§ 5º Na hipótese de convenções e acordos coletivos de trabalho, todas as prestações neles previstas e devidas ao empregado constituem obrigações do empregador e, portanto, despesas necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora.

§ 6º As despesas com vale-refeição, vale-alimentação e planos de saúde destinados indistintamente a todos os empregados, comprovadas mediante documentação idônea e escrituradas em livro Caixa, podem ser deduzidas dos rendimentos percebidos pelos titulares de serviços notariais e de registro para efeito de apuração do imposto sobre a renda mensal e na DAA.

§ 7º Os gastos com a contratação de serviço de carro-forte para transporte de numerários podem ser enquadrados como despesa de custeio, relativamente aos serviços notariais e de registro, sendo possível sua dedução na apuração do IRPF dos titulares desses serviços, desde que escriturados em livro Caixa e comprovados por meios hábeis e idôneos." (NR)

"Art. 107.....

.....

§ 1º O pagamento do imposto a título de recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), efetuado depois do vencimento, sem inclusão de juros e multa de mora, implica a obrigatoriedade do pagamento desses encargos, em Darf separado, utilizando-se o código 3244.

....." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, passa a vigorar acrescida dos arts. 22-A, 49-A e 83-A:

"Art. 22-A. A multa ou qualquer outra vantagem paga ou creditada por pessoa jurídica, ainda que a título de indenização, a beneficiária pessoa física, inclusive isenta, em virtude de rescisão de contrato, sujeita-se à incidência do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), sendo o imposto considerado como antecipação do devido em cada período de apuração."

"Art. 49-A. As despesas a que se referem os arts. 38 e 39 que tenham sido excluídas da base de cálculo do imposto sobre a renda incidente sobre RRA em montante maior do que o devido, na hipótese de devolução deste ao contribuinte, sua tributação será, no momento do recebimento, sob a forma de RRA, aplicando-se o disposto no art. 49."

"Art. 83-A. Nas hipóteses de redução de débitos já inscritos em Dívida Ativa da União bem como de redução de débitos objeto de pedido de parcelamento deferido, admitir-se-á a retificação da declaração tão somente após autorização administrativa, desde que haja prova inequívoca da ocorrência de erro no preenchimento da declaração, e enquanto não extinto o crédito tributário."

Art. 3º O item V do Anexo VII da Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - para o exercício de 2016, ano-calendário de 2015:

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R$)
Até 22.499,13	-	-
De 22.499,14 até 33.477,72	7,5	1.687,43
De 33.477,73 até 44.476,74	15	4.198,26
De 44.476,75 até 55.373,55	22,5	7.534,02
Acima de 55.373,55	27,5	10.302,70

"(NR)

Art. 4º O Anexo VII da Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, passa a vigorar acrescido do item VI:

"VI - a partir do exercício de 2017, ano-calendário de 2016:

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R$)
Até 22.847,76	-	-
De 22.847,77 até 33.919,80	7,5	1.713,58
De 33.919,81 até 45.012,60	15	4.257,57
De 45.012,61 até 55.976,16	22,5	7.633,51
Acima de 55.976,16	27,5	10.432,32

"

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 6º Fica revogado o art. 112 da Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

PORTARIA Nº 3.124, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de adicionais pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas a que se refere o inciso IV do art. 61, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 1.873, de 27 de maio de 1981, no inciso IV do art. 61 e nos arts. 68 a 70 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 12 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, na Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017, no Decreto nº 97.458, de 11 de janeiro de 1989, e na Orientação Normativa SEGRT/MP nº 4, de 14 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Os adicionais pertinentes ao exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas de que tratam o inciso IV do art. 61 e os arts. 68 a 70 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, serão concedidos, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na forma disciplinada por esta Portaria.

Art. 2º A alocação de servidor ou a atribuição de encargo ou atividade que acarrete a percepção dos adicionais de que trata esta Portaria deverá ser precedida de:

I - declaração de existência de créditos orçamentários emitida pela Unidade Pagadora (UPAG);

II - declaração do titular da unidade quanto à necessidade do serviço que justifique a realização da atividade insalubre, perigosa ou penosa; e

III - ratificação, pelo Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil, pelo Corregedor ou pelo Coordenador-Geral, conforme o caso, da declaração a que se refere o inciso II.

Art. 3º A concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores em exercício na RFB, quando houver exposição permanente ou habitual a agentes físicos, químicos ou biológicos, comprovada mediante laudo técnico elaborado nos termos das Normas Regulamentadoras nº 15 e nº 16, aprovadas pela Portaria MTE nº 3.214, de 8 de junho de 1978, caracterizada a exposição e demonstrada a justificativa, será realizada conforme o disposto na Orientação Normativa SEGRT/MP nº 4, de 14 de fevereiro de 2017.

Art. 4º O dirigente de unidade local que identificar elementos que possam caracterizar a exposição de servidores a agentes físicos, químicos ou biológicos que justificam o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade providenciará, nos termos da Orientação Normativa SEGRT/MP nº 4, de 2017, laudo técnico que deverá:

I - ser elaborado por servidor público da esfera federal, estadual, distrital ou municipal, ou militar, ocupante de cargo público ou posto militar de médico com especialização em medicina do trabalho, ou de engenheiro ou de arquiteto com especialização em segurança do trabalho;

II - referir-se ao ambiente de trabalho e considerar a situação individual de trabalho do servidor; e

III - identificar:

a) o local de exercício ou o tipo de trabalho realizado;

b) o agente nocivo à saúde ou o identificador do risco;

c) o grau de agressividade ao ser humano, com especificação:

1. do limite de tolerância conhecida, quanto ao tempo de exposição ao agente nocivo; e

2. do tempo de exposição do servidor aos agentes agressivos;

d) os graus de insalubridade e de periculosidade, com os respectivos percentuais aplicáveis ao local ou à atividade examinados; e

e) as medidas corretivas necessárias para eliminar ou neutralizar o risco, ou proteger contra seus efeitos.

§ 1º Se o laudo técnico não for emitido pelo servidor público a que se refere o inciso I do caput, a unidade local poderá contratar serviços de terceiros para sua emissão, desde que o emitente seja médico com especialização em medicina do trabalho ou engenheiro ou arquiteto com especialização em segurança do trabalho.

§ 2º Caberá ao dirigente da unidade local reavaliar os graus de riscos no mínimo a cada 3 (três) anos e providenciar, em caso de alteração destes, novo laudo técnico.

§ 3º O servidor público a que se refere o inciso I do caput deve encontrar-se no exercício do cargo público e no uso de suas atribuições por ocasião da elaboração do laudo técnico.

§ 4º Caso a RFB celebre convênio específico para a elaboração do laudo técnico a que se refere o caput, o dirigente de unidade local deverá solicitá-lo à unidade conveniada.

Art. 5º Antes de efetuar o pagamento de adicionais de periculosidade e de insalubridade a autoridade pagadora deverá conferir a exatidão da portaria de localização ou de exercício do servidor, da portaria de concessão do adicional e do laudo técnico de que trata o art. 4º.

Parágrafo único. Para fins de pagamento do adicional, será observada a data da portaria publicada mais recentemente dentre as de localização e de concessão, para ambientes já periciados e declarados insalubres ou perigosos, que deverão ser publicadas no Boletim de Serviço da RFB.

Art. 6º O pagamento dos adicionais de que trata o art. 1º será suspenso quando cessar o risco, atestado por novo laudo, ou o servidor for afastado do local ou da atividade que deu origem à concessão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Caso já ocorra pagamento dos adicionais a que se refere o art. 1º, o dirigente da unidade local deverá, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Portaria, analisar a necessidade de emissão de novo laudo técnico, em conformidade com a legislação vigente, de modo a garantir que o documento reflita a realidade do ambiente de trabalho.

Art. 7º O dirigente de unidade local que identificar elementos, independentemente de estarem ou não materializados em laudo técnico, que possam caracterizar a exposição de servidores a ruído excessivo, a produtos químicos tóxicos, a agentes biológicos, a produtos inflamáveis ou explosivos ou a operações perigosas com energia elétrica, entre outras hipóteses previstas nas Normas Regulamentadoras nº 15 e nº 16, aprovadas pela Portaria MTE nº 3.214, de 1978, deverá providenciar, com vistas à mitigação dos riscos, em conformidade o art. 7º da Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto nº 1.254, de 29 de setembro de 1994:

I - a identificação das atividades cuja realização não tenha que ocorrer em ambientes caracterizadores de insalubridade ou periculosidade; e

II - a realocação dos servidores que atuam nas atividades a que se refere o inciso I para ambientes não caracterizadores de insalubridade ou periculosidade.

§ 1º A realocação de que trata o inciso II do caput deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias da identificação dos elementos caracterizadores de insalubridade ou periculosidade.

§ 2º Na hipótese de a realocação de que trata o inciso II do caput não ser possível no âmbito dos referenciais orçamentários designados à unidade local, compete ao titular da unidade solicitar os recursos necessários, mediante justificação, à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil jurisdicionante, ficando o início do prazo de que trata o § 1º do caput condicionado à disponibilização dos referenciais orçamentários.

§ 3º Em caso de unidade aduaneira, o dirigente da unidade local deverá providenciar, além do disposto nos incisos I e II do caput, avaliação do dimensionamento das equipes diante do quantitativo de servidores de que trata o art. 8º.

Art. 8º A Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Portaria, definir o quantitativo de servidores por unidade aduaneira, de observância obrigatória, de modo a padronizar as equipes que atuam em portos, aeroportos e pontos de fronteira.

§ 1º O levantamento a que se refere o caput deverá conter:

I - a definição de critérios objetivos para dimensionamento de equipes;

II - o volume de trabalho sob responsabilidade de cada unidade aduaneira; e

III - as quantidades mínima e máxima de servidores, por cargo e horário de trabalho em cada unidade aduaneira.

§ 2º A definição do quantitativo de servidores a que se refere o caput deverá resultar na mitigação dos riscos e na redução do impacto orçamentário de eventuais adicionais decorrentes.

Art. 9º Respondem nas esferas administrativa, civil e penal os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento de adicionais em desacordo com a legislação vigente, com a Orientação Normativa SEGRT/MP nº 4, de 2017, e com o disposto nesta Portaria.

Art. 10. Fica a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) autorizada a expedir normas complementares a esta Portaria.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 12. Fica revogada a Portaria RFB nº 173, de 14 de fevereiro de 2017.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI.

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 293 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 10030.000485/0717-26, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: M. BENZ OF 1519 / GRAN MIDI (ônibus carroceria Mascarello) Versão: Ônibus M. BENZ OF 1519 / GRAN MIDI (transporte de passageiros) - capacidade 41 Capacidade de transporte: 41 (quarenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão a diesel
Cilindradas: 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 50,932 m³ Marca : Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz / Mercedes-Benz do Brasil Ltda. Ano/modelo: 2017/2017

Nome do veículo: M. BENZ OF 1519 / GRAN MIDI (ônibus carroceria Mascarello) Versão: Ônibus M. BENZ OF 1519 / GRAN MIDI (transporte de passageiros) - capacidade 41 Capacidade de transporte: 41 (quarenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão a diesel
Cilindradas: 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 50,932 m³ Marca : Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz / Mercedes-Benz do Brasil Ltda. Ano/modelo: 2017/2018

Nome do veículo: M. BENZ OF 1519 / GRAN MIDI (ônibus carroceria Mascarello) Versão: Ônibus M. BENZ OF 1519 / GRAN MIDI (transporte de passageiros) - capacidade 41 Capacidade de transporte: 41 (quarenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão a diesel
Cilindradas: 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 50,932 m³ Marca : Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz / Mercedes-Benz do Brasil Ltda. Ano/modelo: 2018/2018

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 293 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 10030.000487/0717-15, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: M. BENZ LO 916 / GRAN MICRO S2 (ônibus carroceria Mascarello) Versão: Ônibus M. BENZ LO 916 / GRAN MICRO S2 (transporte de passageiros) - capacidade 24 Capacidade de transporte: 24 (vinte e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão a diesel
Cilindradas: 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 34,399 m³ Marca : Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz / Mercedes-Benz do Brasil Ltda. Ano/modelo: 2017/2017

Nome do veículo: M. BENZ LO 916 / GRAN MICRO S2 (ônibus carroceria Mascarello) Versão: Ônibus M. BENZ LO 916 / GRAN MICRO S2 (transporte de passageiros) - capacidade 24 Capacidade de transporte: 24 (vinte e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão a diesel
Cilindradas: 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 34,399 m³ Marca : Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz / Mercedes-Benz do Brasil Ltda. Ano/modelo: 2017/2018

Nome do veículo: M. BENZ LO 916 / GRAN MICRO S2 (ônibus carroceria Mascarello) Versão: Ônibus M. BENZ LO 916 / GRAN MICRO S2 (transporte de passageiros) - capacidade 24 Capacidade de transporte: 24 (vinte e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão a diesel
Cilindradas: 4.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 34,399 m³ Marca : Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz / Mercedes-Benz do Brasil Ltda. Ano/modelo: 2018/2018

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 293 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 10030.000488/0717-60, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: M. BENZ O500R / ROMA R (ônibus carroceria Mascarello) Versão: Ônibus M. BENZ O500R (transporte de passageiros) - capacidade 43 Capacidade de transporte: 43 (quarenta e três) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão a diesel
Cilindradas: 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 57,836 m³ Marca : Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz / Mercedes-Benz do Brasil Ltda. Ano/modelo: 2017/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nome do veículo: M. BENZ O500R / ROMA R (ônibus carroceria Mascarello) Versão: Ônibus M. BENZ O500R (transporte de passageiros) - capacidade 43 Capacidade de transporte: 43 (quarenta e três) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão a diesel
Cilindradas: 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 57,836 m³ Marca : Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz / Mercedes-Benz do Brasil Ltda. Ano/modelo: 2017/2018

Nome do veículo: M. BENZ O500R / ROMA R (ônibus carroceria Mascarello) Versão: Ônibus M. BENZ O500R (transporte de passageiros) - capacidade 43 Capacidade de transporte: 43 (quarenta e três) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão a diesel
Cilindradas: 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 57,836 m³ Marca : Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz / Mercedes-Benz do Brasil Ltda. Ano/modelo: 2018/2018

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Baixa, de ofício, a inscrição no CNPJ sob o nº 14.325.553/0001-29.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13116.721150/2017-51, declara:

Art. 1º - BAIXADA, de ofício, no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica a inscrição 14.325.553/0001-29 da empresa R&J CONSTRUTORA CHAPOLIM LTDA - ME, em razão de não ter sido cadastrada no órgão de registro, conforme consulta ao sistema da Junta Comercial do Estado de Goiás, de acordo com o art. 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HIROSHIMI NAKAO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 146, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos dos processos que específica.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; art. 1º da Portaria SRF nº 841, de 29 de julho de 1993; e suas alterações e regulamentos; e ainda considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA/MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, declara:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento as mercadorias e aos veículos, objetos dos mesmos processos, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO I

Seq	Processo	Termo de Guarda Nº	Interessado	CPF/CNPJ Nº
01	13150.720182/2017-13	0130151-38769/17	Manoel Cândido Neto	103.505.861-87
02	13150.720182/2017-13	0130151-38769/17	Maurício Gomes da Luz	032.037.041-02
03	13150.720183/2017-68	0130151-38108/17	Edna de Alencar Lopes	009.775.581-85
04	13150.720100/2017-31	0130151-23379/17	Leandro da Silveira	970.280.961-49
05	13150.720034/2017-07	0130151-10888/17	Arias Gonzales Nector	_____
06	13150.720034/2017-07	0130151-10888/17	Oscar Jim Mid Dach Kauffman	710.498.061-07
07	13150.720040/2017-56	0130151-21856/17	Anderson Jhonni Moreira Lopes	004.545.521-06

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.036, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o Recurso Especial nº 1.230.957/RS, no âmbito da sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil (CPC), afastou a incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre o aviso prévio indenizado.

Em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota PGFN/CRJ nº 485, de 2016, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) encontra-se vinculada ao referido entendimento.

A jurisprudência vinculante não alcança o reflexo do aviso prévio indenizado no 13º salário (gratificação natalina), por possuir natureza remuneratória, conforme precedentes do próprio STJ.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA N.º 249 - COSIT, DE 23 DE MAIO DE 2017.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO.

A pessoa jurídica que apurar crédito relativo à contribuição previdenciária prevista no inciso I do artigo 22 da Lei nº 8.212, de 1991, poderá utilizá-lo na compensação de contribuições previdenciárias correspondentes a períodos subsequentes, ou requerer a restituição nos termos do Parecer Normativo Cosit/RFB nº 1, de 31 de março de 2017.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA N.º 362 - COSIT, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, inciso V; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, art. 3º; e Nota PGFN/CRJ nº 485, de 2016.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.037, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o Recurso Especial nº 1.230.957/RS, no âmbito da sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil (CPC), afastou a incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre o aviso prévio indenizado.

Em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota PGFN/CRJ nº 485, de 2016, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) encontra-se vinculada ao referido entendimento.

A jurisprudência vinculante não alcança o reflexo do aviso prévio indenizado no 13º salário (gratificação natalina), por possuir natureza remuneratória, conforme precedentes do próprio STJ.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA N.º 249 - COSIT, DE 23 DE MAIO DE 2017.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO.

A pessoa jurídica que apurar crédito relativo à contribuição previdenciária prevista no inciso I do artigo 22 da Lei nº 8.212, de 1991, poderá utilizá-lo na compensação de contribuições previdenciárias correspondentes a períodos subsequentes, ou requerer a restituição nos termos do Parecer Normativo Cosit/RFB nº 1, de 31 de março de 2017.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA N.º 362 - COSIT, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, inciso V; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, art. 3º; e Nota PGFN/CRJ nº 485, de 2016.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 33/2017, publicado no DOU-E de 18/10/2017, Seção 1, página 105:

Onde se lê: Art. 1º - Incluído no Regime Especial de Bebidas,

Leia-se: Art. 1º - Incluído no Regime Especial de Bebidas nº 02101/0010,

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Declara a nulidade do Ato Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, das pessoas jurídicas que menciona, por ter sido constatado vício no mesmo.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 302, inciso IX, e art. 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17.5.2012, c/c a Portaria SRFB nº 1.751, de 17 de dezembro de 2017 (DOU de 18/12/2015, seção 2, página 24), e com base no inciso II, e parágrafos 1º e 2º, do artigo 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (DOU de 09/05/2016, seção 1, pág.39), com observância da Ordem de Serviço SRRF03 nº6, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o que consta nos processos administrativos a seguir relacionados, declara:

NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ, conforme relação abaixo:

Nº PROCESSO	NOME DO MEI	Nº CNPJ
10380.721.143/2015-70	ALBERTO DOS SANTOS GOMES	15.121.606/0001-52
10384.720.654/2015-34	JOSÉ MARTINS DA SILVA	15.288.033/0001-56
10331.720.266/2015-79	DAMIÃO PIRES BARBOSA JUNIOR	23.112.706/0001-40
10331.720.267/2015-13	KARLLOS ALEXANDRE SOUSA PEREIRA	21.366.962/0001-39
10331.720.158/2015-87	CLECIO DE ALBUQUERQUE LIMA	21.238.467/0001-44
10510.721.292/2017-78	FELIPE MOTTA MACEIO	26.206.145/0001-37
17588.720.113/2017-21	TAIS DE MEDEIROS PEDREIRA	26.750.636/0001-44
13163.720.060/2017-88	RENATO DAL RI SAM MARCO	27.155.471/0001-25

Haja vista ter sido constatado vício no ato cadastral das supracitadas pessoas jurídicas.

INIDÔNEOS e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos por essas pessoas jurídicas, a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, conforme disciplina o § 2º do artigo 35 da supracitada instrução normativa.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, que menciona, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, DE FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos III e IX do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.5.2012, c/c a Portaria SRFB nº 1.751, de 17 de dezembro de 2017 (DOU de 18/12/2015, seção 2, página 24) e com base no inciso I e parágrafos 1º e 2º, do artigo 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (DOU de 09/05/2016, seção 1, página 39), e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10380.728286/2017-74, declara:

NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ de número 07.768.461/0001-58 (MATRIZ), por haver sido atribuído mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento de nome FRANCISCA LUCIANA VAZ ROCHA FERREIRA - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 07.867.538/0001-47 (MATRIZ).

Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos a partir de 01/12/2005, conforme disciplina o parágrafo 2º, do artigo 33, da supracitada instrução normativa.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS-MA, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 17, da Portaria DRF/SLS nº 112, de 5 de novembro de 2015, c/c o art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, considerando a decisão contida no processo nº 10320.723514/2011-39, declara:

Art. 1º A empresa, MINERACAO AURIZONA S/A, CNPJ Nº 42.422.048/0001-38, situada à Av. Coronel Colares Moreira, nº 1, Sala 920, Jardim Renascença, São Luís - MA, CEP 65.075-441, faz jus à redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0142/2011, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: MINERACAO AURIZONA S/A;

II - CNPJ da unidade produtiva: 42.422.048/0002-19;

III - Endereço da unidade produtora: Av. Principal, s/n, Bairro Aurizona, Godofredo Viana - MA, CEP 65285-000;

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1ºda Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais;

V - Condição onerosa atendida: Implantação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Da indústria extrativa de minerais metálicos, representados por complexos produtivos para o aproveitamento de recursos minerais da região. Extração de ouro.

VII - Atividade objeto da redução: Extração de minério de metais preciosos;

VIII - Capacidade instalada atual do empreendimento (anual): 1.866.298 (grama)

IX - Capacidade incentivada (anual): 100% da capacidade instalada;

X - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75% (setenta e cinco por cento)

XI - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/2011;

XII - Prazo total de fruição: 10 anos;

XIII - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2020;

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0142/2011, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 3º Este ADE entra em vigor na data da sua publicação.

ROOSEVELT ARANHA SABÓIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Declara de ofício, a nulidade da inscrição, por haver sido constatada irregularidades ou indícios de fraude no ato de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUIS-MA, no uso das atribuições previstas no artigo 253, combinado com o inciso VI, do artigo 243, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos Artigos 17 a 19, da Instrução Normativa RFB Nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e, considerando o que consta do processo administrativo nº10218.720594/2016-52, declara:

Art.1°- NULO, de ofício, no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ), a inscrição abaixo discriminada, tendo em vista a constatação de fraude, conforme apurado através do respectivo processo administrativo10320.724672/2016-11:

CNPJ 08 265 065/0001-70 DIAMED COMERCIO SERVICOS DE DIAGNOSTICO LTDA - ME

Art 2º. A declaração de nulidade produzirá efeitos retroativos à data da respectiva inscrição conforme dispõe o artigo 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 2015.

Art. 3º Este ADE entra em vigor na data da sua publicação.

ROOSEVELT ARANHA SABOIA

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 31 OUTUBRO DE 2017

Exclui Pessoa Jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SÃO LUIS - MA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 310, de 05 de setembro 2017, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 11 de setembro de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, e nos arts. 6º a 13º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata a supramencionada Medida Provisória nº 303/2006, as pessoas jurídicas listadas no Anexo único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br> , com a utilização da senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo - ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em São Luis -MA, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1/2007.

Art. 4º Não havendo apresentação do recurso, no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua publicação.

ANDRÉ LUIS DE ALBUQUERQUE

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

00.117.442/0001-12	MOREIRA COMERCIO DE ELETRODOMESTICO
00.741.581/0001-12	M S LIMA DE FREITAS - ME.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 31 OUTUBRO DE 2017

Exclui Pessoa Jurídica do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SÃO LUIS - MA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 310, de 05 de setembro 2017, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 11 de setembro de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e nos arts. 9º ao 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, com a redação dada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata a Lei nº 10.684/2003, as pessoas jurídicas listadas no Anexo único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684/2003.

Art 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br> , com a utilização da senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo - ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em São Luis -MA, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004.

Art. 4º Não havendo apresentação do recurso, no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua publicação.

ANDRÉ LUIS DE ALBUQUERQUE

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes)
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4ºe § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

CNPJ	NOME
01.222.443/0001-90	H DE J BATALHA - ME
02.798.061/0001-71	JOAO BARROSO MAIA FILHO
06.197.586/0001-02	MERCANTIL VALE COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
23.697.642/0001-97	R M DE OLIVEIRA MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Baixa de ofício inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, com fundamento no art. 29, inciso II, alínea b, item 1, da Instrução Normativa SRF nº 1.634, de 06/05/2016, e o que consta no Processo Administrativo nº 10384.721620/2017-29, declara:

Art. 1 - BAIXADA de ofício por INEXISTENTE DE FATO, com efeitos a partir de 13/07/2016, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica de nº 13.358.728/0001-31 da pessoa jurídica VIEIRA & JESUS LTDA - ME, em face da não localização da pessoa jurídica ou do responsável legal.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EUDIMAR ALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Declara o direito à Redução do IRPJ e adicionais Incidentes sobre o lucro da exploração apurado por pessoa jurídica com estabelecimento situado na área de atuação da SUDENE.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto n.º 4.213, de 2002, e pelo artigo 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 2012, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, e nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10410.724747/2017-35, formalizado em 26/09/2017, declara:

Art. 1º A empresa POUSADA CAMURIM GRANDE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 14.604.088/0001-65, por meio de seu estabelecimento situado à Rod. BR 101 Norte Alagoas, km 124, s/n, Sítio Camurim Grande, Maragogi - AL, CEP 57955-000, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais calculados sobre o lucro da exploração da atividade de serviços de hotelaria, enquadrada no setor "turismo - hotel", considerado prioritário pelo art. 2º, II, do Decreto nº 4.213/2002, com capacidade instalada de 7.560 diárias/ano, 100% incentivada, com prazo para fruição no período de 01/01/2017 a 31/12/2026 (10 anos), em razão da implantação de empreendimento situado na área de atuação da SUDENE, tudo nos termos do Laudo Constitutivo nº 0098/2017.

Art. 2º Para o gozo do direito à redução, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II do laudo constitutivo e observar o disposto nos artigos 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002, demonstrando e destacando na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 110, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Declara concedida a inscrição no Registro Especial de Estabelecimento Engarrafador de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, incisos II, do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário oficial da União (DOU) de 17 de maio de 2012, o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e considerando o que consta do Termo de Informação Fiscal, inserto no processo/e-dossiê nº 10100.007.046/0917-07, resolve:

Art. 1º Declarar, com fundamento no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, CONCEDIDO o Registro Especial nº 04101/089 para a atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas ao estabelecimento de CNPJ nº 21.998.283/0001-82 da pessoa jurídica A R DE MORAIS COUTINHO FILHO - EPP, situado na Fazenda Palma, S/N - Zona Rural - Timbaúba/PE - CEP 55.870-000.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 073/2016.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 073 de 30 de junho de 2016, EXCLUSIVAMENTE em relação ao ANA FLÁVIA FONSATO - ME, CNPJ 05.793.118/0001-38, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 140, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Libera restrição de veículo importado que especifica.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10074.720184/2017-74 e com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, declara:

Art. 1º Encontra-se liberado, sem promitente comprador, com dispensa de tributos por efeito de depreciação, o veículo da marca I/FORD, Modelo FUSION HYBRID, Ano de Fabricação/Modelo 2013/2014, cor CINZA, Chassi nº 3FA6POUU8ER222172, Placa RJ LRJ5441, Renavam nº 01012967597, em nome do Consulado-Geral do Canadá, CNPJ nº 05.405.684/0001-25, importado por meio da DI nº 14/0456748-0, desembaraçada em 25/03/2014 na Alfândega do Porto do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Este ato declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 2º Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Declara a baixa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda por registro cancelado no Órgão de Registro.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso IV e § 2° do art. 29 e § 1° do art. 33, todos da Instrução Normativa RFB n° 1.684, de 06 de maio de 2016, além do que consta no processo 15885.720073/2017-37, declara:

Art. 1º A baixa da pessoa jurídica denominada "Edwal Martins Participações Ltda", CNPJ 17.152.177/0001-06, em virtude do cancelamento do seu registro no respectivo Órgão de Registro.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 19/09/2012.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 86, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Declaração de nulidade de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) por constatação de fraude.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ORA SIGNATÁRIO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RI-RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto nos Artigos 5, 16, 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de número 956.230.088-95, pertencente a ALEXANDRE HENRIQUE GARCIA DE CARVALHO, por ter sido constatada FRAUDE na obtenção da referida inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório Sacat nº 431, de 31/10/2017, constante do Processo Administrativo nº 10850.724364/2017-88.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos retroativos à data de inscrição do referido número no Cadastro de Pessoas Físicas.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Declaração de nulidade de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) por constatação de fraude.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ORA SIGNATÁRIO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RI-RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto nos Artigos 5, 16, 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de número 110.556.996-94, pertencente a HERBERT WEIDER AMORIM COSTA, por ter sido constatada FRAUDE na obtenção da referida inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório Sacat nº 430, de 23/10/2017, constante do Processo Administrativo nº 13867.720233/2017-31.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos retroativos à data de inscrição do referido número no Cadastro de Pessoas Físicas.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 194, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 13807.725033/2017-89, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: TCC - Transmissora Caminho do Café S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 26.796.760/0001-40

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 202, de 11 de junho de 2017 (DOU: 12/06/2017)

Nome do projeto: Projeto de Transmissão de Energia Elétrica referente ao Lote 6 do Leilão nº 13/2015

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 10/02/2017 a 09/02/2022

Nº de matrícula CEI: 51.240.15142/76

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 197, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.727464/2017-58, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS-ITATIBA SPE LTDA

Nº Inscrição no CNPJ: 24.917.078/0001-33

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 241, de 14 de dezembro de 2017 (DOU: 15/12/2016)

Nome do projeto: Lote L do Leilão nº 13/2015-ANEEL

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 27/06/2016 a 31/05/2021

Nº de matrícula CEI: 51.241.03006/74

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 199, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

Concede Regime Especial de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas (MP), produtos intermediários (PI) e materiais de embalagem (ME), adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 226 e 305 (dada a delegação prevista pelo artigo 303), do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 595, de 27 de dezembro de 2005 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 10880.726534/2017-10, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada e a seus estabelecimentos o Regime Especial de que trata a Instrução Normativa RFB nº 595, de 27 de dezembro de 2005, e alterações posteriores.

Nome empresarial: BIOSEV S/A

Nº Inscrição no CNPJ : 15.527.906/0001-36

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 200, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

Concede Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), instituído pelos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 226 e 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006 e o constante do processo administrativo nº 10880.726535/2017-56, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica a seguir identificada e seus estabelecimentos, pelo prazo e 03 (três) anos, contados da presente habilitação, ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006.

Nome empresarial: BIOSEV S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 15.527.906/0001-36

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 201, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.726483/2017-67, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: Interligação Elétrica Itaúnas S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 25.197.233/0001-57

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 182, de 29 de junho de 2017 (DOU: 30/06/2017)

Nome do projeto: Lote nº 21 do Leilão nº 13/2015-ANEEL

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 10/02/2017 a 09/02/2022

Nº de matrícula CEI: 512.400.266.170

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 202, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 15504.730989/2015-71 , resolve:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 15.494.541/0001-90

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 612, de 23 de dezembro de 2015 (DOU em 24/12/2015)

Nome do projeto: Dragagem do Canal de Piaçaguera

Setor de infraestrutura favorecido: transportes

Prazo estimado da obra: 02/03/2016 a 31/12/2018

Nº de matrícula CEI: Informou ser dispensada conforme disposto no art. 25, inciso I, da IN RFB n° 971/2009.

Art. 2º Fica revogado o Ato Declatório Executivo nº 42, de 02/03/2016, publicado no DOU em 24/03/2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

Registro de Ajudante Despachante Aduaneiro

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Ajudante Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação do interessado:

CPF	Nome	e-Processo
010.521.399-30	VITOR MANOEL DE SOUZA NETO	12719.720881/2017-28

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS ANTÔNIO VIGHI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 9, de 21 de fevereiro de 2002, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas nº 10106/046.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e alterações posteriores, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 9, de 21 de fevereiro de 2002, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 10106/046, de engarrafador, no processo 11080.014906/99-16, pertencente ao estabelecimento da empresa I. A. SANDI E FILHOS LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 91.188.094/0001-20, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Sidra	Fire	2206.00.10	não retornável	660 ml
Bebida Alcoólica Mista Gaseificada - fermentado de maçã (branca)	Fire Premium	2206.00.10	não retornável	660 ml
Bebida Alcoólica Mista Gaseificada - fermentado de maçã (vermelha)	Fire Premium	2206.00.10	não retornável	660 ml
Coquetel Alcoólico	Scheer - Apple	2206.00.90	não retornável	960 ml
Coquetel Alcoólico	Scheer - Black	2206.00.90	não retornável	960 ml
Coquetel Alcoólico	Scheer - Lemon	2206.00.90	não retornável	960 ml
Coquetel Alcoólico	Scheer	2206.00.90	não retornável	960 ml
Coquetel Alcoólico de Frutas Vermelhas	Scheer	2206.00.90	não retornável	960 ml
Coquetel Alcoólico de Mirtilo - Blue	Scheer	2206.00.90	não retornável	960 ml
Coquetel Alcoólico de Laranja	Scheer	2206.00.90	não retornável	960 ml
Coquetel Alcoólico de Maracujá	Scheer	2206.00.90	não retornável	960 ml
Coquetel Alcoólico de Pina Colada	Scheer	2206.00.90	não retornável	960 ml
Coquetel de Fermentado de Maçã com Amendoim	7 Barras	2206.00.90	não retornável	880 ml
Coquetel Fermentado de Maçã com Côco	7 Barras	2206.00.90	não retornável	880 ml
Coquetel de Fermentado de Maçã e Ervas Aromáticas	7 Barras	2206.00.90	não retornável	880 ml
Coquetel de Fermentado de Maçã com Morango	7 Barras	2206.00.90	não retornável	880 ml
Coquetel de Fermentado de Maçã com Pêssego	7 Barras	2206.00.90	não retornável	880 ml
Coquetel de Fermentado de Maçã com Suco de Abacaxi	7 Barras	2206.00.90	não retornável	880 ml
Coquetel de Fermentado de Maçã com Suco de Maçã e Gengibre	7 Barras	2206.00.90	não retornável	880 ml
Coquetel de Suco e Fermentado de Maçã com Catuaba	7 Barras	2206.00.90	não retornável	880 ml

"

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 36, de 5 de abril de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2016.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZARRI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 5, de 24 de maio de 2001, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas nº 10106/060.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e alterações posteriores, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 5, de 24 de maio de 2001, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 10106/060, de engarrafador, no processo 11020.000566/2001-17, pertencente ao estabelecimento da empresa CASA BUCCO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.092.058/0001-63, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Cachaça	Bi Bucco	2208.40.00	Não retornável	750 ml
Cachaça Envelhecida Amburana	Bucco	2208.40.00	Não retornável	750 ml
Cachaça Envelhecida Amburana	Bucco	2208.40.00	Não retornável	700 ml
Cachaça Envelhecida Amburana	Bucco	2208.40.00	Não retornável	670 ml
Cachaça Envelhecida Amburana	Bucco	2208.40.00	Não retornável	500 ml
Cachaça Envelhecida Bálsamo	Bucco	2208.40.00	Não retornável	750 ml
Cachaça Envelhecida Bálsamo	Bucco	2208.40.00	Não retornável	700 ml
Cachaça Envelhecida Bálsamo	Bucco	2208.40.00	Não retornável	670 ml
Cachaça Envelhecida Bálsamo	Bucco	2208.40.00	Não retornável	500 ml
Cachaça	Calor Brasilis	2208.40.00	Não retornável	750 ml
Cachaça	Calor Brasilis	2208.40.00	Não retornável	700 ml
Brandy	Casa Bucco	2208.20.00	Não retornável	750 ml
Brandy	Casa Bucco	2208.20.00	Não retornável	700 ml
Grappa	Casa Bucco	2208.20.00	Não retornável	750 ml
Grappa	Casa Bucco	2208.20.00	Não retornável	500 ml
Cachaça	Casa Bucco	2208.40.00	Não retornável	750 ml
Cachaça Envelhecida	Casa Bucco	2208.40.00	Não retornável	750 ml
Aguardente de Cana Envelhecida	Casa Bucco	2208.90.00	Não retornável	750 ml
Aguardente de Cana Envelhecida	Casa Bucco	2208.90.00	Não retornável	700 ml
Cachaça Extra Premium	Casa Bucco	2208.40.00	Não retornável	750 ml
Cachaça Extra Premium	Casa Bucco	2208.40.00	Não retornável	700 ml
Cachaça Premium	Casa Bucco	2208.40.00	Não retornável	750 ml
Cachaça Premium	Casa Bucco	2208.40.00	Não retornável	700 ml
Cachaça Premium	Casa Bucco	2208.40.00	Não retornável	500 ml
Licor Fino de Cachaça	Casa Bucco	2208.70.00	Não retornável	500 ml
Licor de Banana Fino	Casa Bucco	2208.70.00	Não retornável	500 ml
Licor Fino de Café	Casa Bucco	2208.70.00	Não retornável	500 ml
Licor Fino de Chocolate	Casa Bucco	2208.70.00	Não retornável	500 ml
Licor Fino de Canela	Casa Bucco Fascínio	2208.70.00	Não retornável	500 ml
Licor Fino de Limão	Casa Bucco Limoncello	2208.70.00	Não retornável	500 ml
Cachaça	Giacomelli	2208.40.00	Não retornável	670 ml
Cachaça Envelhecida	Giacomelli	2208.40.00	Não retornável	700 ml
Cachaça Envelhecida	Giacomelli	2208.40.00	Não retornável	670 ml
Aguardente Composta com Funcho	Velho Ernesto	2208.90.00	Não retornável	700 ml
Aguardente Composta com Funcho	Velho Ernesto	2208.90.00	Não retornável	670 ml
Cachaça	Velho Ernesto	2208.40.00	Não retornável	700 ml
Cachaça	Velho Ernesto	2208.40.00	Não retornável	670 ml
Cachaça Envelhecida	Velho Ernesto	2208.40.00	Não retornável	670 ml
Cachaça Premium	Velho Ernesto	2208.40.00	Não retornável	700 ml
Cachaça Premium	Velho Ernesto	2208.40.00	Não retornável	670 ml
Cachaça	Velho Ernesto Ouro	2208.40.00	Não retornável	700 ml
Cachaça	Velho Ernesto Ouro	2208.40.00	Não retornável	670 ml
Produto elaborado e engarrafado sob encomenda para Bernardo Machado Quadros - ME, CNPJ 25.224.323/0001-90, Venâncio Aires-RS				
Cachaça	JozeJoze	2208.40.00	Não retornável	750 ml
Cachaça	JozeJoze	2208.40.00	não retornável	700 ml
Cachaça	JozeJoze	2208.40.00	não retornável	500 ml
Cachaça	JozeJoze	2208.40.00	não retornável	250 ml

."

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 43, de 24 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2017.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 74, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Estabelece medidas mitigadoras para redução da captura incidental e da mortalidade de tartarugas marinhas por embarcações pesqueiras que operam na modalidade espinhel horizontal de superfície, no mar territorial brasileiro, na Zona Econômica Exclusiva - ZEE brasileira e águas internacionais.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS E DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições de que trata o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e o art. 43, § 2º, inciso I, da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, no Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, na Portaria Interministerial MPA/MMA nº 5, de 1º de setembro de 2015, e o que consta no Processo nº 02000.002250/2014-13, resolvem:

Art. 1º Estabelecer medidas mitigadoras direcionadas à redução da captura incidental e da mortalidade de tartarugas marinhas para embarcações pesqueiras que operam na modalidade de espinhel horizontal de superfície, no mar territorial brasileiro, Zona Econômica Exclusiva brasileira e águas internacionais.

Parágrafo único. Entende-se como "medidas mitigadoras" o conjunto de estratégias, equipamentos, petrechos e métodos utilizados para evitar e reduzir a captura e mortalidade de tartarugas marinhas capturadas incidentalmente em operações de pesca.

Art. 2º Torna-se obrigatória a utilização de anzóis circulares pelas embarcações nacionais e pelas embarcações estrangeiras arrendadas que operam no mar territorial brasileiro, na ZEE e em águas internacionais, nas seguintes modalidades, previstas no Anexo I da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011:

I - espinhel horizontal (superfície), cujas espécies-alvo são a Albacora laje (Thunnus albacares), Albacora branca (Thunnus alalunga) e Albacora bandolim (Thunnus obesus);

II - espinhel horizontal (superfície), cuja espécie-alvo é o Espadarte (Xiphias gladius).

Parágrafo único. Entende-se por "anzóis circulares" aqueles de formato circular, confeccionado em metal, sem argola, com ponteira virada em direção à haste, cujo tamanho seja igual ou superior a 14/0, conforme especificado no Anexo I da presente Portaria.

Art. 3º Todas as embarcações de pesca que operam na modalidade de espinhel horizontal de superfície, conforme previsto no Anexo I da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, ou nos atos que vierem a substituí-la, ficam obrigadas a dispor a bordo, desde o porto de origem até o porto de destino e nas operações de pesca, dos seguintes equipamentos e petrechos mitigadores para reduzir a mortalidade de tartarugas marinhas capturadas incidentalmente:

I - desenganchador de anzol;

II - cortador de linha;

III - cortador de anzol; e

IV - puça ou sarico.

§ 1º Os equipamentos e petrechos elencados no caput deverão ser utilizados para embarque, retirada de anzóis, corte de linhas e anzóis e posterior soltura de todos os espécimes de tartarugas marinhas capturados incidentalmente.

§ 2º As especificações e ilustrações dos equipamentos mitigadores constam do Anexo desta Portaria.

Art. 4º O procedimento de soltura das tartarugas marinhas de pequeno e médio porte, capturadas incidentalmente pelo espinhel, deve ser realizado a bordo, embarcando o indivíduo com o uso do puça, sarico ou outro equipamento que não cause danos ao animal, de forma a evitar que o recolhimento seja feito pela linha secundária ou com o auxílio de "bicheiro" de pontas agudas.

Parágrafo único. O manejo e retirada do anzol preso a tartaruga marinha deve ser feito com o uso de desenganchador ou cortador de anzol ou por método específico, como a "técnica de voltinha", previstos no Anexo desta Portaria.

Art. 5º O procedimento de soltura das tartarugas marinhas de grande porte, cujo comprimento do casco seja em torno de 1 (um) metro, capturadas incidentalmente pelo espinhel, que não possibilite o embarque em função do seu tamanho, deve ter seu manejo realizado no mar, a partir do bordo da embarcação, com o uso de equipamentos mitigadores de longo alcance, como o cortador de linha e o desenganchador de anzol, conforme previsto no Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. No caso de corte de linha, deve-se, prioritariamente, cortá-la o mais próximo possível da base do anzol.

Art. 6º As capturas incidentais de tartarugas marinhas deverão ser registradas nos Mapas de Bordo, na forma do disposto na Instrução Normativa MPA nº 20, de 10 de setembro de 2014, ou nos atos que vierem a substituí-la; nos relatórios de Observadores de Bordo, conforme Instrução Normativa Conjunta SEAP/MMA nº 1, de 29 de setembro de 2006, ou nos atos que vierem a substituí-la; e nas demais formas de registro de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

Parágrafo único. O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços deverá repassar ao Ministério do Meio Ambiente as informações coletadas, relativas aos registros de que trata o caput, quando solicitadas.

Art. 7º Os Ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Meio Ambiente deverão promover ampla divulgação das medidas estabelecidas nesta Portaria especialmente junto ao setor pesqueiro, em todo território nacional.

Art. 8º O descumprimento do disposto nesta Portaria ensejará a aplicação das sanções cominadas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor:

I - após decorridos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de sua publicação oficial, quanto aos arts. 2º, 3º, 4º e 5º; e

II - na data de sua publicação, quanto aos demais artigos.

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SARNEY FILHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

ANEXO

ESPECIFICAÇÕES DAS MEDIDAS MITIGADORAS (PETRECHOS, EQUIPAMENTOS E MÉTODOS)

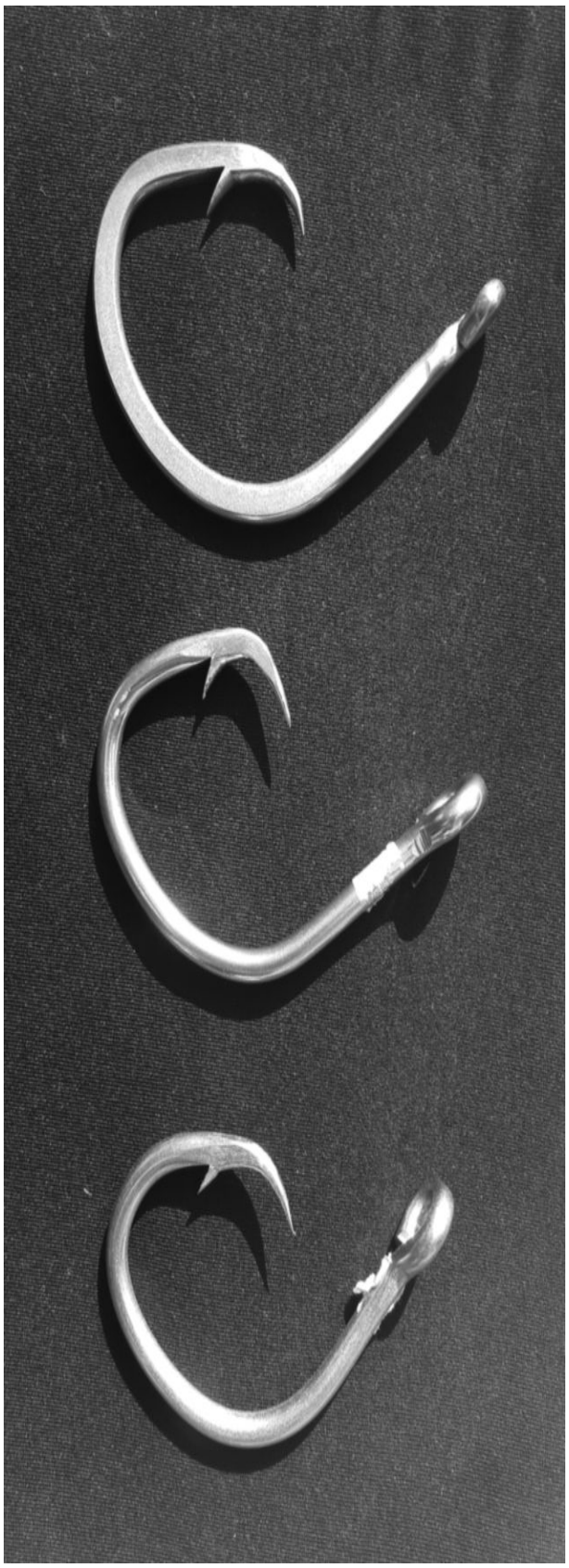
I - ANZOL CIRCULAR:

Gancho ou anzol, de forma circular, sem anel, com tamanho igual ou maior a 14/0, com ponta curva virada em direção à haste, que compõe o equipamento da pesca de espinhel, que deve ser utilizado para capturar atuns (albacora laje, albacora branca e albacora bandolim) e/ou espadartes;

Figura 1. Tipos de anzol circular.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Fonte: Banco de Imagens TAMAR.

II - EQUIPAMENTOS MITIGADORES PARA RETIRADA DE ANZÓIS:

Desenganchador de anzol: haste confeccionada em material resistente (aço, ferro, alumínio, madeira, etc.), com comprimento curto a longo, que possui em uma de suas extremidades uma ponteira de metal retorcida, de formato espiral ou em "J", utilizado para retirada de anzóis, presos às tartarugas marinhas. Este equipamento não pode ser utilizado nos casos em que o anzol tenha sido engolido, não sendo possível visualizá-lo na boca da tartaruga. Ou seja:

Quando um anzol é engolido, nenhuma tentativa dever ser feita para removê-lo. Em vez disso, a linha deve ser cortada o mais próximo possível do anzol, sem infligir danos desnecessários adicionais à tartaruga.

● Quanto ao comprimento:

1. Longo - Com comprimento de 2 a 4 m, devendo ser utilizado para retirada de anzóis presos em tartarugas de grande porte, impossibilitadas de serem trazidas a bordo, demandando que o manejo e retirada do anzol seja realizado do bordo da embarcação de pesca.

2. Curto - Com comprimento mínimo de 30 cm, deve ser utilizado para retirada de anzóis presos em tartarugas de pequeno a médio porte, trazidas a bordo para o manejo/retirada do anzol.

● Quanto ao formato da extremidade:

1. do tipo "J":

Figura 2. Desenganchador do tipo "J".

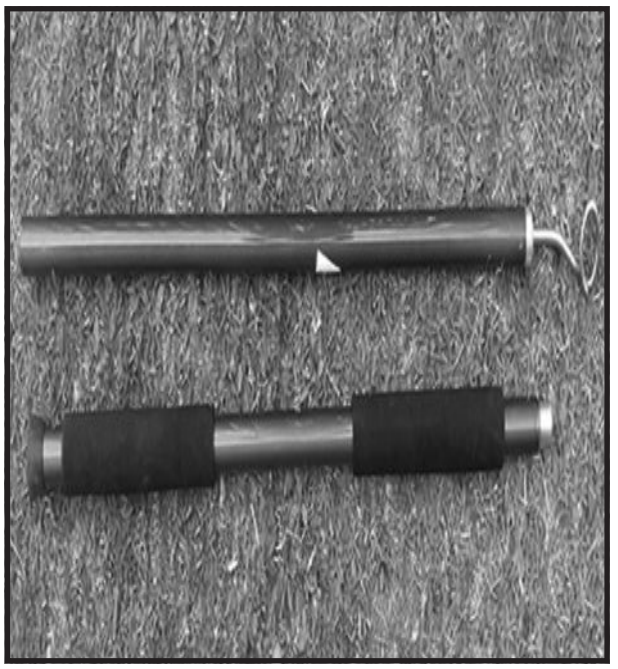


Fonte: Banco de Imagens TAMAR.

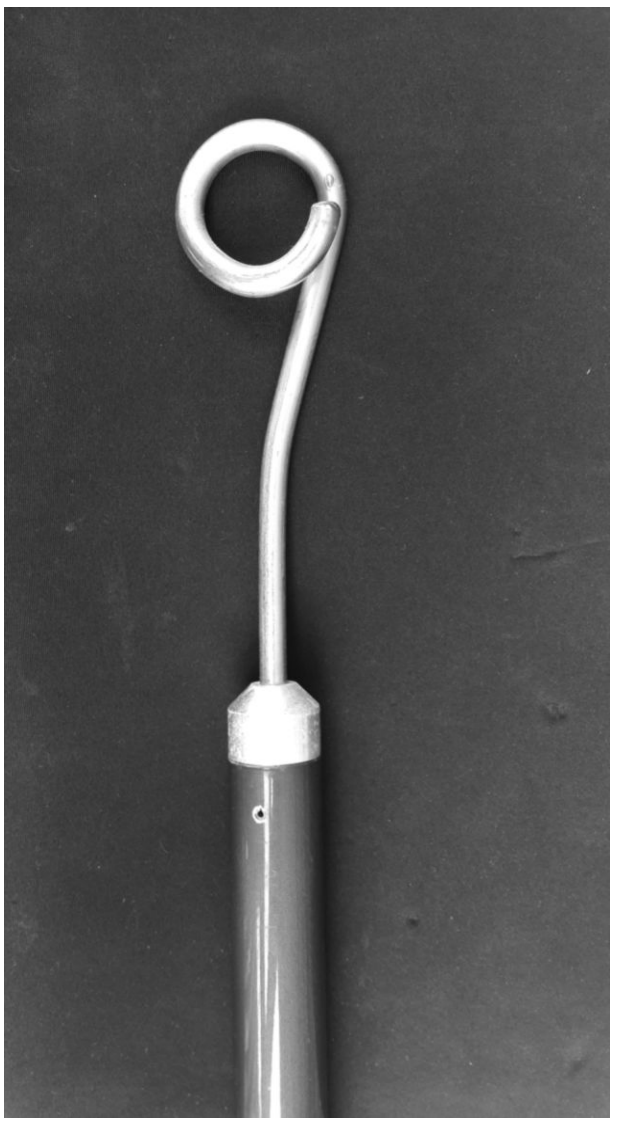
2. Espiral:

Figura 3. Desenganchadores de anzol com extremidade em forma de espiral, sendo: (A) desenganchador longo, desmontado; (B) detalhamento da extremidade do equipamento.

A



B



Fonte: Banco de Imagens TAMAR.

Desenganchador tipo "Itaipava": haste resistente, confeccionada em madeira ou metal (aço, ferro, alumínio, etc.), com comprimento entre 70 e 100 cm, que possua em uma de suas extremidades, uma ponteira bifurcada ou em forma de "V", utilizada para retirada de anzóis que se encontrem presos à tartaruga.

Figura 4. Desenganchador do tipo "Itaipava".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Cortador de anzol: alicate do tipo industrial, com capacidade para corte de materiais resistentes como aço, ferro, etc, que deve ser utilizado para cortar o anzol quando o mesmo estiver fisgado em locais que não permitam a retirada mecânica, como o olho, a boca ou tecidos moles, o que resultaria em maiores danos físicos.

Figura 5. Cortador de anzol.



Fonte: JMN plant hire.

III - CORTADOR DE LINHA:

Haste confeccionada em material resistente (aço, ferro, alumínio, madeira, etc.), com comprimento longo (2 a 4 m) que possui em uma de suas extremidades, uma ponteira de metal, em formato de "J", que dispõe internamente de uma lâmina, serrilhada ou lisa, capaz de cortar a linha madre, secundária (burã) ou o cabo de boia.

Figura 6. Cortador de linha





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fonte: Banco de Imagens TAMAR.

IV - PUÇA OU SARICO:

Petrecho de formato variado (circular, retangular, cesto, etc.) com armação externa de metal, a qual se tem atado um pano de rede em forma de ensacador ou tela, utilizado para auxiliar no transbordo das tartarugas marinhas, de pequeno a médio porte, que foram capturadas incidentalmente, para o manejo/retirada do anzol a bordo da embarcação.

Figura 7. Tipo de puça ou sarico, utilizados para embarque de tartarugas marinhas.

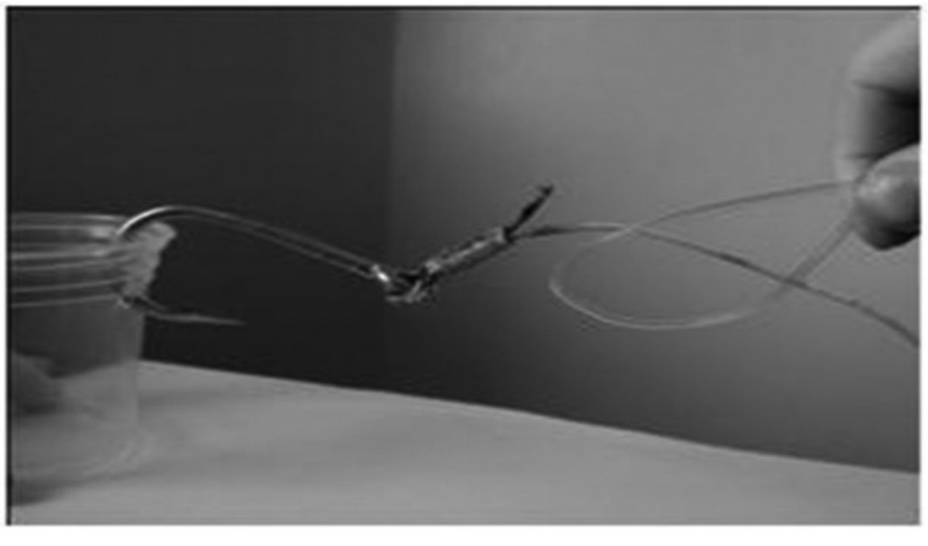


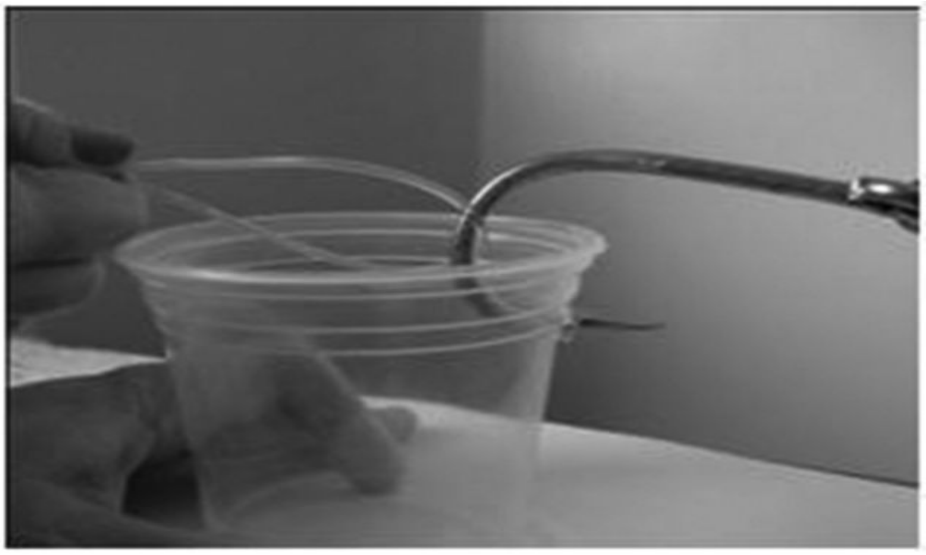
Fonte: Banco de Imagens TAMAR.

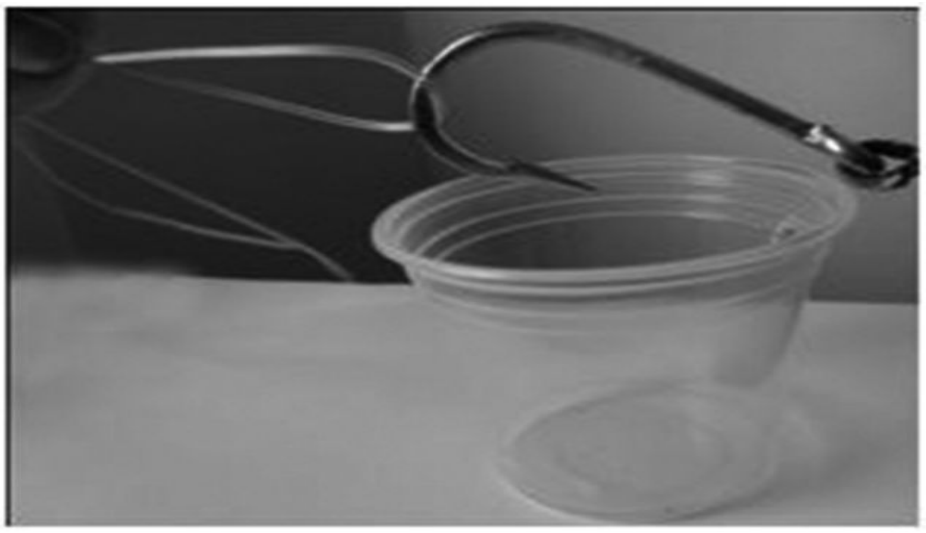
V - MÉTODO PARA RETIRADA DE ANZOL:

A "Técnica da voltinha" é um método que utiliza a própria linha secundária, a qual é transpassada pelo anzol em sentido contrário, permitindo tracioná-la para retirada do anzol, preso a tartaruga.

Figura 8. Passo a passo para uso da "técnica da voltinha".







Fonte: Banco de Imagens TAMAR.

Figura 9. "Técnica da voltinha" usada para remover anzol preso à boca da tartaruga marinha.



Fonte: Banco de Imagens TAMAR.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA Nº 26, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8o e 9o da Portaria Interministerial MDIC/MCT no 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de COMPONENTES SEMICONDUTORES, DISPOSITIVOS OPTOELETRÔNICOS, COMPONENTES A FILME ESPESSO OU A FILME FINO, CÉLULAS FOTOVOLTAICAS E MÓDULOS DE MEMÓRIA VOLÁTIL PADRONIZADOS.

O texto também está disponível no sítio da Secretaria do Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço: http://www.mdic.gov.br/competitividade-industrial/ppb/2230-consulta-ppb-2017

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mcti.ppb@mct.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

ANEXO

PROPOSTA Nº 034/2017 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA COMPONENTES SEMICONDUTORES, DISPOSITIVOS OPTOELETRÔNICOS, COMPONENTES A FILME ESPESSO OU A FILME FINO, CÉLULAS FOTOVOLTAICAS E MÓDULOS DE MEMÓRIA VOLÁTIL PADRONIZADOS.

1) ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA CONSTANTE NO § 5º DO ART. 2º:

DE:

Art. 2º .....

.....

§ 5º Para circuitos integrados do tipo, LPDRAM, eMMC e eMCP cuja produção envolva empilhamento múltiplo de pastilha (die), poderá ser dispensado o cumprimento das etapas descritas nos incisos de I a VII de acordo com os percentuais abaixo, em relação ao total de circuitos integrados com função de memória produzidos no ano-calendário conforme o PPB e utilizados nos termos desta Portaria:

2015	2016	2017 em diante
20%	20%	10%

PARA:
Art. 2º .....
.....
§ 5º Para circuitos integrados do tipo, LPDRAM, eMMC e eMCP cuja produção envolva empilhamento múltiplo de pastilha (die), poderá ser dispensado o cumprimento das etapas descritas nos incisos de I a VII de acordo com os percentuais abaixo, em relação ao total de circuitos integrados com função de memória produzidos no ano-calendário conforme o PPB e utilizados nos termos desta Portaria:

2017	2018 em diante
20%	10%

2) ALTERAÇÃO DA ART. 5º:
DE:
Art. 5º .....
.....
§ 6º A diferença residual a que se refere o § 5º não poderá exceder a 5% (cinco por cento), tomando-se por base a produção do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.
§ 7º Excepcionalmente para o ano de 2014, a obrigação constante no § 3º deste artigo será de 70%.
PARA:
Art. 5º .....
.....
§ 6º A diferença residual a que se refere o § 5º não poderá exceder a 10% (dez por cento), tomando-se por base a produção do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.
§ 7º Excepcionalmente para o ano de 2017, a dispensa constante no § 2º deste artigo poderá ser de até 40% (quarenta por cento), condicionada à realização de investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) num percentual adicional ao estabelecido pela legislação, sobre o seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, dos módulos de memória, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de bens da mesma forma incentivados, no ano-calendário de 2% (dois por cento), de forma proporcional." (NR)

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

PORTARIA Nº 43, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL - JCDF, no uso de suas atribuições legais e em observância ao que dispõe o inciso XVII do artigo 25 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996: "baixar Portarias e exarar despachos, observada a legislação aplicável", resolve:
1. Determinar que, a partir de 13 de novembro de 2017, somente serão aceitas as guias do Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, recolhidas sob o código 6621, com código de barras, e emitidas por meio do programa Sicalcweb, disponibilizado pela Receita Federal do Brasil, no endereço eletrônico: http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/darf-calculo-e-impressao-programa-sicalc-1/programa-para-calculo-e-emissao-de-darf-on-line-de-tributos-e-contribuicoes-federais-exceto-contribuicoes-previdenciarias.
§ 1º No ato de abertura, informar, no campo 03, o CPF do Titular, Sócio ou Administrador não sócio, se for o caso;
§ 2º Nos atos posteriores, deverá ser informado, no campo 03, o CNPJ da empresa.
2. Os casos excepcionais serão analisados e tratados pela Secretaria-Geral desta JCDF.

ANTÔNIO EUSTÁQUIO CORRÊA DA COSTA

(*)N. da Coejo: Republicada por ter saído no DOU de 3-11-2017, Seção 1, página 46, com incorreção.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO CORREGEDOR
Em 3 de novembro de 2017

Nº 2 - Ref.: PROCESSO nº 59000.000892/2012-33. INTERESSADO: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. ASSUNTO: Processo Administrativo Disciplinar, com o objetivo de apurar os fatos noticiados no Processo MI n.º 59000.000892/2012-33, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso de seus trabalhos e que guardem conexão com o objeto presente. VISTOS e EXAMINADOS os autos do Processo em apreço e considerando o contido na NOTA TÉCNICA nº 037/2017/GM/CORREGEDORIA, de 03 de novembro de 2017, e com fulcro no artigo 168 da Lei n. 8112/90, DECIDO: ACATO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar; e DETERMINO o arquivamento do feito.

DANIEL XAVIER LARA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

RETIFICAÇÃO

No Extrato da Portaria nº 530/DG, de 26.10.2017, publicado no Diário Oficial da União nº 207, de 27/10/2017, Seção 1, pág. 79, onde se lê: Art. 3º Todo documento produzido no âmbito do DNOCS, deverá ser editado, assinado, tramitado e arquivado digitalmente por meio do SEI; Leia-se: O processo de implantação se dará em duas etapas:
I - Todo novo documento produzido no âmbito do DNOCS, a partir de 2 de janeiro de 2018, deverá ser editado, assinado, tramitado e arquivado digitalmente por meio do SEI.
II - Os processos correntes poderão tramitar em meio físico (papel) até o dia 2 de abril de 2018, prazo máximo para que os mesmos sejam digitalizados e inseridos no SEI. Após essa data, apenas o SEI deverá ser usado.
Onde se lê: Art. 4º Todo documento recebido em suporte físico, no âmbito do DNOCS, deverá ser digitalizado, conferido, indexado, tramitado e arquivado por meio do SEI pelas unidades administrativas competentes; Leia-se: Após data de implantação de 2 de janeiro de 2018, todo documento recebido em suporte físico, no âmbito do DNOCS, deverá ser digitalizado, conferido, indexado, tramitado e arquivado por meio do SEI pelas unidades administrativas competentes.
Onde se lê: Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação; Leia-se Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 206, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:
Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Jutaí	Estiagem - 1.4.1.1.0	18	27/09/17	59051.004549/2017-77
BA	Boa Vista do Tupim	Seca - 1.4.1.2.0	322	02/10/17	59051.004661/2017-16
MG	Glaucilândia	Estiagem - 1.4.1.1.0	31	19/10/17	59051.004644/2017-71
MS	Coronel Sapucaia	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	119	05/10/17	59051.004551/2017-46
RJ	Santo Antônio de Pádua	Estiagem - 1.4.1.1.0	106	29/09/17	59051.004564/2017-15
RJ	Varre-Sai	Estiagem - 1.4.1.1.0	1418	18/10/17	59051.004655/2017-51
RS	Mato Leitão	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	4021	02/10/17	59051.004623/2017-55
RS	Santo Ângelo	Tempestade Local/Convectiva - Granizo - 1.3.2.1.3	3739	13/10/17	59051.004660/2017-63
RS	Rosário do Sul	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	80	19/10/17	59051.004643/2017-26
RS	Manoel Viana	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	99	19/10/17	59051.004650/2017-28
RS	São Francisco de Assis	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	848	20/10/17	59051.004659/2017-39
RS	Soledade	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	12301	19/10/17	59051.004649/2017-01

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 231, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 3 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso II, do anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, publicado no DOU de 30/06/2014 e o art. 10, inciso II do Regimento Interno desta Autarquia;
Considerando os fatos e fundamentos constantes no Processo nº CUP 59004.005078/2017-80. Resolve:
Art. 1° - Aprovar o projeto de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, referente à complementação de equipamentos, apresentado pela empresa Elgin Industrial da Amazônia Ltda, CNPJ nº 14.200.166/0001-66, localizada no Municipio de Manaus, no Estado do Amazônas, com base no Parecer de Análise 064/2017-CIF/CGINF/DGFAI, registrado no SEI sob o nº 0026131, reconhecendo-lhe o direito ao incentivo do Reinvestimento referente aos anos-calendário 2015 e 2016, no valor de R$ 2.673.747,20 (dois milhões, seiscentos e setenta e três mil setecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos), na forma ali sumariada, em observância à legislação em vigor, especialmente, ao Artigo 19 da Lei 8.167/1991, Decreto 4.212/2002, Artigo 3º da Medida Provisória 2.199-14/2001 e Portaria 283/2013 do Ministério da Integração Nacional, que aprovou a consolidação do regulamento dos incentivos fiscais administrados pela SUDAM.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

MARGARETH DOS SANTOS ABDON
Diretora de Administração

RODRIGO MENDES DE MENDES
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

RESOLUÇÃO Nº 233, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei complementar n° 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6°, XV do anexo I do Decreto n° 8.275 de 27 de junho 2014 e o art. 10, XV do Regimento Interno desta Autarquia. Resolve:
Art. 1º - Aprovar o Parecer nº 7/2017-CAF/CGFIN/DGFAI, de 25/10/2017 que trata da análise da proposta de Programas de Financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para o exercício de 2018, apresentada pelo Banco da Amazônia S.A através do Ofício PRESI nº 2017/268 de 29/09/2017, registrado no SEI sob o nº 0024693 e consubstanciado no Parecer nº 4/2017-CEP/CGEAP/DPLAN de 16/10/2017, doc. SEI nº 0027046, e tendo como referência a Portaria nº 435, de 11/08/2017 do Ministério da Integração Nacional e o Ato nº 41, de 15/08/2017 do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/SUDAM).
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

MARGARETH DOS SANTOS ABDON
Diretora de Administração

RODRIGO MENDES DE MENDES
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 236, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei complementar n° 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, XV e Parágrafo Único do anexo ao Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, art. 10, IV do Regimento Interno desta Autarquia e para os fins previstos no artigo 24 do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, aprovado pelo Decreto nº 4.254, de 31 de maio de 2002. Resolve:

Art. 1º - Aprovar, conforme proposta da Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos, o Termo de Conversão, que define os critérios e as condições que regerão a relação entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, na qualidade de Gestora do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA e a empresa Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A, em função da opção exercida pela SUDAM de converter em ações as debêntures subscritas pela Empresa em favor do FDA, com vencimento em 15 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

RODRIGO MENDES DE MENDES
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

RESOLUÇÃO Nº 237, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei complementar n° 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, XV e Parágrafo Único do anexo ao Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, art. 10, IV do Regimento Interno desta Autarquia e para os fins previstos no artigo 24 do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, aprovado pelo Decreto nº 4.254, de 31 de maio de 2002. Resolve:

Art. 1º - Aprovar, conforme proposta da Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos, o Termo de Conversão, que define os critérios e as condições que regerão a relação entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, na qualidade de Gestora do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA e a empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A, em função da opção exercida pela SUDAM de converter em ações as debêntures subscritas pela Empresa em favor do FDA, com vencimento em 15 de outubro de 2017

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

RODRIGO MENDES DE MENDES
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 931, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, em atendimento aos requerimentos que declaram expressamente o desejo de perderem a nacionalidade brasileira, por terem adquirido outra nacionalidade na forma do art. 23, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949:

DANÚBYA BATISTA DA SILVA, nascida em 5 de dezembro de 1983, filha de Enivaldo Bernardo da Silva e de Marleide Batista da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035352/2017-44);

FRANCISCA CAMILA MARTINS MATIAS, nascida em 28 de agosto de 1979, filha de Francisco Jairo Matias Filho e de Francisca Letisse Martins Matias, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035385/2017-94);

HUANG PEI HUA, nascida em 29 de setembro de 1962, filha de Huang Zhi Xi e de Li Xiu He, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.012483/2017-53);

JOÃO LENON DO CARMO SANTOS, nascido em 21 de agosto de 1989, filho de José Arteiro Vicente Santos e de Maria Edna do Carmo Santos, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035384/2017-40);

JOSILANE SA PEREIRA, nascida em 29 de setembro de 1988, filha de Josué Pereira dos Santos e de Maria de Lourdes Sa Pereira , adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035379/2017-37);

LUCCHAS ALOIS RIBEIRO SKREINIG, nascido em 4 de setembro de 1997, filho de Alois Skreinig e de Edineide Ribeiro Skreinig, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.035359/2017-66);

MARIA DE LOURDES MARQUES DO NASCIMENTO, que passou a assinar MARIA DE LOURDES MARQUES DO NASCIMENTO DONEGÁ, nascida em 7 de novembro de 1960, filha de Antonio Marques do Nascimento e de Elza Trigo Marques, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035371/2017-71);

RAY-LENO DO CARMO SANTOS, nascido em 30 de outubro de 1987, filho de José Arteiro Vicente Santos e de Maria Edna do Carmo Santos, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035344/2017-06);

SAMUEL KOH ODA, nascido em 26 de julho de 1991, filho de Toru Oda e de Ryuko Oda, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.035370/2017-26);

SANDRA MARIA DE SOUZA, nascida em 27 de abril de 1972, filha de Albino Pereira de Souza e de Izabel Canova de Souza, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035348/2017-86);

SUZANA TEIXEIRA USAMI, que passou a assinar SUZANA USAMI ROMERO, nascida em 24 de janeiro de 1987, filha de Hisanori Usami e de Rosilene Teixeira Bonfim, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.035740/2017-25) e

TIARA PEREIRA, nascida em 10 de julho de 1994, filha de Rita de Cassia Pereira, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035387/2017-83).

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 932, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, em atendimento aos requerimentos que declaram expressamente o desejo de perderem a nacionalidade brasileira, por terem adquirido outra nacionalidade na forma do art. 23, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949:

BRANDON TYLER KROON, nascido em 28 de julho de 1998, filho de Eric Charles Kroon e de Ana Lúcia Marçalo Vorsatz, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.035753/2017-02);

CARLA MONIQUE DIAS JORGE, nascida em 8 de abril de 1975, filha de Salvador Jorge Filho e de Izildinha Dias Moreira, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035747/2017-47);

CATHERINE ALIANA GUCCIARDI GARCEZ, brasileira naturalizada, nascida em 27 de março de 1980, filha de Alessio Gucciardi e de Fara Liboria Ciaravino, adquirindo a nacionalidade canadense (Processo nº 08000.035745/2017-58);

LEONARDO NOBORU TAKAMATSU, nascido em 15 de fevereiro de 1992, filho de Alexandre Akira Takamatsu e de Maria Elizabete Linda How Takamatsu, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.035749/2017-36);

MARIA HELENA OLIVEIRA FERREIRA, nascida em 1º de abril de 1976, filha de Caetano Alves Ferreira e de Maria Aparecida de Oliveira Ferreira, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035396/2017-74);

MARIA MARLENE DA SILVA, nascida em 27 de agosto de 1983, filha de Antônio Bento da Silva e de Alzira Petronilda da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035395/2017-20);

NATÁLIA DJANYNE RIBEIRO SKREINIG, que passou a assinar NATÁLIA DJANYNE AMARAL SKREINIG, nascida em 1º de julho de 1991, filha de Alois Skreinig e de Edineide Ribeiro Xavier Cornell, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.035737/2017-10);

ROZIANE RAMOS DOS SANTOS, que passou a assinar ROZIANE DOS SANTOS VAN DER PLOEG, nascida em 25 de agosto de 1978, filha de Antonio Corrêa dos Santos e de Raimunda Ramos dos Santos, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035754/2017-49);

SALO COHEN, nascido em 28 de agosto de 1988, filho de Nissim Daniel Cohen e de Silvia Migdal Cohen, adquirindo a nacionalidade israelense (Processo nº 08000.035736/2017-67);

SINDILÉZIA SOARES NETTO, nascida em 14 de outubro de 1986, filha de Silezio Netto e de Maria Dilma Soares Netto, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035762/2017-95);

SÔNIA ALVES DA SILVA, que passou a assinar SÔNIA ALVES DA SILVA ESTEVES, nascida em 19 de janeiro de 1965, filha de João Martins da Silva e de Terezinha Alves da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035388/2017-28) e

VERANICE PAIVA SILVA, nascida em 3 de outubro de 1978, filha de Francisco José Silva e de Maria Vilani Paiva Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035366/2017-68).

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 933, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

DECLARAR que readquiriram os direitos políticos, em virtude de haverem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e por se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros, dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

ALVARÉZ GOMES DOS SANTOS, filho de Deoclécio Corrêa dos Santos e de Enedina Gomes dos Santos, nascido em 4 de agosto de 1964, na cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, e residente na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08000.045127/2017-16);

BIEVENIDO ROCHA DE ARAUJO, filho de Miguel Arcanjo de Araujo e de Maria Rocha de Araujo, nascido em 29 de abril de 1962, na cidade de Itapagé, Estado do Ceará, e residente na cidade de Santo André, Estado de São Paulo (Processo nº 08000.022546/2017-80);

CARLOS ROGERIO BENDLIN, filho de José Ambrosio Bendlin e de Diuni Bendlin, nascido em 4 de abril de 1964, na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, e residente na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 08000.041713/2017-91);

ELIAS FARIAS DE SOUZA, filho de Manoel Lucas de Souza e de Josefa Farias de Souza, nascido em 18 de janeiro de 1963, na cidade de Salvador, Estado da Bahia e residente na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe (Processo nº 08001.004901/2017-29);

IVOBER BATISTA QUADROS, filho de Valdomiro Batista de Miranda e de Geni Batista Quadros, nascido em 25 de fevereiro de 1962, na cidade de Carmo do Cajurú, Estado de Minas Gerais, e residente na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais (Processo nº 08000.045608/2017-21);

JOÃO MÁRIO GOMES DE OLIVEIRA, filho de Ildefonso de Oliveira e de Léa Gomes de Oliveira, nascido em 14 de novembro de 1957, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e residente na mesma cidade (Processo nº 08000.040729/2017-87);

MARIO VILSON KERSTEN, filho de Gustavo Kersten Junior e de Cicidia da Maia Kersten, nascido em 4 de agosto de 1968, na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, e residente na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina (Processo nº 08000.045637/2017-93);

MENEZES MACKIEVICZ, filho de João Mackievicz e de Olga Dudek Mackievicz, nascido em 4 de janeiro de 1965, na cidade de Imbituva, Estado do Paraná, e residente na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná (Processo nº 08001.006785/2015-11);

OSMAN PACHECO JUNIOR, filho de Osman Pacheco Lima e de Ivonete Gomes da Silva, nascido em 29 de julho de 1964, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, e residente na mesma cidade (Processo nº 08000.039582/2017-82);

OSVALDO BENEDITO DE SOUZA, filho de Sebastião Gonçalves de Souza Filho e de Antônia Juliano de Souza, nascido em 10 de abril de 1962, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, e residente na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.004905/2017-15);

PEDRO FERNANDO MORAES SERRA, filho de Pedro Aparecido Serra e de Maria Aurea Moraes Serra, nascido em 30 de setembro de 1969, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, e residente na mesma cidade (Processo nº 08000.045407/2017-24) e

RUY RABELO TREVISAN, filho de Orlando Trevisan e de Ordália Rabelo, nascido em 21 de agosto de 1958, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08000.045408/2017-79).

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 934, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

DECLARAR que readquiriram os direitos políticos, em virtude de haverem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e por se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros, dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

ALTAMIRO NUNES DE SALLES NETO, filho de Altamiro Nunes de Salles Filho e de Lindinalva Pereira de Salles, nascido em 14 de novembro de 1963, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e residente na cidade de Minaçu, Estado de Goiás (Processo nº 08000.039928/2017-42);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANTONIO CARLOS GARCIA, filho de Heráclito Garcia de Melo e de Lucrécia de Almeida Garcia, nascido em 27 de junho de 1961, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 08000.040984/2017-20);

EDSON ROGÉRIO BINELLO SILVA, filho de Pedro de Moura e Silva e de Anair Binello Silva, nascido em 9 de novembro de 1967, na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, e residente na cidade de Dois Irmãos, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08000.042477/2017-21);

JOSÉ DE RIBAMAR LISBOA MENDES, filho de Raimundo Nonato Mendes e de Hadjine Lisboa Mendes, nascido em 1º de abril de 1960, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, e residente na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.004593/2017-31);

KLEBER MAUREI BARROF, filho de Rudi Frederico Barrof e de Gerta Barrof, nascido em 24 de novembro de 1967, na cidade de Ibirubá, Estado do Rio Grande do Sul, e residente na cidade de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08000.044290/2017-61);

LUIZ CARLOS DA SILVA, filho de Luiz Pedro da Silva e de Genilda Pinto da Silva, nascido em 1º de fevereiro de 1965, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná (Processo nº 08000.043607/2017-42);

MARCO ANTONIO APARECIDO MANHANI, filho de Amadeu Manhani e de Julia Alves Manhani, nascido em 17 de agosto de 1960, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 08000.039939/2017-22);

MILTON MONTEIRO DOS SANTOS, filho de Manoel Maria dos Santos e de Sofia Dias Monteiro dos Santos, nascido em 28 de junho de 1957, na cidade de Soure, Estado do Pará, e residente na cidade de Belém, Estado do Pará (Processo nº 08000.032357/2017-15);

NELSON FELIX RIBEIRO FILHO, filho de Nelson Felix Ribeiro e de Nelly de Paula Ribeiro, nascido em 13 de janeiro de 1963, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.004596/2017-75);

PAULO SÉRGIO RODRIGUES RAMOS, filho de Antonio Ramos Perez e de Clara Rodrigues Ramos, nascido em 18 de abril de 1963, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.004594/2017-86);

ROBSON FERIANCE, filho de Walter Feriance e de Maria do Carmo Ferrianci, nascido em 25 de junho de 1963, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Salvador, Estado da Bahia (Processo nº 08000.041540/2017-10); e

SIDNEY RAMALHO, filho de Geraldo Ramalho e de Alcina Conceição Ramalho, nascido em 15 de dezembro de 1962, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Santo André, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.004598/2017-64).

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 935, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1° do Decreto n° 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo n° 08704.003421/2015-61, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980, ZBIGNIEW CZARNOTA, de nacionalidade polonesa, filho de Julan Czarnota e de Staniseawa Czarnota, nascido em Skarzysko-Kamienna, Polônia, em 20 de abril de 1974, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 936, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de maio de 2000, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010052/2009-53, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, GERHARD ANDRIES COERTZEN, de nacionalidade sul-africana, filho de Aorora Coertzen, nascido em Johannesburg, na República da África do Sul, em 12 de abril de 1979, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 937, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio de 2000, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.003268/2015-72, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, SIMANGELE NTSELE, de nacionalidade sul-africana, filha de Like Malanhgy e Zanele Ntsele, nascida na República da África do Sul, em 14 de agosto de 1991, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 938, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio de 2000, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.000023/2015-93, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, FRANCIA FRANCK FELIZ, de nacionalidade dominicana, filha de Jose Franck e Rosa Feliz, nascida na República Dominicana, em 13 de junho de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 939, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio de 2000, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007857/2016-49, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, IMELDA ABUGNI TALAUE, de nacionalidade filipina, filha de Epifanio Abugni e Estelita Abugni, nascida na República das Filipinas, em 25 de fevereiro de 1975, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 940, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1° do Decreto n° 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo n° 08505.063683/2012-89, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980, AGNIESZKA JOANNA LABA, de nacionalidade polonesa, filha de Wieslaw Laba e de Bogumila Solarska, nascida em Przemysl, Polônia, em 10 de agosto de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 3 de novembro de 2017

Nº 1.572. Ato de Concentração nº 08700.006452/2017-76. Requerentes: Imobiliária 513 do Brasil Projetos Imobiliários Ltda. e Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações. Advogados: Maria Eugênia Novis e Ana Carolina Lopes de Carvalho. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.618. Ato de Concentração nº 08700.004084/2017-21. Requerentes: Rede D"Or São Luiz S.A., Acreditar Oncologia S.A. e Oncobrasília - Instituto Brasiliense de Oncologia Clínica Ltda.. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto e Gabriela Cardozo Rocha. Acolho o Parecer nº 301/2017/CGAA5/SGA1/SG, de 03 de novembro de 2017 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 8

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 3 de novembro de 2017

Nº 54. Processo Administrativo n.º 08012.007043/2010-79 (Autos de Acesso Restrito nº 08700.011118/2014-91 Representante: Departamento de Polícia Federal do Rio Grande do Norte Representados: Massa Falida da Scheiner Solutions Comércio e Serviços Ltda.; WSO Multimídia e Informática; A4 Comércio e Prestação de Serviços e Informática Ltda.; Chipcia Informática Ltda.; Conesul Plus Comercial e Logística Ltda.; E-Fornecedor Consultoria em Informática; Escritorial Informática Ltda.; Filmgraph Comercial Ltda.- EPP, JPG Hardware House Ltda.; MI Comércio e Serviço de Informática (Teevo S.A Comércio e Serviços de Informática); MP&Q Indústria de Mobiliário e tecnologia Eireli-ME; Luca Comércio de Sistemas Audiovisuais Ltda - Perfomance; Manzi & Carvalho Comercial de Informática Ltda.; Sennart Sistemas de Informática Ltda.; Sistema Informática Comércio Importação e Exportação Ltda.; Spectro Vision Projetos Audiovisuais Ltda.- EPP; TI Tecnologia da Informação e Serviços Ltda.; Ultracopy Copiadoras e Impressoras Ltda.; Adriano Barrocas Tavares; Adaury Amaral de Souza; Adriana Nunes da Silva; Anderson Assunção Silva; Andrea Prado de Castro Lima Tavares; Andréa Regina Nogueira; Antônio Arthur Cavalcante Rocha; Christopher Alvim da Silveira; Edson dos Santos Machado Júnior; Emersom de Moura Chaves; Fabienne Valença da Rocha; Gilberto Clemente Júnior; Juarez de Andros Jr.; Karine Coelho Marques; Karlla Shelly Cardoso Teixeira; Laurindo dos Santos Campi; Mauro Henrique Porpino de Oliveira; Rafael Gaspar Barroso; Rosana Aparecida Granges; Roseane Galdino da Silva; Soraya Chovghi Iazdi; Tais Sant"Ana Aires; Vanderlúcio Fernandes Freitas; Vivian Cristina Gonçalves Manso; e Williman Souza de Oliveira. Advogados: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.; Luis Augusto Roux Azevedo; Luciana Dantas da Costa Oliveira; Clarice Dantas Revorêdo; Ariosto Mila Peixoto; Saulo Stefanone Alle; Gustavo Kloh Muller Neves; Danilo Botelho dos Santos; Marcio Leon Nahon; Victor Alexandre Sande Santos; Nilton Carlos Alves Andrade; Luiz Fernando Maldonado de Almeida Lima; Rosiane Carina Pratti; Ilson José de Oliveira; Rafael Vieira de Oliveira; Jonas Roberto Wentz; Marcele Bertoni Adames; Alessandra Rocha Machado; Evaldo Rodrigues Pereira; Marcello de Souza Taques; Rafael Pinto de Moura Cajueiro; Petterson Laker Siniscalchi Costa; Sarah Ferreira Martins; Henrique Machado Rodrigues de Azevedo; Felipe Lobato Carvalho Mitre; Jason Vidal; Thalita Naiara Antunes Vidal; Ana Paula Mendes Gomes; Washington Luiz Silva de Oliveira; Roger Fischmann; Kélvia Inês Rodrigues di Oliveira; Jacques Coelho de Araujo Neto; Tátia Margareth de Oliveira Leal; Renato de Oliveira Ramos; Aline Michele Alves; Anderson Rosanezi, Jonas Roberto Wentz, Afonso Barbosa Ribeiro Neto, Marcelo Bertoni Adames e outros. Acolho a Nota Técnica nº 85/2017/CGAA8/SGA2/SG/CADE (SEI 0404752), e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, ficam os Representados notificados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, a ser contado em dobro nos termos do art. 102, IV, do RI-Cade, apresentem as informações e documentos indicados na referida nota técnica.

FERNANDA GARCIA MACHADO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 5.618, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/75736 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CAMPSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.621.445/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2221/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.644, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/50970 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa HVSEG SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 27.544.231/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1981/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 34.008, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08285.012522/2017-73 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa TANGARÁ IMPORTADORA E EXPORTADORA S.A, CNPJ 39.787.056/0001-73, localizada no Estado do ESPÍRITO SANTO.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.706, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/84921 - DPF/VAG/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CAPTURA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 23.036.142/0001-04, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4322 (quatro mil e trezentas e vinte e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.337, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/64523 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARTUR EBERHARDT S/A, CNPJ nº 61.594.818/0001-74 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2143/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.681, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/51369 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SANTANA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL - EIRELI., CNPJ nº 08.837.343/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1780/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.341, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/69585 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO RESIDENCIAL ALPHAVILLE 9, CNPJ nº 57.387.144/0001-60 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.692, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/49349 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.845.911/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1786/2017 (CNPJ nº 05.845.911/0001-33); nº 1787/2017 (CNPJ nº 05.845.911/0002-14); nº 1815/2017 (CNPJ nº 05.845.911/0004-86); nº 1793/2017 (CNPJ nº 05.845.911/0005-67); nº 1681/2017 (CNPJ nº 05.845.911/0006-48); nº 2107/2017 (CNPJ nº 05.845.911/0003-03) e nº 1682/2017 (CNPJ nº 05.845.911/0007-29).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 34.007, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08400.007035/2017-25 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa USINA SALGADO S/A, CNPJ: 10.383.750/0001-43, localizada no Estado de PERNAMBUCO.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.564, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80307 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARCELORMITTAL BRASIL S/A, CNPJ nº 17.469.701/0104-82 para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2271/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.572, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/82291 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa THOMAS GREG & SONS GRÁFICA E SERVIÇOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMP. E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA., CNPJ nº 03.514.896/0001-15 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.689, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/72459 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GENERAL SECURITY VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.613.941/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2306/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.728, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/36724 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PERFECT SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI EPP, CNPJ nº 21.597.858/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2086/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.429, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/71759 - DPF/FIG/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAIPU BINACIONAL, CNPJ nº 00.395.988/0012-98 para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2217/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.716, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/75840 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGI SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA, CNPJ nº 08.093.178/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2292/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.719, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/86897 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CIESE CENTRO DE INSTRUCAO ESPECIALIZADO EM SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 00.955.520/0001-58, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre .380

1500 (uma mil e quinhentas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.663, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/85654 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PRO SECURITY SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 96.231.568/0001-92, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

200 (duzentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

DELIBERAÇÃO Nº 725, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, no uso de suas atribuições e conforme disposto no Decreto nº 1.507, de 30 de maio de 1995, no Regimento Interno do Colegiado Nacional, aprovado pela Portaria Ministerial nº 388, de 15 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 344, de 29 de fevereiro de 2016, e à vista da impossibilidade da realização do Curso de Atualização dos Supervisores de Segurança Portuária - CASSP, no exercício de 2017, em face da agenda interna e externa da CONPORTOS, deliberaram,

a) PRORROGAR, até 31 de dezembro de 2018, a validade dos Certificados de Habilitação dos aprovados nas 8ª., 9ª., 10ª., 11ª., 12ª., 13ª., e 14ª. Edições do Curso Especial de Supervisor de Segurança Portuária - CESSP, que deverá ser, necessariamente, realizado durante o exercício especificado; e

b) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Ministério da Fazenda

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
Ministerio dos Tranportes, Portos e Aviação Civil

GABRIEL BOFF MOREIRA
Ministério das Relações Exteriores

DELIBERAÇÃO Nº 726, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, no uso de suas atribuições e conforme disposto no Decreto nº 1.507, de 30 de maio de 1995, no Regimento Interno do Colegiado Nacional, aprovado pela Portaria Ministerial nº 388, de 15 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 344, de 29 de fevereiro de 2016, e à vista da Deliberação CONPORTOS nº 724, desta data, deliberaram,

a) PRORROGAR, por mais 01 (um) ano, a contar de 31 de dezembro de 2017, O PRAZO DE VALIDADE DAS DECLARAÇÕES DE CUMPRIMENTO, expedidas por esta Comissão Nacional, observando-se o que esclarece a Deliberação CONPORTOS nº 724, de 14 de setembro de 2017; e

b) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES

PORTARIA Nº 99, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Descredencia a empresa QUIRINO ESCOLTA DE CARGAS EXCEDENTES LTDA-ME da execução dos serviços de escolta "de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08658.015015/2012-00, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa QUIRINO ESCOLTA DE CARGAS EXCEDENTES LTDA-ME, credencial nº 289, inscrita no CNPJ sob nº 13.975.375/0001-19, estabelecida à AV. SALIM FARAH MALUF, 4440, CASA 02, BAIRRO TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP - CEP 03.076-000 da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 040/2012-CGO, de 01 de novembro de 2012, que credenciou a referida empresa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO VITAL DE MORAES JÚNIOR

PORTARIA Nº 100, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Descredencia a empresa CERRO AZUL TRANSPORTES PESADOS LTDA da execução dos serviços de escolta "Própria e de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08658.006500/2007-17, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa CERRO AZUL TRANSPORTES PESADOS LTDA, credencial nº 166, inscrita no CNPJ sob nº 05.081.677/0001-15, estabelecida à AV. DEPUTADO ZIEN NASSIF, 150 - 1ª ZONA INDUSTRIAL - JAÚ/SP - CEP 12.203-570 da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "PRÓPRIA E DE TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 04/2007-CGO, de 03 de agosto de 2007, que credenciou a referida empresa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO VITAL DE MORAES JÚNIOR

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

DECLARA que YU SHU CHUN, incluída na Portaria de Naturalização nº 387, de 27 de julho de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 28 de julho de 1988, manteve o nome de solteira YU SHU CHUN, ao contrair matrimônio com PENG CHENG KANG, aos 30 de julho de 1988, conforme Certidão de casamento expedida pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do 30º Subdistrito - Ibirapuera, Município e Comarca de São Paulo Estado de São Paulo, registrada no livro nº 57, fls. 156, sob. nº.16686. Processo nº 08000.064945/2017-18

DECLARA que MOUNTAHA MAZLOUM, incluída na Portaria de Naturalização nº 598 de 27 de julho de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 30 de julho de 1990 voltou a usar o nome de solteira MOUNTAHA ABDUL RAOUF SALEH, conforme sentença proferida pela MMª. Juíza de Direito da 6ª Vara de Família e Sucessões, datada de 16 de maio de 2017, averbada na certidão de casamento, expedida pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito, Munícipio e Comarca de Guarulhos - Estado de São Paulo, registrada no livro-B nº 265, fls.214, sob nº 50661. Processo nº 08000.064812/2017-41

DECLARA que a correta grafia do nome da genitora de OLEG ABRAMOV, incluída na Portaria de Naturalização nº 565 de 05 de agosto de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 07 de agosto de 1987, é ELISABETH MIHAJLOV, e não conforme constou. Processo nº 08000.062804/2017-61

DECLARA que MARIA ALICE SOBRADO JESÚS, incluída na Portaria de Naturalização nº 267-GB, de 10 novembro de 1970, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 1970, passou a assinar MARIA ALICE JESÚS GONÇALVES, por haver contraído matrimônio com o Sr. LUIZ ANTONIO GONÇALVES, aos 16 de setembro de 1972, conforme Certidão passada pelo Oficial do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito de Santos, extraída do Livro B-61, fls.7 vº. sob nº 28.243. Processo nº 08000.059770/2017-27

DECLARA que WANG LIEN TJE, incluída na Portaria de Naturalização nº 832, de 12 de novembro de 1987, publicada no Diário Oficial de 13 de novembro de 1987, por sentença datada de 28 de agosto de 2017, da MMa. Juíza de Direito da sexta Vara de Família do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios-TJDFT, decretou a interdição TOTAL de WANG LIEN TJE, e nomeou sua filha, Vania Regina Chang Bangoim, curadora da incapaz, devendo representá-la em todos os atos da vida, nos termos dos artigos. 1.767 e seguintes do código Civil, bem como dos artigos. 747 e seguintes do Código do Processo Civil. Processo nº 08000.056091/2017-04

DECLARA que o correto nome do naturalizando, incluído na presente Portaria nº 03, de 08 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2016 é CHADI HASSAN EL KHECHEN, e não conforme constou. Processo nº 08389006691201111

Despacho nº 24/2017/DNN_Alteracao_de_Assent/DNN/DE-MIG/SNJ

Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização

Interessado (a): JAN OLIVER DELLA COSTA STUNKEL

Despacho do Analista:

Cuida-se de pedido de Retificação de Assentamento formulado em favor do nacional alemão JAN OLIVER DELLA COSTA STUNKEL, por meio da qual pretende seja retificado o nome de sua genitora constante no seu registro.

Os autos encontram-se devidamente instruídos, estando a retificação pretendida fundamentada no artigo 43 da Lei 6.815/80, por que submeto-os à consideração de Vossa Senhoria, sugerindo, salvo melhor juízo, o deferimento do pleito, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante do seu registro, passando de RUTH BARBARA STUNKEL para RUTH BARBARA STUNKEL-HOFFMANN.

Despacho da Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização:

Considerando que o feito encontra-se devidamente instruído, bem assim restar comprovada a necessidade da pretendida retificação, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, defiro o presente pedido, a fim de que seja alterado o nome do interessado de sua genitora constante do respectivo Registro, na forma requerida.

Publique-se.

Despacho nº 21/2017/DPM_Alteracao_de_Assent/DPM/DE-MIG/SNJ

Assunto: Pedido de Naturalização

Interessado(a): SANTIAGO ESTEBAN MATO

Despacho do Analista:

Cuida-se de pedido de Retificação de Assentamento formulado por SANTIAGO ESTEBAN MATO, por meio da qual pretende seja retificado o nome de sua genitora constante no seu registro.

Os autos encontram-se devidamente instruídos, estando a retificação pretendida fundamentada no artigo 43 da Lei 6.815/80, por que submeto-os à consideração de Vossa Senhoria, sugerindo, salvo melhor juízo, o deferimento do pleito, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante do seu registro, passando de MARIA JORDELINA LUCHETTI para MARIA JORGELINA LUCHETTI.

Despacho da Chefe da Divisão de Processos Migratórios:

Considerando que o feito encontra-se devidamente instruído, bem assim restar comprovada a necessidade da pretendida retificação, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, defiro o presente pedido, a fim de que seja alterado o nome da genitora do interessado constante do respectivo Registro, na forma requerida.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.933, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	MANARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11819732000117008	74.893,00	0003	10301201585770001
PE	MANARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11819732000117009	74.965,00	0003	10301201585770001
		TOTAL	2 PROPOSTA(S)	149.858,00		

PORTARIA Nº 2.934, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	CORONEL FABRICIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL FABRICIANO-MG	15248034000117014	3.100.000,00	0000	10302201585350001
		TOTAL	1 PROPOSTA(S)	3.100.000,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.935, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	UBATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBATA	12780708000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JIJOCA DE JERICOACOARA	11422633000117709	317.450,00	0000	10302201585350001
GO	ANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06169881000117016	3.999.984,00	0000	10302201585350001
GO	MAURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAURILANDIA	11483837000117008	500.000,00	0000	10302201585350001
MG	IGUATAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11821317000117001	199.390,00	0000	10302201585350001
PA	SALVATERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10880820000117005	300.000,00	0000	10302201585350001
PB	PIRPIRITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRPIRITUBA	12044829000117702	170.000,00	0000	10302201585350001
PI	PIRACURUCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11837925000117001	399.990,00	0000	10302201585350001
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO GRANDE DO PIAUI	23108191000117002	199.930,00	0000	10302201585350001
PR	CENTENARIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CENTENARIO DO SUL	09333796000117006	120.000,00	0000	10302201585350001
PR	FLORESTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTOPOLIS	10271851000117005	119.980,00	0000	10302201585350001
PR	NOVA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ESPERANCA	08570778000117003	119.970,00	0000	10302201585350001
PR	SAO JOAO DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09424427000117003	240.000,00	0000	10302201585350001
RJ	SAQUAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12361936000117709	649.850,00	0000	10302201585350001
RJ	SAQUAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12361936000117722	399.970,00	0000	10302201585350001
RN	IELMO MARINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11463911000117011	170.000,00	0000	10302201585350001
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	13464636000117014	9.052.815,00	0000	10302201585350001
SP	ANDRADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442399000117006	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	JUQUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13840888000117006	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	MOCOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MOCOCA	11976738000117006	249.960,00	0000	10302201585350001
SP	PEDERNEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDERNEIRAS	12218875000117025	250.000,00	0000	10302201585350001
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11923280000117008	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000117082	500.000,00	0000	10302201585350001
SP	SERTAOZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTAOZINHO	11975485000117021	249.982,00	0000	10302201585350001
TOTAL			24 PROPOSTAS	18.619.271,00		

PORTARIA Nº 2.936, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MS	CORONEL SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL SAPUCAIA	13022375000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
PB	CAMPINA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE	24513574000117009	170.000,00	0000	10302201585350001
PB	JUNCO DO SERIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUNCO DO SERIDO-PB	13069201000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
PB	PEDRA LAVRADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA LAVRADA	08932293000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
PB	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA HELENA-PB	11245287000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	AMERICANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMERICANA	13868995000117006	300.000,00	0000	10302201585350001
SP	ITAPEVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13694379000117020	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	NOVA CAMPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12025475000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	NOVA CANAA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA CANAA PAULISTA	13987513000117016	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	NOVO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE	11873980000117024	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	OUROESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OUROESTE	12508116000117005	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	TREMEMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11193969000117724	170.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			12 PROPOSTAS	2.080.000,00		

PORTARIA Nº 2.939, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	GUARACIABA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA DO NORTE	13858795000117008	27000004	499.990,00	499.990,00	10302201585350023
MA	PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHEIRO	11782162000117014	24350001	507.080,00	507.080,00	10302201585350692
MA	ZE DOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ZE DOCA	10807724000117002	38530002	1.217.470,00	1.217.470,00	10302201585350021
MG	PASSA QUATRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11428122000117001	23680002	250.000,00	250.000,00	10302201585350031
MG	UBERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13996274000117733	17450001	699.921,00	699.921,00	10302201585353166

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000117020	34920001	1.799.820,00	1.799.820,00	10302201585358850
PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	17453467000117010	36920011	143.880,00	143.880,00	10302201585350015
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	11430018000117010	38130007	999.981,00	999.981,00	10302201585351721
RO	CACOAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACOAL	19112323000117009	34300011	89.650,00	89.650,00	10302201585350011
SC	TIJUCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIJUCAS	11607006000117022	29250002	1.150,00	1.150,00	10302201585350042
SC	TIJUCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIJUCAS	11607006000117023	29250002	1.720,00	1.720,00	10302201585350042
SP	NOVO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE	11873980000117023	25200002	200.000,00	200.000,00	10302201585350035
TOTAL			12 PROPOSTAS			6.410.662,00	

PORTARIA Nº 2.940, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
CE	ICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ICO	36000154944201700	700.000,00	81000174	700.000,00	10122201545257282	2611309	700.000,00
MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE	36000154936201700	600.000,00	81000174	600.000,00	10122201545257282	2457121	600.000,00
MG	ARAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPORA	36000155210201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2760916	250.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000155063201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2796368	100.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000155106201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2135124	300.000,00
MG	CAMPOS GERAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155149201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2204932	200.000,00
MG	CARMO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155056201700	315.000,00	81000174	315.000,00	10122201545257282	2761149	315.000,00
MG	CARMO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155057201700	66.000,00	81000174	66.000,00	10122201545257282	2794675	66.000,00
MG	CARMO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155058201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2764628	250.000,00
MG	CATAGUASES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATAGUASES	36000154985201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2098911	300.000,00
MG	INDIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDIANOPOLIS	36000154891201700	76.000,00	81000174	76.000,00	10122201545257282	7528175	76.000,00
MG	ITAMBACURI	ASSOCIACAO HOSPITALAR NOSSA SENHORA DOS ANJOS	36000155140201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2185563	200.000,00
MG	JABOTICATUBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155131201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2117398	100.000,00
MG	JAGUARACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JAGUARACU	36000155198201700	18.553,00	81000174	18.553,00	10122201545257282	2140349	18.553,00
MG	MARIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000154757201700	584.181,00	81000174	584.181,00	10122201545257282	2220377	584.181,00
MG	MATIAS BARBOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000155167201700	97.780,00	81000174	97.780,00	10122201545257282	2141922	97.780,00
MG	MURIAE	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MURIAE	36000155280201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2765020	100.000,00
MG	MUTUM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MUTUM	36000154886201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2764350 4042298	200.000,00 200.000,00
MG	NANUQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NANUQUE/MG	36000155124201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2211262	100.000,00
MG	PARACATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155271201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2169355 5633907 5856361	98.000,00 52.000,00 100.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	UBERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	36000155251201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2206595	150.000,00
MG	UBERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	36000155252201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2165147	100.000,00
MG	UBERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	36000155253201700	50.000,00	81000174	50.000,00	10122201545257282	2165309	50.000,00
MG	UBERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	36000155258201700	26.000,00	81000174	26.000,00	10122201545257282	2165317	26.000,00
MG	UBERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	36000155259201700	87.000,00	81000174	87.000,00	10122201545257282	5120349	87.000,00
MG	UBERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	36000155260201700	87.000,00	81000174	87.000,00	10122201545257282	5130794	87.000,00
MG	VARGEM ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGEM ALEGRE	36000155135201700	13.000,00	81000174	13.000,00	10122201545257282	2103397	13.000,00
PB	ALAGOA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOA GRANDE	36000155181201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2592509	100.000,00
PB	BARRA DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BARRA DE SANTANA	36000155158201700	20.924,00	81000174	20.924,00	10122201545257282	2794071 3190196 5052076	15.000,00 5.000,00 924,00
PB	CATURITE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CATURITE	36000155184201700	35.000,00	81000174	35.000,00	10122201545257282	6402356	35.000,00
PB	CATURITE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CATURITE	36000155185201700	15.000,00	81000174	15.000,00	10122201545257282	6402348	15.000,00
PB	DONA INES	DONA INES - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155190201700	7.000,00	81000174	7.000,00	10122201545257282	6323030	7.000,00
PB	IGARACY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARACY	36000155048201700	50.000,00	81000174	50.000,00	10122201545257282	5585511	50.000,00
PB	IMACULADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IMACULADA	36000155170201700	60.000,00	81000174	60.000,00	10122201545257282	2321734	60.000,00
PB	JACARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACARAU	36000155151201700	101.363,00	81000174	101.363,00	10122201545257282	7366655	101.363,00
PB	JOCA CLAUDINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155014201700	9.400,00	81000174	9.400,00	10122201545257282	2321815	9.400,00
PB	LAGOA DE DENTRO	LAGOA DE DENTRO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155160201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2613344	150.000,00
PB	NATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATUBA	36000155091201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2342960	150.000,00
PB	NOVA FLORESTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155225201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2343207	100.000,00
PB	PEDRA LAVRADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA LAVRADA	36000155193201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2758040	100.000,00
PB	PIANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155195201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2600331	100.000,00
PB	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	FUNDO MUNIC DE SAUDE DE JOSE DA LAGOA TAPADA	36000155176201700	13.000,00	81000174	13.000,00	10122201545257282	5469813	13.000,00
PE	ESCADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ESCADA-PE	36000154924201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2712059	300.000,00
PR	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL	36000155111201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2738864	250.000,00
PR	PORECATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORECATU	36000154929201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2729423	100.000,00
PR	SENGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000155247201700	40.000,00	81000174	40.000,00	10122201545257282	2683180	40.000,00
RO	ALVORADA D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA DO OESTE	36000154923201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2808501	200.000,00
RO	JI-PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JI-PARANA	36000155114201700	700.000,00	81000174	700.000,00	10122201545257282	2495279	700.000,00
RO	MINISTRO ANDREAZZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINISTRO ANDREAZZA	36000155024201700	144.430,00	81000174	144.430,00	10122201545257282	2679205	144.430,00
RS	BAGE	SANTA CASA DE CARIDADE DE BAGE	36000154931201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2261987	200.000,00
RS	CONDOR	SOCIEDADE HOSPITAL BENEFICENTE DE CONDOR	36000155076201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2261111	100.000,00
RS	GIRUA	ASSOCIACAO DE LITERATURA E BENEFICENCIA	36000155005201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2260069	100.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000154882201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2241013	100.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000154896201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2244225	100.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000154960201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2244098	100.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000154979201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2246767	500.000,00
RS	RONDINHA	SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE PE EUGENIO MEDICHESCHI	36000155179201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2235447	100.000,00
SP	IBIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIUNA	36000155065201700	1.400.000,00	81000174	1.400.000,00	10122201545257282	2079615	1.400.000,00
SP	IPAUSSU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000154881201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2088479	150.000,00
SP	ITUPEVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPEVA	36000154877201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2032473	500.000,00
SP	LUTECIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUTECIA	36000154988201700	20.204,00	81000174	20.204,00	10122201545257282	2034352	20.204,00
SP	MARILIA	ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITAL UNIVERSITARIO	36000154932201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	5860490	100.000,00
SP	ORLANDIA	HOSPITAL BENEFICENTE SANTO ANTONIO	36000155157201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2745798	500.000,00
SP	OSVALDO CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000154917201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2082586	200.000,00
SP	SALESOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALESOPOLIS	36000155209201700	88.472,00	81000174	88.472,00	10122201545257282	2079380	88.472,00
TO	COLMEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000154954201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2600390	150.000,00
TOTAL			66 PROPOSTAS	12.675.307,00					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.230, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na Operadora SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Medico-Hospitalar S/A.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 23 de outubro de 2017, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.902177/2014-41, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na Operadora SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Medico-Hospitalar Ltda., registro ANS nº 30.664-9, inscrita no CNPJ sob o nº 25.658.691/0001-46.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÕES

Na Decisão de 06 de abril de 2017, processo n.º 33902.051585/2010-00, publicada no DOU nº 68, em 07 de abril de 2017, Seção 1, página 25: onde se lê: "Valor da Multa (R$) 507.022,50 (quinhentos e sete mil e vinte e dois reais e cinquenta centavos...". leia-se: "Valor da Multa R$ 427.142,50 (quatrocentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e dois reais e cinquenta centavos) ".

Na Decisão de 24 de outubro de 2017, processo n.º 33902.043172/2016-39, publicada no DOU nº 205, em 25 de outubro de 2017, Seção 1, página 43, em referência à operadora Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro, onde se lê: "33902.043172/2016-36. leia-se: "33902.043172/2016-39

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.932, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 161, de 8 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.933, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 161, de 8 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.934, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 161, de 8 de junho de 2017, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.935, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 161, de 8 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Transferência de titularidade e por consequente, cancelar o Registro dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.896, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.897, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.898, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro do alimento, sob o número de processo constante do anexo desta Resolução, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969 e do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 2º A revalidação abrange as petições que ainda não foram objetos de decisão por parte da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não se aplica às petições de revalidação de registro protocolados fora do prazo estabelecido nos termos do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 4º As petições revalidadas automaticamente serão analisadas, podendo a Administração indeferir o pedido de revalidação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado ou ratificá-lo, deferindo o pedido de revalidação.

Art. 5º Os produtos com registros revalidados podem ser consultados no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_alimento.asp.

Art. 6º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, sem haver interrupção na regularidade do registro.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.899, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições de Avaliação de Pedidos de Inclusão/Extensão de Uso de Aditivos Alimentares e ou Coadjuvantes de Tecnologia, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.904, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.905, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.906, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.907, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.908, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 dias a partir da data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.936, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE nº 1.070, de 20 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 77, de 24 de abril de 2017, Seção 1 Pág. 51 e Suplemento Pág. 15, referente ao processo 25351.572579/2015-43,

Onde se lê:

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56.994.502/0001-30
PAMOATO DE PASIREOTIDA
SIGNIFOR LP 25351.572579/2015-43 04/2022
MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO
NOVO 0826839/15-1
1.0068.1138.001-1 36 MESES
60MG PO SUS INJ CT FA VD TRANS X 60 + DIL SER PREENC
VD TRANS X 2 + AGU + ADAPT
1.0068.1138.002-1 36 MESES
40 MG PO SUS INJ CT FA VD TRANS X 40 + DIL SER PREENC
VD TRANS X 2 + AGU + ADAPT
1.0068.1138.003-8 36 MESES
20 MG PO SUS INJ CT FA VD TRANS X 20 + DIL SER PREENC
VD TRANS X 2 + AGU + ADAPT

Leia-se:

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56.994.502/0001-30
PAMOATO DE PASIREOTIDA
SIGNIFOR LP 25351.572579/2015-43 04/2022
MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO
NOVO 0826839/15-1
1.0068.1138.001-1 36 MESES
60MG PO SUS INJ IM CT FA VD TRANS + DIL SER PREENC
VD TRANS X 2ML + AGU + ADAPT
1.0068.1138.002-1 36 MESES
40 MG PO SUS INJ IM CT FA VD TRANS + DIL SER PREENC
VD TRANS X 2ML+ AGU + ADAPT
1.0068.1138.003-8 36 MESES
20 MG PO SUS INJ IM CT FA VD TRANS + DIL SER PREENC
VD TRANS X 2ML + AGU + ADAPT

Na Resolução - RE nº 1.458, de 03 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº. 106, de 06 de junho de 2016, Seção 1 Pág. 40 e Suplemento Pág. 21, referente ao processo n° 25351.787615/2014-79,

Onde se lê:

(...)
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
44734671000151
AZITROMICINA DI-HIDRATADA
AZICIN 25351.184375/2015-59 06/2021
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0265526/15-8
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1160059/14-
4 - 25351.787615/2014-79)
1.0298.0435.001-2 24 Meses
500MG PO LIOF SOL INFUS CT 1 FA VD TRANS
1.0298.0435.002-0 24 Meses
500MG PO LIOF SOL INFUS CT 10 FA VD TRANS
(...)

Leia-se:

(...)
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
44734671000151
AZITROMICINA DI-HIDRATADA
AZICIN 25351.184375/2015-59 06/2021
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0265526/15-8
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1160059/14-
4 - 25351.787615/2014-79)
1.0298.0435.001-2 24 Meses
500MG PO LIOF SOL INFUS CT 1 FA VD TRANS
1.0298.0435.002-0 24 Meses
500MG PO LIOF SOL INFUS CT 10 FA VD TRANS
(...)

Na Resolução - RE nº 1.671, de 23 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 120, de 26 de junho de 2017, Seção 1 Pág. 31 e Suplemento Pág. 20, referente ao processo 25351.702528/2015-01,

Onde se lê:

ANASTROZOL 25351.702528/2015-01 06/2022
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0997389/15-3
1.0235.1216.001-1 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 28
1.0235.1216.001-1 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
(...)
1.0235.1216.005-2 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 300

Leia-se:

ANASTROZOL 25351.702528/2015-01 06/2022
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0997389/15-3
1.0235.1216.001-1 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 28
1.0235.1216.006-0 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
(...)
1.0235.1216.005-2 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 300

Na Resolução - RE nº 172, de 20 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 16, de 23 de janeiro de 2017, Seção 1 Pág. 33 e Suplemento Pág. 19, referente ao processo n° 25351.313973/2014-95,

Onde se lê:

(...)
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
EXENATIDA
BYDUREON 25351.313973/2014-95 01/2022
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA
NOVA NO PAÍS 0431552/14-9
1.1618.0256.001-1 36 Meses
(2 MG PO SUS INJ LIB PROL SC + DIL X 0,65 ML) CT 1 CAR
VD TRANS + 2 AGU + CAN APLIC
EXENATIDA
1.1618.0256.002-8 36 Meses
(2 MG PO SUS INJ LIB PROL SC + DIL X 0,65 ML) CT 2 CAR
VD TRANS + 4 AGU + 2 CAN APLIC
EXENATIDA
1.1618.0256.003-6 36 Meses
(2 MG PO SUS INJ LIB PROL SC + DIL X 0,65 ML) CT 4 CAR
VD TRANS + 8 AGU + 4 CAN APLIC
EXENATIDA
1.1618.0256.004-4 36 Meses
(2 MG PO SUS INJ LIB PROL SC + DIL X 0,65 ML) CT 8 CAR
VD TRANS + 16 AGU + 8 CAN APLIC
EXENATIDA
(...)

Leia-se:

(...)
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
EXENATIDA
BYDUREON 25351.313973/2014-95 01/2022
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA
NOVA NO PAÍS 0431552/14-9
1.1618.0256.001-1 36 Meses
(2 MG PO SUS INJ LIB PROL SC + DIL X 0,65 ML) CT 1 CAR
VD TRANS + 1 AGU + 1 CAN APLIC + 1 AGU RESERVA
EXENATIDA
1.1618.0256.002-8 36 Meses
(2 MG PO SUS INJ LIB PROL SC + DIL X 0,65 ML) CT 2 CAR
VD TRANS + 2 AGU + 2 CAN APLIC + 1 AGU RESERVA
EXENATIDA
1.1618.0256.003-6 36 Meses
(2 MG PO SUS INJ LIB PROL SC + DIL X 0,65 ML) CT 4 CAR
VD TRANS + 4 AGU + 4 CAN APLIC + 1 AGU RESERVA
EXENATIDA
1.1618.0256.004-4 36 Meses
(2 MG PO SUS INJ LIB PROL SC + DIL X 0,65 ML) CT 8 CAR
VD TRANS + 8 AGU + 8 CAN APLIC + 1 AGU RESERVA
EXENATIDA
(...)

Na Resolução - RE nº 1.817, de 08 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União n°. 131, de 11 de julho de 2016, Seção 1 Pág. 105 e Suplemento Pág. 24, referente ao processo 25351258367201574,

Onde se lê:

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS
S.A. 61082426000207
IBUPROFENO
ALIVIUM 25351.258367/2015-74 01/2018
10231 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS 0267373/14-8
1.7817.0807.029-5 24 Meses
600 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.7817.0807.030-9 24 Meses
600 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500 (EMB HOSP)
(...)

Leia-se:

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS
S.A. 61082426000207
IBUPROFENO
ALIVIUM 25351.258367/2015-74 01/2018
10231 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA JÁ REGISTRADA NO PAÍS 0267373/14-8
1.7817.0807.029-5 24 Meses
600 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.7817.0807.030-9 24 Meses
600 MG COM CX BL AL PLAS TRANS X 500 (EMB HOSP)
(...)

Na resolução - RE nº 1.973, de 21 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 140, de 24 de julho de 2017, Seção 1 Pág. 37 e Suplemento Pág. 11, referente ao processo 25351.666306/2014-92.

Onde se lê:

DEFERANOX 25351.666306/2014-92 07/2022
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
0984789/14-8
1.0235.1222.001-2 24 Meses
125 MG COM DISP CT BL AL AL X 28
1.0235.1222.002-0 24 Meses
125 MG COM DISP CT BL AL AL X 42
1.0235.1222.003-9 24 Meses
125 MG COM DISP CT BL AL AL X 56
1.0235.1222.004-7 24 Meses
125 MG COM DISP CT BL AL AL X 84
1.0235.1222.005-5 24 Meses
250 MG COM DISP CT BL AL AL X 28
1.0235.1222.006-3 24 Meses
250 MG COM DISP CT BL AL AL X 42
1.0235.1222.007-1 24 Meses
250 MG COM DISP CT BL AL AL X 56
1.0235.1222.008-1 24 Meses
250 MG COM DISP CT BL AL AL X 84
1.0235.1222.009-8 24 Meses
500 MG COM DISP CT BL AL AL X 28
1.0235.1222.011-1 24 Meses
500 MG COM DISP CT BL AL AL X 42
1.0235.1222.012-8 24 Meses
500 MG COM DISP CT BL AL AL X 56
1.0235.1222.013-6 24 Meses
500 MG COM DISP CT BL AL AL X 84

Leia-se:

DESAIRON 25351.666306/2014-92 07/2022
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
0984789/14-8
1.0235.1222.001-2 24 Meses
125 MG COM SUS CT BL AL AL X 28
1.0235.1222.002-0 24 Meses
125 MG COM SUS CT BL AL AL X 42
1.0235.1222.003-9 24 Meses
125 MG COM SUS CT BL AL AL X 56
1.0235.1222.004-7 24 Meses

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

125 MG COM SUS CT BL AL AL X 84
1.0235.1222.005-5 24 Meses
250 MG COM SUS CT BL AL AL X 28
1.0235.1222.006-3 24 Meses
250 MG COM SUS CT BL AL AL X 42
1.0235.1222.007-1 24 Meses
250 MG COM SUS CT BL AL AL X 56
1.0235.1222.008-1 24 Meses
250 MG COM SUS CT BL AL AL X 84
1.0235.1222.009-8 24 Meses
500 MG COM SUS CT BL AL AL X 28
1.0235.1222.011-1 24 Meses
500 MG COM SUS CT BL AL AL X 42
1.0235.1222.012-8 24 Meses
500 MG COM SUS CT BL AL AL X 56
1.0235.1222.013-6 24 Meses
500 MG COM SUS CT BL AL AL X 84

Na resolução - RE nº 2.103, de 03 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 150, de 07 de agosto de 2017, Seção 1 pág. 50 e Suplemento pág. 10, referente ao processo nº 25000.032781/96-84.

Onde se lê:

PO LIOF INJ CT FA VD INC + AMP VD INC DIL X 0,5 ML

PO LIOF INJ CT 10 FA VD INC + 10 AMP VD INC DIL X 0,5 ML

PO LIOF INJ CT 25 FA VD INC + 25 AMP VD INC DIL X 0,5 ML

PO LIOF INJ CT FA VD INC + SER PREEN VD INC DIL X 0,5 ML

PO LIOF INJ CT FA VD INC + SER PREEN VD INC DIL X 0,5 ML + AGU REMOV

PO LIOF INJ CT 10 FA VD INC + 10 SER PREEN VD INC DIL X 0,5 ML + AGU REMOV

PO LIO INJ CT 100 FA VD INC + 100 PREEN VD INC DIL X 0,5 ML + AGU REMOV

Leia-se:

PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + AMP VD TRANS DIL X 0,5 ML

PO LIOF INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 AMP VD TRANS DIL X 0,5 ML

PO LIOF INJ CT 25 FA VD TRANS + 25 AMP VD TRANS DIL X 0,5 ML

PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML

PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML + AGU REMOV

PO LIOF INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML + AGU REMOV

PO LIO INJ CT 100 FA VD TRANS + 100 PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML + AGU REMOV

Na resolução - RE nº 2.103, de 03 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 150, de 07 de agosto de 2017, Seção 1, pág. 50 e Suplemento pág. 10, referente ao processo nº 25000.032781/96-84.

Onde se lê:

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
VÍRUS DA VARICELA ZOSTER
VARILRIX 25000.032781/96-84 10/2018
1925 PRODUTO BIOLÓGICO- ALTERAÇÃO DO LOCAL DE
FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL 2546417/16-5
1940 PRODUTO BIOLÓGICO- ALTERAÇÃO DO LOCAL DE
FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁ-
RIA 2546432/16-9
1.0107.0121.001-2 24 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD INC + AMP VD INC DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.002-0 24 Meses
PO LIOF INJ CT 10 FA VD INC + 10 AMP VD INC DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.003-9 24 Meses
PO LIOF INJ CT 25 FA VD INC + 25 AMP VD INC DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.004-7 24 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD INC + SER PREEN VD INC DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.005-5 24 Meses
PO LIOF INJ CT 5 FA VD INC + 5 SER PREEN VD INC DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.006-3 24 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD INC + SER PREEN VD INC DIL X 0,5 ML +
AGU REMOV
1.0107.0121.007-1 24 Meses
PO LIOF INJ CT10 FA VD INC + 10 SER PREEN VD INC DIL X 0,5 ML +
AGU REMOV
1.0107.0121.008-1 24 Meses
PO LIOF INJ CT100 FA VD INC + 100 SER PREEN VD INC DIL X 0,5 ML +
AGU REMOV

Leia se:

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
VÍRUS DA VARICELA ZOSTER
VARILRIX 25000.032781/96-84 10/2018
1925 PRODUTO BIOLÓGICO- ALTERAÇÃO DO LOCAL DE
FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL 2546417/16-5
1940 PRODUTO BIOLÓGICO- ALTERAÇÃO DO LOCAL DE
FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁ-
RIA 2546432/16-9
1.0107.0121.001-2 24 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + AMP VD TRANS DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.002-0 24 Meses
PO LIOF INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 AMP VD TRANS DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.003-9 24 Meses
PO LIOF INJ CT 25 FA VD TRANS + 25 AMP VD TRANS DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.004-7 24 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.005-5 24 Meses
PO LIOF INJ CT 5 FA VD TRANS + 5 SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML
1.0107.0121.006-3 24 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML +
AGU REMOV
1.0107.0121.007-1 24 Meses
PO LIOF INJ CT10 FA VD TRANS + 10 SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML +
AGU REMOV
1.0107.0121.008-1 24 Meses
PO LIOF INJ CT100 FA VD TRANS + 100 SER PREENC VD TRANS DIL X 0,5 ML +
AGU REMOV

Na resolução - RE nº 2.359, de 31 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da união n° 170, de 04 de setembro de 2017, Seção 1, pág. 44 e Suplemento pág. 05, referente ao processo nº 25000.020211/97-50.

Onde se lê:

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A
33009945000123
RITUXIMABE
MABTHERA 25000.020211/97-50 06/2018
10373 PRODUTO BIOLOGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 1434266/16-9
10386 PRODUTO BIOLOGICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO (S) PRINCÍPIOS (S) ATIVO (S)
0126457/17-8
1.01100.0548.001-1 30 Meses
10 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT 2 FR VD TRANS X 10 ML
1.0100.0548.003-8 30 Meses
10 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT 1 FR VD TRANS X 50 ML
1.0100.0548.004-6 30 Meses
1400 MG SOL INJ SC CT 1 FA VD TRANS X 11,7 ML (REST HOSP)
1.0100.0548.005-4 30 Meses
1600 MG SOL INJ SC CT 1 FA VD TRANS X 13,4 ML (REST HOSP)

Leia-se

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A
33009945000123
RITUXIMABE
MABTHERA 25000.020211/97-50 06/2018
10373 PRODUTO BIOLOGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 1434266/16-9
10386 PRODUTO BIOLOGICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO (S) PRINCÍPIOS (S) ATIVO (S)
0126457/17-8
1.01100.0548.001-1 30 Meses
10 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT 2 FR VD TRANS X 10 ML
1.0100.0548.003-8 30 Meses
10 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT 1 FR VD TRANS X 50 ML

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.900, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.901, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.902, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.939, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir o ingrediente ativo B55 - BENZOATO DE EMAMECTINA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.940, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos da ação ordinária nº 1011296-26.2017.4.01.3400, 3ª Vara Federal/SJDF que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto CERCOBIN 875 WG.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.941, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.942, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.943, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação toxicológica preliminar não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.944, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação toxicológica preliminar não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.945, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência da cultura da soja, na monografia do ingrediente ativo D25 - DIUROM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.946, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO-RE N°- 2.486, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017, publicada no Diário Oficial da União n.184 de 25 de setembro de 2017, página 75, Seção 1 e página 26, Suplemento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.947, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos da ação ordinária nº 1006775-38.2017.4.01.3400, 17ª Vara Federal/DF que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto ABSOLUTO WG.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.948, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.894, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.895, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.903, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.909, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.910, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.911, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.912, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.913, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art.53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem da empresa ITS Material Cirúrgico Eireli - EPP, CNPJ nº 00.581.295/0001-37, publicada pela Resolução RE n° 2.258, de 24 de agosto de 2017, no Diário Oficial da União nº 165, de 28 de agosto de 2017, Seção I, pág. 49, e em Suplemento da Seção I, pág. 51, devido a dados incorretos de publicação.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.914, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.915, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.916, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.917, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.918, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.919, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.920, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.921, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir o insumo alfafolitropina na certificação da empresa Merck Serono SA, solicitada pela empresa Merck S.A., CNPJ n.º 33.069.212/0001-84, publicada pela Resolução RE nº 729, de 17 de março de 2017, no Diário Oficial da União nº. 54, de 20 de março de 2017, Seção I, pág. 67 e suplemento da Seção I, pág. 45, conforme expedientes nº 2257248/16-1, 2256231/16-1 e 1559354/17-1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.922, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.923, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.924, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.925, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.926, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.927, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.928, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.929, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.930, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.931, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.937, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução RE nº 1.654, de 23 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 121, de 27 de junho de 2016, Seção 1, página 28, e em suplemento, páginas 37 e 38, referente à certificação da empresa Catalent Pharma Solutions LLC, solicitada pela empresa Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda. CNPJ nº 51.780.468/0001-87, conforme expedientes nº 0978262/15-1 e 2153901/17-4,

Onde se lê: granulados (granel).

Leia-se: cápsulas (granel).

Na Resolução - RE N. º 2.429, de 14 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 179, de 18 de setembro de 2017, Seção 01 Pag. 51 e Suplemento Págs. 24 e 25,

Onde se lê:

EMPRESA: JSL S/A.

ENDEREÇO: R HECULANO PINHEIRO, 333, E 363 ARMZ 1 A 8

GALPAO1,2,4 E 5

BAIRRO: PAVUNA CEP: 21532440 - RIO DE JANEIRO/RJ

CNPJ: 52.548.435/0197-83

PROCESSO: 25351.475043/2017-42 AUTORIZ/MS: 1.16901.7

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: JSL S/A.

ENDEREÇO: R HECULANO PINHEIRO, 333, E 363 ARMZ 1 A 8

GALPAO1,2,4 E 5

BAIRRO: PAVUNA CEP: 21532440 - RIO DE JANEIRO/RJ

CNPJ: 52.548.435/0197-83

PROCESSO: 25351.475043/2017-42 AUTORIZ/MS: 1.16901.7

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO, INSUMOS FARMACÊUTICOS

EXPEDIR: MEDICAMENTO, INSUMOS FARMACÊUTICOS

Na resolução - RE N.º 2.432, de 14 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 179, de 18 de setembro de 2017, Seção 01 Pag. 52 e Suplemento Págs. 25 e 26.

Onde se lê:

EMPRESA: SETTY ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ASSUNTOS REGULATORIOS COM DE PROD MEDICO HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO: SHIS QI 9/11, Bloco: A, Sala 06

BAIRRO: Lago Sul CEP: 71625015 - BRASÍLIA/DF

CNPJ: 26.406.496/0001-91

PROCESSO: 25351.467622/2017-11 AUTORIZ/MS: 2.09569.1

AT I V I D A D E / C L A S S E

ARMAZENAR: COSMÉTICOS

EXPEDIR: COSMÉTICOS

IMPORTAR: COSMÉTICOS

Leia-se:

EMPRESA: SETTY ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ASSUNTOS REGULATORIOS COM DE PROD MEDICO HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO: SHIS QI 9/11, Bloco: A, Sala 06

BAIRRO: Lago Sul CEP: 71625015 - BRASÍLIA/DF

CNPJ: 26.406.496/0001-91

PROCESSO: 25351.467622/2017-11 AUTORIZ/MS: 2.09569.1

AT I V I D A D E / C L A S S E

ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

Na Resolução RE nº 285, de 29 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 01 de fevereiro de 2016, Seção 1, página 145, e retificada no Diário Oficial da União nº 165, de 28 de agosto de 2017, Seção 1, página 52, retificar, a pedido, a certificação da empresa AndersonBrecon Inc., solicitada pela empresa Laboratórios Pfizer Ltda., CNPJ: 46.070.868/0036-99, conforme expedientes nº 0385906/15-1 e 1504756/17-3,

Onde se lê:

Sólidos não estéreis (embalagem primária e secundária): cápsulas.

Leia-se:

Sólidos não estéreis (embalagem primária e secundária): cápsulas moles.

Na Resolução RE nº 176, de 20 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 23 de janeiro de 2017, Seção 1, página 40, e em Suplemento da Seção 1, página 43; referente à certificação da empresa Bristol-Myers Squibb Manufacturing Company, solicitada pela empresa Bristol-Myers Squibb Farmacêutica Ltda., CNPJ: 56.998.982/0001-07, publicada por renovação automática, conforme expedientes 2113941/16-5 e 2136848/17-1.

Onde se lê: comprimidos e comprimidos revestidos (granel).

Leia-se: comprimidos revestidos (granel).

Na Resolução RE nº 2.595, de 29 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 02 de outubro de 2017, Seção 1, página 61, e em Suplemento da Seção 1, página 82; referente à certificação da empresa EMS S/A, CNPJ: 57.507.378/0001-01, conforme expedientes 0473869/17-1 e 2132008/17-0.

Onde se lê: Sólidos não estéreis: Comprimidos; Comprimidos Revestidos

Leia-se: Sólidos não estéreis (Hormônios): Comprimidos; Comprimidos Revestidos

Na Resolução - RE nº 3.076, de 14 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 157, de 18 de agosto de 2014, Seção 01 Pag. 60 e Suplemento Págs. 89 e 114,

Onde se lê:

EMPRESA: DROGANELK LTDA

ENDEREÇO: RUA VIRGILIO ALVES PEREIRA 55

BAIRRO: CENTRO CEP: 37472000 - CARMO DE MINAS/MG

CNPJ: 22.048.219/0001-01

PROCESSO: 25351.666275/2013-84 AUTORIZ/MS: 7.24853.5

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-

TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A

CONTROLE ESPECIAL

Leia-se:

EMPRESA: DROGANELK LTDA

ENDEREÇO: RUA GETULIO VARGAS, Nº 59

BAIRRO: CENTRO CEP: 37472000 - CARMO DE MINAS/MG

CNPJ: 22.048.219/0001-01

PROCESSO: 25351.666275/2013-84 AUTORIZ/MS: 7.24853.5

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-

TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A

CONTROLE ESPECIAL

Na Resolução - RE nº 1.540, de 8 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União Nº 111, de 12 de junho de 2017, Seção 1 Pag. 40 e Suplemento Págs. 08 e 10,

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA CAMPOS LTDA ME

ENDEREÇO: RUA JAGUARARI 1324 A

BAIRRO: BARRO VERMELHO CEP: 59050300 - NATAL/RN

CNPJ: 27.310.463/0001-06

PROCESSO: 25351.275812/2017-12

AUTORIZ/MS: 7.51875-4

ATIVIDADE/ CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A
CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA CAMPOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA JAGUARARI 1324 A
BAIRRO: BARRO VERMELHO CEP: 59050300 - NATAL/RN
CNPJ: 27.310.463/0001-06
PROCESSO: 25351.275812/2017-12
AUTORIZ/MS: 7.51875-4
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A
CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Na Resolução RE nº 1.881, de 13 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 135, de 17 de julho de 2017, Seção I, pág. 44, e em Suplemento da Seção I, pág. 25, referente à certificação da empresa Abimade Indústria e Comércio de Produtos Médicos Ltda., CNPJ n. º 07.607.291/0001-20, conforme expedientes nº 2539187/16-9 e nº 1820373/17-6,

Onde se lê: Abimade Indústria e Comércio de Produtos Ltda.

Leia-se: Abimade Indústria e Comércio de Produtos Médicos Ltda.

Na Resolução RE nº 1.634, de 14 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 115, de 19 de junho de 2017, Seção I, págs. 36 e 37, e em Suplemento da Seção I, págs. 45 e 46, referente à certificação da empresa Vyttra Diagnósticos Importação e Exportação Ltda., CNPJ n º 00.904.728/0004-90, conforme expedientes nº 2255208/16-1 e nº 1565284/17-0.

Onde se lê: Imunotech Sistemas Diagnósticos Importação e Exportação Ltda.

Leia-se: Vyttra Diagnósticos Importação e Exportação Ltda.

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.938, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 999, de 19 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.949, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 999, de 19 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Autorização Especial (AE) de empresas que presta serviço de armazenagem de substâncias e de medicamentos sob controle especial em recintos alfandegados, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.950, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 999, de 19 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito de Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 316, DE 3 DE NOVEMBRO DE 10''7

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam cancelados os registros únicos para o exercício da medicina dos médicos intercambistas desligados do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

NOME	RNE/RG	RMS	PROCESSO/SIPAR
ALEXI DE LA CARIDAD PENA VIAMONTES	G0107621	3100846	25000.076789/2014-12
ALFONSO ROSS CONCEPCION	V956655O	2300196	25000.195991/2013-53
GISELLE PENSADO QUESADA	V943269D	2300008	25000.187973/2013-06
MAGALIS ANNELIS CRUZ MORENO	G005872C	3501867	25000.064298/2014-11
NAYAT HURTADO CRISTIA	G007334U	4100524	25000.075479/2014-72
PABLO FEDERICO VALIENTE	V942959U	2900005	25000.187618/2013-29
RAMON MANUEL FRIAS GARCIA	V957201L	1100013	25000.196962/2013-17
SANDRA PEREZ GARCIA	V972199W	3500405	25000.223378/2013-33
YANEXY NARANJO HECHAVARRIA	G010765W	3501760	25000.069188/2014-45
R YASELIN MARIA RODRIGUEZ DELGADO	G009341N	2100512	25000.065779/2014-43
YORDANIS CRUZ MATOS	V992402C	3500726	25000.038694/2014-92
YUDEYSIS VALDES MOJICA	G008858S	3501823	25000.068345/2044-03
YUNEIKY AGUILERA NAPOLES	G012043N	4100632	25000.073348/2014-51

PORTARIA Nº 317, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 63/SGTES/MS, de 21 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 63/SGTES/MS, de 21 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.046825/2014-13	RODNEY CRUZ ORTEGA	2900931	BA	JURUÇU/BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 318, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 149/SGTES/MS, de 29 de maio de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 149/SGTES/MS, de 29 de maio de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.073700/2014-58	MAYLEN MESTRE BIGNOTET	2200521	PI	CAMPO MAIOR

PORTARIA Nº 319, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 63/SGTES/MS, de 21 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 63/SGTES/MS, de 21 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.041159/2014-19	DAMARIS PALMERO SANCHES	5200654	GO	MINAÇU

PORTARIA Nº 320, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 32/SGTES/MS, de 01 de novembro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 32/SGTES/MS, de 01 de novembro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.199373/2013-82	JECILDA SOUZA DE ALCANTARA	1400222	RR	CARACARAI

PORTARIA Nº 321, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014 que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.067317/2014-04	ALIESKY ALONSO SOSA	3500855	SP	ARAÇATUBA

PORTARIA Nº 322, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº Portaria nº 502/SGTES/MS, de 30 de setembro de 2016 que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº Portaria nº 502/SGTES/MS, de 30 de setembro de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.132880/2016-89	ODALYS DEL ROSARIO AGUILERA BERTOT	3502539	SP	ARAÇATUBA
25000.132910/2016-57	RAFAEL LOPETEGUI MARTINEZ	3502579	SP	ARAÇATUBA

PORTARIA Nº 323, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº Portaria nº Portaria nº Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014 que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.067948/2014-80	RANDY DAVID PEREZ PUPO	3501046	SP	ARAÇATUBA

PORTARIA Nº 324, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº Portaria nº Portaria nº 116/SGTES/MS, de 08 de maio de 2014 que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº Portaria nº Portaria nº 116/SGTES/MS, de 08 de maio de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.074468/2014-75	YANIUSKA BOUT ROSALES	3501969	SP	ARAÇATUBA
25000.075234/2014-45	YENIA HERRERA CALUNGA	3501972	SP	ARAÇATUBA
25000.074867/2014-36	YINDRA JAY PULIDO	3501968	SP	ARAÇATUBA

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 624, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Institui as metas globais de desempenho institucional para fins de cálculo do pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, da Gratificação de Desempenho das Atividades de Infraestrutura - GDAIE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS para o período de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2018, bem como as regras complementares.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º- A, § 11, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; no art. 22, § 5º, da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010; no art. 7º da Lei nº 11.539, de 08 de novembro de 2007; na Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009; no Decreto nº 8.435, de 22 de abril de 2015; no art. 5º, § 2º, do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e no art. 11, § 3º, do Decreto nº 8.107, de 06 de setembro de 2013, bem como nas Portarias nº 554, de 30 de novembro de 2011, nº 139, de 22 de março de 2013, nº 656, de 14 de outubro de 2014, e nº 395, de 22 de julho de 2015, resolve:

Art.1º Instituir as metas globais de desempenho institucional para fins de cálculo do pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, da Gratificação de Desempenho das Atividades de Infraestrutura - GDAIE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS para o período de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2018, na forma do anexo I desta Portaria, bem como estabelecer regras complementares, na forma do Anexo II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO ARAÚJO

ANEXO I

METAS GLOBAIS MCIDADES - 1º DE DEZEMBRO 2017 A 30 DE NOVEMBRO 2018

Descrição da Meta	Produto da Meta	Unidade de medida	Valor Máximo da Meta
Monitoramento das políticas públicas do Ministério das Cidades expressas nos programas do Plano Plurianual - PPA por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP	Monitoramento realizado	Unidade	1
Elaboração do Orçamento Anual do FGTS	Orçamento elaborado	Unidade	1
Atendimento aos requerimentos de informações provenientes do SIC, relacionados à Lei de Acesso à Informação	Solicitações atendidas	%	100
Elaboração da Prestação de Contas do Presidente de República - PCPR	PCPR elaborada	Unidade	1
Elaboração da Tomada de Contas Anual (Relatório de Gestão)	Relatório elaborado	Unidade	6

ANEXO II

1. O cumprimento da meta de "Monitoramento das políticas públicas do Ministério das Cidades expressas nos programas do Plano Plurianual - PPA" será comprovado por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

2. O cumprimento da meta de "Elaboração do Orçamento Anual do FGTS" será comprovado pelo envio de subsídios para elaboração do Orçamento e deverá estar em conformidade com as orientações do Conselho Curador do FGTS.

3. O cumprimento da meta "Atendimento aos requerimentos de informações provenientes do SIC, relacionados à Lei de Acesso à Informação" será comprovado por meio de relatório estatístico de atendimentos.

4. O cumprimento da meta de "Elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR" será comprovado pelo envio de subsídios para elaboração da PCPR e deverá estar em conformidade com as orientações dos Órgãos de Controle.

5. O cumprimento da meta de "Elaboração da Tomada de Contas Anual (Relatório de Gestão)" será comprovado pela elaboração do Relatório de Gestão das 4 (quatro) Secretarias Nacionais e da Secretaria Executiva, e deverá estar em conformidade com as orientações dos Órgãos de Controle, bem como do encaminhamento das informações à Secretaria Executiva do Conselho Curador Do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CCFGTS, na condição de Gestor da aplicação dos recursos do fundo, que subsidiarão a elaboração do Relatório de Gestão do FGTS.

6. O valor máximo atribuído a cada meta será de 20% (vinte por cento) do total.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 627, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Divulga propostas habilitadas para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º. Divulgar, na forma do Anexo, as propostas habilitadas para análise pela Instituição Financeira, com vistas à contratação de empreendimentos para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), nos termos da Portaria nº 267, de 22 de março de 2017.

§1º As empresas proponentes das operações de que trata o caput terão os seguintes prazos, contados da publicação desta Portaria, para apresentar documentações junto à Instituição Financeira:

I - até 30 (trinta) dias para comprovar todas as informações lançadas nos correspondentes Formulários de Qualificação Inicial (FQI), inclusive apresentação dos projetos de engenharia desenvolvidos para o empreendimento proposto, se for o caso;

II - até 90 (noventa) dias para apresentar, no mínimo, anteprojeto e estudo de viabilidade do empreendimento, nos casos em que não foi assinalada, no preenchimento do FQI, a existência de projetos de engenharia desenvolvidos para o empreendimento proposto; e

III - até 180 (cento e oitenta) dias para reunir todas as condições necessárias à contratação do empreendimento.

§2º Nos casos em que não restar comprovada a veracidade das informações constantes no FQI, e constatada má-fe, a empresa proponente ficará sujeita à responsabilização administrativa, civil e penal.

Art. 2º A contratação das propostas selecionadas nos municípios de Aparecida de Goiânia, Inhuma, Iporá e Jaupaci, no estado de Goiás, fica condicionada à obtenção, pelos municípios, de declaração do Ministério Público Federal - Procuradoria da República de Goiás, atestando o atendimento às recomendações daquele órgão acerca da contratação de empreendimentos concernentes ao PMCMV.

Art. 3º. As propostas listadas, no Anexo, que não observarem o disposto na Portaria nº 267, de 2017, os prazos constantes nesta Portaria e demais regulamentos que regem o PMCMV ficam automaticamente desabilitadas, sem prejuízo de sua reapresentação em processos seletivos posteriores.

Art. 4º A Secretaria Nacional de Habitação poderá estabelecer cronograma diferenciado de contratação, contemplando parcelamento da meta, em função da disponibilidade orçamentária e financeira do PMCMV.

Art. 5º No anexo I da Portaria nº 406, de 1º de junho de 2017, fica alterado o empreendimento Espanha I habilitado para o município de Bagé/RS, para o empreendimento Espanha III.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO ARAÚJO

ANEXO

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL (MCMV/FAR)
RELAÇÃO DE PROPOSTAS SELECIONADAS

Região	UF	Município	Empreendimento	Proponente	UH
Centro-Oeste	DF	Brasília	Morar Bem Nova Petropolis I	01.127.225/0001-76	480
Centro-Oeste	DF	Brasília	Morar Bem Riacho Fundo I	01.127.225/0001-76	352
Centro-Oeste	DF	Brasília	Crixa Empresas II	16.614.075/0001-00	272
Centro-Oeste	DF	Brasília	Morar Bem Recanto Das Emas I	20.289.416/0001-89	256
Centro-Oeste	DF	Brasília	Morar Bem Recanto Das Emas II	20.289.416/0001-89	256
Centro-Oeste	DF	Brasília	Crixa Empresas I	16.614.075/0001-00	256
Centro-Oeste	DF	Brasília	Morar Bem Riacho Fundo II	01.127.225/0001-76	160
Centro-Oeste	DF	Brasília	Nova Planaltina	01.000.050/0001-31	92
Centro-Oeste	GO	Águas Lindas de Goiás	Jardim Amelia Condominio 02	22.610.612/0001-39	300
Centro-Oeste	GO	Aparecida de Goiânia	Residencial Dourados II	19.758.842/0001-35	292
Centro-Oeste	GO	Águas Lindas de Goiás	Jardim Amelia Condominio 01	22.610.612/0001-39	264
Centro-Oeste	GO	Inhumas	Residencial Paineiras	02.050.174/0001-94	256
Centro-Oeste	GO	Luziânia	Residencial Fortaleza	07.943.955/0001-21	251
Centro-Oeste	GO	Aparecida de Goiânia	Residencial Habitacional Agenor Modesto	33.255.712/0001-00	208
Centro-Oeste	GO	Luziânia	Residencial Umurama	07.943.955/0001-21	187
Centro-Oeste	GO	Posse	Residencial Morada Nova Modulo II	00.437.182/0001-62	100
Centro-Oeste	GO	São Miguel do Araguaia	Residencial Ipanema I	27.753.271/0001-74	100
Centro-Oeste	GO	São Miguel do Araguaia	Residencial Ipanema II	27.753.271/0001-74	100
Centro-Oeste	GO	Niquelândia	Residencial Morar Bem I	03.030.662/0001-00	96
Centro-Oeste	GO	Niquelândia	Residencial Morar Bem II	03.030.662/0001-00	96
Centro-Oeste	GO	Planaltina	Residencial Sao Francisco Etapa 3	01.154.626/0001-15	85
Centro-Oeste	GO	Posse	Residencial Morada Nova Mod V	00.437.182/0001-62	70
Centro-Oeste	GO	Iporá	Residencial Jardim Novo Horizonte III	12.887.263/0001-43	70
Centro-Oeste	GO	Aparecida de Goiânia	Condominio Residencial Agenor Modesto 2,3,4	33.255.712/0001-00	66
Centro-Oeste	GO	Caldazinha	Residencial Riviera Do Cerrado	00.042.291/0001-80	50
Centro-Oeste	GO	Jaupaci	Residencial Joaquim Dourado I	03.021.440/0001-13	48
Centro-Oeste	GO	Jaupaci	Residencial Joaquim Dourado II	03.021.440/0001-13	48
Centro-Oeste	MS	Campo Grande	Condominio Residencial Portal Laranjeiras	01.618.204/0001-53	368
Centro-Oeste	MS	Campo Grande	Condominio Residencial Sirio Libanes I E II	01.618.204/0001-53	256
Centro-Oeste	MS	Campo Grande	Residencial Jardim Aero Rancho Ch7	03.225.646/0001-65	224
Centro-Oeste	MS	Campo Grande	Residencial Jardim Aero Rancho Ch8	03.225.646/0001-65	224
Centro-Oeste	MS	Paranaíba	Residencial Ovidio Etapa I	02.387.682/0001-62	100
Centro-Oeste	MS	Campo Grande	Condominio Residencial Sumatra	02.001.672/0001-47	96
Centro-Oeste	MS	Campo Grande	Condominio Residencial Jardim Inapolis	01.618.204/0001-53	66
Centro-Oeste	MS	Sete Quedas	Residencial Ipora I	06.125.164/0001-21	50
Centro-Oeste	MS	Sete Quedas	Residencial Ipora II	06.125.164/0001-21	50
Centro-Oeste	MT	Confresa	Res Nova Confresa	11.862.538/0001-21	100
Centro-Oeste	MT	Canarana	Res Morada Do Valle	11.862.538/0001-21	100
Centro-Oeste	MT	Nobres	Morada Dos Nobres	11.862.538/0001-21	50
Centro-Oeste	MT	Acorizal	Residencial Morada Acorizal	11.862.538/0001-21	50
Centro-Oeste	MT	Planalto da Serra	Residencial Morada Da Serra	11.862.538/0001-21	50
Centro-Oeste	MT	Alto Araguaia	Res Mor A Araguaia	11.862.538/0001-21	50
Centro-Oeste	MT	Rosário Oeste	Residencial Morada Do Rosario	11.862.538/0001-21	50
Nordeste	AL	Maceió	Conjunto Habitacional Vila Emate	41.157.967/0001-69	264
Nordeste	AL	Paripueira	Res Carlos Moura II	09.426.272/0001-22	48
Nordeste	AL	Paripueira	Residencial Carlos Moura I	09.426.272/0001-22	48
Nordeste	BA	Salvador	Residencial Vida Alegre II	13.959.986/0001-73	400
Nordeste	BA	Paulo Afonso	Residencial Francisco Chargas De Carvalho	02.023.187/0001-74	200
Nordeste	BA	São Gonçalo dos Campos	Res Pqe Das Orquideas I	02.535.568/0001-32	100
Nordeste	BA	São Gonçalo dos Campos	Res Pqe Das Orquideas II	02.535.568/0001-32	100
Nordeste	BA	Itiruçu	Loteamento Residencial Nova Italia	07.392.618/0001-93	50
Nordeste	BA	Itiruçu	Residencial D"Milano	07.392.618/0001-93	50
Nordeste	BA	Aurelino Leal	Residencial Gilberto Andrade	07.743.419/0001-82	50
Nordeste	BA	Barro Preto	Loteamento Montes Claro	07.743.419/0001-82	50
Nordeste	BA	Potiraguá	Loteamento Nova Potiragua 1	00.390.381/0001-62	50
Nordeste	BA	Potiraguá	Loteamento Nova Potiragua 2	00.390.381/0001-62	50
Nordeste	BA	Ibirapitanga	Residencial Ibirapitanga - Etapa 1	07.743.419/0001-82	50
Nordeste	BA	Ibirapitanga	Residencial Ibirapitanga - Etapa 2	07.743.419/0001-82	50
Nordeste	BA	Una	Loteamento Nova Una	06.114.316/0001-90	50
Nordeste	BA	Salvador	Residencial Water Center	13.959.986/0001-73	49
Nordeste	BA	Salvador	Residencial Porto Salvador	13.959.986/0001-73	32
Nordeste	CE	Fortaleza	Residencial Vila Nova I	00.319.328/0001-75	312
Nordeste	CE	Aracati	Residencial VIva Bem 1	19.758.842/0001-35	300

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nordeste	CE	Iguatu	Res Iguatu De Um Novo Tempo I	08.782.693/0001-23	300
Nordeste	CE	Iguatu	Res Iguatu De Um Novo Tempo II	08.782.693/0001-23	300
Nordeste	CE	Iguatu	Res Benderville Iguatu II	24.891.725/0001-85	299
Nordeste	CE	Tianguá	Residencial Morada Da Serra I	00.319.328/0001-75	296
Nordeste	CE	Viçosa do Ceará	Residencial Alto Da Serra	00.319.328/0001-75	248
Nordeste	CE	Russas	Residencial Professora Zina Moreira Goncalves II	19.758.842/0001-35	225
Nordeste	CE	Acaraú	Residencial Rio Das Garcas I	00.319.328/0001-75	208
Nordeste	CE	Granja	Residencial VIver Granja	04.401.250/0001-94	151
Nordeste	CE	Pindoretama	Residencial Pindoretama I	01.460.907/0001-04	96
Nordeste	MA	São Luís	Residencial Alvorada 1	12.546.008/0001-37	208
Nordeste	MA	Raposa	Residencial Por Do Sol 1	06.699.029/0001-90	100
Nordeste	MA	Raposa	Residencial Por Do Sol 2	06.699.029/0001-90	100
Nordeste	PB	Cajazeiras	Residencial Cajazeiras I	08.782.693/0001-23	300
Nordeste	PB	Guarabira	Guarabira Residence Park I	09.323.098/0001-92	300
Nordeste	PB	João Pessoa	Residencial Vista Amada I	00.896.853/0001-53	160
Nordeste	PE	Olinda	Habitacional Sapucaia E Aguazinha	02.054.380/0001-72	480
Nordeste	PE	Cabo de Santo Agostinho	Residencial Ponte Dos Carvalhos - Condominios 03 E 04	08.658.585/0001-43	378
Nordeste	PE	Recife	Conjunto Habitacional Vila Brasil II 01	05.547.417/0001-92	320
Nordeste	PE	Recife	Conjunto Habitacional Antero Mota	10.610.031/0001-18	280
Nordeste	PE	Gravatá	Conjunto Residencial Riacho do Mel Etapa 3	11.573.016/0001-00	194
Nordeste	PE	Santa Cruz do Capibaribe	Loteamento Jacana 2	24.081.341/0001-05	139
Nordeste	PE	Recife	Conjunto Habitacional Pilar Quadra 60	04.401.250/0001-94	124
Nordeste	PE	Recife	Conjunto Habitacional Novo Prado	12.763.975/0001-50	110
Nordeste	PE	Brejo da Madre de Deus	Residencial Sao Domingos 1	03.407.182/0001-08	100
Nordeste	PE	Custódia	Residencial Domingos Alves De Gois 1	22.213.836/0001-07	100
Nordeste	PE	Ribeirão	Lot. Belmira Arcoverde	10.554.098/0001-82	100
Nordeste	PE	São Joaquim do Monte	Conjunto Habitacional Bela Vista	14.775.862/0001-09	100
Nordeste	PE	Petrolândia	Residencial Francisco Simoes De Lima - Etapa 02	03.407.182/0001-08	96
Nordeste	PE	Recife	Conjunto Habitacional Boa Esperanca	12.763.975/0001-50	60
Nordeste	PE	Chã Grande	Conjunto Residencial Sao Sebastiao	12.538.217/0001-39	60
Nordeste	PE	Recife	Conjunto Habitacional Pilar Quadra 45	04.401.250/0001-94	46
Nordeste	PI	Buriti dos Lopes	Residencial Curva Do Buriti I	06.983.852/0001-22	50
Nordeste	PI	Buriti dos Lopes	Residencial Curva Do Buriti II	06.983.852/0001-22	50
Nordeste	RN	Caicó	Residencial Terra De Santana I	19.758.842/0001-35	299
Nordeste	RN	Natal	Residencial Bayern I	41.157.967/0001-69	250
Nordeste	RN	Natal	Residencial Marcelo Tinoco I	41.157.967/0001-69	250
Nordeste	RN	Mossoró	Residencial Mossoro V	41.157.967/0001-69	248
Nordeste	RN	Mossoró	Residencial Mossoro VI	41.157.967/0001-69	248
Nordeste	RN	Natal	Residencial Planalto Privilege I	09.104.159/0001-20	48
Nordeste	RN	Natal	Residencial Planalto Privilege II	09.104.159/0001-20	48
Nordeste	RN	Natal	Residencial Planalto Privilege III	09.104.159/0001-20	48
Nordeste	RN	Natal	Residencial Planalto Privilege IV	01.230.505/0001-05	48
Nordeste	RN	Natal	Residencial Planalto Privilege V	01.230.505/0001-05	48
Nordeste	SE	Nossa Senhora do Socorro	Conjunto Habitacional Cidade Das Flores I	07.169.379/0001-07	500
Norte	AM	Manaus	Residencial Cidadao Manauara II - A	00.673.788/0001-05	500
Norte	AP	Macapá	Residencial Vila Dos Operarios	20.079.555/0001-88	224
Norte	AP	Santana	Residencial Bairro Ideal Etapa IV	03.214.866/0001-93	120
Norte	PA	Belém	Residencial Sao Joao Do Outeiro Modulo I	04.401.250/0001-94	500
Norte	PA	Belém	Conjunto Habitacional Parque Guajara I	07.418.827/0001-69	496
Norte	PA	Belém	Residencial VIver Tenone	01.655.806/0001-80	496
Norte	PA	Belém	Residencial Morar Outeiro	03.458.174/0001-90	400
Norte	PA	Mãe do Rio	Residencial VIver Mae Do Rio Modulo I	04.401.250/0001-94	100
Norte	PA	Mãe do Rio	Residencial VIver Mae Do Rio Modulo II	04.401.250/0001-94	100
Norte	PA	Tracuateua	Conjunto Habitacional Parque Dos Ipes I - Ipe Amarelo	07.418.827/0001-69	100
Norte	PA	Tracuateua	Conjunto Habitacional Parque Dos Ipes II - Ipe Branco	07.418.827/0001-69	100
Norte	PA	Santa Maria do Pará	Residencial Evandro Melo 03	04.558.805/0001-06	100
Norte	PA	Augusto Corrêa	Residencial Augusto Correa Modulo I	04.401.250/0001-94	100
Norte	PA	Augusto Corrêa	Residencial Augusto Correa Modulo II	04.401.250/0001-94	100
Norte	RO	Alto Paraíso	Residencial VIver Alto Paraiso II	04.401.250/0001-94	100
Norte	RO	Alto Paraíso	Viver Alto Paraiso I	04.401.250/0001-94	100
Norte	RR	Mucajaí	Loteamento Mucajai-Q12	04.236.920/0001-64	50
Norte	RR	Cantá	Residencial Acacias Fase III	04.801.147/0001-31	48
Norte	TO	Palmas	Residencial Recanto Das Araras I	07.454.750/0001-82	500
Norte	TO	Miracema do Tocantins	Residencial Santa Rosa 1	07.454.750/0001-82	50
Sudeste	ES	Cariacica	Residencial Vista Linda	06.940.556/0001-44	496
Sudeste	ES	Cariacica	Residencial Limao I	00.541.981/0001-84	480
Sudeste	ES	Serra	Residencial Reserva Da Lagoa	00.541.981/0001-84	384
Sudeste	ES	São Gabriel da Palha	Loteamento Recanto Dos Passaros - Arpa	05.116.388/0001-04	97
Sudeste	ES	São Gabriel da Palha	Loteamento Fartura	05.116.388/0001-04	69
Sudeste	ES	Fundão	Residencial Campestre I	09.093.807/0001-90	61
Sudeste	ES	Fundão	Residencial Campestre II	09.093.807/0001-90	61
Sudeste	MG	Sete Lagoas	Condominio Lagoa Grande II	17.154.899/0001-08	500
Sudeste	MG	Contagem	Residencial Santa Helena	01.535.369/0001-61	496
Sudeste	MG	Contagem	Residencial Nossa Senhora Da Conceicao	57.444.283/0001-88	384
Sudeste	MG	Contagem	Residencial Caiapos	01.535.369/0001-61	320
Sudeste	MG	Timóteo	Corrego Do Cacador I	26.279.935/0001-42	300
Sudeste	MG	Poços de Caldas	Residencial Sonho Dourado	02.432.262/0001-50	300
Sudeste	MG	Coronel Fabriciano	Condominio Retiro Contente I	23.425.792/0001-41	288
Sudeste	MG	Caratinga	Residencial Esperanca Etapa 2	12.254.395/0001-38	280
Sudeste	MG	Ipatinga	Residencial Passatempo I - Condominio II	26.279.935/0001-42	256
Sudeste	MG	Ipatinga	Residencial Nova Esperanca	07.594.881/0001-65	240
Sudeste	MG	Ipatinga	Residencial Teresina	12.254.395/0001-38	160
Sudeste	MG	Ipatinga	Residencial Passatempo I - Condominio I	26.279.935/0001-42	144
Sudeste	MG	Itabira	Residencial Barreiro	23.264.831/0001-76	144
Sudeste	MG	Itabira	Residencial Aboboras	23.264.831/0001-76	128
Sudeste	MG	Itabira	Residencial Fenix	23.264.831/0001-76	128
Sudeste	MG	Itaúna	Condominio Aeroporto Modulo II	07.994.019/0001-40	128
Sudeste	MG	Governador Valadares	Residencial Ibituruna	04.357.574/0001-72	126
Sudeste	MG	Belo Horizonte	Condominio Jardim De Manacas	08.192.631/0001-61	108

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sudeste	MG	Várzea da Palma	Residencial Estancia Da Palma	05.911.932/0001-00	100
Sudeste	MG	Várzea da Palma	Residencial Estancia Da Palma II	05.911.932/0001-00	100
Sudeste	MG	Guanhães	Residencial Bom Sucesso III - Modulo 1	05.911.932/0001-00	100
Sudeste	MG	Guanhães	Residencial Bom Sucesso III - Modulo 2	05.911.932/0001-00	100
Sudeste	MG	Belo Horizonte	Condominio Flor De Manacas	08.192.631/0001-61	96
Sudeste	MG	Ouro Branco	Residencial Jardim Panorama I	41.937.319/0001-25	96
Sudeste	MG	Andradas	Jardim Lourdes I	41.937.319/0001-25	96
Sudeste	MG	Andradas	Jardim Lourdes II	41.937.319/0001-25	96
Sudeste	MG	Campos Gerais	Construcao De Unidades Habitacionais	06.893.407/0001-71	91
Sudeste	MG	Poços de Caldas	Residencial Sonho Dourado II	02.432.262/0001-50	90
Sudeste	MG	Aimorés	Residencial Bela Vista	16.569.980/0001-88	90
Sudeste	MG	Campestre	Residencial Campestre	22.375.307/0001-00	87
Sudeste	MG	Belo Oriente	Residencial Belo Oriente II	26.279.935/0001-42	80
Sudeste	MG	Ouro Branco	Residencial Jardim Panorama II	41.937.319/0001-25	80
Sudeste	MG	Belo Oriente	Residencial Belo Oriente I	26.279.935/0001-42	72
Sudeste	MG	Poços de Caldas	Condominio Vila Matilde	06.893.407/0001-71	56
Sudeste	MG	Campos Altos	Conjunto Residencial Rosaria Da Silva Fernandes	08.476.278/0001-41	50
Sudeste	MG	Santa Rosa da Serra	Conjunto Residencial Baixada	08.476.278/0001-41	50
Sudeste	MG	Mar de Espanha	Cond Sao Francisco De Paula	06.893.407/0001-71	50
Sudeste	MG	Rosário da Limeira	Loteamento Palmeiras	09.436.760/0001-10	50
Sudeste	MG	Conceição das Pedras	Conjunto Habitacional Lino Siqueira	06.893.407/0001-71	50
Sudeste	MG	Madre de Deus de Minas	Residencial Aguas Claras	06.893.407/0001-71	50
Sudeste	MG	Delta	Residencial Ricardo Misson Etapa I	02.387.682/0001-62	50
Sudeste	MG	São Geraldo	Nova Morada I	14.209.372/0001-37	50
Sudeste	MG	Conquista	Loteamento Boa Vista Etapa I	02.387.682/0001-62	50
Sudeste	MG	Careaçu	Loteamento Novo Horizonte III	09.350.979/0001-00	50
Sudeste	MG	Poté	Condominio Residencial Alphaville I	04.344.066/0001-50	50
Sudeste	MG	Poté	Condominio Residencial Alphaville II	04.344.066/0001-50	50
Sudeste	MG	Nova Ponte	Residencial Loteamento Sao Joao II	04.225.356/0001-84	50
Sudeste	MG	Santa Vitória	Loteamento Jardim Europa Etapa I	02.387.682/0001-62	50
Sudeste	MG	Santa Vitória	Loteamento Jardim Europa Etapa II	02.387.682/0001-62	50
Sudeste	MG	Abadia dos Dourados	Residencial Abadia Dos Dourados	04.324.145/0001-07	50
Sudeste	MG	Machacalis	Loteamento Portal Do Norte	42.927.327/0001-53	50
Sudeste	MG	Areado	Residencial Recanto Das Flores - Modulo I	02.308.723/0001-88	50
Sudeste	MG	Piumhi	Residencial Sitio Pamela	07.994.019/0001-40	46
Sudeste	MG	Divino das Laranjeiras	Residencial Laranjeira	18.959.563/0001-77	40
Sudeste	MG	Itaguara	Resiencial Mirante Da Serra II	18.737.322/0001-83	38
Sudeste	MG	Veredinha	Conjunto Habitacional Morada Nova	21.701.649/0001-00	37
Sudeste	MG	Areado	Residencial Recanto Das Flores - Modulo IV	02.308.723/0001-88	35
Sudeste	MG	Itaguara	Residencial Mirante Da Serra III	18.737.322/0001-83	32
Sudeste	MG	Delta	Residencial Ricardo Misson Etapa II	02.387.682/0001-62	27
Sudeste	MG	Divinésia	Constucao De Casas Pmcmv Far	04.690.341/0001-97	21
Sudeste	MG	Conquista	Loteamento Boa Vista Etapa II	02.387.682/0001-62	10
Sudeste	RJ	Campos dos Goytacazes	Novo Horizonte II	16.991.176/0001-92	336
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	Residencial Aporuna II	03.633.447/0003-58	260
Sudeste	RJ	Barra Mansa	Mcmv Residencial Paraiso De Cima	17.154.899/0001-08	240
Sudeste	RJ	Barra Mansa	Mcmv Santa Isabel - Area B	17.154.899/0001-08	240
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	Vivendas Dos Bem-Te-Vis	17.154.899/0001-08	240
Sudeste	RJ	São Gonçalo	Empreendimento Sao Goncalo - Residencial Ouro Preto	03.633.447/0003-58	200
Sudeste	RJ	São Gonçalo	Residencial Araxa	03.633.447/0003-58	200
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	Vivendas Dos Canarinhos	17.154.899/0001-08	200
Sudeste	RJ	Barra Mansa	Mcmv Santa Isabel - Area A	17.154.899/0001-08	200
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	Residencial Colombo	04.479.708/0001-28	192
Sudeste	RJ	Campos dos Goytacazes	Residencial Jardim Primavera - Fase 01	16.991.176/0001-92	172
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	Vivendas Dos Albatrozes	17.154.899/0001-08	160
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	Residencial Aporuna I	03.633.447/0003-58	140
Sudeste	RJ	São Gonçalo	Empreendimento Sao Goncalo Residencial Tiradentes	03.633.447/0003-58	120
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	Silvino Montenegro	04.479.708/0001-28	74
Sudeste	SP	Sertãozinho	Conjunto Habitacional Cruz Das Posses I	00.848.388/0001-85	407
Sudeste	SP	São Paulo	Conjunto Habitacional Manuel Bueno 2	16.614.075/0001-00	300
Sudeste	SP	São Paulo	Manuel Bueno	16.614.075/0001-00	300
Sudeste	SP	São Paulo	Bianco, Residencial	04.340.635/0001-99	300
Sudeste	SP	Diadema	Residencial Inamar	05.043.487/0001-03	300
Sudeste	SP	Osasco	Condominio Vila Alemanha	00.119.141/0001-28	300
Sudeste	SP	Santos	Residencial Jabaquara	04.016.638/0001-71	300
Sudeste	SP	Boituva	Residencial Villagio Das Oliveiras	00.650.327/0001-09	300
Sudeste	SP	São Joaquim da Barra	Residencial Sao Pedro I	19.758.842/0001-35	294
Sudeste	SP	São Paulo	Bauru B, Emp Habitacional De Interesse Social Lote A	55.460.554/0001-63	264
Sudeste	SP	São Paulo	Conjunto Habitacional Lajeado Lote B	55.460.554/0001-63	264
Sudeste	SP	São Paulo	Lajeado Lote A	55.460.554/0001-63	264
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Residencial Bom Jesus II	19.758.842/0001-35	256
Sudeste	SP	Botucatu	Residencial Cachoeirinha Condominio II	07.247.833/0001-09	252
Sudeste	SP	Campo Limpo Paulista	Condominio Residencial Campo Limpo 1	00.663.420/0001-58	252

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sudeste	SP	Botucatu	Residencial Cachoeirinha - Condominio I	07.247.833/0001-09	248
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Residencial Bom Jesus I	19.758.842/0001-35	240
Sudeste	SP	São José dos Campos	Cajuru II	45.876.174/0001-50	240
Sudeste	SP	São Paulo	Conjunto Habitacional Parque Sao Rafael Lote 01	55.460.554/0001-63	220
Sudeste	SP	Fernandópolis	Fernandopolis I	55.662.811/0001-40	219
Sudeste	SP	São Paulo	Residencial Osorios C	05.892.382/0001-29	215
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Chamamento 04 Grupo 04 Condominio 02	07.247.833/0001-09	204
Sudeste	SP	São Paulo	Conjunto Habitacional Anchieta A	47.690.219/0001-23	200
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Chamamento 04 Grupo 02 Condominio 03	07.247.833/0001-09	200
Sudeste	SP	São Paulo	Conjunto Habitacional Parque Sao Rafael - Lote 08	55.460.554/0001-63	196
Sudeste	SP	São Paulo	Bauru A, Emp Habitacional De Interesse Social Lote A	55.460.554/0001-63	176
Sudeste	SP	São Paulo	Conjunto Habitacional Anchieta B	47.690.219/0001-23	176
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Chamamento 04 Grupo 04 Condominio 01	07.247.833/0001-09	168
Sudeste	SP	Santos	Conjunto Habitacional De Interesse Social Bananal I E II	04.016.638/0001-71	160
Sudeste	SP	São Paulo	Residencial Osorio D	05.892.382/0001-29	150
Sudeste	SP	Santos	Conjunto Residencial Plurihabitacional Codesp Area 1	04.016.638/0001-71	144
Sudeste	SP	Santos	Conjunto Residencial De Interesse Social - Caruara	12.049.132/0001-97	132
Sudeste	SP	Praia Grande	Conjunto Habitacional Sao Jorge I	68.976.224/0001-77	130
Sudeste	SP	Praia Grande	Jardim Imperador V	68.976.224/0001-77	128
Sudeste	SP	Praia Grande	Jardim Imperador VI	68.976.224/0001-77	128
Sudeste	SP	Piedade	Piedade E	05.043.487/0001-03	127
Sudeste	SP	Jaú	Conjunto Habitacional Jau P	62.533.278/0001-81	117
Sudeste	SP	Santa Fé do Sul	Santa Fe Do Sul H (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	100
Sudeste	SP	Guaíra	Guaira J (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	100
Sudeste	SP	Dois Córregos	Loteamento Dois Corregos F (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	100
Sudeste	SP	São Manuel	Sao Manuel H (Ficha 1)	11.943.710/0001-71	100
Sudeste	SP	Dracena	Dracena K - 1	00.986.297/0001-06	100
Sudeste	SP	Dracena	Dracena K - 2	00.986.297/0001-06	100
Sudeste	SP	Morro Agudo	Residencial Cidade Nova Etapa I	02.387.682/0001-62	100
Sudeste	SP	Tanabi	Tanabi A (Ficha 1)	55.662.811/0001-40	100
Sudeste	SP	Mirandópolis	Loteamento Mirandopolis D 1	00.986.297/0001-06	100
Sudeste	SP	Adamantina	Ch Naur Bellusci 3	00.449.291/0001-08	96
Sudeste	SP	Aguaí	Condominio Residencial Rosas II	17.088.361/0001-34	91
Sudeste	SP	Praia Grande	Conjunto Habitacional Imperador IV	68.976.224/0001-77	90
Sudeste	SP	Praia Grande	Jardim Imperador III	68.976.224/0001-77	90
Sudeste	SP	Aguaí	Condominio Residencial Rosas I	17.088.361/0001-34	90
Sudeste	SP	Ibaté	Ibate B2 - Ficha 03	11.943.710/0001-71	86
Sudeste	SP	Tanabi	Tanabi A (Ficha 02)	55.662.811/0001-40	84
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Chamamento 12 Grupo 05	07.247.833/0001-09	80
Sudeste	SP	Dois Córregos	Loteamento Dois Corregos F (Ficha 02)	11.943.710/0001-71	63
Sudeste	SP	Mirandópolis	Loteamento Mirandopolis D 3	00.986.297/0001-06	56
Sudeste	SP	Santa Fé do Sul	Santa Fe Do Sul H (Ficha 03)	11.943.710/0001-71	52
Sudeste	SP	Buritizal	Buritizal E (01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Narandiba	Narandiba D 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Narandiba	Narandiba D 2	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Pedrinhas Paulista	Pedrinhas Paulista D 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Bálsamo	Balsamo-B (Ficha 1)	55.662.811/0001-40	50
Sudeste	SP	Dourado	Dourado-B Ficha 01	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Santo Antônio do Jardim	Santo Antonio Do Jardim B Ficha 1	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Alto Alegre	Alto Alegre H 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Cândido Rodrigues	Candido Rodrigues C (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Guatapará	Guatapara D (01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Borebi	Loteamento Borebi D (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Espírito Santo do Turvo	Loteamento Espirito Santo Do Turvo E (Ficha 1)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Meridiano	Meridiano F (Ficha 01)	55.662.811/0001-40	50
Sudeste	SP	Mombuca	Mombuca D Ficha01	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Nova Europa	Nova Europa E (01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Palmares Paulista	Palmares Paulista C (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Platina	Platina C 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Zacarias	Zacarias E (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Macatuba	Loteamento Macatuba B (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Álvaro de Carvalho	Alvaro De Carvalho C (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Auriflama	Auriflama F (Ficha 1)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Cajobi	Cajobi-C (Ficha 1)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Cajobi	Cajobi-C (Ficha 2)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Luís Antônio	Luiz Antonio A (01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Severínia	Severinea C (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Tarabai	Tarabai E 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Tarabai	Tarabai E 2	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Terra Roxa	Terra Roxa I (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Indiaporã	Indiapora I (Ficha 01)	55.662.811/0001-40	50
Sudeste	SP	Águas de Santa Bárbara	Loteamento Aguas De Santa Barbara C (Ficha 01)	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Braúna	Loteamento Brauna H - 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Iacanga	Loteamento Iacanga C (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Iacanga	Loteamento Iacanga C (Ficha 02)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Turiúba	Turiuba G (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Morungaba	C.H. Morungaba C - Ficha 1	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Morungaba	C.H. Morungaba C - Ficha 2	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Cardoso	Cardoso H (Ficha 01)	55.662.811/0001-40	50
Sudeste	SP	Torre de Pedra	Conjunto Habitacional Torre De Pedra D	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Estrela d"Oeste	Estrela Oeste I (Ficha 01)	55.662.811/0001-40	50
Sudeste	SP	Guzolândia	Guzolandia E (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Lourdes	Lourdes G (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Piquerobi	Piquerobi E 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Itariri	Itariri-H	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Guaiçara	Loteamento Guaicara E (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Manduri	Loteamento Manduri C (Ficha 01)	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Tarumã	Residencial Harmonia	09.627.835/0001-40	50
Sudeste	SP	Iepê	Iepe H - 1	00.986.297/0001-06	50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sudeste	SP	Alfredo Marcondes	Alfredo Marcondes E 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Ipuã	Ipua G (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Jacupiranga	Jacupiranga-E	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Presidente Alves	Loteamento Presidente Alves (Ficha 1)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Ibirarema	Ibirarema D 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Pratânia	C.H.Pratania E (Ficha 01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Presidente Alves	Loteamento Presidente Alves (Ficha 2)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Santo Antônio do Aracanguá	Loteamento Residencial Santo Antonio Do Aracangua F 1	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Sales	Sales F (Ficha 01)	55.662.811/0001-40	50
Sudeste	SP	Clementina	Loteamento Clementina E - 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Sarutaiá	Loteamento Sarutaia C (Ficha 1)	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Pacaembu	Pacaembu F 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	São João do Pau d"Alho	Sao Joao Do Pau D"Alho B	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Bom Sucesso de Itararé	Conjunto Habitacional Bom Sucesso Do Itarare B	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Ouro Verde	Ouro Verde D 1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Ouro Verde	Ouro Verde D 2	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Luiziânia	Loteamento Luziania E -1	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Santo Antônio do Jardim	Santo Antonio Do Jardim B - Ficha 2	11.943.710/0001-71	48
Sudeste	SP	Santa Salete	Santa Salete B	11.943.710/0001-71	48
Sudeste	SP	Guaiçara	Loteamento Guaicara E (Ficha 02)	11.943.710/0001-71	48
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Chamamento 12 Grupo 02	07.247.833/0001-09	48
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Chamamento 12 Grupo 04	07.247.833/0001-09	48
Sudeste	SP	Guatapará	Guatapara D (02)	11.943.710/0001-71	47
Sudeste	SP	Santa Ernestina	Santa Ernestina A	11.943.710/0001-71	47
Sudeste	SP	Braúna	Loteamento Brauna H - 2	00.986.297/0001-06	46
Sudeste	SP	Sebastianópolis do Sul	Sebastianopolis Do Sul D	55.662.811/0001-40	45
Sudeste	SP	Adamantina	Adamantina O	00.986.297/0001-06	45
Sudeste	SP	Buritizal	Buritizal E (02)	11.943.710/0001-71	43
Sudeste	SP	Ibirarema	Ibirarema D - 2	00.986.297/0001-06	41
Sudeste	SP	Sarutaiá	Loteamento Sarutaia C (Ficha 2)	05.043.487/0001-03	41
Sudeste	SP	Palmares Paulista	Palmares Paulista C (Ficha 04)	11.943.710/0001-71	40
Sudeste	SP	Praia Grande	Conjunto Habitacional Maxland I	02.673.805/0001-21	40
Sudeste	SP	Praia Grande	Conjunto Habitacional Silmara_Ii	68.976.224/0001-77	40
Sudeste	SP	Praia Grande	Conjunto Habitacional Silmara III	68.976.224/0001-77	40
Sudeste	SP	Alto Alegre	Alto Alegre H 2	00.986.297/0001-06	38
Sudeste	SP	Cajobi	Cajobi-C (Ficha 3)	11.943.710/0001-71	37
Sudeste	SP	Luiziânia	Loteamento Luziania E - 3	00.986.297/0001-06	37
Sudeste	SP	Terra Roxa	Terra Roxa I (Ficha 02)	11.943.710/0001-71	36
Sudeste	SP	Turiúba	Turiuba G (Ficha 02)	11.943.710/0001-71	36
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Chamamento 12 Grupo 01	07.247.833/0001-09	36
Sudeste	SP	Severínia	Severinea C (Ficha 04)	11.943.710/0001-71	35
Sudeste	SP	Arealva	Loteamento Arealva F	11.943.710/0001-71	34
Sudeste	SP	Guaíra	Guaira J (Ficha 03)	11.943.710/0001-71	32
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Chamamento 12 Grupo 03 Lote 21	07.247.833/0001-09	32
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Chamamento 12 Grupo 06	07.247.833/0001-09	32
Sudeste	SP	Platina	Platina C 2	00.986.297/0001-06	31
Sudeste	SP	Barão de Antonina	Loteamento Barao De Antonina D	05.043.487/0001-03	30
Sudeste	SP	Meridiano	Meridiano F (Ficha 04)	55.662.811/0001-40	30
Sudeste	SP	Lourdes	Lourdes G (Ficha 02)	11.943.710/0001-71	30
Sudeste	SP	Tarumã	Residencial Harmonia 2	09.627.835/0001-40	30
Sudeste	SP	Piquerobi	Piquerobi E 2	00.986.297/0001-06	30
Sudeste	SP	Jacupiranga	Jacupiranga-E2	05.043.487/0001-03	29
Sudeste	SP	Pacaembu	Pacaembu F 3	00.986.297/0001-06	29
Sudeste	SP	Mombuca	Mombuca D - Ficha 02	11.943.710/0001-71	26
Sudeste	SP	Trabiju	Trabiju D (02)	11.943.710/0001-71	25
Sudeste	SP	Bom Sucesso de Itararé	Conjunto Habitacional Bom Sucesso De Itarare B	05.043.487/0001-03	25
Sudeste	SP	Cardoso	Cardoso H (Ficha 3)	55.662.811/0001-40	24
Sudeste	SP	Dourado	Dourado B - Ficha 04	11.943.710/0001-71	23
Sudeste	SP	Areiópolis	Conjunto Habitacional Areiopolis E (Ficha 04)	11.943.710/0001-71	23
Sudeste	SP	Itariri	Itariri-H2	05.043.487/0001-03	22
Sudeste	SP	Paulistânia	Loteamento Paulistania (Ficha 02)	11.943.710/0001-71	22
Sudeste	SP	Eldorado	Eldorado-E02	05.043.487/0001-03	21
Sudeste	SP	Nova Luzitânia	Nova Luzitania G (Ficha 03)	11.943.710/0001-71	21
Sudeste	SP	Bálsamo	Balsamo-B (Ficha 3)	55.662.811/0001-40	20
Sudeste	SP	Auriflama	Auriflama F (Ficha 4)	11.943.710/0001-71	20
Sudeste	SP	Luís Antônio	Luiz Antonio A (02)	11.943.710/0001-71	20
Sudeste	SP	Torre de Pedra	Conjunto Habitacional Torre De Pedra	05.043.487/0001-03	20
Sudeste	SP	Sales	Sales F (Ficha 3)	55.662.811/0001-40	20
Sudeste	SP	Praia Grande	Conjunto Habitacional Silmara I	68.976.224/0001-77	18
Sudeste	SP	Nova Europa	Nova Europa E (02)	11.943.710/0001-71	17
Sudeste	SP	Pratânia	C.H. Pratania E (Ficha 03)	11.943.710/0001-71	17
Sudeste	SP	Estrela d"Oeste	Estrela D"Oeste (Ficha 03)	55.662.811/0001-40	16
Sudeste	SP	Ribeirão Preto	Chamamento 12 Grupo 03 Lote 22	07.247.833/0001-09	16
Sudeste	SP	Álvaro de Carvalho	Alvaro De Carvalho C (Ficha 02)	11.943.710/0001-71	15
Sudeste	SP	Santo Antônio do Aracanguá	Loteamento Residencial Santo Antonio Do Aracangua F 2	11.943.710/0001-71	15
Sudeste	SP	Macatuba	Loteamento Macatuba B (Ficha 04)	11.943.710/0001-71	12
Sudeste	SP	Zacarias	Zacarias E (Ficha 2)	11.943.710/0001-71	10
Sudeste	SP	Indiaporã	Indiapora I (Ficha 03)	55.662.811/0001-40	10
Sudeste	SP	Ipuã	Ipua G (Ficha 04)	11.943.710/0001-71	10
Sudeste	SP	Alfredo Marcondes	Alfredo Marcondes E3	00.986.297/0001-06	9
Sudeste	SP	Borebi	Loteamento Borebi D (Ficha 04)	11.943.710/0001-71	8
Sudeste	SP	Manduri	Loteamento Manduri C (Ficha 04)	05.043.487/0001-03	6
Sudeste	SP	Cândido Rodrigues	Candido Rodrigues C (Ficha 02)	11.943.710/0001-71	5
Sudeste	SP	Guzolândia	Guzolandia E (Ficha 02)	11.943.710/0001-71	5
Sudeste	SP	Clementina	Lot Clementina E - 3	00.986.297/0001-06	4
Sudeste	SP	Pedrinhas Paulista	Pedrinhas Paulista D 2	00.986.297/0001-06	3
Sudeste	SP	Águas de Santa Bárbara	Loteamento Aguas De Santa Barbara C (Ficha 03)	05.043.487/0001-03	3
Sudeste	SP	Iepê	Iepe H - 3	00.986.297/0001-06	3
Sudeste	SP	Espírito Santo do Turvo	Loteamento Espirito Santo Do Turvo E (Ficha 02)	11.943.710/0001-71	2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sudeste	SP	São Manuel	Sao Manuel H (Ficha 3)	11.943.710/0001-71	1
Sul	PR	Campo Largo	Campo Largo I, Residencial	77.392.256/0001-16	416
Sul	PR	Curitiba	Caximba Condominio 2 Far	04.314.703/0001-45	352
Sul	PR	Foz do Iguaçu	Residencial Nova Morada I	77.392.256/0001-16	340
Sul	PR	Rio Negro	Rio Negro, Residencial	76.158.161/0001-70	100
Sul	PR	Palmeira	Sol Nascente A	80.709.876/0001-40	100
Sul	PR	Palmeira	Sol Nascente B	80.709.876/0001-40	100
Sul	PR	Jaguariaíva	Residencial Araponga	04.176.720/0001-63	100
Sul	PR	Jaguariaíva	Residencial Rouxinol	04.176.720/0001-63	100
Sul	PR	Palmas	Loteamento Bom Pastor 2 - Etapa D	02.510.948/0001-12	75
Sul	PR	Guaratuba	Parque Balneario Coroados I	04.176.720/0001-63	72
Sul	PR	Guaíra	Conjunto Residencial Adenito Jose Dos Santos	21.474.353/0001-01	70
Sul	PR	Carambeí	Res Cidade Nova	04.176.720/0001-63	59
Sul	PR	Contenda	Contenda I, Condominio Residencial	04.314.703/0001-45	50
Sul	PR	Contenda	Contenda II, Condominio Residencial	04.314.703/0001-45	50
Sul	PR	Itaúna do Sul	Residencial Itauna Do Sul	05.326.878/0001-35	50
Sul	PR	Itaúna do Sul	Residencial Itauna Do Sul I	05.326.878/0001-35	50
Sul	PR	Engenheiro Beltrão	Conjunto Habitacional Esperanca	05.326.878/0001-35	50
Sul	PR	Engenheiro Beltrão	Conjunto Habitacional Esperanca I	05.326.878/0001-35	50
Sul	PR	Pérola	Residencial Ouro Branco II	18.330.708/0001-76	50
Sul	PR	Rio Azul	Cj Hab Roxo Roiz	19.422.035/0001-47	50
Sul	PR	Manoel Ribas	Conjunto Habitacional Expedicionario Joao Brigina	76.307.024/0001-50	50
Sul	PR	Conselheiro Mairinck	Residencial Conselheiro Mairinck	77.392.256/0001-16	50
Sul	PR	Itambaracá	Residencial Alto Itambaraca	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	São Tomé	Residencial Mirante Da Praia	11.089.286/0001-40	50
Sul	PR	Porecatu	Residencial Porecatu	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Leópolis	Residencial Portal Do Paranapanema	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Rio Branco do Ivaí	Residencial Rio Branco Do IVai	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Santa Mariana	Residencial Santa Mariana I	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Santa Mariana	Residencial Santa Mariana II	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Califórnia	Residencial Sao Francisco	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Lupionópolis	Residencial Topazio I	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Lupionópolis	Residencial Topazio II	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Figueira	Res Jardim Figueira I	77.392.256/0001-16	50
Sul	PR	Figueira	Res Jardim Figueira II	77.392.256/0001-16	50
Sul	PR	Jundiaí do Sul	Residencial Jundiai Do Sul	77.392.256/0001-16	50
Sul	PR	Lobato	Conjunto Habitacional Lobato	78.342.565/0001-44	50
Sul	PR	Carambeí	Jardim Novo Horizonte	04.176.720/0001-63	49
Sul	PR	Guaratuba	Jardim Das Palmeiras II	04.176.720/0001-63	48
Sul	PR	Ivaí	Loteamento Palmital I	15.310.315/0001-02	48
Sul	PR	Carambeí	Ldorado	04.176.720/0001-63	46
Sul	PR	Guaratuba	Castel Novo I	04.176.720/0001-63	32
Sul	PR	Pérola	Residencial Ouro Branco I	18.330.708/0001-76	24
Sul	RS	Novo Hamburgo	Residencial Icaro	88.175.997/0001-61	360
Sul	RS	Canoas	Residencial Pistoia 1	89.824.239/0001-90	300
Sul	RS	Canoas	Joao De Barro 2	90.952.953/0001-42	260
Sul	RS	Rio Grande	Residencial Vila Carreiros	79.340.477/0001-76	240
Sul	RS	Uruguaiana	Loteamento Residencial Doutor Olavo Rodrigues III	05.601.511/0001-82	225
Sul	RS	Uruguaiana	Loteamento Residencial Doutor Olavo Rodrigues IV	05.601.511/0001-82	216
Sul	RS	Canoas	Condominio Residencial Santa Fe	01.733.827/0001-77	200
Sul	RS	Canoas	Morada Das Acacias	01.733.827/0001-77	96
Sul	RS	Sapiranga	Res Voo Livre	19.004.644/0001-86	80
Sul	RS	Alpestre	Loteamento Popular Valdomiro Dorigon	07.950.673/0001-51	50
Sul	RS	Não-Me-Toque	Residencial Roos 3	07.950.673/0001-51	42
Sul	RS	Porto Alegre	Condominio Resid Clara Nunes	92.739.606/0001-61	40
Sul	RS	Pejuçara	Loteamento Caminho Das Palmeiras	08.546.404/0001-97	34
Sul	RS	Campinas do Sul	Loteamento Por Do Sol	07.950.673/0001-51	33
Sul	RS	Garibaldi	Condominio Uniao Planalto	10.451.496/0001-73	20
Sul	RS	Barra Funda	Nucleo Habitacional Por Do Sol	07.950.673/0001-51	18
Sul	SC	Camboriú	Caminhos Do Cedro	02.673.805/0001-21	216
Sul	SC	Três Barras	Residencial Sao Cristovao I	78.826.567/0001-09	50
Sul	SC	Três Barras	Residencial Sao Cristovao II	78.826.567/0001-09	50
				TOTAL	54089

ANEXO I - CRONOGRAMA

Etapa	Prazo
Abertura do Processo de Seleção: início do prazo para cadastramento dos Entes Apoiadores	06/11/2017
Início do prazo para cadastramento de Projetos	08/11/2017
Data limite para inscrição de propostas	19/11/2017
Publicação de resultado seleção	27/11/2017
Data limite para interposição de recursos	29/11/2017
Data limite para publicação de novo resultado, se houver	06/12/2017

ANEXO II - CRITERIOS PARA PONTUAÇÃO DE PROJETOS

Critério	Pontuação dos Projetos	Pontuação Máxima
IMH	Índice de Melhoria Habitacional	150
Características área de intervenção: Situação Urbanística	Características gerais	
	Tipologia predominante das UH (nº de quartos)	30
	Tempo de ocupação	30
	Localização em ZEIS	30
	Localização em área do PAC	20
	Infraestrutura urbana	
	Cobertura rede agua	20
	Cobertura rede energia elétrica	20
	Cobertura pavimentação viária	20
	Tipo de ocupação	20
	Solução esgoto	80
	Nota analista de projetos Ministério das Cidades	(Nota de 0 a 10) * 3
Situação juridico-fundiária	Situação fundiária da área	100
	Nota analista fundiário Ministério das Cidades	(Nota de 0 a 10) * 5
Capacidade Institucional *	Tipo de órgão de habitação	60
	Situação funcional quadro funcionários: Construção Civil (nível superior)	30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Situação funcional quadro funcionários: Construção Civil (nível técnico)	20
	Situação funcional quadro funcionários: Serviço Social (nível superior)	25
	Situação funcional quadro funcionários: Profissional de nível médio	15
	Computadores com acesso à internet	50
	Nota analista institucional Ministério das Cidades	(Nota de 0 a 10) * 5
Total		850

* Proporcional ao tamanho do município

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Eu,....., prefeito(a) municipal de ....., portador do documento de identidade nº....., responsável pelo projeto intitulado ....., cadastrado no SisReforma sob o nº....., apresento o presente recurso sobre a publicação do resultado final da seleção do Edital 002/2017.

A decisão objeto de contestação é:

.....

(explicitar a decisão que está contestando).

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

.....

.....

Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos: .....

.....

.....

_____ ,____de_____de 2017.

(assinatura)

_____

Prefeito(a) Municipal de _____

PORTARIA Nº 628, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Torna público processo nacional de seleção de propostas para participação no Programa Cartão Reforma - Edital CR 002/2017.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 25 da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017 e o Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016, e considerando a Lei n° 13.439, de 27 de abril de 2017, de 2017, o inciso III do art. 14 do Decreto n° 9.084, de 29 de junho de 2017 e, ainda, disposto no item 16 do Manual de Instruções para seleção, contratação e execução das propostas do Programa Cartão Reforma, aprovado pela Portaria nº 559, de 20 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar público o processo nacional de seleção de propostas no âmbito do Programa Cartão Reforma, criado pela Lei n° 13.439, de 27 de abril de 2017, visando à concessão de subvenção econômica para a aquisição de materiais de construção destinados a reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais, com recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, relativos aos exercícios fiscais de 2017 e 2018.

§1º O presente Edital destina-se a municípios detentores de limite máximo anual de subvenção definido pelo Ministério das Cidades para o ano de 2017 nos termos do art. 5º, §1º, da Portaria Interministerial nº 487, de 13 de julho de 2017.

§2º O rol de municípios que possuem o limite máximo de que trata o §1º para o biênio 2017-2018 está disponível no Portal do Programa Cartão Reforma - www.cartaoreforma.cidades.gov.br.

§3º As propostas deverão seguir os objetivos, diretrizes e orientações contidos no Manual de Instruções para seleção, contratação e execução das propostas no âmbito do Programa Cartão Reforma, aprovado pela Portaria nº 559, de 20 de setembro de 2017(Ação 28.845.2049.0EB3), aprovado pela Portaria nº 559, de 20 de setembro de 2017.

Art. 2º Somente poderão ser apresentadas propostas pelo chefe do Poder Executivo dos municípios e do Distrito Federal, denominados Entes Apoiadores, ou por seu representante legal.

§1º É vedada a apresentação de propostas por órgãos da administração direta ou indireta dos estados, por órgãos da administração indireta dos municípios e do Distrito Federal ou por entidades privadas de qualquer natureza.

§2º Só poderão ser apresentadas propostas para os municípios que:

I - Possuam rede de computadores com acesso online a internet;

II - Possuam limite de investimento anual definido pelo Ministério das Cidades para o biênio 2017-2018, nos termos dos subitens 15.1 a 15.6 do Manual de Instruções para Seleção, Contratação e Execução do Programa Cartão Reforma e conforme portal do Programa Cartão Reforma www.cartaoreforma.cidades.gov.br.

Art. 3º As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente no Sistema de Gestão do Cartão Reforma (SisReforma) através do preenchimento de formulário de "Cadastro de Projeto de Melhorias Habitacionais", que permanecerá disponível durante o prazo estabelecido no cronograma anexo a esta Portaria.

§1º O acesso ao SisReforma para cadastramento de propostas deverá ser feito através do Portal do Programa Cartão Reforma - www.cartaoreforma.cidades.gov.br/ estados-municipios/.

§2º Cada proposta deverá corresponder a uma única área (poligonal) de intervenção.

§3º O Ente Apoiador poderá apresentar até 5 (cinco) propostas, contíguas ou não, até o limite de investimento máximo definido pelo Ministério das Cidades, descontado o limite utilizado em Editais anteriores.

§4º No caso de apresentação de mais de uma proposta, a média do número de cartões estimados por proposta não poderá ser inferior a 50 (cinquenta) cartões.

§5º O total de unidades habitacionais presentes nos polígonos não poderá ultrapassar o quíntuplo do total de cartões disponíveis para município.

§6º O Ente Apoiador deverá identificar e caracterizar a área de intervenção, delimitando-a sobre imagem de satélite ou fotografia aérea, bem como fornecer todas as informações de caráter obrigatório solicitadas no formulário de "Cadastro de Projeto de Melhorias Habitacionais".

§7º O Ente Apoiador deverá acompanhar o andamento das propostas cadastradas no SisReforma.

Art. 4º A seleção das propostas observará os prazos definidos no cronograma anexo a esta Portaria, compreendendo as etapas de enquadramento e hierarquização.

Art. 5º Serão enquadradas as propostas que atendam aos seguintes critérios:

a) localizar-se em perímetro urbano;

b) estar em área regularizada ou passível de regularização na forma da Lei;

c) não estar em área objeto de conflito fundiário;

d) possuir viabilidade para implantação de solução adequada de esgotamento sanitário, quando mais de 30% dos domicílios do polígono não tiver essa solução já implantada;

e) apresentar documentação comprobatória da situação fundiária da área na forma do item 16.10 do Manual da Ação 0EB3; e

f) fornecer todas as informações solicitadas no formulário de "Cadastro de Projeto de Melhorias Habitacionais".

Art. 6º As propostas enquadradas serão analisadas pelo Ministério das Cidades para fins de hierarquização, com base nas informações disponibilizadas pelos Entes Apoiadores por meio dos formulários de "Cadastro de Projeto de Melhorias Habitacionais", em informações constantes nas bases de dados do Governo Federal e conforme os critérios de pontuação descritos no Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único. O resultado do presente processo seletivo será publicado no portal do Programa Cartão Reforma www.cartaoreforma.cidades.gov.br e no Diário Oficial da União.

Art. 7º Os Entes Apoiadores responsáveis pelas propostas terão prazo de 48 horas, a partir da publicação do resultado do processo seletivo no Diário Oficial da União para interposição de recurso.

§1º O recurso, elaborado no modelo constante no Anexo III deste Edital, deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: snh-dmh@cidades.gov.br.

§2º Após análise dos recursos apresentados, o Ministério das Cidades publicará, se for o caso, novo resultado no portal do Programa Cartão Reforma www.cartaoreforma.cidades.gov.br e no Diário Oficial da União em até 7 (sete) dias após a finalização do prazo para interposição de recursos.

Art. 8º Os Entes Apoiadores responsáveis pelas propostas selecionadas serão convocados para firmar Acordo de Cooperação Técnica e Termo de Compromisso, conforme ordem de classificação, de acordo com o limite orçamentário e financeiro disponível para o Programa Cartão Reforma nos exercícios de 2017 e 2018.

Parágrafo único. Os Entes Apoiadores que tiverem mais de uma proposta selecionada no Edital assinarão um único Acordo de Cooperação Técnica e um único Termo de Compromisso, referente à totalidade das propostas selecionadas no Edital.

Art. 9º O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) detalhará as condições de execução local do Programa Cartão Reforma.

§1º O ACT deverá ser firmado, entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, e Ente Apoiador, em até 7 (sete) dias, contados a partir da sua convocação pelo Ministério das Cidades.

§2º Além do Ente Apoiador, também firmará o ACT o Ente Executor, quando houver.

§3º A assinatura do ACT está condicionada à aprovação do respectivo Plano de Trabalho pelo Ministério das Cidades.

§4º O Ente Apoiador e o Ente Executor se comprometerão em realizar as seguintes atividades:

I - Manutenção de um coordenador geral titular e suplente, bem como de coordenador técnico, responsáveis pela supervisão das ações do programa no local, todos servidores vinculados ao Ente Apoiador ou Executor;

II - Cadastramento e a seleção das pessoas físicas interessadas em participar do Programa, segundo os critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades, responsabilizando-se pela efetividade das informações prestadas;

III - Realização de vistoria prévia nas unidades habitacionais indicadas pelos interessados, para verificação das informações declaradas no cadastramento e confirmação do enquadramento nos critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades;

IV - Inclusão e envio, através do Sistema de Gestão do Programa Cartão Reforma, de toda documentação técnica, jurídica e institucional necessária à celebração do Termo de Compromisso, de acordo com os normativos do programa, sem prejuízo da documentação que envolva as transferências de recursos da União;

V - Coordenação do Programa em âmbito local;

VI - Disponibilização de serviços de serviços de assistência técnica, acompanhamento, fiscalização e controle da execução das obras junto às pessoas físicas beneficiárias do Programa; e

VII - Envio ao Ministério das Cidades, a qualquer tempo, de documentação e informações sobre as ações desenvolvidas.

§5º Todos os custos necessários às atividades previstas no §4º deverão ser arcados pelos Entes Apoiadores, com exceção do previsto no inciso VI.

§6º As atividades listadas no inciso VI serão custeadas com recursos transferidos pela União, por intermédio do Ministério das Cidades, mediante assinatura de Termo de Compromisso.

Art. 10º O Termo de Compromisso detalhará as condições para prestação de serviços de assistência técnica, acompanhamento, fiscalização e controle no âmbito do Programa Cartão Reforma.

§1º O Termo de Compromisso deverá ser firmado, entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, e Ente Apoiador, em até 7 (sete) dias, contados a partir da sua convocação pelo Ministério das Cidades.

§2º Além do Ente Apoiador, também firmará o Termo de Compromisso o Ente Executor, quando houver.

§3º A assinatura do Termo de Compromisso está condicionada à:

a) aprovação do Plano de Trabalho e do Termo de Referência pelo Ministério das Cidades, através do SisReforma; e

b) abertura de conta bancária específica na CAIXA para movimentação dos recursos financeiros.

§4º O Ente Apoiador e o Ente Executor se comprometerão em realizar as seguintes atividades:

I- coordenação e execução dos serviços de assistência técnica, acompanhamento, fiscalização e controle de acordo com os normativos do programa;

II- acompanhamento e fiscalização in loco para a correta execução das intervenções pelos beneficiários do Cartão Reforma;

III- inclusão, no SisReforma, de todas as informações relativas aos beneficiários, unidades habitacionais e vistorias prévias e de acompanhamento da execução das obras e serviços;

IV- anotação ou registro de responsabilidade técnica das atividades de fiscalização realizadas pelo profissional coordenador técnico do trabalho.

V- realização de processo licitatório para contratação de profissionais nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas pertinentes à matéria; e

VI - prestação de contas dos recursos transferidos pela União.

§5º A realização da primeira visita de acompanhamento à moradia do beneficiário vinculará o desbloqueio da primeira parcela do benefício.

Art. 9º Compete à Secretaria Nacional de Habitação (SNH) expedir instruções complementares que se fizerem necessárias, assim como decidir acerca de situações omissas ou controversas no transcorrer do processo de seleção e de implementação do programa nos municípios.

Art. 10 O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Anexo I desta Portaria configurará renúncia dos participantes quanto ao prosseguimento da proposta apresentada.

Art. 11 Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO ARAÚJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, por entender que o militar brasileiro, ao portar passaporte diplomático, poderá desempenhar sua função pública de maneira mais eficiente, a:

Nome	Função	Missão	Órgão	Validade do passaporte
Cesar Augusto Rosa de Araujo	Coronel	Assessor Militar do Ministro da Defesa de Timor-Leste	Ministério da Defesa	08/06/2019
Jacqueline Oliveira Santos de Araujo	Dependente	-	Ministério da Defesa	08/06/2019

ALOYSIO NUNES FERREIRA

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria de 26 de março de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve:

Art. 1º Criar o Consulado Honorário em Darwin, Comunidade da Austrália, com jurisdição sobre o Território do Norte, subordinado ao Consulado-Geral em Sydney.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

PORTARIA DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, e no art. 1º da Portaria nº 640, de 06 de novembro de 2015, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, por entender que o servidor, ao portar passaporte diplomático, poderá desempenhar sua função pública de maneira mais eficiente, a:

Nome	Cargo / Função	Missão	Órgão	Validade do Passaporte
Joaquim Porfírio Filho	Agente de Vigilância	Embaixada em Luanda	MRE	07/04/2019
Alvany Costa	Dependente	-	-	07/04/2019

MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO



Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 31 de outubro de 2017

Nº 3.664 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.004756/2001-12 e nº 48500.005086/2002-70, decide por (i) deferir o Requerimento Administrativo apresentado por Rio do Sangue Energia S.A. e Paranatinga Energia Ltda., com vistas à revisão do método de correção monetária das sub-rogações da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, relativas as Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs Garganta da Jararaca e Paranatinga II; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, atual gestora da CCC, o refazimento dos cálculos de atualização anual dos saldos dos montantes sub-rogados da PCH Garganta da Jararaca e da PCH Paranatinga II, contado a partir das datas de publicação das respectivas Resoluções Autorizativas e, a partir dessas datas, aplicar anualmente a atualização do saldo, pelo IGP-M, conforme dispõe a REN nº 146, de 2005.

Nº 3.670 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003897/2015-11, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto por Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte em face ao Auto de Infração nº 0033/2017-SFE, que aplicou penalidade de multa R$ 1.682.816,22 (um milhão, seiscentos e oitenta e dois mil, oitocentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos), em decorrência de atrasos para implantação dos empreendimentos de transmissão autorizados por meio da Resolução Autorizativa - REA nº 2.911, de 24 de maio de 2011, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para reduzir a multa para R$ 407.132,96 (quatrocentos e sete mil, cento e trinta e dois reais e noventa e seis centavos).

Nº 3.683 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500003594-2017-52, decide conhecer do requerimento administrativo interposto pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com vistas à revisão do Orçamento Anual da CDE de 2017 e determinar a CCEE que atualize a estimativa de déficit ou superávit da conta no ano corrente, após a realização das receitas e despesas dos meses de outubro e novembro, para fins de consideração na aprovação do Orçamento Anual da CDE de 2018.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de outubro de 2017

Nº 3.661 - Processo nº: 48500.000777/2003-02. Interessada: Sudoeste Energia Ltda. Decisão: resolve, alterar no Despacho nº 2.847, de 6 de setembro de 2017, de 3,83 m para 0,98 m, as perdas hidráulicas nominais referentes à PCH Vila Galupo, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.037822-4.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 31 de outubro de 2017

Nº 3.686 - Processo nº 48500.005717/2017-90. Interessado: N F Energias Renováveis SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Escadilha, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.RN.038209-4.01, com 105.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Parazinho, no estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 1º de novembro de 2017

Nº 3.705 - Processo nº 48500.005716/2017-45. Interessado: N F Energias Renováveis SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Panorama I, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.RN.038210-8.01, com 110.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ceará Mirim, no estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.706 - Processo nº 48500.005715/2017-09. Interessado: N F Energias Renováveis SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Panorama II, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.RN.038211-6.01, com 90.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ceará Mirim, no estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 3.175, de 25 de setembro de 2017, constante do Processo n° 48500.004414/2007-88, publicado no DOU de 27 de setembro de 2017, nº 186, Seção 1, p. 70, v. 154, onde se lê: na Tabela 1: "Potência por turbina (kW)/engolimento mínimo (m^3/s) = 8.673/11,85", leia-se: "Potência por turbina (kW)/engolimento mínimo (m^3/s) = 8.763/11,85". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE ADJUNTA

Nº 3.712 - Processo nº: 48500.005170/2017-22. Interessada: Gold Energy Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Gold Energy Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.690.671/0001-88, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 3 de novembro de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 4 de novembro de 2017.

Nº 3.720. Processo nº 48500.000523/2017-06. Interessados: Enel Green Power Ituverava Solar S.A. Usina: UFV Ituverava 3. Unidades Geradoras: UG1 a UG14 de 2.000 kW cada uma, totalizando 28.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Tabocas do Brejo Velho, Estado da Bahia.

Nº 3.721. Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessados: Kraftwerk Geração Elétrica Ltda. Usina: CGH Bertoldo Jacobsen. Unidade Geradora: UG1 e UG2, de 500 kW cada, totalizando 1.000 kW de capacidade instalada, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de novembro de 2017

Nº 3.719 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005440/2017-03, decide: (i) autorizar a utilização do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Termoceará a óleo diesel (Código CEG: UTE.GN.CE.028358-4.01), no valor de R$ 780,46/MWh (setecentos e oitenta reais e quarenta e seis centavos), a ser considerado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO de novembro, válido até o dia 27 de novembro de 2017; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização do valor de CVU indicado no item "i" para fins de contabilização da geração verificada na UTE Termoceará no mesmo período.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de novembro de 2017

Nº 3.718 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003342/2016-42, decide indeferir o pleito da CPFL Energia com vistas a (i) manter a cobrança da Parcela de Ineficiência por Ultrapassagem - PIU para o ponto de conexão São José do Rio Preto - 138 kV, para o período de julho a outubro de 2015, conforme apurado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e (ii) determinar ao ONS a atualização monetária dos valores devidos, por meio do Índice de Atualização da Transmissão - IAT, caso a Distribuidora ainda não tenha realizado o pagamento.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 748, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 30, de 06 de agosto de 2013, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.004062/2017-95, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de biodiesel da BSBIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIODIESEL SUL BRASIL S/A, CNPJ nº 07.322.382/0004-61, com capacidade de produção de 800 m^3/dia, localizada na Estrada Fruteira, s/n, Lote 212A/B, Distrito Industrial, Marialva - PR, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 30/2013.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 18 de 21/01/2015, publicada no DOU de 22/01/2015.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 742, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 20, de 18 de junho de 2009 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta dos processos nº 48610.007342/1999-12 e nº 48610.008883/2011-11, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a BRAZÃO LUBRIFICANTES LIMITADA, CNPJ nº 50.045.897/0001-48, autorizada a operar as instalações de coleta de óleos lubrificantes usados e/ou contaminados localizadas na Estrada Aguaí - Pirassununga SP 225, km 1,5 - s/nº, Itupeva, Aguaí/SP, 13860-000 (Lat/Lon aprox.: -22:03:38,500; -46:59:50,700 SIRGAS 2000).

As instalações de armazenamento, cuja Autorização para Operação está sendo concedida, são constituídas pelos tanques aéreos verticais apresentados na tabela a seguir, sendo a capacidade total de armazenamento de 120,12 m^3.

Tanque	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume (m^3)	Classe
1B	2,25	5,40	20,03	IIIB
2B	2,25	5,40	20,03	IIIB
3B	2,25	5,40	20,03	IIIB
4B	2,00	6,95	20,00	IIIB
5B	2,00	6,95	20,00	IIIB
6B	2,25	5,40	20,03	IIIB

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A BRAZÃO LUBRIFICANTES LIMITADA, CNPJ nº 50.045.897/0001-48, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 743, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto no artigo 23, II, alínea "g" da Resolução ANP n° 20/2009 e no que consta do Processo Administrativo ANP n.º 48610.008883/2011-13, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa BRAZAO LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.° 50.045.897/0001-48, localizada à Estrada Aguai - Pirassununga, s/nº, Km 1,5, Itupeva, Aguaí/SP - CEP: 13860-000, autorizada a exercer a atividade de de coleta de óleo lubrificante acabado.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de coleta acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação

MARIA INÊS SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AUTORIZAÇÃO Nº 744, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 19, de 18 de junho de 2009 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta dos processos nº 48610.008700/1999-12 e nº 48610.000358/2013-11, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a BRAZÃO LUBRIFICANTES LIMITADA, CNPJ nº 50.045.897/0001-48, autorizada a operar as instalações de rerrefino de óleos lubrificantes usados e/ou contaminados localizadas na Estrada Aguaí - Pirassununga SP 225, km 1,5 - s/nº, Itupeva, Aguaí/SP, 13860-000 (Lat/Lon aprox.: -22:03:38,500; -46:59:50,700 SIRGAS 2000).

As instalações de armazenamento, cuja Autorização para Operação está sendo concedida, são constituídas pelos tanques aéreos verticais apresentados na tabela a seguir, sendo a capacidade total de armazenamento de 30,00 m³.

Tanque	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume (m³)	Classe
5A	1,90	5,40	15,00	IIIB
6A	1,90	5,40	15,00	IIIB

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A BRAZÃO LUBRIFICANTES LIMITADA, CNPJ nº 50.045.897/0001-48, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 745, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto no artigo 24, II, alínea "g" da Resolução ANP n° 19/2009 e no que consta do Processo Administrativo ANP n.º 48610.000358/2013-11, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa BRAZAO LUBRIFICANTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.° 50.045.897/0001-48, localizada à Estrada Aguai - Pirassununga, s/nº, Km 1,5, Itupeva, Aguaí/SP - CEP: 13860-000, autorizada a exercer a atividade de rerrefino de óleo lubrificante acabado.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de rerrefino acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 746, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP 08, de 08 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.014313/2016-69, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa PANDA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - EPP, CNPJ nº 03.527.516/0001-87, situada na Rodovia Vicinal 72, s/nº, Santo Antônio do Divisor, CEP 85628-000 - Manfrinópolis/PR, autorizada para o exercício da atividade de Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR).

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 747, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo nº 48610.014313/2016-69, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PANDA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - EPP, CNPJ nº 03.527.516/0001-87, autorizada a operar as instalações de armazenamento de Transportador - Revendedor - Retalhista (TRR) localizadas na Rodovia Vicinal 72, s/nº, Santo Antônio do Divisor, Manfrinópolis/PR, 85628-000 (Lat/Lon aprox.: -26:03:55,200; -53:17:30,600 SIRGAS 2000).

O parque de tancagem de produtos é constituído do seguinte tanque horizontal aéreo bipartido listado a seguir, perfazendo o total de 61,24 m³.

Tanque	Diâmetro (m)	Comp. (m)	Volume (m³)	Classes de Produto	Tipo
01-A	2,55	6,00	30,62	II e III	Horizontal Bipartido
01-B	2,55	6,00	30,62	II e III	

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP Nº 110, de 09/03/2016, publicada no Diário Oficial da União em 10 de Março de 2016.

Art 4º A PANDA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - EPP, CNPJ nº 03.527.516/0001-87, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 3 de novembro de 2017

Nº 1.331- A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento nos artigos 25, inciso II, alínea "b" da Resolução ANP n° 08/2007 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.007136/2017-45, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 494/2008 para o exercício da atividade de Transportador Revendedor Retalhista, concedida à TRANSNETO ARARAQUARA TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 67.547.323/0001-70, localizada à Avenida dos Calabreses, nº 60 - Sala 01 - Vila Freitas, Araraquara/SP - CEP: 14810-276. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.332 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento nos artigos 19, inciso II, alíneas "b", "e" e "f" da Resolução ANP n° 17/2009 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.007009/2017-46, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 431/2011 para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, concedida à SUL OESTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 72.429.137/0001-77, localizada à Rua Curt Dopheide, nº 81, Escola Agrícola, Blumenau /SC - CEP: 89031-540. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.333 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no artigo 19, inciso II, alíneas "b" e "f" da Resolução ANP n° 17/2009 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.007005/2017-68, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 170/2014 para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante industrial acabado, concedida à SUPLEAN TECNOLOGIA EM VEDAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 03.352.602/0001-04, localizada à Rua Riachuelo, nº 241 - Box 20, B2 - Se, São Paulo/SP - CEP: 01007-000. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.334 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento na Resolução de Diretoria nº 0562/2017 e no que consta no Processo Administrativo ANP nº 48610.014896/2012-02, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 83/2004 para o exercício da atividade exclusiva de distribuição de gás natural veicular (GNV), bem como do registro contido no Despacho 157/2004, concedidos à sociedade SINERGÁS GNV DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.688.432/0001-62. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.335 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento nos artigos 19, inciso II, alíneas "b" e "f" da Resolução ANP n° 17/2009 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.007018/2017-37, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 293/2010 e a Autorização ANP nº 59/2008, ambas para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, concedidas à LINK COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 06.089.521/0001-43, localizada à Rua Arnoldo Hass, Nº 100, Centro, Pomerode/SC - CEP: 89107-000. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.336 -A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento nos artigos 19, inciso II, alíneas "b" e "f" da Resolução ANP n° 17/2009 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.007019/2017-81, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 513/2015 para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, concedida à AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 09.296.295/0001-60, localizada à Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, nº 939 - Andar 9º Ed. Jatobá, Cond. Castelo Branco Office Park -Tamboré, Barueri/SP - CEP: 06460-040. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.337 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no art. 41, II, "g" da Resolução ANP n° 58, de 20/10/2014 e no que consta no Processo Administrativo ANP nº 48610.004406/2017-66, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 265/2003 para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos concedida à sociedade PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.594.763/0001-21. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.338 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº BA0116944 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao ENZO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 04.467.958/0001-48, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.005948/2017-56.

Nº 1.339 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº SC0027048 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao ITAJAI COMBUSTIVEIS LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 04.483.415/0001-14, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.006908/2016-41.

Nº 1.340 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº SP0087623 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO POSTO BOSQUE LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 45.104.536/0001-95, pelas razões constantes no Processo Administrativo 48620.000725/2016-01.

Nº 1.341 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e com base no que consta do processo n.º 48610.001204/2014-10, torna pública a anulação da Autorização ANP nº 658, publicada no DOU em 09/10/2017, e o reestabelecimento da Autorização ANP nº 126, publicada no DOU em 27/03/2014.

MARIA INÊS SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 12/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
8100/2017-846.102/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
8101/2017-846.110/2017-CONSULTMINA CONSULTORIA EM ENG. DE MINAS, AMBIENTAL E DE SEG. DO TRAB. LTDA ME-
8102/2017-846.129/2017-MINERACAO TANQUES VELHO LTDA ME-
8103/2017-846.136/2017-IGOR HONÓRIO QUEIROGA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
8104/2017-846.083/2017-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
8105/2017-846.090/2017-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
8106/2017-846.117/2017-ROCHA E COSTA MINERAÇÃO LTDA-

RELAÇÃO Nº 59/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
8107/2017-803.210/2016-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-
8108/2017-803.005/2017-ERIDAM LIMA DE OLIVEIRA-
8109/2017-803.058/2017-PAHYOL INDUSTRIA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA-
8110/2017-803.092/2017-MINELY SIMPLICIO COSTA-
8111/2017-803.096/2017-F A LIMA EXTRAÇAO DE AREIA ME-
8112/2017-803.163/2017-CONSTRUTORA SUCESSO S A-
8113/2017-803.166/2017-CONSTRUTORA SUCESSO S A-
8114/2017-803.167/2017-CONSTRUTORA SUCESSO S A-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
8115/2017-803.081/2017-PETRONIO MOREIRA NUNES-
8116/2017-803.112/2017-IDELFONSO DE OLIVEIRA BARROS-
8117/2017-803.127/2017-INALDO OLIVEIRA BARROS-
8118/2017-803.130/2017-TERRATIVA MINERAIS S.A.-
8119/2017-803.141/2017-ÁGUA VIENA LTDA ME-
8120/2017-803.144/2017-FRANCISCO ANTONIO PEREIRA MARINS-
8121/2017-803.157/2017-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação:(964)
8122/2017-803.120/2017-GERALDO LAURANI-
8123/2017-803.151/2017-GERALDO LAURANI-
8124/2017-803.152/2017-GERALDO LAURANI-

RELAÇÃO Nº 132/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7989/2017-821.064/2002-IRINEU ARLINDO BRESCANSIN-
7990/2017-821.066/2002-M.C. BODINI - ME-
7991/2017-821.074/2002-JOELMA PEREIRA DA COSTA SILVA-
7992/2017-820.302/2010-EXTRAÇÃO DE AREIA ARIEBIR LTDA-
7993/2017-820.560/2011-TECHNES AGRÍCOLA LTDA-
7994/2017-820.939/2012-PAULO LUCIANO PEREZ-
7995/2017-820.513/2013-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA.-
7996/2017-820.062/2014-MINERAÇÃO RIO CLARO SP LTDA ME-
7997/2017-820.468/2016-AREIAS SALIONI LTDA-
7998/2017-820.544/2016-SILAS ALVES GOMES-
7999/2017-820.575/2016-EMBU S.A ENGENHARIA E COMÉRCIO-
8000/2017-820.576/2016-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA-
8001/2017-820.577/2016-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA-
8002/2017-820.580/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-
8003/2017-820.597/2016-DIBÁSICO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-
8004/2017-820.601/2016-SÃO BENEDITO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA. ME-
8005/2017-820.602/2016-SÃO BENEDITO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA. ME-
8006/2017-820.603/2016-AMANDA DOS SANTOS PORTO FELIZ ME-
8007/2017-820.605/2016-MONAZITA PARTICIPAÇÕES LTDA.-
8008/2017-820.657/2016-ANTONIO CARLOS FURLANETO-
8009/2017-820.671/2016-PORTOMAIS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. EPP-
8010/2017-820.676/2016-ROQUE YURI TANDEL ME-
8011/2017-820.681/2016-VERA LUCIA MARCOLINO GABRIEL-
8012/2017-820.688/2016-RESITEC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.-
8013/2017-820.689/2016-JULIANO BARBOSA GARCIA-
8014/2017-820.690/2016-PORTO DE AREIA ILHA CAROLINA LTDA EPP-
8015/2017-820.691/2016-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA.-
8016/2017-820.692/2016-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-
8017/2017-820.694/2016-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
8018/2017-820.695/2016-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA-
8019/2017-820.712/2016-RAUL ARDITO LERÁRIO-
8020/2017-820.715/2016-JRS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-
8021/2017-820.717/2016-JRS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-
8022/2017-820.738/2016-CERÂMICA ENDO EIRELI EPP-
8023/2017-820.740/2016-VECTOR MINERAÇÃO LTDA-
8024/2017-820.757/2016-FRANCISCO ZAMPELLIN-
8025/2017-820.933/2016-LUIZ GUSTAVO DE MORAES LOTUFO-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
8026/2017-820.758/2016-FATIMA APARECIDA DE ANDRADE AUKAR-
8027/2017-820.781/2016-THALES GOUVEA FAGUNDES-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação:(964)
8028/2017-820.844/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8029/2017-820.845/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8030/2017-820.846/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8031/2017-820.847/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8032/2017-820.848/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8033/2017-820.849/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8034/2017-820.850/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8035/2017-820.851/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8036/2017-820.852/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8037/2017-820.853/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8038/2017-820.864/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8039/2017-820.865/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8040/2017-820.866/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8041/2017-820.867/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8042/2017-820.868/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8043/2017-820.869/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8044/2017-820.870/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8045/2017-820.874/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8046/2017-820.875/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8047/2017-820.876/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
8048/2017-820.877/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-

RELAÇÃO Nº 189/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
8091/2017-815.358/2017-SERGIO BACKES-
8092/2017-815.504/2017-TENDÊNCIA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-
8093/2017-815.540/2017-JORGE LUIZ GRUNSCHY-
8094/2017-815.564/2017-MINERADORA PORTO UNIÃO LTDA. ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
8095/2017-815.098/2006-GERSON DE BORBA DIAS-
8096/2017-815.099/2006-GERSON DE BORBA DIAS-
8097/2017-815.272/2017-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-
8098/2017-815.556/2017-MINERAÇÃO SANTA BARBARA LTDA ME-
8099/2017-815.565/2017-MINERADORA ALTOS DA SERRA COMÉRCIO E EXPLORAÇÃO LTDA-

RELAÇÃO Nº 227/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
8049/2017-860.618/2016-CLEUNICE GUNDIM MENDONÇA-
8050/2017-860.155/2017-MINAS RIO MINERADORA LTDA-
8051/2017-860.488/2017-WATHOS PEREIRA DIAS-
8052/2017-860.489/2017-JOSÉ RODOLFO DIAS-
8053/2017-860.513/2017-VALERIA BONIFACIO GOMES-
8054/2017-860.542/2017-SCHEIDEGGER MINERAÇÃO, TRANSPORTES E LOCAÇÃO LTDA ME-
8055/2017-860.555/2017-CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES-
8056/2017-860.563/2017-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
8057/2017-860.564/2017-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
8058/2017-860.567/2017-ANCORA ENGENHARIA LTDA-
8059/2017-860.568/2017-ANCORA ENGENHARIA LTDA-
8060/2017-860.576/2017-ALBERTO CASCAIS MELEIRO-
8061/2017-860.579/2017-LAIANA RODRIGUES SARDINHA 04304170120-
8062/2017-860.582/2017-LAIANA RODRIGUES SARDINHA 04304170120-
8063/2017-860.587/2017-HP MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-
8064/2017-860.628/2017-COOPERBRITA DESENVOLVIMENTO E GESTÃO MINERAL LTDA ME-
8065/2017-860.652/2017-PRESMAG EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI-
8066/2017-860.678/2017-ENGEMID CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-
8067/2017-860.706/2017-CALCÁRIO MARA ROSA LTDA ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
8068/2017-861.205/2016-PS ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI ME-
8069/2017-861.396/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
8070/2017-860.561/2017-EDIMINAS MINERAÇÃO LTDA-
8071/2017-860.566/2017-GRANITOS RETIRO LTDA ME.-
8072/2017-860.619/2017-NEW STONES SONDAGEM E MINERAÇÃO LTDA ME-
8073/2017-860.627/2017-NUBIA DE FATIMA DA SILVA-
8074/2017-860.657/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-
8075/2017-860.658/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-
8076/2017-860.659/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-
8077/2017-860.660/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-
8078/2017-860.661/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-
8079/2017-860.662/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-
8080/2017-860.663/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-
8081/2017-860.664/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-
8082/2017-860.665/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-
8083/2017-860.666/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8084/2017-860.669/2017-CMMS CIA DE MINERAÇÃO MORADA DO SOL-
8085/2017-860.671/2017-CMMS CIA DE MINERAÇÃO MORADA DO SOL-
8086/2017-860.673/2017-CMMS CIA DE MINERAÇÃO MORADA DO SOL-
8087/2017-860.701/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
8088/2017-860.702/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
8089/2017-860.703/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
8090/2017-860.720/2017-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE ESMERALDAS DO ESTADO DE GOIÁS LTDA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

REFERENTE: Processo nº 48406-960.278/2017 - 58
INTERESSADO: WELT ENERGIA LTDA.
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da CGH Bonfim

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no ofício nº 378/2017-SGC/ANEEL, da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 05 de abril de 2017, no qual enquadra Centrais Geradoras Hidrelétricas como utilidade pública, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área abrangente de 22,84 ha (vinte e dois hectares e oitenta e quatro ares) para a implantação da CGH Bonfim, no município de Perolândia, estado da Goiás, conforme memorial descritivo às fls. 11 e mídia digital às fls. 15 e despacho de folha 33, constante no processo 48406-960.278/2017 - 58.

REFERENTE: Processo nº 48406-960.277/2017 - 11
INTERESSADO: WELT ENERGIA LTDA.
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da CGH Ribeirão do Salto

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no ofício nº 378/2017-SGC/ANEEL, da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 05 de abril de 2017, no qual enquadra Centrais Geradoras Hidrelétricas como utilidade pública, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área abrangente de 16,29 ha (dezesseis hectares e vinte e nove ares) para a implantação da CGH Ribeirão do Salto, no município de Mineiros, estado da Goiás, conforme memorial descritivo às fls. 11 e mídia digital às fls. 15 e despacho de folha 34, constante no processo 48406-960.277/2017 - 11.

REFERENTE: Processo nº 48406-960.276/2017 - 69
INTERESSADO: WELT ENERGIA LTDA.
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da CGH Diamantino

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no ofício nº 378/2017-SGC/ANEEL, da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 05 de abril de 2017, no qual enquadra Centrais Geradoras Hidrelétricas como utilidade pública, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área abrangente de 73,92 ha (setenta e três hectares e noventa e dois ares) para a implantação da CGH Diamantino, no município de Mineiros, estado da Goiás, conforme memorial descritivo às fls. 11 e mídia digital às fls. 15 e despacho de folha 33, constante no processo 48406-960.276/2017 - 69.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 127/2017

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito despacho de indeferimento(575)
800.152/2017-RAIMUNDO PINHEIRO DE LIMA- Publicado DOU de 05/10/2017
Fase de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(766)
800.753/2012-MINERMAC MINERAÇÕES LTDA ME-OF. N°747/2017-DOU de 10/07/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
800.343/2010-THOR NORTE GRANITOS LTDA - Publicado DOU de 26/12/2016, Relação n° 153/2016, Seção I, pág. 66- Onde se lê: PJ DE CARVALHO POLI - URUOCA/CE - GUIA Nº 20/2016 - 10.000 TONELADAS - QUARTZITO - VALIDADE: 31/12/2017, LEIA-SE: THOR NORTE GRANITOS LTDA - URUOCA/CE - GUIA Nº 20/2016 - 10.000 TONELADAS - QUARTZITO - VALIDADE: 31/12/2017.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
800.025/2017-LMG SERVIÇOS E COMÉRCIO PARA CONSTRUÇÃO LTDA- DOU de 09/08/2017

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 233/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
860.390/2017-C A DA CRUZ EIRELI-AI N°414/2017 - (Taxa foi paga no processo mãe: 860.808/2011)

RELAÇÃO Nº 234/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
860.987/2014-ALBERTO LUCAS ARCANJO DA ROCHA-Licenciamento N°111/2017 - Prazo: 05 ano(s)
861.443/2014-RICARDO DE ARAUJO SOUZA-Licenciamento N°113/2017 - Prazo: 05 ano(s)
860.757/2015-MARCOS ANTÔNIO ORLANDO-Licenciamento N°115/2017 - Prazo: 05 ano(s)
861.354/2016-MINERADORA SÃO CRISTOVÃO LTDA ME-Licenciamento N°116/2017 - Prazo: 05 ano(s)
861.514/2016-ALEXANDRE RICARDO ALVES DE OLIVEIRA-Licenciamento N°110/2017 - Prazo: 05 ano(s)
860.289/2017-JOSE PALHARES DE OLIVEIRA-Licenciamento N°106/2017 - Prazo: 05 ano(s)
860.294/2017-CONSTRUTORA PERFIL LTDA-Licenciamento N°114/2017 - Prazo: 05 ano(s)
860.403/2017-ADRIANO PINTO BRAGA-Licenciamento N°117/2017 - Prazo: 05 ano(s)
860.505/2017-ANÍSIO SANCHES D"ABADIA-Licenciamento N°112/2017 - Prazo: 05 ano(s)
860.508/2017-RAIMUNDO FONSÊCA JUNIOR-Licenciamento N°105/2017 - Prazo: 05 ano(s)
860.575/2017-WALTER NUNES DE SOUZA-Licenciamento N°109/2017 - Prazo: 05 ano(s)
860.595/2017-ORLANDO VERAS MACEDO-Licenciamento N°103/2017 - Prazo: 05 ano(s)
860.596/2017-VALQUIRIA FABRICIA BARCELOS-Licenciamento N°104/2017 - Prazo: 05 ano(s)
860.710/2017-TECCON S A CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO-Licenciamento N°107/2017 - Prazo: 05 ano(s)
860.727/2017-AZAMOR LEITE TEIXEIRA-Licenciamento N°108/2017 - Prazo: 05 ano(s)

VALDIJON ESTRELA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 175/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Aldrin Uhdre Novais - 866004/17, 866005/17, 866006/17, 866007/17, 866008/17
Antonio David Passos Corrêa - 866129/15
Antonio Lazaro Moreira - 867089/14, 867090/14
Atiaia Pecuária s a - 866218/17, 866219/17
Bruno Bezerra Scheffer - 866754/16
Bruno Koeche Junior - 866427/15
Dirceu Moreira - 866934/16
Djalpar Participações e Empreendimentos Ltda - 866918/16
Elionel Lemes de Moraes - 867225/14
Fernando Alecio Costa - 866245/15, 867284/13
Flávio José Fracaro - 867120/14
Frederico Danas Pereira - 866437/15
Hudson Neves Depaula - 866510/15
José Bianchini - 866020/17
Jozimar de Oliveira Luciano - 866139/16
Mineração Batovi Ltda - 867453/10, 866467/11, 866468/11, 866469/11, 866544/11, 866545/11, 866560/11, 866561/11, 866562/11, 866563/11, 866564/11, 866565/11, 866566/11, 866567/11, 866568/11, 866569/11, 866570/11, 866571/11, 866572/11, 866573/11, 866574/11
nx Gold s a - 866559/15
Olavo Lage Filho - 866764/16
Paulo Roberto Duarte Portugal - 866040/17
sb Pedreira Ltda - 866873/16
Thaísa Klafke Bassan - 866969/16, 866012/17
Valdemar Carletto - 866813/14
Vanderlei Geraldo Coenca - 866383/15

RELAÇÃO Nº 176/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Afonso Álvaro Fontes Musolino - 866194/12 - Not.260/2017 - R$ 39.053,20
Integrer Sistemas Integrados Ltda - 866454/15 - Not.264/2017 - R$ 39.286,84, 866456/15 - Not.266/2017 - R$ 39.186,00, 866457/15 - Not.268/2017 - R$ 38.763,17, 866458/15 - Not.270/2017 - R$ 38.993,22, 866459/15 - Not.272/2017 - R$ 38.785,54
Nova Aliança Companhia de Construção e Mineração Ltda - 867157/14 - Not.262/2017 - R$ 35.307,98
Osvaldo Kenhiti Kasicawa - 866680/11 - Not.258/2017 - R$ 47.604,73
Vinicius Furquim Ferreira - 866724/16 - Not.277/2017 - R$ 730,53, 866725/16 - Not.279/2017 - R$ 3.608,51, 866726/16 - Not.281/2017 - R$ 337,30, 866727/16 - Not.283/2017 - R$ 61,59

RELAÇÃO Nº 177/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Afonso Álvaro Fontes Musolino - 866194/12 - Not.261/2017 - R$ 6.521,28
Candido Simionatto - 866664/16 - Not.276/2017 - R$ 3.260,64
Integrer Sistemas Integrados Ltda - 866454/15 - Not.265/2017 - R$ 6.521,28, 866456/15 - Not.267/2017 - R$ 6.521,28, 866457/15 - Not.269/2017 - R$ 6.521,28, 866458/15 - Not.271/2017 - R$ 6.521,28, 866459/15 - Not.273/2017 - R$ 6.521,28
José Oscar Ferreira - 867132/07 - Not.255/2017 - R$ 2.327,57
Laércio Rafael Ramalho - 866495/15 - Not.274/2017 - R$ 3.260,64
Nova Aliança Companhia de Construção e Mineração Ltda - 867157/14 - Not.263/2017 - R$ 6.521,28
Osvaldo Kenhiti Kasicawa - 866680/11 - Not.259/2017 - R$ 6.521,28
Persio Domingos Briante - 866607/15 - Not.275/2017 - R$ 3.260,64
Vinicius Furquim Ferreira - 866724/16 - Not.278/2017 - R$ 3.260,64, 866725/16 - Not.280/2017 - R$ 3.260,64, 866726/16 - Not.282/2017 - R$ 3.260,64, 866727/16 - Not.284/2017 - R$ 3.260,64

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 179/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
a m s Serviços e Locações Ltda me - 850653/16 - A.I. 776/17
Aline Carla Farrapo Xavier - 850124/17 - A.I. 787/17
Britasa Mineradora Confresa Ltda - 850363/17 - A.I. 797/17
Christian Pardo Navarro - 850887/16 - A.I. 778/17, 850888/16 - A.I. 779/17
Clesio de Paula Filho - 850022/17 - A.I. 784/17
Daniel Candido da Silva Júnior - 850052/17 - A.I. 785/17
Edilson Freires de Souza - 851045/16 - A.I. 780/17, 850272/17 - A.I. 793/17, 850273/17 - A.I. 794/17
Fabio Cardoso Carneiro - 850730/16 - A.I. 777/17
Francisco Jacques Costa Sousa - 851121/16 - A.I. 782/17
Jaime Baptista - 850254/17 - A.I. 792/17
José Augusto Ferreira e Silva Júnior - 850175/17 - A.I. 788/17
Joselio Ferreira Lima - 850214/17 - A.I. 789/17
Marconi Morbach de Almeida - 850241/17 - A.I. 791/17
Marcos Benicio Dias Barros Sobrinho 02943008133 - 850222/17 - A.I. 790/17
Mineração Monte Carmelo Ltda - 850065/17 - A.I. 786/17
Mineradora Tapajos LTDA. - 850377/17 - A.I. 798/17
Mva Metais Mineração Ltda - 850018/17 - A.I. 783/17
Rafael Morais de Souza - 850349/17 - A.I. 795/17
Seven Opportunity Comércio Eireli me - 851049/16 - A.I. 781/17
Xeila Maria Almeida Bezerra - 850630/16 - A.I. 775/17
Zbyeth da Silva Tadaiewsky Oliveira - 850354/17 - A.I. 796/17

RELAÇÃO Nº 180/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Ademar Diefenthaeler - 850785/15
AR. do r. Figueiredo me Seixeira e Transporte Aurora - 850346/16
Edilson Freires de Souza - 851046/16
Flavio Willers - 850710/16
J.j.g.e Comércio Atacadista de Produtos da Extrtação Mineral Ltda me - 850396/16

RELAÇÃO Nº 182/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Abelardo da Silva Maciel - 850392/16 - A.I. 461/17
Adeilso Alves Porto - 850961/11 - A.I. 432/17
Afabio Freitas Borges - 850231/17 - A.I. 455/17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Aldevir Martins da Silva - 850228/15 - A.I. 459/17
Aline Carla Farrapo Xavier - 850124/17 - A.I. 449/17
Biochin Importadora e Exportadora LTDA. - 851133/11 - A.I. 433/17
Castro & Castro Comércio e Mineração Ltda me - 850530/15 - A.I. 457/17
Clesio de Paula Filho - 850022/17 - A.I. 443/17
Edilson Freires de Souza - 851045/16 - A.I. 439/17
File Maq Comércio de Peças e Locação de Maquinas Pesadas Ltda me - 850133/17 - A.I. 450/17, 850136/17 - A.I. 451/17
Florest Vale Agroindustrial Imp & Exp Ltda Epp - 851596/11 - A.I. 434/17
Francisco Jacques Costa Sousa - 851121/16 - A.I. 441/17
Heder Francisco Gobi - 850988/16 - A.I. 437/17
J.j.g.e Comércio Atacadista de Produtos da Extrtação Mineral Ltda me - 850397/16 - A.I. 462/17
João Domenciano da Silva Neto - 850215/15 - A.I. 456/17
José Francisco da Silva - 850138/17 - A.I. 452/17, 850111/17 - A.I. 448/17
José Jovencio Souza - 850109/17 - A.I. 447/17
Joselio Ferreira Lima - 850214/17 - A.I. 454/17
Matheus Soares Filho - 850047/17 - A.I. 444/17, 850048/17 - A.I. 445/17
Mineração Santa Clara Ltda - 850733/15 - A.I. 460/17
Mva Metais Mineração Ltda - 850018/17 - A.I. 442/17
Pedro Pacheco Dos Santos Lima Neto - 850611/04 - A.I. 458/17
Rmb Manganês LTDA. EPP. - 850205/17 - A.I. 453/17
Seven Opportunity Comércio Eireli me - 851049/16 - A.I. 440/17

RELAÇÃO Nº 183/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Ademar Diefenthaeler - 850214/15
Aguinaldo Chaves Alves - 850250/15
Alan Lima Alves - 850162/15
Cooperativa de Desenvolvimento Mineral Dos Garimpeiros de Serra Pelada - 850504/11
Dorvando Domingos de Siqueira - 850099/11
Gilberto de Nadal - 850395/15
Silvio Luiz Manfroi - 850353/15
Xiangse Brasil Mineração Ltda - 851287/13

RELAÇÃO Nº 184/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Ademar Diefenthaeler - 850214/15 - Not.507/2017 - R$ 29.670,98
Agp Comércio Exportação Mineração e Extração Ltda - 851531/13 - Not.386/2017 - R$ 1.944,01
Almir Severiano Araújo - 850109/14 - Not.434/2017 - R$ 3.489,31
Antonio Miguel Siruge - 850349/12 - Not.420/2017 - R$ 38.613,18, 850350/12 - Not.422/2017 - R$ 38.924,55, 850378/12 - Not.424/2017 - R$ 36.880,51, 850048/12 - Not.426/2017 - R$ 39.070,13, 850297/12 - Not.400/2017 - R$ 29.734,15, 850296/12 - Not.402/2017 - R$ 25.483,69, 850291/12 - Not.404/2017 - R$ 38.816,66, 850377/12 - Not.406/2017 - R$ 37.336,34
Antonio Veriano Tralde - 850461/12 - Not.391/2017 - R$ 1.166,57
Ari Carneiro Moraes - 851411/12 - Not.398/2017 - R$ 5.863,28
Awi Mineração Ltda - 850214/14 - Not.439/2017 - R$ 38.910,91
Brasi Nox Mineração e Exportação de Metais Ltda - 850090/13 - Not.350/2017 - R$ 33.330,75
Carivaldo Aires da Silva - 850684/11 - Not.361/2017 - R$ 194,39
Castro & Castro Comércio e Mineração Ltda me - 850530/15 - Not.315/2017 - R$ 5.043,35
Construtora Goldenfisc Ltda me - 850245/11 - Not.359/2017 - R$ 58.031,21, 851111/14 - Not.430/2017 - R$ 37.129,65
Edilson Viana Rocha - 850254/13 - Not.344/2017 - R$ 15.682,75, 851679/11 - Not.373/2017 - R$ 9.522,92
Elias Rodrigues Alonso - 850039/16 - Not.323/2017 - R$ 38.811,99, 850040/16 - Not.330/2017 - R$ 37.683,07
Erivaldo Francelino Viana - 850637/12 - Not.408/2017 - R$ 7.529,58
Fabrício Ayres Estorari - 850561/12 - Not.410/2017 - R$ 6.408,58
gb Locadora e Equipamentos Construções Ltda - 850103/16 - Not.375/2017 - R$ 2.199,49, 850166/15 - Not.335/2017 - R$ 19.438,65
Helio Martins Cunha - 851956/13 - Not.378/2017 - R$ 2.748,47
José Aparecido da Silva Mineração - 850550/12 - Not.394/2017 - R$ 37.612,62
José Manuel Carreteiro - 851096/08 - Not.353/2017 - R$ 30.915,46
José Martins Leal - 850854/11 - Not.365/2017 - R$ 9.006,32
José Raimundo Flexa de Mendonça - 850087/10 - Not.332/2017 - R$ 25.719,79, 850088/10 - Not.326/2017 - R$ 8.458,18
Julio Cesar Rosilho - 851066/13 - Not.382/2017 - R$ 37.072,54, 851067/13 - Not.384/2017 - R$ 27.354,54
Lbr Mineração Ltda - 850090/14 - Not.437/2017 - R$ 454,53
Marcos Lopes Mendes - 850117/11 - Not.357/2017 - R$ 527,60
Metallis Mineradora e Energia Renovavel Ltda me - 850724/14 - Not.444/2017 - R$ 5.281,40
Mineração Pedreira da Bahia Ltda me - 850675/12 - Not.396/2017 - R$ 37.679,67
Mineração Santa Clara Ltda - 850305/04 - Not.346/2017 - R$ 12.963,05, 850304/04 - Not.348/2017 - R$ 19.078,80
Mineração Vale da Serra Ltda - 851271/12 - Not.416/2017 - R$ 36.023,01
Mineradora Bene Correia Ltda - 850549/13 - Not.338/2017 - R$ 6.749,87, 850525/13 - Not.340/2017 - R$ 20.798,73
Otacilio Rodrigues Rocha - 850655/12 - Not.418/2017 - R$ 36.260,14
Pedreira Vale do Abunã Ltda - 850877/11 - Not.371/2017 - R$ 718,68
Rafael Luis Carrard - 850504/15 - Not.389/2017 - R$ 18.009,06
Riverbank Resources Mineracao Ltda - 850875/11 - Not.367/2017 - R$ 22.110,41
Rodrigo Milani - 850065/10 - Not.355/2017 - R$ 34.990,15, 850139/14 - Not.428/2017 - R$ 16.002,29
Rosângela Maria Bosoi - 851012/14 - Not.432/2017 - R$ 33.765,64, 850833/12 - Not.412/2017 - R$ 7.813,11
s a Almeida me - 850876/11 - Not.369/2017 - R$ 264,01
Sanevias Consultorias e Projetos Ltda - 850723/11 - Not.363/2017 - R$ 7.523,41
Sebastião Domingos Dos Reis - 850595/10 - Not.321/2017 - R$ 7.771,18
Silvio Francisco de Souza - 851474/13 - Not.380/2017 - R$ 21.749,80
Zezito Dias Alves - 850977/12 - Not.414/2017 - R$ 29.723,75
Zoterra Materiais de Construção Epp - 850656/14 - Not.441/2017 - R$ 172,66

RELAÇÃO Nº 185/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Ademar Diefenthaeler - 850214/15 - Not.508/2017 - R$ 3.879,29, 850214/15 - Not.509/2017 - R$ 397,24
Agp Comércio Exportação Mineração e Extração Ltda - 851531/13 - Not.387/2017 - R$ 3.781,52, 851531/13 - Not.388/2017 - R$ 405,17
Aguinaldo Chaves Alves - 850250/15 - Not.483/2017 - R$ 397,24
Alan Lima Alves - 850162/15 - Not.486/2017 - R$ 397,24
Almir Severiano Araújo - 850109/14 - Not.435/2017 - R$ 3.801,26
Amazonas Exploração e Mineração LTDA. - 851304/11 - Not.496/2017 - R$ 360,41
Anderson Clayton Lima Gomes - 850732/14 - Not.475/2017 - R$ 407,15
Antonio Miguel Siruge - 850349/12 - Not.421/2017 - R$ 7.553,15, 850350/12 - Not.423/2017 - R$ 7.553,15, 850378/12 - Not.425/2017 - R$ 7.553,15, 850048/12 - Not.427/2017 - R$ 7.553,15, 850297/12 - Not.401/2017 - R$ 7.553,15, 850296/12 - Not.403/2017 - R$ 7.553,15, 850291/12 - Not.405/2017 - R$ 7.553,15, 850377/12 - Not.407/2017 - R$ 7.553,15
Antonio Veriano Tralde - 850461/12 - Not.392/2017 - R$ 3.801,26, 850461/12 - Not.393/2017 - R$ 414,33, 851133/12 - Not.479/2017 - R$ 414,33
Ari Carneiro Moraes - 850048/16 - Not.464/2017 - R$ 343,11, 851411/12 - Not.399/2017 - R$ 7.602,50
Awi Mineração Ltda - 850214/14 - Not.440/2017 - R$ 7.553,15
Brasi Nox Mineração e Exportação de Metais Ltda - 850090/13 - Not.351/2017 - R$ 3.781,52
Cal Reis Comércio de Calcário e Derivados Ltda - 850318/16 - Not.377/2017 - R$ 3.614,02
Carivaldo Aires da Silva - 850684/11 - Not.362/2017 - R$ 3.781,52
Castro & Castro Comércio e Mineração Ltda me - 850530/15 - Not.316/2017 - R$ 3.859,55
Centro Mineração Ltda - 850776/14 - Not.521/2017 - R$ 407,15
Cesar Pena Fernandes - 850468/09 - Not.491/2017 - R$ 353,46
Cícero José Teixeira Costa de sá - 850982/11 - Not.495/2017 - R$ 359,39
Cleone Vieira de Lima - 850109/16 - Not.465/2017 - R$ 343,11
Comercial Marabá Ltda Epp - 850515/14 - Not.476/2017 - R$ 407,15
Construtora Goldenfisc Ltda me - 850649/13 - Not.498/2017 - R$ 353,46, 850245/11 - Not.360/2017 - R$ 7.228,05, 851111/14 - Not.431/2017 - R$ 7.348,96
Construtora Norte do Tapajós Ltda - 850384/16 - Not.516/2017 - R$ 365,50, 850337/16 - Not.519/2017 - R$ 365,50
Cooperativa Dos Mineradores e Garimpeiros do Sul do Pará Coomigasulp - 851018/16 - Not.457/2017 - R$ 360,33
Cunha Terraplenagem e Serviços Ltda me - 850515/16 - Not.513/2017 - R$ 365,50
Edilson Viana Rocha - 851679/11 - Not.374/2017 - R$ 3.781,52, 850254/13 - Not.345/2017 - R$ 3.781,52
Elias Rodrigues Alonso - 850039/16 - Not.324/2017 - R$ 3.756,84, 850040/16 - Not.325/2017 - R$ 327,81, 850039/16 - Not.329/2017 - R$ 327,81, 850040/16 - Not.331/2017 - R$ 3.756,84
Erivaldo Francelino Viana - 850637/12 - Not.409/2017 - R$ 3.801,26
Fabrício Ayres Estorari - 850561/12 - Not.411/2017 - R$ 3.801,26
G.e.mineral Ltda Epp - 850478/16 - Not.514/2017 - R$ 365,50
gb Locadora e Equipamentos Construções Ltda - 850166/15 - Not.336/2017 - R$ 3.756,84, 850166/15 - Not.337/2017 - R$ 327,81, 850103/16 - Not.376/2017 - R$ 3.756,84
Gilberto de Nadal - 850395/15 - Not.487/2017 - R$ 397,24
Helio Martins Cunha - 851956/13 - Not.379/2017 - R$ 7.513,67
Hidroambiental Hidrossemeadura e Serviços LTDA. - 851021/14 - Not.481/2017 - R$ 407,15
Hjh Mineração do Brasil LTDA. - 850888/11 - Not.494/2017 - R$ 358,38
J.j.g.e Comércio Atacadista de Produtos da Extrtação Mineral Ltda me - 850359/16 - Not.461/2017 - R$ 360,33
João José Bartinicki - 850329/16 - Not.520/2017 - R$ 365,50
José Aparecido da Silva Mineração - 850550/12 - Not.395/2017 - R$ 7.553,15
José Manuel Carreteiro - 851096/08 - Not.354/2017 - R$ 3.781,52
José Martins Leal - 850854/11 - Not.366/2017 - R$ 3.781,52
José Raimundo Flexa de Mendonça - 850087/10 - Not.333/2017 - R$ 3.781,52, 850087/10 - Not.334/2017 - R$ 344,26, 850088/10 - Not.327/2017 - R$ 3.781,52, 850088/10 - Not.328/2017 - R$ 344,26
Juarez Alvez da Silva - 850668/16 - Not.512/2017 - R$ 383,85
Julio Cesar Rosilho - 851066/13 - Not.383/2017 - R$ 7.513,67, 851067/13 - Not.385/2017 - R$ 7.513,67
Lbr Mineração Ltda - 850090/14 - Not.436/2017 - R$ 407,15, 850090/14 - Not.438/2017 - R$ 3.801,26
Luiz Silva de Souza - 850040/08 - Not.489/2017 - R$ 397,24
m Pereira Saraiva me - 850086/15 - Not.505/2017 - R$ 379,57
Marcos Benicio Dias Barros Sobrinho 02943008133 - 850523/16 - Not.456/2017 - R$ 343,11
Marcos Lopes Mendes - 850117/11 - Not.358/2017 - R$ 3.781,52
Messias Rodrigues Costa - 850158/16 - Not.462/2017 - R$ 343,11
Metallis Mineradora e Energia Renovavel Ltda me - 850724/14 - Not.443/2017 - R$ 407,15, 850724/14 - Not.445/2017 - R$ 3.801,26
Mineração Gold do Água Azul - 850881/11 - Not.493/2017 - R$ 358,38
Mineração Pedreira da Bahia Ltda me - 850675/12 - Not.397/2017 - R$ 3.801,26
Mineração Santa Clara Ltda - 850305/04 - Not.347/2017 - R$ 7.563,02, 850304/04 - Not.349/2017 - R$ 7.563,02
Mineração Vale da Serra Ltda - 851271/12 - Not.417/2017 - R$ 7.553,15
Mineradora Bene Correia Ltda - 850549/13 - Not.339/2017 - R$ 7.513,67, 850525/13 - Not.341/2017 - R$ 7.513,67
Morinaka Exportação e Importação LTDA. - 850123/10 - Not.480/2017 - R$ 353,46
Nivaldo Monteiro - 850122/15 - Not.510/2017 - R$ 397,24
Otacilio Rodrigues Rocha - 850655/12 - Not.419/2017 - R$ 7.553,15
Pedreira Vale do Abunã Ltda - 850877/11 - Not.372/2017 - R$ 7.563,02
Pedro & Viana Ltda Epp - 851035/14 - Not.447/2017 - R$ 3.776,58, 851554/13 - Not.352/2017 - R$ 3.614,02
Quantum Mineral Ltda - 850064/16 - Not.467/2017 - R$ 343,11
Rafael Luis Carrard - 850504/15 - Not.390/2017 - R$ 7.248,41
Recursos Minerais do Brasil S.a - 850150/14 - Not.478/2017 - R$ 407,15, 850849/08 - Not.490/2017 - R$ 353,46, 850038/14 - Not.501/2017 - R$ 379,57
Riverbank Resources Mineracao Ltda - 850875/11 - Not.492/2017 - R$ 414,33, 850874/11 - Not.497/2017 - R$ 360,41, 850865/11 - Not.488/2017 - R$ 358,38, 850875/11 - Not.368/2017 - R$ 7.513,67
Rodrigo Milani - 850065/10 - Not.356/2017 - R$ 7.228,05, 850139/14 - Not.429/2017 - R$ 6.719,12
Rosângela Maria Bosoi - 851012/14 - Not.433/2017 - R$ 3.801,26, 850833/12 - Not.413/2017 - R$ 3.801,26
Rui Cezar Gouvea Engelbert - 850522/15 - Not.468/2017 - R$ 397,24

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

s a Almeida me - 850876/11 - Not.370/2017 - R$ 3.781,52
Sanevias Consultorias e Projetos Ltda - 850723/11 - Not.364/2017 - R$ 3.781,52
Santa Clara Agro Indústria LTDA. me - 850953/14 - Not.499/2017 - R$ 379,57, 851022/14 - Not.500/2017 - R$ 379,57
Sebastião Domingos Dos Reis - 850595/10 - Not.320/2017 - R$ 344,26, 850595/10 - Not.322/2017 - R$ 3.781,52
Silvio Francisco de Souza - 851474/13 - Not.381/2017 - R$ 7.513,67
Silvio Luiz Manfroi - 850353/15 - Not.502/2017 - R$ 397,24
Vanderley Aguiar do Nascimento - 851832/13 - Not.477/2017 - R$ 407,15
Vera Lúcia Maria Dos Santos Rego - 850354/16 - Not.517/2017 - R$ 365,50, 850353/16 - Not.518/2017 - R$ 365,50
Weder José Vitor Holanda - 850320/15 - Not.511/2017 - R$ 397,24
Wesley Oliveira da Silva - 850254/15 - Not.503/2017 - R$ 397,24, 850254/15 - Not.504/2017 - R$ 3.879,29
Xiangse Brasil Mineração Ltda - 851287/13 - Not.515/2017 - R$ 407,15
Zezito Dias Alves - 850977/12 - Not.415/2017 - R$ 7.553,15
Zoterra Materiais de Construção Epp - 850656/14 - Not.442/2017 - R$ 3.674,48

RELAÇÃO Nº 186/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Salobo Metais SA. - 807426/74 - Not.482/2017 - R$ 1.993,51
Vale s a - 852145/76 - Not.522/2017 - R$ 4.191,21
Votorantim Cimentos n ne s a - 850280/05 - Not.485/2017 - R$ 13,18

RELAÇÃO Nº 187/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Avb Mineração LTDA. Cpf/cnpj :07.605.563/0001-52 - Processo minerário: 853714/93 - Processo de cobrança: 950681/17 Valor: R$.208.119,26, Processo minerário: 853714/93 - Processo de cobrança: 950682/17 Valor: R$.18.348,26
Titular: Cerâmica Barbosa Ltda Epp Cpf/cnpj :00.745.484/0001-06 - Processo minerário: 850508/03 - Processo de cobrança: 950715/17 Valor: R$.16.298,11
Titular: Cerâmica do Norte Ltda Cpf/cnpj :83.657.692/0001-72 - Processo minerário: 851239/12 - Processo de cobrança: 950708/17 Valor: R$.93.864,75
Titular: Cerâmica Guerreiro Indústria e Comércio Ltda-epp Cpf/cnpj :03.127.194/0001-89 - Processo minerário: 850950/07 - Processo de cobrança: 950709/17 Valor: R$.58.154,93
Titular: Cerâmica São Francisco Ltda Cpf/cnpj :04.009.862/0001-36 - Processo minerário: 851047/07 - Processo de cobrança: 950707/17 Valor: R$.113.493,25, Processo minerário: 850365/01 - Processo de cobrança: 950706/17 Valor: R$.207.753,90
Titular: Fábrica de Cerâmica Casa Nova Ltda Cpf/cnpj :07.409.628/0001-94 - Processo minerário: 851073/05 - Processo de cobrança: 950711/17 Valor: R$.171.967,42
Titular: Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda Cpf/cnpj :00.048.785/0001-72 - Processo minerário: 801472/68 - Processo de cobrança: 950730/17 Valor: R$.2.450.313,17
Titular: Jose Marcelo Quirino Rocha Cpf/cnpj :299.775.412-72 - Processo minerário: 850523/12 - Processo de cobrança: 950697/17 Valor: R$.1.378,87
Titular: Mineração Buritirama s a Cpf/cnpj :27.121.672/0001-01 - Processo minerário: 815959/73 - Processo de cobrança: 950664/17 Valor: R$.222.254,79
Titular: nr Construções Ltda Cpf/cnpj :04.369.969/0001-95 - Processo minerário: 850233/08 - Processo de cobrança: 950694/17 Valor: R$.266.993,80, Processo minerário: 850945/14 - Processo de cobrança: 950695/17 Valor: R$.50.458,46

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 161/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Rodrigo Galvão Diniz me - 848067/17, 848084/17, 848093/17

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 193/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
815.033/2017-BRITAGEM BOSA LTDA ME
815.035/2017-BRITAGEM BOSA LTDA ME
815.271/2017-FERNANDO ISOTON
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.364/2017-MARIA LUISA FRANCISCO BENDINI-OF. N°2595/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.344/2016-DIEGO DA ROSA CARDOSO- Alvará n°3686/2017 - Cessionario:815.538/2017-CS SILVA LTDA- CPF ou CNPJ 02108321/0001-30
815.042/2017-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME- Alvará n°1.880/2017 - Cessionario:815.557/2017-Cerâmica Ouro Blanco Eireli Epp- CPF ou CNPJ 03310965/0001-79
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.831/2012-ALINE CRESCENCIO IUNG ME-OF. N°3842/2017
815.226/2013-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-OF. N°3821/2017
815.227/2013-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-OF. N°3820/2017
815.228/2013-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-OF. N°3823/2017
815.229/2013-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-OF. N°3822/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.301/2015-HUMBERTO JOSÉ GOULART- Cessionário:Luciana Pires Tomelin- CPF ou CNPJ 581759541-91- Alvará n°7.476/2015
815.857/2015-RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME- Cessionário:Jazida Águas Claras Eireli ME- CPF ou CNPJ 15238155/0001-38- Alvará n°2.306/2017
815.635/2016-RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME- Cessionário:815.635/2016-RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME- Cessionário:JAZIDA ÁGUAS CLARAS EIRELI ME- CPF ou CNPJ 15238155/0001-38- Alvará n°184/2017
815.636/2016-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME- Cessionário:Jazida Águas Claras Eireli ME- CPF ou CNPJ 15238155/0001-38- Alvará n°185/2017
815.134/2017-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME- Cessionário:Cerâmica Ouro Blanco Eireli Epp- CPF ou CNPJ 03310965/0001-79- Alvará n°4.480/2017
815.313/2017-PEDREIRA RIO BRANCO LTDA- Cessionário:BRITAGEM VOGELSANGER LTDA- CPF ou CNPJ 84689066/0001-20- Alvará n°5267/2017
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
815.534/2014-JAZIDA SOARES LTDA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
815.069/2017-GEOENVI GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA -Alvará N°4490/2017
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.553/2013-PEDRO LUIZ VENIER ME-Argila
815.619/2014-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-Basalto
815.177/2016-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.456/2014-LCJ EXTRAÇÃO EIRELI
815.458/2014-GENÉSIO ALFREDO SCHNAIDER
815.459/2014-PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
815.497/2014-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA
815.512/2014-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.135/2013-TENDÊNCIA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA- Alvará n°4866/2013 - Cessionário: TENDÊNCIA MINERADORA LTDA- CNPJ 19692514/0001-83
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.762/2011-DIRCE DOS ANJOS JÚNIOR-AI N°928/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.328/2007-FORMAFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°3839/2017
815.492/2010-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°3481/2017
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.002/2009-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-TIJUCAS/SC - Guia n° 109/2017-12.000t-Argila- Validade:26/10/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.483/1987-TERMAS SANTO ANJO DA GUARDA LTDA.- 505 n° 1993 - Cessionário: TERFAL MAT. CONST. LTDA- CNPJ 83945022/0001-51
815.701/2010-ALBERTO GUSTAVO HAHN JUNIOR-14.574 n° 2010 - Cessionário: A.J. e Terraplanagem ltda Me- CNPJ 07841041/0001-50
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
815.681/2002-EXTRAÇÃO DE AREIA CÂNDIDO LTDA ME- Licenciamento N°:1132 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)
815.423/2012-TEC DRILL SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA- Licenciamento N°:1533 - Prorrogado por 05 (cinco) ano(s)
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
815.366/2015-SR EXTRAÇÃO,COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA.- Cessionário:TRANSPORTE, TERRAPLENAGEM E URBANIZAÇÃO BRESCIANI LTDA- CNPJ 03052314/0001-26- Licenciamento n°2086- Vencimento do Licenciamento: 05 (cinco) anos
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência total(822)
815.344/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
815.616/2017-RIO DOS CEDROS PREFEITURA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.592/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS ALVES-OF. N°3852/2017
815.593/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS ALVES-OF. N°3853/2017
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
815.003/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA
815.156/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA
815.489/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
815.141/2007-PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA- Registro de Extração N°130/2017 de 26/10/2017
815.142/2007-PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA- Registro de Extração N°129/2017 de 26/10/2017
815.355/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA- Registro de Extração N°128/2017 de 26/10/2017
815.571/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA- Registro de Extração N°125/2017 de 26/10/2017
815.575/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ- Registro de Extração N°132/2017 de 30/10/2017
815.588/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS ALVES- Registro de Extração N°131/2017 de 26/10/2017
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
810.461/1979-CERÂMICA AURORA SA

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 325, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48360.000632/2017-67, resolve:
Art. 1º Definir em 6,62 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Itapocuzinho IIA, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: PCH.PH.SC.035753-7.01, com potência instalada de 11,70 MW, de titularidade da empresa Ribeirão Manso Energética Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº11.491.496-0001-60, localizada no Rio Itapocuzinho, nos municípios de Jaraguá do Sul e Joinville, no estado de Santa Catarina.
§ 1º O montante de garantia física de energia da PCH Itapocuzinho IIA refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.
§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.
Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Itapocuzinho IIA poderá ser revisado com base na legislação vigente.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

PORTARIA Nº 326, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48360.000629/2017-43, resolve:

Art. 1º Definir em 9,00 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Galera, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: PCH.PH.MT.035842-8.01, com potência instalada de 13,0 MW, de titularidade da empresa Rio Galera Energética S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.629.925/0001-70, localizada no rio Galera, no Município de Conquista D"Oeste, no Estado de Mato Grosso.

§ 1º O montante de garantia física de energia da PCH Galera refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Galera poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

PORTARIA Nº 327, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.004315/2017-78, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 19 do Leilão nº 05/2016-ANEEL, de titularidade da empresa TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.008.699/0001-55, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, objeto do Contrato de Concessão nº 37/2017-ANEEL, celebrado em 11 de agosto de 2017, é alcançado pelo art. 4º, inciso II, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de julho de 2017 e são de exclusiva responsabilidade da TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA	
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO	
01 - Nome Empresarial	
TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	
02 - CNPJ	03 - Telefone
28.008.699/0001-55.	(11) 4571-2400.
04 - DADOS DO PROJETO	
Nome do Projeto	Lote 19 do Leilão nº 05/2016-ANEEL (Contrato de Concessão nº 37/2017-ANEEL, celebrado em 11 de agosto de 2017).
Descrição do Projeto	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote 19 do Leilão nº 05/2016-ANEEL, compreendendo:
	I - Circuito 1 da Linha de Transmissão Fernão Dias - Terminal Rio, em 500 kV, em Circuito Simples, com extensão aproximada de trezentos e trinta quilômetros, com origem na Subestação Fernão Dias e término na Subestação Terminal Rio;
	II - Bancos de Reatores de Linha de 3x45,3 Mvar em ambos os Terminais de Linha; e
	III - Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, extensão de Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Período de Execução	De 11/8/2017 a 11/8/2022.
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Municípios de Atibaia, Bragança Paulista, Piracaia, Igaratá, São José dos Campos, Monteiro Lobato, Caçapava, Taubaté, Tremembé, Pindamonhangaba, Potim, Guaratinguetá, Lorena, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Lavrinhas, Silveiras, Queluz, Areias, São José do Barreiro, Bananal e Arapeí, Estado de São Paulo; Resende, Barra Mansa, Volta Redonda, Piraí e Paracambi, Estado de Rio de Janeiro.
05 - REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA	
Nome: Marcelo Patrício Fernandes Costa.	CPF: 719.034.614-72.
Nome: Carlos Manuel da Silva Graça.	CPF: 430.095.497-68.
Nome: Alberto Buttler Ribeiro.	CPF: 014.212.038-39.
Nome: Renata Ferreira de Carvalho.	CPF: 170.034.758-63.
06 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	258.336.726,00.
Serviços	251.544.208,00.
Outros	170.671.795,00.
Total (1)	680.552.729,00.
07 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	234.440.578,00.
Serviços	242.362.845,00.
Outros	170.671.795,00.
Total (2)	647.475.218,00.

PORTARIA Nº 328, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e §1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.004121/2017-72, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 25 do Leilão nº 05/2016-ANEEL, de titularidade da empresa Interligação Elétrica Itapura S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.819.377/0001-23, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, objeto do Contrato de Concessão nº 42/2017-ANEEL, celebrado em 11 de agosto de 2017, é alcançado pelo art. 4º, inciso II, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de julho de 2017 e são de exclusiva responsabilidade da Interligação Elétrica Itapura S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Interligação Elétrica Itapura S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Interligação Elétrica Itapura S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA	
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO	
01 - Nome Empresarial	
Interligação Elétrica Itapura S.A.	
02 - CNPJ	03 - Telefone
27.819.377/0001-23.	(11) 3138-7000.
04 - DADOS DO PROJETO	
Nome do Projeto	Lote 25 do Leilão nº 05/2016-ANEEL (Contrato de Concessão nº 42/2017-ANEEL, celebrado em 11 de agosto de 2017).
Descrição do Projeto	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote 25 do Leilão nº 05/2016-ANEEL, compreendendo:
	I - Compensador Estático - CE (-125/+250) Mvar no novo Setor de 440 kV da Subestação Bauru; e
	II - Conexões de Unidades de Transformação, Interligações de Barramentos, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Período de Execução	De 11/8/2017 a 11/2/2021.
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Município de Bauru, Estado de São Paulo.
05 - REPRESENTANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA	
Nome: Rinaldo Pecchio Junior.	CPF: 057.467.688-04.
Nome: Weberson Eduardo Guioto Abreu.	CPF: 098.464.448-26.
Nome: Carisa Santos Portela Cristal.	CPF: 251.266.718-98.
06 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	54.854.473,08.
Serviços	16.215.594,80.
Outros	4.220.330,19.
Total (1)	75.290.398,07.
07 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	49.780.434,32.
Serviços	15.194.156,59.
Outros	4.220.330,19.
Total (2)	69.194.921,10.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DA CHEFE DE GABINETE
Em 1º de novembro de 2017

A CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e pela Portaria MDS nº 224, de 28 de junho de 2016 e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO LAR BEM VIVER DE SANTANA DO MANHUAÇU
CNPJ: 66.230.590/0001-57
Município: Santana do Manhuaçu/MG
Processo nº: 71000.043030/2015-43

A CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e pela Portaria MDS nº 224, de 28 de junho de 2016, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: FUNDAÇÃO JOSÉ FERNANDES DE ARAÚJO
CNPJ: 21.515.655/0001-72
Município: Belo Horizonte/MG
Processo nº: 71000.058921/2009-56

NAMIR STREJEVITCH
Substituta

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 185, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)NÚCLEO DE VOLUNTÁRIOS DE ASSISTÊNCIA AOS CANCEROSOS CARENTES DE MANHUAÇU, CNPJ 21.299.318/0001-95, MANHUACU/MG, processo nº 71000.096524/2010-16, parecer técnico nº 41678/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

2)CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MATA BURRO DOS MAFALDAS, CNPJ 23.114.911/0001-45, LAGOA FORMOSA/MG, processo nº 71000.019657/2011-50, parecer técnico nº 40815/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

3)ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE SOLONÓPOLE, CNPJ 05.674.262/0001-55, SOLONOPOLE/CE, processo nº 71000.020400/2011-41, parecer técnico nº 47130/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

4)ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE BOQUEIRÃO ALTO, CNPJ 25.220.740/0001-64, SALINAS/MG, processo nº 71000.041491/2012-39, parecer técnico nº 39787/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua no âmbito da assistência social.

5)ASSOCIACÃO DE VOLUNTARIOS DE APOIO E ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - AVOS, CNPJ 81.840.340/0001-22, FLORIANOPOLIS/SC, processo nº 71000.045100/2012-55, parecer técnico nº 39895/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

6)CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MUQUÉM, CNPJ 21.365.085/0001-81, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045678/2012-10, parecer técnico nº 40817/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

7)CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CARAIBINHAS, CNPJ 21.372.255/0001-55, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045681/2012-25, parecer técnico nº 40809/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

8)ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS MORADORES DE MUQUÉM, CNPJ 25.217.159/0001-93, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045667/2012-21, parecer técnico nº 40194/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

9)ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA SEARA DE JESUS, CNPJ 58.230.293/0001-83, SANTOS/SP, processo nº 23000.008006/2012-72, parecer técnico nº 51119/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

10)ASSOCIAÇÃO DE COLABORADORES DA ESCOLA DE DEFICIENTES AUDITIVOS DE PARANAGUÁ, CNPJ 80.295.330/0001-90, PARANAGUA/PR, processo nº 23000.013360/2012-19, parecer técnico nº 50924/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

11)ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE JABOTICABA, CNPJ 13.902.291/0001-55, QUIXABEIRA/BA, processo nº 71000.120374/2014-01, parecer técnico nº 39655/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Estatuto Social não compatível com a legislação.

12)CENTRO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL, CNPJ 00.526.026/0001-78, FAZENDA RIO GRANDE/PR, processo nº 71000.129073/2014-34, parecer técnico nº 46753/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

13)COLIBRI ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL, CNPJ 30.499.420/0001-25, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.052529/2015-41, parecer técnico nº 49627/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

14)LIGA ESPORTIVA ARTE E CULTURA BENEFICENTE, CNPJ 06.113.660/0001-65, FORTALEZA/CE, processo nº 71000.070738/2015-77, parecer técnico nº 47793/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

15)ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CNPJ 19.072.313/0001-83, TURVOLANDIA/MG, processo nº 71000.096103/2015-08, parecer técnico nº 49016/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

16)ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA HAROLDO BELTRÃO, CNPJ 77.595.783/0001-28, FRANCISCO BELTRAO/PR, processo nº 71000.125009/2015-65, parecer técnico nº 49990/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

17)ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE, CNPJ 77.617.108/0001-52, LARANJEIRAS DO SUL/PR, processo nº 71000.054670/2016-60, parecer técnico nº 49991/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

18)CONSELHO CENTRAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 17.755.414/0001-23, SAO JOAO NEPOMUCENO/MG, processo nº 71000.002438/2016-46, parecer técnico nº 50789/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

19)INSTITUTO EDIVALDO OLIVEIRA DA SILVA, CNPJ 16.254.427/0001-56, FEIRA DE SANTANA/BA, processo nº 71000.094763/2016-27, parecer técnico nº 50846/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

20)CASA DOM BOSCO, CNPJ 13.159.570/0001-70, GUARATINGUETA/SP, processo nº 71000.002534/2016-94, parecer técnico nº 50892/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

21)CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL AO IDOSO - CAII, CNPJ 04.271.918/0001-26, ITAMONTE/MG, processo nº 71000.094600/2016-44, parecer técnico nº 50802/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

22)ASSOCIAÇÃO TUBARONENSE DE APOIO A FAMILIAS - STAN, CNPJ 82.981.457/0001-99, TUBARAO/SC, processo nº 71000.002422/2016-33, parecer técnico nº 50888/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

23)OBRAS DE ASSISTENCIA AOS MENDIGOS E MENORES DESAMPARADOS DA CIDADE DO RECIFE, CNPJ 10.424.810/0001-29, RECIFE/PE, processo nº 71000.002386/2016-16, parecer técnico nº 50904/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

24)LAR DOS VELHOS DE PARAPUÃ, CNPJ 46.462.073/0001-04, PARAPUA/SP, processo nº 71000.009643/2017-13, parecer técnico nº 50922/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

25)CENTRO ARTESANAL AGRÍCOLA DE NUPORANGA, CNPJ 47.060.157/0001-76, NUPORANGA/SP, processo nº 71000.009741/2017-51, parecer técnico nº 50952/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

26)ASILO PAI ABRAAO - APA, CNPJ 27.086.461/0001-85, COLATINA/ES, processo nº 71000.016462/2017-43, parecer técnico nº 50980/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

27)INSTITUTO EDUSA - EDUCAÇÃO E SAÚDE, CNPJ 05.303.355/0001-73, VOTORANTIM/SP, processo nº 71000.016764/2017-11, parecer técnico nº 51003/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

28)CARITAS DIOCESANA DE JANUARIA, CNPJ 03.468.396/0001-94, JANUARIA/MG, processo nº 71000.025143/2017-29, parecer técnico nº 51062/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

29)O CAMINHO, CNPJ 10.408.592/0001-39, VILHENA/RO, processo nº 71000.024692/2017-86, parecer técnico nº 51180/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Estatuto Social não compatível com a legislação.

30)INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL IRMÃO PALMINHA, CNPJ 06.136.011/0001-80, SAO BERNARDO DO CAMPO/SP, processo nº 71000.038891/2017-71, parecer técnico nº 51210/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

31)ASSOCIACÃO HABITACIONAL E PROMOCAO SOCIAL JOAO PAULO II, CNPJ 59.995.837/0001-60, AGUDOS/SP, processo nº 71000.046014/2017-74, parecer técnico nº 51382/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

32)ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE SANTARÉM - ADEFIS, CNPJ 84.545.219/0001-66, SANTAREM/PA, processo nº 71000.044124/2017-00, parecer técnico nº 51336/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas.

33)ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA FÉ, ESPERANÇA E CARIDADE, CNPJ 54.603.998/0001-48, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.051971/2017-12, parecer técnico nº 51684/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Estatuto Social não compatível com a legislação; Estatuto Social não compatível com a LOAS.

Art. 2º Indeferir o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)MITRA DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE, CNPJ 92.858.000/0001-45, PORTO ALEGRE/RS, processo nº 71000.116353/2009-15, parecer técnico nº 45770/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação; Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

2)OBRAS SOCIAIS DO GRUPO ESPIRITA PAULO DE TARSO, CNPJ 22.240.113/0001-05, UBERLANDIA/MG, processo nº 71000.000701/2010-77, parecer técnico nº 46695/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

3)SOCIEDADE BENEFICENTE DR. ENÉAS DE CARVALHO GUIAR, CNPJ 45.031.853/0001-29, BAURU/SP, processo nº 71010.003278/2010-48, parecer técnico nº 46715/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

4)CENTRO SOCIAL PADRE CÍCERO ROMÃO, CNPJ 59.829.622/0001-70, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.027158/2011-36, parecer técnico nº 44890/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

5)CRECHE JESUS CRIANÇA, CNPJ 78.104.783/0001-40, CAMPINA DA LAGOA/PR, processo nº 71000.088359/2013-71, parecer técnico nº 40866/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

6)CENTRO ESPIRITA AMOR E CARIDADE, CNPJ 45.029.956/0001-54, BAURU/SP, processo nº 71000.078377/2014-26, parecer técnico nº 44822/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

7)INSTITUTO DO CÂNCER INFANTIL DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ 94.594.629/0001-50, PORTO ALEGRE/RS, processo nº 71000.125643/2014-17, parecer técnico nº 47753/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

8)CÁRITAS DIOCESANA DE PALMAS, CNPJ 78.072.253/0001-68, PALMAS/PR, processo nº 71000.125644/2014-61, parecer técnico nº 44520/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

9)ASSOCIAÇAO SAUDE CRIANÇA RENASCER, CNPJ 40.358.848/0001-01, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.043206/2015-67, parecer técnico nº 47479/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

10)PASTORAL DE APOIO AO TOXICÔMANO NOVA AURORA, CNPJ 00.065.945/0001-91, CAXIAS DO SUL/RS, processo nº 71000.076913/2015-30, parecer técnico nº 48364/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

11)ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO FISSURADO LÁBIO - PALATAL DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO - AFIPP, CNPJ 04.520.426/0001-27, PRESIDENTE PRUDENTE/SP, processo nº 25000.138001/2015-41, parecer técnico nº 50146/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

12)AGREMIAÇÃO ESPÍRITA CASA DO CAMINHO, CNPJ 24.318.750/0001-74, SABARA/MG, processo nº 71000.066356/2016-20, parecer técnico nº 50031/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

13)ASSOCIAÇÃO PROJETO RODA VIVA, CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DA CRIANÇA, CNPJ 32.092.298/0001-01, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.066294/2016-56, parecer técnico nº 50068/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

14)ALBERGUE SANTO ANTÔNIO, CNPJ 24.734.774/0001-04, SAO JOAO DEL REI/MG, processo nº 71000.084481/2016-11, parecer técnico nº 50474/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

15)ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE ITARARÉ, CNPJ 50.058.114/0001-60, ITARARE/SP, processo nº 71000.025181/2017-81, parecer técnico nº 51058/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

16)CASA DE SANTA RITA, CNPJ 49.315.666/0001-28, IBIUNA/SP, processo nº 71000.034946/2017-74, parecer técnico nº 51128/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

17)ASSOCIAÇÃO DE PAIS AMIGOS DEFICIENTES VISUAIS OU DEFICIENTES AUDITIVOS DE CORNÉLIO PROCÓPIO, CNPJ 81.881.146/0001-95, CORNELIO PROCOPIO/PR, processo nº 71000.041011/2017-44, parecer técnico nº 51287/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

18)ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DE MARINGA, CNPJ 76.722.180/0001-87, MARINGA/PR, processo nº 71000.048281/2017-86, parecer técnico nº 51443/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

19)LAR SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 45.160.801/0001-52, CARDOSO/SP, processo nº 71000.048279/2017-15, parecer técnico nº 51453/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

20)ASSOCIAÇÃO PROJETO D+ DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CNPJ 05.422.671/0001-64, IPIGUA/SP, processo nº 71000.048656/2017-16, parecer técnico nº 51498/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

21)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CEARÁ MIRIM, CNPJ 24.371.189/0001-97, CEARA-MIRIM/RN, processo nº 71000.051753/2017-88, parecer técnico nº 51658/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

Art. 3º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca dos indeferimentos relacionados no art. 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 186, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico de nº 07/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.042690/2015-15, resolve:

Art. 1º Reconhecer a procedência da Supervisão Extraordinária nº 71000.042690/2015-15, instaurada em face da Fundação Bênçãos do Senhor, CNPJ 29.222.551/0001-80; bem como o indeferimento dos Processos de Renovação nº 71000. 030530/2010-19 e a conversão em concessão do Processo nº 71000.081862/2012-15, por descumprimento do disposto nos artigos 1º e 18 da Lei nº 12.101/2009; Resolução nº 33, de 28 de novembro de 2011 (define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social), e demais legislações que tratam da Política de Assistência Social.

Art. 2º A Entidade poderá apresentar recurso contra a decisão de procedência da Supervisão Extraordinária e do indeferimento dos Processos de Renovação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar dessa publicação.

Art. 3º Indeferido o Recurso ou decorrido o prazo recursal sem que a entidade apresente recurso, a decisão de indeferimento dos Processos de Renovação nº 71000. 030530/2010-19 e a conversão em concessão do Processo nº 71000.081862/2012-15 será mantida.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 187, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico de nº 27/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.055862/2010-06, resolve:

Art. 1º Reconhecer a procedência da Representação nº 71000.055862/2010-06, apresentada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel/PR em face do Serviço de Obras Sociais de Palotina, CNPJ 77.397.149/0001-80; bem como o indeferimento do Processo de Renovação nº 71010.001633/2009-19 por descumprimento do disposto no artigo 3º, inciso VI do Decreto nº 2.536/98.

Art. 2º A Entidade poderá apresentar recurso contra a decisão de procedência da Representação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar dessa publicação.

Art. 3º Indeferido o Recurso ou decorrido o prazo recursal sem que a entidade apresente recurso, o Processo de Renovação nº 71010.001633/2009-19 será indeferido, nos termos do artigo 20, §1º IX da Portaria MDS nº 353/2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 1.935, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Altera e acrescenta dispositivos da Resolução ANA nº 317, de 26 de agosto de 2003, que institui o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 679ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2017, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.000309/2013-15, resolveu:

Art. 1º Os artigos 1º e 2º passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - Cnarh, nova versão, para registro dos usuários de recursos hídricos, usos e interferências regularizados pelos Estados e pela União.

§ 1º O Cnarh conterá informações sobre as interferências regularizadas em corpos hídricos de domínio da União e dos Estados associadas a (s) sua (s) respectiva (s) finalidade (s) de uso de recursos hídricos.

§ 2º O Cnarh tem como objetivo conhecer a demanda pelo uso da água no país para dar suporte à implementação dos instrumentos das políticas nacional e estaduais de recursos hídricos, e à fiscalização dos usos e interferências nos recursos hídricos.

§ 3º O Cnarh conterá no mínimo com os dados indicados na Resolução CNRH nº 126, de 29 de junho de 2011.

§ 4º O Cnarh integrará o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (Snirh) e será organizado, implantado e gerido pela ANA, que disponibilizará seus dados e informações aos órgãos ou entidades gestoras e outorgantes integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Singreh.

Art. 2º.....:

I - Cadastro de usuários de recursos hídricos: conjunto de dados e informações sobre usuários, usos e interferências nos recursos hídricos;

II - Usuário de Recursos Hídricos (Usuário): pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável por interferência nos recursos hídricos, passíveis ou não de outorga;

III - Interferências regularizadas: captações de água, lançamentos de efluentes em corpos hídricos, bem como pontos de referências em locais onde ocorram intervenções nos corpos hídricos, cujo uso seja não consuntivo, que tenham sido autorizados mediante ato ou documento formal emitido pelo órgão ou entidade outorgante de recursos hídricos".

Art. 3º Acrescente-se o artigo 3º, com a seguinte redação

"Art. 3º O registro dos usuários, os usos e as interferências acrescidos das informações dos atos de regularização, no Cnarh, é de responsabilidade dos órgãos ou entidades gestoras de recursos hídricos e outorgantes estaduais e da União, conforme estabelecido pela Resolução CNRH nº 126, de 2011.

§ 1º Para garantir a disponibilização contínua dos dados de usos e interferências em recursos hídricos regularizadas pelo Estado, este deverá tratar em conjunto com a ANA, a forma de inserção dos dados das interferências em recursos hídricos, regularizadas pelo Estado, no Cnarh.

§ 2º Os usuários de recursos hídricos deverão fornecer, sempre que solicitados pela ANA, dados complementares referentes aos seus usos da água, que poderão compor o banco de dados do Cnarh".

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO Nº 1.936, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 679ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2017, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.000309/2013-15, resolveu:

Art. 1º Revogar, tendo em vista a atualização de procedimentos, as seguintes Resoluções ANA:

I - nº 303, de 31 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 7 de agosto de 2006, Seção 1, página 93-94, que dispõe sobre novos pedidos de outorga nas bacias PCJ - Cadastro no Cnarh.

II - nº 597, de 27 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 3 de janeiro de 2007, Seção 1, página 44, que dispõe sobre o acesso aos dados registrados no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - Cnarh.

III - nº 147, de 4 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 10 de maio de 2012, Seção 1, página 94-95, que aprova modelos de resolução de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO Nº 1.937, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre o conteúdo dos extratos para publicação no Diário Oficial da União dos pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 679ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2017, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.000309/2013-15, resolveu:

Considerando que os atos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos são classificados nas seguintes categorias: Outorga de Direito de uso de recursos hídricos, Outorga Preventiva, Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, Revogação, Suspensão, Indeferimento e Anulação, esta Resolução visa:

Art. 1º Estabelecer, para fins de atendimento ao art. 8º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o conteúdo do extrato para publicidade de pedido de outorga, outorga preventivas de direito de uso de recursos hídricos e de Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica, com o fim de publicação no Diário Oficial da União.

Art. 2º Do extrato para publicidade de pedido de outorga e de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica deverão constar:

I - Preâmbulo com a indicação de competência para a prática do ato; e

II - Indicação do nome do usuário, do corpo hídrico, do município/estado, finalidade e a categoria.

Art. 3º Do extrato das resoluções de atos de outorga de direito de usos de recursos hídricos, outorgas preventivas e de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, deverão constar:

I - Preâmbulo com as indicações de competência para a prática do ato;

II - Indicação do número da resolução, do nome do usuário, do corpo hídrico, do município/estado, finalidade e categoria (quando couber);

III - De que o inteiro teor do ato, bem como todas as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

Art. 4º Caso necessário, poderão ser publicados o inteiro teor dos atos de outorga preventiva e de direito de uso dos recursos hídricos, bem como os atos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica. Art. 5º Revoga-se a Resolução nº 193, de 5 de maio de 2003, publicada no DOU em 05 de junho de 2003, seção 1, pag. 42.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO Nº 1.938, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre procedimentos para solicitações e critérios de avaliação das outorgas preventivas e direito de uso de recursos hídricos.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 679ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2017, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.000309/2013-15, resolveu:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando os fundamentos, os objetivos e as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Considerando que a outorga de direito de uso de recursos hídricos é um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, que tem como objetivo assegurar o controle qualitativo e quantitativo dos usos de recursos hídricos e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água;

Art. 1º As solicitações de outorga de direito e de outorga preventiva de uso de recursos hídricos encaminhados à ANA observarão os requisitos e a tramitação previstos nesta Resolução.

§1° São usos de recursos hídricos sujeitos à outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, as captações e derivações para consumo final, insumo de processo produtivo, transporte de minérios, os lançamentos de efluentes com fins de diluição, transporte ou disposição final, piscicultura em tanques-rede, referentes a parâmetros de qualidade outorgáveis, as acumulações de volume de água que alterem o regime de vazões ou de níveis e os aproveitamentos de potenciais hidrelétricos.

§2° a outorga preventiva não confere o uso de recursos hídricos e se destina a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando, aos investidores o planejamento de empreendimentos que necessitem desse recurso.

Art. 2º Definições;

I - Alocação de Água: Conjunto de regras para o uso de recursos hídricos durante o ano hidrológico, estabelecido pela ANA, podendo ser realizadas reuniões públicas, à critério da ANA, em articulação com os Comitês de Bacia Hidrográficas.

II - Marco regulatório específico: Conjunto de regras para o uso dos recursos hídricos, definido pelas autoridades outorgantes preferencialmente com a participação dos diretamente interessados nesses usos e do comitê da bacia, constituindo-se marco referencial para a regulação dos usos e a orientação dos processos de alocação de água em determinado sistema hídrico.

III - Processamento eletrônico de pedidos de outorga: processamento realizado pelo Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla para análise técnica dos pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos;

IV - Processamento eletrônico/manual de pedidos de outorga: processamento inicialmente realizado pelo Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla para análise técnica dos pedidos de outorga preventiva, de direito de uso de recursos hídricos e de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), seguido de análise realizada por servidor efetivo com base em dados complementares fornecidos pelo usuário;

V - Sistema Federal de Regulação de Usos (Regla): sistema computacional desenvolvido pela Agência Nacional de Águas para que o usuário de recursos hídricos solicite a regularização de sua interferência que poderá ocorrer por meio de emissão de declaração de regularidade de uso da água que independe de outorga, declaração de regularidade de interferências/serviços não sujeitas à outorga, outorga de direito de uso de recursos hídricos ou outorga preventiva de uso de recursos hídricos.

VI - Tipo de interferência: captação, lançamento, barragem ou ponto de referência em corpo hídrico (local onde ocorre a intervenção no corpo hídrico referente a usos não consuntivos, obras ou serviços);

VII - Usuário de Recursos Hídricos (Usuário): Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável por empreendimento com um ou mais tipos de interferências, passíveis ou não de outorga.

Art. 3º As solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos, bem como de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) ocorrerão on line, no seguinte endereço eletrônico: http://www.snirh.gov.br/cnarh, por meio do Sistema Federal de Regulação de Usos (Regla) a partir da inserção pelo usuário de tipo de interferência associado a um empreendimento, seguido de confirmação do pedido de outorga.

I - Para inserir um empreendimento o usuário deverá informar:

a-Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b-Endereço para correspondência;

c-Nome do contato, endereços eletrônicos e telefones;

d-Endereço local;

Parágrafo único. Após a inserção do empreendimento será enviada ao endereço eletrônico informado uma senha provisória para acesso ao Sistema, que deverá ser alterada no primeiro acesso.

II - A solicitação de outorga de direito de uso de recursos hídricos ou preventiva será realizada, para cada interferência, a partir do Painel do Empreendimento no Regla, quando o usuário deverá informar:

a-Finalidade;

b-Tipo de interferência

c-Dados do ponto;

a.Denominação;

b.Tipo de captação, quando for o caso;

c.Unidade da Federação;

d.Município;

e.Coordenadas geográficas.

d-Informações específicas da finalidade;

e-Vazão e regime de operação da captação ou lançamento, quando for o caso de solicitações que serão encaminhadas para o processamento eletrônico/manual.

§1° O usuário deverá confirmar a solicitação de outorga e aceitar Termo de Responsabilidade, no qual declara que as informações prestadas são a expressão da verdade e que a documentação necessária que comprove a veracidade das informações ficará à disposição da ANA.

§2° As solicitações de alteração, renovação, desistência deverão ser realizadas a partir de funcionalidades associadas a outorga vigente.

§3° O usuário deverá manter atualizados os dados administrativos do empreendimento.

§4° Solicitações de outorga de uso de recursos hídricos a partir de campanhas de regularização ou por outro instrumento que não seja feito diretamente pelo interessado deverão ser objeto de resolução específica.

§ 5° Excepcionalmente poderá ser disponibilizado ao usuário de recursos hídricos formulário para realização de solicitação de outorga.

Art. 4º As solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos poderão ser analisadas por meio do processamento eletrônico ou eletrônico/manual.

Parágrafo único - Para que as solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos sejam analisadas por meio do processamento eletrônico, o pedido deverá se enquadrar em critérios técnicos pré-estabelecidos, os quais serão objeto de resolução específica, e o usuário deverá concordar com a demanda calculada pelo Sistema, a qual comporá o ato de outorga.

Art. 5º As solicitações a que se refere o art. 1º serão protocolizadas e autuadas, sendo diretamente remetidos à análise da Superintendência de Regulação - SRE.

Art. 6º Após a autuação a que se refere o art. 5º, a ANA, no prazo de noventa dias, descontados os prazos de eventuais diligências endereçadas ao usuário:

I - dará publicidade ao pedido,

II - apresentará manifestação conclusiva.

§1º Na manifestação técnica, os dados sobre a oferta e a demanda hídrica referentes ao corpo de água relacionado ao pedido poderão ser obtidos pela ANA em diversas fontes, incluindo aqueles declarados pelo usuário;

§2º Durante a análise técnica do pedido poderá a SRE solicitar ao usuário a juntada de novos documentos ou a prestação de outros esclarecimentos, com prazo determinado, sob pena de indeferimento do pleito por insuficiência de informações.

§ 3° Nos casos em que durante a análise for necessário alterar a demanda solicitada, o usuário receberá comunicação e deverá manifestar a aceitação ou não da alteração no Regla, no prazo de quinze dias.

§ 4º Caso as alterações mencionadas no §3º não sejam aceitas ou o prazo se esgote sem que haja um aceite do usuário o pedido será indeferido.

Art. 7º Para emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos, objetivando a utilização racional e a garantia do uso múltiplo dos recursos hídricos, serão avaliados, além do disposto no art. 13 caput, da Lei nº 9.433, de 1997.

I - A adequação dos quantitativos (demanda) ao porte e finalidade do empreendimento; e,

II - O balanço hídrico quali-quantitativo do corpo hídrico.

Art. 8° Na avaliação do pedido de outorga quanto ao uso racional da água será verificada a compatibilidade da demanda hídrica com as finalidades pretendidas, no que se refere à eficiência no uso da água, observado o seguinte:

I - Nos sistemas de abastecimento público, a avaliação deverá considerar as características físicas do sistema, a população atendida, as parcelas referentes aos setores comercial e industrial e os horizontes de projeto;

II - No esgotamento sanitário, a avaliação deverá considerar os processos de tratamento de esgotos empregados, a eficiência no abatimento da carga orgânica, a extensão da rede de coleta, a população atendida, as parcelas referentes aos setores comercial e industrial e os horizontes de projeto;

III - No lançamento de efluentes industriais, a avaliação deverá considerar os processos industriais, os processos de tratamento de esgotos empregados, a eficiência no abatimento da carga orgânica e os horizontes de projeto;

IV - Na criação animal, a avaliação deverá considerar as características físicas do sistema, a quantidade de animais de cada espécie existente e as evoluções dos rebanhos;

V - Na irrigação, a avaliação por ponto de captação deverá considerar a relação entre o volume captado e o volume estimado para atender às necessidades dos cultivos, a área irrigada, as características das culturas, as condições climáticas da região, o(s) método(s) de irrigação e sua adequação às culturas irrigadas;

VI - No processamento industrial ou termoelétricas, a avaliação deverá considerar os métodos e tecnologias envolvidas, as matérias-primas, os produtos derivados e a capacidade de produção;

VII - Na aquicultura, a avaliação deverá considerar as peculiaridades do sistema utilizado, a quantidade e características dos tanques-rede e tanques escavados, a(s) espécie(s), a quantidade cultivada e respectiva conversão alimentar, as características dos efluentes gerados e a capacidade de produção; e

VIII - Nas atividades minerárias (extração de areia/cascalho em leito de rio e mineração outros processos extrativos) a avaliação deverá considerar a tipologia da extração, os processos de beneficiamento envolvidos e a capacidade de produção.

IX - Na atividade de extração de areia/cascalho em leito de rio, a captação de água destina-se à composição de polpa para transporte, por meio de bombeamento, por tubulação, do material proveniente da dragagem, a partir de um ponto fixo próximo a margem do rio até a área de beneficiamento, onde se realiza a lavagem, a separação, a estocagem e a expedição do material.

Parágrafo único. Os critérios quantitativos de cada finalidade serão definidos em documentos específicos.

Art. 9° Os usos que interferem no regime natural dos corpos hídricos serão autorizados quando a avaliação for favorável no que concerne à compatibilidade com os usos de recursos hídricos situados a montante e a jusante, à alteração das características hidráulicas e hidrológicas do corpo hídrico, e à adequação ao transporte aquaviário, quando couber.

I - Os reservatórios de regularização destinados a múltiplos usos serão avaliados quanto ao dimensionamento hidráulico, à capacidade de regularização, às demandas hídricas a serem atendidas, ao potencial de eutrofização, à capacidade de assimilação de poluentes e às fases de implantação, de acordo com o disposto na Resolução nº 37, de 26 de março de 2004 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos -CNRH; e

II - Os reservatórios de regularização, assim como as obras de captação e as barragens de nível de interesse exclusivo de apenas um usuário de recursos hídricos, poderão ser objeto de avaliação conjunta com o (s) respectivo(s) uso (s), podendo ser estabelecidos prazos diferenciados.

Art. 10 O balanço hídrico quantitativo referido no inciso II do Art. 7° desta Resolução será realizado para cada mês do ano, considerando para o cálculo das disponibilidades hídricas e das demandas os seguintes procedimentos gerais:

I - Trechos de rio sem influência de reservatórios de regularização:

a)Somatório das demandas em toda a bacia a montante de trecho, e;

b)Vazão natural com alta permanência no tempo ($Q_{95\%}$) ou vazão definida como referência em estudo técnico específico.

II - Reservatório de aproveitamento hidrelétrico

a)Somatório das demandas no reservatório e em toda a bacia a montante do reservatório, e;

b)Vazão natural com alta permanência no tempo ($Q_{95\%}$) no local da barragem.

III - Reservatório de regularização

a)Somatório das demandas no reservatório, em toda a bacia a montante do reservatório e da vazão a ser mantida a jusante;

b)Vazão regularizada com garantia de 95% ou vazão definida como referência em estudo técnico específico.

IV-Trechos de rio a jusante de reservatórios

a)Somatório das demandas na bacia incremental entre a barragem e o trecho;

b)Vazão mínima defluente do reservatório somada à vazão natural incremental com alta permanência no tempo ($Q_{95\%}$).

§ 1° Em situações de criticidade hídrica ou outras situações tecnicamente justificadas, a ANA pode adotar como vazão de referência vazões naturais ou regularizadas com garantias diferentes.

§ 2° O somatório das demandas é realizado a partir das vazões instantâneas, média diária, média mensal ou média anual conforme a área da bacia ou tipo de corpo hídrico; ou

§ 3° Em situações de criticidade hídrica ou outras situações tecnicamente justificadas, o somatório das demandas poderá ser realizado a partir das vazões média diária, média mensal ou média anual, sem observar a área da bacia, tanto para captação como para lançamento de efluentes.

§ 4° A vazão com alta permanência no tempo mencionada nos incisos I, II e IV deste artigo deverá ser definida mês a mês, apenas em bacias com sazonalidade hidrológica bem definida

Art. 11 Na análise para emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos para fins de lançamento de efluentes em cursos de água de domínio da União serão avaliados os parâmetros: temperatura e Demanda Bioquímica de Oxigênio -DBO e, em reservatórios será acrescido o fósforo total.

§1° O balanço hídrico qualitativo será realizado com a vazão $Q_{95\%}$ anual, salvo situações tecnicamente justificadas.

§ 3° A avaliação dos pedidos de outorga utilizará a concentração média do parâmetro de qualidade outorgável do efluente, uma concentração natural pré-estabelecida e o padrão de qualidade estabelecido para a classe de enquadramento em que o corpo de água estiver enquadrado ou considerará os limites da Classe 2 quando o corpo hídrico não estiver enquadrado.

Art. 12 A análise dos pedidos de outorga para piscicultura em tanques-rede avaliará a capacidade de suporte para assimilação do fósforo total a partir de modelos de qualidade da água concentrados ou hidrodinâmicos.

Art. 13 Para lançamentos de efluentes realizados em rios intermitentes ou efêmeros, situados em municípios do Semiárido Brasileiro, conforme disposto na Portaria do Ministério da Integração n° 89, de 16 de março de 2005, não será realizada análise de balanço hídrico, conforme previsto no Inciso II do Art. 7° desta Resolução.

§1° Os lançamentos previstos no caput deverão possuir sistema de tratamento com eficiência de remoção de Demanda Bioquímica de Oxigênio ($DBO_{5,20}$) mínima de 60%, em consonância com a Resolução CONAMA n° 430, de 13 de maio de 2011.

§2° Nas outorgas de direito de uso de recursos hídrico para estações de tratamento de efluentes ainda não construídas deverá ser estabelecido, em articulação com o usuário, um cronograma para implantação do empreendimento.

§3° Em situações tecnicamente justificadas, a ANA poderá realizar a análise de balanço hídrico, para os lançamentos de efluentes nos corpos de água indicados no caput.

Art. 14 Na emissão de outorgas serão observadas as regras estabelecidas nos Marcos Regulatórios e Alocações de Água, bem como as diretrizes e prioridades estabelecidas nos planos de recursos hídricos, quando existirem, as quais prevalecerão sobre os critérios estabelecidos na presente Resolução.

Parágrafo único. No caso de outorgas emitidas, os quantitativos outorgados poderão ser restringidos em decorrência de regras de uso da água definidas em Marcos Regulatórios ou Alocações de Águas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 15 Toda outorga far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.

Art. 16 Será de dez anos o prazo de validade das outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União para as seguintes finalidades:

I - Irrigação de lavouras de até 2.000 ha;

II - Indústria com vazão de captação máxima instantânea de até 1,0 m³/s;

III - Termelétrica;

VI - Aquicultura em tanques escavado;

VII - Consumo humano;

VIII - Criação animal;

IX - Mineração - Extração de areia/cascalho em leito de rio e outros processos extrativos;

XI - Outras.

Parágrafo único. No caso de atividades minerárias em fase de pesquisa mineral, o prazo de validade da outorga de que trata o caput deste artigo poderá ser reduzido para cinco anos.

Art. 17 Será de vinte anos o prazo de validade das outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União para as seguintes finalidades:

I- Irrigação de lavouras superiores a 2.000 ha; e

II- Indústria com vazão de captação máxima instantânea superiores 1,0 m³/s.

Art. 18 Será de trinta e cinco anos o prazo de validade das outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União para as seguintes finalidades:

I- Barramentos e seu uso associado ou aproveitamentos hidrelétricos sem concessão ou ato administrativo de autorização e outras obras hidráulicas que necessitem de outorga; e

II- Abastecimento público e esgotamento sanitário operados por prestadores de serviços que independem de concessão ou ato administrativo de autorização.

Art. 19 Para concessionárias e autorizadas de serviços públicos e de geração de energia hidrelétrica, o prazo de validade da outorga deverá coincidir com os prazos constantes dos correspondentes contratos de concessão e atos administrativos de autorização, respeitado o limite máximo de trinta e cinco anos.

Art. 20 Para projetos de piscicultura em tanques-rede, o prazo de validade da outorga de direito de uso deverá coincidir com os prazos constantes dos correspondentes contratos de cessão de uso, respeitado o limite máximo de trinta e cinco anos.

Art.21 O prazo de validade das outorgas para abastecimento público e esgotamento sanitário nos casos não previstos no artigo 18 e 19 será de dez anos.

Art. 22 Os prazos de validade da outorga definidos nos artigos 16 e 17 poderão ser ampliados quando a natureza, finalidade, horizonte do projeto, vida útil ou porte do empreendimento justificar, levando-se em consideração o período de retorno do investimento, quando for o caso, respeitado o limite máximo de trinta e cinco anos.

Art. 23 Nos casos em que o uso outorgado se localizar em corpo hídrico de especial interesse para a gestão de recursos hídricos, ou em situações tecnicamente justificadas, inclusive quanto à racionalidade do uso da água, os prazos de validade da outorga mencionados nos artigos 16 a 21 poderão ser reduzidos.

Art. 24 A Procuradoria Federal junto à ANA - PF/ANA, no que concerne ao escopo dessa resolução, prestará a devida consultoria e assessoramento jurídico à Superintendência de Regulação e analisará os processos de indeferimento de pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e/ou declaração de reserva de disponibilidade hídrica.

§1° Os casos de indeferimento previstos no §4° do Art. 6° não necessitarão de análise da PF/ANA.

§2° Nos casos de indeferimento para o qual já houver manifestação da PF/ANA em processo na mesma bacia e pela mesma motivação, não haverá necessidade de nova avaliação da PF, ficando ao encargo da SRE a motivação do ato administrativo.

Art. 25 A Diretoria Colegiada, ou, em casos específicos, o agente que possua delegação, examinará o processo e decidirá sobre o pedido de outorga.

Parágrafo único. A ANA dará publicidade da decisão sobre os pedidos de outorga, no Diário Oficial da União, por meio de resoluções de outorga, sequenciais, por ano, cujo inteiro teor ficará disponível no site da ANA.

Art. 27 Revogam-se a Resolução ANA n° 135, de 1° de julho de 2002, republicada no Diário Oficial da União em 24 de julho 2002, Seção 1, página 143, a Resolução n° 707, de 21 de dezembro de 2004, a Resolução n° 219, de 6 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 16/6/2005, Seção 1, página 52, a Resolução n° 1041, de 19 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 27 de agosto de 2013, Seção 1, página 107, e a Resolução n° 1254, de 24 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 26 de outubro de 2016.

Art. 28 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO Nº 1.939, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe o processamento eletrônico de outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 679ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2017, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.000309/2013-15, resolveu:

Art. 1º O processamento eletrônico de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos poderá ser adotado quando o pedido de outorga se enquadrar nos seguintes critérios:

I - Localizar-se em corpo hídrico com comprometimento hídrico coletivo quantitativo e qualitativo igual ou inferior a 70%;

III - Finalidade - Irrigação de culturas com 100 hectares ou menos, com exceção das culturas de arroz ou cana-de-açúcar, bem como culturas com métodos de irrigação por sulcos de infiltração ou inundação.

III - O usuário de recursos hídricos concordar com as demandas calculadas pelo Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla, cujos procedimentos estão apresentados no Anexo I.

Parágrafo único - Se o pedido de outorga não se enquadrar nos critérios acima, será adotado o processamento eletrônico/manual do pedido de outorga.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Resolução, bem como seu anexo, encontram-se disponíveis no site www.ana.gov.br

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO Nº 1.940, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre critérios para definição de derivações, captações e lançamentos de efluentes insignificantes, bem como serviços e outras interferências em corpos d''água de domínio da União não sujeitos a outorga.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 679ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2017, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.000309/2013-15, resolveu:

Considerando a competência da União para definir critérios de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, prevista no inciso XIX do art. 21, da Constituição Federal;

Considerando a possibilidade de que derivações, captações, lançamentos de efluentes independam de outorga de direito de uso de recursos hídricos, nos termos do art. 12, § 1º, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

Considerando a competência dos Comitês de Bacia Hidrográfica para, no âmbito de sua área de atuação, propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção de obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com o domínio destes, prevista no inciso V do art. 38 da Lei nº 9.433/1997;

Considerando a competência da ANA para disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, prevista no inciso II do art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

Considerando o disposto no parágrafo único do art. 5º, da Resolução nº 16, de 8 de maio de 2011, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no sentido de que critérios específicos de vazões ou acumulações de água consideradas insignificantes serão estabelecidos nos planos de recursos hídricos, devidamente aprovados pelos correspondentes comitês de bacia hidrográfica ou, na inexistência destes, pela autoridade outorgante, resolve:

Título I - Dos usos considerados insignificantes

Art. 1º Para os efeitos desta Resolução, dentre os usos sujeitos a outorga, consideram-se insignificantes:

I - as derivações, captações, lançamentos de efluentes em corpos d''água de domínio da União que se enquadrem nos limites estabelecidos pelo Anexo I desta Resolução;

II - as captações iguais ou inferiores a 86,4 m³/dia; os lançamentos de efluentes com carga máxima de $DBO_{5,20}$ igual ou inferior a 1,0 kg/dia e lançamento máximo de efluente com temperatura superior à do corpo hídrico igual a 216,0 m³/dia (para lançamento de efluentes com temperatura superior à do corpo hídrico e inferior a 40°C), para os corpos hídricos de domínio da União não relacionados no Anexo I desta Resolução, exceto quando Resolução específica da ANA dispuser em sentido diverso.

III - os usos de recursos hídricos em corpos d''água de domínio da União destinados ao atendimento emergencial de atividade de interesse público, a depender de fundamentação técnica da ANA;

IV - os usos de recursos hídricos em corpos d''água de domínio da União de curta duração que não se estabeleçam como uso permanente, a depender de fundamentação técnica da ANA.

§1° Não se aplica o disposto no caput aos casos em que:

a - o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH tenha deliberado de forma diversa;

b - o comprometimento quantitativo ou qualitativo do corpo hídrico esteja acima de 95 % (noventa e cinco por cento);

§2° O enquadramento do uso como insignificante será realizado pela ANA, a partir de uma solicitação de outorga que deve ser feita por meio do Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla, poderá ser avaliado a partir do processamento automático, conforme previsto na Resolução n° 1.939, de 30 de outubro de 2017;

§3° Os usos insignificantes independem de outorga e serão formalizados por meio de uma Declaração de Regularidade de Usos da Água que Independem de Outorga da ANA, que produzirá efeitos legais, perante terceiros, e em caso de exigência e solicitações de órgãos ou entidades públicas.

Art. 2º Aplicam-se aos critérios de usos considerados insignificantes as normas relativas à fiscalização por parte da ANA, assim como as penalidades correspondentes, em caso de descumprimento dos termos da Declaração de Regularidade.

Título II - Dos usos não sujeitos à outorga

Art. 3 ° Consideram-se usos não sujeitos à outorga as interferências em corpos de água que não alterem o regime de vazões, tais como:

I - Os serviços de escavação, dragagem e limpeza de margens e leito de rio, lago ou reservatório, para fins de:

a.Desassoreamento;

b.Conservação de margens;

c.Extração mineral, exceto no caso de areia em leito de rio em que haja captação de água destinada à composição de polpa para transporte, por meio de bombeamento, por tubulação, do material proveniente da dragagem até a área de beneficiamento, onde se realiza a lavagem, a separação, a estocagem e a expedição do material;

d.Outros fins que não alterem o regime de vazão dos corpos hídricos.

II - As obras hidráulicas que não alterem o regime de vazões e de níveis d''água relacionadas a:

a.Obras de travessia de corpos de água tais como pontes, passagens molhadas, bueiros e dutos;

b.Contenção de taludes;

c.Derrocamento;

d.Diques;

e.Retificação/canalização;

f.Outros.

§1° Os serviços constantes do inciso I deste artigo, desde que não alterem o regime de vazões, não são obrigados a encaminhar pedido de outorga, no entanto, caso necessitem atender a exigências de órgãos e entidades de âmbito federal, estadual e municipal, os usuários poderão obter uma Declaração de Regularidade de Serviços Não Sujeitos a Outorga da ANA, a partir de uma solicitação de outorga realizada por meio do Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla, devendo o responsável pelos serviços zelar para que a sua realização não traga prejuízos aos usuários de recursos hídricos.

§2° Os usuários de recursos hídricos responsáveis pelas interferências constantes do inciso II deste artigo deverão realizar solicitação de outorga, por meio do Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla, e farão jus a uma Declaração de Regularidade de Interferências Não Sujeitas a Outorga da ANA.

§3° Os usuários de recursos hídricos responsáveis pelas interferências relacionadas no inciso II deste artigo deverão zelar para que o seu dimensionamento não traga prejuízos aos usuários de recursos hídricos, para que atenda às vazões de cheia para o risco compatível com o porte do empreendimento, bem como à manutenção das condições de navegabilidade, ficando obrigados a fornecer a qualquer tempo, por solicitação da ANA, documentação relativa ao projeto, bem como comprovações de regularidade junto a outros órgãos e entidades competentes.

Art. 4° As Declarações de Regularidade mencionadas nesta Resolução ficarão disponíveis para consulta no Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla.

Art. 5° As Declarações de Regularidade mencionadas nesta Resolução não dispensam o atendimento às normas e nem substituem a obtenção pelo usuário de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual, distrital e municipal.

Art. 6° Revogam-se as Resoluções ANA n° 1.175, de 16 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 24/9/2013, seção 1, página 59, e nº 1.403, de 25 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 29/11/2013, seção 1, página 167.

Art. 7 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Resolução, bem como seu anexo, encontram-se disponíveis no site www.ana.gov.br

VICENTE ANDREU

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 1.941, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece obrigações e regras para as outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 679ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2017, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.000309/2013-15, resolveu:

Art. 1º Estabelecer as condições gerais para os atos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União emitidos pela Agência Nacional de Águas - ANA e dar outras providências.

CAPÍTULO I

DAS OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS (USUÁRIO) E CONDIÇÕES DA OUTORGA

Seção I - Das Obrigações do Usuário

Art. 2º Constituem obrigações do Usuário:

I - Manter atualizados, no Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla, os dados administrativos do empreendimento, para fins de comunicação com a ANA.

II - Implantar as interferências nos corpos de água constantes dos atos de outorga (captações, lançamentos, tanques-rede) de modo a levar em conta as flutuações de nível e características locais do corpo hídrico no ponto de interferência, uma vez que nas análises realizadas pela ANA as coordenadas geográficas servem de referência para a realização do balanço quali-quantitativo dos usos de recursos hídricos.

III - Realizar, quando necessário, sem necessidade de anuência da ANA, desde que não existam conflitos pelo uso de recursos hídricos, os serviços de limpeza de margem e leito, incluindo dragagem para desobstrução das interferências constantes da respectiva resolução de outorga, desde que não gere obstrução das captações ou derivações de água e dos lançamento de efluentes de terceiros, nem comprometa obras de utilidade pública existentes, devendo restringir-se, no caso de dragagem, ao material de assoreamento, cuja disposição final deverá estar de acordo com as normas ambientais;

IV - Garantir, nas outorgas de direito de uso de recursos hídricos para a finalidade de extração de areia em leito de rio, o retorno da água ao corpo hídrico, minimizando as perdas no procedimento de expedição do produto, não sendo este lançamento (água de retorno das pilhas) objeto de outorga; V - Adequar a qualidade da água captada aos padrões de qualidade exigidos pela finalidade.

VI - Monitorar e registrar os volumes mensais e enviar a Declaração de uso de Recursos Hídricos (DAURH) em conformidade com a Resolução ANA nº 603, de 26 de maio de 2015, nos casos em que o uso de recursos hídricos objeto de outorga seja enquadrado nas exigências estabelecidas em resoluções específicas.

VII - Iniciar a implantação do empreendimento objeto da outorga em até dois anos e concluir em até seis anos a contar da data de publicação da outorga.

Parágrafo único - Os prazos a que se referem o inciso VII poderão ser ampliados, quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

Seção II - Das condições para suspensão total, parcial e restrição de outorga

Art. 3º As outorgas de direito de uso de recursos hídricos poderão ser suspensas parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nos seguintes casos:

I - Não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

II - Ausência de uso por três anos consecutivos;

III - Necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

IV - Necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V - Necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas;

VI - Necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água;

VII - Indeferimento ou cassação da licença ambiental, se for o caso dessa exigência;

VIII - Declaração de corpos hídricos de domínio da União em regime de racionamento preventivo.

Parágrafo único - A suspensão da outorga, ainda que parcial, não dá direito de indenização ao usuário, e implicará corte ou redução dos usos outorgados.

Art. 4º As outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos poderão ser revistas, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I - Quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;

II - Quando for necessária a adequação aos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 5º Os quantitativos outorgados poderão ser restringidos em decorrência da definição de regras de uso da água específicas em Marcos Regulatórios ou Alocações de Água.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES PARA OUTORGA PARA BARRAMENTO

Art. 6º Constituem obrigações dos titulares de outorgas para barramentos enquadrados no disposto na Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, e sob fiscalização da ANA, nos termos do art. 5º da referida lei:

I - Prover os recursos necessários à garantia da segurança da barragem;

I - Providenciar, para novos empreendimentos, a elaboração do projeto final como construído;

III - Organizar e manter em bom estado de conservação as informações e a documentação referentes ao projeto, à construção, à operação, à manutenção, à segurança e, quando couber, à desativação da barragem;

IV - Informar à ANA qualquer alteração que possa acarretar redução da capacidade de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança;

V - Manter serviço especializado em segurança de barragem, conforme estabelecido no Plano de Segurança da Barragem;

VI - Permitir o acesso irrestrito da ANA e dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC ao local da barragem e à sua documentação de segurança;

VII - Elaborar e manter atualizado o Plano de Segurança da Barragem, observando as recomendações das inspeções e as revisões periódicas de segurança;

VIII - Realizar as inspeções de segurança de barragem;

IX - Elaborar as revisões periódicas de segurança;

X - Elaborar o Plano de Ações de Emergência, quando exigido pela ANA;

XI - Manter registros dos níveis dos reservatórios, com a respectiva correspondência em volume armazenado, bem como das características químicas e físicas do fluido armazenado;

XII - Manter registros dos níveis de contaminação do solo e do lençol freático na área de influência do reservatório, quando exigido pela ANA;

XIII - Manter atualizadas as informações relativas à barragem no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens;

XIV - Cumprir as recomendações contidas nos relatórios de inspeção e revisão periódica de segurança;

XV - Obter a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para os estudos, planos, projetos, construção, fiscalização e demais relatórios exigidos pela ANA.

§ 1° O empreendedor deverá cumprir o estabelecido nos regulamentos emitidos pela ANA relacionados à segurança de barragens, e deverá informar imediatamente a ANA e a Defesa Civil sobre qualquer anomalia ou não conformidade que implique em risco imediato à segurança do barramento, ou que afete a sua capacidade normal de operação, ou ainda que coloque em risco a população a jusante.

§2° O descumprimento do disposto neste Artigo e demais normativos da ANA ensejará a aplicação das penalidades previstas em Lei, bem como a revogação da outorga e descomissionamento da barragem, quando couber.

CAPÍTULO III

DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Art. 7° O Usuário se sujeita à fiscalização da ANA, por intermédio de seus agentes, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos emitidas.

Art. 8° A ANA acompanhará a implantação do empreendimento, bem como o atendimento das condições da outorga.

Parágrafo único - Caso seja constatada a ausência de uso por três anos consecutivos ou a não implantação do empreendimento nos prazos previstos no Inciso VII do Art.2°, serão tomadas as providências cabíveis.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES DE ALTERAÇÃO, RENOVAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E DESISTÊNCIA DE OUTORGA

Art. 9° As solicitações de renovação, alteração, transferência de outorga e conversão de outorga preventiva em outorga de direito de uso, quando deferidas, serão publicadas como novos atos de outorga, devendo constar, quando for o caso, a revogação expressa, total ou parcial, do ato de outorga anterior.

Parágrafo único. As solicitações citadas no caput devem ser solicitadas on line, no Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla, a partir de funcionalidades associadas a outorga válida.

Seção I - Da solicitação de alteração de outorga

Art. 10 Para alteração das características técnicas dos usos outorgados, de nome ou razão social e de alteração de CNPJ da outorga preventiva ou da outorga de direito de uso de recursos hídricos, o usuário deverá acessar o Painel do Empreendimento do Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla e realizar pedido de alteração da outorga.

Seção II - Da solicitação de transferência de outorga

Art. 11 No caso de transferência da outorga preventiva ou da outorga de direito de uso de recursos hídricos, o usuário interessado em receber a transferência deverá registrar-se no sistema Regla e indicar que se trata de cadastro visando a transferência de outorga e enviar à ANA os formulários de solicitação de transferência que serão disponibilizados no sistema no momento do registro.

§1º O formulário de transferência deverá ser assinado pelas partes envolvidas e encaminhado à ANA.

§ 2º A transferência de outorga deverá conservar as mesmas características e condições da outorga original, caso contrário será tratado como um novo pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

§ 3º No caso de morte do Outorgado (pessoa física), seus herdeiros ou inventariantes deverão solicitar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data do óbito, a transferência da outorga em nome destes.

Seção III - Da comunicação de desistência de outorga

Art. 12 No caso de desativação, interrupção das atividades do empreendimento ou de desistência da outorga preventiva ou da outorga de direito de uso de recursos hídricos, o usuário deverá acessar o Painel do Empreendimento do Regla e realizar a comunicação de desistência.

§1º As concessionárias e autorizadas de serviços públicos titulares de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos só poderão comunicar desistência de outorga junto à ANA mediante declaração no Regla de que possui a devida anuência do poder público concedente.

§ 2º A desativação, interrupção das atividades do empreendimento, o não uso ou a desistência da outorga preventiva ou da outorga de direito de uso de recursos hídricos não exime o usuário de responder junto à ANA por quaisquer passivos e infrações à legislação de recursos hídricos, bem como débitos quanto à cobrança pelo uso de recursos hídricos que tenham ocorrido durante a vigência de sua outorga.

Seção IV - Da solicitação de renovação de outorga

Art. 13 O usuário interessado em renovar a outorga de direito de uso de recursos hídricos deverá acessar o Painel do Empreendimento do Regla e solicitar a renovação antes de 90 (noventa) dias da data de término de sua validade.

§1° Cumprido os termos do caput, se até a data de término de validade da outorga a ANA não se manifestar expressamente a respeito do pedido de renovação, esta fica automaticamente prorrogada até que ocorra deferimento ou indeferimento do pedido de renovação.

§2° A ferramenta para solicitação de renovação estará disponível no Painel do Empreendimento do Regla entre 180 (cento e oitenta) e 90 (noventa) dias da data do término da validade da outorga.

Seção IV - Da outorga preventiva de uso de recursos hídricos

Art. 14. A outorga preventiva de uso de recursos hídricos não é passível de renovação, não confere o direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando ao investidor o planejamento de seu empreendimento.

Parágrafo único. Mediante justificativa, é facultado ao usuário solicitar emissão de nova outorga preventiva.

Art. 15. A outorga preventiva de uso de recursos hídricos poderá ser convertida em outorga de direito de uso de recursos hídricos, por solicitação do usuário.

Parágrafo único. A conversão de que trata este artigo será objeto de análise complementar da ANA.

Seção V - Da extinção da outorga

Art. 16. As outorgas preventivas e as de direito de uso de recursos hídricos extinguem-se, sem qualquer direito de indenização ao usuário, mediante as seguintes circunstâncias:

I - Morte do usuário (pessoa física), caso seus herdeiros ou inventariantes não solicitem a transferência da outorga em nome destes no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data do óbito;

II - Liquidação judicial ou extrajudicial do usuário (pessoa jurídica);

III - Término do prazo de validade de outorga de direito de uso de recursos hídricos sem que tenha havido tempestivo pedido de renovação.

Parágrafo único. Aplicam-se aos casos previstos neste artigo o disposto no §2° do art. 12 desta Resolução.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 O uso dos recursos hídricos objeto de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos está sujeito à cobrança, nos termos dos artigos 19 a 21 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e do art. 4º, inciso VIII, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

Art. 18 As resoluções de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos não dispensam o atendimento às normas e nem substituem a obtenção, pelo usuário, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual, distrital ou municipal, bem como não conferem qualquer direito sobre o uso do solo onde se localiza o empreendimento.

Art. 19 O usuário deve cumprir todas as condições estabelecidas no ato de outorga e responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente, a terceiros e pelo uso inadequado que vier a fazer da outorga ou em decorrência de condições inadequadas de manutenção, operação ou funcionamento das obras e interferências.

Art. 20 Nos atos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União emitidos pela ANA deverá constar artigo que remeta à observância, por parte do usuário, ao disposto nesta Resolução, naquilo que lhe couber.

Art. 21 Revoga-se a Resolução ANA n° 833, de 5 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 9 de dezembro de 2011, Seção 3, página 124.

Art. 22 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 1.942, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre delegação de competência para tornar públicos, examinar e decidir sobre pedidos e atos relacionados a outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 679ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2017, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.000309/2013-15, resolveu que:

Art. 1° Deverão ser submetidos à Diretoria Colegiada:

I - os pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos que:

a. se relacionarem às finalidades barramento e esgotamento sanitário sem tratamento;

b. estiverem localizados em terras indígenas;

c. estiverem localizados em corpo hídrico com comprometimento hídrico coletivo quantitativo ou qualitativo igual ou superior a 70%;

d. possuírem vazões máximas de captação ou de lançamento iguais ou superiores a 2,5 m³/s; e

e. forem instruídos com proposta de indeferimento;

II - os pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH e outorga de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamento hidroelétrico; e

III - os pedidos que, embora atendam às condições dos artigos 2°e 3°, os respectivos delegatários julgarem, motivadamente, que o Colegiado deva se pronunciar a respeito.

Art. 2° Fica delegada ao Diretor da Área de Regulação, e nas suas ausências e impedimentos, ao Diretor da Área de Hidrologia, a competência para examinar e decidir sobre pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União que não se enquadrarem nas condições do art. 1°.

Art. 3° Fica delegada ao Superintendente de Regulação, concorrentemente ao Superintendente Adjunto de Regulação, a competência para:I - tornar públicos os pedidos de outorga e atos deles decorrentes; e

II - examinar e decidir sobre pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União que se enquadrarem nos critérios de Processamento Eletrônico de pedidos de outorga, nos termos estabelecidos pela Resolução ANA n° 1.939, de 30 de outubro de 2017.

Art. 4° Revoga-se a Resolução ANA n° 1.044, de 19 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 20 de junho de 2017, Seção 1, página 47.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 1.044, de 19 de junho de 2017, e com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, torna público que, no período de 24 a 31/10/2017, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Aguilar Victor Orlete, rio Jucuruçu, Município de Prado/Bahia, irrigação.

Alessandro Fiasca Miller, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Alexandre Guimarães, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Angelo Ricardo Biones Barreto, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Associação Dos Agricultores E Produtores Rurais Da 3ª Etapa Do Assentamento Catalunha, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

Brasil Silos Agricultura e Pecuária Ltda, reservatório da UHE Mascarenhas de Moraes, rio Grande, Município de Delfinópolis/Minas Gerais, irrigação.

Carlos Dias de Aguilar, rio Jequitinhonha, Município de Coronel Murta/Minas Gerais, irrigação.

Célia de Fátima Miranda, UHE de Furnas, Município de Pimenta/Minas Gerais, irrigação.

Cicero Moura Freire, UHE Luiz Gonzaga, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação, dessedentação animal.

Clóvis Renato de Freitas, rio Jequitinhonha, Município de Almenara/Minas Gerais, irrigação, dessedentação animal.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa, Ribeirão São Jorge, Município de Nova Módica/Minas Gerais, abastecimento público.

Companhia Riograndense De Saneamento - CORSAN, rio Uruguai, Município de Iraí/Rio Grande do Sul, esgotamento sanitário.

Construtora Avenida Ltda, rio Paraíba do Sul, Município de Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro, outros usos, renovação.

Dilson De Jesus Barral, rio Jequitinhonha, Município de Carbonita/Minas Gerais, irrigação.

Djalma Américo de Oliveira, rio Pirari, Município de Pero Velho/Rio Grande do Norte, irrigação.

Eider Assis de Medeiros, rio Piranhas Açú, Município de Alto Rodrigues/Rio Grande do Norte, outros usos.

Elpídio Nereu Zanchet, UHE Armando Laydner/Jurumirim, Município de Cerqueira César/São Paulo, irrigação.

Flávia Faria de Queiroz e Marília de Fátima Faria, rio São Francisco, Município de Ibiaí/Minas Gerais, irrigação.

Flávio Pereira Jardim, rio Jequitinhonha, Município de Coronel Murta/Minas Gerais, irrigação.

Francisco Correa Sobrinho, rio José Pedro, Município de Taparuba/Minas Gerais, irrigação.

Gilson Alves Ladeia, rio Carinhanha, Município de Feira da Mata/Bahia, irrigação.

Higor Gustavo de Mendonça, Reservatório da UHE Três Marias, município de Três Marias/Minas Gerais, aquicultura.

Ical Energética Ltda, UHE Três Marias, Município de Felixlândia/Minas Gerais, irrigação.

Igor Dias Castro, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

José Bonifácio de Oliveira Lima, rio Carinhanha, Município de Carinhanha/Bahia, irrigação.

José de Sá Torres, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

Lindinalva Melo Silva, rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Luisa Paula Rodrigues De Santana Coelho, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Luísa Paula Rodrigues De Santana Coelho, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Luiz Ricardo De Souza Silva, UHE Luiz Gonzaga, município de Glória/Bahia, irrigação, dessedentação animal.

Manoel Coelho Araújo, rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação, dessedentação animal.

Ministério da Indústria, Comércio, Exterior e Serviços - MDIC, Reservatório da UHE Itumbiara, Município de Itumbiara/Goiás, preventiva, aquicultura.

Nahor Luz De Faria Junior, UHE Furnas, Município de Carmo do Rio Claro/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Onildo Soares Alves, UHE Luiz Gonzaga, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação, dessedentação animal.

Porto De Areia Rio Verde Ltda - ME, UHE Água Vermelha, Município de São Francisco de Assis/Minas Gerais, mineração.

Reneu Perazza, UHE Ilha Solteira, Município de Selvíria/Mato Grosso do Sul, irrigação.

Rogério Vian, rio Araguaia, Município de Mineiros/Goiás, irrigação.

Ronaldo Silva Pinto, Rio São Francisco, Município de Pompeu/Minas Gerais, irrigação, dessedentação animal.

Rui Castro Filho, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Sabina Alves De Jesus, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Stella Villares Guimarães, rio Pardo, Município de Barretos/São Paulo, irrigação.

Tarcísio Moreira Muniz, rio São Francisco, Município de Ibiaí/Minas Gerais, irrigação.

Tecelagem São Cristóvão Ltda, rio Piranhas Açu, Município de São Bento/Paraíba, indústria, renovação.

Uimara Coelho Dos Santos, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Valdiney Lemes, rio Cotaxé ou Braço Norte do rio São Mateus, Município de Ecoporanga/Espírito Santo, irrigação.

Vale S.A, rio Doce, Município de Naque/Espírito Santo, irrigação.

Vergniaud Lassi Lopes, rio São Francisco, Município de Ibiaí/Minas Gerais, irrigação, transferência.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério do Planejamento, Desenolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 346, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso I, e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:
Art. 1º Ampliar os valores constantes do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma do Anexo desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
AMPLIAÇÃO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	0	2.500.000	2.500.000
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0	0	0	2.900.000	2.900.000
28000	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	0	0	0	1.300.000	1.300.000
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0	0	0	40.000.000	40.000.000
40000	Ministério do Trabalho	0	0	0	30.000.000	30.000.000
53000	Ministério da Integração Nacional	0	0	0	3.500.000	3.500.000
	TOTAL	0	0	0	80.200.000	80.200.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 347, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Trabalho, dos Ministérios da Defesa, e do Desenvolvimento Social e Agrário, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 2.499.425.814,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, caput, inciso II, alíneas "a", itens "1" e "2", e "c", item "1", da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e do § 2º do art. 43 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.970, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor da Justiça do Trabalho, dos Ministérios da Defesa, e do Desenvolvimento Social e Agrário, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 2.499.425.814,00 (dois bilhões, quatrocentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e quatorze reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.700.000
		Atividades							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							6.700.000
02 061	0571 4224 0031	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de Minas Gerais							6.700.000
			F	3	1	90	0	100	6.700.000
TOTAL - FISCAL									6.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.700.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							800.000
		Atividades							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							800.000
02 061	0571 4224 0025	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado da Paraíba							800.000
			F	3	1	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							204.000
		Atividades							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							204.000
02 061	0571 4224 0054	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de Mato Grosso do Sul							204.000
			F	3	1	90	0	100	170.000
			F	3	1	91	0	100	34.000
TOTAL - FISCAL									204.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									204.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							2.091.520
		Atividades							
05 331	2108 2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento							2.091.520
05 331	2108 2865 0001	Manutenção e Suprimento de Fardamento - Nacional							2.091.520
			F	3	1	90	0	100	2.091.520

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - FISCAL	2.091.520
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	2.091.520

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2037		Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)							2.159.460.101
		Operações Especiais							
08 241	2037 00H5	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade							1.070.000.000
08 241	2037 00H5 0001	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade - Nacional							1.070.000.000
			S	3	1	90	0	100	1.070.000.000
08 242	2037 00IN	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez							1.089.460.101
08 242	2037 00IN 0001	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez - Nacional							1.089.460.101
			S	3	1	90	0	100	1.089.460.101
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.159.460.101
TOTAL - GERAL									2.159.460.101

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73104 - Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							287.602.852
		Operações Especiais							
28 845	0903 0A53	Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)							287.602.852
28 845	0903 0A53 0001	Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997) - Nacional							287.602.852
			F	3	1	40	0	142	287.602.852
TOTAL - FISCAL									287.602.852
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									287.602.852

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73108 - Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							42.567.341
		Operações Especiais							
28 845	0903 0999	Recursos para a Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis							42.567.341
28 845	0903 0999 0001	Recursos para a Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Nacional							42.567.341
			F	3	1	30	0	111	42.567.341
TOTAL - FISCAL									42.567.341
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									42.567.341

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.700.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							6.700.000
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							6.700.000
			F	3	2	90	0	100	6.700.000
TOTAL - FISCAL									6.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.700.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							800.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							800.000
02 122	0571 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba							800.000
			F	3	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							204.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							204.000
02 122	0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul							204.000
			F	3	2	90	0	100	204.000
TOTAL - FISCAL									204.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									204.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							2.091.520
		Atividades							
05 331	2108 2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento							2.091.520
05 331	2108 2865 0001	Manutenção e Suprimento de Fardamento - Nacional							2.091.520
			F	4	1	90	0	100	2.091.520
TOTAL - FISCAL									2.091.520
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.091.520

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2019	Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais							800.000.000
		Atividades							
08 244	2019 8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)							800.000.000
08 244	2019 8442 0010	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Norte							112.771.000
			S	3	1	90	0	100	112.771.000
08 244	2019 8442 0020	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Nordeste							412.225.000
			S	3	1	90	0	100	412.225.000
08 244	2019 8442 0030	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sudeste							190.226.000
			S	3	1	90	0	100	190.226.000
08 244	2019 8442 0040	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sul							47.347.000
			S	3	1	90	0	100	47.347.000
08 244	2019 8442 0050	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Centro-Oeste							37.431.000
			S	3	1	90	0	100	37.431.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									800.000.000
TOTAL - GERAL									800.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2061		Previdência Social							1.359.460.101
		Operações Especiais							
09 271	2061 0E82	Benefícios Previdenciários Rurais							1.359.460.101
09 271	2061 0E82 0001	Benefícios Previdenciários Rurais - Nacional							1.359.460.101
			S	3	1	90	0	100	1.359.460.101
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.359.460.101
TOTAL - GERAL									1.359.460.101

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73104 - Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							287.602.852
		Operações Especiais							
28 845	0903 0547	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º)							287.602.852
28 845	0903 0547 0001	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º) - Nacional							287.602.852
			F	3	1	30	0	141	71.900.713
			F	3	1	40	0	141	215.702.139
TOTAL - FISCAL									287.602.852
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									287.602.852

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73108 - Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							42.567.341
		Operações Especiais							
28 845	0903 0044	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159)							42.567.341
28 845	0903 0044 0001	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159) - Nacional							42.567.341
			F	3	1	30	0	101	42.567.341
TOTAL - FISCAL									42.567.341
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									42.567.341

PORTARIA Nº 348, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso I, e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Ampliar os valores constantes do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
AMPLIAÇÃO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
20000	Presidência da República	0	0	0	80.840.115	80.840.115
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0	0	0	12.450.000	12.450.000
	TOTAL	0	0	0	93.290.115	93.290.115

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 349, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, crédito suplementar no valor de R$ 33.206.582,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso IV, alíneas "a" e "b", da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.970, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, crédito suplementar no valor de R$ 33.206.582,00 (trinta e três milhões, duzentos e seis mil, quinhentos e oitenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXOS

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	Transporte Aquaviário							2.000.000
		Projetos							
26 121	2086 12KR	Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios							2.000.000
26 121	2086 12KR 0001	Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios - Nacional							2.000.000
			F	3	3	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							31.206.582
		Operações Especiais							
28 846	0909 00MU	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Aporte de Capital nas Sociedades de Propósito Específico (SPE)							31.206.582
28 846	0909 00MU 0001	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Aporte de Capital nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) - Nacional							31.206.582
			F	5	3	90	0	129	21.715.478
			F	5	3	90	0	280	9.491.104
TOTAL - FISCAL									31.206.582
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.206.582

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	Transporte Aquaviário							2.000.000
		Projetos							
26 121	2086 12KR	Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios							2.000.000
26 121	2086 12KR 0001	Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios - Nacional							2.000.000
			F	4	3	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							31.206.582
		Operações Especiais							
28 846	0909 0E45	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária							31.206.582
28 846	0909 0E45 0001	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Nacional							31.206.582
			F	5	3	90	0	129	21.715.478
			F	5	3	90	0	280	9.491.104
TOTAL - FISCAL									31.206.582
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.206.582

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 350, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria MP nº 13, de 25 de janeiro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das competências que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e os §§ 2º e 3º do art. 287 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria MP nº 13, de 25 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 19, de 26 de janeiro de 2017, Seção 1, página 44, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

Fixação dos quantitativos de Gratificações Temporárias do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - § 2º do art. 287 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

Órgão Central

Órgão	Gratificações de nível superior	Gratificações de nível intermediário	Total de gratificações
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	503	8	511

Órgãos Setoriais

Órgão	Gratificações de nível superior	Gratificações de nível intermediário	Total de gratificações
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Governança de Tecnologia da Informação do Ministério da Justiça e Segurança Pública	2	3	5
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Cultura	1	1	2
Coordenação-Geral de Modernização e Informática do Ministério das Cidades	1	2	3
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1	2	3
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Fazenda	0	7	7
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	6	9	15
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Integração Nacional	0	4	4
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério de Minas e Energia	0	3	3
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Esporte	1	1	2
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo	2	6	8
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0	5	5
Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação e Informática do Ministério do Meio Ambiente	5	3	8
Departamento de Informática do SUS do Ministério da Saúde	1	1	2
Departamento de Tecnologia da Informação do Ministério da Defesa	4	3	7
Departamento de Tecnologia da Informação do Ministério do Trabalho	8	4	12
Diretoria de Tecnologia da Informação da Advocacia-Geral da União	2	2	4
Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	5	4	9
Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação	7	5	12
Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	0	1	1
Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social	2	7	9
Diretoria de Tecnologia da Secretaria-Geral da Presidência da República	5	9	14

Órgãos Seccionais

Órgão	Gratificações de nível superior	Gratificações de nível intermediário	Total de gratificações
Centro de Informática da Fundação Universidade de Brasília	1	1	2
Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	1	1	2
Coordenação-Geral de Gestão em Tecnologia da Informação da Fundação Nacional do Índio	0	2	2
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	1	0	1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Instituto Brasileiro de Turismo	0	1	1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	0	1	1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	2	0	2
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento do Departamento Nacional de Produção Mineral	1	0	1
Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	0	1	1
Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	0	2	2
Diretoria de Tecnologia da Informação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	2	1	3
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	1	1	2
Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	2	1	3
Diretoria de Tecnologia e Inovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1	3	4
Superintendência de Gestão Técnica da Informação da Agência Nacional de Energia Elétrica	0	1	1

TOTAL

Total de gratificações distribuídas	568	106	674

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS E DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS

PORTARIA Nº 1.041, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS, SUBSTITUTO, DO DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS E DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, de acordo com o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, com a Portaria DEPEX/SGP/MP nº 759, de 4 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.006904/2017-43, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de NILMA MEDEIROS SOTERO, CPF: 444.333.601-04, viúva do anistiado político ANAEL SOTERO DE SOUZA, CPF: 009.552.561-00, matrícula SIAPE 1506166, em caráter vitalício, com fundamento no art. 13, da Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c arts. 217, inciso I, e 222, inciso VII, alínea "b", item 6, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com vigência a contar de 15 de outubro de 2017, data do falecimento do anistiado.

AMADO JOSÉ BUENO NETTO

PORTARIA Nº 1.040, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS, SUBSTITUTO, DO DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS E DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, de acordo com o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, com a Portaria DEPEX/SGP/MP nº 759, de 4 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.006639/2017-01, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de MARIA FÁTIMA PACHECO JORDÃO, CPF: 228.556.618-20, viúva do anistiado político FERNANDO JOSE PACHECO JORDÃO, CPF: 066.651.018-00, matrícula SIAPE 1569107, em caráter vitalício, com fundamento no art. 13, da Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c arts. 217, inciso I, e 222, inciso VII, alínea "b", item 6, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com vigência a contar de 14 de setembro de 2017, data do falecimento do anistiado.

AMADO JOSÉ BUENO NETTO

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS, no uso da competência que lhe foi conferida pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, tendo em vista o disposto no § 3º do Art. 64 do Decreto-Lei nº 9760, de 5.09.1946 e Inciso I do Art. 18 da Lei nº 9.9636, de 15.05.1998, com redação da pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 e letra "a" e "c" do Inciso II, do Art. 2º da Portaria nº 144, de 09.07.2001 combinado com o §3 do Art. 11 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, bem como os elementos que integram o Processo nº 04985.000355/2017-70, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão Provisória de Uso Gratuito dos imóveis denominados: Museu do Porto de Manaus, localizado na Rua Governador Vitório, com a Rua Vivaldo Lima nº 103 e Prédio Administrativo, situado na Rua Governador Vitório, com a Rua Visconde de Mauá nº 121, Centro, Município de Manaus, Estado do Amazonas, transferidos à União por força da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 que extinguiu a Empresa de Porto do Brasil S.A - PORTOBRÁS e da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de encerramento dos trabalhos de liquidação e de declaração de extinção da Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRÁS, à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E EVENTOS - MANAUSCULT.

Art. 2º Os imóveis objetos da presente cessão assim se descrevem: Museu do Porto de Manaus ocupa área total de 946,63 m², Perímetro de 129,95 e benfeitorias com 446,81m²; Prédio Administrativo ocupa área 420,06m², Perímetro de 81,57 e área edificada de 935,00m².

Art. 3º Os imóveis a que se refere o art. 1º serão destinados a revitalização, guarda e melhoria dos próprios nacionais.

Art. 4º A cessão terá vigência até decisão final no procedimento administrativo que trata da cessão de uso definitivo, Processo SEI-MP nº 04985.000448/2017-02.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO COHEN MELO

Ministério do Trabalho

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO Nº 798, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2017 - PDE/2017, de que trata a Resolução nº 782, de 26 de abril de 2017.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, em face do que estabelece o inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Resoluções nº 439 e nº 440, ambas de 2 de junho de 2005, resolve:

Art. 1º Alterar a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2017 - PDE/2017, de que trata a Resolução nº 782, de 26 de abril de 2017, conforme detalhado no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSE ARANTES
Presidente do Conselho

ANEXO

PROGRAMAÇÃO ANUAL DA APLICAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS DO FAT - EXERCÍCIO DE 2017 - PDE/2017
ANEXO DA RESOLUÇÃO CODEFAT N. 798/2017

PROGRAMAS E LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS	VALOR (R$ milhões)			
	Alocações Autorizadas pelo CODEFAT - Resolução n.º 782 de 26.04.2017.	AJUSTES DA PDE		
		ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	Nova Distribuição da PDE/2017
PROGRAMAS	3.000,0			3.000,0
FAT - FOMENTAR	600,0		200,0	400,0
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	600,0		200,0	400,0
FAT - PNMPO	50,0			50,0
FAT - INOVACRED	50,0	10,0		60,0
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	50,0			50,0
MÉDIAS EMPRESAS		10,0		10,0
PROGER URBANO	1.550,0		50,0	1.500,0
INVESTIMENTO	300,0		40,0	260,0
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	300,0		40,0	260,0
PROGER EXPORTAÇÃO	50,0		10,0	40,0
CAPITAL DE GIRO	1.200,0			1.200,0
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	1.200,0			1.200,0
PRONAF	600,0	300,0		900,0
INVESTIMENTO	600,0	300,0		900,0
LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS	150,0			90,0
FAT - TAXISTA	150,0		60,0	90,0
TOTAL	3.000,0			3.000,0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 932, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova, em caráter preliminar, o Plano de Investimentos apresentado pela Marimex Despachos, Transportes e Serviços Ltda. - Marimex, para o arrendamento portuário de que trata o Contrato DP/16.2000, localizado no Porto de Santos-SP.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, combinado com o inciso I do art. 6º da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 e considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 00045.002779/2016-57, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, em caráter preliminar, o Plano de Investimentos apresentado pela Marimex Despachos, Transportes e Serviços Ltda., para fins de prorrogação do Contrato DP/16.2000, localizado no Porto de Santos-SP.

Art. 2º A ARRENDATÁRIA tem prazo de até 60 (sessenta) dias para apresentação de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA atualizado junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ para a análise.

Parágrafo Único. A análise de eventuais adequações ao Plano de Investimentos devem contemplar as diretrizes estabelecidas na Nota Técnica nº 28/2017/DOUPGC/SPP/MTPA, de 08 de março de 2017.

Art. 3º Fica determinado o encaminhamento do Processo Administrativo n° 00045.002779/2016-57 à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq para:

I- análise e manifestação quanto ao Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA atualizado, conforme Art. 2º desta portaria;

II- verificação da adimplência perante a Agência Reguladora;

III - comprovar a inviabilidade técnica, operacional ou econômica de realização de licitação de novo arrendamento na área objeto do pleito de expansão do terminal ou comprovar que a expansão trará ganhos de eficiência à operação portuária; e

IV- avaliação e providências para os encaminhamentos elencados na conclusão da Nota Técnica nº 28/2017/DOUP-GC/SPP/MTPA, bem como demais ações que julgar necessárias.

Art. 4º A eficácia da aprovação preliminar de que trata esta portaria fica condicionada à manifestação da ANTAQ quanto à adimplência contratual por parte da arrendatária.

Parágrafo Único. Em caso de constatação de inadimplemento contratual, fica determinado que a ANTAQ notifique imediatamente o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, sem prejuízo das correspondentes medidas fiscalizatórias e administrativas.

Art. 5º O plano de investimentos deverá ser revisto caso a ANTAQ não comprove a existência de inviabilidade técnica, operacional ou econômica de realização de licitação de novo arrendamento na área objeto do pleito de expansão do terminal ou caso seja verificado que a expansão não trará ganhos de eficiência à operação portuária.

Art. 6º Após análise e deliberação acerca do EVTEA, os autos devem ser devolvidos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil para deliberação final e assinatura de termo aditivo ao Contrato DP/16.2000, caso sejam cumpridos todos os requisitos legais.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 4.200, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições legais e da subdelegação de competência que lhe confere a Portaria SE/MT n. 281, de 5 de outubro de 2010, publicada no DOU nº 192, de 6 de outubro de 2010, resolve:

Art. 1º Declaro o BANCO DO BRASIL S/A, inscrito no CNPJ nº 00.000.000/0001-91, HABILITADO nos termos constantes do Edital de Credenciamento nº 01/2017/MPTA, publicado no DOU nº 134, de 14 de julho de 2017, a celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o MTPA, visando à abertura/gerenciamento de Conta Depósito Vinculada Bloqueada para Movimentação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

WALLACE MOREIRA BASTOS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 3.631 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público João Galdino (SSAN), em Andirá (PR), no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.543204/2017-32. Fica revogada a Portaria DAC n° 239/SOP, de 10 de maio de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 1996, Seção 1, página 8686.

Nº 3.632 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público de Guarapari (SNGA), em Guarapari (ES), no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00058.505606/2017-28. Fica revogada a Portaria DAC n° 530/SIE, de 11 de agosto de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 1999, Seção 1, página 24.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RAFAEL JOSE BOTELHO FARIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PORTARIA Nº 284, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 20 do Regimento Interno, ad referendum da Diretoria Colegiada,

Considerando o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 6º, e no art. 14, caput, da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e nos artigos 7º ao 24-B, todos do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013;

Considerando a aplicação subsidiária às licitações de arrendamentos portuários o disposto nas Leis nos 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.233, de 5 de junho de 2001;

Considerando a competência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários para realizar as licitações de arrendamentos portuários;

Considerando a necessidade de articulação entre a ANTAQ e os órgãos e entidades públicas e privadas com competências referentes à condução e aprovação dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do objeto dos arrendamentos portuários, bem como relativas aos certames licitatórios destinados à exploração de áreas e infraestruturas portuárias, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da ANTAQ - CPLA, vinculada à Diretoria Colegiada, que tem por finalidade proceder às licitações pertinentes à exploração de áreas e infraestruturas portuárias públicas, atuando nas fases interna e externa.

Art. 2º Compete à CPLA:

I - elaborar as minutas dos editais e contratos, quando for o caso, com o apoio da Gerência de Portos Organizados - GPO;

II - processar licitações, receber e responder pedidos de esclarecimentos, receber e decidir as impugnações do edital;

III - receber, examinar e julgar as propostas conforme requisitos e critérios estabelecidos no edital;

IV - desclassificar propostas nas hipóteses previstas no art. 40 do Decreto nº 7.581, de 2011;

V - receber e examinar os documentos de habilitação, declarando a habilitação ou inabilitação do licitante de acordo com os requisitos estabelecidos no edital;

VI - receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à Diretoria Colegiada da ANTAQ, quando for o caso;

VII - dar ciência a todos os interessados das decisões adotadas nos procedimentos licitatórios;

VIII - encaminhar os autos da licitação à Diretoria Colegiada para providências no âmbito de suas competências;

IX - encaminhar à Diretoria Colegiada proposta de revogação ou a anulação da licitação;

X - propor à autoridade competente a aplicação de sanções;

XI - auxiliar a GPO nos trabalhos de análises técnicas dos estudos pertinentes aos certames licitatórios, inclusive a realização das audiências públicas; e

XII - exercer outras atribuições previstas em Lei ou que lhe forem conferidas pela Diretoria Colegiada.

§ 1º É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.

§ 2º É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

Art. 3º A Comissão Permanente de Licitação será composta por no mínimo 5 (cinco) servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes da ANTAQ, designados por ato do Diretor-Geral.

Art. 4º A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação não excederá 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 5º A Comissão Permanente de Licitação deliberará apenas se presente a maioria de seus membros.

Parágrafo único. As decisões da Comissão Permanente de Licitação e respectivas motivações deverão constar de ata aprovada e assinada pelos membros presentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADALBERTO TOKARSKI

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 492, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no que dispõe o Art. 49 da Lei nº 10.233/2001, e

CONSIDERANDO a manifestação da empresa Rotas de Viação do Triângulo Ltda;

CONSIDERANDO o Memorando SUFIS nº 0401/2017/GEFIS/SUFIS; e,

CONSIDERANDO o que consta nos autos dos Processos Administrativos nº 50500.369496/2017-27 e 50500.556460/2017-81, resolve:

Art. 1° Autorizar a empresa Rotas de Viação do Triângulo Ltda. a operar os mercados Brasília (DF) / Campo Grande (MS), prefixo nº 12-0152-00; Goiânia (DF) / Campo Grande (MS), prefixo nº 12-0154-00; Cáceres (MT) / Araçatuba (SP), prefixo nº 11-0021-00; Campo Grande (MS) / Araçatuba (SP), prefixo nº 19-0041-00; Cuiabá (MT) / São José do Rio Preto (SP), prefixo nº 11-0020-00; Goiânia (GO) / Tupi Paulista (SP), prefixo nº 12-0158-00; Campo Grande (MS) / Araçatuba (SP), prefixo nº 19-0042-00; Cuiabá (MT) / Araçatuba (SP), prefixo nº 11-0018-00; e, Mineiros (GO) / Costa Rica (MS), prefixo nº 12-0155-00, pelo prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Art. 49 da Lei nº 10.233/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 493, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no que dispõe o Art. 49 da Lei nº 10.233/2001, e

CONSIDERANDO a manifestação da empresa Verde Transportes Ltda.;

CONSIDERANDO o Memorando SUFIS nº 0400/2017/GEFIS/SUFIS; e,

CONSIDERANDO o que consta nos autos dos Processos Administrativos nº 50500.369493/2017-93 e 50500.556461/2017-26, resolve:

Art. 1° Autorizar a empresa Verde Transportes Ltda. a operar os mercados Brasília (DF) / Campo Grande (MS), prefixo nº 12-0157-00; Brasília (DF) / Campo Grande (MS), prefixo nº 12-0153-00; Goiânia (GO) / Campo Grande (MS), prefixo nº 12-0156-60; Cáceres (MT) / Araçatuba, prefixo nº 11-0021-00; Cuiabá (MT) / São José do Rio Preto (SP), prefixo nº 11-0019-00; Goiânia (GO) / Pedra Preta (MT), prefixo nº 12-0151-00; Cuiabá (MT) / Araçatuba (SP), prefixo nº 11-0017-00; e, Cassilândia (MS) / São José do Rio Preto (SP), prefixo nº 19-0040-00, pelo prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Art. 49 da Lei nº 10.233/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.507, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa VIAÇÃO SAN GENARO LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 152, de 26 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.062063/2011-58, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa VIAÇÃO SAN GENARO LTDA., CNPJ nº 78.554.458/0001-80, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com o inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 2001, com a consequente cassação do Termo de Autorização de Fretamento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.508, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Indefere o pedido de ajuste das metas de produção da VALE S/A para o ano de 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 153, de 26 de outubro 2017, e no que consta do Processo nº 50500.207836/2016-46, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de ajuste das metas de produção apresentado pela VALE S/A para a Estrada de Ferro Carajás - EFC, para o ano de 2017, e manter as metas de produção definidas na Resolução ANTT nº 5.344, de 17 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.509, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de advertência à empresa REALMAIA TURISMO E CARGAS LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 118, de 23 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.228741/2016-66, resolve:

Art. 1º Aplicar pena de advertência à empresa REALMAIA TURISMO E CARGAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 10.257.014/0001-49.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.510, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o reajuste das tarifas de referência do serviço de transporte ferroviário de cargas da FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A - FCA, correspondente ao período de 1º de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2017.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 157, de 26 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.347230/2016-42, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, em cumprimento ao estabelecido no item 8.1 da Cláusula Oitava do Contrato de Concessão, o reajuste das tarifas de referência do serviço de transporte ferroviário de cargas da FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A - FCA, no percentual de 9,43% (nove inteiros e quarenta e três centésimos por cento), referente ao período de 1º de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2017, com base na variação acumulada do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas e conforme tabelas em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

Tabela 1	Parcela Fixa		Parcela Variável				
	Valor	Unidade	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Unidade
			0-500 km	501-1000 km	1001-2000 km	Acima 2000 km	
Açúcar	20,17	R$/T	0,1151	0,1007	0,0862	0,0575	R$/T.KM
Adubos e fertilizantes	20,17	R$/T	0,0703	0,0614	0,0527	0,0351	R$/T.KM
Álcool	25,22	R$/mc	0,1134	0,0993	0,0851	0,0567	R$/mc.KM
Areia	20,17	R$/T	0,0470	0,0412	0,0352	0,0234	R$/T.KM
Bauxita	20,91	R$/T	0,1155	0,1011	0,0867	0,0577	R$/T.KM
Cal	20,17	R$/T	0,1209	0,1058	0,0907	0,0605	R$/T.KM
Calcário Britado	20,17	R$/T	0,0962	0,0843	0,0722	0,0481	R$/T.KM
Calcário Siderúrgico	20,17	R$/T	0,0679	0,0595	0,0509	0,0340	R$/T.KM
Cimento a granel	20,17	R$/T	0,1058	0,0926	0,0793	0,0530	R$/T.KM
Cobre	20,91	R$/T	0,0890	0,0778	0,0667	0,0445	R$/T.KM
Contêiner Cheio de 20 pés	751,63	R$/Con	2,3371	2,0449	1,7528	1,1685	R$/Con.KM
Contêiner Cheio de 40 pés	992,01	R$/Con	4,0884	3,5774	3,0663	2,0443	R$/Con.KM
Contêiner vazio de 20 pés	363,31	R$/Con	1,5442	1,3512	1,1581	0,7721	R$/Con.KM
Contêiner vazio de 40 pés	552,25	R$/Con	2,7102	2,3715	2,0326	1,3551	R$/Con.KM
Cromita	20,91	R$/T	0,1227	0,1075	0,0921	0,0614	R$/T.KM
Demais Produtos	26,97	R$/T	0,1316	0,1151	0,0987	0,0659	R$/T.KM
Dolomita	20,91	R$/T	0,1255	0,1098	0,0941	0,0627	R$/T.KM
Enxofre	20,17	R$/T	0,0885	0,0774	0,0663	0,0442	R$/T.KM
Farelo de soja	28,54	R$/T	0,1022	0,0894	0,0767	0,0510	R$/T.KM
Ferro gusa	20,17	R$/T	0,0856	0,0749	0,0642	0,0427	R$/T.KM
Gasolina	27,12	R$/mc	0,1334	0,1168	0,1001	0,0667	R$/mc.KM
Magnesita	20,91	R$/T	0,1345	0,1176	0,1008	0,0672	R$/T.KM
Milho	19,32	R$/T	0,0998	0,0874	0,0749	0,0499	R$/T.KM
Minério de Ferro	24,89	R$/T	0,0871	0,0763	0,0653	0,0435	R$/T.KM
Óleo diesel	24,02	R$/mc	0,1213	0,1062	0,0911	0,0607	R$/mc.KM
Pedras em blocos e placas	20,17	R$/T	0,0758	0,0664	0,0569	0,0380	R$/T.KM
Produtos siderúrgicos	20,17	R$/T	0,1064	0,0930	0,0797	0,0531	R$/T.KM
Soja	19,93	R$/T	0,0979	0,0857	0,0735	0,0489	R$/T.KM
Toras de madeira	22,52	R$/T	0,1876	0,1642	0,1407	0,0939	R$/T.KM

Fórmula de Cálculo:
1) Para distância de transporte de até 500km:
Tmax = Pfix + Dist x Pvar1
2) Para distância de transporte de 501km a 1000km:
Tmax= Pfix + 500 x Pvar1 + (Dist - 500) x Pvar2
3) Para distância de transporte de 1001km a 2000km:
Tmax = Pfix + 500 x Pvar1 + 500 x Pvar2 + (Dist - 1000) x Pvar3
4) Para distância de transporte acima de 2000Km:
Tmax = Pfix + 500 x Pvar1 + 500 x Pvar2 + 1000 x Pvar3 + (Dist - 2000) x Pvar4
Onde:
Tmax = tarifa máxima a ser cobrada pelo transporte de uma unidade de carga da estação de origem à estação de destino;
Pfix = parcela fixa, em R$ por unidade de carga;
Pvar1 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 1 (0 - 500Km);
Pvar2 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 2 (501 - 1000Km);
Pvar3 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 3 (1001 - 2000Km);
Pvar4 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 4 (acima de 2000Km);
Dist = distância em quilômetros, da estação de origem à estação de destino.
Nos valores da tabela acima estão inclusos as alíquotas de Pis e Cofins, porém não se aplica o ICMS.
O simulador tarifário, para consultas às combinações de mercadorias, quilometragens e tarifas resultantes, encontra-se disponível no sítio eletrônico da ANTT, na parte de concessões ferroviárias.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 5.511, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa ROSILENE GOULART RABELO - ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 189, de 27 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.112378/2012-34, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa ROSILENE GOULART RABELO - ME, CNPJ nº 04.460.419/0001-87, pelo prazo de 4 (quatro) anos, em conformidade com inciso VI do artigo 86 do Decreto nº 2.521, de 1998, c/c os artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.512, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa JULIO CÉSAR DE ANDRADE - ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 187, de 27 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.066446/2009-81, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa JULIO CÉSAR DE ANDRADE - ME, CNPJ nº 37.128.881/0001-30, pelo prazo de 4 (quatro) anos, em conformidade com inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 2001

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.513, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa EXPRESSO CAXIENSE S.A.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 183, de 27 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.070859/2009-60, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa EXPRESSO CAXIENSE S.A, CNPJ nº 88.617.733/0001-10, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 2001

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.514, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa SALETE SIERRA FIGUEIRA ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 184, de 26 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.118105/2010-31, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa SALETE SIERRA FIGUEIRA ME, CNPJ nº 09.346.630/0001-97, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.515, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Revoga o Termo de Autorização para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento - TAF, da empresa EDILSON JOSE MENIGUINI LOCADORA DE VEICULOS EIRELI ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, fundamentada no Voto DEB - 182, de 27 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.431270/2016-71, resolve:

Art. 1º Revogar o Termo de Autorização de Fretamento - TAF nº 41.0314 concedido à empresa EDILSON JOSE MENIGUINI LOCADORA DE VEICULOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 24.952.220/0001-83.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.516, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa TRANSPORTE COLETIVO BRASIL LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 180, de 24 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.120586/2014-79, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa TRANSPORTE COLETIVO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05.376.934/0001-46, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com inciso II do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.517, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Conhece o pedido de reconsideração interposto por TITRAN TRÊS IRMÃOS TRANSPORTES LTDA. - ME, e, no mérito, nega-lhe provimento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 181, de 25 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.052471/2009-87, resolve:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração interposto por TITRAN TRÊS IRMÃOS TRANSPORTES LTDA. - ME para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão constante da Resolução n° 4.418, de 11 de setembro 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.518, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa TUNATUR TRANSPORTE LTDA. - ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 187, de 27 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.126678/2011-10, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa TUNATUR TRANSPORTE LTDA. - ME, CNPJ nº 06.540.683/0001-56, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com os §§ 1º e 5º do artigo 36 e artigo 86, inciso VI, ambos do Decreto nº 2.521, de 1998, c/c o artigo 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.519, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Declara a utilidade pública, para fins de desapropriação, afetação ou instituição de servidão administrativa, em favor da União, as áreas que menciona.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31,inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DSL - 183, de 27 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50510.041796/2015-63, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação, afetação ou instituição de servidão administrativa para fins rodoviários, em favor da União, as terras e/ou benfeitorias delimitadas pelas coordenadas planas a seguir, as quais definem a(s) poligonal(is) de utilidade pública necessária(s) à execução das obras de implantação de Posto de Pesagem Fixo no km 260+600m, Pista Norte da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, a serem executadas pela VIA 040 - CONCESSIONÁRIA DA BR-040 S/A.

I - Área 01, cuja descrição inicia-se no "ponto P_00", localizado nas coordenadas E=462.810,220m e N=7.994.450,527m; deste, segue confrontando com METALSIDER LTDA com azimute de 6°15"32" e a distância de 42,17m até o "ponto P_01", de coordenadas E=462.814,817m e N=7.994.492,441m; deste, segue confrontando com METALSIDER LTDA com azimute de 94°37"25" e a distância de 175,08m até o "ponto P_02", de coordenadas E=462.989,330m e N=7.994.478,328m; deste, segue confrontando com METALSIDER LTDA com azimute de 98°18"07" e a distância de 136,76m até o "ponto P_03", de coordenadas E=463.124,659m e N=7.994.458,580m; deste, segue confrontando com METALSIDER LTDA com azimute de 186°14"59" e a distância de 42,18m até o "ponto P_04", de coordenadas E=463.120,067m e N=7.994.416,649m; deste, segue confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK - BR 040 com azimute de 276°23"00" e a distância de 136,49m até o "ponto P_05", de coordenadas E=462.984,425m e N=7.994.431,824m; deste, segue confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK - BR 040 com azimute de 276°07"40" e a distância de 175,21m até o "ponto P_00", de coordenadas E=462.810,220m e N=7.994.450,527m; perfazendo um perímetro de 707,89m (setecentos e sete metros e oitenta e nove centímetros) e área de 13.867,23 m² (treze mil, oitocentos e sessenta e sete metros quadrados e vinte e três decímetros quadrados).

Art. 2º Fica a VIA 040 - CONCESSIONÁRIA DA BR-040 S/A autorizada a promover as desapropriações, servidões administrativas ou afetação das terras e/ou benfeitorias necessárias à implantação da obra referenciada pelo art.1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária VIA 040 - CONCESSIONÁRIA DA BR-040 S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a Concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.520, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa BARIRI AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA. - ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 139, de 26 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.108055/2014-16, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa BARIRI AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 55.809.859/0001-38, pelo prazo de 3 (três) anos, com a consequente cassação do Termo de Autorização de Fretamento, em conformidade com os §§ 1º e 5º do artigo 36, e o inciso VI do artigo 86, ambos do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, bem como o artigo 61, inciso IX da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, c/c o artigo 78-A, incisos IV e V da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.521, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa TRANSPORTADORA TURÍSTICA EXECUTIVE TURISMO LTDA ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 141, de 27 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.009576/2014-83, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa TRANSPORTADORA TURÍSTICA EXECUTIVE TURISMO LTDA. ME, CNPJ nº 14.263.918/0001-38, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A da Lei nº 10.233, de 2001

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 5.522, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Conhece do Recurso Administrativo interposto pela CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S/A, como Pedido de Reconsideração, em face da edição da Resolução ANTT 5.341/2017, sem atribuir-lhe efeito suspensivo, e, julgá-lo improcedente no mérito e quanto ao pedido de medida cautelar

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 145, de 27 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.089910/2015-55, resolve:

Art. 1º Conhecer do Recurso Administrativo interposto pela CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA NORTE S/A em face da edição da Resolução ANTT nº 5.341, de 17 de maio de 2017, como Pedido de Reconsideração, sem atribuir-lhe efeito suspensivo, e, julgá-lo improcedente no mérito e quanto ao pedido de medida cautelar.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que notifique a empresa no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 381, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 158, de 26 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50515.037693/2014-78, delibera:

Art. 1º Não conhecer dos Embargos de Declaração opostos pela CONCESSIONÁRIA AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE - ALLMO, em face da publicação da Deliberação ANTT nº 089, de 10 de maio de 2017.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que notifique a CONCESSIONÁRIA FERROVIÁRIA AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S/A - ALLMO acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 382, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 156, de 26 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.406689/2017-76, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa TRANSPORTADORA KALINCA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 94.571.072/0001-32, em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta), desde que cada parcela seja de valor igual ou superior a R$ 1.000,00 (mil reais), em acordo com art. 1º da Resolução ANTT n° 3.561, de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à Gerência de Processamento de Autos de Infração e Apoio à JARI - GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 383, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 185, de 27 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.411492/2017-59, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A, autorizando a inclusão do mercado Joinville/SC - São Paulo/SP, como seção na linha Rio de Janeiro/RJ - Jaraguá do Sul/SC, prefixo nº 07-0120-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 132 da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A, conforme modificação operacional deferida.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 384, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 188, de 30 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.377040/2017-31, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EMTRAM - EMPRESA DE TRANSPORTES MACAUBENSE LTDA. para a implantação da linha Barreiras/BA - Aparecida de Goiânia /GO, com as seções a seguir:

I - De: São Desidério/BA, para: Formosa/GO, Alvorada do Norte/GO e Posse/GO.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 125 da empresa EMTRAM - EMPRESA DE TRANSPORTES MACAUBENSE LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa EMTRAM - EMPRESA DE TRANSPORTES MACAUBENSE LTDA. acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 385, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 178, de 23 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.024481/2010-66, delibera:

Art. 1º Arquivar o processo administrativo em que se apurou a responsabilidade da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., CNPJ nº 82.647.884/0001-35, vez que não restou caracterizada infração ao inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 2001.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 386, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 186, de 27 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.228544/2016-47, delibera:

Art. 1º Determinar o arquivamento do Processo nº 50500.228544/2016-47, referente à empresa TRANSBRAZ LTDA. - EPP, CNPJ nº 03.456.707/0001-03.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa TRANSBRAZ LTDA - EPP acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 387, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 179, de 24 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.232614/2015-81, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa de 70 (setenta) Unidades de Referência de Tarifa - URT, por violação ao Art. 5º, inciso IX da Resolução nº 4.071, de 3 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº 001/2007.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no artigo 85, §3º, da Resolução ANTT nº 5.083, de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 001/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 388, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 138, de 26 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.493321/2017-30, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de supressão da linha São Paulo/SP - Andradas/MG, prefixo nº 08-0111-00, operada pela empresa VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 71 da empresa VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 389, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 119, de 23 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.409073/2017-57, delibera:

Art. 1º Deferir os pedidos da empresa EDSON AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA., autorizando:

I - implantação da linha Montes Claros/MG - Campinas/SP, com as seções Montes Claros/MG - Franca/SP; Montes Claros/MG - Ribeirão Preto/SP; Montes Claros/MG - Campinas/SP; Pirapora/MG - Franca/SP; Pirapora/MG - Ribeirão Preto/SP; Pirapora/MG - Campinas/SP; Patos de Minas/MG - Franca/SP; Patos de Minas/MG - Ribeirão Preto/SP; Patos de Minas/MG - Campinas/SP; Patrocínio/MG - Franca/SP; Patrocínio/MG - Ribeirão Preto/SP; Patrocínio/MG - Campinas/SP; Araxá/MG - Franca/SP; Araxá/MG - Ribeirão Preto/SP; Araxá/MG - Campinas/SP; Uberaba/MG - Franca/SP; Uberaba/MG - Ribeirão Preto/SP e Uberaba/MG - Campinas/SP.

II - implantação da linha Patos de Minas/MG - Ribeirão Preto/SP, com as seções Patrocínio/MG - Ribeirão Preto/SP; Araxá/MG - Ribeirão Preto/SP e Uberaba/MG - Ribeirão Preto/SP.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 124 da empresa EDSON AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA., conforme as modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após a alteração da Licença Operacional - LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 390, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 144, de 23 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.528131/2017-41, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seção na linha Arapiraca/AL - São Paulo/SP, prefixo nº 20-0018-00.

I - De: Feira de Santana/BA, Jequié/BA, Poções/BA e Vitória da Conquista/BA, para São José dos Campos/SP.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 36 da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 391, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 155, de 26 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.053381/2011-28, delibera:

Art. 1º Determinar o arquivamento do presente processo administrativo, instaurado em desfavor da empresa EXPRESSO GUANABARA LTDA, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, por ausência de responsabilidade da empresa.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 1.893, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso da atribuição que lhe confere o art. 178, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CA nº 26, de 5 de maio de 2016 e publicada no D.O.U. de 12 de maio de 2016,

Considerando as recomendações e determinações constantes dos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 866/2011 - TCU-Plenário e Acórdão 1221/2014 - TCU-Monitoramento; que preconizam a vinculação de objetivos, iniciativas, indicadores e metas de Tecnologia da Informação às estratégias de negócio do DNIT;

Considerando a Portaria nº 1.516, publicada no D.O.U de 24 de agosto de 2017, que institui Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de proposta de reestruturação de Comitê Gestor de Tecnologia de Informação (CGTI), e pela elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI;

Considerando reunião de Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI, realizada no dia 04 de abril de 2017, que aprovou por unanimidade o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2016-2019 apresentado; resolve:

Art. 1º - Fica aprovado Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), bem como o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para o período de 2016/2019, nos termos desta Portaria.

Art. 2º - O (PDTI) e o (PETI) poderão ser revistos, sempre que necessário, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária, e às mudanças na legislação pertinente.

Art. 3º - A versão integral deste (PDTI) e o (PETI) encontram-se disponível, para consulta, via internet no sitio do DNIT: http://www.dnit.gov.br/acesso-a-informacao/insitucional/copy_of_comite-gestor-de-ti

Art. 4º - Cabe ao Grupo de Trabalho a responsabilidade de acompanhar o cumprimento das tarefas previstas neste Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), bem como no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para promover a sua revisão e atualização.

Art. 5º - Cabe ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) a aprovação das atualizações propostas pelo Grupo de Trabalho.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 1.174, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993 e do art. 6º, inc. XXXIII, do Regimento Interno Diretivo do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 357, de 5/5/2015, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.17.000.002507/2016-11, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica Diametral Representações, Comércio e Serviços Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 32.397.572/0001-42, a penalidade administrativa de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3 (três) meses, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005, na Seção 15, item 15.1, alíneas "f", do Edital do Pregão Eletrônico PR/PE nº 34/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 128, de 27 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 208, Seção 1, de 30 de outubro de 2017, página 71, para considerar o seguinte:

onde se lê:

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, §1º, inciso III, da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017), e a autorização constante no art. 4º, §7º, da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), resolve:

leia-se:

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, §1º, inciso III, da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017), e a autorização constante no art. 4º, caput, inciso III, alínea "d", item "1", da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), resolve:

Brasília, 30 de outubro de 2017.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 146, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Resolução CSMPT nº 90, de 14 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os critérios de aferição do merecimento nas promoções dos membros do Ministério Público do Trabalho.

O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o que consta do processo CSMPT PGEA nº 010222.2017.00.900/2, resolve:

Art. 1º Alterar os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10, bem como acrescentar o artigo 10-A à Resolução nº 90, de 14 de dezembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, para que passem a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º O merecimento será aferido pelo desempenho, por critérios de produtividade e presteza no exercício das atribuições, pelo aperfeiçoamento profissional e pela contribuição para o desenvolvimento da instituição.

Art. 7º Na avaliação de desempenho, serão considerados o exercício de cargos, funções ou atividades relevantes para a carreira, bem como o engajamento do membro em projetos e ações estratégicas voltadas à obtenção de resultados sociais efetivos.

Art. 8º Na avaliação da produtividade, será observada, nos últimos cinco anos, a média, abaixo ou acima, da produção mensal do grupo de membros que exerçam atribuições iguais ou assemelhadas às do candidato considerado, segundo dados estatísticos uniformemente coletados, fornecidos pela Corregedoria, que também observará o resultado de inspeções, correições ordinárias e correições extraordinárias.

Art. 9º Na apuração da presteza no exercício das atribuições, serão observados:

I - o cumprimento de prazos nos processos judiciais e extrajudiciais;

II - o atendimento às determinações, designações e convocações emanadas dos órgãos da Administração Superior;

III - a permanência na sede de seu ofício, o atendimento diário ao expediente de trabalho e a participação nos atos judiciais quando obrigatória a presença;

IV - a participação, sem afastamento das funções, em grupos, comitês ou comissões voltados a contribuir para a organização e a melhoria dos serviços do Ministério Público do Trabalho.

Art. 10 A aferição do aperfeiçoamento profissional considerará a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento, destinados à melhoria do desempenho das atribuições ministeriais.

Parágrafo único. Será considerada para efeito de promoção a frequência e a conclusão de curso sem o afastamento do membro de suas atividades institucionais.

Art. 10-A Serão considerados como contribuição para o desenvolvimento da Instituição:

I - o exercício do magistério na Escola Superior do Ministério Público da União ou em curso promovido pelo Ministério Público do Trabalho;

II - a publicação de livros e trabalhos doutrinários estritamente relacionados com as atividades e as atribuições do Ministério Público do Trabalho, editados posteriormente ao ingresso na instituição, quando se tratar de acesso à primeira promoção na carreira, e aqueles editados após a primeira promoção, quando pretendida a segunda ascensão.

Art. 2º Fica revogado o art. 13 da Resolução nº 90, de 14 de dezembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do CSMPT

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Vice-Presidente do CSMPT

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira Secretária

SANDRA LIA SIMÓN
Conselheira

JÚNIA SOARES NADER
Conselheira

MANOEL JORGE E SILVA NETO
Conselheiro

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Conselheira Relatora

ANDRÉ LUÍS SPIES
Conselheiro

LUIZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART
Conselheiro

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ACÓRDÃO Nº 9538/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 046.124/2012-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessado: Ruth Pereira Lima (CPF 021.339.387-53).
4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Maria do Carmo Mota de Souza (53.205/OAB-RJ), representando Ruth Pereira Lima.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) a partir da instituição por Antônio Pereira Lima em favor de Ruth Pereira Lima, como pessoa designada, nos termos do art. 217, I, "e", da Lei nº 8.112, de 1990;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão civil em favor de Ruth Pereira Lima (Peça nº 12), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Tribunal Superior do Trabalho adote as seguintes medidas:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do recurso, devendo a administração do TST encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão;

9.3. converter o presente processo de fiscalização em tomada de contas especial, por meio da autuação de processo apartado, por cópia, destes autos, nos termos do art. 47 da Lei nº 8.443, de 1992, do art. 252 do RITCU e do art. 41 da Resolução TCU nº 259, de 2014, autorizando, desde já, a citação de todos os responsáveis pela prática das aludidas irregularidades com o correspondente dano ao erário, aí incluída a Sra. Ruth Pereira Lima;

9.4. apensar os presentes autos ao processo de TCE autuado por força do item 9.3 deste Acórdão, nos termos do art. 41 da Resolução TCU nº 259, de 2014; e

9.5. enviar a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao ilustre Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, para a ciência prevista no art. 9º, IV, da Lei nº 8.443, de 1992, e à Sra. Ruth Pereira Lima, para ciência.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9538-40/17-2.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9539/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.714/2017-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessada: Maria de Jesus Carneiro Nahas (758.218.851-91).
4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este ato de pensão civil instituída no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 6º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legal a pensão civil instituída por Nelson Nahas em favor de Maria de Jesus Carneiro Nahas, com devido registro do ato.

9.2. dar ciência desta decisão à interessada e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9539-40/17-2.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9540/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.152/2016-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Monitoramento.

3. Responsável: Cláudia Sueli Rodrigues Santa Rosa (737.546.334-49).

4. Órgão/Entidade: Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e da Cultura (SEEC/RN).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo de monitoramento das determinações dirigidas pelo Acórdão 3.773/2015-TCU-2ª Câmara à Secretaria de Estado de Educação e da Cultura (SEEC/RN) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), prolatado no âmbito do TC 006.454/2012-7, que tratou de auditoria destinada a verificar a regularidade da aplicação dos recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), transferidos via FNDE àquela unidade da federação, nos exercícios de 2010 e 2011,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar atendidas as determinações constantes dos subitens 9.2.1, 9.2.3, 9.2.4, 9.3.1 e 9.4 do Acórdão 3.773/2015-TCU-2ª Câmara, e parcialmente atendida a do subitem 9.2;

9.2. considerar não atendida a determinação constante do subitem 9.3.2 do Acórdão 3.773/2015-TCU-2ª Câmara;

9.3. dar ciência à SEEC/RN da necessidade de envio a este Tribunal da documentação comprobatória das medidas a serem implementadas para se dar cumprimento ao comando inserto no subitem 9.3.2 do Acórdão 3.773/2015-TCU-2ª Câmara, tão logo possível, estando vinculada ao comando em questão, cujo atendimento pode ser objeto de averiguação futura em ação de controle específica ou conexa com outros fatos;

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9540-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9541/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.756/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Antonio Pereira da Silva (007.282.923-00) e Jason Lopes da Silva (065.637.326-15).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas pela Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria em favor de Antonio Pereira da Silva (007.282.923-00) e Jason Lopes da Silva (065.637.326-15), concedendo-lhes o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, a Departamento Nacional de Obras Contra as Secas adote as providências cabíveis para excluir a parcela ilegal apontada nestes autos da estrutura de proventos, sem prejuízo de informar à autoridade administrativa omissa que ela pode se sujeitar à responsabilidade solidária pelo dano ao erário, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, devendo o órgão de origem informar o TCU sobre o resultado das medidas adotadas, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da ciência deste Acórdão; e

9.4. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a Sefip promova o monitoramento da determinação contida no item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário.

9.5. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9541-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9542/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.757/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Adenildo Fernandes da Silva (142.469.964-91); Geruza Candido dos Santos (141.113.904-63); Julia Maria Maciel de Menezes Alencar (081.570.573-53) e Rita Pinto Rodrigues Freitas (394.848.074-53).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os atos de aposentadoria de Adenildo Fernandes da Silva, Geruza Candido dos Santos, Julia Maria Maciel de Menezes Alencar e Rita Pinto Rodrigues Freitas, exservidores da Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegais os atos em exame e recusar-lhes registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos beneficiários até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento desta deliberação;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, emita novo ato em que seja suprimida a irregularidade verificada e o submeta ao TCU para nova apreciação.

9.4. dar ciência deste Acórdão ao órgão de origem e aos interessados.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9542-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9543/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.821/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Zita Iara Santos (270.670.760-72).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria em favor de Zita Iara Santos.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259 a 263 do Regimento Interno e com o art. 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria de Zita Iara Santos;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária do ato considerado ilegal até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul, com base no art. 45 da Lei nº 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias;

9.3.3. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal, e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4 comunicar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul o teor desta deliberação.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9543-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9544/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.333/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74).

3.2. Responsável: Ricardo de Pina Cabral (391.740.421-49).

4. Órgão/Entidade: Município de Piracanjuba/GO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Sr. Ricardo de Pina Cabral, ex-prefeito municipal de Piracanjuba/GO, no período de 2009 a 2012, em decorrência da não comprovação do bom e regular emprego dos recursos provenientes do Convênio 1.273/2009 (Siafi Siconv 709142), que objetivava incentivar o turismo, por meio do apoio à realização do projeto intitulado "Festival Canto das Orquídeas", conforme o respectivo plano de trabalho,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Ricardo de Pina Cabral (CPF 391.740.421-49), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Ricardo de Pina Cabral (CPF 391.740.421-49), prefeito de Piracanjuba no período de 2009 a 2012, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
300.000,00	8/1/2010

Valor atualizado até 29/9/2017: R$ 482.580,00.

9.3. aplicar ao Sr. Ricardo de Pina Cabral (CPF 391.740.421-49) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao Sr. Ricardo de Pina Cabral (CPF 391.740.421-49) a multa prevista no art. 58, inciso III, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse do responsável, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, incidindo sobre cada uma, corrigida monetariamente, os juros de mora devidos;

9.7. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.8. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, consoante o disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9544-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9545/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.773/2013-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Isolina Delellis (CPF 895.538.458-00).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS São Paulo/Sul.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida no âmbito da Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Sul.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Isolina Delellis;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada até a data da ciência pela Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Sul do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Sul que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da presente deliberação, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, contados do conhecimento da presente deliberação, dê ciência do inteiro teor deste acórdão à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento do recurso;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas e encaminhe comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no subitem anterior;

9.3.4. verifique se a interessada preenche requisitos para se aposentar com base em outro fundamento legal vigente e, em caso afirmativo e em comum acordo com o servidor, emita novo ato e o submeta à apreciação deste Tribunal, via Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, ou, em caso negativo, promova o retorno à ativa da interessada;

9.4. enviar cópia deste acórdão à Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Sul.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9545-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9546/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.832/2013-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Alberto Rodriguez Del Riego (861.280.608-97).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria a servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Alberto Rodriguez Del Riego;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que o inativo tomou conhecimento do acórdão;

9.4. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9546-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9547/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.776/2014-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Abraham Lincoln Dib Bastos (CPF 273.589.762-15)

4. Unidade: Município de Codajás/AM.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos.

8. Representação legal: Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (OAB/SP 236.604).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Abraham Lincoln Dib Bastos, contra o Acórdão 4.945/2016-2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas e aplicou-lhe a multa prevista no art. 58, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Abraham Lincoln Dib Bastos;

9.2. promover, de ofício, a correção do Acórdão 4.945/2016-TCU-2ª Câmara, com fundamento no Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência do TCU, visando a que, onde se lê: "9.2. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Agnaldo da Paz Dantas;", leia-se: "9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos;" e

9.3. dar ciência desta deliberação aos responsáveis/interessados.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9547-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Aroldo Cedraz, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Augusto Nardes.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 20 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 1º de novembro de 2017.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Pela Presidência

ACÓRDÃO Nº 9528/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-021.041/2017-2 (PEDIDO DE REEXAME)

2. Recorrente: Real JG Serviços Gerais Eireli (CNPJ: 08.247.960/0001-62)

3. Unidade: Empresa Brasileira de Comunicação S.A. (EBC)

4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Serur e Selog

8. Advogados constituídos nos autos: Karoline Silvestre Barbosa (OAB/DF 38.322) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela sociedade empresária Real JG Serviços Gerais Ltda., com pedido de medida cautelar, acerca de irregularidades no Processo Administrativo 1110/2017 (PA 1110/2017), promovido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para a contratação emergencial, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, de serviços continuados de limpeza, conservação, lavagem de veículos e higienização, em que se aprecia, nesta fase processual, pedido de reexame da representante contra o Acórdão 7.891/2017 - 2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal considerou improcedente a representação e indeferiu o pedido de cautelar apresentado pela ora recorrente.

Considerando que esta Corte de Contas tem como atribuição precípua o resguardo do erário no interesse da coletividade;

Considerando que o papel do representante nos processos de controle externo é o de fornecer elementos para o início da ação fiscalizatória, quando então o órgão de controle toma o curso das investigações, não dispondo o representante da prerrogativa de intervir nos autos para a defesa de seus pontos de vista, a não ser que seja formalmente admitido como interessado;

Considerando o entendimento deste Tribunal de que "*o denunciante não é considerado, automaticamente, parte processual, devendo, para obter essa condição, formular pedido de ingresso nos autos como interessado e comprovar razão legítima para intervir no processo*";

Considerando que, no caso concreto, a recorrente limita-se na peça recursal a expressar inconformismo com o entendimento adotado por esta Corte, sem demonstrar razão legítima para intervir no processo;

Considerando que o objetivo de proteger o interesse público e o erário foi respeitado nos autos, conquanto a representação foi conhecida e seu mérito devidamente examinado, conforme Acórdão 7.891/2017 - 2ª Câmara, após apuração exaustiva, na forma prevista nas normas de fiscalização e na processualística própria desta Casa, que não identificou irregularidades no procedimento impugnado;

Considerando que, diante disso, o exame de admissibilidade da Secretaria de Recursos - Serur (peças 16/18) propõe o não conhecimento do pedido de reexame;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 48 e 143, inciso IV, alínea "b", da Lei 8.443/1992 e arts. 146 e 282 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. não conhecer do expediente recursal, ante a ausência de legitimidade e interesse recursal;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 9529 a 9547, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 9529/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.721/2015-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CNPJ 00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Carlos Antônio Araújo de Oliveira (CPF 373.801.094-72).

4. Entidade: Município de Cajazeiras - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

8. Representação legal:

8.1. Mary Delania Araujo de Oliveira e outros, representando Carlos Antônio Araújo de Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Carlos Antônio Araújo de Oliveira, ex-prefeito de Cajazeiras-PB (gestões 2001-2004 e 2005-2008), em razão de irregularidades na execução do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja) no exercício de 2006, que objetivava o custeio, em caráter suplementar, da formação continuada de docentes, da aquisição, impressão ou produção de livro didático, da aquisição de material escolar ou material para os professores, para atendimento dos alunos do ensino fundamental de escolas públicas matriculados e frequentes nos cursos da modalidade educação de jovens e adultos presencial que apresentaram matrículas no censo escolar INEP/MEC do ano anterior,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, autorizar o Sr. Carlos Antônio Araújo de Oliveira a efetuar o pagamento parcelado do débito, apresentado no quadro abaixo, aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, atualizadas monetariamente, calculadas a partir das data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)	Data de ocorrência
30.693,75	2/1/2007
30.693,75	11/12/2006
4.091,67	5/12/2006

9.2. informar ao responsável que:

9.2.1. a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§2° do art. 217 do Regimento Interno do TCU);

9.2.2. o julgamento de mérito destas contas prescindirá da reabertura do contraditório;

9.2.3. a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente, ou seja, sem a incidência de juros moratórios, apenas saneará o processo caso este Tribunal reconheça, por ocasião do julgamento definitivo, a boa-fé dos responsáveis, desde que inexistentes outras irregularidades nas contas;

9.3. determinar o sobrestamento do julgamento das contas do Sr. Carlos Antônio Araújo de Oliveira, nos termos do art. 47, §§ 1º e 2º da Resolução-TCU 259/2014, c/c os arts. 10, § 1º, e 11 da Lei 8.443/1992, e arts. 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno do TCU, até o pagamento da última parcela do débito ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ou do eventual vencimento antecipado do saldo devedor.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9529-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9530/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.215/2013-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: não há.

3.2. Responsáveis: A. Guimarães Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 03.478.548/0001-30); Alessandro Marcondes Amorim Guimarães (CPF 423.161.384-20); Donizeti Rodrigues da Silva (CPF 413.508.989-53); Fernando Navarro Filho (CPF 281.995.619-04); Fábio de Souza Camargo (CPF 874.625.409-91); Rocimara Luzia Consolaro (CPF 016.948.539-00); Suzane Olivete Sega Tilles (CPF 916.995.509-30); Valdecir Aparecido Polettini (CPF 307.006.479-53); Vinicius José Jensura Leão (CPF 363.961.769-04).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Faxinal - PR (CNPJ 75.771.295/0001-07) e Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo/Ministério do Turismo (CNPJ 33.741.794/0001-01).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

8. Representação legal:

8.1. Murilo Zambiazzi (48.858/OAB-PR), representando Valdecir Aparecido Polettini.

8.2. José Carlos Gal Garcia Filho (19.114/OAB-PR) e outros, representando Alessandro Marcondes Amorim Guimarães.

8.3. Nadja Maria Mehmeri Lordêlo e outros, representando Instituto Brasileiro de Turismo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) em razão da impugnação total das despesas realizadas com recursos do Convênio 42/2000, que teve por objeto a construção e implementação do centro de recepção de visitantes, com equipamentos de informática, áudio e vídeo, para orientação turística, no Município de Faxinal, no Paraná;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação processual os Srs. Alessandro Marcondes Amorim Guimarães, Fernando Navarro Filho, Donizete Rodrigues da Silva, Vinicius José Jensura Leão e as Sras. Rocimara Luzia Consolaro e Suzane Olivete Sega Tilles, e a empresa A. Guimarães Construções e Empreendimentos Ltda.;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Valdecir Aparecido Polettini (CPF 307.006.479-53), Ex-Prefeito de Faxinal-PR e acatar as dos demais;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Valdecir Aparecido Polettini, relativas ao Convênio 42/2000, celebrado entre o Município de Faxinal-PR e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), em 28/6/2000;

9.4. condenar o Sr. Valdecir Aparecido Polettini (CPF 307.006.479-53) ao pagamento das importâncias adiante especificadas, atualizadas monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)-Mtur:

VALOR ORIGINAL (R$ 1,00)	DATAS DE OCORRÊNCIA
20.000,00	12/07/2000
12.500,00	18/10/2000
22.688,00	06/12/2000
13.954,66	12/12/2000
30.857,34	20/12/2000

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas do responsável em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. encaminhar cópia deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Paraná, nos termos do art. 209, § 7º do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9530-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9531/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 019.384/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

3.2. Responsáveis: Francisco de Assis de Melo (141.958.104-00), Centro Estudantil Rural de Cultura e Arte de Puxinanã - Cerca - PB (09.481.285/0001-02) e Marcos Robson Araújo de Oliveira (674.368.204-78).

4. Órgão/Entidade: Município de Solânea-PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao município de Solânea-PB,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Francisco de Assis de Melo (141.958.104-00), do Centro Estudantil Rural de Cultura e Arte de Puxinanã - Cerca - PB (09.481.285/0001-02) e de Marcos Robson Araújo de Oliveira (674.368.204-78), nos termos dos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, e 19, caput; 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 209, incisos II e III, § 5º, incisos I e II; 210, e 215 a 219, do Regimento Interno-TCU, condenando-os ao pagamento das quantias a seguir atualizadas monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno-TCU, na forma da legislação em vigor:

9.1.1. débito solidário de Francisco de Assis de Melo e do Centro Estudantil Rural de Cultura e Arte de Puxinanã (Cerca - PB).

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
40.000,00	29/4/2009
34.300,00	12/5/2009
6.500,00	10/6/2009

9.1.2. débito solidário de Francisco de Assis de Melo e de Marcos Robson Araújo de Oliveira.

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
5.000,00	10/6/2009

9.2. aplicar, individualmente, a Francisco de Assis de Melo, ao Centro Estudantil Rural de Cultura e Arte de Puxinanã (Cerca - PB) e a Marcos Robson Araújo de Oliveira, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores respectivos de R$ 10.000,00 (dez mil reais), R$ 8.000,00 (oito mil reais) e R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.4. autorizar o pagamento parcelado das dívidas, se solicitado, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação do acórdão, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os respectivos encargos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.6. remeter cópia do presente acórdão à Procuradoria Regional da República no Estado da Paraíba, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, in fine, do art. 209 do Regimento Interno-TCU, e para o Fundo Nacional de Saúde, para ciência.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9531-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9532/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 024.213/2009-9.

1.1. Apenso: TC 027.080/2010-2 (Denúncia).

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Dilma Ferreira dos Reis (830.296.487-53); Iná Marinho Rabello (232.043.469-00); José da Cruz Gouvêa Neto (153.062.244-15); RF Incorporações Imobiliárias Ltda. (65.158.750/0001-31); Rogério Márcio Mariano Neto (117.641.476-34).

3.2. Recorrentes: José da Cruz Gouvêa Neto (153.062.244-15) e Rogério Márcio Mariano Neto (117.641.476-34).

4. Orgão/Entidade: Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha/Comando da Marinha/Ministério da Defesa.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministro Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: João Silva de Jesus (OAB/ES 9.728), Mauro Pereira Nunes (OAB/RJ 136.602), Gustavo Gonçalves Aguiar Lopes (OAB/RJ 111.256), Gilson Pereira Nunes (OAB/RJ 156.497), Ricardo José Gouveia Barbosa (OAB/RJ 75.439), Klaus Henrique de Almeida Coutinho (OAB/RJ 97.579), Sérgio Alexandre Cunha Camargo (OAB/RJ 95.773).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar prejuízo causado ao Erário em razão de irregularidades constatadas no financiamento e na construção de casas do empreendimento imobiliário Moradas do Tinguí, no município do Rio de Janeiro-RJ, contratado pela Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM), em que nesta fase processual são apreciados Recursos de Reconsideração interpostos em face do Acórdão 5.176/2014 - 2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992 e art. 285, caput, do Regimento Interno-TCU, conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos por Rogério Márcio Mariano Neto e José da Cruz Gouvêa Neto para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência da deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9532-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9533/2017 - TCU - 2ª Câmara.

1. Processo TC 026.631/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (00.461.251/0001-22)

3.2. Responsáveis: Caritas Brasileira (33.654.419/0008-92); Maria Lúcia Cardoso (245.380.356-53).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal:

8.1. Rita de Cassia Correa Camargo Costa (74878/OAB-MG) e outros, representando Maria Lúcia Cardoso.

8.2. José Robério Alves de Almeida (133156/OAB-MG), representando Caritas Brasileira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE), instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE) em desfavor da Senhora Maria Lúcia Cardoso, ex-dirigente da extinta Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (Setascad-MG), no período de 11/5/1999 a 6/2/2001, em virtude da não comprovação da execução do objeto pactuado nos Contratos 065/1999, 141/1999 e 163/1999, firmados com a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, no âmbito do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT 35/99, celebrado entre a SPPE/MTE e a Setascad-MG, para a execução de atividades de qualificação profissional inseridas no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Federal, em:

9.1 excluir a entidade Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais da relação processual destes autos, com fundamento no disposto no art. 212 do Regimento Interno do TCU, c/c os termos do art. 6º, inciso II, da Instrução Normativa - TCU 71/2012;

9.2. julgar irregulares as contas da Senhora Maria Lúcia Cardoso, com fundamento no art. 1º; 16, inciso III, alínea "b"; 19, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c com os art. 1º, inciso I e 209, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.3. dar ciência à Secretaria-Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego de que o critério inadequado utilizado na quantificação do dano decorrente das irregularidades ocorridas na execução do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT 35/99, celebrado com a extinta Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (Setascad-MG), bem como o longo período de 13 (treze) anos que o ministério levou para instaurar e concluir a fase interna da Tomada de Contas Especial, objeto do TC 026.631/2013-0, inviabilizaram quantificar o real dano decorrente da inexecução parcial das ações de educação previstas nos Contratos 065/1999, 141/1999 e 163/1999, firmados entre a Setascad-MG e a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais.

9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9533-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9534/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.865/2013-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74).

3.2. Responsáveis: Bartolomeu Ferreira Lima (001.767.884-68); Jobson Francisco Borges (061.624.834-28).

3.3. Recorrente: Bartolomeu Ferreira Lima (001.767.884-68).

4. Órgão/Entidade: Município de Timbaúba - PE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal: Rodrigo Rangel Maranhão (OAB/PE 22.372), representando Bartolomeu Ferreira Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em razão da impugnação total das despesas efetuadas no âmbito do Convênio 939/2008-Siafi 629.483, firmado com a finalidade de patrocinar o projeto intitulado "Festejos de São Pedro de Timbaúba-PE 2008, em que, nesta fase processual são apreciados Recursos de Reconsideração interpostos em face do Acórdão 9.813/2015-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992 e art. 285, caput, do Regimento Interno-TCU, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Bartolomeu Ferreira Lima para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9534-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9535/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.073/2017-3.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Interessado: OAS Engenharia e Construção S/A (CNPJ 18.738.697/0001-68).

4. Entidade: Município de Salvador/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

8. Representação legal:

8.1. Cesar Augusto Guimaraes Pereira (18662/OAB-PR) e outros, representando a OAS Engenharia e Construção S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela OAS Engenharia e Construção S/A sobre possíveis irregularidades no âmbito do RDC Presencial nº 001/2017 conduzido pela Superintendência de Obras Públicas do Município de Salvador/BA (Sucop) para a contratação, isolada ou em consórcio, de empresa destinada à elaboração dos projetos básicos e executivos e à execução de obras de infraestrutura em área urbana com vistas à implantação do Trecho 1 dos corredores de transporte público integrado de Salvador (Lapa/LIP), no valor global máximo de R$ 377.257.180,83;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer da presente representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU;

9.2. determinar que a unidade técnica envie a cópia integral destes autos, aí incluída a cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, para as providências cabíveis;

9.3. encaminhar a cópia deste Acórdão à representante, à Prefeitura Municipal de Salvador e à Câmara Municipal de Salvador; e

9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9535-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9536/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.253/2015-9.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: J M da Silva Produções e Serviços - ME (CNPJ 01.514.117/0001-56); Manoel João dos Santos Filho (CPF 015.173.504-25).

4. Entidade: Município de Orobó - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Manoel João dos Santos Filho, ex-prefeito de Orobó - PE (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), diante da total impugnação das despesas do Convênio 800/2008 (Siafi 629749) destinado a incentivar o turismo por meio do apoio à realização da "Festa de São João", no valor de R$ 80.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o espólio do Sr. Manoel João dos Santos Filho, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Manoel João dos Santos Filho (falecido em 8/5/2016), com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condenar o seu espólio com os correspondentes efeitos sobre os subsequentes herdeiros e legatários, em solidariedade com a J M da Silva Produções e Serviços - ME, ao pagamento do débito no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, calculados desde 12/8/2008 até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar à J M da Silva Produções e Serviços - ME a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis; e

9.7. determinar que a Segecex adote as providências cabíveis no sentido de designar a unidade técnica competente com vistas à autuação de processo específico de levantamento para, entre outras relevantes informações, apurar a quantidade, as características e as circunstâncias de todos os processos de transferências voluntárias promovidas pelo MTur, nos exercícios de 2007 até 2017, com açodado mecanismo de aprovação dos convênios e instrumentos congêneres, além de outra falhas semelhantes às detectadas nestes autos, permitindo que, a partir desse levantamento, o TCU tenha a visão de todos esses processos, em seu conjunto, para melhor avaliar as responsabilidades dos diversos gestores do MTur sobre os correspondentes processos de apoio aos eventos culturais e até mesmo sobre a eventual ocorrência de algum indevido sistema gerado para o inadequado aporte de recursos federais nos aludidos processos de apoio federal a todos os correspondentes eventos culturais, ficando a unidade técnica autorizada, desde já, a promover as diligências e as inspeções para a melhor elucidação dessas questões.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9536-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9537/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.605/2017-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Admissão.

3. Interessados: Marcos Henrique Oliveira Nunes (CPF 008.642.133-60); Maria Antônia Oliveira Bogea (CPF 407.976.783-87); Maria Goret de Oliveira (CPF 123.453.933-00); Marizilda Limeira Guedes Sujto (CPF 076.360.748-77); Martinha Silva Carneiro de Albuquerque (CPF 008.080.894-80); Mauro Celso Gomes (CPF 056.145.938-02); Naniano Gonçalves de Oliveira (CPF 932.614.113-68); Paulínea Alexandre Tenório de Vasconcelos (CPF 034.185.304-60); Paulo Roberto Bezerra de Sousa (CPF 046.537.254-62); Ricardo Santos Silva (CPF 004.315.903-62).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, discutidos e relatados estes autos de admissão de servidores públicos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de admissão em favor de Marcos Henrique Oliveira Nunes (à Peça nº 1 sob o nº de controle 10607200-01-2014-004140-0), Maria Antônia Oliveira Bogea (à Peça nº 2 sob o nº de controle 10607200-01-2014-004241-4), Maria Goret de Oliveira (à Peça nº 3 sob o nº de controle 10607200-01-2008-003380-5), Marizilda Limeira Guedes Sujto (à Peça nº 4 sob o nº de controle 10607200-01-2007-004778-1), Mauro Celso Gomes (à Peça nº 6, sob o nº de controle 10607200-01-2009-000030-6), Naniano Gonçalves de Oliveira (à Peça nº 7 sob o nº de controle 10607200-01-2014-003750-0) e Ricardo Santos Silva (à Peça nº 10 sob o nº de controle 10607200-01-2013-003610-1), concedendo-lhes os respectivos registros;

9.2. determinar o destaque dos atos de admissão em favor de Martinha Silva Carneiro de Albuquerque (à Peça nº 5 sob o nº de controle 10607200-01-2013-013154-6), Paulínea Alexandre Tenório de Vasconcelos (à Peça nº 8 sob o nº de controle 10607200-01-2014-004111-6) e Paulo Roberto Bezerra de Sousa (à Peça nº 9 sob o nº de controle 10607200-01-2013-006225-0) para a promoção de diligência junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o intuito de, no respectivo processo apartado, obter a correspondente comprovação sobre a compatibilidade, ou não, de horários nas suscitadas acumulações de cargo, nos termos do art. 37, XVI, "c", e XVII, da Constituição de 1988 e do art. 118, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, devendo o INSS enviar, ao TCU, as cópias das escalas de horário cumpridas em cada um dos cargos ocupados pelos aludidos servidores públicos, além da eventual declaração de acumulação, entre outros documentos comprobatórios; e

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 40/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9537-40/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9501/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de admissão de Caio Tomazini Munhoz Moya, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da seguinte providência:

1. Processo TC-028.373/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Caio Tomazini Munhoz Moya (061.604.886-60)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 determinar ao órgão/entidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre da falha apontada, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 9502/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que já foi julgado o recurso de reconsideração interposto pela peticionante, tendo sido prolatado na ocasião o Acórdão n.º 4463/2017-TCU-2.ª Câmara, caracterizando-se, portanto, a preclusão consumativa para esse tipo recursal;

Considerando que a responsável ingressa com o expediente que ora se analisa, com o objetivo de impugnar mais uma vez os termos da deliberação que lhe condenou no âmbito deste Tribunal. Defende-se a prescrição da TCE;

Considerando que não seria possível receber o expediente como recurso de revisão, pois este expediente recursal somente pode ser conhecido em hipóteses específicas e excepcionais, descritas no artigo 35 da Lei 8.443/92. Constitui-se na última oportunidade recursal existente neste processo. O recebimento da peça nessa modalidade seria prejudicial ao responsável, que teria encerrado, em definitivo, sua oportunidade de revisão da decisão;

Considerando que, nessas circunstâncias, os pareceres da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto a este Tribunal são convergentes no sentido do não-conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, art. 50, § 3º, da Resolução-TCU 259, de 7 de maio de 2014, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em receber a peça recursal com mera petição, negando-se a ela seguimento e dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados encaminhando-lhes cópia do teor deste acórdão:

1. Processo TC-012.732/2011-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cooperativa Multiprofissional e Mútua de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais - Milenio (02.486.862/0001-00); Jorge Luiz da Silva Alves (409.124.777-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Representação legal: Jairo Pelles (1736/OAB-RO) e outros, representando Jorge Luiz da Silva Alves e Jorge Luiz da Silva Alves; Iacira Gonçalves Braga de Amorim (3162/OAB-RO) e outros, representando Cooperativa Multiprofissional e Mútua de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais - Milenio.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 28/2017 - 2ª Câmara

Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 9503/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 9.436/2016 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 16/8/2016, Ata 29/2016, relativamente ao subitem "9.1", de modo que onde se lê: "atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento", leia-se: "atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 08/11/2001 até a data do recolhimento", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.242/2014-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Wilson Ronaldo Rony de Oliveira Santos (160.935.699-34).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Japira - PR.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.6. Representação legal: Cássio Prudente Vieira Leite (58425/OAB-PR) e outros, representando Wilson Ronaldo Rony de Oliveira Santos.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9504/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16; inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, dar quitação aos responsáveis, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.958/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Luiz Fernando Mainardi (291.496.060-34); Prefeitura Municipal de Bagé - RS (88.073.291/0001-99).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bagé - RS e Ministério do Esporte.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: Maritânia Lucia Dallagnol (25.419/OAB-RS) e outros, representando Luiz Fernando Mainardi; Liliane Pereira Moreira (48579/OAB-RS) e outros, representando Luis Eduardo Dudu Colombo dos Santos.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Prefeitura Municipal de Bagé/RS que a transferência de recursos da conta específica do convênio para outras contas mantidas pela Prefeitura Municipal, mesmo a título de ressarcimento, identificada no Convênio 124 - SIAFI 526100, celebrado em 19/9/2005 com o Ministério do Esporte, configura afronta às cláusulas previstas no Termo de Convênio e no Plano de Trabalho, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes.

ACÓRDÃO Nº 9505/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 7973/2017 - TCU - 2ª Câmara, Sessão de 29/8/2017, Ata 31/2017, relativamente ao subitem "9.1", de modo que onde se lê: "9.1. com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno - TCU, julgar irregulares (...)" Leia-se: "9.1. com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno - TCU, julgar irregulares (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.147/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Josivalda Matias de Sousa (628.826.194-72).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Pirpirituba - PB.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9506/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 8.527/2017 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 19/9/2017, Ata 34/2017, relativamente ao preâmbulo de ao item "a" da citada deliberação, de modo que onde se lê: "Acórdão 5506/2011 - TCU - 2ª Câmara", leia-se: "Acórdão 5506/2013 - TCU - 2ª Câmara", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.311/2011-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 010.163/2006-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Paulo Murilo Lima de Barros (176.462.435-15); Paulo Roberto Nery (075.307.905-44); Romualdo Barbosa de Araujo (128.290.564-34); Sortel Elevadores Ltda. (41.088.691/0001-04)

1.3. Órgão/Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.7. Representação legal: Antônio Kleber Cabral e Santos (16.394/OAB-PE) e outros, representando Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Augusto Garibaldi Pinto (27693/OAB-PE) e outros, representando Paulo Murilo Lima de Barros; Antonio Fernando Dantas Montalvão (4425/OAB-BA), representando Paulo Murilo Lima de Barros e Paulo Roberto Nery.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9507/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 234, 235 e 237, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da representação adiante indicada, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de promover as ciências e as comunicações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.332/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Câmara Municipal de Bento Gonçalves (89.435.903/0001-09)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves - RS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7.1. dar ciência ao município de Bento Gonçalves/RS do teor do Acórdão 352/2016-Plenário, com o objetivo de serem observadas as seguintes diretrizes na celebração de ajustes com entidades privadas visando a prestação de serviços de saúde:

1.7.1.1. a contratação de entidades para disponibilização de profissionais de saúde deve ser precedida de estudos que demonstrem as suas vantagens em relação à contratação direta pelo ente público, com inclusão de planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos ajustes, além de consulta ao respectivo Conselho de Saúde;

1.7.1.2. o credenciamento pode ser utilizado para a contratação de profissionais de saúde para atuarem tanto em unidades públicas de saúde quanto em seus próprios consultórios e clínicas, sendo o instrumento adequado a ser usado quando se verifica a inviabilidade de competição para preenchimento das vagas, bem como quando a demanda pelos serviços é superior à oferta e é possível a contratação de todos os interessados, sendo necessário o desenvolvimento de metodologia para a distribuição dos serviços entre os interessados de forma objetiva e impessoal;

1.7.1.3. devem ser realizados estudos que indiquem qual sistema de remuneração dos serviços prestados é mais adequado para o caso específico do objeto do ajuste a ser celebrado, levando em consideração que a escolha da forma de pagamento por tempo, por procedimentos, por caso, por capitação ou a combinação de diferentes métodos de remuneração possui impacto direto no volume e na qualidade dos serviços prestados à população;

1.7.1.4. os processos de pagamento das entidades contratadas devem estar suportados por documentos que comprovem que os serviços foram efetivamente prestados - demonstrando o controle da frequência dos profissionais, os procedimentos realizados, os pacientes atendidos - e que garantam que os impostos, taxas e encargos trabalhistas aplicáveis ao caso foram devidamente recolhidos;

1.7.1.5. não há amparo legal na contratação de mão de obra por entidade interposta mediante a celebração de termos de compromisso com Oscip ou de instrumentos congêneres, tais como convênios, termos de cooperação ou termos de fomento, firmados com entidades sem fins lucrativos.

1.7.2. dar ciência ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS acerca desta representação, mediante remessa de cópia da presente deliberação e dos pareceres às peças 16-18, para acompanhamento e adoção de eventuais providências de sua competência;

1.7.3. dar ciência autor da representação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE/RS e ao Ministério Público Estadual - MPE-RS, acerca da deliberação adotada;

ACÓRDÃO Nº 9508/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar as determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.304/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. determinar ao Ministério da Fazenda, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:

1.6.1.1 adote, no prazo de noventa dias, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, as providências necessárias a glosar da pensão de montepio civil pago aos dependentes dos Srs. Djalma Tavares da Cunha Mello, Inácio Moacir Catunda Martins, Lauro Franco Leitão, Hélio Pinheiro da Silva, João César Leitão Krieger, Américo Luz, José de Aguiar Dias e Miguel Jerônymo Ferrante, o valor excedente ao teto remuneratório estabelecido no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, observando-se o somatório mensal desses rendimentos com aqueles decorrentes da pensão civil percebida pelos mesmos beneficiários no âmbito do Superior Tribunal de Justiça; e

1.6.1.2. informe a este Tribunal o resultado das medidas adotadas no prazo de quinze dias, a contar das suas conclusões.

ACÓRDÃO Nº 9509/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento; e em dar ciência da deliberação ao representante e ao o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.651/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi (01.869.822/0001-76)

1.2. Interessados: DPF - Superintendência Regional/RS - MJ (00.394.494/0037-47); Eduardo Nobre Bueno Brandão (214.491.518-09)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Capivari do Sul - RS; Prefeitura Municipal de Lajeado do Bugre - RS

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9510/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; em indeferir a medida cautelar pleiteada; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 4 à representante e à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE; em arquivar o processo.

1. Processo TC-020.928/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.5. Representação legal:

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9511/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação; em considera-la improcedente; em indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Atlanta Locadora de Veículos Ltda, ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; em indeferir o pedido da representante de ser considerada como parte interessada neste processo, mas lhe autorizando vista e cópia de peças dos autos após a prolação da deliberação de mérito; e em dar ciência aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.235/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Defensoria Pública da União

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Oscar Fugihara Karnal (51.458/OAB-DF) e outros, representando Atlanta Locadora de Veículos Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9512/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tegColegiado, ACORDAM, por unanimidade, em concordância com os pareceres dos autos, com fundamento nos arts. 1º, inciso II e 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, 235 e 237, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da representação a seguir relacionada e considerá-la prejudicada ante a perda de seu objeto, indeferindo-se, por conseguinte, a medida cautelar solicitada e determinando-se o arquivamento do feito, após o envio de cópia desta deliberação e dos pareceres acostados às peças 9 e 10 aos interessados.

1. Processo TC-026.018/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9513/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno, em determinar o apensamento do processo a seguir relacionado aos autos do TC-025.879/2017-0, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.070/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Tocantins.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9514/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do

Regimento Interno, em conhecer da presente representação; em indeferir pedido de cautelar; em, no mérito, considerá-la improcedente, sem prejuízo de fazer determinações ao órgão; e em determinar o arquivamento do feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.385/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

1.5. Representação legal: Thiago de Lima Vaz Vieira (OAB/DF 41.982), representando Colaborar Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. indeferir o pedido de medida cautelar formulado por Colaborar Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda. (CNPJ 08.758.638/0001-06), tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;

1.6.2. indeferir o pedido de ingresso nos autos formulado por Colaborar Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda. (CNPJ 08.758.638/0001-06), por não haver demonstrado razão legítima para intervir no processo, nos termos do art. 146, § 1º, do Regimento Interno;

1.6.3. determinar à Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhe ao Tribunal, em até quinze dias após o fim da etapa de contratação do objeto do Pregão Eletrônico PG - 1.09.2017.1750, os documentos resultantes da verificação pelo pregoeiro acerca da situação da empresa Avantia Tecnologia e Engenharia S.A. (CNPJ 02.543.302/0001-31) quanto à sua regularidade trabalhista, a ser realizada em atendimento ao item 9.3 da Seção II do Edital;

1.6.4. dar conhecimento desta deliberação a Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf e a Colaborar Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.

ACÓRDÃO Nº 9515/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II; 41, da Lei 8.443/92; artigos 143, V, "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno; c/c o artigo 40, inciso II, da Resolução TCU 259/2014, em determinar o arquivamento do processo a seguir indicado; enviar cópia dos autos à Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba, com ciência ao desta deliberação ao controle interno e ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.475/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Francivaldo Santos de Araújo (019.231.224-36)

1.2. Interessado: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (09.283.110/0001-82)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Frei Martinho - PB

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9516/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, V, "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno; c/c o artigo 40, inciso II, da Resolução TCU 259/2014, em determinar o apensamento do processo a seguir indicado aos autos do TC 018.313/2015-9, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.288/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Casa da Moeda do Brasil e Secretaria da Receita Federal do Brasil.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.5. Representação legal: Jackeline Fernandes Marino e Silva Maia (163337/OAB-RJ) e outros, representando Casa da Moeda do Brasil.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 39/2017 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 9517/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.291/2017-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Clésio Ramos (CPF 363.592.117-34) e Maksen Martins de Martins (CPF 282.476.470-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Porto Alegre/RS (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9518/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.352/2017-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Maria Quadros de Alencar (029.063.842-91)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9519/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.497/2017-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Álvaro Emanuel de Oliveira Simões (178.953.755-04)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9520/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.518/2017-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Anísio de Sousa Gomes (418.739.208-49)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9521/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.681/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adelson Barboza (032.913.144-33); Adenilza Jeronimo da Silva (038.997.284-32); Adriano Manoel da Costa (591.665.250-04); Adriano de Lima Gomes (446.421.802-49); Adriel Andre dos Santos (901.263.949-20)

1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9522/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 8.500/2017 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão Ordinária de 12/9/2017 (Ata nº 33/2017), no que concerne ao seu item 2, mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, além de restituir, em seguida, os autos à Sefip, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que:

onde se lê:

"2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial"

leia-se:

"2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil"

1. Processo TC-022.460/2017-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Hermes Acylino Reginatto (CPF 002.777.620-49).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Caxias do Sul/RS (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9523/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.850/2016-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Andrei Augusto Passos Rodrigues (573.788.270-53); Cristiano Barbosa Sampaio (617.225.965-20); Felipe Tavares Seixas (835.669.451-53); Humberto Freire de Barros (022.139.384-66); João Henrique Wilkon Marques (602.890.820-72); Neusa Rejane Pinheiro de Carvalho Haltenburg (625.702.501-04); Otávio Pedro Fernandes (247.121.588-24); Rodrigo Morais Fernandes (685.662.206-68); Rogério Giampaoli (137.615.218-55); Romulo Fisch de Berredo Menezes (443.298.651-49) e William Marcel Murad (273.667.118-02)

1.2. Unidade: Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesg)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 9524/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 213, do Regimento Interno/TCU, bem como nos termos dos arts. 6º, inciso I; 15 e 19 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, ACORDAM em determinar, desde logo, por economia processual, o arquivamento do processo dos responsáveis a seguir indicados sem julgamento do mérito e sem cancelamento da dívida em razão de o valor do dano, atualizado monetariamente, ser inferior ao limite fixado pelo Tribunal (R$ 100.000,00) para encaminhamento de tomada de contas especial, bem como, determinar a inclusão de seus nomes nos devidos cadastros de devedores e sistemas de informação contábeis, dando-se ciência do decidido à entidade concedente:

1. Processo TC-004.748/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: José Márcio Tenório de Melo (605.726.984-53) e S. R. Peixoto - ME (09.584.839/0001-99)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Maribondo/AL

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secex/PB

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 9525/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno/TCU, bem como nos termos dos arts. 6º, inciso I; e 19 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, ACORDAM em arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento do mérito e sem cancelamento da dívida, conforme pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.780/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA (05.149.166/0001-98) e Vagner Santos Curi (730.446.878-53)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secex/PA

1.6. Representação legal: Ana Mariléia Ribeiro do Nascimento (OAB/PA 9437) e Witan Silva Barros (OAB/PA 9841)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 9526/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumprida a determinação expedida à Caixa Econômica Federal por meio do item 9.9 do Acórdão 2.267/2017-TCU-2ª Câmara prolatado na apreciação destes autos, restituir os autos à unidade técnica, para o prosseguimento do feito, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-028.520/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-019.705/2017-4 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsável: Eliésio Cavalcante de Lima (CPF 662.267.592-91).

1.3. Entidade: Município de Uiramutã/RR.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

1.7. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/RR que envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal.

ACÓRDÃO Nº 9527/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. José Inácio da Silva, como Superintendente da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Pernambuco, para conceder à Funasa a prorrogação, por 90 (noventa) dias, do prazo para o atendimento ao item 1.7.1 do Acórdão 2.669/2017-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele originalmente concedido, conforme a proposta da unidade técnica:

1. Processo TC-020.251/2017-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.1. Entidade: Município de Poção/PE.

1.2. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ATA Nº 40, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

(Sessão Ordinária da 2ª Câmara)

Presidente: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Ministro Augusto Nardes, na Presidência, declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença do Ministro Aroldo Cedraz e dos Ministros-Substitutos André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro José Múcio Monteiro) e Weder de Oliveira (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e do Representante do Ministério Público Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Ausentes, em férias, o Presidente Ministro José Múcio Monteiro e a Ministra Ana Arraes; e, por estar substituindo ministro integrante da Primeira Câmara, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 39 referente à Sessão Ordinária realizada em 24 de outubro de 2017.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-026.631/2013-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, o Dr. Walter Bernardes de Castro - OAB/MG nº 90.480 e a Dra. Renata Souto Andrade - OAB/MG nº 64.294, não compareceram para apresentar sustentação oral em nome de Maria Lúcia Cardoso.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo TC-003.519/2015-5, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-026.930/2016-1, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-003.680/2015-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz; e

TC-022.353/2017-8, TC-026.347/2014-8 e TC-028.989/2014-7, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 9474 a 9528:

RELAÇÃO Nº 32/2017 - 2ª Câmara

Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 9474/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Yosihiro Maeda, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.481/2017-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Yosihiro Maeda (061.715.409-00).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9475/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso V, alínea "e" e 183, Parágrafo único do Regimento Interno do TCU, em conceder prorrogação de prazo solicitado pelo Senhor Leonardo Rosário de Alcântara, Subsecretário de Assuntos Administrativos, por mais 15 (quinze) dias para atendimento do subitem 1.7.2.1 do Acórdão 7269/2017-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 15/8/2017, inserido na Ata nº 29/2017-Ordinária, de acordo com o despacho de peça nº 11 da unidade técnica:

1. Processo TC-017.761/2017-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dejanira Ribeiro (456.960.392-00); Jucelino Vieira de Barros (051.978.992-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9476/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Antonio Pedro Cedraz Nery, sem prejuízo da determinação consignada a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.518/2016-5 (APOSENTADORIA).

1.1. Interessado: Antonio Pedro Cedraz Nery (000.272.275-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, conforme disposto na Ata 22/2011-TCU-Plenário, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do Mandado de Segurança 0018381- 85.2014.401.3400, relativo à correção do valor da VPNI do artigo 29 da Lei 11.094/2005, o qual tramita no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

ACÓRDÃO Nº 9477/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marilurdes Oliveira Venturini, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes providências:

1. Processo TC-024.195/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marilurdes Oliveira Venturini (305.428.121-34)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) e retifique, no ato em exame, a data de vigência da alteração da aposentadoria de Marilurdes Oliveira Venturini para 30.3.2012, data de publicação da Emenda Constitucional 70, nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010., conforme proposto pelo MP/TCU.

ACÓRDÃO Nº 9478/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.303/2017-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edmundo Luiz Oliveira Moraes (045.436.615-91); Joselita Guilherme Santos (010.301.165-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9479/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.093/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Roberto Gomes da Silva (505.601.907-00); Carlos Roberto Gomes de Mello (019.183.747-40); Carlos Roberto Jose de Freitas (419.988.047-04); Carlos Roberto Lopes Moreira (901.950.867-91); Carlos Roberto Martins (744.830.057-15); Carlos Roberto de Oliveira (401.590.277-72); Carlos Roberto de Souza (741.287.797-68); Carlos Rodrigues Filho (792.441.577-72); Carlos Rodrigues de Oliveira (865.159.267-15); Carlos Santana (273.265.517-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9480/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.101/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cicero Marinho da Silva (010.700.907-27); Cidcrei Ribeiro da Silva (020.420.137-30); Cinara dos Santos Tiburcio (923.070.197-15); Cirleia Silva dos Santos Barreto (482.584.827-34); Cirlene Muniz de Souza (030.563.717-75); Ciro Jose da Silva (433.629.237-04); Clara Campos Menezes dos Santos (685.731.117-04); Clarinda Russel Leone (407.318.207-20); Clark Joaquim Guedes Ferreira (003.062.167-44); Clauber Mattos (849.173.777-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9481/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.103/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Claudia Brito Fonseca (684.153.117-53); Claudia Carvalho Goncalves Werneck (027.331.557-92); Claudia Cunha de Oliveira Nery (000.876.737-89); Claudia Eloa Gomes (842.285.127-04); Claudia Felipe Marques (016.277.777-92); Claudia Gomes Ribeiro (035.992.287-28); Claudia Helena dos Santos Azevedo (011.225.447-07); Claudia Lucia de Almeida (921.048.517-34); Claudia Marcia Faria Costa (032.582.567-05); Claudia de Mello Carletto (010.208.767-94)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9482/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.108/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudio Magri e Silva (018.470.487-14); Claudio Marcio Gomes de Oliveira (685.209.137-68); Claudio Marcio da Silva (036.091.177-37); Claudio Miguel da Silva (652.130.507-78); Claudio Moraes Lannes (504.184.407-00); Claudio Oliveira da Silva (003.037.167-89); Claudio Pedroso Aboud (860.736.137-68); Claudio Pereira Brum (003.021.067-40); Claudio Pessanha (973.902.247-20); Claudio Pires Moreira (016.224.257-31)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9483/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.115/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristiane Silvestre da Fonseca (033.217.647-92); Cristianno Pinto da Rocha (027.273.067-09); Cristiano Antunes Figalo (048.171.977-65); Cristiano Faria dos Santos (025.768.017-90); Cristiano Lima Miranda (020.582.107-35); Cristiano da Silva Chianca (013.297.197-60); Cristiano dos Santos Pentagna (025.934.937-20); Cristina Conceicao da Silva (019.448.657-56); Cristina Gil (014.741.417-22); Cristina Gomes da Costa (864.515.967-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9484/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.118/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Avila Roza (803.855.247-49); Daniel Macedo Moura (649.918.227-34); Daniel Moreira Campos (923.988.397-53); Daniel Nery da Silva (025.957.307-89); Daniel Pinheiro Junior (410.472.227-87); Daniel Roberto Faria Quaresma (980.953.747-68); Daniel Rosa da Silva (785.837.487-72); Daniel da Rocha Coelho (590.165.587-72); Daniel da Silva Ferreira (005.642.397-71); Daniel de Souza Paulo (034.046.297-36)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9485/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.125/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Denise Cristina dos Santos Coelho (923.154.297-49); Denise Leite Soares (685.575.827-49); Denise Maria Oliveira Soares (755.227.487-53); Denise Medeiros Reis (716.042.947-87); Denise Olivetti de Azevedo (836.847.007-20); Denise Pereira Guimaraes da Rocha (019.503.837-17); Denise Ribeiro da Cruz (003.864.477-05); Denise da Silva Brandao (671.994.297-20); Deniz Alves da Silva (441.392.417-72); Deniz de Cassia Miranda (648.867.607-59)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9486/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.130/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Domingos Adalberto Antonio da Graca (008.593.217-54); Domingos Ferreira (918.324.037-34); Domingos Savio Rodrigues (777.567.977-87); Domingos de Oliveira Nascimento (419.174.217-53); Donil Francisco da Silva Junior (018.916.667-38); Donizete de Souza Cavalcante (919.050.368-68); Dora Neuza dos Santos Botti (617.258.707-20); Doralice de Jesus Pereira da Silva (649.475.487-20); Dorcas dos Santos Gomes (002.698.197-11); Douglas Freitas de Mendonca (003.574.967-95)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9487/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.135/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edison Capucho de Melo (012.349.687-03); Edison Chagas (554.634.107-63); Edison das Dores Ramos (020.449.147-94); Edison de Oliveira (350.465.037-00); Edivania Dias Clancio Marques da Silva (849.963.907-00); Edivanio Tiscate (006.382.057-94); Edmar Franca Eduardo (004.309.537-20); Edmar Martins de Barros (953.980.747-68); Edmar Siqueira Lobo (884.278.547-49); Edmar de Oliveira Ramos (892.662.007-78)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9488/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.139/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edson Climaco dos Santos (879.449.797-49); Edson Colli Christo (008.873.517-60); Edson Crispim Rosa de Souza (010.955.027-78); Edson Cruz dos Santos (927.145.287-91); Edson da Silva (032.464.407-86); Edson da Silva (695.412.217-34); Edson da Silva Braga (734.561.107-82); Edson da Silva Vieira (961.650.737-00); Edson de Azevedo Freire (028.432.757-33); Edson de Oliveira Barreto (532.512.297-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9489/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.142/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edson Pereira da Silva (987.816.777-15); Edson Pereira da Silva Dionisio (856.901.127-04); Edson Pereira de Carvalho (427.207.107-68); Edson Ribeiro (015.558.497-92); Edson Santana da Cunha (011.902.817-40); Edson Sebastiao da Silva (389.270.397-34); Edson Silva Maia (022.224.167-52); Edson Siqueira de Souza (014.531.107-47); Edson Souza da Silva (624.829.477-15); Edson Vander da Conceicao (012.788.247-23)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9490/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.149/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eliane Andrade Nunes de Carvalho (880.477.417-72); Eliane Benicio de Oliveira (002.123.907-08); Eliane Campos dos Santos (030.211.897-76); Eliane Felicio da Silva (010.461.537-06); Eliane Ferreira da Silva (013.213.897-28); Eliane Franco da Silva (023.803.057-14); Eliane Freitas Barbosa (781.287.577-68); Eliane da Silva Marques (008.599.487-14); Eliane da Silva Santos (998.676.137-91); Eliane de Carvalho Ramos (033.207.497-81)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9491/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.153/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elisangela Vieira (036.710.027-43); Elisangela da Silva Duarte (036.440.037-42); Elisete Gomes dos Santos (563.651.957-53); Elisete Maria dos Santos (770.597.357-04); Eliseu Brandao Lourenco (011.348.037-70); Eliseu Duarte dos Santos (014.603.057-52); Elison Fonseca Ribeiro (808.387.237-72); Elizabete de Paula Domingos (015.497.247-97); Elizabeth Bandeira de Franca Dantas (509.806.107-53); Elizabeth Costa Sampaio de Jesus (683.746.407-82)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9492/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.155/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elizeu Pereira Chaves (032.576.947-84); Elizeu da Costa Floriano (012.581.347-30); Elizeu dos Santos Correa (834.724.527-49); Elizitario Costa Silva (514.897.597-00); Elmar Oliveira de Mendonca (003.121.197-63); Elmo Soares da Silva (272.448.737-00); Elna Martins de Oliveira (924.688.457-49); Elno Martins de Oliveira (990.525.207-04); Eloi de Oliveira Bernardo (443.846.617-20); Eloiza da Silva Ferreira (036.686.427-02)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9493/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.162/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Euzebio Gomes Pinheiro (004.791.307-01); Euzeniro Barcelos (033.371.687-60); Evaldo Ribeiro Cabral (300.028.187-87); Evando de Carvalho (901.104.397-91); Evandro Ezequiel Simao (019.490.297-86); Evandro Guimaraes dos Santos (015.579.187-75); Evandro Rua Cunha (799.121.927-53); Evandro da Silva Soares (008.438.077-25); Evandro de Melo Santos (020.653.587-26); Evandro de Souza Equey (844.191.807-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9494/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.168/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando Guedes Passos (013.310.977-11); Fernando Jose Amorim Lopes (612.896.047-20); Fernando Jose Mazeliah da Silva (882.248.487-87); Fernando Jose de Oliveira (516.733.207-91); Fernando Luiz Machado Soares (528.258.507-30); Fernando Luiz Monteiro (178.754.804-00); Fernando Luiz de Oliveira Braga (931.634.797-15); Fernando Luiz dos Santos (566.519.295-34); Fernando Marcello Ribeiro (774.625.647-34); Fernando Max Militao (025.514.077-02)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9495/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.173/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisco Eudes Martins (349.097.707-63); Francisco Frederico de Souza Filho (023.168.137-20); Francisco Freitas da Silva (802.993.857-87); Francisco Horacio de Souza Ciciliano (008.438.507-36); Francisco Jose de Araujo Filho (759.315.677-04); Francisco Jose dos Santos (428.491.527-49); Francisco Jose dos Santos Assumpcao (886.135.347-91); Francisco Luiz Fagundes Filho (268.819.187-04); Francisco Martin Aquino dos Santos (595.781.657-49); Francisco Marto Medeiros de Araujo (738.202.617-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9496/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.177/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Georgina dos Santos Machado (448.582.137-49); Georginete do Nascimento Alves (782.028.417-04); Geovane Barbosa Chaves (010.956.007-88); Geralda de Oliveira Albuquerque Lima (011.332.007-88); Geraldo Barbosa Bomfim (016.131.857-66); Geraldo Henrique da Silva (379.356.827-04); Geraldo Jose Pereira Guimaraes (026.638.367-02); Geraldo Lourenco (417.857.207-59); Geraldo Magela Soares (573.310.497-04); Geraldo Pinheiro Filho (334.385.796-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9497/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.182/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gilmar Ferreira Almeida (028.303.077-12); Gilmar Ferreira de Moraes (392.204.517-00); Gilmar Goncalves (959.856.467-34); Gilmar Inez da Silva (024.242.287-01); Gilmar Jose Antunes (548.750.567-53); Gilmar Lima Carneiro (012.363.247-14); Gilmar Lima dos Anjos (802.484.977-15); Gilmar Lopes Lima (006.174.417-40); Gilmar Santos de Santana (014.283.397-52); Gilmar Travaglia (011.599.397-56)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9498/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.185/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Giselia Santos da Silva (360.187.837-20); Giselle do Lago Martins (030.244.887-07); Givaldo Miguel dos Santos (592.915.597-68); Gizelda Saraiva Vieira (005.092.407-98); Glauber Rocha Pereira (022.124.617-71); Glaucia Helena Santos Silva (929.537.787-72); Glaucie Regina Leal de Oliveira (033.506.287-37); Glaucimeire Fernandes de Moraes Guedes (015.980.957-65); Glaucio Roger Carneiro Ferreira (010.954.317-30); Glauco Barbosa Coelho (030.247.247-96)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9499/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.189/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Helio Alves de Souza (807.369.637-15); Helio Barbosa dos Santos (023.135.097-02); Helio Cezar Lopes Julianelli (533.696.537-53); Helio Ferreira da Costa Filho (573.594.317-00); Helio Figueiredo de Azevedo (300.876.357-04); Helio Freire de Matos (519.570.197-00); Helio Gomes Rodrigues (013.341.477-95); Helio Ivan de Almeida Moreira (936.228.647-53); Helio Lima da Silva (472.541.497-20); Helio Soares (289.311.657-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9500/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.280/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Janir Barbosa Pitanga Erse (855.253.087-20); Jaqueline Lopes Campos Pontual (010.580.007-48); Jorge Francisco Izidoro Filho (630.100.627-53); Jorgina dos Santos Nascimento (765.819.427-15); Jose Fernandes Pacheco (786.137.447-53); Jose Luiz Barrozo (864.976.007-44); Jose Ribamar de Lima (007.008.427-05); Josenir Neves da Silva (715.234.487-68); Josilei Trindade Rangel (000.013.747-29); Julio Cesar Ferreira da Silva (649.827.777-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)

Sessão de 08/11/2017, às 14h30

Convocada com fundamento nos arts. 55, caput , e 108, § 1º, da Lei 8.443, de 1992, com o objetivo de apreciar processos em que é necessária a preservação de direitos individuais ou do interesse público.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

004.243/2017-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

009.850/2015-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: Daniel Simões de Almeida e outros

022.953/2017-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

028.170/2017-2
Natureza: Denúncia
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796), Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 51.623)

028.897/2017-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

023.242/2017-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: Gabriel Pedroza Bezerra Ribeiro (OAB/PE 34.296 e OAB/SC 48.243-A)

Ministra ANA ARRAES

023.483/2017-2
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

016.178/2017-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

027.330/2016-8
Natureza: Monitoramento
Representação legal: não há

027.731/2017-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: Carlos Luiz Bandeira Stampa Filho (OAB/RJ 27.775) e outros.

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

012.066/2016-8
Natureza: Levantamento
Representação legal: Cássio Augusto Muniz Borges (OAB/RJ 91152)

Ministro BENJAMIN ZYMLER

013.051/2016-4
Natureza: Denúncia
Representação legal : não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro AROLDO CEDRAZ

025.729/2017-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há.

Ministra ANA ARRAES

025.213/2016-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

003.022/2015-3
Natureza: Representação
Representação legal: João Eduardo Bueno Netto Nascimento (OAB/MS 10.704)

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

031.419/2015-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: Erlandyson Aires Neves (OAB/DF 53128) e outros

Em 6 de novembro de 2017
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

EXTRATO DE PAUTA(ORDINÁRIA)
(Sessão de 08/11/2017, às 14h30)

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

005.866/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal
Responsáveis: Antonio Carlos de Sousa; Bradisel Com. e Serv. de Autopeças Ltda.; Cleber dos Santos Lacerda; Edvaldo Joaquim da Silva; Enoque Severino da Paz; Fernando de Oliveira Paredes; Helenívio Seixas Dourado; Helio Gondim dos Santos; Juraci Pereira da Silva; Manoel Sampaio; Mineirão Auto Peças e Serviços Ltda.; Nara Veículos Ltda.; Nildo João Fiorenza; Nilton Gomes da Rocha; Premier Veículos Ltda.; Reinaldo José Siqueira
Representação legal: Saulo Vitor da Silva Munhoz (OAB/DF 51.033) e outros, representando Nara Veículos Ltda.; Geraldino Santos Nunes Júnior (OAB/DF 9897), representando Juraci Pereira da Silva, Reinaldo José Siqueira e Nildo João Fiorenza; Marco Antonio Gil Rosa de Andrade (OAB/DF 10.953), representando Mineirão Auto Peças e Serviços Ltda.; Atualpa Sousa das Chagas (OAB/DF 14484), representando Antonio José de Oliveira Cerqueira e Fernando de Oliveira Paredes; Ana Cristina da Silva Souza (OAB/DF 18979), representando Bradisel Com. e Serv. de Autopeças Ltda.; Cristiano Lourenço do Nascimento, representando Cleber dos Santos Lacerda

017.014/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Airton Nogueira Pereira Junior; Cenarium Consultoria, Projetos e Eventos Ltda.; Claudia Gomes de Melo; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda.; Luiz Henrique Peixoto de Almeida; Mario Augusto Lopes Moyses; Marta Feitosa Lima Rodrigues; Premium Avança Brasil; Vinícius Rodrigues Produções e Eventos Ltda.
Representação legal: Anderson Medeiros Bonfim (OAB/SP 315.185) e outros, representando Mario Augusto Lopes Moyses; Lindomar Fernandes de Azevedo, representando Prefeitura Municipal de Guaraíta - GO; Jairo Pacheco da Silva (OAB/GO 280.022), representando Vinícius Rodrigues Produções e Eventos Ltda.

027.304/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Interessados: Marcio Santos, Eduardo Lobo e Gilberto de Oliveira Moritz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: Adriano Zanotto (OAB/SC 6560) e outros, representando Gilberto de Oliveira Moritz; Pedro Paulo Philippi (OAB/SC 5972), representando Marcio Santos; Gabriel Annoni Cardoso (OAB/SC 42940) e outros, representando Eduardo Lobo; Carlos Danilo Moreira Pires (OAB/SC 17859), representando Rogerio da Silva Nunes; Adriano Tavares da Silva (OAB/SC 025660) e outros, representando Marcos Baptista Lopez Dalmau

Ministro AUGUSTO NARDES

005.590/2011-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Geosolo Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda.
Responsáveis: Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores; Geosolo Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda.; Marco Antônio Marques de Oliveira; Paulo Dietzsch Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Aeroporto de São Paulo
Representação legal: Jose Antonio Duarte Alvares (OAB/MT 3432) e outros, representando Geosolo Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda.; Márcia Uchôa de Oliveira da Rocha e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Aeroporto de São Paulo; Clovis Manzoni dos Santos Lores (OAB/DF 42883) e outros, representando Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores

015.016/2017-0
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Access Soluções em Tecnologia
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Representação legal: Marcio Blanc Mendes (OAB/PE 979B) e outros, representando Access Soluções em Tecnologia

028.585/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Call Tecnologia e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: André Puppin Macedo (OAB/DF 12004) e outros, representando Call Tecnologia e Serviços Ltda. e substabelecidos.

Ministro AROLDO CEDRAZ

008.301/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

019.368/2014-3
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional
Responsável: Robson Afonso Botelho
Representação legal: não há

027.587/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Arroio Grande/RS
Responsável: Prefeitura Municipal de Arroio Grande/RS
Interessados: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

034.899/2016-2
Natureza: Acompanhamento
Órgãos/Entidades/Unidades: Instituto Nacional do Seguro Social; Secretaria da Receita Federal do Brasil
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

002.673/2012-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Superintendência Regional no Estado de Goiás e no Distrito Federal
Responsáveis: CMC Brasil Engenharia e Construções S.A, José Olímpio Maia Neto, João Lucas Evangelista de Oliveira e Strata Engenharia Ltda.
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), João Paulo Chaves de Alckmin (OAB/DF 13.788-E), Jader Augusto Ferreira Dias (OAB/MG 91.172)

011.718/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Griaulo Biometrics Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: Mario Marcos Pinto da Cunha (OAB/DF 43.330) e outros

029.378/2017-6
Natureza: Representação
Representante: Prosegur Brasil S/A Transportadora de Valores e Segurança
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Daniela Moura Santos Binoti (OAB/SP 203.630)

Ministra ANA ARRAES

014.624/2016-8
Natureza: Embargos de Declaração (Representação)
Embargantes: Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho; Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal, Associação dos Servidores do Tribunal Superior Eleitoral e Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público da União no Distrito Federal
Órgãos/Entidades/Unidades: Conselho da Justiça Federal; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Justiça Federal; Ministério Público da União; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal Militar; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: Ibaneis Rocha Barros Junior (OAB/DF 11555) e outros

029.102/2017-0
Natureza: Solicitação
Solicitante: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-geral da União /CGU
Representação legal: não há

029.105/2017-0
Natureza: Solicitação
Solicitante: Ministério de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU)
Órgão/Entidade/Unidade: Controladoria Regional da União no Estado do Amazonas e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

425.110/1995-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Responsáveis: Accioly José da Silva; Alan Gurgel do Amaral; Ana Rosa Demétrio Torres; Antônio Adamor Gurgel do Amaral; Cota Construtora Amazonia S A; Elisete Vitória Kasmirski Ronchetti; Heraldo Fróes Ramos; João Otávio Barbosa Pinto; Pedro Pereira de Oliveira; Rosa Maria Nascimento Silva
Representação legal: Afonso Marcius Vaz Lobato (OAB/PA 8.265); Ana Paula de Oliveira Soares (OAB/DF 16.395); Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1.506) e outros

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AUGUSTO NARDES

025.493/2013-2
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em razão da omissão no dever de prestar contas de Convênio, cujo objeto era a promoção de seminários para sensibilização de policiais rodoviários federais no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo (MTur)
Responsáveis: Gilson Dias da Silva; Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF; Paulo Eduardo Vieira; Instituto Brasil 100; Casablanca Turismo Passagens e Excursões Ltda. - ME; XBrasil Comunicação em Causas Públicas Ltda. - EPP
Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256); Fernanda Amorim Sanna (OAB/DF 42.643); Fabio Machado de Alencar (OAB/DF 36.914); Emanuel Santos de Lima (OAB/DF 15.693)
Interessado em sustentação oral:
- Robson Rodrigues Barbosa (OAB/DF 39.669), em nome da FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

Ministra ANA ARRAES

034.010/2011-4
Pedidos de Reexame contra acórdão que aplicou multas aos recorrentes em razão de irregularidades nas obras de ampliação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Fernando Martins Pereira da Silva e Henrique Duque de Miranda Chaves Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: Marilda de Paula Silveira (OAB/DF 33.954) e outros
Interessada em sustentação oral:
- Marilda de Paula Silveira (OAB/DF 33.954), em nome de HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

Ministro VITAL DO RÊGO

022.429/2012-3
Recurso de revisão interposto por Cassiano Figueira Marques de Oliveira contra decisão que julgou irregulares as suas contas, imputando-lhe débito e aplicando-lhe multa em razão do não encaminhamento de documentação complementar exigida para a prestação de contas de convênio que teve por objeto apoiar o turismo no estado do Acre, por meio da implementação do Projeto intitulado "V Rally Internacional Bolpebra Amazônia - Andes".
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação-Geral de Convênio
Responsáveis: Cassiano Figueira Marques de Oliveira; Federação de Motociclismo do Estado do Acre; Márcio Favilla Lucca de Paula
Representação legal: Simone Lavor do Rego Lobão (OAB/PI 14.808); Janaína Lusier Camelo Diniz (OAB/DF 49.264); Ney Gilberto Leal e outros.
Interessada em sustentação oral:
- Janaína Lusier Camelo Diniz (OAB/DF 49.264), em nome de CASSIANO FIGUEIRA MARQUES DE OLIVEIRA

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

029.203/2016-3
Auditoria de conformidade nos serviços de transporte escolar prestados pelas prefeituras de Cajari e Bom Jardim-MA.
Órgãos/Entidades/Unidades: Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA; Prefeitura Municipal de Cajari/MA
Responsáveis: A. F. de Aragão Paz - Me - Focus Comércio, Construções e Serviços; W W Comércio e Serviços Ltda. - EPP - Piaza & Cia; Joel Dourado Franco; Lidiane Leite da Silva; Líder Construções e Locações Ltda.; Malrinete dos Santos Matos; Sandy Karolinne Cutrim Santos; T de Melo Ribeiro & Cia. Ltda. - Auto Posto Campeão
Representação legal: João Gentil de Galiza (OAB/MA 9.814), representando a Prefeitura de Cajari/MA

031.248/2010-1
Recursos de reconsideração interpostos contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes e os condenou ao ressarcimento do débito e ao pagamento da multa, em razão de irregularidades na execução de convênio que tinha por objeto a construção de um píer junto ao Rio Branco (Projeto Orla).
Recorrentes: Nélio Afonso Borges; Sergen - Serviços Gerais de Engenharia S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR
Representação legal: Josue dos Santos Filho (OAB/RR 236), representando Sergen - Serviços Gerais de Engenharia S.A.; Públio Rêgo Imbiriba Filho (OAB/RR 258), representando José Wilson de Moura Teixeira e Anilton Moreira de Menezes; Maryvaldo Bassal de Freire (OAB/RR 066-A), representando Nélio Afonso Borges; Alexandre Matsuda Nagel (OAB/DF 18.917)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.864/2014-5
Recurso de revisão interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas do responsável, condenou-o ao pagamento do débito e imputou-lhe multa, em virtude da omissão no dever de prestar contas de convênio firmado entre o município de Cidade Ocidental-GO e a União para apoio financeiro ao desenvolvimento do projeto "Zumbi na Praça, Fazendo o Coreto".

Recorrente: Alex José Batista
Interessado: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cidade Ocidental/GO
Representação legal: Idenilson Lima da Silva (OAB/GO 32.297) e outros, representando Alex José Batista.

028.485/2017-3
Apreciação, para fins de registro, de atos de aposentadorias.
Interessados: Maria Cristina Giordani Steibel; Maria Goretti Dantas; Maria Luiza Moreira Moura; Maria Tereza Grillo Pedroso de Albuquerque; Maria de Lourdes Costa Pereira Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

000.931/2014-4
Embargos de declaração interposto contra decisão que não conheceu de recurso de revisão do recorrente por falta de preenchimento dos requisitos de admissibilidade.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Crixás/GO
Responsável: José Maria Gomes Gontijo
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinta)
Representação legal: João Paulo Prates da Silveira Guerra (OAB/DF 38290) e outros, representando José Maria Gomes Gontijo

015.072/2017-7
Monitoramento com o objetivo de verificar o cumprimento de determinação constante de acórdão, bem como dar continuidade à identificação de riscos ligados ao Legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016, relacionados aos equipamentos esportivos.
Órgão/Entidade/Unidade: Autoridade de Governança do Legado Olímpico e Ministério do Esporte, Centro de Capacitação Física do Exército, vinculado ao Ministério da Defesa, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e Comitê Organizador Rio 2016
Responsáveis: Autoridade de Governança do Legado Olímpico; Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016
Representação legal: não há

018.312/2015-2
Monitoramento das ações dos Jogos Olímpicos com o objetivo de verificar o cumprimento das deliberações contidas em acórdão que tratou do acompanhamento dos riscos ligados aos subsídios e à garantia oferecida pela União em face do eventual déficit operacional do Comitê Organizador do Jogos Rio 2016.
Órgãos/Entidades/Unidades: Autoridade Pública Olímpica; Ministério do Esporte
Responsáveis: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos; Carlos Arthur Nuzman; Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016; Leonardo Carneiro Monteiro Picciani
Representação legal: Jose Luiz Ataide (OAB/DF 11708) e outros, representando Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos; Mário Assis Gonçalves Filho (OAB/RJ 167524) e outros, representando Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

033.864/2016-0
Consulta formulada pelo Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados acerca da acerca da possibilidade de aplicação do entendimento manifestado em Acórdão do TCU que autorizou a contagem do serviço público prestado às Forças Armadas, para fins de aproveitamento no serviço público federal civil, sem o fator de ponderação previsto no estatuto dos militares.
Consulente: Presidente da Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

001.378/2008-0
Embargos de declaração opostos contra que negou provimento ao recurso de revisão interposto pelo responsável.
Embargante: Gilberto Sidnei Maggioni
Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Responsáveis: Gilberto Sidnei Maggioni; Município de Ribeirão Preto/SP; Welson Gasparini
Representação legal: Brasil do Pinhal Pereira Salomão (OAB/SP 21348)

001.577/2015-8
Pedido de reexame contra Acórdão que assinou prazo para que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos anulasse o atual processo de aquisição de participação acionária na empresa Rio Linhas Aéreas S.A., ante a ilegalidade de sua motivação.
Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: Eluziene Lacerda Lima (OAB/DF 21491)

015.860/2012-4
Pedido de Reexame interposto contra Acórdão que aplicou multa ao recorrente por ter homologado, com sobrepreço, a composição de custo unitário do serviço de "beneficiamento do aço naval" utilizada na planilha orçamentária de concorrência pública do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), destinada à contratação dos serviços necessários à construção de terminais hidroviários em municípios amazonenses, especialmente no Município de Anori.
Recorrente: Silvio Figueiredo Mourão.
Interessado: Congresso Nacional.
Órgãos/Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas
Representação legal: não há.

028.100/2017-4
Solicitação do Congresso Nacional de informações sobre as medidas adotadas pelo Tribunal de Contas da União para cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 25 (Lei Kandir).
Órgão/Entidade: Congresso Nacional
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

006.626/2008-2
Recurso de revisão interposto contra Acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente, o condenou ao ressarcimento do débito e ao pagamento de multa, em razão de irregularidades na execução de convênio que tinha por objetivo de implantar um sistema de saúde adaptado às necessidades locais de comunidades indígenas.
Recorrente: Jacques Joseph Antonie Istria
Unidade: Instituto pelo Desenvolvimento Sanitário em Meio Tropical/AM
Representação legal: não há

006.734/2004-7
Recurso de revisão oposto pelo Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU) contra Acórdão que apreciou Tomada de Contas Simplificada do Comando da 1ª Região Militar (Cmdo 1ª RM), relativa ao exercício de 2003, e julgou regulares as contas dos responsáveis.
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU
Responsáveis: Adilson Alves Pinheiro e Airton Quintella de Castro Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da 1ª Região Militar
Representação legal: não há

008.036/2017-9
Auditoria realizada nas obras de construção da infraestrutura do Campus da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

018.515/2014-2
Agravo interposto contra determinação ao Banco do Brasil para que este excluísse, das regras dos procedimentos para credenciamento regidos pelo Edital 2013/16655, itens alheios à relação jurídica entre o banco e as futuras contratadas, em especial os que tratassem de rateio de honorários advocatícios para a associação.
Agravante: Associação dos Advogados do Banco do Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Apoio aos Negócios e Operações Logísticas de São Paulo (Cenop Logística São Paulo) do Banco do Brasil S.A.
Representação legal: Tatiane Rodrigues Soares (OAB/DF 16.141), Marcio Antônio Sasso (OAB/PR 28.922/PR), Genésio Felipe da Natividade (OAB/PR 10.747), Giovani Gionédis (OAB/PR 8.128), Luana Katarine Rocha de Souza (OAB/SP 284.566), Eric Sarmanho de Albuquerque (OAB/DF 17.406), Sílvio Oliveira Torves (OAB/RS 29.355), Ênio Galan Deo (OAB/SP 141.362), Helena Patricia Freitas (OAB/MG 19.760), Thiago de Oliveira Santoro (OAB/RJ 159.610), Tatiana Martins da Costa Camarão (OAB/MG 61.066), Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva (OAB/MG 65.572) e outros

021.087/2017-2
Representação de empresa em face de supostas irregularidades nem pregão eletrônico promovido pela Caixa Econômica Federal para a contratação de serviços de fábrica de software.
Representante: Globalweb Outsourcing do Brasil Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Juliano Ricardo de Vasconcelos Costa Couto (OAB/DF 13.802), Oscar Fugihara Karnal (OAB/DF 51.458)

Ministra ANA ARRAES

001.438/1993-0
Embargos de declaração opostos contra acórdão que apreciou Recurso de Revisão de deliberação que condenara a embargante em débito por irregularidades administrativas ocorridas nos setores financeiro e de transporte do Comando da 12ª Região Militar.
Embargante: Confiança Mudanças e Transportes Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da 12ª Região Militar
Representação legal: Juliana de Abreu Teixeira (OAB/CE 13.463), André Quezado Negreiros (OAB/DF 36.870), Cibelle Macedo Braga Negreiros (OAB/DF 40.687) e outros representando Confiança Mudanças e Transportes Ltda

007.253/2007-4
Embargos de declaração opostos contra acórdão que apreciou recursos de reconsideração contra acórdão que julgara contas especiais irregulares, imputou multa e, nos casos cabíveis, inabilitação para ocupação de cargo ou função pública no âmbito da Administração Federal.
Embargantes: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares e Magda Oliveira de Myron Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Representação legal: Maria Abadia Alves (OAB/DF 13.363) e outros representando Cooperhaf; Gentil Ferreira de Souza Neto (OAB/DF 40.008) e outros representando Magda Oliveira de Myron Cardoso

010.803/2016-5
Embargos de declaração opostos contra Acórdão que proferiu recomendação e determinações em processo de auditoria, que teve por objetivo avaliar a atuação do Ministério da Educação no acompanhamento do Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, bem como o regular cumprimento das metas desse acordo, no período de 2009 a 2014.
Embargante: Ministério da Educação
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial / Departamento Nacional e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial / Departamento Nacional
Representação legal: Advocacia-Geral da União

012.948/2013-6
Embargos de declaração interpostos contra acórdão que apreciou embargos relativos a acórdão que negara provimento a pedidos de reexame em processo de auditoria realizada na aplicação de recursos do SUS pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre e pela Fundação Hospitalar daquele estado.
Embargante: Suely de Souza Melo da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado de Saúde do Acre
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

005.261/2015-5
Embargos de declaração opostos contra Acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente e lhe imputou débito, entre outras penalidades administrativas.
Embargante: José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: Antônio Perilo Teixeira (OAB/DF 21.359); Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21.989); e Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406)

013.444/2017-4
Auditoria operacional com o objetivo de avaliar o Sistema de Obras do Governo Federal.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

017.653/2017-7
Auditoria de conformidade com o objetivo de fiscalizar a execução das obras de dragagem de aprofundamento por resultado no Porto de Paranaguá/PR.
Órgão/Entidade/Unidade: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Responsáveis: Admilson Lanes Morgado Lima; Alber Furtado de Vasconcelos Neto; Celio Henrique dos Reis Silva; Daniel Maciel de Menezes Silva; Domenico Accetta; Luiz Otávio Oliveira Campos; Marcos Mesquita Mendes
Representação legal: não há

018.242/2017-0
Solicitação do Congresso Nacional no sentido de que este Tribunal realize auditoria no Fundo da Amazônia, gerido pelo BNDES.
Interessada: Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Representação legal: Juliana Calixto Pereira (OAB/RJ 130.070)

024.824/2017-8
Solicitação do Congresso Nacional para que este Tribunal realize fiscalização nos recursos do Sistema Único de Saúde que foram aplicados, desde 2013, no município de Uberlândia/MG, bem como nos repasses integrais e aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais.
Interessada: Câmara dos Deputados
Órgãos/Entidades/Unidades: Fundação Universidade Federal de Uberlândia; Município de Uberlândia/MG
Representação legal: não há

026.106/2016-7
Auditoria realizada no Instituto Nacional do Seguro Social e no Ministério do Trabalho com o objetivo de emitir conclusão sobre os demonstrativos financeiros do Fundo do Regime Geral de Previdência Social e do Fundo de Amparo ao Trabalhador, referentes ao exercício de 2016, bem como promover o monitoramento de deliberação em processo de auditoria financeira realizada no FRGPS no exercício de 2015.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo de Amparo ao Trabalhador; Fundo do Regime Geral de Previdência Social; Instituto Nacional do Seguro Social; Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho; Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social
Responsável: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: Murilo Fracari Roberto (OAB/DF 22.934) e outros

026.173/2016-6
Consolidação das Auditorias de obras públicas realizadas no exercício de 2017, em atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Fiscobras 2017.
Órgão/Entidade/Unidade: não há
Interessado: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

034.225/2013-7
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o ao pagamento do débito apurado e aplicou-lhe multa, em virtude da concessão irregular de benefícios previdenciários.
Recorrente: Edison Luiz Soares Lemelle
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-Centro/RJ
Representação legal: Wilson da Rocha Viana (OAB/RJ 051.855)

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

010.232/2017-6
Auditoria com o objetivo de fiscalizar a regular aplicação dos recursos nas obras do Cinturão das Águas do Ceará (CAC).
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Ceará
Responsáveis: Adauto Jose Araujo Mota; Antonio Madeiro de Lucena; Benedito Lopes Santiago; Carlos Antonio Cavalcante Asfor; Francisco José Coelho Teixeira; Igor Lima Moreira e Yuri Castro de Oliveira
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

004.533/2017-8
Embargos de declaração contra acórdão que determinou a conversão do processo de representação em tomada de contas especial.
Embargante: Marcelo José Salles de Almeida
Órgãos/Entidades/Unidades: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro; Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro
Responsáveis: Marcelo José Salles de Almeida; Orlando Santos Diniz
Representação legal: Jayme Benjamin Sampaio Santiago (OAB/DF 15.398) e outros, representando Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro, Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro, Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro e Marcelo José Salles de Almeida

Em 3 de novembro de 2017
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CORREGEDORIA-GERAL

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATO DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Nos termos da Portaria CJF-PCG-2017/00009, de 30 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2017, Seção 1, página 91, esta secretaria intimou as partes e os advogados dos processos abaixo indicados, para que efetuassem o cadastramento no sistema eproc, implantado na TNU em 17 de julho do corrente ano.

Apesar de os advogados terem cadastro no eproc, verificou-se que se encontram sem validação, portanto faz-se necessário a tomada das seguintes providências:

a) Com certificado digital: validação será realizada no próprio sistema pelo advogado, dispensado o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal (§6º da Portaria);

b) Sem certificado digital: faz-se necessário o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal, munidos de identificação profissional, para posterior validação pela Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Provimento 15/2014 do Conselho da Justiça Federal (§7º da Portaria).

Pelo exposto, ficam as partes e os advogados intimados, para que efetuem, nos termos acima, a validação do cadastro no sistema eproc, no prazo de 15(quinze) dias, para efetivação das intimações e de eventuais atos processuais.

Endereço de acesso ao sistema: https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc

Contatos da secretaria da TNU: email - turma.uniformi@cjf.jus.br, tel: 61-30227300/7310/7320.

RELAÇÃO DOS PROCESSOS:
PROCESSO: 5049642-92.2016.4.04.7000
REQUERENTE: NILDA MARIA KRULL
PROC./ADV.: ALMIR DE ASSIS CARDOSO - PR055654
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO: 5048659-93.2016.4.04.7000
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO:CARLOS AUGUSTO ZANON
PROC./ADV.: JOAO ALBERTO DE CARVALHO JUNIOR - SP235835

PROCESSO:5043767-15.2014.4.04.7000
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LOIDE SANTOS DO PARAIZO MACHADO
PROC./ADV.: Luciana Cwikla - PR029358

PROCESSO:5031843-36.2016.4.04.7000
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ELISÂNGELA APARECIDA TAVARES
PROC./ADV.: KELLI GONCALVES DA SILVA MACHADO - PR078020

PROCESSO:5029531-87.2016.4.04.7000
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO:JULIANE PENTEADO DE CARVALHO BERNARDI
PROC./ADV.: ADRIANO MORO BITTENCOURT - PR025600

PROCESSO:5028443-14.2016.4.04.7000
REQUERENTE: SELMA DO ROCIO GEFFER RIBEIRO
PROC./ADV.: LORENE CRISTIANE CHAGAS NICOLAU - PR055324
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5026476-96.2014.4.04.7001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:MICHELE CANDIDA LATANZA
PROC./ADV.: DANIEL FACONTI BUNGART - PR075517
JOAO PEDRO SWARCA BORSALLI - PR076861

PROCESSO:5026218-55.2015.4.04.7000
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ANADIR BORGES LISSA
PROC./ADV.: Cínti Medeiros Decker - PR054756
MARIA ANGÉLICA MEDEIROS BOSSI - PR050294

PROCESSO:5025724-59.2016.4.04.7000
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO:Juízo Federal da 1ª VF de Cascavel
LEONILDO DE JESUS FERREIRA
PROC./ADV.: THIAGO RAMOS KUSTER - PR042337

PROCESSO:5024973-72.2016.4.04.7000
REQUERENTE: MARIA IRENE DOS SANTOS BELNIAK
PROC./ADV.: FERNANDO FOGANHOLE DA SILVA - PR037736
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5024008-31.2015.4.04.7000
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ELIANI DE FATIMA FIOR GERAKI
ESTADO DO PARANÁ
FUNDACAO FACULDADE VIZINHANCA VALE DO IGUACU - FACULDADE VIZIVALI
PROC./ADV.: GENEROSO HORNING MARTINS - PR036695
RODRIGO BIEZUS - PR036244

PROCESSO:5023669-29.2016.4.04.7100
REQUERENTE: MARIA EMILIA MARTINS SOBRAL
PROC./ADV.: Aldronei Nessi Braga - RS078381
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5022963-22.2016.4.04.7108
REQUERENTE: JANETE EMILIA SCHNEIDER SOUZA
PROC./ADV.: ADEMIR JOSÉ FRÖHLICH - RS033407
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5021679-77.2014.4.04.7001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:GIULIA TELES
RENATA GARCIA TELES
PROC./ADV.: LETICIA FARIAS LACERDA - PR065756

PROCESSO:5018622-85.2013.4.04.7001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:MARLENE DINIZ DA SILVA KETNER
PROC./ADV.:

PROCESSO:5015884-56.2015.4.04.7001
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO:MARIA DO CARMO DAMASCENO LOPES
PROC./ADV.: LETICIA FERNANDES BARBOSA - PR065674

PROCESSO:5014806-27.2015.4.04.7001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:CLEONICE CAVALCANTI
GABRIEL CAVALCANTI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ELTON DE MOURA PANES - PR069459

PROCESSO:5013876-43.2014.4.04.7001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:MARIA DE LOURDES DA CUNHA
PROC./ADV.: Daniel Sanchez Pelachini - PR060601
DAVID SANCHEZ PELACHINI - PR066033

PROCESSO:5013559-74.2016.4.04.7001
REQUERENTE: IVONE RIBAS DIAS
PROC./ADV.: CLAUDIO ITO - PR047606
CYNTHIA RODRIGUES PEREIRA LUCIO - PR049713
ROGERIO ZARPELAM XAVIER - PR049320
THIAGO BUENO RECHE - PR045800
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5013545-98.2013.4.04.7000
REQUERENTE: MARCOS NUNES FERREIRA
PROC./ADV.: RAFAEL PONCIANO COSTA - SC031349
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5013136-84.2016.4.04.7108
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES BUENO
PROC./ADV.: IVANA MATTES PEDROSO - RS037936
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5013060-37.2014.4.04.7009
REQUERENTE: OLGA FRANKIW
PROC./ADV.: JAIRO GONCALVES FERREIRA - PR071732
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5011046-70.2015.4.04.7001
REQUERENTE: ROSIANE LOPES PEREIRA
PROC./ADV.: CLAUDIO ITO - PR047606
ROGERIO ZARPELAM XAVIER - PR049320
THIAGO BUENO RECHE - PR045800
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5010597-36.2016.4.04.7112
REQUERENTE: IVONETE VALENSUELA DE MORAES
PROC./ADV.: RICARDO LUNKES PELIZZARO - RS072083
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5010424-88.2015.4.04.7001
REQUERENTE: IRACILDA MELLO PASSOS
PROC./ADV.: ALEX SANDRO BRITO DOS SANTOS - PR049330
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5010197-34.2016.4.04.7108
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ANDRÉ CLAUDIO BACK
PROC./ADV.: AILTON JAIR SALAZAR CAVALHEIRO - RS047942
DANIEL ALBERTO LEMMERTZ - RS059730

PROCESSO:5010066-67.2013.4.04.7204
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SANTOS DE SOUZA
PROC./ADV.: BARTIRA DE PELEGRIN MACHADO - SC021645
REQUERIDO:OS MESMOS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5009913-15.2014.4.04.7005
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:JOAQUIM XAVIER DE BRITO
PROC./ADV.: HELIO SILVESTRE MATHIAS - TO003630

PROCESSO:5009813-07.2016.4.04.7000
REQUERENTE: JAILINE FERNANDES
PROC./ADV.: LORENE CRISTIANE CHAGAS NICOLAU - PR055324
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5009779-63.2015.4.04.7001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:EDINALDO JOAO FELISBERTO PEREIRA
PROC./ADV.: ELVIO FLÁVIO DE FREITAS LEONARDI - PR034844

PROCESSO:5009617-96.2014.4.04.7003
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:GICELIA MELO SANTANA
PROC./ADV.: Maycon Franco Sad de Souza - PR051246

PROCESSO:5009151-40.2016.4.04.7001
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO:JOSE BENEDITO DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLÁUDIO MENONCIN DE CARVALHO PEREIRA - PR044268

PROCESSO:5008890-06.2015.4.04.7100
REQUERENTE: LUIS ALBERTO RODRIGUES SAMPAIO
PROC./ADV.: RICARDO LUNKES PELIZZARO - RS072083
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5007549-17.2016.4.04.7000
REQUERENTE: JUVERCINO BARBOSA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: LORENE CRISTIANE CHAGAS NICOLAU - PR055324
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5007138-39.2014.4.04.7001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:VITORIA ARAUJO SCHMEISCKE
PROC./ADV.: ANA PAULA BIANCO - PR048416

PROCESSO:5007078-86.2016.4.04.7004
REQUERENTE: MARIA APARECIDA TEIXEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: ROBERTO VENÂNCIO JUNIOR - PR030984
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5006866-82.2013.4.04.7000
REQUERENTE: JOSE FERNANDO DUBINSKI
PROC./ADV.: CEZAR AUGUSTO ROCHA - PR010560
Leandro Gustavo Carneiro Rocha - PR057188
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5006668-59.2015.4.04.7005
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:EDINEI CARLOS ZOIA
PROC./ADV.: Vanessa Mehret Hilgemberg - PR056459

PROCESSO:5006615-53.2016.4.04.7002
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ESTADO DO PARANÁ
FUNDACAO FACULDADE VIZINHANCA VALE DO IGUACU - FACULDADE VIZIVALI
IESDE BRASIL S/A
ZORAIDE APARECIDA JOBIM VAZ
PROC./ADV.: CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM - PR024456
Edson Silva da Costa - PR037790
RODRIGO BIEZUS - PR036244

PROCESSO:5006193-20.2017.4.04.7107
REQUERENTE: ALCIONE LUIZ LUSA
PROC./ADV.: LUIZ HENRIQUE GELAIN - RS095074
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5005933-26.2015.4.04.7005
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ANDERSON RODRIGO KRETZMANN
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA - PR023510
MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA - PR019095

PROCESSO:5005895-89.2016.4.04.7001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:CARLA MARIELEM INACIO SILVA
PROC./ADV.: MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO - PR015263

PROCESSO:5005892-25.2016.4.04.7102
REQUERENTE: SANTA TEREZINHA PEREIRA RODRIGUES
PROC./ADV.: LETICIA HAESBAERT AVILA - RS078558
RAQUEL MATTER LIMA TRINDADE - RS102042
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5005650-43.2014.4.04.7003
REQUERENTE: CICERO FERREIRA DA SILVA
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO - PR016794
REQUERIDO:OS MESMOS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5005448-79.2013.4.04.7010
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DA SILVA
PROC./ADV.: ILSON GOMES FERREIRA - PR039107
JORGE ALEXANDRE DIAS AVILA - PR027386
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5005166-61.2015.4.04.7110
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ANGELA MARIA BRIZOLARA DIAS
LIZARDO PEREIRA BRISOLARA
PROC./ADV.: BERENICE RIBEIRO DIAS - RS090059
EDUARDO RIOS PINTO RIBEIRO - RS073368
Guilherme Neves Piegas - RS081335
MANUELA DIAS DA CUNHA - RS084411

PROCESSO:5004661-45.2016.4.04.7204
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:EUDES WADSON LEANDRO
PROC./ADV.: ARLINDO ROCHA - SC015407
MAURICIO ROCHA - SC032159

PROCESSO:5004494-95.2016.4.04.7117
REQUERENTE: IVONE TEREZINHA AGOSTINI BOASKEVIS
PROC./ADV.: JEFERSON MARTINS DOS SANTOS - RS071606
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5004462-80.2012.4.04.7004
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ELZA GOMES FERNANDES
PROC./ADV.: ELAINE BERNARDO DA SILVA - PR035475

PROCESSO:5004406-73.2014.4.04.7005
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
JOAQUIM PIROLI
PROC./ADV.: SIMONE HANSEN ALVES GROSSI - PR036900
REQUERIDO:OS MESMOS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5004133-38.2016.4.04.7001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:JOSE ALFREDO PEREIRA
PROC./ADV.: RODRIGO LOPES DA SILVA PINTO - PR051300

PROCESSO:5003996-94.2015.4.04.7129
REQUERENTE: ADAO MOYSES SCHWARTZHAUPT
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA - RS036024
REQUERIDO:OS MESMOS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5003900-91.2014.4.04.7007
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SILVIA MARA DALLA VALLE
PROC./ADV.: FÁBIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE - PR026368
REQUERIDO:OS MESMOS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5003735-88.2012.4.04.7015
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:TEREZINHA MACIEL FERREIRA
PROC./ADV.: VALQUIRIA VILA REAL MONTORO - PR034058

PROCESSO:5003354-19.2012.4.04.7003
REQUERENTE: DONIZETE CARNICELI
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO - PR016794
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5002973-04.2014.4.04.7015
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:NELCI SEVERO
ROSANGELA APARECIDA FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCELA VÂNIA MARIA PAMPLONA - PR049867

PROCESSO:5002971-11.2012.4.04.7013
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ADRIANA APARECIDA CARLOTA DA SILVA
PROC./ADV.: JOSE BRUN JUNIOR - SP128366

PROCESSO:5002790-67.2013.4.04.7015
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:MARIA ANTONIA SOARES
ROMILDO SOARES
PROC./ADV.: ADEMIR BATISTA - PR049771
LUIZ MIGUEL CORDEIRO ZANETTI - PR057674

PROCESSO:5002717-57.2015.4.04.7005
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:EMERSON EDUARDO ALVES MERGEN
JULIANA MERGEN
LORITA MERGEN
LUCAS MERGEN
LUCIANA TEREZINHA MERGEN
MARIA LOPES ALVES
PROC./ADV.: ANDREIA APARECIDA AGUILAR DE SOUZA - PR033265

PROCESSO:5002651-82.2012.4.04.7005
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:LEONTINA DUTRA
PROC./ADV.: PATRICIA MARA GUIMARAES - PR029908

PROCESSO:5002640-18.2015.4.04.7015
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PEDRO PAES DOS SANTOS
PROC./ADV.: ANA PAULA DARIO VENDRAMETTO - PR061502
MARCIA CRISTINA DOS SANTOS - PR057531
PEDRO HENRIQUE WALDRICH NICASTRO - PR057234
REQUERIDO:OS MESMOS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5002523-74.2012.4.04.7001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:BENTO JOSE DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: SONIA APARECIDA YADOMI DA SILVA - PR030987

PROCESSO:5002234-39.2015.4.04.7001
REQUERENTE: GERVASIO FRANCISCO DE SOUZA
PROC./ADV.: FÁBIO PUPO DE MORAES - PR030227
ODAIR APARECIDO DE MORAES JUNIOR - PR045958
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5001984-18.2011.4.04.7010
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:DEONILIA DE OLIVEIRA ROZENDO
PROC./ADV.: EDSON MONTOR OZÓRIO - PR014497

PROCESSO:5001963-83.2013.4.04.7006
REQUERENTE: PORFIRIA DE OLIVEIRA PEDROSO
PROC./ADV.: ADRIANA NEZELO ROSA - PR028484
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5001765-30.2014.4.04.7000
REQUERENTE: DORAIL TEREZINHA FERREIRA
PROC./ADV.: Edmar José Rodrigues Martins - PR056126
REQUERIDO:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.:

PROCESSO:5001723-39.2014.4.04.7013
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ROSALINA CLEMENTINA SOARES
PROC./ADV.: FABIENE KAROLINA LAMIM ROSA - PR046999

PROCESSO:5001654-61.2015.4.04.7016
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ALMA MARIA SCOLARI
PROC./ADV.: HARYSSON ROBERTO TRES - PR044081
JULIANA PAULA DA COSTA - PR048306
LEODIR CEOLON JÚNIOR - PR039364

PROCESSO:5001652-17.2012.4.04.7010
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:SEBASTIAO TEODORO DE SOUZA
PROC./ADV.: AILSON PEDRO CARPINE - PR034962

PROCESSO:5001558-92.2014.4.04.7012
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ODETE ANTONIA DELLANI XAVIER RODRIGUES
PROC./ADV.: VANESSA MAZORANA - PR042316
REQUERIDO:OS MESMOS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5001556-09.2015.4.04.7006
REQUERENTE: JOAO NERI MACIEL
PROC./ADV.: FABIO PEREIRA - PR054072
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5001548-07.2012.4.04.7016
REQUERENTE: HELGA ELSNER
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ARY LUCIO FONTES - PR012601
REQUERIDO:ALICE ROSALIA CATTELAN
PROC./ADV.: GIOVANI MIGUEL LOPES - PR031518

PROCESSO:5001356-87.2015.4.04.7010
REQUERENTE: ROQUE GAINO ALVES
PROC./ADV.: AORELIO GAZOLA - PR044485
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5001216-68.2015.4.04.7005
REQUERENTE: VALMOR SCHAEFFER
PROC./ADV.: SIMONE HANSEN ALVES GROSSI - PR036900
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5000784-18.2016.4.04.7004
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RODRIGO VIDAL VARGAS
PROC./ADV.: ALEXANDRA APARECIDA BIGUETI - PR065176
REQUERIDO:OS MESMOS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5000705-19.2014.4.04.7001
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
IZAIAS AMARAL
PROC./ADV.: ANDRE BENEDETTI DE OLIVEIRA - PR031245
REQUERIDO:OS MESMOS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5000565-96.2016.4.04.7006
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:JUAREZ MOREIRA BATISTA
PROC./ADV.: FABIO PEREIRA - PR054072

PROCESSO:5000552-81.2017.4.04.7000
REQUERENTE: SONIA MARIA ARAGAO BOMFIM
PROC./ADV.: LORENE CRISTIANE CHAGAS NICOLAU - PR055324
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5000515-92.2016.4.04.7031
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
MARIA JOSE FORTE HERNANDES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROC./ADV.: MARCIA CRISTINA DOS SANTOS - PR057531
PEDRO HENRIQUE WALDRICH NICASTRO - PR057234
REQUERIDO:OS MESMOS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5000351-46.2014.4.04.7016
REQUERENTE: JOSE RUBENS GOTARDO
PROC./ADV.: JOÃO IVAN BORGES DE LIMA - PR026363
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5000294-31.2014.4.04.7015
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:MARCOS ARRUDA DOS SANTOS
PROC./ADV.: TATIANA RODRIGUES BARBOSA HUSZCZ - PR031292

PROCESSO:5000213-98.2013.4.04.7021
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:SALETE DA SILVA
PROC./ADV.: ANDREZA VIVIANE DZIUBATE - PR041202

PROCESSO:5000212-53.2016.4.04.7007
REQUERENTE: ANTONIO GUEDES FERREIRA
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: GEOVANI GHIDOLIN - PR030797
REQUERIDO:OS MESMOS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5000127-49.2016.4.04.7013
REQUERENTE: VALDEVINO MARCAL DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ FRANCISCO DO PRADO JÚNIOR - PR043662
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:5000058-66.2016.4.04.7029
REQUERENTE: LUCIMARA PORFIRIO DE MATOS
PROC./ADV.: josiane mainardes fonseca - PR058926
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0525357-05.2014.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:HONILDO RODRIGUES DAS CHAGAS
PROC./ADV.: JORGE DE CARVALHO CAVALCANTE - CE016812

PROCESSO:0524558-59.2014.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:JOAO MAIA LOUREIRO
PROC./ADV.: MARCIO MILITAO SABINO - CE007576

PROCESSO:0524193-39.2013.4.05.8100
REQUERENTE: MARIA LUZELITA PINHEIRO DA COSTA
PROC./ADV.: LEONARDO GADELHA VIEIRA BRAGA - CE029077
MANUEL BEZERRA DA SILVA - CE008731
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0521091-38.2015.4.05.8100
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO:FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO - CE006004

PROCESSO:0520147-81.2016.4.05.8300
REQUERENTE: EULA PAULA DA SILVA
PROC./ADV.:
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0519685-27.2016.4.05.8300
REQUERENTE: DINIVAL PEREIRA DE ANDRADE
PROC./ADV.:
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0519447-60.2015.4.05.8100
REQUERENTE: JOAO ADALIO FARIAS DE MORAIS
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA - CE008731
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0519430-58.2014.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:FRANCISCO MAURO VASCONCELOS
PROC./ADV.: WILTON IZAIAS DE JESUS - CE013544

PROCESSO:0517922-88.2016.4.05.8300
REQUERENTE: IRENE TORRES
PROC./ADV.: João Batista Pinheiro de Freitas - PE008692
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: CAIO DINIZ FONSECA - P21460

PROCESSO:0517130-60.2013.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:FRANCISCO JOSE DE FREITAS
PROC./ADV.: DEBORAH MARIA VERAS CARVALHO - CE009177

PROCESSO:0516920-38.2015.4.05.8100
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO:MARCIO TAVARES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CLAUDIO ALESSANDRO MELO FEIJAO - CE010276

PROCESSO:0516618-09.2015.4.05.8100
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO:FLAVIO SALES VITORIANO
PROC./ADV.: CLAUDIO ALESSANDRO MELO FEIJAO - CE010276

PROCESSO:0514016-45.2015.4.05.8100
REQUERENTE: FABIOLA HOLANDA MURITIBA
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA - CE008731
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0513508-36.2014.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:CARLOS CESAR MENESCAL MAIA
PROC./ADV.: MARCIO BRAULIO PONTES PIMENTEL - CE016882

PROCESSO:0510969-11.2016.4.05.8300
REQUERENTE: CLEIDE CORDEIRO CARMO SILVA
PROC./ADV.:
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0510781-69.2012.4.05.8102
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:JOSE MAXIMO DE FIGUEIREDO
PROC./ADV.: ANTONIO GERALDO LEITE - CE011873
DEUZIMA BATISTA DE LUCENA BEZERRA - CE005385
WALLYSSON RODRIGUES GONCALVES - CE024394

PROCESSO:0509773-58.2015.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:JORDAO RIBEIRO DE ANDRADE
PROC./ADV.: FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA - CE011720

PROCESSO:0508853-21.2014.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:IDELMAR NOGUEIRA ALVES
PROC./ADV.: RAIMUNDO CRUZ PAIVA - CE021943
RAIMUNDO IDELFONSO DE LIMA - CE020526

PROCESSO:0508700-13.2013.4.05.8103
REQUERENTE: MIGUEL FERREIRA DE MORAIS
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:

PROCESSO:0508639-93.2015.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:MARIA HELENA DE OLIVEIRA ALMEIDA
PROC./ADV.: FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA - CE011720

PROCESSO:0508003-64.2014.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:FRANCISCO ZEZILENO CASTRO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: AFONSO ARAGAO CARVALHO JUNIOR - CE017925
GILVANA ARAGAO CARVALHO - CE028273

PROCESSO:0506323-78.2013.4.05.8100
REQUERENTE: DALGIMAR BESERRA DE MENEZES
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO - CE006004
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:

PROCESSO:0505299-35.2015.4.05.8103
REQUERENTE: BENEDITO ANTONIO FERREIRA PASSOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA - PE000573
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0505000-04.2014.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ANTONIO FERREIRA LIMA
PROC./ADV.: WILTON IZAIAS DE JESUS - CE013544

PROCESSO:0504801-45.2015.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:MANOEL FRANCISCO GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.: Francisca Maria Ribeiro Frota - CE015601
JULIO CESAR RIBEIRO MAIA - CE006584

PROCESSO:0504338-08.2017.4.05.8400
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO:RICARDO SILVEIRA DE FREITAS
PROC./ADV.: GELSON PAULO DE AZEVEDO - RN005780

PROCESSO:0504099-12.2014.4.05.8108
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:MANOEL TEOFILO ROCHA
PROC./ADV.: ALYSSON RANIERI DE AGUIAR CARNEIRO ALBUQUERQUE - CE027761
MIGUEL VICTOR VASCONCELOS MESQUITA - CE022417

PROCESSO:0503573-66.2014.4.05.8101
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:FRANCISCO RIBEIRO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCIO MILITAO SABINO - CE007576

PROCESSO:0503345-08.2016.4.05.8300
REQUERENTE: ALUIZIO BRAZ DE LUCENA
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENORIO - PE020070
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0502957-08.2016.4.05.8300
REQUERENTE: MARIA LUIZA DOS SANTOS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.:

PROCESSO:0502919-09.2015.4.05.8307
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:LUIZ GALDINO DE LUCENA
PROC./ADV.: JOSE RINALDO FERNANDES DE BARROS - PE023837

PROCESSO:0502269-46.2016.4.05.8300
REQUERENTE: SEVERINO GOMES DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: FYLIPE STEFANY DOS SANTOS GONZAGA - PE035257
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0501919-40.2016.4.05.8500
REQUERENTE: RUBENS SANTOS PINTO
PROC./ADV.: ANDRESS AMADEUS PINHEIRO SANTOS - SE007875
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0501904-59.2016.4.05.8310
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:DILVANETE DA SILVA SANTOS AVELINO
PROC./ADV.: ARIANNE MODESTO MONTEIRO - PE037896

PROCESSO:0501583-20.2017.4.05.8300
REQUERENTE: RYAN SILAS PEREIRA
PROC./ADV.:
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0501313-03.2016.4.05.8309
REQUERENTE: MARIA GONCALVES DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRE CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA - PB018788
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:

PROCESSO:0500717-58.2016.4.05.8102
REQUERENTE: FRANCISCA DOS SANTOS PEREIRA
PROC./ADV.: ADELAIDE BRAGA SILVA TAVARES - CE018947
ELIZABETH BRAGA CAMARDELLA DA SILVEIRA - CE010493
MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA - CE009527
MARCOS ANTONIO TAVARES - CE008639
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0500631-93.2016.4.05.8100
REQUERENTE: RITA DOS SANTOS NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCO ANTONIO VIEIRA COSTA FERNANDES - CE011842
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0500593-52.2014.4.05.8100
REQUERENTE: JOSE NAPOLEAO DE CARVALHO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO - CE006004
REQUERIDO:DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0500284-51.2016.4.05.8103
REQUERENTE: ANTONIA PEREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: DIEGO SILVA PARENTE - CE024856
JOAQUIM JOCEL DE VASCONCELOS NETO - CE020392
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO:0500280-19.2013.4.05.8103
REQUERENTE: LUIZ CARLOS ADEODATO
PROC./ADV.: EVELINE LOPES CARNEIRO - CE017775
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0500096-61.2016.4.05.8102
REQUERENTE: SEUTONIO FELIX DE SOUSA
PROC./ADV.: CLAIRTON PEREIRA BRITO DUETE - CE019877
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0024405-17.2010.4.01.4000
REQUERENTE: GERARDO RODRIGUES DE MACEDO
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0018324-18.2011.4.01.4000
REQUERENTE: CONRADO ROSA DE SOUSA
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0018320-78.2011.4.01.4000
REQUERENTE: ANTONIO DIAS DE SENA FILHO
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0016913-37.2011.4.01.4000
REQUERENTE: FRANCISCA CARMEN RIBEIRO DA PENHA
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0016523-96.2013.4.01.4000
REQUERENTE: AGOSTINHO FONTES DE LIMA
PROC./ADV.: JOSE DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA - PI001984
REQUERIDO:UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ISABELA VIEIRA BORBA - P86122

PROCESSO:0014889-36.2011.4.01.4000
REQUERENTE: MARIA DO ROSARIO DA SILVA PEREIRA
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0014805-35.2011.4.01.4000
REQUERENTE: ANTONIA DA COSTA ARAUJO
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0014790-66.2011.4.01.4000
REQUERENTE: ROSANGELA MENDES DA LUZ
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0014728-26.2011.4.01.4000
REQUERENTE: JOSE WILSON MESSIAS
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0012640-15.2011.4.01.4000
REQUERENTE: MANOEL SANTOS SILVA
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0012301-05.2005.4.03.6201
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO:ALDAIR JACOB LICHS
PROC./ADV.: EVALDO CORREA CHAVES - MS008597
PEDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA - MS017719

PROCESSO:0011517-79.2011.4.01.4000
REQUERENTE: MARIA JOSE ALMEIDA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0011472-75.2011.4.01.4000
REQUERENTE: RAIMUNDO BORGES DE PAIVA
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0008879-22.2005.4.03.6201
REQUERENTE: JEFFERSON BATISTA FERREIRA
PROC./ADV.: NELLO RICCI NETO - MS008225
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:

PROCESSO:0007447-42.2012.4.01.3302
REQUERENTE: ARLINDO MARQUES DA SILVA
PROC./ADV.: LUIZ AUGUSTO DANTAS MARTINS - BA008272
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: RONALDO PEREIRA LIMA - P77120

PROCESSO:0005801-20.2005.4.03.6201
REQUERENTE: PAULO GREGORIO PEREIRA
PROC./ADV.: NELLO RICCI NETO - MS008225
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:

PROCESSO:0005448-54.2012.4.01.3302
REQUERENTE: SUZANA SANTOS LOPES
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA - PE000573
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: RONALDO PEREIRA LIMA - P77120

PROCESSO:0004829-04.2011.4.01.4000
REQUERENTE: JOSE CHAGAS DA SILVA
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0004276-28.2014.4.03.6317
REQUERENTE: MARCOS SOUZA MACIEL
PROC./ADV.: Wilson MIguel - SP099858
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004264-88.2016.4.03.6302
REQUERENTE: JEFFERSON ROQUE
PROC./ADV.: DANIELA VILELA PELOSO VASCONCELOS - SP161110
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004261-30.2012.4.03.6317
REQUERENTE: NICOLINA DI IORIO COLAGIOVANNI
PROC./ADV.: Wilson MIguel - SP099858
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004246-56.2016.4.03.6338
REQUERENTE: MARIA BEATRIZ FERNANDES BRAMANTTI
PROC./ADV.: CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004244-96.2009.4.03.6317
REQUERENTE: ROBERTO DE SOUZA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK - SC013520
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004239-74.2009.4.03.6317
REQUERENTE: JOSE CASSIMIRO NETO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK - PR050477
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004239-12.2015.4.03.6302
REQUERENTE: ANTONIA NAZARETH BERNARDES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: EDILEUZA LOPES SILVA - SP290566
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004238-79.2016.4.03.6338
REQUERENTE: JOSE DO CARMO DE SOUZA
PROC./ADV.: CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004221-09.2016.4.03.6317
REQUERENTE: VALDOMIRO APARECIDO GARBUIO
PROC./ADV.: CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004205-89.2015.4.03.6317
REQUERENTE: IRENE FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: WELLINGTON GLEBER DEZOTTI - SP358622
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004201-53.2014.4.03.6328
REQUERENTE: JOVELINA DE MORAIS SILVA
PROC./ADV.: FRANCIELI BATISTA ALMEIDA - SP321059
RHOBSON LUIZ ALVES - SP275223
ROSINALDO APARECIDO RAMOS - SP170780
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004200-30.2011.4.03.6310
REQUERENTE: DAIR SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: EDSON ALVES DOS SANTOS - SP158873
MARCIO RODRIGO LOPES - SP295916
ROGERIO MOREIRA DA SILVA - SP225095
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004161-21.2011.4.03.6314
REQUERENTE: EDITE DA ROCHA BARBOSA
PROC./ADV.: DANILO JOSE SAMPAIO - SP223338
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0004081-37.2013.4.01.3309
REQUERENTE: MARIA AUGUSTA SANTANA PINTO
PROC./ADV.: VITAL FARIAS GONCALVES - MG030829
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: RONALDO PEREIRA LIMA - P77120

PROCESSO:0004064-36.2016.4.03.6317
REQUERENTE: NORIVAL SANTINI
PROC./ADV.: CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003921-23.2015.4.03.6304
REQUERENTE: DEIRCE SILVANI RUSSO
PROC./ADV.: CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003588-22.2011.4.03.6301
REQUERENTE: ELIZABETH GIMENEZ DE NEGREIROS
PROC./ADV.: EDSON GOMES PEREIRA DA SILVA - SP046152
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003582-09.2011.4.03.6303
REQUERENTE: JOSE CARLOS FELIPE
PROC./ADV.: FABIANA FRANCISCA DOURADO BRITO - SP242920
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003515-60.2015.4.03.6317
REQUERENTE: RENATA PEGORIN DE SOUZA DE PAULA
PROC./ADV.: ANA CLAUDIA GUIDOLIN BIANCHIN - SP198672
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003507-97.2012.4.03.6314
REQUERENTE: ANTONIO SOMER
PROC./ADV.: RONALDO ARDENGHE - SP152848
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003506-74.2015.4.03.6325
REQUERENTE: ROGERIO URSULINO DE PAULA
PROC./ADV.: MARCIO PROPHETA SORMANI BORTOLUCCI - SP274676
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003502-83.2015.4.03.6342
REQUERENTE: JOAO FERREIRA DE ALMEIDA NETO
PROC./ADV.: JULIO ANTONIO DE OLIVEIRA - SP111335
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003502-61.2014.4.03.6102
REQUERENTE: SONIA APARECIDA MARQUES
PROC./ADV.: RAFAEL MIRANDA GABARRA - SP256762
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003497-50.2012.4.03.6315
REQUERENTE: CONCEICAO APARECIDA DE SOUZA
PROC./ADV.: THAIS TAKAHASHI - PR034202
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003490-32.2015.4.03.6322
REQUERENTE: LUIZ ANTONIO RODRIGUES
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA - SP140741
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003485-69.2012.4.03.6304
REQUERENTE: JOSE OLEGARIO DA SILVA
PROC./ADV.: JOSILENE VACCARI BOTAN AMARO - SP195215
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003483-03.2015.4.03.6302
REQUERENTE: ALZIRA DIAS DA SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: CHRISTIAN DE SOUZA GOBIS - SP332845
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003478-47.2016.4.03.6301
REQUERENTE: DILMA DE OLIVEIRA ROCHA
PROC./ADV.: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI - SP184479
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003478-44.2012.4.03.6315
REQUERENTE: MAURO MAZETTO
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ - SP078619
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003475-97.2015.4.03.6343
REQUERENTE: FRANCISCO JOSE DA SILVA
PROC./ADV.: ANA CLAUDIA GUIDOLIN BIANCHIN - SP198672

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003469-66.2013.4.03.6309
REQUERENTE: SEVERINO RAMOS DE SOUZA
PROC./ADV.: ISAC ALBONETI DOS SANTOS - SP228624
JOANA PAULA ALMENDANHA - SP297253
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003468-94.2016.4.03.6303
REQUERENTE: SIDNEI BAPTISTA GONCALVES
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ - SP078619
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003461-11.2012.4.03.6314
REQUERENTE: SOLANGE PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS AURELIO DE MATOS - SP152909
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003452-20.2015.4.03.6322
REQUERENTE: ANAIDE IVONE LORANDO
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA - SP140741
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003440-62.2013.4.03.6326
REQUERENTE: ALEXANDRE BRONZELLI
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN - SP284549
ANDRE DE ARAUJO GOES - SP221146
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003435-72.2015.4.03.6325
REQUERENTE: HILARIO MARTINS FILHO
PROC./ADV.: ROSE MARY GRAHL - PR018430
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003434-62.2011.4.03.6314
REQUERENTE: EVANDA TEREZA BERNARDINELI PESSINI
PROC./ADV.: BENEDITO APARECIDO GUIMARAES ALVES - SP104442
ROMUALDO VERONESE ALVES - SP144034
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003433-40.2016.4.03.6302
REQUERENTE: ADRIANA APARECIDA DA SILVA
PROC./ADV.: DANIELA VILELA PELOSO VASCONCELOS - SP161110
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003433-05.2015.4.03.6325
REQUERENTE: STHEFANI CASTRO DA SILVA
PROC./ADV.: ANA PAULA RADIGHIERI MORETTI - SP137331
LUCIA HELENA RADIGHIERI DE ALMEIDA - SP366539
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003419-64.2013.4.03.6301
REQUERENTE: GERALDO MARTINS NOVAES
PROC./ADV.: CAROLINA SAUTCHUK PATRICIO PAIVA - SP305665
Vanderlei de Menezes Patrício - SP275809
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003402-93.2011.4.03.6302
REQUERENTE: APARECIDA EZINA FIOREZE DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLOS EDUARDO ZACCARO GABARRA - SP333911
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003399-95.2013.4.03.6326
REQUERENTE: CARLOS CORREIA DE SOUZA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK - BA023800
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003384-53.2013.4.03.6318
REQUERENTE: ISILDA APARECIDA DA SILVA PIMENTA
PROC./ADV.: ALINE DE OLIVEIRA PINTO E AGUILAR - SP238574
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003373-67.2016.4.03.6302
REQUERENTE: JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DANIELA VILELA PELOSO VASCONCELOS - SP161110
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003372-82.2016.4.03.6302
REQUERENTE: MARIA APARECIDA BARBOSA
PROC./ADV.: DANIELA VILELA PELOSO VASCONCELOS - SP161110
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003372-52.2011.4.03.6304
REQUERENTE: SEBASTIAO FREIRE DOS SANTOS
PROC./ADV.: TANIA CRISTINA NASTARO - SP162958
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003363-27.2010.4.03.6304
REQUERENTE: ANTONIO CARDOSO
PROC./ADV.: TIAGO DE GOIS BORGES - SP198325
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003361-42.2016.4.03.6338
REQUERENTE: CLARA EMILIA RODRIGUES DA CRUZ SILVA
PROC./ADV.: CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA - SP312716
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003360-04.2012.4.03.6304
REQUERENTE: ANTONIA AVELINA DOS SANTOS MARIANO
PROC./ADV.: RAFAEL MIRANDA GABARRA - SP256762
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003357-33.2009.4.03.6311
REQUERENTE: HORACIO OSWALDO MANOEL
PROC./ADV.: JOSE HENRIQUE COELHO - SP132186
MARCUS ANTONIO COELHO - SP191005
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003356-71.2016.4.03.6321
REQUERENTE: JOAQUIM JOAO DA SILVA
PROC./ADV.: CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003354-94.2012.4.03.6304
REQUERENTE: MARIA LUCIA ZICATI
PROC./ADV.: MARTA SILVA PAIM - SP279363
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003336-16.2011.4.03.6302
REQUERENTE: ELCIA CASANOVA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DANIELA VILELA PELOSO VASCONCELOS - SP161110
DIANA PAOLA SALOMAO FERRAZ - SP182250
MARIA ISABEL VILELA PELOSO - SP267704
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003021-09.2016.4.03.6303
REQUERENTE: JOSE LEONEL DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ - SP078619
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003020-39.2012.4.03.6311
REQUERENTE: CLAUDIO MANOEL JARDIM DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCUS ANTONIO COELHO - SP191005
REQUERIDO:UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003008-47.2015.4.03.6302
REQUERENTE: MARIA ZENAIDE BOLDRIN
PROC./ADV.: GABRIEL CARVALHAES ROSATTI - SP236801
KARINA BONATO IRENO - SP171716
LILIAN CRISTINA BONATO - SP171720
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0003005-54.2009.4.03.6318
REQUERENTE: ISILDA DAS GRACAS JARDINI MALTA
PROC./ADV.: JULIANA MOREIRA LANCE COLI - SP194657
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002988-03.2008.4.03.6302
REQUERENTE: TANIA DE CASSIA PEREIRA ISLAS
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI - SP065415
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002982-37.2016.4.03.6327
REQUERENTE: JOAO BERNARDINO NICOLAU
PROC./ADV.: MARCUS ELY SOARES DOS REIS - PR020777
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002981-71.2014.4.03.6311
REQUERENTE: JOSE RAMOS
PROC./ADV.: FABÍOLA ATZ GUINO - SP155742
MANOEL RODRIGUES GUINO - SP033693
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002977-90.2016.4.03.6302
REQUERENTE: DANIELLE BORGES
PROC./ADV.: DANIELA VILELA PELOSO VASCONCELOS - SP161110
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002974-74.2012.4.03.6303
REQUERENTE: AMARO MANOEL DA SILVA
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ - SP078619
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002923-63.2013.4.03.6324
REQUERENTE: APARECIDA SERRANO RODRIGUES GARONI
PROC./ADV.: ELIZELTON REIS ALMEIDA - SP254276
MARCIO NEIDSON BARRIONUEVO DA SILVA - SP185933
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002899-62.2008.4.03.6307
REQUERENTE: CLEUSA MACHADO SALES
PROC./ADV.: ODENEY KLEFENS - SP021350
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002884-07.2016.4.03.6342
REQUERENTE: DAILSON PAULINO DA SILVA
PROC./ADV.: LEANDRO DE MORAES ALBERTO - SP235324
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002876-89.2013.4.03.6324
REQUERENTE: FABIO VICENTE DE FREITAS
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN - SP284549
MARIA CLAUDIA LOPES MILANI ZANGRANDO - SP286255
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002876-61.2015.4.03.6343
REQUERENTE: DOURIVAL EVANGELISTA DUARTE
PROC./ADV.: MARCOS ALVES FERREIRA - SP255783
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002875-59.2012.4.03.6318
REQUERENTE: FRANCISCO FABIO DE SOUSA BRASIL
PROC./ADV.: Hilário Bocchi Junior - SP090916
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002875-07.2013.4.03.6324
REQUERENTE: MILTON CESAR STEFANIN
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN - MG127867
MARIA CLAUDIA LOPES MILANI ZANGRANDO - SP286255
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002871-05.2015.4.03.6322
REQUERENTE: JOSE ARIOVALDO DURANTE
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA - SP140741
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002866-80.2015.4.03.6322
REQUERENTE: NELSON DOS SANTOS
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA - SP140741
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002866-43.2011.4.03.6315
REQUERENTE: BENEDITO RIZZATTO
PROC./ADV.: Marcelo Bassi - SP204334
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002864-46.2015.4.03.6311
REQUERENTE: AUREA MARIA DE JESUS MACEDO
PROC./ADV.: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI - SP184479
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002864-28.2016.4.03.6338
REQUERENTE: ANTONIO LEITE PEREIRA
PROC./ADV.: CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA - SP312716
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002863-19.2015.4.03.6325
REQUERENTE: ANGELINA FOGACA BARBOSA
PROC./ADV.: ERIKA THAIS THIAGO BRANCO - SP205600
LILIAN ZANETTI - SP159490
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002847-45.2012.4.03.6301
REQUERENTE: CLARISSE JACOTE FELIPE
PROC./ADV.: BERNARDO RÜCKER - PR025858
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002846-45.2012.4.03.6306
REQUERENTE: MARIA PATRICIA DINIZ MORAIS
PROC./ADV.: ANDREA DE LIMA MELCHIOR - SP149480
VANESSA ASSADURIAN LEITE - SP354717
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO:0002841-98.2013.4.03.6302
REQUERENTE: ISABEL DE ALMEIDA DE JESUS
PROC./ADV.: DENER DA SILVA CARDOSO - SP293530
ROSELAINE APARECIDA ZUCCO DE OLIVEIRA - SP225100
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002835-57.2014.4.03.6302
REQUERENTE: MARILZA DA SILVA MARTINS CARVALHEIRO
PROC./ADV.: DANILO LEANDRO CORAUCCI - SP178851
JOAO NASSER NETO - SP233462
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002826-55.2016.4.03.6325
REQUERENTE: VALDIR JOAO GERALDO
PROC./ADV.: ANA PAULA RADIGHIERI MORETTI - SP137331
LUCIA HELENA RADIGHIERI DE ALMEIDA - SP366539
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002800-19.2014.4.03.6328
REQUERENTE: REVANDIR MILANO RODRIGUES
PROC./ADV.: GRACIELA DAMIANI CORBALAN INFANTE - SP303971
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002798-29.2011.4.03.6304
REQUERENTE: JOAO FRANCISCO
PROC./ADV.: DANIELA APARECIDA FLAUSINO NEGRINI MACHADO - SP241171
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002779-50.2016.4.03.6303
REQUERENTE: ASTANILO COSTA RESENDE
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ - SP078619
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002770-32.2009.4.03.6304
REQUERENTE: MARIA DE NAZARE FACHINA
PROC./ADV.: MARTA SILVA PAIM - SP279363
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002765-45.2011.4.03.6302
REQUERENTE: JOSE ROBERTO FRANCA
PROC./ADV.: DAZIO VASCONCELOS - SP133791
FERNANDA NICOLELLA LEMES - SP289730
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002764-68.2014.4.03.6330
REQUERENTE: JOSE BENEDITO CARDOSO
PROC./ADV.: IDELI MENDES DA SILVA - SP299898
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002763-93.2012.4.03.6317
REQUERENTE: MARIA DOLORES MENDES
PROC./ADV.: WELLINGTON GLEBER DEZOTTI - SP358622
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002763-14.2012.4.03.6311
REQUERENTE: JOSE VIEIRA DE MEDEIROS
PROC./ADV.: JOSE HENRIQUE COELHO - SP132186
MARCUS ANTONIO COELHO - SP191005
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002759-36.2016.4.03.6343
REQUERENTE: BENICIO DOMINGOS DE SOUZA
PROC./ADV.: CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002756-85.2008.4.03.6303
REQUERENTE: EUNICE APARECIDA COLUCCI LOURENCINE
PROC./ADV.: ADRIANO MELLEGA - SP187942
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002748-14.2013.4.03.6310
REQUERENTE: SUELI MARTINS GOMES
PROC./ADV.: BRUNO BARROS MIRANDA - SP263337
SERGIO GEROMES - SP283238
THIAGO TRINDADE ABREU DA SILVA MENEGALDO - SP282262
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002746-63.2016.4.03.6302
REQUERENTE: LUZIA PIMENTA GOMES
PROC./ADV.: EDILEUZA LOPES SILVA - SP290566
TATIANE CRISTINA FERREIRA MEDEIROS - SP369239
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002744-48.2016.4.03.6317
REQUERENTE: GERALDO BARRETO
PROC./ADV.: CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002731-64.2007.4.03.6317
REQUERENTE: LUIZ FRANCISCO BOMBONATTI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK - BA023800
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002729-63.2012.4.03.6303
REQUERENTE: TRAJANO BISPO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ - SP078619
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002709-35.2013.4.03.6304
REQUERENTE: SEBASTIAO HETTESHEIMER
PROC./ADV.: DANIELA APARECIDA FLAUSINO NEGRINI MACHADO - SP241171
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002701-48.2016.4.03.6338
REQUERENTE: SEBASTIAO DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA - SP312716
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002696-84.2015.4.03.6330
REQUERENTE: JOAO HINOJO SALVADOR
PROC./ADV.: JURANDIR CAMPOS - SP101439
MAGNEI DONIZETE DOS SANTOS - SP235326
RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI - SP184479
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002688-90.2013.4.03.6326
REQUERENTE: GISLAINE MANFRINI DE CAMARGO
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN - MG127867
DANIELLE RIBEIRO DE MENEZES BONATO - SP286086
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0002339-09.2011.4.01.4000
REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO GADELHA ROCHA
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0001697-02.2012.4.01.4000
REQUERENTE: ANGELITA ARAUJO GUIMARAES SOARES
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0001283-05.2010.4.01.3311
REQUERENTE: EDSON RAMOS DO CARMO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO CONRADO MOREIRA - BA009545
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: RONALDO PEREIRA LIMA - P77120

PROCESSO:0001089-38.2011.4.01.4000
REQUERENTE: MARIA RITA DE OLIVEIRA NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0001080-76.2011.4.01.4000
REQUERENTE: MARIA DE JESUS RODRIGUES DE OLIVEIRA LIMA
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0000898-73.2004.4.03.6201
REQUERENTE: DARCI SILVERIO CORREIA PRIMO
PROC./ADV.:
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:

PROCESSO:0000504-27.2008.4.03.6201
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:CLAITON NOGUEIRA DORNELES
PROC./ADV.: GUSTAVO FERREIRA LOPES - MS013324
IGOR VILELA PEREIRA - MS009421
MARCELO FERREIRA LOPES - MS011122
WELLINGTON COELHO DE SOUZA - MS002923

PROCESSO:0000476-18.2011.4.01.4000
REQUERENTE: MARIA DOS REMEDIOS DE OLIVEIRA MARQUES SAMPAIO
PROC./ADV.: JOAO COSME DE MELO - RN000810
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0000466-71.2011.4.01.4000
REQUERENTE: MARIA DIVA PEREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: JOAO COSME DE MELO - RN000810
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0000442-43.2011.4.01.4000
REQUERENTE: MARIA DE JESUS SILVA DA CRUZ
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA DOS SANTOS MELO BARBOSA - RN005808
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0000415-45.2013.4.01.3303
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO:EDINEY FERRAZ NEVES
PROC./ADV.: LARISSA AIRES CAMANDAROBA CASTELO BRANCO DE ALENCAR - BA019392

PROCESSO:0000395-69.2011.4.01.4000
REQUERENTE: JOAQUIM GONCALVES MOREIRA
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU

PROCESSO:0000189-26.2013.4.01.3308
REQUERENTE: EDESIO GUEDES MUNIZ
PROC./ADV.: TARSILLA SILVEIRA LIMA - BA027968
REQUERIDO:UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ISABELA VIEIRA BORBA - P86122

Brasília, 06 de novembro de 2017.
Viviane da Costa Leite Bortolini
Secretária da Turma Nacional de Uniformização
Poder Judiciário
Conselho da Justiça Federal
Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

ATO DE SECRETARIA

Nos termos da Portaria CJF-PCG-2017/00009, de 30 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2017, Seção I, página 91, esta secretaria intimou as partes e os advogados dos processos abaixo indicados, para que efetuassem o cadastramento no sistema eproc, implantado na TNU em 17 de julho do corrente ano.

Apesar de os advogados terem cadastro no eproc, verificou-se que se encontram sem validação, portanto faz-se necessário a tomada das seguintes providências:

a) Com certificado digital: validação será realizada no próprio sistema pelo advogado, dispensado o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal (§6º da Portaria);

b) Sem certificado digital: faz-se necessário o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal, munidos de identificação profissional, para posterior validação pela Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Provimento 15/2014 do Conselho da Justiça Federal (§7º da Portaria).

Pelo exposto, ficam as partes e os advogados intimados, para que efetuem, nos termos acima, a validação do cadastro no sistema eproc, no prazo de 15(quinze) dias, para efetivação das intimações e de eventuais atos processuais.

Endereço de acesso ao sistema: https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc

Contatos da secretaria da TNU: email - turma.uniformi@cjf.jus.br, tel: 61-30227300/7310/7320.

RELAÇÃO DOS PROCESSOS:

PROCESSO:5052204-45.2014.4.04.7000
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
PROC./ADV.: CAIO DE MELO EVANGELISTA -
REQUERIDO:CLAUDECIR ANTONIO KUCEWICZ
VEPER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA
PROC./ADV.: CLAUDIA VANESSA MUCHELIM - PR063685

PROCESSO:0517922-88.2016.4.05.8300
REQUERENTE: IRENE TORRES
PROC./ADV.: João Batista Pinheiro de Freitas - PE008692
REQUERIDO:UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: CAIO DINIZ FONSECA - P21460

PROCESSO:0504403-22.2011.4.05.8300
REQUERENTE: MAURICIO TELES AGUIAR
PROC./ADV.: Maíra de Carvalho Pereira Mesquita -
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA CASTRO DE OLIVEIRA DOMINGUES - P89453
RONALDO PEREIRA LIMA - P77120
WANDERLINO LEITE FLORES - P68187

PROCESSO:0502659-67.2017.4.05.8013
REQUERENTE: EVA MARIA MELO REGO
PROC./ADV.: CHARLINGTON HARRYSON BRECHÓ MONTEIRO - AL012018
REQUERIDO:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
VISA DO BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA
PROC./ADV.: EDERSON LEITE BRAGA - PI007862
Ítalo Meira da Silveira - AL007616
LENYMARA CARVALHO - P89665

PROCESSO:0500244-90.2017.4.05.8311
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: REQUERIDO: JOSE CLAUDIO CAMPOS DE MEDEIROS
PROC./ADV.: Solange Fernandes Alves Rodrigues - PE011690

PROCESSO:0016018-44.2013.4.01.3600
REQUERENTE: ORLANDO BRUMATI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO - MT005026O
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: RONALDO PEREIRA LIMA - P77120

PROCESSO:0005600-11.2013.4.01.4000
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: REQUERIDO: ANTONIO FRANCISCO GOMES FILHO
PROC./ADV.: INOCENCIO JUNIOR CASTELO BRANCO LIMA - PI009562

PROCESSO:0003462-34.2014.4.01.3807
REQUERENTE: IVANETE BARBOSA SOARES
PROC./ADV.: EDUARDO ANTONIO CIFANI LIMA - MG063442
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA CASTRO DE OLIVEIRA DOMINGUES - P89453
RONALDO PEREIRA LIMA - P77120
WANDERLINO LEITE FLORES - P68187

PROCESSO:0003281-61.2013.4.01.4100
REQUERENTE: ANTONIO IVO VERISSIMO DE MELO
PROC./ADV.:
BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO - RO005825
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA CASTRO DE OLIVEIRA DOMINGUES - P89453
RONALDO PEREIRA LIMA - P77120
WANDERLINO LEITE FLORES - P68187

PROCESSO:0002868-25.2011.4.01.3807
REQUERENTE: MARIA DOS REIS CARDOSO SILVA
PROC./ADV.: LUCIANA RAMOS DE OLIVEIRA - MG075646
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA CASTRO DE OLIVEIRA DOMINGUES - P89453

PROCESSO:0002532-21.2016.4.01.3815
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DA SILVA ANDRADE
PROC./ADV.:
FRANCISMEIRE DA SILVA SANTOS - MG158821
LIDIANE MARIA DA SILVA - MG148889
RAFAELA TEIXEIRA ROSSETTI - MG152470
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA CASTRO DE OLIVEIRA DOMINGUES - P89453
RONALDO PEREIRA LIMA - P77120
WANDERLINO LEITE FLORES - P68187

PROCESSO:0001267-11.2011.4.01.3507
REQUERENTE: MARLI ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA APARECIDA DE SOUZA BRAGA PAIVA - GO027469
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA CASTRO DE OLIVEIRA DOMINGUES - P89453
RONALDO PEREIRA LIMA - P77120
WANDERLINO LEITE FLORES - P68187

PROCESSO:0000368-38.2010.4.01.3801
REQUERENTE: SEBASTIAO CLEMENTINO DA SILVA CUNHA
PROC./ADV.: THAIS WERNECK PROCOPIO - MG114050
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA CASTRO DE OLIVEIRA DOMINGUES - P89453
RONALDO PEREIRA LIMA - P77120
WANDERLINO LEITE FLORES - P68187

PROCESSO:0000029-62.2013.4.02.5154
REQUERENTE: JOSE DE ABREU DA SILVA NETO
PROC./ADV.:
ALTAMIR CARVALHO NEPOMUCENO - RJ097400
IGOR ALEXEI DE CASTRO - RJ167585
LIDIA CARLA DE ALMEIDA - RJ141827
LIDIANE ALENCAR DE ALMEIDA - RJ164526
SIDNEIA ALVES DE SOUZA REIS - RJ125590
REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA CASTRO DE OLIVEIRA DOMINGUES - P89453
RONALDO PEREIRA LIMA - P77120
WANDERLINO LEITE FLORES - P68187

PROCESSO:0000011-62.2013.4.01.3507
REQUERENTE: MARINA GIMENES ASSIS
PROC./ADV.: MARIA APARECIDA DE SOUZA BRAGA PAIVA - GO027469
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA CASTRO DE OLIVEIRA DOMINGUES - P89453
RONALDO PEREIRA LIMA - P77120
WANDERLINO LEITE FLORES - P68187

VIVIANE DA COSTA LEITE BORTOLINI
Secretária da Turma

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.094, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

EME Dispõe sobre a adoção do Livro de Ordem de obras e serviços das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "f", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando que compete aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - Creas, com amparo na alínea "f" do art. 34 da referida Lei n° 5.194, de 1966, organizar os procedimentos de fiscalização das atividades desenvolvidas pelos profissionais pertencentes ao Sistema Confea/Crea;

Considerando a necessidade de adoção de mecanismos que propiciem eficiente acompanhamento e controle da participação efetiva dos profissionais nas obras e serviços pelos quais são responsáveis técnicos, de sorte a preservar os interesses da sociedade;

Considerando que os instrumentos tradicionais de fiscalização verificam a autoria dos projetos e a existência de responsável técnico pelas obras e serviços, mas não conseguem verificar o efetivo acompanhamento do profissional, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Livro de Ordem de obras e serviços das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

§ 1° O Livro de Ordem será preferencialmente eletrônico e estará vinculado à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

§ 2° O Livro de Ordem será obrigatório para a emissão de Certidão de Acervo Técnico - CAT aos responsáveis pela execução e fiscalização de obras iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

§ 3º Os Plenários dos Creas, a partir de propostas das Câmaras Especializadas, poderão definir outras atividades e serviços técnicos para os quais a adoção do Livro de Ordem será obrigatória para a emissão da CAT.

Art. 2º O Livro de Ordem constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com a obra ou serviço e servirá de subsídio para:

I - comprovar autoria de trabalhos;

II - garantir o cumprimento das instruções, tanto técnicas como administrativas;

III - dirimir dúvidas sobre a orientação técnica relativa à obra;

IV - avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos e acidentes de trabalho; e

V - eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.

Art. 3º O Livro de Ordem tem ainda por objetivo confirmar, juntamente com a ART, a efetiva participação do profissional na execução dos trabalhos da obra ou serviço, de modo a permitir a verificação da medida dessa participação, inclusive para a expedição de CAT.

Art. 4° O Livro de Ordem deverá conter o registro, a cargo do responsável técnico, de todas as ocorrências relevantes do empreendimento.

§ 1° Serão registradas no Livro de Ordem informações tais como:

I - dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva ART;

II - as datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço;

III - as datas de início e de conclusão de cada etapa programada;

IV - os relatos de visitas do responsável técnico;

V - o atual estágio de desenvolvimento do empreendimento no dia de cada visita técnica;

VI - orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações;

VII - acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos;

VIII - nomes de empresas e prestadores de serviço contratados ou subcontratados, caracterizando seus encargos e as atividades, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs respectivas;

IX - os períodos de interrupção dos trabalhos e seus motivos, quer de caráter financeiro ou meteorológico, quer por falhas em serviços de terceiros não sujeitas à ingerência do responsável técnico; e

X - outros fatos e observações que, a juízo ou conveniência do responsável técnico pelo empreendimento, devam ser registrados.

§ 2° A data de encerramento do Livro de Ordem será a mesma de solicitação da baixa por conclusão do empreendimento, por distrato ou por outro motivo cabível.

§ 3º Uma mesma obra ou empreendimento poderá contar com tantos Livros de Ordem quantos forem os responsáveis técnicos cujas atividades técnicas tenham obrigatoriedade de registro para emissão de CAT, conforme definido pelas Câmaras Especializadas.

Art. 5º Os modelos porventura já existentes, físicos ou eletrônicos, tais como Boletim Diário, Livro de Ocorrências Diárias, Diário de Obras, Cadernetas de Obras etc., ainda em uso pelas empresas privadas, órgãos públicos ou autônomos, poderão ser admitidos como Livro de Ordem, desde que atendam às exigências desta resolução.

Art. 6º Os casos omissos serão examinados pelas Câmaras Especializadas envolvidas com o assunto e dirimidos pelo Plenário do Conselho Regional.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com obrigatoriedade de implementação em todos os Creas a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 8º Revoga-se a Resolução nº 1.024, de 21 de agosto de 2009.

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 511, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

"Dispõe sobre a alteração da fundamentação constante na Resolução CFFa nº 482, de 12 de dezembro de 2015."

O Conselho Federal de Fonoaudiologia no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.965/81, o Decreto nº 87.218/82 e seu Regimento Interno; Considerando o disposto no Código de Ética da Fonoaudiologia; Considerando que a revogação da Resolução CFFa nº 214/1998, que dispõe sobre a atuação do Fonoaudiólogo como perito em assuntos de sua competência; Considerando a decisão do Plenário do CFFa, durante a 1ª Reunião da 156ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de outubro de 2017, resolve:

Art.1º Alterar a Resolução CFFa nº 482/2015, no tocante ao "considerando" que faz menção à Resolução CFFa nº 214/1998, que passa a vigorar com a seguinte redação: Considerando o normativo que dispõe sobre a atuação do Fonoaudiólogo como perito em assuntos de sua competência;

Art. 2º Revogar as disposições em contrário. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THELMA COSTA
Presidente do Conselho

MARCIA REGINA TELES
Diretora Secretária

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CFFa nº 510, de 20/10/2017, publicada no DOU, seção 1, dia 31/10/2017, onde se lê: Resolução CFFa nº 510, de 20 de outubro de 2018, leia-se: Resolução CFFa nº 510, de 20 de outubro de 2017; no art. 1º onde se lê: (quatrocentos e oitenta e um reais e nove centavos); leia-se: (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e nove centavos).

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS

DECISÃO Nº 203, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Homologa parcialmente as Eleições 2017 destinadas à composição do Plenário do Coren-MG no triênio 2018/2020.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS - COREN-MG, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, CONSIDERANDO o art. 19 do Código Eleitoral, aprovado pela Resolução Cofen nº 0523/2016, que dispõe ser da competência dos Plenários dos Conselhos Regionais homologar o pleito eleitoral;

CONSIDERANDO os fundamentos expostos no Parecer Administrativo nº 02, de 31 de outubro 2017, no qual o Conselheiro Relator, Dr. Denis da Silva Moreira, votou pela homologação parcial das Eleições 2017 destinadas à composição do Plenário do Coren-MG no triênio 2.018/2.020;

CONSIDERANDO o não cumprimento pelo candidato Dr. Gilson Donizetti dos Santos, pertencente à Chapa 2 que concorre ao Quadro I, do critério de elegibilidade previsto na alínea "a", inciso III, do art. 12 do Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem, vício insanável e de ordem pública que pode ser conhecido de ofício;

CONSIDERANDO a decisão proferida em 29/09/2017 pela Dra. Maria Edna Fagundes Veloso no processo n. 1007532-93.2017.4.01.3800, em curso na 15ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, juntada às fls. 2428 a 2429 do Processo Eleitoral;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária em sua 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 31/10/2017, decide:

Art. 1º Por cinco votos a três, acolher o Parecer Administrativo nº. 02 de 31 de outubro de 2017 para:

I) homologar a eleição dos Quadros II e III para a composição do Plenário do Coren-MG no triênio 2018/2020, no qual foi vencedora a Chapa 2, devendo ser dada posse aos seus membros;

II) não homologar a eleição para o Quadro I do Plenário do Coren-MG no triênio 2018/2020.

Art. 2º Após o decurso dos prazos de eventuais recursos e contrarrazões, remetam-se os autos para o Conselho Federal de Enfermagem para as providências que entender cabíveis.

Art. 3º Esta decisão entra em vigor na data da sua publicação.

ADRIANA APARECIDA DA SILVA PINHEIRO
Presidente do Conselho
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ACRE

DECISÃO Nº 67, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Torna público o resultado do processo eleitoral para escolha do novo plenário do COREN/AC para o triênio 2018-2020, quadro I e quadro II/III.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Acre - COREN-AC, em conjunto com o secretário, e em cumprimento à Lei nº 5.905/73, a Lei nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 94.406/87, em cumprimento a DECISÃO Nº 02/12, que aprova o regimento interno do Regional e a RESOLUÇÃO COFEN Nº 355/09.

Considerando a conclusão do processo eleitoral 2017, por parte da comissão eleitoral, designada pela portaria COREN/AC Nº 60/2017.

Considerando a homologação do processo eleitoral para escolha dos novos conselheiro para o COREN/AC, triênio 2018-2020 por parte do COFEN, através da decisão COFEN Nº 0523/2016.

Considerando o estabelecido no § 4º do art. 57 e o estabelecido no art. 58 da resolução COFEN Nº 355/2009, decide:

Art. 1º - Tonar público o resultado das eleições para escolha do novo plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Acre - COREN/AC, para o triênio 2018-2020, ocorridas nos dias 01 e 02/10/2017, para o quadro I e quadro II/III.

Art. 2º - Proclamar como vencedores das eleições ao Quadro I, os seguintes profissionais, todos componentes da chapa 01, a saber:

Conselheiros efetivos do Quadro I:

Areki de Assis Peniche - COREN/AC Nº 84849-ENF;

Marcio Raleigue A. Lima Verde - COREN/AC Nº 85.068 - ENF;

João Batista de Lima - COREN/AC Nº 108955-ENF;

Conselheiros suplentes do Quadro I:

Dr. José Soares de Alencar Filho- COREN/AC 51942

Dr. Maria Lucimar Rodrigues Barbary- COREN/AC 73638

Dr. Maria do Socorro Barbosa Mota- COREN/AC 66300

Art. 3º - Proclamar como vencedores das eleições ao Quadro II/III, os seguintes profissionais, todos componentes da chapa 02, a saber:

Conselheiros efetivos do Quadro II/III:

Sra. Antonia Suely Silva de Almeida- COREN/AC 263.049

Sr. Joel Correia de Queiroz Junior- COREN/AC 548.563

Conselheiros suplentes do Quadro II/III:

Sra. Karine Monteiro de Oliveira Bichara- COREN/AC 706.774

Sra. Maria de Fatima Lopes da Silva- COREN/AC 388.796

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PABLO JOSÉ CUSTÓDIO BEZERRA DA SILVA
Presidente do Conselho

MÁRCIO RALEIGUE A. LIMA VERDE
Secretário

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

2ª CÂMARA

AUTOS COM VISTA

O processo a seguir relacionado encontra-se com vista aos Recorridos para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando o recurso interposto: REPRESENTAÇÃO N. 49.0000.2017.008580-9/SCA. Recte: H.F.M. (Adv: Luis Filipe Paganella Cescani OAB/PE 19596 e outro). Recdos: E.L.S. e P.H.B.R.A. (Advs: Erik Limongi Sial OAB/PE 15178 e Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves OAB/PE 13576).

Brasília-DF, 31 de outubro de 2017.
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Câmara

3ª CÂMARA

ACÓRDÃOS

MEDIDA CAUTELAR Nº 49.0000.2015.012727-0/TCA. Reqte: Chapa - OAB mais Presente. Repte Legal: Magna Letícia de Azevedo Lopes Câmara OAB/RN 1727. (Advs: Abrão Luiz Filgueira Lopes OAB/RN 9463, Wlademir Soares Capistrano OAB/RN 3215 e outros). Reqdos: Chapa - Experiência e Trabalho e Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira OAB/RN 1549. Repte Legal: Paulo de Souza Coutinho Filho OAB/RN 2779. (Advs: Pablo de Medeiros Pinto OAB/RN 6330 e outros). Interessados: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Norte e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Norte. Relator: Conselheiro Federal Luiz Bruno Veloso Lucena (PB). EMENTA N. 067/2017/TCA. Medida Cautelar em Recurso Eleitoral. Pedido Suspensão Posse Chapa Eleita. Perda do Objeto. Extinção sem Resolução do Mérito. Muito embora o recurso eleitoral ainda não tenha sido julgado, os impugnados já tomaram posse e se encontram no desempenho dos seus cargos e mandatos eletivos, inexistindo, portanto, respaldo fático e jurídico a ensejar o julgamento de cautelar que visa assegurar o resultado útil da demanda principal, por absoluta perda do objeto. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Norte. Brasília, 08 de maio de 2017. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Luiz Bruno Veloso Lucena, Relator.

RECURSO Nº 49.0000.2017.001026-7/TCA. Recte: Chapa - OAB Mais Presente. Repte Legal: Magna Letícia de Azevedo Lopes Câmara OAB/RN 1727. (Advs: Wlademir Soares Capistrano OAB/RN 3215 e outros). Recdos: Chapa - Experiência e Trabalho e Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira OAB/RN 1549. Repte Legal: Paulo de Souza Coutinho Filho OAB/RN 2779. (Advs: Pablo de Medeiros Pinto OAB/RN 6330 e outros). Interessados: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Norte e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Norte. Relator: Conselheiro Federal Luiz Bruno Veloso Lucena (PB). EMENTA N. 068/2017/TCA. Recurso Eleitoral. Pedido Impugnação Registro de Candidatura e da Chapa as Eleições da OAB/RN. Preenchimento aos requisitos do artigo 75, da Lei nº 8.906/94 c/c art. 8º, § 10, do Provimento 146/2011 para sua admissão. Recurso Conhecido e Não Provido. Manutenção da Decisão Recorrida. Recurso que aportou a esta Egrégia Terceira Câmara do Conselho Federal da OAB em face de declaração de suspeição dos membros do Conselho Seccional da OAB do Rio Grande do Norte. Não havendo inexigibilidade a ser declarada face preenchimento requisitos legais da candidatura do conselheiro federal por atendimento as normas eleitorais da OAB, pelos motivos expostos, nega-se provimento ao Recurso em matéria eleitoral interposto. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Norte. Brasília, 26 de junho de 2017. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Luiz Bruno Veloso Lucena, Relator.

REPRESENTAÇÃO Nº 49.000.2017.003592-0/TCA. Repte: Robério Abdon D´Oliveira OAB/PA 7698. (Adv: Robério Abdon D´Oliveira OAB/PA 7698). Repdo: Alberto Antonio de Albuquerque Campos OAB/PA 005541. (Adv: Alberto Antonio de Albuquerque Campos OAB/PA 005541). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pará. Relator: Conselheiro Federal Erik Limongi Sial (PE). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Luiz Bruno Veloso Lucena (PB). EMENTA N. 069/2017/TCA. Portaria n. 16/2017. OAB/Pará. Terceira Câmara. Competência. Atribuições dos membros da Diretoria. Liminar deferida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, acolher o voto divergente do Conselheiro Federal Luiz Bruno Veloso Lucena (PB), parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Pará. Brasília, 26 de junho de 2017. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Luiz Bruno Veloso Lucena, Relator para o acórdão.

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 10.0000.2016.002687-4/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Maranhão. Exercício: 2015. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Maranhão. (Gestão: 2016/2018. Presidente: Thiago Roberto Morais Diaz OAB/MA 7614; Vice-Presidente: Pedro Augusto Souza de Alencar OAB/MA 7937; Secretário-Geral: Adaílton Lima Bezerra OAB/MA 3369; Secretária-Geral Adjunta: Alice Maria Salmito Cavalcanti OAB/PI 5159 e Diretora-Tesoureira: Deborah Porto Cartágenes OAB/MA 12259. Exercício 2015: Mario de Andrade Macieira OAB/MA 4217; Carlos Augusto Macedo Couto OAB/MA 6710; Ulisses César Martins de Sousa OAB/MA 4462; Everton Pacheco Silva OAB/MA 4703 e Marco Antonio Coelho Lara OAB/PA 8789). Relatora: Conselheira Federal Márcia Regina Approbato Machado Melaré (SP). EMENTA N. 070/2017/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento nº 101/03 e alterações, totalmente atendidos. Documentação completa. Diligências atendidas e baixadas. Recomendação de observância das recomendações da Controladoria do CFOAB. Constatada a aplicação correta, nas circunstâncias enfrentadas, dos recursos arrecadados, aprova-se, a prestação de contas referente ao exercício de 2015, do Conselho Seccional da OAB/Maranhão. Resultado positivo. Contas regulares. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quórum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Maranhão, relativa ao exercício 2015, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o representante da OAB/Maranhão. Brasília, 18 de setembro de 2017. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Márcia Regina Approbato Machado Melaré, Relatora.

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 49.0000.2015.007511-2/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Exercício: 2014. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. (Gestão 2016/2018. Presidente: Ronnie Preuss Duarte OAB/PE 16528; Vice-Presidente: Leonardo Accioly da Silva OAB/PE 17265; Secretário-Geral: Fernando Jardim Ribeiro Lins OAB/PE 16788; Secretária-Geral Adjunta: Ana Luiza Mousinho da Motta e Silva OAB/PE 26090 e Diretora-Tesoureira: Silvia Márcia Nogueira OAB/PE 8779. Exercício 2014: Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves OAB/PE 13576; Adriana Rocha de Holanda Coutinho OAB/PE 13766; Silvio Pessoa de Carvalho Júnior OAB/PE 19264; Fernando Jardim Ribeiro Lins OAB/PE 16788 e Bruno de Albuquerque Baptista OAB/PE 19805). Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). EMENTA N. 071/2017/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento nº 101/03. Atendimento. Constatada a aplicação correta dos recursos arrecadados, conforme análise técnica do CFOAB, aprova-se a prestação de contas referente ao exercício de 2014, do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Contas aprovadas. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco, relativa ao exercício 2014, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 23 de outubro de 2017. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Elton José Assis, Relator.

RECURSO Nº 49.0000.2016.000731-0/TCA. Recte: Chapa 10 - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Soqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Advs: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589, Diogo Gonçalves de Oliveira Mota OAB/GO 28816 e outros). Recdos(as)/Interessados(as): Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Goiás; Conselho Seccional da OAB/Goiás; Chapa 20 - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114. (Advs: Cleone José Meirelles Júnior OAB/GO 39439, Dyogo Crosara OAB/GO 23523, Pedro Paulo de Medeiros OAB/GO 18111, André Luíz Abrão Júnior OAB/GO 39340, Julio Cesar Meirelles Mendonça Ribeiro OAB/GO 16800 e outros); Chapa 11 - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9593. (Advs: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558, Mônica Araújo de Moura OAB/GO 26024, Monimar Leão Alves OAB/GO 25595, Otávio Alves Forte OAB/GO 21490 e outros). Apenso 02 (2015/09874). Recte: Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Paulo Felipe Souza OAB/GO 32698). Recdo: Colemar José de Moura Filho OAB/GO 18500. Apensos 04/21 (Processos 2015/09876 e 2015/09909). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdos: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340) e Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558). Interessada: Allinne Rizzie Coelho Oliveira Garcia OAB/GO 24594. Apensos 06/18 (Processos 2015/09879 e 2015/09906). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdos: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340) e Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558). Interessado: Arcênio Pires da Silveira OAB/GO 16033. Apensos 07/14 (Processos 2015/09880 e 2015/09902). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdos: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340) e Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558). Interessado: Henrique Alves Luiz Pereira OAB/GO 27200. Apensos 08/16 (Processos 2015/09881 e Processo 2015/09904). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdos: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340) e Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558). Interessado: Marisvaldo Cortez Amado OAB/GO 9425. Apensos 09/13 (Processos 2015/09882 e 2015/09901). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdos: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340) e Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558). Interessado: Thales José Jayme OAB/GO 9364. Apenso 17 (Processo 2015/09905). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdo: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340). Interessado: Estênio Primo de Souza OAB/GO 23950. Relator: Conselheiro Federal Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira (RN). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim (AL). EMENTA N. 072/2017/TCA. Recurso contra indeferimento de registros de candidatura pela Comissão Eleitoral da Seccional de Goiás. Voto do relator no sentido de dar parcial provimento ao recurso para manter a validade do resultado das eleições locais em 2015, todavia acolhendo o indeferimento do registro dos cinco candidatos impugnados e determinando sua substituição. Voto divergente no sentido de reconhecer as condições de elegibilidade dos impugnados, reformando totalmente a decisão recorrida. Recurso provido. Decisão por maioria. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim (AL). Impedido de votar o Representante da OAB/Goiás. Brasília, 23 de outubro de 2017. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim, Relator para o acórdão.

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 01.0000.2017.000717-6/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Acre. Exercício: 2016. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Acre. (Gestão 2016/2018: Presidente: Marcos Vinicius Jardim Rodrigues OAB/AC 2299; Vice-Presidente: Marina Belandi Scheffer OAB/AC 3232; Secretário-Geral: Thiago Vinicius Gwozdz Poersch OAB/AC 3172; Secretário-Geral Adjunto: Cássio de Holanda Tavares OAB/AC 2519 e Diretora-Tesoureira: Claudia Maria da Fontoura Messias Sabino OAB/AC 3187). Relator: Conselheiro Federal Marcello Terto e Silva (GO). EMENTA N. 073/2017/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento n. 101/2003 e alterações posteriores atendidos. A Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Acre, alusiva ao exercício de 2016, por estar em conformidade com as disposições do Provimento nº 101/2003, segundo os pareceres técnicos da Controladoria do CFOAB e os documentos constantes dos autos, deve ser aprovada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Acre, relativa ao exercício 2016, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o representante da OAB/Acre. Brasília, 23 de outubro de 2017. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Marcello Terto e Silva, Relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 49.0000.2017.004649-1/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Alagoas. Exercício: 2016. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Alagoas. (Gestão 2016/2018. Presidente: Fernanda Marinela de Sousa Santos OAB/AL 6086-B; Vice-Presidente: Ednaldo Maiorano de Lima OAB/AL 5081; Secretário-Geral: Davi Antônio Lima Rocha OAB/AL 6640; Secretário-Geral Adjunto: Rubens Marcelo Pereira da Silva OAB/AL 6638 e Diretora-Tesoureira: Maria Thaisa Gameleira dos Santos Barbosa OAB/AL 5901. Relator: Conselheiro Federal Marcus Felipe Botelho Pereira (ES). EMENTA N. 074/2017/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento n. 101/03, e alterações, totalmente atendidos. Constatada a aplicação correta, nas circunstâncias enfrentadas, dos recursos arrecadados, aprova-se, a prestação de contas referente ao exercício de 2016, do Conselho Seccional da OAB/Alagoas. Contas regulares. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Alagoas, relativa ao exercício 2016, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o representante da OAB/Alagoas. Brasília, 23 de outubro de 2017. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Marcus Felipe Botelho Pereira, Relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 49.0000.2017.006136-2/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Amazonas. Exercício: 2016. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Amazonas. (Gestão 2016/2018: Presidente: Marco Aurélio de Lima Choy OAB/AM 4271; Vice-Presidente: Adriana Lo Presti Mendonça OAB/AM 3139; Secretária-Geral: Ida Márcia Benayon de Carvalho OAB/AM 1772; Secretária-Geral Adjunta: Danielle Aufiero Monteiro de Paula OAB/AM 6945 e Diretor-Tesoureiro: José Carlos Valim OAB/AM 2095). Relator: Conselheiro Federal Roberto Charles de Menezes Dias (MA). EMENTA N. 075/2017/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento n. 101/03, e alterações, totalmente atendidos. Constatada a aplicação correta, nas circunstâncias enfrentadas, dos recursos arrecadados, aprova-se, a prestação de contas referente ao exercício de 2016, do Conselho Seccional da OAB/Amazonas. Contas regulares. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Amazonas, relativa ao exercício 2016, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o representante da OAB/Amazonas. Brasília, 23 de outubro de 2017. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Roberto Charles de Menezes, Relator.

Brasília-DF, 30 de outubro de 2017.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da Terceira Câmara

DESPACHO

RECURSO Nº 49.0000.2017.008337-0/TCA. Recte: Chapa 1 - Fidelidade e Justiça. Repte Legal: Pedro Luiz Napolitano OAB/SP 93681. (Adv: Pedro Luiz Napolitano OAB/SP 93681). Recdo: Chapa 2 - A OAB para os Advogados. Repte Legal: Celso Fernando Gioia OAB/SP 70379. (Adv: Celso Fernando Gioia OAB/SP 70379). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Duilio Piato Júnior (MT). DESPACHO: "O presente feito, se trata de Recurso interposto contra DECISÃO DA COMISSÃO ELEITORAL da OAB/SÃO PAULO, que foi remetido diretamente a Terceira Câmara do Conselho Federal. Entrementes, conforme jurisprudência dessa Terceira Câmara, é caso de análise de Recurso contra decisão da Comissão Eleitoral Estadual, em face de eleições em Subseção, não se aplicando mais o disposto no parágrafo único do artigo 130 do Regulamento Geral, devendo ser remetido o feito, para ser julgado primeiramente pelo Conselho Seccional da OAB/SÃO PAULO. Assim, determino a remessa do presente feito ao Conselho Seccional da OAB/SÃO PAULO, para análise e julgamento do Recurso, nos termos de seu Regimento Interno. Notifiquem-se as partes da decisão, mediante publicação e após, remessa. Brasília, 24 de outubro de 2017. Duilio Piato Júnior, Relator". DESPACHO: "Acolho o r. despacho proferido pelo Relator, Conselheiro Federal Duilio Piato Júnior (MT). Notifiquem-se mediante publicação. Brasília, 24 de outubro de 2017. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente".

Brasília-DF, 30 de outubro de 2017.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da Terceira Câmara

ÓRGÃO ESPECIAL

ACÓRDÃOS

CONSULTA Nº 49.0000.2015.004717-8/OEP. Assunto: Requisitos para caracterização de "consultoria jurídica" e "assessoria jurídica" com base no art. 1º, inciso II, da Lei n. 8.906/94. Exercício por profissional da área jurídica que não seja advogado (ex: Juiz, membro do MP, etc). Consulente: Ednaldo Rodrigo Brito da Silva. Relator: Conselheiro Federal Pedro Donizete Biazotto (TO). EMENTA N. 153/2017/OEP. CONSULTA. QUESTIONAMENTOS GENÉRICOS E ABSOLUTAMENTE ABRANGENTES. NÃO CONHECIMENTO. 1. Os parâmetros para o conhecimento das consultas devem ser extremamente rigorosos, sendo imprescindível que os questionamentos sejam formulados em tese e, ainda, de forma simples e objetiva. 2. Indagações que comportem desdobramentos podem reclamar a fixação de ressalvas quanto a pontos de inegável importância. 3. A resposta a consultas deve ser exercida com extrema cautela, de modo a não gerar dúvidas ou desigualdades no momento da resolução de casos concretos. 3. Consulta não conhecida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em não conhecer da Consulta, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (PB). Brasília, 3 de abril de 2017. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Edward Johnson Gonçalves de Abrantes, Relator.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 49.0000.2017.006357-4/OEP. Suscitante: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Suscitado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Interessado: M.B.F. Relator: Conselheiro Federal Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (PB). EMENTA N. 154/2017/OEP. Conflito de Competência no Sistema OAB. Representação Originária formulada em face de inscrito licenciado. Impossibilidade de instauração de processo ético-disciplinar, ante a inexistência de conduta praticada no exercício da advocacia. Inaplicabilidade da competência territorial prevista pelo caput do artigo 70 do EOAB. Demanda que trata de possível perda, por inidoneidade moral, das condições de inscrição. Competência da Seccional de inscrição originária do representado, por força do apregoado no artigo 8º, §3º, e artigo 58, inciso VII do EOAB c/c artigo 20, §2º, do RGOAB. Conflito que se resolve para fixar a competência em favor da Seccional/OAB de São Paulo. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dirimir o conflito de competência nos termos do voto do Relator. Impedidos de votar os Representantes da OAB/Distrito Federal e OAB/São Paulo. Brasília, 18 de setembro de 2017. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator ad hoc.

Brasília-DF, 31 de outubro de 2017.
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

VISTA

RECURSO Nº 49.0000.2014.014539-0/OEP. Recte: C.L.N. (Adv: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384 e outros). Recda: N.S.G. (Adv. Assistente: Enzo Passafaro OAB/SP 122256). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Bruno Veloso Lucena (PB). DESPACHO: Considerando a informação acima prestada, determino a retirada do processo da pauta de julgamentos do Órgão Especial para que seja feita a notificação das partes para, querendo, apresentarem manifestação no prazo regulamentar. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos.

Brasília-DF, 23 de outubro de 2017.
LUIZ BRUNO VELOSO LUCENA
Relator

DESPACHOS

PROTOCOLO Nº 49.0000.2017.001277-0. Interessado: Suelim Iasmine dos Santos Braga. DESPACHO: Trata-se de consulta formulada por Suelim Iasmine dos Santos Braga, servidora pública da 4ª Promotoria de Justiça de Formosa - Ministério Público do Estado de Goiás, por meio da qual solicita manifestação acerca da incompatibilidade do cargo exercido por ela com a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. (...). Dê-se ciência. Após, arquive-se.

Brasília-DF, 21 de agosto de 2017.
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

RECURSO Nº 49.0000.2014.000456-0/OEP. Recte: D.P.R. (Advs: Denise Pelichiero Rodrigues OAB/SP 114207 e Maria Teresa Baptista OAB/SP 140625). Recdos: C.R.B.S. e R.B.T. (Adv: Carlos Roberto Bittencourt Silva OAB/SP 163366 e Rodrigo Benedito Tarossi OAB/SP 208700). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcus Felipe Botelho Pereira (ES). DESPACHO: Chamo o feito à ordem. Verifica-se que a decisão proferida às fls. 213/215 e 218/220 pela Terceira Turma da Segunda Câmara, objeto do recurso interposto às fls. 377/389, foi por maioria de votos, motivo pelo qual, com fundamento no art. 89-A, § 3º, do Estatuto da Advocacia e da OAB, determino a devolução dos autos ao Pleno da Segunda Câmara para apreciação da peça recursal em razão de sua competência. Na oportunidade, considerando a decisão acima, julgo prejudicado o pedido formulado às fls. 495/504. Dê-se ciência aos interessados.

Brasília-DF, 23 de outubro de 2017.
MARCUS FELIPE BOTELHO PEREIRA
Relator

RECURSO Nº 49.0000.2016.003456-9/OEP. Recte: W.I.N. (Advs: Luiz Fernando Siqueira de Ulhoa Cintra OAB/SP 193026, Renato Vinicius de Moraes OAB/SP 325123, Rodrigo Benevides de Carvalho OAB/SP 139494 e outros). Recdo: P.B.N. (Adv: Pedro Bassetti Neto OAB/SP 85560). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal André Luiz Pinheiro Saraiva (RN). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por W.I.N., em face de acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara deste Conselho Federal, que negou provimento ao recurso por ele interposto, e deu provimento ao recurso interposto pelo advogado representado, para julgar improcedente a representação, vislumbrando que as nuances da relação jurídica entre as partes demonstram grande controvérsia, sem, contudo, haver repercussão na esfera disciplinar. À fl. 2.022, por meio do protocolo n. 49.0000.2017.009300-9, encaminha, via email, pedido de desistência do recurso, que também vem referendado pelo representado, requerendo o imediato encerramento deste processo disciplinar. Revestindo-se o presente de recurso de caráter voluntário e manifestada a ausência de interesse no prosseguimento do feito, e consequente julgamento do recurso interposto, acolho o pedido formulado determinando a devolução dos autos ao Conselho Seccional de origem. Nos termos do artigo 71, § 6º, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, submeto a presente decisão ao Presidente do Órgão Especial. Brasília, 23 de outubro de 2017. André Luiz Pinheiro Saraiva, Relator. " DESPACHO: "Acolho o r. despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal André Luiz Pinheiro Saraiva (RN), às fls. 2029, adotando-o como razão de decidir. Publique-se. Brasília, 23 de outubro de 2017. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente."

Brasília-DF, 31 de outubro de 2017.
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

SÚMULA

O Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no uso das suas atribuições conferidas no art. 86 do Regulamento Geral da Lei n. 8.906/94, considerando o julgamento da Proposição n. 49.0000.2016.008033-1/OEP, decidiu, na Sessão Ordinária realizada no dia 26 de junho de 2017, editar a Súmula n. 09/2017/OEP, com o seguinte enunciado: PAUTA DE JULGAMENTOS. PUBLICAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. I - As pautas de julgamentos dos órgãos colegiados no âmbito do Conselho Federal da OAB serão publicadas na imprensa oficial, de acordo com o art. 69, caput, da Lei 8.906/94 (EAOAB) e os arts. 97 e 139 do Regulamento Geral. II - Os processos administrativos que não forem julgados na sessão para a qual foram inicialmente pautados permanecerão na pauta de julgamentos das próximas sessões, independentemente de nova notificação ou publicação. III - As pautas de julgamentos serão disponibilizadas para acompanhamento na página eletrônica da Instituição. Brasília, 19 de setembro de 2017. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Ibaneis Rocha Barros Junior, Conselheiro Federal.

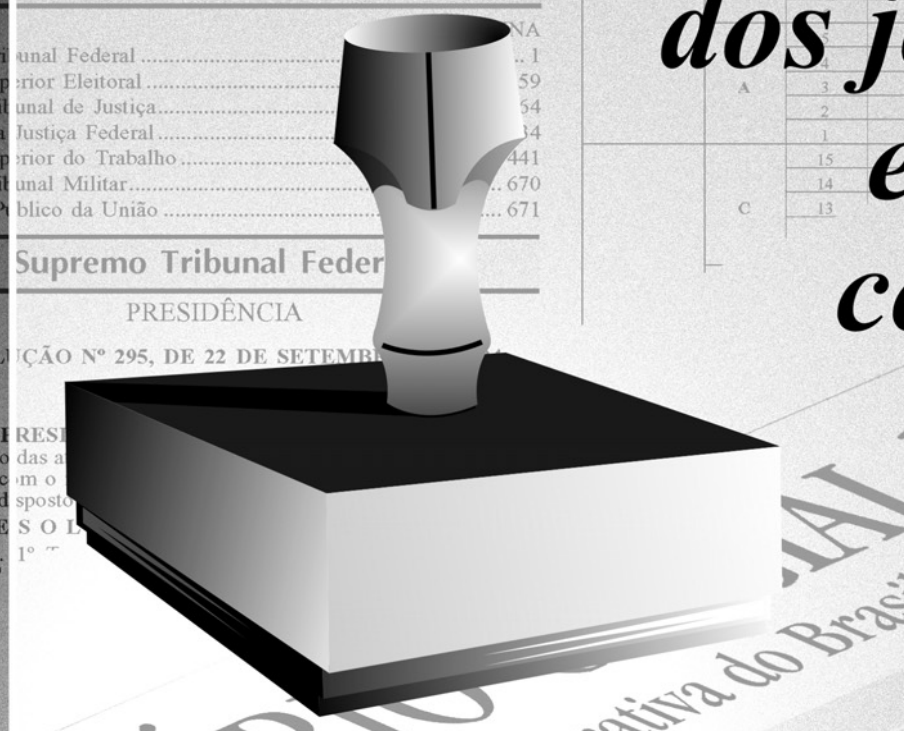
Brasília-DF, 31 de outubro de 2017.
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

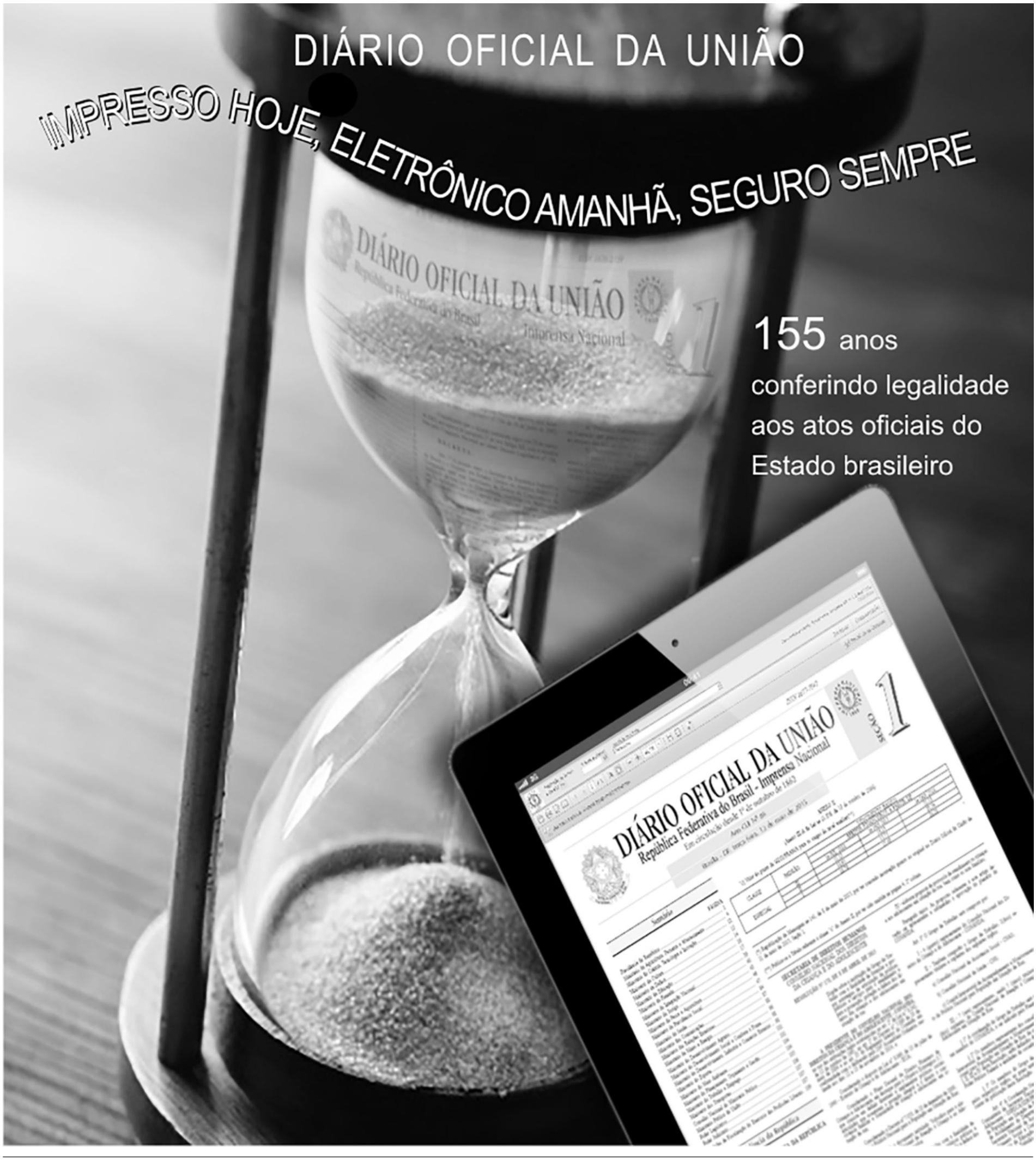
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

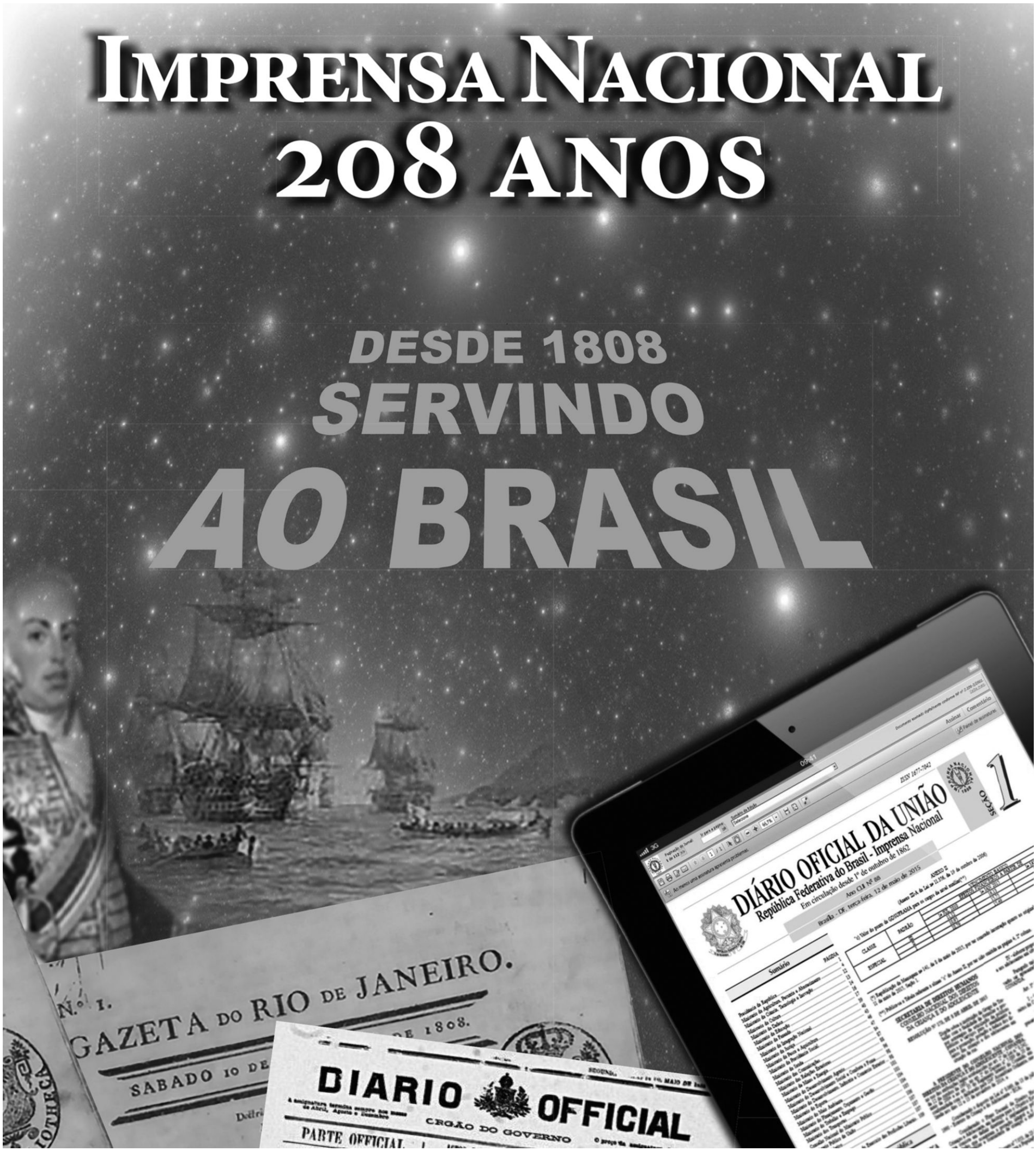
Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017110600160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.